



**sindseg** PR/MS  
Sindicato das Seguradoras

# LEGADO ASSEGURADO

---

Da história do Paraná aos 100 anos do Sindseg PR/MS

---



**100**  
ANOS

1924 - 2024





# LEGADO ASSEGURADO

Da história do Paraná aos 100 anos do Sindseg PR/MS



1924 - 2024



100

ANOS



**sindseg** PR/MS  
Sindicato das Seguradoras

# LEGADO ASSEGUURADO

---

---

Da história do Paraná aos 100 anos do Sindseg PR/MS

---

---



**sindseg** PR/MS  
Sindicato das Seguradoras

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Altevir Dias do Prado  
*Presidente*

Mauro Luiz Frogel Filho  
*Vice-Presidente*

Omar Assolari  
*Diretor Financeiro*

Luciano Ambrosini  
*Diretor 2º Financeiro*

João Maria Francisco  
*Diretor Secretário*

**CONSELHO FISCAL**

Guilherme Bini  
*Conselheiro Efetivo*

Wilson Bessa Pereira  
*Conselheiro Efetivo*

Ulisses Ferreira Caldeira  
*Conselheiro Efetivo*

Luciana Maria de Almeida Gomes  
*Conselheira Suplente*

Luciana Sobreda  
*Conselheira Suplente*

Raphael Polaquini  
*Conselheiro Suplente*

**DIRETOR EXECUTIVO**

Ramiro Fernandes Dias

**100 anos  
disseminando o seguro  
como ferramenta de  
sustentação, poupança e  
desenvolvimento.**



**Copyright © 2024 para os autores  
Miguel Fernando Perez Silva (Coord.),  
Barbara Fonseca, Tiago Valenciano e Reginaldo Benedito Dias.**

**Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo que parcialmente,  
por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc,  
sem a autorização, por escrito, dos autores.**

**Coordenação**

Miguel Fernando Perez Silva

**Produção e gestão**

Cidades Históricas

**Pesquisas e textos**

Miguel Fernando Perez Silva

Barbara Fonseca

Tiago Valenciano

Reginaldo Benedito Dias

**Revisão ortográfica e gramatical**

Hugo Maciel de Carvalho

**Contribuições**

André Marassi

Cristiane Ap. de Barros Bruning

Jenniffer Navochadle

Júlio Filho

Ramiro Fernandes Dias

**Diagramação**

Carlos Alexandre Venancio

**Produção Editorial**



sinergia  
casa editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Legado assegurado: da história do Paraná aos 100 anos do SINDSEG PR/MS: 100 anos: 1924-2024 /  
[coordenação Miguel Fernando Perez Silva]. -- Curitiba, PR: Sinergia Casa Editorial, 2024.  
546 p. (ilust.)

ISBN 978-65-87030-83-8

1. Sindicato das Seguradoras (SINDSEG) - Mato Grosso do Sul (MS) - História 2. Sindicato das  
Seguradoras (SINDSEG) - Paraná (PR) - História I. Silva, Miguel Fernando Perez.

CDD-368.98171

23-178031

-368.98162

Índices para catálogo sistemático:

1. SINDSEG: Sindicatos das Seguradoras: Mato Grosso do Sul: Estado: História 368.98171
2. SINDSEG: Sindicatos das Seguradoras: Paraná: Estado: História 368.98162

Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

<b>PALAVRA DO PRESIDENTE .....</b>	<b>13</b>
Altevir Dias do Prado	
<b>PALAVRA DO GOVERNADOR .....</b>	<b>19</b>
Carlos Massa Ratinho Júnior	
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
Miguel Fernando	

## 1ª PARTE

### **HISTÓRIA GERAL DO PARANÁ: EVENTOS TRANSCORRIDOS ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI**

#### **POLÍTICA**

#### **1 A POLÍTICA DO PARANÁ NA FASE PROVINCIAL E NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

A formação da Província do Paraná .....	27
O nascimento da República.....	33
A política dos governadores.....	40
O Paraná na Primeira República.....	42
Depois da tempestade.....	46
A crise da Primeira República.....	48

#### **2 A POLÍTICA NO PARANÁ DE 1930 A 1945**

A ascensão de Vargas.....	54
As mudanças políticas no Paraná .....	61
Os polos ideológicos.....	66
O Estado Novo.....	70
Nos tempos de Manoel Ribas.....	70

#### **3 A DEMOCRATIZAÇÃO DE 1945**

O fim do Estado Novo.....	77
As primeiras eleições democráticas no Paraná.....	81
Vitória de Bento Munhoz da Rocha .....	86
O segundo mandato de Moysés Lupion.....	88
O desenvolvimentismo no Paraná e a eleição de Ney Braga .....	93
O fim do período democrático.....	101

#### 4 O REGIME MILITAR (1964-1985)

O governador "Pé Vermelho" .....	113
A institucionalização do regime militar .....	116
A primeira eleição indireta a governador do Paraná .....	122
A distensão e a abertura política.....	123
Os estertores do regime militar.....	129

#### 5 A NOVA REPÚBLICA

A primeira eleição direta para presidente em três décadas .....	137
O primeiro mandato de Requião como governador.....	139
Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real.....	140
A eleição de Jaime Lerner.....	142
A reeleição de FHC.....	144
A reeleição de Jaime Lerner .....	145
A vitória de Lula .....	146
A volta de Requião ao Palácio Iguaçu.....	148
A reeleição de Lula.....	149
O terceiro mandato de Requião como governador .....	151
A primeira mulher na presidência da República.....	152
A eleição de Beto Richa.....	153
A reeleição de Dilma Rousseff.....	154
A reeleição de Beto Richa .....	156
Jair Bolsonaro presidente.....	156
A eleição e a reeleição de Ratinho Jr.....	159
O retorno de Lula à presidência da República.....	160

### ECONOMIA

#### ECONOMIA E SOCIEDADE PARANAENSE: SÉCULO XX EM DEBATE

Erva-mate.....	164
Estradas de ferro e atividade madeireira.....	172
Café .....	180
Modernização da agropecuária paranaense .....	192
Industrialização paranaense.....	201

### SOCIEDADE

#### A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE PARANAENSE: DE 1853 AO SÉCULO XXI

Colonização do estado.....	222
Povoamento do oeste .....	226
Povoamento do norte.....	232
Centro-sul .....	242
Os Conflitos do Contestado .....	244
População indígena .....	249
População negra no Paraná.....	257
Educação no Paraná.....	263
Paranismo .....	265
Sociedade civil organizada no Paraná.....	279

**2ª PARTE**  
**HISTÓRIA DO MERCADO DE SEGUROS:**  
**UMA VISÃO PANORÂMICA DE SUA FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO**

HISTÓRIA DO MERCADO DE SEGUROS PELO MUNDO.....	295
MERCADO DE SEGUROS NO BRASIL.....	297

**3ª PARTE**  
**O CENTENÁRIO DO SINDSEG PR/MS:**  
**SURGIMENTO, REESTRUTURAÇÃO, GESTÕES E PRINCIPAIS PROJETOS**

**1 DO COMITÊ AO SINDICATO**

Fundação do Comitê Mixto.....	337
A separação catarinense.....	350
O Comitê Mixto Paranaense.....	352
Comitê Local Paranaense de Seguros.....	360
<i>Regulamentação de taxas, tarifas, vistorias e outros assuntos.....</i>	<i>366</i>
<i>Comunicação com as companhias de seguro e seus agentes paranaenses.....</i>	<i>372</i>
<i>Relações do Comitê com o Sindicato do Rio de Janeiro e o IRB.....</i>	<i>374</i>
<i>Seguros importantes para o desenvolvimento econômico e social paranaense....</i>	<i>377</i>
Associação das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná.....	387

**2 SEDES DO SINDSEG-PR/MS..... 390**

**3 ESTATUTO ..... 392**

**4 NASCE O SINDICATO**

Década de 1950.....	401
Gestão de 1953-1955.....	403
Gestão de 1955-1957.....	403
Gestão de 1959-1961.....	405
Década de 1960.....	414
Gestão de 1961-1963.....	417
Gestão de 1963-1965.....	417
Gestão de 1965-1967.....	418
Gestão de 1967-1969.....	419
O que as fontes contam?.....	419
Década de 1970.....	424
Gestão de 1969-1972.....	426
Gestão de 1972-1975.....	428
Gestão de 1975-1978.....	429
Gestão de 1978-1981.....	431
O que as fontes contam?.....	432
Década de 1980.....	440
Diretoria 1981-1984.....	441

Diretoria 1981-1984-1987.....	441
Diretoria 1987-1990.....	445
O que as fontes contam?.....	446
Década de 1990.....	451
Gestão de 1991-1993.....	454
Gestão de 1993-1996.....	456
Gestão de 1996-1999.....	457
Gestão de 1999-2002.....	458
As gestões de João Gilberto Possiede no Século XXI.....	463
Gestão de 2002-2005.....	463
Gestão de 2005-2007.....	464
Gestão de 2007-2010.....	465
Gestão de 2010-2013.....	466
Gestão de 2013-2016.....	467
Gestão de 2016-2019.....	468
Comissões internas.....	473
Representantes do Sindicato.....	474
Viver Seguro.....	475
<b>DÉCADA DE 2010.....</b>	<b>477</b>
Ações do Sindicato na década de 2010.....	477
Denúncias contra as associações de proteção veicular.....	478
Executivos de destaque.....	481
<b>ERA DE MUDANÇAS.....</b>	<b>485</b>
Gestão 2020-2022.....	486
Gestão 2022-2024.....	486
Seguro além do Seguro.....	497
O Centenário do Sindseg PR/MS.....	500
O Sindicato ao longo dos anos.....	506
<b>5 SINDSEG NO MATO GROSSO DO SUL</b>	
Histórico de formação do Estado.....	509
Os sindicatos de seguros no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul.....	510
<b>6 RECONHECIMENTO.....</b>	<b>517</b>
<b>7 EMPRESAS SINDICADAS</b>	
AIG.....	524
Allianz.....	524
AXA Seguros.....	525
Bradesco Seguros.....	525
Centauro On Vida e Previdência.....	526
Chubb.....	526
Generali.....	526
HDI Seguros.....	527

Itaú Seguros .....	527
Junto Seguros .....	527
Liberty Seguros .....	528
MAG.....	528
Mapfre Seguros.....	528
MetLife.....	529
Porto.....	529
Sancor Seguros.....	530
Sompo Seguros.....	530
Sudaseg Seguradora.....	530
Sul América.....	531
Tokio Marine.....	531
Zurich.....	531

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>533</b>
-----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>535</b>
--------------------------	------------

<b>SOBRE OS AUTORES .....</b>	<b>545</b>
-------------------------------	------------



## UM FUTURO PROMISSOR E ASSEGURADO



O desejo de produzir este livro que está sendo entregue à sociedade paranaense e ao mercado de seguros nasce da observação empírica da necessária ampliação do conhecimento histórico do estado do Paraná. A formação econômica, social e cultural do estado é sem dúvida riquíssima, mas por vezes se nota desconhecida, seja por falta de estímulo à busca do conhecimento, seja por falta de produção acadêmica que desperte atração na sociedade em conhecer seu próprio passado, suas origens e sua riqueza cultural.

Ao contrário de outras regiões do Brasil, cujo conhecimento histórico é mais notado e observado, o Paraná carece de conhecer-se melhor e transbordar sua maravilhosa história para outras regiões do país e do mundo.

Existe uma outra carência, muito mais específica e pontual, que também entendemos como necessário expandir seu conhecimento para todos os campos da sociedade. Trata-se do mercado segurador, representado pelo sindicato das seguradoras do Paraná e do Mato Grosso do Sul, que impulsionou e viabilizou a pesquisa e a produção desta obra. O mercado de seguros, que se coloca como um dispositivo privado de proteção e antipobreza, é um assunto que merece maior atenção da sociedade.

O mercado segurador no Paraná é representado pelo Sindseg PR/MS, que completa em 2024 um século de existência. Entre as iniciativas alusivas às comemorações de seu centenário, entendeu-se que a produção de um livro contando a história do Paraná, do mercado de seguros e do próprio Sindseg poderia contribuir no preenchimento dessas duas lacunas observadas, tanto no ambiente acadêmico quanto no mundo dos negócios.

É desejo desta instituição centenária contribuir para que tenhamos uma sociedade mais culta, mais inteligente e mais preocupada com a proteção securitária.

A ampliação e o estímulo do conhecimento cultural não é só obrigação do Estado, mas de toda a sociedade civil organizada e das instituições estabelecidas. Afinal, a cultura se relaciona diretamente com a geração de conhecimento e com o exercício do pensamento, que são valores essenciais para desenvolvimento da sociedade. A

cultura é importante na formação pessoal, moral e intelectual do indivíduo e na sua capacidade de se relacionar com seus semelhantes. A cultura é a alma da sociedade e se manifesta tornando um povo vivo e valioso em sua existência, definida em um tempo e em um local. Uma pessoa culta que se apropria do conhecimento social e histórico tem maior capacidade de reconhecer-se no ambiente social, entender seu tempo e seu espaço, tendo uma existência mais livre e liberta do senso comum.

Não obstante a necessária ampliação do conhecimento cultural, também se faz necessária a ampliação do conhecimento social. Aliado ao conhecimento cultural, o social contribui sobremaneira para a adaptação do indivíduo à sociedade. Ele permite que as pessoas compreendam e sejam compreendidas pelos demais, facilitando a comunicação, a interação e, sobretudo, a cooperação entre membros de um grupo.

De acordo com Piaget (1982), citado por Ferreiro (2001), “o conhecimento social é a maneira pela qual transformamos os fenômenos sociais em objeto de conhecimento de modo que os conhecimentos são assimilados, interpretados e reorganizados pelo sujeito conforme sua própria estrutura”.<sup>1</sup>

O entendimento do homem como ser social é antigo, Aristóteles (384–322 a.C.) citado por Fuks (2010) afirmou: “O homem é um ser social, é de sua natureza viver em sociedade. A busca da sua felicidade só será encontrada na convivência humana com seus semelhantes”.<sup>2</sup>

Assim, ao contribuímos com o conhecimento social, ampliamos a noção do papel de cada cidadão no meio em que vive e o conhecimento do espaço, dos meios e dos caminhos da busca pela felicidade e do bem-estar coletivo. Pode se supor, portanto, que o homem não encontrará a felicidade se não conhecer o meio social em que vive e suas particularidade políticas e sociais. Assim, ao oferecer conhecimento social, oferecemos caminhos de liberdade e conhecimento para a busca da felicidade individual de cada um e do bem-estar social.

Esta obra também busca trazer informações importantes a respeito da formação econômica do Estado do Paraná, um assunto que tem relação direta com o mercado de seguros. O mercado securitário marcha no ritmo do crescimento econômico. É preponderante conhecer nossa formação econômica, pois isso revela nossas habilidades e nossa vocação para a maximização da renda, na qual pende a prosperidade. Esse necessário conhecimento se torna evidente ao estudarmos a lei das vantagens comparativas, apresentada na grande obra *A riqueza das nações*, de Adam Smith (1776). O autor também afirma que “não foi com ouro e prata que toda a riqueza do mundo foi construída, mas com o trabalho humano”.<sup>3</sup> Portanto, conhecer nossa formação econômica e nossos potenciais pode ser a uma das chaves da prosperidade econômica.

Também é necessário nos apropriarmos da forma como nos organizamos politicamente — dado que somos seres sociais, a organização se faz necessária. A forma de poder que será exercida para o bem comum e para a prosperidade de um povo se dá em organização política. Não obstante, é decisivo que todos estejam represen-

<sup>1</sup> FERREIRO, Emilia. **Atualidade de Jean Piaget**. Tradução E. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

<sup>2</sup> FUKS, Rebeca. Frase O homem é um animal político. **Cultura Genial**, 2010. Disponível em: <<https://www.culturagenial.com/o-homem-e-um-animal-politico>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

<sup>3</sup> Smith, Adam. **The Wealth of Nations: An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London: Harriman House Limited, 1776.

tados no exercício do poder. Assim, conhecer nossa formação política é o mesmo que conhecer nossa organização e influenciará os demais fatores que determinam o dia a dia da sociedade.

Dessa forma, a obra pela qual o Sindicato das Seguradoras do Paraná e do Mato Grosso do Sul entrega à sociedade, ampliando o conhecimento da história do Paraná, passa pelo resgate histórico nos âmbitos cultural, social, político e econômico.

Conhecer a história é importante tanto no âmbito pessoal como na vida social. A História é uma ciência, e ciência é conhecimento aprofundado colocado a serviço da vida. Ao conhecer nossa história, podemos viajar ao passado, apropriarmos-nos dele, aprender com ele e entender como ele influencia o presente. Assim, entenderemos o porquê das coisas, os modelos adotados que podem ser replicados ou mudados; aprenderemos a evitar erros e avançar no desenvolvimento individual e social. Desconhecer a história e o passado é como viver na escuridão das opções, repetindo experiências erradas que trazem sofrimento social e pessoal pelo simples fato de não se conhecer o passado. A recíproca é verdadeira: ao conhecer, entender e interpretar o passado, esse conhecimento pode nos encaminhar a replicar ações assertivas, aprimorar métodos e evitar erros.

O conhecimento histórico é libertador para o ser humano, pois, ao conhecer sua história, adquire condições para entender melhor sua contemporaneidade e os movimentos da vida presente. Como disse o grande escritor brasileiro Mario de Andrade (1928) no livro *Macunaíma*, “Triste é o país que não tem memória”.<sup>4</sup> Podemos derivar que triste é um povo ou uma pessoa que não conhece seu passado, é como estar no mundo sem saber de onde veio, não conhecer as origens dificulta o entendimento do presente e amplia a sensação de vazio e não pertencimento, dificultando o encontro dos caminhos da felicidade.

Por fim e não menos importante, o livro oferece também conhecimento a respeito do mercado de seguros.

A insegurança é um dos mais nocivos sentimentos do ser humano. É impressionante como esse sentimento acompanha a jornada humana. Se observarmos no campo da antropologia, considerando a teoria da evolução, o *Homo sapiens*, desde que desceu das árvores e começou se organizar em bandos, convive com a insegurança. Naqueles primórdios, a ameaça era constante. O medo dos predadores, a insegurança alimentar dos proventos necessários — tanto para o consumo individual como social e das famílias — assombraram o homem no início de sua trajetória e ofereciam risco real à vida e à própria sobrevivência da espécie. Somava-se a esses riscos a intempéries naturais, como os raios, as chuvas em excesso ou a falta dela, enchentes, vendavais e outros riscos da natureza, além de doenças que dizimavam parte da coletividade.

As eras foram passando, a vida humana foi se transformando e o ser humano desenvolveu incríveis formas de proteção, desde a ida para cavernas até a construção de incríveis edifícios modernos, confortáveis e seguros — desde a coleta de frutos, a caça e a pesca, até moderníssimas formas de produzir alimentos, tanto na agricultura como na pecuária.

Contudo, ao observamos nosso cotidiano, bem como toda a trajetória da evolução humana, um fato é indiscutível, não conseguimos nos livrar das ameaças e dos

<sup>4</sup> ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: O herói sem nenhum caráter. Rapsódia. São Paulo, SP: Editora Cupolo, 1928.

riscos à vida e à integridade física e das ameaças da falta de proventos. O medo dos riscos oferecidos decorrentes de fenômenos naturais é atual e real. O risco da perda de patrimônio e de integridade física ainda é uma ameaça constante; as doenças continuam nos assombrando e a preocupação com os proventos na vida futura continuam a ser uma preocupação relevante em nossas vidas.

É diante dessa constatação de que a ameaça muitas vezes se realiza de forma imprevista e inevitável que surge a ideia de proteção securitária. O mercado segurador se coloca como um instrumento privado da sociedade a fim de que, se não for possível evitar, podemos ao menos reparar os danos sofridos por indivíduos face aos riscos inerentes à existência humana e à vivência social.

O seguro é a expressão social do coletivo em favor do indivíduo, via de regra da iniciativa privada, mas também pode ser oferecido pelo Estado. Embora seja de conhecimento público tratar-se atividade comercial com fins lucrativos, o setor de seguros tem forte regulação do Estado, que exerce o poder emanado pela vontade da maioria. O seguro parte, basicamente, de dois princípios. O primeiro é o princípio do mutualismo, dado que os riscos afetam apenas algumas pessoas, muitos pagam pouco e poucos usam muito. Um grupo de indivíduos, partindo da percepção individual do risco, contrata uma seguradora e deixa com ela uma quantidade de recursos financeiros; esta constitui uma reserva que, somada à arrecadação de outros indivíduos, quando o risco que se materializa e acomete algum daqueles que optaram por uma contratação securitária, suas perdas são reparadas a partir das reservas acumuladas pelo grupo. O segundo princípio é o da imprevisibilidade. Ou seja, o seguro existe para o imprevisto, aqueles cujos riscos que não sabemos se vão e quando vão acometer qualquer pessoa.

Sendo assim, o seguro é um dispositivo de proteção que a sociedade dispõe face aos riscos com os quais desde sempre convivemos. Esse dispositivo passa, muitas vezes, despercebido pela sociedade e é sem dúvida um equívoco. A famosa frase atribuída a Winston Churchill (1874-1965) — “se fosse possível, escreveria a palavra ‘seguro’ no umbral de cada porta, na frente de cada homem, tão certo estou de que o seguro pode, mediante um desembolso módico, livrar famílias de catástrofes irreparáveis” — expressa a grandeza e importância do mercado segurador.

É comum no Brasil e em muitas sociedades que famílias demorem às vezes trinta anos para adquirir sua moradia própria, e, se não reservar uma pequena parte da renda para a proteção desse importante abrigo, e algum fenômeno natural ou acidental acometer sua moradia e em decorrência desse fato perder esse item imprescindível à vida, não tendo proteção securitária a fim de repor sua residência, essa família infelizmente vai migrar ou reduzir sua classe social, às vezes de média para pobre, uma vez que passará a pagar aluguel até que reúna recursos próprios para reconstrução, recursos que poderiam ser destinados a outras forma de consumo, que ampliassem a qualidade de vida.

O seguro é, portanto, um dispositivo antipobreza que a sociedade pode utilizar na iniciativa privada.

Dentre as atribuições do Sindseg PR/MS, a propagação da cultura dos seguros é uma de suas prioridades e este livro é uma das formas possíveis para o impulsionamento da cultura do seguro em diversos ambientes da sociedade.

No prelúdio do centenário dessa instituição, oferecemos este presente à sociedade brasileira e paranaense, ao mundo acadêmico e ao mercador segurador.

Com ambição de que ele ajude a tornar a sociedade mais culta, mais inteligente e mais dotada de conhecimento securitário.

Este é o nosso propósito, firmando a esperança de que o legado de fato se torne assegurado.

Boa leitura!

**Altevir Dias do Prado**

*Doutor em Economia e presidente do Sindseg PR/MS*



# Palavra do Governador



Conhecer a história do nosso estado e do nosso país é fundamental para que compreendamos o presente. A realidade que vivemos hoje é fruto direto de escolhas políticas, econômicas e sociais do passado.

Ao traçar este importante relato da nossa história, desde o nascimento da República até os dias de hoje, esta obra nos convida a compreender os rumos que o Brasil e o Paraná tomaram ao longo dos anos.

E, como não poderia deixar de ser, o livro nos leva a conhecer o surgimento e a história do Sindseg PR/MS e como ela está entrelaçada com a nossa história política e econômica.

Uma leitura fácil e necessária, que estará disponível em bibliotecas do nosso Estado e também do Brasil.

Meus parabéns aos idealizadores do projeto e também a todos que, com muito trabalho e dedicação, contribuíram para a trajetória de sucesso desta importante instituição ao longo desses 100 anos, período em que colaborou ativamente para o desenvolvimento do mercado de seguros no Paraná e no Mato Grosso do Sul, estados que representa.

Boa leitura.

**Carlos Massa Ratinho Junior**  
*Governador do Estado do Paraná*



## **SOBRE A PRODUÇÃO E A SUA TEMÁTICA: DA TEORIA E DA METODOLOGIA À PRÁTICA**



Este volume é fruto de aprofundado estudo sobre a História Geral do Paraná, ao longo dos séculos XX e XXI, somado aos cem anos do Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização dos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, o Sindseg PR/MS. Por meio de acurada sistematização, que permitiu estabelecer conexões entre esses macrotemas, este livro se propõe a oferecer à comunidade uma inédita fonte de referência histórica.

O desafio de produzir um conteúdo de fôlego com tal envergadura está centrado em sua amplitude temática, territorial e temporal. Afinal, ao longo do recorte proposto é possível interpretar transformações de, ao menos, duas gerações. Entre os séculos XX e XXI, modernizações tecnológicas, tanto no meio rural quanto no urbano, impulsionaram de forma drástica costumes e hábitos da sociedade paranaense. Não só, também houve modificações entre as circunscrições administrativas, diferentes políticas de Estado, planos econômicos federais e diversos projetos e obras de impacto que promoveram a integração de diferentes territórios. De província de São Paulo a estado independente, o Paraná sofreu intensas remodelações que galvanizaram embates de profundos resultados.

Embora exista bibliografia disponível sobre determinados períodos da história do estado, há certas lacunas no que diz respeito à primeira metade do século XX. Por essa razão, uma equipe de pesquisadores, historiadores e sociólogos foi arregimentada para organizar esse conteúdo com a pretensão de ser vertido não só em fonte de pesquisa, mas também como indutor de futuras incursões pelo passado do Paraná. Como resultado, o compêndio aqui apresentado é fruto de acurado processo teórico e metodológico, o qual se estabeleceu por meio de diálogos entre o presente e o passado, e, por consequência, viabiliza uma janela para o futuro.

Discutir a História é, antes de tudo, estabelecer uma análise temporal. Mas há que se ter cautela, afinal a memória é fluida e linear. A História, por sua vez, se apresenta mais estruturada e analítica. O tempo, por outro lado, se coloca como um campo que auxilia profissionais a se localizarem.

Com essa perspectiva, o capítulo que inaugura o livro organizado por Aduino

Novaes, Tempo e História (1992), apresenta o tempo como algo inexorável, imutável e absoluto. Trata da sequência de eventos cronológicos inseridos em um conjunto matemático imparável, que apenas segue em frente. As datas, neste conjunto, são condições primordiais para localizar o historiador no passado — seja para delimitar contextos ou mesmo para cravar acontecimentos. Por outro lado, a longa duração, segundo essa proposta, se faz ideal para o distanciamento dos fatos, permitindo, dessa feita, a compreensão de sua completude. É a passagem cronológica que nos posiciona sobre a linha temporal da humanidade.

Novaes questiona narrativas a partir do tempo presente, o qual vai chamar de “tempo fragmentado, direcionado”. Segundo o historiador, embora o presente seja passagem, sem conectar o passado e o futuro, a ideia de História acaba por se esvaziar.<sup>1</sup>

Com essa visão metodológica, a História não é fruto de um conjunto de eventos desconexos e reflexões atemporais. O pensamento histórico exige a análise de operações culturais iniciadas antes e que seguem após os indivíduos. Ou seja, o presente está plenamente conectado com o passado e com o futuro.

Há ainda uma complexa seara a ser explorada pelo historiador. O tempo é numérico, datável, mas também não é linear, é instável e paradoxal. O filósofo francês Alexandre Koyré vai reforçar este pensamento: “[...] é o domínio do movediço, do impreciso, do ‘mais ou menos’ e do ‘cerca de’ [...]”.<sup>2</sup>

O tempo volta à cena como senhor absoluto, imutável e incontrolável. Embora o tempo seja paradoxalmente amórfico e absoluto, isso se dá apenas no perímetro do presente e do futuro. O passado, no limiar da História, poderá ter novas interpretações a partir de outras fontes e análises. Este mesmo passado sofre revisões a partir do presente, que, por sua vez, estabelece novas perspectivas de futuro. A previsibilidade, embora frágil, abre campo para indicar possibilidades.

É notório que, na linha temporal, por essência, sempre há um início, o qual será moldado a partir de um conjunto de eventos que delineiam os seus desdobramentos. As suas evidências serão frutos de análises de historiadores, sociólogos, filósofos, enfim. Cada qual dará um novo sentido a partir de seu presente.

A ação humana não está sujeita, portanto, ao determinismo causal, nem apenas à necessidade: o acaso é parte da história. Mais ainda: o acaso é ponto de partida da própria história [...].<sup>3</sup>

O tempo cronológico é uma pista, um farol, que indica o caminho. Cravando uma data, há como iniciar o mergulho. Para o historiador Alfredo Bosi, “datas são pontas de iceberg”.<sup>4</sup> Isso implica afirmar que números não podem ser preteridos, pelo contrário, servem para localizar e situar a temporalidade.

Olhar o tempo como protagonista é respeitar o principal ativo da História. Sem ele, segundo expôs Aduino Novaes, uma fragilidade conceitual se abre frente ao

<sup>1</sup> NOVAES, Aduino (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 9.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>4</sup> BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Aduino (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 19.

profissional. Mas, para esta intervenção, faz-se fundamental a não linearidade e o não determinismo habitual de sua cronologia. O tempo é absoluto, embora suas conexões sejam transversais.

Tratar de tempo é dialogar sobre espaço. Tempo ocupa espaço e vice-versa. Mas é superficial vincular a temporalidade ao aspecto material. O tempo, em última instância, como elemento cronológico, demarcativo, é fruto da imaginação matemática, efemeridade que estabelece início, meio e fim. Criação humana, se distingue do espaço, ambiente universal da materialidade.

O historiador contemporâneo John Lewis Gaddis tratou do tema. Tempo e espaço são manipuláveis a partir de diferentes óticas e contextos, logo, as fontes de historiadores são factíveis de corroboração. Por outro lado, a naturalidade como historiadores tratam dessa relação é espantosa. Para Gaddis, “[...] raramente refletimos sobre o que estamos fazendo”,<sup>5</sup> são procedimentos básicos.

Ao situar um período e um território, o profissional da pesquisa permite explorar sua temática de maneira mais abrangente. Sem indicar tempo e espaço, tudo é feito, menos História. Mas é necessário analisar mais um elemento: a seletividade.

Gaddis destaca a importância da escolha dos aspectos a serem abordados. Afinal, embora haja recortes territoriais e temporais, o cotidiano é complexo e composto de amplo conjunto de eventos factuais. Como consequência, é preciso estabelecer critérios que permitam destacar o que merece maior atenção.

[...] os historiadores têm a capacidade de seleção, de simultaneidade, e outros patamares de decisão: eles podem selecionar da cacofonia dos eventos o que é realmente importante; podem estar em épocas e lugares diversos ao mesmo tempo; e podem se aproximar e se afastar dos níveis macro e microscópicos da análise.<sup>6</sup>

Ainda, é fundamental que uma variedade de fontes seja preservada. Elas abrem espaço para diferentes interpretações, até mesmo por meio de novos métodos. Mas só é possível manter aquilo que for considerado importante e, mais que isso, aquilo que estiver registrado, salvaguardado. Eis o desafio de interpretar o passado, que fica cada vez mais distante na era da tecnologia.

Outra habilidade destacada por Gaddis é a simultaneidade. Historiadores podem estar em mais de um ambiente e período de forma sincrônica. Permite-se, por meio de suas pesquisas e produções, avançar ou retroceder no tempo e no espaço. Utiliza-se dessa possibilidade para estabelecer contextualizações e conjunturas. A essa aptidão, soma-se a facilidade de mudarem de escala. Parte-se da macro para a microscópica interpretação histórica dentro do mesmo período e território. Algo realmente diferenciado no campo das Ciências Humanas.

Gaddis cita o filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz para definir o tempo como “a ordem de coisas não contemporâneas”. Ainda, segundo definiu Marc Bloc, não podemos permanecer à margem do tempo. E, novamente, voltamos à questão

<sup>5</sup> GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 35.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 37.

conjuntural estabelecida por Adauto Novaes: o presente como conexão entre passado e futuro.

Para John Lewis Gaddis, o presente é uma singularidade, ou um funil, por meio do qual o futuro passa para se tornar passado. Em linguagem exótica, e talvez mais adequada, trata-se de um buraco negro para a história. Com a diferença que o historiador, por meio de métodos adequados, consegue resgatar este passado, sem que ele tenha sido alterado por questões ideológicas e memorialísticas. O evento tal como ele foi, ao passar por esse funil, nunca mais voltará a ser o mesmo.

Gaddis, portanto, apresenta um amplo escopo de elementos da História contemporânea: tempo, espaço, seletividade, fontes, simultaneidade e escala. Esse conjunto metodológico permitiu que este livro fosse executado de maneira mais adequada, mais científica e, claro, mais próxima da realidade.

Por meio de uma equipe composta por diferentes especialistas, buscou-se apresentar três linhas temáticas pouco abordadas pela historiografia estadual. Orientados pela apurada visão histórica do presidente do Sindseg PR/MS, Altevir Dias do Prado, optou-se pela organização deste impresso em três partes, cada qual com rico acervo iconográfico que bem ilustra os temas abordados.

A Parte I apresenta a História Geral do Paraná, concentrando-se em eventos ocorridos entre os séculos XX e XXI. Dada a sua abrangência, a equipe se ateu a explorar três eixos temáticos: Política, Economia e Sociedade. A tríade viabilizou estender o debate acerca da formação do estado por meio de disputas, movimentos e da modernização promovida ao longo do recorte temporal. Ainda, as dinâmicas para o estabelecimento das divisões administrativas também estão aqui detalhadas. Obviamente, há destaque para políticas e projetos de cada gestão governamental que se estabeleceu desde então.

A Parte II está centrada no Mercado de Seguros, tema entronizado na sociedade contemporânea, mas que tem o histórico de seu desenvolvimento preterido. Dada a escassez historiográfica, houve ampla busca por informações que se constituíssem em fontes fidedignas para a confecção desta etapa. Com isso, argumentos ampararam a relevância deste segmento para o avanço da economia no estado, sobretudo em momentos de intempéries climáticas ou de incertezas administrativas.

A Parte III estabelece um paralelo entre o Paraná, o mercado de seguros e o seu principal agente articulador, o atual Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização dos Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul, o Sindseg PR/MS, que, ao longo de cem anos de história, deixou de atuar como mero comitê misto para conquistar a decisiva função de sindicato patronal, o que lhe conferiu austeridade em prol dos debates do setor.

Com transparência e credibilidade, conforme atestado em farta documentação, diversas foram as conquistas e os avanços promovidos pelo Sindseg PR/MS. Por meio deste impresso é possível compreender a abrangência de sua atuação e as claras conexões com outros setores da cadeia produtiva. Por essas e outras razões, não há exagero em afirmar que, após um século, o Sindseg PR/MS segue assegurando o futuro.

**Miguel Fernando**  
*Organizador*

1

# **História Geral do Paraná**

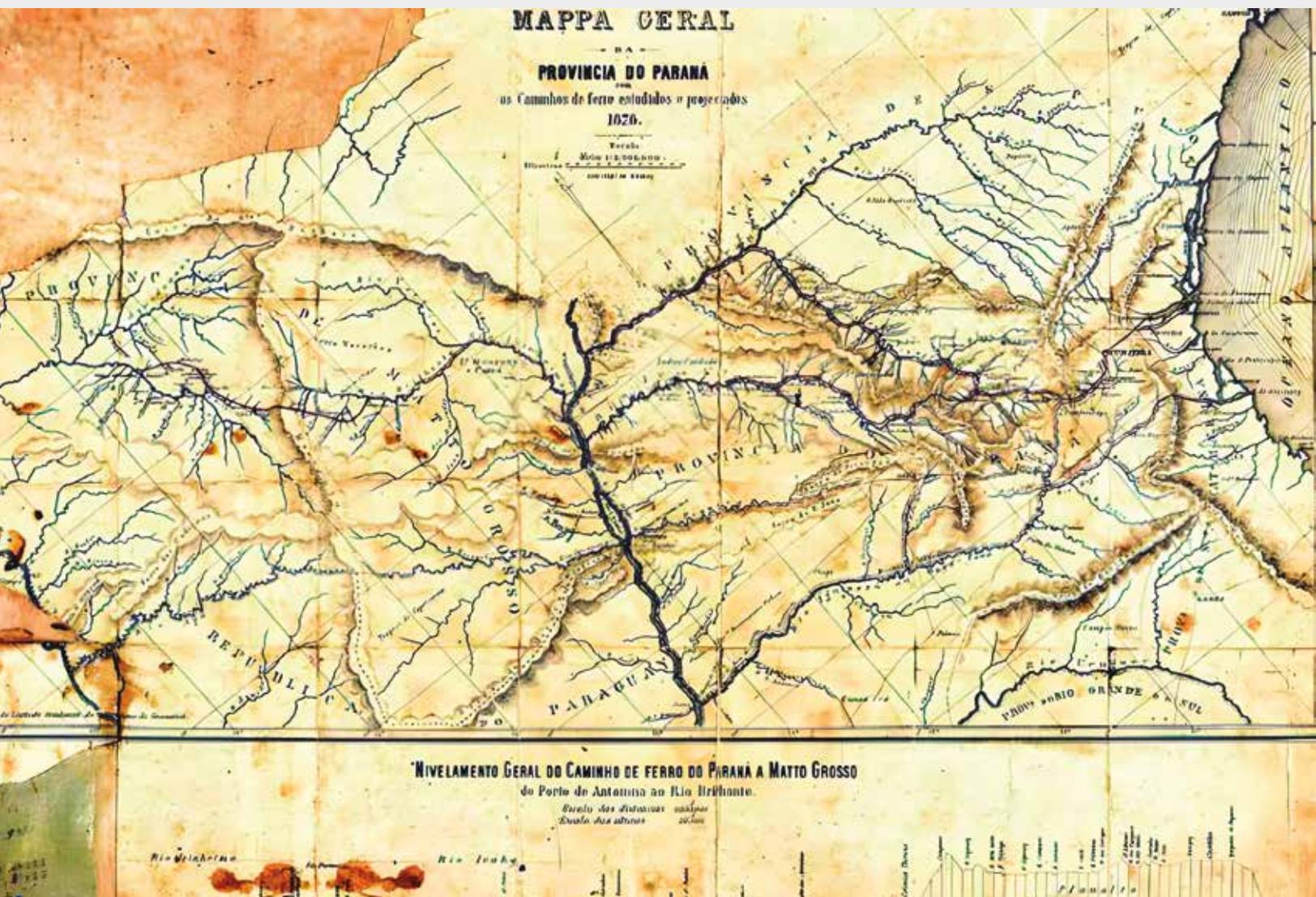
---

**Eventos transcorridos  
entre os séculos XX e XXI**



# POLÍTICA

## A POLÍTICA DO PARANÁ NA FASE PROVINCIAL E NA PRIMEIRA REPÚBLICA



Mapa de formação da província do Paraná.

## A FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

O Paraná foi emancipado como província em 1853, desmembrado da província de São Paulo, no curso do segundo reinado do período monárquico do Estado brasileiro. De acordo com a clivagem da historiadora Marion Brephol Magalhães, é a partir desse marco que tem início a história política do Paraná. No entanto, a historiadora pondera:

Não que anteriormente a esse período inexistissem poderes e interesses de diversos grupos em disputa, ou mesmo ausência completa de governo. O que afirmamos é que somente com a emancipação o Estado, enquanto máquina administrativa (e, portanto, como mediador político da sociedade), foi constituído. Até então, por ser uma extensão da economia paulista, mantinha vínculos muito frouxos com seu governo.<sup>7</sup>

A emancipação atendeu às demandas das elites locais, que requeriam maior autonomia para dirigir suas atividades econômicas, mas também foi influenciada pelos interesses “da segurança do Estado brasileiro”. Para Magalhães, além do fator econômico, “a ameaça separatista, sugerida pela Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, desperta a atenção do governo Imperial para o risco de alargamento da onda revolucionária até o Paraná e daí para a própria província de São Paulo”.<sup>8</sup>

Embora fosse uma concessão do governo imperial brasileiro para ampliar a autonomia das elites regionais, o ordenamento jurídico do período era regido por forte centralização política. A presidência das províncias não era um cargo eletivo com mandato fixo. As nomeações subordinavam-se aos interesses do governo central e às hegemonias que o comandavam, ou seja, os presidentes eram escolhidos entre os membros do partido que chefiava o gabinete governamental.

O número de agentes políticos que exerceram a presidência da província varia ligeiramente na literatura, mas pode-se tomar como baliza o apontamento de Samuel Guimarães da Costa:

<sup>7</sup> MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná**: política e governo. Curitiba: SEED, 2001, p. 23.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 23.

Lei nº 704 de 29 de Agosto de 1853  
A Assembleia Geral Legislativa Decreto.

Artigo 1.º A Comarca da Curitiba na Província de São Paulo fica elevada à categoria de Província com a denominação de - Província do Paraná - A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca.

Artigo 2.º A nova Província terá por Capital a Cidade da Curitiba, em quanto a Assembleia respectiva não decretar o contrário.

Artigo 3.º A Província do Paraná terá um Senador e um Deputado à Assembleia Geral: sua Assembleia Provincial constará de vinte membros.

Artigo 4.º O Governo fica autorizado para criar na mesma Província os Estabelecimentos necessários para a arrecadação, e administração dos Rendas gerais, submettendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembleia Geral para definitiva opposição.

Artigo 5.º Ficão revogadas as disposições em contrário.

Dado na Câmara dos Deputados em vinte e seis de Agosto de mil oitocentos e cinquenta e três, trigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Antonio de Souza e Silva  
Presidente  
Francisco de Paula Landeiro de Moraes  
Ruy Teixeira de Mattos  
Segundo Secretario

Lei Imperial nº 704, de 1853, instituindo a Província do Paraná.

## Lei N.º 704 de 29 de Agosto de 1853



Dom Pedro Segundo, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que a Assembléa Geral Legislativa decretou e Nós queremos a lei seguinte:

- Art. 1.º - A Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de província com a denominação de **Província do Paraná** — A sua extensão e limites, serão os mesmos da referida comarca.
- Art. 2.º - A nova província terá por capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembléa respectiva não decretar o contrário.
- Art. 3.º - A Província do Paraná dará um senador e um deputado à Assembléa Geral: - sua Assembléa Provincial constará de 20 membros.
- Art. 4.º - O governo fica autorizado para crear na mesma província as estações fiscaes indispensáveis para a arrecadação e administração das rendas gerais, submetendo depois o que houver determinado, ao conhecimento da Assembléa Geral para definitiva approvação.
- Art. 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Mandamos, por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império, a faça imprimir, publicar e correr. Dado no palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de Agosto de mil oitocentos e cinquenta e três, trigéssimo segundo da Independência e do Império.

com rubrica e guarda

**Francisco Gonçalves Martins.**

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial manda executar o decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, elevando a Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, à categoria de Província, como acima se declara, para Vossa Magestade Imperial ver. Manoel José Simões, a ver. José Thomaz Nabuco de Arnujo. Selada na Chancelaria do Império, em 12 de Setembro de 1853. Antonio Alves de Miranda Varajão, Oficial-Maior interino. Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 12 de Setembro de 1853. Na falta do Oficial-Maior, Joaquim Xavier Garcia de Almeida. Registrada na mesma Secretaria de Estado, a fl. 242 V do livro 9.º de Leis, Alvaras e Cartas. Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 1853.

Estacio Maria da Costa e Abros

Transcrição da Lei Imperial nº 704.

Em trinta e seis anos de vida provincial (1853-1889), como a mais nova unidade político-administrativa do Império, o Paraná teve 29 presidentes (função essa correspondente ao dos governadores de hoje), todos nomeados, conforme as características do regime, pelo imperador D. Pedro II. Isso daria a média de aproximadamente quinze meses por presidente [...], mas esse período médio baixa ainda mais se considerarmos que 25 vice-presidentes estiveram eventualmente no exercício das funções do titular, em geral aguardando a chegada do novo presidente que vinha substituir o anterior.<sup>9</sup>

Discriminando a procedência desses dirigentes, adicionou Samuel Guimarães da Costa: “Dos 29 presidentes titulares que passaram pela administração da Província somente três foram paranaenses: Dr. João José Pedrosa, Dr. Joaquim de Almeida Fariinha Sobrinho e Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Como substitutos eventuais, na condição de vice-presidentes, onze paranaenses exerceram as funções do cargo”.<sup>10</sup>

Não se tratava, porém, de uma particularidade do Paraná. A alta rotatividade e o recrutamento de agentes políticos de outros territórios para presidir as províncias eram traços característicos da política do Estado brasileiro nos tempos do Império, ou seja, essa operação era utilizada para garantir a centralização do poder e inibir o enraizamento de lideranças e poderes locais. Conforme Maria Efigênia Resende, homens de confiança dos ministérios do Império, passíveis de remoção a qualquer tempo, os presidentes de província deviam “trabalhar para manter bem articulados os interesses do Império com os interesses dos grupos de poder privados locais, cuidando ao mesmo tempo para evitar que nenhum deles se sinta preterido em função do outro”.<sup>11</sup>

Presidir províncias periféricas, como era o caso do Paraná, era uma espécie de estágio para aspirar a posições mais elevadas. Na avaliação do historiador Romário Martins, “ao tempo de província o cargo era ocupado por políticos em trânsito para o parlamento nacional ou ministério”.<sup>12</sup>

No que diz respeito ao Paraná, o historiador Ruy Wachowicz propõe uma subdivisão cronológica em dois extensos períodos, um que vai da instituição da província até a Guerra do Paraguai e outro que abrange os anos seguintes até a Proclamação da República. No segundo período, afirma o historiador, “ocorre um aumento da autonomia da província, iniciando esta sua libertação da tutela que o governo imperial exercia”.<sup>13</sup> Nessa nova fase, incorporam-se dirigentes vinculados à província, ainda que minoritários e sem contrariar a mecânica centralizadora que caracterizava o Estado brasileiro. Aprofundando esse veio, Samuel Guimarães da Costa destaca, como uma espécie de terceiro período, o intervalo de 1875 a 1889, que cobre “as agitações que começam a empolgar o país em torno do movimento abolicionista e republicano [...] e

<sup>9</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 1. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994, p. 65

<sup>10</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>11</sup> RESENDE, Maria Efigênia. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120, p. 94.

<sup>12</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 419.

<sup>13</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: EdUEPG, 2010, p. 149.

seus inevitáveis reflexos na política paranaense”,<sup>14</sup> ressaltando a presença de alguns “filhos da terra” nas estruturas governamentais.

As elites locais, a exemplo do que ocorria em âmbito nacional, dividiam-se entre os partidos do período, o Liberal e o Conservador, embora fosse discutível, aqui e alhures, a existência de diferenças ideológicas muito contrastantes que se impusessem fora do jogo de interesses dos agentes sociais e políticos que monopolizavam essa disputa. De resto, o sistema eleitoral, além de restrito e sujeito a critérios censitários de renda, ainda era controlável pelos mecanismos do voto aberto e pelas fraudes. Para Marion Magalhães, “os partidos políticos não eram senão uma ante-sala do poder Executivo, e não agremiadores de interesses mais amplos. Eles só apareciam, inclusive, no período eleitoral”.<sup>15</sup>

Em seu livro sobre a História do Paraná, Romário Martins rastreia o envolvimento de paranaenses com a causa republicana. Cita o pioneiro exemplo de Ubaldino do Amaral Fontoura, paranaense da Lapa, que anunciou, já em 1871, no curso de reunião do Partido Liberal em Sorocaba, sua adesão ao Partido Republicano. Martins incorpora à cronologia a fundação dos clubes republicanos de Curitiba (1885) e Paranaguá (1887) e a criação de jornais com esse ideário, como o *Livre Paraná* (1883) e a *República* (1886). Destaca, ainda, a adesão do deputado Vicente Machado em 1888, que viria a ser “uma figura central do Partido Republicano Paranaense”. Em tom exultante, sintetizou Martins:

Pela palavra nos comícios e nas conferências, pela imprensa em três jornais, pela participação nas deliberações da política republicana dentro e fora da Província, os paranaenses tiveram uma atuação saliente e constante, que em 1888, véspera da vitória, tinha chegado ao clímax do seu entusiasmo idealista e cívico e abalado em suas convicções tradicionais os partidos monárquicos, principalmente o conservador.<sup>16</sup>

Não obstante essas manifestações e adesões, a corrente republicana paranaense não tinha, antes da ruptura de 15 de novembro, força organizada capaz de exercer influência institucional. Examinando os acontecimentos, asseverou o historiador Luiz Carlos Ribeiro:

A República foi proclamada no Rio sem qualquer envolvimento das oligarquias locais. E o golpe consolidou-se pela participação conivente delas, acatando, na prática, em nome da ordem e da segurança,



**Ubaldino do Amaral Fontoura.**

Reprodução Pedro Negrão

<sup>14</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 1. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994, p. 79.

<sup>15</sup> MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p. 26.

<sup>16</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 399.

as medidas tomadas para, em seguida, a nível nacional e local, passarem a disputar o governo.<sup>17</sup>

Para subsidiar sua análise, Ribeiro cita o pronunciamento do último presidente da província, chefe de um gabinete da corrente liberal, Jesuíno Marcondes, proferido em reunião que ele convocou em 17 de novembro de 1889, em face dos acontecimentos que consumaram a Proclamação da República e resultaram na rápida instituição do governo republicano provisório na capital do país. Diz a ata da reunião:

S.Ex. — o Presidente da Província — expoz o fim da reunião, dizendo que, ante os acontecimentos que acabam de dar-se no paiz e que tiveram por immediata consequência a eliminação do regimen monarchico e a retirada da família imperial, julgou acertado que o partido liberal da província tomasse logo a attitude que o patriotismo impõe a todos os brasileiros, nas emergeneias actuaes. Nesse sentido, S. Ex. entendeu que os membros dos velhos partidos nada mais cumpria sinão aceitar os factos consumados, ter toda calma e prudência, de modo a prestar cada qual o seu concurso á patria para a construção do novo regimen. Assim que S. Ex. julgou do seu dever, pensando interpretar os sentimentos geraes dos seus adherentes políticos, endereçar ao chefe do governo provisorio uma mensagem de adhesão; e para esse seu procedimento pedia a approvação dos cidadãos presentes, confiando também na de todos os amigos das demais localidades e em geral na de todos os paranaenses. Disse ainda S. Ex. que convinha tomar uma denominação para o novo partido, e reorganizar ao mesmo tempo a imprensa. Em seguida, pedio a palavra o Sr. Dr. Generoso Marques, e em breve discurso applaudio a conducta do illustre chefe Sr. conselheiro Marcondes e indicou que o novo partido tomasse a denominação de partido republicano federalista.<sup>18</sup>

Em seu livro clássico sobre a *História do Paraná* (1969), Pilati Balhana, Pinheiro Machado e Cecília Westphalen descrevem a rápida transição local:

Proclamada a República, ainda que não oficialmente a notícia chegava a Curitiba. O presidente Jesuíno Marcondes e o Comandante da Brigada Militar, coronel Francisco José Cardoso Junior, imediatamente realizam reunião, objetivando a manutenção da ordem na Província. Os oficiais, porém, da guarnição logo manifestam o seu apoio ao gesto de Deodoro e logo chega também o telegrama encarregando o Comandante da Brigada da manutenção da ordem pública, até a nomeação de um governo provisório. Em consequência, nesse mesmo dia, Jesuíno Marcondes entrega a presidência da Província a Francisco José Cardoso Junior.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos. O mandonismo local e o movimento republicano. **História: Questões e Debates**. Curitiba, v. 3. n. 4, p. 65-85, jun. 1982, p. 83.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 83-84.

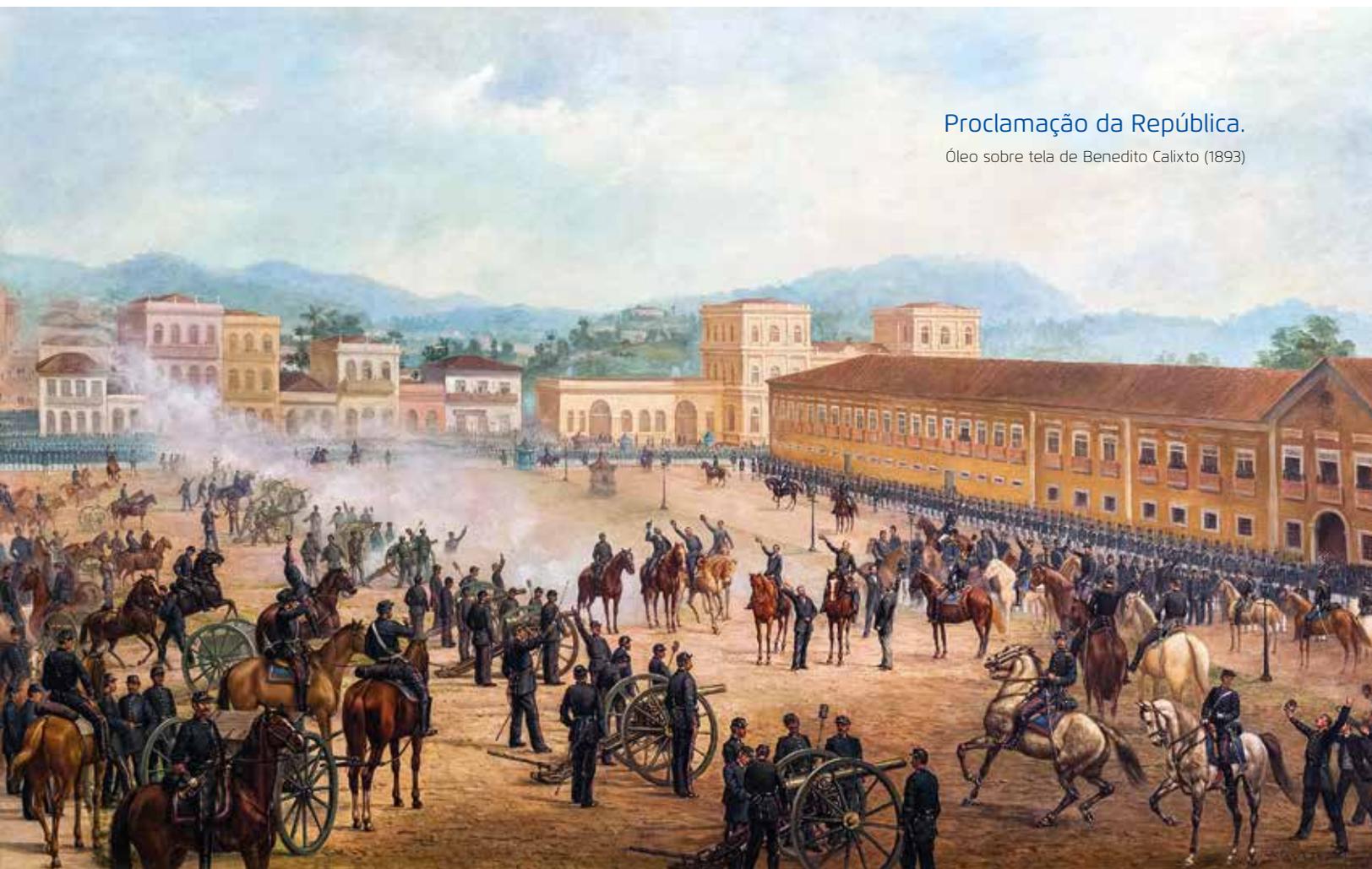
<sup>19</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, v. 3, p. 167.

## O NASCIMENTO DA REPÚBLICA

O Brasil destoava no continente americano por haver constituído um Estado monárquico quando ocorreu seu processo de Independência. Em terras brasileiras, a instituição da República somente ocorreu em 1889, pondo fim a quase sete décadas de monarquia.

Após consumada a Proclamação da República, intelectuais identificados com a monarquia foram pródigos em idealizar o passado regido por essa instituição, representado como um período que garantiu ao país unidade territorial, estabilidade política e progresso. A república, assim, não deitaria raízes na tradição nacional. Inversamente, intelectuais e publicistas republicanos representavam a monarquia como uma anomalia na América. Evocando “as revoluções e pronunciamentos que, desde a Inconfidência, tiveram por alvo instalar um regime republicano no Brasil, afirmam que a República sempre foi uma aspiração nacional”.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> VIOTTI, Emília. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Edunesp, 1999, p. 387. A respeito dos movimentos políticos republicanos predecessores, podem ser citados: Inconfidência Mineira (1789), Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana (1798), Revolução Pernambucana (1817), Sabinada (1837), Revolução Farroupilha (1835) e Revolução Praieira (1848).



Proclamação da República.

Óleo sobre tela de Benedito Calixto (1893)



...Não vos aproximéis de mim! Tinhais vindo ainda ledos do sangue dos escravos, manchados as vossas vestes! Helios-ou, eu não vos quero...

### **Movimento Republicano. Charge de Angelo Agostini: "A Pátria repele os escravocratas".**

Fonte: Revista Ilustrada

Em certa medida, é possível identificar a década de 1870 como o período de impulso do movimento republicano que culminaria no fim da monarquia em 1889. Além da divulgação do “Manifesto Republicano”, houve a organização do Partido Republicano em importantes províncias, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No mesmo diapasão, ocorreu a disseminação de clubes e jornais republicanos em outros territórios, um deles o Paraná. Não foi, evidentemente, um marco zero, pois havia movimentos políticos de inspiração republicana desde os tempos coloniais, a começar pela Inconfidência Mineira. Ao longo do período monárquico, também houve movimentos republicanos a provocar tensões e confrontos ao sistema político.

Em um país extenso e heterogêneo social e culturalmente, com baixa estrutura de integração territorial, a maneira como a memória dessas experiências era incorporada e ressignificada pelas manifestações mais recentes suscita reflexões. Da mesma maneira, pode-se indagar qual era a representatividade social na conjuntura próxima da Proclamação da República. Do ponto de vista institucional, havia pouca ressonância na constituição de representação eleitoral, o que talvez se explique pela estrutura política vigente, dominada pelos dois partidos tradicionais que se revezavam no poder, o Conservador e o Liberal.

Impulsionado nessas duas décadas finais do período monárquico, o movimento republicano não era homogêneo social e ideologicamente. Como tendência principal, a literatura aponta três vertentes. Havia os que se filiavam à tradição da Revolução Francesa, propugnando o advento da República por meio de um levante popular. Principalmente entre os militares da nova geração, havia forte influência da vertente positivista, partidária da instauração de uma ditadura republicana. Havia, ainda, a ressonância do federalismo irradiado por influência da experiência estadunidense, particularmente recepcionada, no Brasil, pelos latifundiários paulistas que se incorporaram ao movimento republicano. O federalismo, ressalte-se, era a ideia mestra do

“Manifesto Republicano”, de 1870. Excetuando os adeptos do paradigma francês, venceu a hipótese evolucionista, para a qual o novo regime poderia ser estabelecido sem fratura.

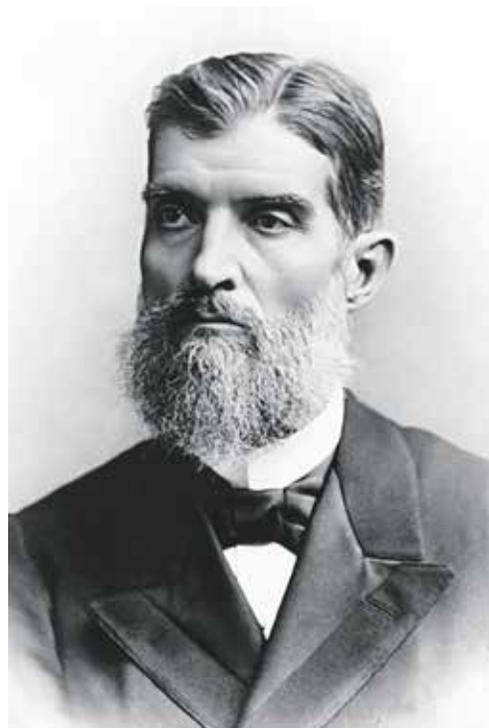
Seja como for, tal como ocorreu em meados de novembro de 1889, o fim da monarquia foi promovido por uma conspiração urdida entre os militares e latifundiários de São Paulo, promovendo uma ruptura sem povo, isolando a tendência revolucionária. Malgrado o alegado enraizamento na cultura política nacional, a monarquia caiu sem resistências. Já na noite de 15 de novembro de 1889, foi composto o governo republicano provisório, sob a presidência do marechal Deodoro da Fonseca. Na madrugada de 17 de novembro, atendendo a um ultimato do governo provisório, o imperador e sua família seguiram para o exílio.

Recente contribuição historiográfica formulou a interpretação de que o movimento intelectual em favor da República, alastrado nos principais centros urbanos, alargou o espaço público e estabeleceu vasos comunicantes entre a grande política e o homem comum, levando para as ruas, para a imprensa e para os livros um processo de deslegitimação simbólica e teórica da monarquia ao atacar seus fundamentos. As ideias novas criaram um solo republicano. Por isso, se não houve a instituição republicana por um levante popular, havia uma desafeição da monarquia que legitimava a edificação do novo regime. Daí o título do livro de Maria Tereza Chaves Mello: *A república consentida* (2007).<sup>21</sup>

O governo provisório, por meio de seu primeiro decreto, determinou: “1º. Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da nação brasileira a República Federativa; 2º. As províncias do Brasil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil”. Naturalmente, a título provisório, até que a Assembleia Constituinte, convocada para essa finalidade, elaborasse e definisse o ordenamento jurídico e político para institucionalizar o regime republicano.

Em seu livro *A formação das almas* (1990), o historiador José Murilo de Carvalho<sup>22</sup> analisa que o novo regime, nascido de um processo que excluiu o povo dos fatos principais, não produziu, de imediato, símbolos e personagens que pudessem se enraizar na memória afetiva nacional. Na instituição da bandeira e do hino, não houve propriamente uma ruptura, mas ressignificação dos símbolos anteriores. Mesmo assim, em um caso e no outro, tal redefinição ocorreu rapidamente, daí o Dia da Bandeira ser comemorado em 19 de novembro. O principal herói republicano foi resgatado de movimentos ocorridos ainda nos tempos da colônia, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, vulgo Tiradentes. Essa reincorporação, contudo, já ocorria antes de 15 de novembro de 1889, tendo em vista que a memória de Tiradentes era evocada pelo movimento republicano e que seu nome já batizava alguns clubes.

Em junho de 1890, por meio de decreto, ocorreu a convocação da Constituinte, a



Prudente de Moraes

<sup>21</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves. **A República consentida**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

<sup>22</sup> CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

reunir-se em 15 de novembro, no primeiro aniversário da Proclamação da República, após eleições realizadas em 15 de setembro. Empossada na data determinada, a Constituinte teve como base um anteprojeto elaborado por notáveis personalidades nomeadas pelo governo provisório, aprovado sem que fossem promovidas alterações importantes. Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a nova Constituição brasileira, a primeira do período republicano, que vigoraria até a ruptura promovida pela Revolução de 1930.

Além de convalidar os atos do governo provisório na primeira fase de seus trabalhos, a Constituinte teve a incumbência de eleger o presidente e o vice-presidente da República. Foram inscritas duas chapas, mas os cargos eram votados separadamente. A primeira chapa tinha o marechal Deodoro da Fonseca como presidente, sendo vice o almirante Eduardo Wandenkolck. A segunda chapa era encabeçada por Prudente de Moraes, que era o presidente do Congresso, tendo como vice o marechal Floriano Peixoto. No final, em vez de sufragar os nomes de uma mesma chapa, os parlamentares elegeram Deodoro Fonseca como presidente e Floriano Peixoto como vice.

A Constituição de 1891 está assentada no princípio do federalismo, mediante inspiração do exemplo dos Estados Unidos da América. A própria denominação jurídica do país passa a ser Estados Unidos do Brasil. Mesmo óbvio aos leitores contemporâneos, porque sobrevive com tradução própria nos tempos atuais, cabe salientar o contraste entre o federalismo e o regime vigente no Império:

O federalismo rompe com o sistema de relação direta entre os detentores do poder local e o centro do poder nacional prevalecente no Brasil Império. Na República, governadores ou presidentes, conforme denominado na respectiva constituição de cada estado, são eleitos e detêm uma enorme soma de poder que lhes advém do próprio texto constitucional.<sup>23</sup>

Sublinha Maria Efigênia Resende:

É o federalismo a grande inovação da Constituição de 1891. [...] O federalismo, implantado em substituição ao centralismo do Império, confere aos estados uma enorme soma de poder, que se distribui entre os estados e os municípios. Sobre esse princípio edifica-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal.<sup>24</sup>

Se a inspiração vem dos Estados Unidos, o federalismo, cláusula principal do “Manifesto Republicano”, é aplicado, no Brasil, em realidade social e política bem distinta. Maria Efigênia Resende explica que a Constituição dos Estados Unidos surgiu “para regular uma sociedade igualitária formada pelos colonos”.<sup>25</sup> No Brasil, a realidade social e econômica era “marcada pela alta concentração da propriedade, pelo imenso

<sup>23</sup> RESENDE, Maria Efigênia. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120, p. 95.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 98

poder dos proprietários”.<sup>26</sup>

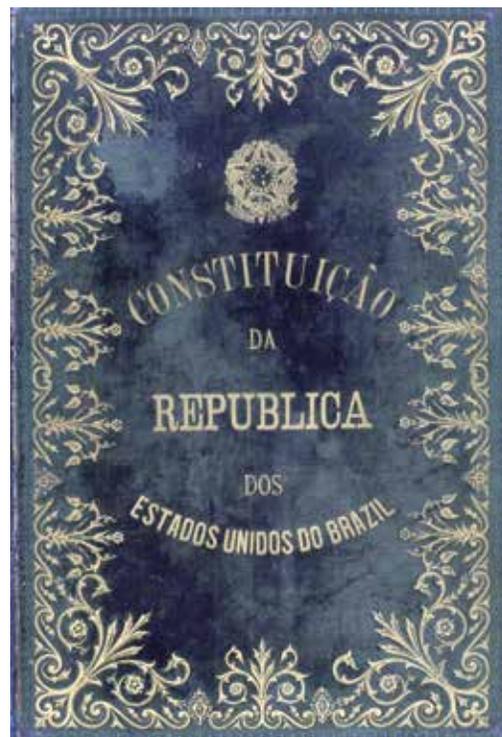
Adota-se, assim, um liberalismo de matiz essencialmente conservador. A descentralização propiciada pelo federalismo ensejou o fortalecimento das oligarquias e do mandonismo de âmbito estadual e municipal. Tanto mais porque essas oligarquias dirigiam e controlavam a “política do estado a partir de poderosas máquinas partidárias estaduais. Nesse processo, os coronéis, nos municípios, serão peças-chave”.<sup>27</sup>

Se a República foi implantada e institucionalizada em pouco mais de um ano, não significa que não houvesse tensões e disputas políticas. De fato, a primeira década republicana foi caracterizada por vertiginosa instabilidade política.

Ao analisar a consolidação da República, Elio Chaves Flores afirma que “o Deodorismo constitucional duraria pouco, de fevereiro a novembro de 1891”.<sup>28</sup> O historiador argumenta que as crescentes desavenças entre a autoridade militar do Executivo e as posturas civilistas da maioria dos parlamentares evoluíram para um impasse, levando a que o marechal se impusesse ao presidente. Isolado politicamente e confrontado pelos parlamentares, Deodoro da Fonseca decretou Estado de Sítio no Distrito Federal e depois fechou o Congresso, medidas que correspondiam à deflagração de um golpe de Estado. O impasse culminou na renúncia do presidente, ocorrida em 23 de novembro de 1891, e em sua sucessão pelo vice, o marechal Floriano Peixoto.

Essa mudança, contudo, não foi sucedida pela pacificação. Ao contrário, acentuou “a crise institucional e o radicalismo dos grupos envolvidos que se tornaria intenso até os contornos de uma guerra civil”.<sup>29</sup>

De imediato, Floriano Peixoto interveio nos estados, promovendo a substituição de governadores por aliados, diminuindo a influência do deodorismo. Em 21 de janeiro de 1892, em face da gravidade da crise, os presidentes das casas legislativas do Congresso Nacional suspenderam os trabalhos parlamentares e manifestaram que tinham confiança no governo, autorizando-o a empregar todos os meios, mesmo os mais enérgicos, para manter a ordem.<sup>30</sup> Em outras palavras, abriam mão temporariamente de suas prerrogativas para o chefe do Executivo combater as revoltas e consolidar o regime.



## O Congresso e a Constituição de 1891.

Foto: Senado Federal

<sup>26</sup> RESENDE, Maria Efigênia. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120, p. 98.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>28</sup> FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88, p. 56.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>30</sup> Idem.



### Paço de São Cristóvão, antigo Palácio Real e Imperial e atual Palácio-sede do Museu Nacional/UFRJ.

Fonte: <https://www.facebook.com/MuseuNacionalUFRJ/photos/a.1512672655701609/2452774925024706/?type=3>

No início de abril de 1892, foi divulgado o “Manifesto dos 13 generais”, um documento que pôs em xeque a legalidade do mandato de Floriano Peixoto, criticou seus atos de força e preconizou a convocação de novas eleições presidenciais. Como represália, “no mesmo dia, os signatários foram demitidos dos cargos comissionados, reformados na carreira, passando para a reserva”.<sup>31</sup> Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, usou a força para debelar os questionamentos à legalidade<sup>32</sup> de seu mandato e para que o Supremo Tribunal Federal convalidasse seus atos de força contra opositoristas.

<sup>31</sup> FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88, p. 61.

<sup>32</sup> A base legal do questionamento era o dispositivo constitucional segundo o qual, caso houvesse a vacância do cargo do titular antes do decurso de dois anos de mandato, o vice deveria assumir por 90 dias e convocar novas eleições. Sobre a legalidade da ascensão de Floriano Peixoto como presidente definitivo, ironizou Marco Villa: “a Constituição era clara: seria necessário convocar nova eleição. Floriano, nosso primeiro ‘jurista de espada’, interpretou que não, que o disposto não seria aplicável à primeira eleição, só aos seus sucessores.” (VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 37).

Tal crise permitiu a ascensão da versão peculiar do jacobinismo republicano brasileiro, que defendia a instituição de uma ditadura revolucionária, em detrimento da hipótese de um regime convencional, com os supostos vícios políticos das elites civis. Primeiramente, tal vertente era atraída pelos rompantes do marechal Deodoro da Fonseca. No entanto, como Deodoro renunciou e faleceu poucos meses depois, em agosto de 1892, Floriano Peixoto, cuja conduta foi traduzida pelo epíteto de Marechal de Ferro e cujo governo foi batizado de República da Espada, foi identificado como destinatário dos anseios dessa vertente.

A instabilidade não cessou. Em setembro de 1892, sedições deflagradas no Sul do país prenunciam uma guerra civil, opondo os chamados federalistas, adeptos do ex-senador monarquista Silveira Martins, e os republicanos radicais, liderados por Júlio Castilhos. O desenvolvimento desse conflito, ao qual se somou a Revolta da Armada, foi sintetizado por Maria Efigênia Resende:

Em fevereiro de 1893, tem início, no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista, guerra civil, entre republicanos e federalistas (ex-liberais e ex-conservadores), resultante da radicalização das lutas pelo poder no estado. Seu início é marcado pela insurgência dos federalistas, ou maragatos, contra a retomada do poder de estado por Júlio Castilhos. Nela ocupam lugar fundamental os coronéis, apoiados pelas suas milícias privadas. O movimento, que se prolonga até agosto de 1893, abrange a ocupação de Santa Catarina e do Paraná e assume contornos separatistas. Em setembro de 1893, o contra-almirante Custódio José de Melo, pretense candidato à sucessão presidencial, inicia a Revolta da Armada, buscando aliança com os federalistas em represália ao apoio de Floriano aos republicanos do Sul.<sup>33</sup>

Para enfrentar essas rebeliões, Floriano Peixoto, além de unificar o Exército, teve o apoio financeiro e político da poderosa oligarquia paulista. Embora vicejassem ideais de uma ditadura militar sob a chefia de Floriano Peixoto, expressão do jacobinismo republicano, as lideranças civis articularam a preservação do calendário eleitoral e a deflagração do certame que legitimaria a escolha do novo presidente, fato ocorrido em março de 1894, mesmo antes do final do contencioso militar. Para tanto, houve a criação do Partido Republicano Federal (PRF), que indicou as candidaturas de Prudente de Moraes, presidente, e Manuel Vitorino, vice-presidente. Candidatos únicos, ambos foram eleitos e tomaram posse, em um contexto de enfraquecimento do movimento federalista.

Prudente de Moraes, ao ser investido do cargo presidencial, comandou uma negociação para encerrar o conflito militar, mediante um acordo firmado em agosto de 1895. Teve de superar as resistências da ala jacobina do PRF, liderada pelo paulista Francisco Glicério, que exigia a rendição dos rebeldes. Essa divisão interna não era episódica e a tensão foi mantida ao longo do mandato de Prudente de Moraes, especialmente porque Glicério, presidente do PRF, exercia robusta liderança no parlamento, o que resultava em desarmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Também datam desse período os episódios do conflito conhecido como Guerra de Canudos. Ecoando a opinião pública que agitava os principais centros urbanos e que

<sup>33</sup> RESENDE, Maria Efigênia. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120, p. 109-110.

se traduziu em mobilizações do jacobinismo republicano, o governo federal, após as forças da ordem sofrerem três reveses, determinou que o movimento político sertanejo, incorretamente caracterizado como um quisto monárquico, fosse destroçado, segundo as palavras do presidente Prudente de Moraes. Em 1897, a quarta expedição das forças da ordem promoveu o massacre contra os sertanejos.<sup>34</sup> Essa violência desmedida contra os deserdados foi um traço da Primeira República.

Nos principais centros urbanos, depois de uma licença do cargo para cuidar de sua saúde, Prudente de Moraes enfrentou crises provocadas pelas pretensões de seu vice, Manuel Vitorino, e por movimentações da Escola Militar, povoada pelos jacobinos. A tensão tinha ressonância no interior do PRF, dividido entre os assim chamados “republicanos”, os gliceristas, e os “concentrados”, os prudentistas. Em cenário tão aquecido, a revolta da Escola Militar foi encerrada com uma tentativa de assassinato do presidente da República, um ato malsucedido que contribuiu para o definhamento do jacobinismo.

## A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

Na sucessão de Prudente de Moraes, foi esboçado o arranjo político que tomaria forma no governo de seu sucessor, o paulista Campos Salles. Herdando um país imerso em uma crise econômica, a qual havia sido impulsionada pela política de expansão do meio circulante (moedas e papéis equivalentes) praticada pelo primeiro governo republicano, o chamado “Encilhamento”, Campos Salles propôs tal arranjo para pacificar politicamente o país e reestruturar a administração pública. Por um lado, operava para estabelecer relações harmônicas entre os entes federados: União, Estados e Municípios. Por outro lado, visava harmonizar as relações entre o Executivo e o Legislativo, subordinando este último ao primeiro. Campos Salles denominou esse arranjo de “política dos estados”, mas a literatura, baseando-se na memória nacional, utiliza a terminologia de “política dos governadores”.

Na sistematização de Maria Efigênia Resende:

O compromisso recíproco entre Campos Salles e os governadores pressupõe que ele não interfira em assuntos de política estadual e que os governadores providenciem, em seus estados, resultados eleitorais que permitam a composição de um Legislativo federal compatibilizado com as políticas de governo do presidente. Para viabilizar esse acordo é preciso que os governantes, nos respectivos estados, consigam articular-se com os coronéis nos municípios para que saiam vitoriosas as chapas eleitorais organizadas pelo respectivo partido republicano estadual. Torna-se, por-



Charge da chamada “Política dos Governadores”.

<sup>34</sup> HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1907. *Tempo*, v. 2, n. 3, p. 81-105, 1996.

tanto, indispensável uma articulação positiva entre governadores e coronéis. São esses últimos a peça-chave na organização das eleições e na “garantia” de resultados favoráveis à situação dominante no seu estado.<sup>35</sup>

Com isso, o arranjo permitia que o presidente contasse com maioria parlamentar confortável e que houvesse alinhamento entre os chefes políticos regionais e o presidente da República. Tal equação fortalecia, sobretudo, o poder dos governadores, chefes dos partidos republicanos de base estadual. Após a malsucedida relação entre o PRF e o governo de Prudente de Moraes, inviabiliza-se a hipótese de um partido nacional, cujo chefe poderia, como aconteceu com Glicério, rivalizar com o poder do presidente da República. Os conflitos, quando existissem, deveriam ficar acantonados nas bases regionais, cabendo às forças que prevalecessem procurar alinhamento com o poder federal.

O sucesso da fórmula era garantido por um sistema eleitoral baseado no voto aberto, sujeito ao controle exercido por coerção física e econômica, e por fraudes. Os chefes políticos locais dispunham de meios, nem sempre lícitos, para entregar os votos e exigir as relações de reciprocidade inerentes ao processo. Com eleições escandalosamente majoritárias, interditava-se o caminho da oposição. Entre 1894 e 1930, houve dez eleições diretas a presidente, sempre com a vitória do candidato oficial. Não se tratava, como é evidente, de um processo democrático.

No âmbito do governo federal, no coração do poder da República, mostrou-se praticamente nula a hipótese de alternância de poder. O candidato ungido pelo pacto entre os governadores tornava-se, cumprida a formalidade do rito eleitoral controlado, o presidente da República. Não por acaso, mesmo enfrentando crises conjunturais, caracterizadas por formação de dissidências, esse arranjo mostrou-se imbatível até 1930, quando a chamada Revolução de 1930 reformou as instituições. Controlando e manipulando o exercício do direito político ao voto, como sentenciou Maria Efigênia Resende, “o mais importante é constatar que o sistema político prevalecente na República oligárquica inviabiliza avanços significativos no processo de construção da cidadania”.<sup>36</sup>

A política dos governadores traçou a fisionomia do federalismo brasileiro, fundado na força desigual dos estados. Campos Salles estabeleceu sua fórmula tendo como base os três grandes colégios eleitorais do país, Minas Gerais, São Paulo e Bahia. O primeiro detinha 37 deputados, enquanto os outros dois elegiam, cada um, 22 deputados. Província periférica durante a fase final do Império, o Paraná manteve-se como estado periférico no contexto do federalismo da Primeira República. Sua força política era traduzida por sua reduzida bancada, composta por 5 parlamentares.

Na constelação vigente, nem todos poderiam aspirar às posições hegemônicas, mas



Campos Salles.

<sup>35</sup> RESENDE, Maria Efigênia. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120, p. 117.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 119.

os estados menos influentes deveriam ter suas pretensões incorporadas nas negociações, seja pela tramitação de verbas, seja pela ocupação de posições na máquina pública. É superficial a ideia de que o mando político da Primeira República era regido pela política do “café com leite”, ou seja, pelo revezamento das oligarquias paulistas e mineiras no comando do governo federal. A equação era mais abrangente: “cada sucessão presidencial exige negociações complexas nas quais também os estados de menor representações desempenham importante papel”.<sup>37</sup>

De resto, se o arranjo da política dos governadores se mostrou imbatível na produção de resultados eleitorais aos candidatos oficiais à presidência da República, houve conjunturas em que os certames incorporaram dissidências oligárquicas e em que medidas extralegais passaram a ser aventadas para solucionar a obstrução da ascensão de novas forças políticas, tendência que se acentuou na década de 1920.

## O PARANÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Voltando ao Paraná do início da República, conforme adiantado páginas atrás, logo após a instalação do governo provisório nacional, Jesuíno Marcondes, presidente da província local, transferiu o poder ao coronel Francisco José Cardoso Junior, comandante da Brigada Militar. Cardoso, contudo, manteve-se pouco tempo no poder. Em 1890, ano caracterizado por forte instabilidade política, a chefia do governo foi exercida por José Marques de Guimarães, Américo Lobo Pereira, Inocêncio Serzedelo Correia e José Cerqueira de Aguiar Lima.<sup>38</sup> Foram delineadas, no período, duas correntes políticas: “os republicanos e os conservadores agruparam-se ao lado de Vicente Machado, enquanto os liberais ao lado de Generoso Marques dos Santos que herdara a liderança de Jesuíno Mendonça”.<sup>39</sup>

Não tardam a ser promovidas medidas de alcance simbólico, identificadas com o regime nascente, na toponímia da capital:

As transformações atingem também o urbanismo e uma série de ruas e praças mudam de nome para se adaptarem às novas condições e exigências políticas. Em Curitiba a Rua da Imperatriz vira Rua XV de Novembro, a do Imperador, Marechal Deodoro e a Praça D. Pedro II, Tiradentes. [...] Na busca de uma determinação do ponto de origem mudam o nome da rua da Imperatriz para XV de Novembro, lembrando a data da proclamação e, contribuindo com a construção da imagem de Tiradentes como o grande herói da Pátria, dão seu nome à principal praça da capital, a praça da Igreja Matriz, isto já no início de dezembro de 1889.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> RESENDE, 2003, p. 118.

<sup>38</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, v. 3, p. 168.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>40</sup> PEREIRA, Luís Fernandes Lopes. **Paranismo, cultura e imaginário no Paraná da I República**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996, p. 46-47.



**Casarão no Centro da capital, nas esquinas das ruas Dr. Muricy com Cândido Lopes, onde hoje está a Biblioteca Pública do Paraná (BPP).**

Em dezembro de 1889, o chefe do governo provisório do Paraná, contra-almirante José Marques de Guimarães, em sintonia com o primeiro decreto do governo provisório nacional, dissolveu a remanescente Assembleia Provincial. Foi criada uma “Comissão para assuntos legislativos, presidida por Vicente Machado, destinada a acompanhar o desenvolvimento político a partir do governo central”.<sup>41</sup>

Em outubro de 1890, o presidente da República deu publicidade a um decreto que estabelecia regras e cronograma para a realização de eleições de âmbito estadual. A representação deveria elaborar as constituições dos estados e depois converter-se em parlamento ordinário. Seguindo tais prazos e diretrizes, o chefe do governo provisório do Paraná, general José Cerqueira de Aguiar Lima, convocou as eleições para 1º de março de 1891. Conforme avaliação de Romário Martins, contando com a utilização dos procedimentos da política tradicional do período e com o apoio do governo de então, prevaleceu a bancada liberal, alinhada à liderança de Generoso Marques, que o elegeu presidente do Paraná na sequência, tendo como vice o desembargador Joaquim Silveira da Mota.<sup>42</sup> Inferiu Ruy Wachowicz:

<sup>41</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 1. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994, p. 186.

<sup>42</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

Os antigos liberais, alijados do governo em 1889 com a proclamação da República, voltaram ao poder com as eleições de 1891, eleito que foi para a presidência do Estado o Dr. Generoso Marques dos Santos em substituição à junta governativa que dirigia o estado desde 15 de novembro. [...] Este governo sancionou a primeira constituição paranaense, em 1891.<sup>43</sup>



### Combatentes do Cerco da Lapa.

Fonte: Laeti Imagens

Tendo apoiado Deodoro Fonseca na crise política que culminou em sua renúncia, o governo paranaense caiu logo em seguida, deposto pela guarnição militar de Curitiba, que aderira a Floriano Peixoto: “Vicente Machado era novamente o senhor da situação. Opera-se a reorganização da ordem republicana, no Paraná, sob a sua direção”.<sup>44</sup>

Estabelece-se uma junta governativa, que promove novas eleições e instala, em fevereiro de 1892, a Assembleia Legislativa, dotando-a de poderes para rever a Constituição elaborada pela representação anterior. Em 7 de abril de 1892, foi promulgada a nova Constituição do Paraná. Na avaliação de Romário Martins: “da situação criada em 1891 com a Junta Governativa e, a seguir, com a eleição do governo legal, decorreu a continuidade

administrativa que se prolongou até a Revolução de 1930”.<sup>45</sup>

O primeiro governo instituído no início desse ciclo reunia duas lideranças proeminentes das duas primeiras décadas da república no Paraná, Francisco Xavier da Silva (presidente) e Vicente Machado (vice-presidente). O primeiro voltaria a ser presidente em outras duas ocasiões, em 1900 e em 1908. Vicente Machado assumiu o governo em 1893, quando Xavier da Silva licenciou-se por motivos de saúde, e viria a ser eleito presidente em 1904, vindo a morrer no cargo, precocemente, logo depois. Salientou Samuel Guimarães da Costa: “juntos, eles conquistaram o governo do Paraná duas vezes, revezando-se no poder, a cada quadriênio, não chegando a repetir essa façanha pela terceira vez somente porque Vicente faleceu no penúltimo ano de seu quadriênio de 1904-1908”.<sup>46</sup>

Em 1894, substituindo Xavier da Silva na presidência, Vicente Machado chefiava o governo quando houve os episódios mais dramáticos da Revolução Federalista no território do Paraná. Após a bem-sucedida ocupação militar de Santa Catarina, o alvo das tropas federalistas passou a ser o território do Paraná, etapa necessária para atingir os principais centros políticos do país, particularmente São Paulo e o Distrito Federal.

<sup>43</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: EdUEPG, 2010, p. 193-194.

<sup>44</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, v. 3, p. 195.

<sup>45</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 435.

<sup>46</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 1. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994, p. 213.

Contando com a força de suas tropas e também com adeptos no estado, os rebeldes ocuparam posições estratégicas no Paraná, como Paranaguá e Curitiba. Avaliando a ausência de meios compatíveis para a defesa da capital, Vicente Machado, antecipando-se, havia transferido a capital para Castro. Por seu turno, além de exigirem tributos das elites locais para financiamento da guerra, as forças de ocupação nomearam um governo provisório, identificado com seu comando, exercido, em curtos períodos, pelos seguintes agentes políticos: Teófilo Soares Gomes (15 de janeiro de 1894 a 21 de janeiro de 1894), João Menezes Doria (21 de janeiro de 1894 a 24 de março de 1894), Francisco José C. Junior (24 de março de 1894 a 3 de abril de 1894), Tertuliano T. de Freitas (3 de abril de 1894 a 5 de abril de 1894), Antônio José F. Braga (5 de abril de 1894 a 1º de maio de 1894).<sup>47</sup>

As tropas federalistas enfrentaram, porém, forte resistência das forças legalistas no episódio conhecido como o “Cercos da Lapa”. Descreveu Elio Chaves Flores:

Um dos momentos simbólicos da resistência dos legalistas ocorreu no cerco da Lapa, episódio que marcaria a República no Paraná. Em meados de janeiro de 1894, tropas legalistas, lideradas pelo coronel Gomes Carneiro, foram atacadas pelos federalistas e se entrincheiravam na cidade, resistindo ao cerco e à fuzilaria por quase um mês. Sem receberem auxílio, batidos pela fome e o avanço dos revoltosos, os legalistas que não foram trucidados se renderam no dia 11 de fevereiro, numa Lapa arrasada e ensanguentada.<sup>48</sup>

A resistência das forças legalistas não foi em vão, como argumentou Ruy Wachowicz:

Proporcionou ao governo central do Marechal Floriano, na época o símbolo da República e da legalidade, o tempo suficiente para a aquisição no estrangeiro de uma esquadra, bem como para a organização, em São Paulo, das forças necessárias para deter e repelir o avanço federalista. A prolongada resistência da Lapa foi decisiva na concretização desses planos e impediu ataque ao estado de São Paulo, o qual desta forma teve o sossego e o tempo necessário para mobilizar-se.<sup>49</sup>



**Vicente Machado.**

Fonte: Assembleia Legislativa do Paraná.

Em 6 de maio de 1894, amparado pelas forças legalistas, Vicente Machado retomou o governo do Paraná. Com a inversão da situação, houve retaliações a personagens que colaboraram ou foram vistos como colaboradores das forças de ocupação. Alguns notáveis, em face da provável derrota das forças federa-

<sup>47</sup> CAMARGO, João Borba. **História do Paraná: a República**. Maringá-PR: Ed. do Autor, 2006, p. 44.

<sup>48</sup> FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88, p. 78.

<sup>49</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: EdUEPG, 2010, p. 201.

listas, exilaram-se em países vizinhos por precaução: Generoso Marques dos Santos, Theófilo Soares Gomes e João de Menezes Dória. Por outro lado, em 20 de maio daquele ano, ocorreram as execuções, sem julgamento, de Francisco Braga, Prisciliano Correia, Barão do Serro Azul, Balbino de Mendonça, José Moura, J. Scheleder e Mato Guedes. Os seis últimos, embarcados em um trem em Curitiba com destino a Parana-guá, foram fuzilados no meio de trajeto.<sup>50</sup>

A historiadora Marion Magalhaes teceu instigante reflexão sobre a maneira como esse conflitivo processo foi incorporado à memória política do Paraná. Não obstante ter sido convertido em *locus* principal da luta armada e do massacre infligido à população civil, o Paraná:

acomodou-se rapidamente à restauração da ordem, não se observando significativas mudanças. Entretanto, é necessário ressaltar que a historiografia que se dedica a esse período pouco avaliou o nível de consciência revolucionária dos participantes, limitando-se apenas às ações de seus principais líderes. Não por acaso, a ênfase nos feitos dos generais, presidentes e empresários, a morte trágica de um, os atos heroicos de outro, valeram aos historiadores oficiais a possibilidade de fabricar os heróis de que necessitam, elemento chave na produção do orgulho patriótico e do nacionalismo oficial. [...] Não por acaso, e independentemente de sua posição política naquele conflito, nomes como os de Joaquim Lacerda, Amintas Barros, Dulcídio Pereira, Gomes Carneiro ou Barão do Serro Azul são inscritos como nomes de ruas, praças e monumentos. Todos heróis, todos a serviço da causa paranaense.<sup>51</sup>

## DEPOIS DA TEMPESTADE

No plano da política institucional, os vencedores monopolizaram o comando do Estado até 1908, com os governos de Xavier da Silva, Santos Andrade e Vicente Machado. Naquele ano, conquanto remanescessem feridas dos confrontos recentes, houve pactuação entre as forças rivais. Mônica Goulart discorreu sobre esse processo:

Com a morte de Vicente Machado em 1907 (que era o político de maior expressão e poder), as lideranças partidárias estabeleceram a Coligação Partidária, em 1908, que decorreu de um pacto político firmado com o objetivo de unir dois dos partidos políticos que disputavam, até então, as eleições. Assim, as principais lideranças definiram as próximas eleições, assim como também a distribuição dos cargos mais importantes no estado. Tão logo a aglutinação ocorreu, o poder político continuou concentrado, mas agora nas mãos do ex-oposicio-

<sup>50</sup> FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88, p. 79.

<sup>51</sup> MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná**: política e governo. Curitiba: SEED, 2001, p. 28.

nista Afonso Alves de Camargo.<sup>52</sup>

Em sua alentada tese de doutorado, utilizando a noção de gerações, Mônica Goulart escrutinou essa pactuação, desde seus antecedentes até seus desdobramentos no período final da Primeira República. Por um lado, mapeia que:

nos primeiros anos da República estes atores se encontram primeiramente divididos em dois partidos políticos: Partido Republicano Federal — situacionista — (no Império se denominava Partido Conservador) e Partido Republicano — opositorista — (antigo Partido Liberal, no Império) e, depois, todos compartilham no Partido Republicano Paranaense, que foi o resultado da união dos anteriores. Durante a existência do Partido Republicano Federal, tem-se os seguintes membros: Francisco Xavier da Silva, Vicente Machado da Silva Lima, José Pereira dos Santos Andrade, Carlos Cavalcanti, João Cândido Ferreira. Já para o Partido Republicano, também chamado no início da República de União Republicana, somente Generoso Marques fez parte desta agremiação.<sup>53</sup>



**Afonso Camargo.**

Por outro lado:

O segundo grupo geracional, embora estabelecido por apenas dois governadores, Afonso Camargo e Munhoz da Rocha, também foram opositoristas entre si durante o início de suas trajetórias políticas, onde o primeiro pertencia à agremiação de Generoso Marques e o segundo ao grupo situacionista de Vicente Machado. No entanto, ambos compartilharam o poder estadual no período de 1916-1930, formando um quadro político coeso, onde Afonso Camargo assumiu o governo em 1916 e o transferiu em 1920 para Munhoz da Rocha, que o estendeu em dois mandatos consecutivos, retornando Afonso Camargo de 1928 até 1930. [...]. De certa forma, a geração de Caetano Munhoz e Afonso Camargo irá consolidar efetivamente a proposta estratégica de 1908 onde forças e interesses de grupos antagônicos se reúnem em um mesmo Partido, assim, ambos desenvolvem suas estratégias políticas firmados também pelo controle direto do Partido Republicano Paranaense [...].<sup>54</sup>

<sup>52</sup> GOULART, Monica Helena Harrich Silva. O poder local e o coronelismo no Paraná. **Revista NEP: Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 1, n. 1, p. 15-39, dez. 2015, p. 30-31.

<sup>53</sup> GOULART, Monica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa paranaense: 1889-1930**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008, p. 121.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 121-122.

A respeito da dinâmica do arranjo político que dirigiu o Paraná nas duas décadas finais da Primeira República, adicionou o livro de Altiva Balhana, Pinheiro Machado e Cecília Westphalen:

O sistema político interno do estado do Paraná acompanhou, como parte integrante do conjunto nacional, a mesma linha de evolução. Desde a década de 1910, após a liquidação dos resíduos das lutas provenientes dos distúrbios que vinham desde o princípio do século, instalou-se tranquilamente o sistema do governo oligárquico, fortemente apoiado dentro do Estado pela política paternalista dos “coronéis” municipais, e no âmbito nacional pela solidariedade incondicional às oligarquias cafeeiras de São Paulo.<sup>55</sup>

## A CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A normalização ensejada pela “política dos governadores” sedimentava-se, mas seus limites foram confrontados desde o início da década de 1920. Com efeito, a sucessão presidencial de 1922 foi marcada pela emergência de uma dissidência no seio do pacto oligárquico:

Inconformados com a imposição do candidato situacionista, as oligarquias dos estados de segunda grandeza, representados pelo Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, articularam um movimento que ficou conhecido como Reação Republicana, lançando as candidaturas de Nilo Peçanha e J. J. Seabra à presidência e à vice-presidência da República.<sup>56</sup>

Não se propunha propriamente uma ruptura. Nilo Peçanha, ex-presidente da República, era um notável oligarca fluminense. Traduzindo a insatisfação dos citados estados com o “imperialismo” dos grandes estados, o programa da Reação Republicana incorporava temas como diversificação da agricultura e regeneração dos costumes políticos, sem propor, contudo, o voto secreto. Para mobilizar as massas dos grandes centros urbanos, onde os mecanismos de controle do voto eram menos efetivos, incorporou a questão social à pregação de campanha.

O destaque dado à relação capital-trabalho estava ligado à intensa agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910 e colocou em evidência o debate sobre a questão social. Nilo advogava igualmente a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo como alternativa para ampliar a participação política dos

<sup>55</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, v. 3, p. 206.

<sup>56</sup> MORAES, Marieta; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.)w. **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 387-433, p. 394.

seguimentos privilegiados.<sup>57</sup>

É o caso de indagar qual era o compromisso efetivo dos candidatos da Reação Republicana com a agenda social e quais seriam as medidas efetivas adotadas em um eventual governo. O debate público ensejado, porém, era emblemático. Regida por um liberalismo conservador, a Primeira República não incorporava à cidadania os direitos sociais, além de restringir e adulterar os direitos políticos. Restrito a uma minoria da população, o exercício do voto, talvez o mais básico dos direitos políticos, era conspurcado pelo mandonismo e pelas fraudes.

Fazendo um balanço da participação eleitoral na Primeira República, José Murilo de Carvalho usou o parâmetro da população aferida pelo Censo de 1920. Em um universo demográfico de 30 milhões de habitantes, estavam excluídos: os analfabetos (75% da população), os imigrantes, as mulheres, os menores de 21 anos. O saldo era de 2,4 milhões de cidadãos que poderiam votar. Não bastasse a condição minoritária do universo de eleitores, a abstenção era alta. No certame de 1910, quando Rui Barbosa protagonizou a empolgante campanha civilista contra o candidato oficial, marechal Hermes da Fonseca, houve abstenção de 40% e os votantes representavam 2,7% da população. Com as fraudes, ninguém tinha certeza de que seu voto teria a destinação desejada.<sup>58</sup>

Por isso, a cidadania, muitas vezes, era exercida por formas de ação direta, como o sindicalismo. A literatura especializada demonstra que, nas duas primeiras décadas do século XX, o sindicalismo era hegemônico por tendências libertárias, influenciadas pelo ideário anarquista. Isso não leva a concluir que os operários aderissem à ideologia correspondente, mas que a forma de atuação, baseada na ação direta, era mais efetiva do que a hipótese de constituir representações eleitorais para produzir nova legislação, por exemplo, embora houvesse correntes operárias que tivessem esse horizonte.

Em 1917, com traduções próprias em diferentes centros, o combativo sindicalismo do período desencadeou ações que se converteram em greve geral. Em Curitiba, as mobilizações foram impulsionadas a partir de 1º de maio, por meio de ato realizado na praça Tiradentes. Dezoito dias depois, a greve irrompeu, provocando a paralisação do trânsito e a interrupção do fornecimento de energia elétrica. Em clima político inflacionado pela Grande Guerra, as forças da ordem instrumentalizaram o mito da infiltração estrangeira para desencadear repressão ao movimento:

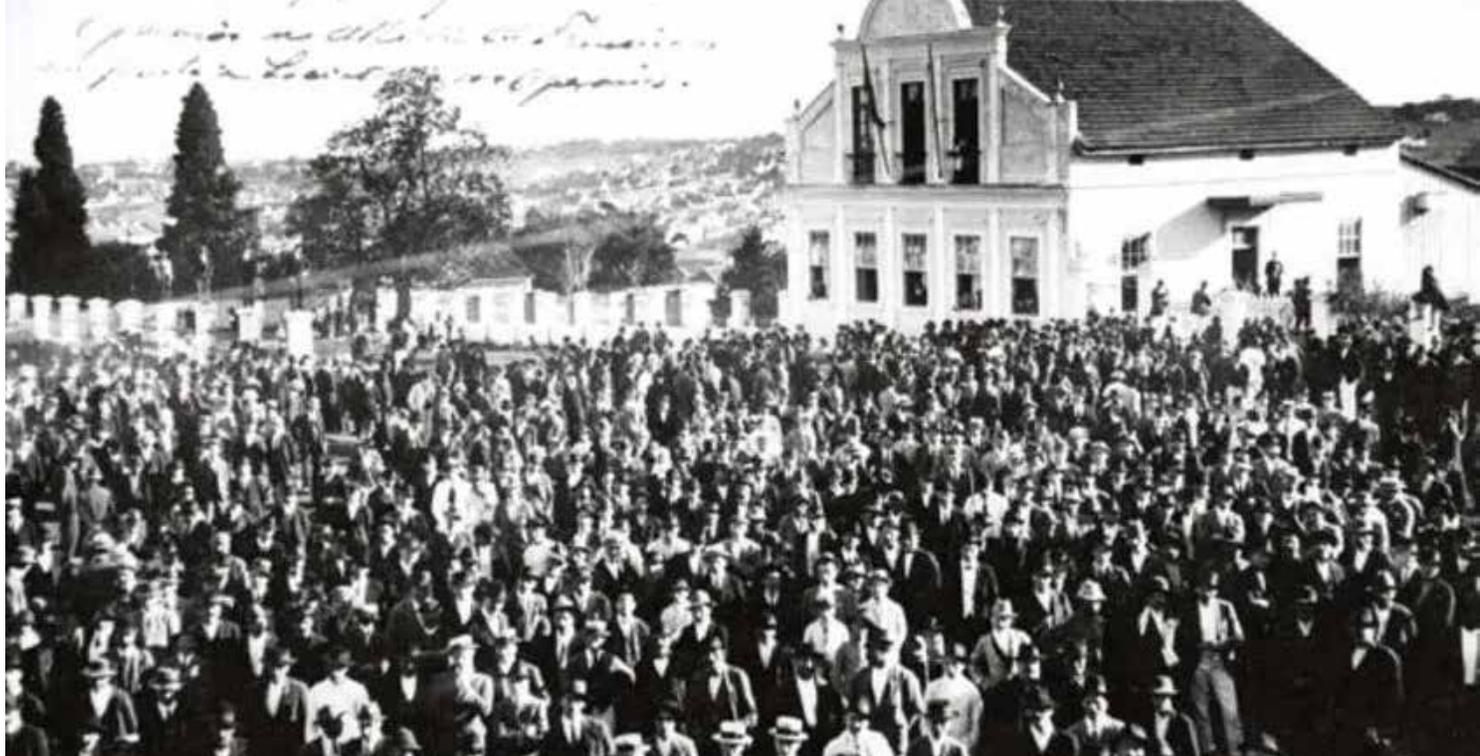
É justamente sob essa acusação, o mito do inimigo externo, que a polícia e a própria imprensa encontram apoio de outros segmentos sociais de Curitiba para fazerem prevalecer a ordem. A greve é reprimida como um feito patriótico, após sete dias de duração; suas



Nilo Peçanha

<sup>57</sup> MORAES, Marieta; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.)w. **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 387-433, p. 394.

<sup>58</sup> CARVALHO, José Murilo. **O pecado original da República**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.



### Greve Geral de 1 de maio de 1917 em Curitiba.

Fonte: Turistoria

lideranças foram presas ou deportadas, medida resultante da aliança entre a polícia e os empresários.<sup>59</sup>

Ainda que tênue e superficial, a evocação à questão social na campanha da chapa da Reação Republicana era uma ressonância da luta social. O resultado eleitoral, contudo, confirmou a eficácia dos métodos da aliança oligárquica que sustentava a “política dos governadores”, visto que o candidato oficial, o mineiro Arthur Bernardes, obteve a votação majoritária. O fato diferente, na conjuntura de 1922, foi a contestação do resultado das urnas:

A reação republicana não reconheceu a derrota e, além de reivindicar um tribunal de honra que arbitrasse o processo eleitoral, desencadeou uma campanha visando, de um lado, a manter a mobilização popular e, de outro, a aprofundar o processo de acirramento dos ânimos militares.<sup>60</sup>

A consequência prática foi a rebelião militar protagonizada por oficiais de baixa patente conhecida como o Levante dos 18 do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922. Isolando e derrotando o levante e reprimindo seus apoiadores, o Estado brasileiro deu posse a Artur Bernardes. O novo presidente, para garantir estabilidade ao seu governo, decretou Estado de Sítio, visando à repressão aos opositores. Seu governo, no entanto, foi sobressaltado e confrontado por novas jornadas do ativismo desses oficiais. Com efeito, dois anos depois, no aniversário do Levante do Forte de

<sup>59</sup> MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p. 41.

<sup>60</sup> MORAES, Marieta; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 387-433, p. 398.

Copacabana, eclodiria o 5 de julho em São Paulo. O objetivo era derrubar o presidente Bernardes, ícone das oligarquias no poder.

Em um primeiro momento, os rebeldes controlaram a cidade de São Paulo, mas logo em seguida, em face da rearticulação promovida pelo governo do Estado, deixaram a capital e se deslocaram pelo interior paulista, onde também havia rebeliões. Em seguida, fixaram-se no oeste do Paraná, onde se encontraram com as tropas rebeldes oriundas do Rio Grande do Sul, lideradas pelo capitão Luiz Carlos Prestes. A união das tropas deu origem à célebre Coluna Miguel Costa-Luiz Carlos Prestes. Por causa da participação dos militares de baixa patente, esse movimento ficou conhecido posteriormente como “Tenentismo”, embora, na época, seus agentes fossem chamados de “revolucionários”.

Sempre com o objetivo de derrubar Bernardes, a coluna protagonizou uma epopeia política: “organizada sem que um plano tivesse sido previamente traçado, com seus 1.500 homens, percorreu cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução e o levante da população contra as oligarquias”.<sup>61</sup> Evitando confrontos em que estivesse em desvantagem e realizando calculadas ações de desgaste, teceu para si a mística da “coluna invicta”. Com o fim do governo Bernardes, sua razão de existir esvaziou-se e seus remanescentes seguiram para o exílio.

O chamado Tenentismo não era um movimento político sistemático, dotado de um programa e de uma organização permanente. Seus objetivos eram bastante genéricos. Combatiam as oligarquias, defendiam a reforma da Constituição e dos costumes políticos e um nacionalismo vago. Sua insurgência foi vista, por uma parte dos intérpretes, como expressão da ação das classes médias e, por outra, como fator de reavivamento do ativismo militar, frequente em nossa história republicana.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 401.



**Manifestação popular em apoio à campanha da Aliança Liberal, em frente ao Teatro Municipal, na Cinelândia. Rio de Janeiro (DF).**

Fonte: FGV-CPDOC

# POLÍTICA

## A POLÍTICA NO PARANÁ DE 1930 A 1945



1866 - Mapa da Província do Paraná (publicado por William Scully, Rio de Janeiro. Desenho e gravura de George Philip & Son, Liverpool & Londres, 1866).

Em 1926, o pacto oligárquico foi recomposto, com a indicação da candidatura única de Washington Luís, cujo governo ocorreu em clima de relativa tranquilidade institucional. Na antevéspera da eleição de 1930, porém, emergiria nova cisão. Washington Luís bancou o nome de Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo, como seu sucessor, contrariando as pretensões de Minas Gerais. Com isso, a liderança mineira articulou, com o Rio Grande do Sul, a candidatura de Getúlio Vargas, presidente daquele estado. A chapa foi composta por João Pessoa, presidente da Paraíba, candidato a vice.

Intitulada como Aliança Liberal, a chapa dissidente tinha um programa voltado à regeneração do sistema político, incorporando a defesa do voto secreto e da criação de uma Justiça Eleitoral. Abarcando a questão social, propunha medidas de proteção ao trabalho, como o cumprimento da Lei de Férias e a regulamentação do trabalho de mulheres e menores de idade. Entre as forças tradicionais, trazia o apoio das oligarquias dos referidos estados e de ex-presidentes da República, como os mineiros Wenceslau Braz e Artur Bernardes e o paraibano Eptácio Pessoa. Ampliando o espectro, tinha a simpatia de operários e de setores das classes médias e das elites econômicas que não eram contempladas pelo pacto oligárquico vigente. Mais ainda, contou com o apoio dos militares insurgentes da metade da década, à exceção de Luiz Carlos Prestes. Aproximando-se do ideário marxista, Prestes considerava que o programa da Aliança Liberal, qualificado por ele como anódino, não era um instrumento das transformações estruturais reclamadas pela realidade brasileira.

O resultado oficial, como previsível, conferiu vitória a Júlio Prestes. Embora houvesse tendência de nova acomodação, a conjuntura dos meses que separavam a eleição da posse foi aquecida por eventos inusitados, como o assassinato do candidato a vice-presidente, João Pessoa. O fato não tinha relação direta com a disputa nacional, mas insufinou os ânimos a favor de nova insurgência, latente desde a derrota nas urnas.

O espírito que movia a insurgência foi traduzido por Osvaldo Aranha:

Nada se pode esperar das leis, que não são praticadas, nem dos homens, que são seus violadores. Onde a lei não é cumprida, o governo assenta no arbítrio e na força [...]. As soluções pacíficas, preconizadas como melhores e mais simpáticas, tornam-se inúteis, quiméricas [...]. Não há duas situações para uma só realidade, como não há duas soluções verdadeiras para uma mesma hipótese. Assim, ou concordamos com a situação de anarquia moral e de miséria material que domina a República, ou, animados de espírito de sacrifício, de altruísmo cívico, dentro de nossa missão social, resolvemos procurar os meios de corrigir essa situação.<sup>62</sup>

<sup>62</sup> MORAES, Marieta; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 407.



### Crise da bolsa de 1929 em Nova Iorque.

Fonte: acervo desconhecido.

Juarez Távora, consignando a adesão da maioria dos oficiais do movimento tenentista à insurgência, assegurou: “Temos tido todos nós que palmilhamos o caminho da revolução um mesmo ponto de partida: a descrença na eficiência dos processos legais para a solução da crise que asfixia a nacionalidade”.<sup>63</sup>

Em 3 de outubro de 1930, a conspiração foi deflagrada no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, alastrando-se para vários outros estados. No Paraná, já em 5 de outubro, o presidente Affonso Camargo havia sido deposto por forças locais. Em âmbito nacional, após contornar resistências localizadas, a situação pendeu para o lado dos rebeldes. Em 24 de outubro,

o presidente Washington Luís foi deposto. No desfecho dessas jornadas, em 30 de novembro, Getúlio Vargas tomou posse como chefe do governo provisório então instalado.

## ASCENSÃO DE VARGAS

Em outubro de 1930, com a deposição do presidente Washington Luís e a ascensão ao poder do movimento político liderado por Getúlio Vargas, chegou ao fim o período da história brasileira conhecido como Primeira República. Parte da bibliografia se refere a essa ruptura como a Revolução de 1930. A utilização do termo “revolução” não está protegida de controvérsias, visto que não houve uma transformação profunda nas estruturas materiais da sociedade brasileira.

Não há dúvida, contudo, de que a ruptura, caracterizada pelo deslocamento das elites políticas nas estruturas de poder, foi suficientemente abrangente para promover uma reorganização do Estado brasileiro e das relações entre a sociedade política e a sociedade civil. Com efeito, foi o ocaso do Estado liberal, tal como existiu na Primeira República, sucedido por medidas crescentes de intervencionismo estatal, a começar pela regulamentação das relações entre capital e trabalho.

Na literatura que atinge o grande público, o período aberto em 1930 e encerrado em 1945 tende a ser referido como a Era Vargas, decorrência do fato de Getúlio Vargas ter sido o presidente ao longo desses 15 anos. O tom homogeneizador do termo “Era Vargas”, porém, não pode obscurecer que esse mando político foi exercido de diferentes maneiras.

Há um período inicial em que Vargas era chefe do chamado “Governo provisório”, que era uma espécie de ditadura, pois não estava limitado por uma Constituição e não compartilhava o mando com representação legislativa. Em outras palavras, o Executivo fazia suas próprias leis e governava por decreto. Um segundo período se inicia quando se encerra a Constituinte, convocada em 1933 e concluída em 1934. Vargas,

<sup>63</sup> Ibidem, p. 405.

então, foi eleito pelos constituintes para um mandato de quatro anos, uma fase de transição até que houvesse eleições diretas em 1938. Em novembro de 1937, no entanto, houve nova ruptura, mediante a imposição da ditadura do Estado Novo, que perdurou até 1945.

A máquina de propaganda do Estado Novo, produzindo materiais para circular tanto entre as elites culturais quanto entre as massas populares, elaborou o imaginário de que o regime implantado em 1937 era a consequência lógica do movimento que chegou ao poder em 1930. No dizer da historiadora Dulce Pandolffi:

De acordo com o discurso de Vargas e dos homens que ajudaram a construir o novo Regime, a Revolução de 1930 e o golpe de 1937 eram fases do mesmo processo. Ou seja, o Estado Novo, segundo essa visão, seria o resultado natural de um movimento que teve o ponto de partida em 1930.<sup>64</sup>



Posse de Getúlio Vargas

Tratava-se, porém, de uma construção imaginária que atendia aos interesses dos grupos políticos que comandavam o Estado brasileiro. Ponderou Dulce Pandolffi: “entre a revolução e o golpe ocorreram disputas importantes e, se houve continuidade entre os dois acontecimentos, houve também rupturas”.<sup>65</sup> A historiadora salienta que o movimento de 1930 era bastante heterogêneo: “enquanto alguns dos que aderiram à Aliança Liberal faziam oposição sistemática ao regime, outros ali ingressaram apenas por discordarem do encaminhamento do presidente Washington Luís à sucessão presidencial”.<sup>66</sup> A frente política era suficientemente heterogênea para abrigar, por um lado, os militares rebeldes (os assim chamados tenentes) que se insurgiram em armas, a partir de 1922, contra a posse e o governo de Arthur Bernardes e, por outro lado, os oligarcas dissidentes, entre os quais havia ex-presidentes da República como Wenceslau Braz, Epietácio Pessoa e o próprio Arthur Bernardes.

De resto, de 1930 a 1937, o país foi palco de movimentos políticos contrastantes. Em 1932, por exemplo, emergiu a revolta conhecida como Revolução Constitucionalista, que agregava a elite e o povo de São Paulo e tinha a pretensão de arregimentar dissidentes do novo regime na elite política de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Isolando os rebeldes de São Paulo, Vargas conseguiu derrotar a insurgência em pouco tempo, mas a pauta da convocação da Constituinte, que o governo nacional conduzia com o ritmo que lhe interessava, foi encaminhada.

<sup>64</sup> PANDOLFFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**: v. 2: o tempo do nacional-estatismo: 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 15.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>66</sup> Idem, p. 16.



### 1935 - Aliança Libertadora leva 10 mil a ato no Rio.

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pao-terra-e-liberdade-e-o-lema-da-anl>

Elaborada por representação eletiva, a nova Carta Magna preservou a política social que o governo vinha implantando, caracterizada pela disseminação da legislação trabalhista, mas restabeleceu os princípios do Constitucionalismo liberal, como a separação dos três Poderes e a democracia representativa. Isso tudo com a vantagem do alargamento do direito ao voto para mulheres e com a implantação do instituto do voto secreto, forma de coibir as fraudes e a coerção política que grassaram no período anterior.

Desde o primeiro momento, Vargas foi crítico do novo ordenamento jurídico, com suas cláusulas de liberalismo jurídico, alegando que o texto constitucional “anulava, em grande parte, a ação do Presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis para a manutenção da ordem e ao desenvolvimento normal da administração”.<sup>67</sup> Em seguida, vocalizou que seria o primeiro revisor da Constituição. Fez mais do que isso, como se sabe. Já em 1935, patrocinou a edição da Lei de Segurança Nacional, criando mecanismos para restringir a luta social e a atuação de agrupamentos políticos rivais. Não por acaso, essa novidade legislativa foi chamada pela liderança do movimento social de “Lei Monstro”.

Em âmbito planetário, o liberalismo, tanto em sua face econômica quanto em sua dimensão de ideário político, vivia uma crise profunda. A crise econômica provocada internacionalmente pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929 colocou

<sup>67</sup> PANDOLFFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**: v. 2: o tempo do nacional-estatismo: 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 29

em xeque a sobrevivência do capitalismo. Mesmo nos Estados Unidos, a superação da crise exigiu a introdução de políticas intervencionistas, adotadas pelo governo do presidente Franklin Roosevelt, conhecidas como *New Deal*.

Na Europa, o liberalismo foi questionado, à esquerda e à direita do espectro ideológico, por movimentos radicais. À esquerda, a consolidação da União Soviética contrastava com a crise do capitalismo e mantinha viva a chama da revolução socialista no continente. À direita, emergiram as ditaduras de novo tipo, representadas pelo fascismo, ao lado de ditaduras corporativistas e de regimes conservadores e reacionários tradicionais.

Conquanto o campo da direita fosse diversificado, o historiador Eric Hobsbawm inferiu que “o fascismo, primeiro em sua versão italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro”.<sup>68</sup>

No Brasil, no curso da primeira metade da década de 1930, a polarização ideológica entre esquerda e direita esteve representada por duas organizações políticas que tiveram, cada qual representando um polo da disputa, alcance de massa e repercussão nacional: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Fundada em 1932 sob a inspiração do regime implantado por Mussolini na Itália, a AIB era a corrente fascista brasileira. Sob a liderança de Plínio Salgado, arregimentou, organizadamente, centenas de milhares de adeptos. Por seu turno, a ANL foi constituída em março de 1935, inspirada nos modelos das frentes populares antifascistas. Defendendo um programa anti-imperialista e propostas de reforma agrária e liberdades públicas, na clivagem de Dulce Pandolffi:

congregava comunistas, socialistas e liberais desiludidos com o rumo que havia assumido o processo revolucionário iniciado em 1930, e tinha como presidente de honra o ex-tenente e agora líder comunista Luiz Carlos Prestes. Importantes lideranças civis e militares, inclusive muitos oriundos do tenentismo, que haviam atuado de maneira destacada na linha de frente da Revolução de 30 e ocupado postos-chave no pós-30, ingressaram na organização, rompendo de forma radical com os rumos da revolução.<sup>69</sup>

Na avaliação da historiadora Marly Motta, talvez a maior especialista acadêmica no tema:

a ANL foi, reconhecidamente, a maior organização de massa que o país já teve. Em cerca de três meses, organizou centenas de núcleos



**Plínio Salgado.**

Fonte: Correio da Manhã.

<sup>68</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 116.

<sup>69</sup> PANDOLFFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**: v. 2: o tempo do nacional-estatismo: 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 32.



**Mário Tourinho,  
interventor federal.**

em todo o Brasil, sendo a maioria no Rio de Janeiro. O sucesso da organização assustou o governo, cuja primeira reação foi fazer aprovar a Lei de Segurança Nacional (a 4 de abril de 1935). Por outro lado, o governo tentava identificar a ANL com o PCB, para isolá-la e combatê-la com maior eficácia.<sup>70</sup>

Após uma fase de rápida ascensão e de audiência de massas, a ANL foi colocada na clandestinidade, em julho de 1935, pelo governo Vargas, uma das consequências da edição da Lei de Segurança Nacional. Com a clandestinidade, a ANL perdeu seu impulso de arregimentação de massas e foi alavancada ao primeiro plano a militância comunista em seu interior, acostumada a atuar naquelas condições adversas.

A extinção da ANL ocorreu depois do malogrado Levante de Novembro de 1935, destinado a depor Vargas e instalar um governo popular. Esse fato foi instrumentalizado por Vargas e seus aliados para obter do Congresso Nacional instrumentos de força, como a decretação do Estado de Guerra, e assim governar com mão forte e desenca-

dear ampla repressão aos comunistas e a outros opositores.

Em 1937, quando se aproximava o calendário da sucessão presidencial e já havia o lançamento de pré-candidatos, como o integralista Plínio Salgado e o governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, ocorreu o golpe de Estado que implantou a ditadura do Estado Novo. Os integralistas apoiaram a ruptura liderada por Vargas, considerando que teriam posições privilegiadas no novo regime. Vargas, porém, não os prestigiou e os colocou na clandestinidade, a exemplo do que fez com todas as outras agremiações políticas. Em 1938, foi a vez de os integralistas patrocinarem um malogrado levante contra o governo Vargas.

Quando foi deflagrado o movimento de tomada do poder em 1930, o comandante militar da operação, o então tenente coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, projetava que a chance de êxito se ampliaria exponencialmente, caso “Santa Catarina e Paraná aderissem em peso ao movimento logo no início, facilitando o deslocamento das tropas rebeldes ao longo de toda a Região Sul”.<sup>71</sup> Sem equiparar um processo político ao outro, devia ter na memória os impasses dos rebeldes que deflagraram, na primeira década da República, a Revolução Federalista. Saindo do Rio Grande do Sul, foram bloqueados no episódio conhecido como Cerco da Lapa, no Paraná, quando marchavam em direção aos principais centros de poder.

O sociólogo Ricardo Costa de Oliveira comparou: “Em 1838, na revolta Farroupilha, e em 1894, na Revolução Federalista, as forças revolucionárias meridionais pararam em território paranaense. A incapacidade de atravessar o Estado fê-las perder o momento certo da operação militar”.<sup>72</sup> Em contrapartida:

em 1930, a Revolução contou com grande apoio do Paraná. Forças

<sup>70</sup> MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC: 1993-2002. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 82.

<sup>71</sup> LIRA NETO, João Cavalcanti. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder: 1882-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 475.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Seti, 2004, p. 15.

militares federais sediadas no Estado deram significativo apoio ao movimento. A participação e o envolvimento de importantes grupos de apoio no Estado do Paraná, ao lado da grande movimentação nacional, colaboraram na vitória do movimento revolucionário.<sup>73</sup>

No Paraná, o desenlace a favor dos revoltosos foi rápido. Lira Neto, biógrafo de Getúlio Vargas, registrou:

Desde o dia 5 de outubro, a capital paranaense estava sob domínio revolucionário. Após o levante de unidades militares locais, o então presidente do estado, Affonso Alves de Camargo, abandonara o palácio e embarcara em um trem com destino ao estado de São Paulo. Ao assumir o comando das ações, o major Plínio Tourinho [...] indicou o irmão, o general da reserva Mário Alves Monteiro Tourinho, para tomar posse como novo governante do Paraná. A decisão despertou insatisfações tanto entre os revolucionários civis quanto entre os tenentes, que se julgavam com direito inalienável ao cargo.<sup>74</sup>

Em 20 de outubro, Getúlio Vargas, que se deslocava de trem do Rio Grande do Sul em direção aos principais centros políticos, onde os conflitos ainda não haviam cessado, desembarcou em Curitiba, tendo uma recepção, conforme grafou em seu diário, “deslumbrante”. Nos termos da descrição tecida por Lira Neto, a estação ferroviária se encontrava completamente abarrotada de populares e uma limusine conversível já o aguardava para levá-lo até o palácio do governo estadual:

Com um vistoso arranjo de flores sobre o capô, o veículo mais parecia um carro alegórico. Getúlio sentou-se no banco de trás e o lujosíssimo Packard Touring modelo 1930, de sete lugares, seguiu em marcha lenta, escoltado por batedores e motocicletas à frente e cavalarianos atrás. Pelas ruas, milhares de curitibanos acompanharam o cortejo. Homens, mulheres e crianças davam vivas a Getúlio, que respondia com acenos e sorrisos.<sup>75</sup>

Na capital paranaense, mesmo antes de consumir a conquista do poder nacional, para além ou aquém da dimensão épica do processo que liderava, Vargas teve uma amostra da agenda de problemas da política miúda que teria que enfrentar, com vistas a solucionar os jogos de interesses das elites locais e dos próprios aliados:

Convencido da necessidade de contornar as desavenças regionais, Getúlio passou três dias na cidade. Por mais de uma vez, reuniu-se com Plínio e Mário Tourinho, para acertar providências de ordem



**Armando Salles de Oliveira.**

Fonte: Acervo Memória da Eletricidade.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>74</sup> LIRA NETO, João Cavalcanti. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder: 1882-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 502.

<sup>75</sup> Ibidem.

militar e administrativa. Também buscou se entender com os líderes civis e, com a ajuda de João Alberto, procurou amenizar as insatisfações que grassavam na ala tenentista.<sup>76</sup>

Cumprida essa agenda em Curitiba, Vargas deslocou-se para Ponta Grossa, onde desembarcou em 23 de outubro: “dali a dois ou três dias, segundo o planejado, as tropas de Miguel Costa investiriam sobre as forças legalistas do coronel Paes Andrade, consideradas imbatíveis pelo governo da União.”<sup>77</sup> Adicionou Samuel Guimarães da Costa:

os revolucionários vindos do sul estavam em Ponta Grossa, onde Getúlio Vargas instalou o comando da Revolução e o seu Estado maior, com uma vanguarda em Jaguariaíva, destinada a ser uma espécie de segunda Lapa para a “grande batalha” de Itararé, onde se entrincheiraram as forças governistas.<sup>78</sup>

A aguardada batalha de Itararé, no entanto, não ocorreu, visto que, antes disso, o presidente Washington Luís foi deposto no Rio de Janeiro.

Consumada a conquista do poder nacional, foi constituído o governo provisório, institucionalizado por decreto em 11 de novembro de 1930. O art. 1º estabeleceu: “o governo provisório exercerá discricionariamente em toda a sua plenitude as funções e atribuições, não só do poder executivo, como também do poder legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do País”. O art. 2º determinou: “é confirmada, para todos os efeitos, a dissolução do Congresso Nacional, das atuais Assembleias Legislativas (quaisquer que sejam as suas denominações), Câmaras ou quaisquer outros órgãos legislativos ou deliberativos existentes nos Estados, nos municípios, no Distrito Federal”. Contrariamente ao federalismo descentralizador da Primeira República, estabeleceu-se, nessa fase do governo provisório, o sistema de interventorias, instrumento de poder do governo central na política local. Nomeado pelo presidente da República, caberia ao interventor, na pirâmide de poder, nomear e exonerar os prefeitos.

Explicou Dulce Pandolffi: “diferentemente do pré-1930, quando o governador era eleito e próximo das classes dominantes locais, no pós-1930 o interventor era nomeado e subordinado diretamente ao presidente da República”.<sup>79</sup> Como tendência principal, os interventores eram recrutados entre os militares do “movimento tenentista”, mas havia exceções. A ligação não raro precária com as elites locais criou várias situações de instabilidade política, com a sucessiva troca de interventores: “entre 1930 e 1935 os vinte estados da federação foram governados por 95 interventores”.<sup>80</sup>

<sup>76</sup> LIRA NETO, João Cavalcanti. **Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder: 1882-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 503.

<sup>77</sup> *Ibidem*.

<sup>78</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 1. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994, p. 303.

<sup>79</sup> PANDOLFFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**: v. 2: o tempo do nacional-estatismo: 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 18.

<sup>80</sup> *Ibidem*.



**Manoel Ribas em visita a Cambará (PR).**

Fonte: Governo do Paraná.

## AS MUDANÇAS POLÍTICAS NO PARANÁ

No Paraná, o presidente Vargas confirmou o general Mário Tourinho como interventor federal, vocalizando os seguintes termos: “O Paraná libertou-se por suas próprias mãos e daí, sem dúvida, a constituição de um governo chefiado por um de seus filhos mais ilustres”.<sup>81</sup> Todavia, enfrentando forte oposição de alguns setores, incluindo militares, Tourinho permaneceu pouco mais de um ano no comando da política local, renunciando em 29 de dezembro de 1931.

As razões do desgaste de seu mando político foram elencadas por estudo de Natália Cristina Granato e Ricardo Costa de Oliveira:

O primeiro refere-se ao fato de Tourinho ser militar e não ter tido uma experiência política e partidária anterior ao movimento revolucionário de 1930. As relações com a classe política local foram dificultadas pela falta de manejo dos códigos próprios do jogo político por parte de Tourinho. O segundo traço refere-se ao fato de ser um revolucionário de última hora, pois em toda a sua carreira combateu os movimentos revoltosos, chegando a ser comandante das tropas que reprimiram o movimento tenentista de 1924. Trata-se, portanto, de um interventor militar, porém não-tenentista, ao contrário da

<sup>81</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 1. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994, p. 307.

tendência de nomeações registradas em outros estados. No decorrer dos meses de seu governo, Tourinho sofreu uma série de ataques políticos provenientes dos setores militares que participaram do movimento revolucionário. As legiões tenentistas do Paraná foram as principais insufladoras da crise política registrada no estado.<sup>82</sup>

O cargo foi transferido provisoriamente a João David Pernetta, um veterano agente político que fizera carreira como deputado estadual na Primeira República. Em seguida, para ocupar o posto, Vargas escolheu Manoel Ribas, que tomou posse em 30 de janeiro de 1932.

Paranaense de Ponta Grossa, filho de uma histórica família das classes dominantes do estado, Ribas projetara-se politicamente no Rio Grande do Sul. Em terras gaúchas, foi um dos organizadores da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea. Em 1927, foi eleito prefeito de Santa Maria, posição que ensejou estreitamento de relações com Getúlio Vargas, então presidente (governador) daquele estado. Para o sociólogo Ricardo Costa de Oliveira, “Ribas apresentava a dupla vantagem de ser, ao mesmo tempo, alguém do agrado de Vargas (a quem devia o cargo) e também vinculado à classe dominante dos Campos Gerais do Paraná. Além disso, era importante liderança dos trabalhadores ferroviários”.<sup>83</sup>

O estudo de Natália Cristina Granato e Ricardo Costa de Oliveira amplia os parâmetros para interpretar essa nomeação. Sublinhando os vínculos pessoais do novo interventor com o presidente da República e seus laços genealógicos com as classes dominantes locais, argumentam:

Mesmo com a forte vinculação familiar entre o interventor e os clãs dominantes no estado, a carreira de Manoel Ribas se desenvolveu fora do estado do Paraná, sendo, por esta razão, desvinculado com a máquina partidária do Partido Republicano Paranaense, hegemônico durante boa parte da Primeira República. Nesse sentido, Ribas era um agente externo em relação aos agentes que hegemonizavam o campo político paranaense antes de 1930, devendo maiores satisfações ao chefe do governo provisório do que em relação às classes dominantes locais.<sup>84</sup>

Os autores ainda acentuam o apoio do tenentismo revolucionário: “Entre as razões para a queda de Tourinho, foi justamente o atrito com os tenentes locais o que mais pesou. Manoel Ribas foi nomeado interventor através das boas relações com o governo federal, somado ao apoio que possuía junto ao tenentismo revolucionário paranaense”.<sup>85</sup> O interventor assume com os seguintes desafios: “superar a crise econômica

<sup>82</sup> GRANATO, Natália Cristina; OLIVEIRA, Ricardo Costa. O sucesso da interventoria de Manoel Ribas no Paraná frente à instabilidade política no período pós-Revolução de 1930. **Revista NEP: Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 6, n. 2, p. 48-69, dez. 2020, p. 53-54.

<sup>83</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Seti, 2004, p. 19.

<sup>84</sup> GRANATO, Natália Cristina; OLIVEIRA, Ricardo Costa. O sucesso da interventoria de Manoel Ribas no Paraná frente à instabilidade política no período pós-Revolução de 1930. **Revista NEP: Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 6, n. 2, p. 48-69, dez. 2020, p. 59.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 60.

atravessada pelo Paraná, neutralizar a crise política com os setores militares envolvidos com a Revolução de 1930 no Paraná e dialogar com as oligarquias locais para tornar possível um governo estável”.<sup>86</sup>

Em 1932, na crise nacional deflagrada pela irrupção da Revolução Constitucionalista em São Paulo, Ribas assegurou a posição paranaense pró-Vargas, colaborando para o isolamento e derrota do movimento rebelde.<sup>87</sup>

Em 3 de maio de 1933, ocorreu a eleição, já sob o instituto do voto secreto, para constituir a representação à Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 15 de novembro do mesmo ano. Promulgada em 16 de julho de 1934, a nova Constituição preconizou a realização de certame eleitoral para a composição das Assembleias Legislativas. Em suas Disposições Transitórias, estabeleceu que as Assembleias Legislativas elaborariam, no prazo de quatro meses, as respectivas Constituições estaduais, convertendo-se, em seguida, em legislaturas ordinárias. Também determinou que, naquela fase de transição, elegeriam e empossariam os governadores e designariam os representantes no Senado Federal.

Em outubro de 1934, realizou-se a eleição para definir as bancadas de deputados estaduais. De acordo com Samuel Guimarães da Costa:

A essas eleições, para o preenchimento das trinta cadeiras, os candidatos concorreram sob a legenda de partidos criados às pressas, como aconteceu em toda a parte no país. [...] Três partidos conseguiram eleger seus candidatos à Assembleia Constituinte do Paraná: o Partido Social Democrático, o Partido Social Nacionalista e a União Republicana.<sup>88</sup>

A representação majoritária era do Partido Social Democrático, que apoiava o governo, detentor de 20 das 30 cadeiras. Às outras duas legendas correspondiam bancadas de 5 parlamentares para cada uma. Em 7 de Janeiro de 1935, foi instalada a Assembleia Legislativa. Na sessão inaugural, Manoel Ribas leu uma mensagem, abordando a situação geral do estado e declarando-se candidato no certame previsto nas Disposições Transitórias da Constituição Federal. No dia seguinte, a Assembleia se reuniu para



### Constituição da República de 1934.

Fonte: Acervo Senado Federal.

<sup>86</sup> GRANATO, Natália Cristina; OLIVEIRA, Ricardo Costa. O sucesso da interventoria de Manoel Ribas no Paraná frente à instabilidade política no período pós-Revolução de 1930. **Revista NEP: Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 6, n. 2, p. 48-69, dez. 2020, p. 59.

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Seti, 2004.

<sup>88</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 1. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994, p. 314.



### Carlota Pereira de Queiroz, primeira deputada brasileira durante a Assembleia Constituinte de 1934.

Fonte: acervo desconhecido.

eleger o governador e os dois senadores. Para governador, escrutinados os votos dos 30 deputados, o resultado foi o seguinte: Manoel Ribas, 20 votos; João Cândido Ferreira, 5 votos; 5 votos brancos. Ao Senado, foram eleitos Antônio Jorge Machado Lima e Flávio Carvalho Guimarães, cada qual com 17 votos.<sup>89</sup>

Refinando a análise, Ricardo Costa de Oliveira apontou nuances significativas à compreensão do processo de composição do poder regional e do exercício do mando político:

A composição da Constituinte de 1935 reflete, aparentemente e em termos numéricos, uma predominância da tendência política favorável a Vargas e a Manoel Ribas. Porém, socialmente, todos os três partidos representavam setores da classe dominante paranaense. A maior prova disso é que havia, por exemplo, membros de famílias históricas em todas as agremiações. Um Macedo em cada partido. Um Guimarães no PSD e outro no PSN, por exemplo. As diferenças

<sup>89</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 1. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994, p. 322.

vinculavam-se mais à dinâmica dos interesses políticos que a determinações socioeconômicas. Apoiar ou não Vargas era o divisor de águas. No governo de Ribas, vários políticos que trabalhavam no regime deposto pela Revolução de 1930 voltaram a cargos de poder. Eram os chamados camarguistas, em homenagem ao último Presidente paranaense da República Velha, Affonso Alves de Camargo.<sup>90</sup>

Manoel Ribas cultivou a imagem de homem austero, mais afeito ao trato administrativo do governo do que às artimanhas da política. Entretanto, por meio de citação de obra de Luiz Carlos Tourinho, Ricardo Costa de Oliveira aprofunda o olhar sobre os meandros da dinâmica política:

Manoel Ribas não discriminou os camarguistas. Nomeou para o Conselho de estado o Dr. Marins Camargo, irmão do Presidente Afonso, acusado pelos tenentes de possuir metade das terras do estado. Também [nomeou] o ex-governador Caetano Munhoz da Rocha. O Engenheiro Ângelo Lopes, servidor do governo do Presidente Afonso, foi seu Secretário de Viação, de Fazenda, Prefeito de Curitiba. Romário Martins, diretor do Diário da República, órgão do Partido Republicano empastelado no dia 5 de outubro, assumiu o Conselho do Patrimônio Cultural. Em 1940 trouxe para o Paraná o desconhecido capitão gaúcho Fernando Flores. Nomeou-o Chefe de Polícia. Depois Secretário do Interior e Justiça. Foi quem organizou o PSD após 1946 [...].<sup>91</sup>

Concluída a Constituinte Estadual, a Assembleia Legislativa retomou suas funções ordinárias. Manoel Ribas, após o período de interventor, tornou-se governador, com mandato fixado e poderes limitados pela Constituição. O país, contudo, viveu a conjuntura de progressivo fechamento institucional desde que, a pretexto de combater a subversão, o governo federal obteve do Congresso Nacional a decretação do Estado de Guerra, um instituto jurídico de legalidade controversa.



**Assembleia constituinte de 1934.**

Crédito: CPDoc-FGV/Arquivo Osvaldo Aranha

<sup>90</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Seti, 2004, p. 25.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 25-26.

## OS POLOS IDEOLÓGICOS

Para além da política institucional, o Paraná também abrigou as tendências ideológicas de esquerda e de direita mais radicais que caracterizaram o período. Sobre a esquerda, por meio de pesquisa de pós-graduação que examinou a atuação do PCB no Paraná, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, a historiadora Cláudia Monteiro legou os seguintes apontamentos sobre a década de 1930:

Também entre os paranaenses, já na década de 1930, os militantes comunistas apresentaram sua posição contra a guerra e os regimes nazifascistas. No Paraná, a ANL inclusive havia conseguido que um de seus membros se elegeesse deputado federal em 1935, o médico e professor universitário da Faculdade de Medicina, Octávio da Silveira. Logo depois, em março de 1936, o deputado será cassado e preso, acusado de ser um dos principais articuladores do movimento comunista. Com o fechamento das sedes da Aliança Nacional Libertadora, foi organizada a chamada “Frente Popular pela Liberdade e Contra as Guerras Imperialistas”, com objetivos semelhantes aos dos manifestos do Partido Comunista e da ANL. Em meados de julho de 1935, os panfletos da Frente Popular eram distribuídos à noite em Curitiba “[...] em grande quantidade, juntamente com o jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do Partido Comunista do Brasil, e boletins da seção desse Partido”.<sup>92</sup>

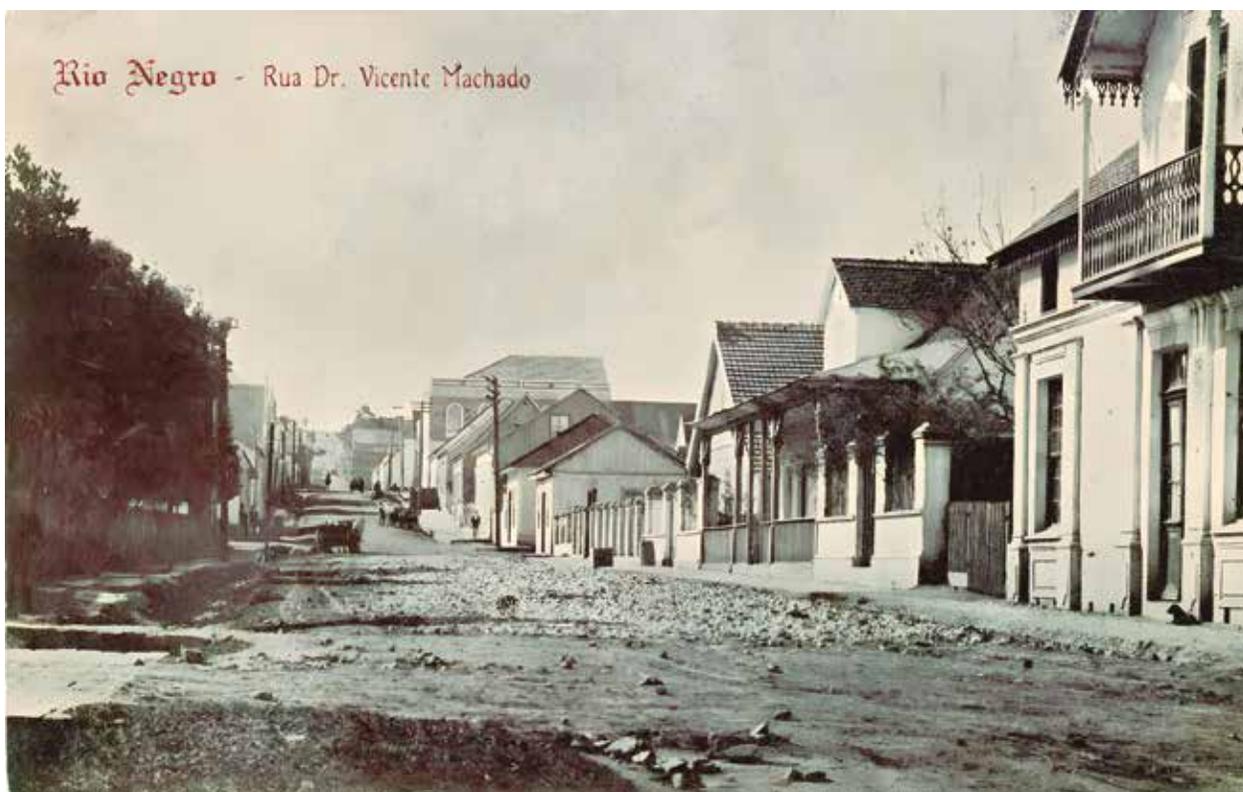
À direita, a organização dos integralistas foi mais ampla e robusta. A historiadora Luciana Agostinho Athaides assinala que há indícios de que as atividades integralistas no Paraná foram iniciadas já em 1932, antes mesmo da divulgação do manifesto da AIB. A criação da “Província do Paraná”, contudo, ocorreu em meados de 1934, com instalação da sede provincial em Curitiba. Segundo a historiadora, “iniciou-se, em seguida, uma vertical abertura de núcleos, que só seria interrompida pela repressão iniciada em abril de 1936. Ainda em 1934, foram fundados oito núcleos municipais: Ponta Grossa, Campo Largo, Paranaguá, Antonina, Morretes, Rio Negro, São José dos Pinhais e Bocaiúva”.<sup>93</sup> Em sua avaliação:

A AIB ganhou espaço no cenário político paranaense através de um significativo número de filiações e de resultados eleitorais expressivos nos pleitos municipais que ocorreram em setembro de 1935. Além de duas prefeituras e de metade de algumas câmaras de vereadores (como as de Ponta Grossa e Rio Negro), o integralismo se mostrou como a segunda força eleitoral do estado, atrás somente do Partido Social Democrático, constituído pela elite governista.<sup>94</sup>

<sup>92</sup> MONTEIRO, Cláudia. **Política entre razão e sentimentos**: a militância política no Paraná: 1945-1947. Curitiba: SAMP, 2017, p. 49-50.

<sup>93</sup> ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945)**: do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, 2015, p. 51.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 52.



**Rio Negro, município paranaense, em 1919, durante a primeira República.**

Fonte: Gazeta do Povo

Avançando no balanço da expansão do integralismo, sintetiza:

Ao fim de 1935, podemos dizer que a AIB havia alcançado todas as regiões do Estado, com as óbvias exceções do Oeste central, Noroeste e Sudoeste, praticamente desabitados à época. Um ano depois, o *Monitor Integralista* apresentou o balanço com 48 Núcleos Municipais, 86 Núcleos Distritais e 16 Núcleos Rurais. Isso significava que, em número de núcleos, a Província do Paraná era a 6ª maior seção do país.<sup>95</sup>

Além da sedimentação da AIB, considerada a expressão nacional do movimento fascista, registra-se, também, a arregimentação de adeptos, na comunidade alemã radicada no estado, para o *Círculo Regional do NSDAP*, o *Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães*, atuante no Paraná nos primeiros anos da década de 1930. Em sua dissertação de mestrado, o historiador Rafael Athaides escreveu:

A pesquisa demonstrou que a trajetória do partido no Paraná só pode ser compreendida se levamos em conta um movimento maior, qual seja, a expansão partidária nazista da década de 1930, que ambicionava realizar o devaneio unitivo da Grande Alemanha, fora

<sup>95</sup> ATHAIDES, 2015, p. 57. A fonte citada pela historiadora é o jornal *Monitor Integralista*, de 20 de fevereiro de 1937, p. 4.



### Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas anuncia o Estado Novo

da Alemanha. Peculiarmente, a organização se enraizou no Brasil, formando o maior contingente, dentro dos quadros oficiais, fora da pátria-mãe. O momento lhe foi propício: o Governo Provisório (1930-1934) e o Governo Constitucional (1934-1937) de Vargas pouco se importaram com o florescimento de organizações partidárias estrangeiras, exceto aquelas envolvidas com o socialismo soviético.<sup>96</sup>

Sobre a ramificação no Paraná, informa Rafael Athaides:

Deste modo, as divisões geográficas do NSDAP puderam se acomodar em solo brasileiro, dando origem aos Círculos regionais e/ou

<sup>96</sup> ATHAIDES, Rafael. A ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942). *Diálogos*, v. 11, n. 3, p. 245-248, 2007, p. 245.



estaduais do partido. A escolha dos alvos parece ter algo a ver com a importância da localidade no plano nacional e com o número de imigrantes de origem germânica ali presentes [...]. Nos planos do partido, o Paraná pode ter sido interpretado (como certa vez afirmou o líder do Kreis) como um território etnicamente misto, que une um Brasil luso-brasileiro ao “apêndice” de colonização teuta, no Extremo Sul. Assim, não é exagero concluir que o Paraná teve considerável importância nos planos gerais do Grupo Nacional (Landsgruppe). Malgrado os reveses, os nazis conseguiram apregoar a doutrina nos meios de interesse do partido global; de sociedades e clubes urbanos a comunidades agrícolas interioranas, e o Paraná não esteve “imune” à aparição das quase duas centenas de membros que compunham o Círculo. Não obstante, este trabalho verificou que as ações se concentraram na capital, cidade de visível presença da etnia e da cultura alemãs.<sup>97</sup>

Ao examinar qual teria sido a recepção na comunidade alemã, ponderou Rafael Athaides:

Encontramos [...], na década de 1930, uma comunidade permeada pelo conflito político e cindida entre partidários e não-partidários da causa nazista e/ou do partido. Fato comum também em outras localidades, a truculência dos nazistas na tentativa de impor sua hegemonia sobre os imigrantes e descendentes serviu para afastar parte dos alemães, se não da ideologia, pelo menos dos quadros formais do NSDAP. Pudemos constatar também, nesse sentido, que parte dos teuto-brasileiros e alemães com raízes mais profundas no Brasil e imbuídos da ideia de pertencimento a um establishment na nova nação, recusou a novidade do nazismo, na medida em que entendia os jovens partidários como *outsiders* tentando cruzar as fronteiras protetoras do grupo, construídas desde o século XIX.<sup>98</sup>

Com o advento do Estado Novo e a aproximação da guerra, o quadro se modificou:

O projeto nacionalizante e politicamente apartidário do governo ditatorial, instaurado em 1937, entrou em choque com o trabalho dos nazis em todo o país. Nesse contexto, o NSDAP/PR cessou suas atividades, principalmente por força do Decreto 383, de 18 de abril de 1938, que proibia a existência de agremiações partidárias estrangeiras em solo nacional.<sup>99</sup>

<sup>97</sup> ATHAIDES, Rafael. A ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942). *Diálogos*, v. 11, n. 3, p. 245-248, 2007, p. 245-246.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 246-247.

<sup>99</sup> *Idem*, p. 247.

## O ESTADO NOVO

Em novembro de 1937, sobreveio o golpe de Estado, a revogação da Carta Magna de 1934 e a automática decretação de nova Constituição. Em tese, anunciava-se que a Constituição de 1937 seria submetida a um referendo nacional, que nunca ocorreu. Nascia a ditadura do Estado Novo, que perduraria até 1945. De cunho antiliberal e inspirado nos regimes autoritários que vicejaram na Europa, o novo ordenamento jurídico aboliu os partidos, a representação eleitoral e os parlamentos, além de extinguir o sistema federativo.

A esse respeito, sistematizou Maria Helena Capelato:

Como os partidos e o parlamento foram abolidos, não havia mais intermediários entre as massas e o governo. Este passou a intervir nos estados mediante a nomeação de interventores, que assumiram o poder Executivo orientados pela Nova Constituição. Pessoas de confiança de Getúlio Vargas foram escolhidas para as interventorias. Os interventores reproduziam nos estados a política determinada pelo governo central, que terminou com o sistema federativo da Primeira República. Após o golpe, apenas uma bandeira passou a existir para todos os estados e, para demonstrar que o sistema federativo tinha sido derrotado, realizou-se, no Rio de Janeiro, um ato simbólico: numa cerimônia cívica ocorreu a queima das bandeiras estaduais para marcar a vitória do poder central sobre os estados.<sup>100</sup>

Segundo Ricardo Costa de Oliveira, “na crise de 1937, novamente Manoel Ribas segue fielmente a orientação do Catete, mostrando que, tal como em 1932, e com grau maior ainda de consenso, o Paraná apoiava o Estado Novo”.<sup>101</sup> Prestigiado por sua lealdade, Ribas manteve-se à frente do Executivo paranaense, novamente como interventor nomeado por Vargas, até o fim do Estado Novo, completando um período aproximado de treze anos de mando político. Em livro produzido em memória do governante, Francisco Fernando Fontana assevera: “o crédito de Ribas junto a Getúlio era incontestável: foi o interventor que mais tempo permaneceu na função, entre todos os que ocuparam tal cargo em qualquer dos demais Estados brasileiros”.<sup>102</sup>

## NOS TEMPOS DE MANOEL RIBAS

As realizações desse relativamente longo período foram assim sintetizadas pela cliagem do sociólogo Ricardo Costa de Oliveira:

<sup>100</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo, o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**: v. 2: o tempo do nacional-estatismo: 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 116-117.

<sup>101</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Seti, 2004, p. 26.

<sup>102</sup> FONTANA, Francisco Fernando. **Desvendando Manoel Ribas**: o homem, a obra e o mito. Curitiba: Sesc, 2015, p. 298.

1) racionalização e modernização burocrática: a) o controle e austeridade orçamentária era um dos principais itens de sua gestão, manifesta principalmente na demissão do funcionalismo contratado no regime anterior; b) criação da Secretaria da Agricultura (em 1944); c) criação do Instituto de Identificação da Polícia Civil, do Departamento Médico-Legal e do Laboratório do Estado; d) criação do Departamento Estadual de Estatística; 2) infraestrutura: a) melhoria do sistema de comunicações e estrutura viária com a construção de novas rodovias e benfeitorias nas estradas do estado, além de melhorias no Porto de Paranaguá. A principal novidade foi a construção da Estrada



**Manoel Ribas**

do Cerne, ligando Curitiba com o Norte do estado, até Jacarezinho e daí a Londrina [...]; 3) educação: construção e obras em várias escolas, como as instalações do Colégio Estadual, da Escola Agrônômica, da Escola de Aprendizes Artífices, da Casa do Jornaleiro entre outras; 4) fomento à industrialização: a) implantação da Indústria Klabin em Monte Alegre. Esta foi uma medida importante, pois significava o início de políticas públicas de implantação industrial de grande porte no Paraná [...]. Pode também ser citada a implantação da Companhia de Cimentos Portland em Pinhais, região de Curitiba, e a estatização da Ferrovia São Paulo-Paraná; 5) colonização: a) revisão e implantação de uma nova política agrária e de colonização fundiária. Algumas concessões do período anterior foram revistas. A concessão à Companhia de Terras Norte do Paraná e ao Engenheiro Beltrão foram porém mantidas; 6) características gerais do regime: a) repressão política aos “inimigos do regime”, traço da política nacional do Estado Novo, que no Paraná se manifestou na perseguição aos esquerdistas e à classe trabalhadora e na vigilância e no controle sobre as comunidades de imigrantes.<sup>103</sup>

Além desses pontos, Ricardo Costa de Oliveira elencou outros temas nevrálgicos:

Os principais desafios para a política paranaense colocavam-se nas novas áreas de expansão econômica. No sudoeste, a criação do Ter-

<sup>103</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Seti, 2004, p. 26-27.



## Fim do Estado Novo.

ritório do Iguazu representou um desmembramento territorial dos mais criticados pela oposição. A partir dos interesses de Getúlio Vargas e de alguns grupos colonizadores gaúchos, e com a anuência do Interventor Manoel Ribas, ele foi criado como unidade territorial separada do Paraná. O outro grande desafio foi a ocupação das terras cafeeiras do Norte do Paraná que abriu a perspectiva para a política do Paraná tradicional conviver e integrar as novas populações migrantes dentro da identidade e da política paranaense. Ao lado de grandes empreendimentos privados, como a Companhia de Terras Norte do Paraná, o governo organizou colonizações oficiais em Jataizinho, Içara, Paranaíba, Jaguapitã e Centenário. Além disso, o governo também procurou formar colônias nos rios Piquiri e Ivaí.<sup>104</sup>

Dialogando com as polêmicas que remanesceram na memória estadual sobre a responsabilidade do interventor pela criação do território do Iguazu em 1943, um tema sensível porque implicava perda de território do estado, ponderou Francisco Fernando Fontana:

Há vários pontos a considerar, sendo o primeiro e o mais relevante deles o fato de que Ribas não era independente, seu cargo originava-se da nomeação e manutenção por Getúlio. Da mesma forma, o Paraná, como unidade administrativa, estava sujeito aos ditames da política centralizadora da União. Ou seja, se o governo federal decidisse alguma medida e houvesse oposição aberta, bastaria ao presidente substituir seu delegado regional por outro que cumprisse a

<sup>104</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 28.

missão. [...] Por outro lado, o território do Iguazu não compreendia apenas terras paranaenses, incluía ampla porção do território catarinense e era contíguo ao território de Ponta Porã, extraído do território do estado de Mato Grosso, formando uma barreira contínua de mata fechada com o Norte da Argentina e com o Paraguai. [...] Recorde-se que, no mesmo ato, foram criados os Territórios de Guaporé (atual estado de Rondônia), Amapá e Rio Branco (atual Roraima). [...] A justificativa era a mesma: só o governo federal reunia condições de fazer investimentos e atrair contingentes populacionais significativos que alavancassem o progresso e consolidassem a soberania nacional.<sup>105</sup>

Controvérsias à parte, a experiência teve curta duração, não sobrevivendo ao fim do Estado Novo. Foi reintegrado ao território paranaense pelo Decreto estadual n. 553, de 21 de novembro de 1946, cumprindo diretrizes aprovadas pela nova Constituição Federal. Ainda que a pertinência dessa experiência se submeta ao escrutínio dos debates, cabe lembrar que se inseria, na lógica do governo nacional, na política conhecida como Marcha para o Oeste, destinada a (re)ocupar e colonizar o interior do país.

No Paraná, como indica a síntese oferecida por Ricardo Costa de Oliveira, o comando político teve, entre suas prioridades, políticas de colonização, mediante expansão das fronteiras agrícolas e econômicas. Uma tradução foi o adensamento demográfico, mediante a atração de migrações. No período de 1920 a 1940, o censo nacional contabilizou que a população paranaense saltou de 685.711 para 1.236.276 habitantes, uma variação de cerca de 80%. Não houve recenseamento em 1930. Em termos relativos à própria população, o crescimento foi percentualmente menor do que nas duas décadas anteriores, quando a variação foi de 110%,<sup>106</sup> mas foi significativo e bastante superior à taxa nacional. Conforme apontamento de Pedro Padis, “a população paranaense manteve neste período ritmo ascendente, maior que o registrado no conjunto do País, que não ultrapassou a casa dos 34 por cento”.<sup>107</sup> Ainda segundo Padis, “a influência das migrações internas é altamente considerável”. Em outras palavras, “a partir do começo da década dos trinta, o Estado do Paraná passa a se constituir, talvez, no principal polo de atração de fluxos migratórios”.<sup>108</sup>

Tais fluxos migratórios, como tendência principal, dirigiam-se ao interior do estado, sobretudo à região Norte, por atração das oportunidades ensejadas pelo complexo cafeeiro, mas também houve impulso de colonização na região Oeste/Sudoeste. No Norte, houve a repercussão em nova divisão administrativa, com a formação de vários municípios: Londrina (1934), Assaí (1932), Sertanópolis (1934), Bandeirantes (1934), Uraí (1936), Andirá (1944) e Cornélio Procópio (1938). No Norte Velho, ocorreu a emancipação de Wenceslau Brás (1935); em outras regiões do estado, houve a criação de Sengés, (1943), Pitanga (1943) e Congonhinhas (1945).

Impõe-se a demanda da integração das regiões do Paraná, que se manteria por muitos anos, a exigir conexão de infraestrutura de transportes e de dinâmicas econômicas. O Norte do Paraná, onde prosperava a cafeicultura, mantinha relações privilegiadas

<sup>105</sup> FONTANA, Francisco Fernando. **Desvendando Manoel Ribas: o homem, a obra e o mito**. Curitiba: Sesc, 2015, p. 223-224.

<sup>106</sup> De 1900 a 1920, a variação foi de 327.136 para 685.711, ou seja, mais do que duplicou.

<sup>107</sup> PADIS, Pedro Calil. **A formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 32.

<sup>108</sup> *Ibidem*.



### Colheita do café na década de 1930.

Fonte: Theodor Preising / Acervo Museu do Café.

com o estado de São Paulo. Para atacar essa demanda, o governo estadual patrocinou a “estrada do Cerne”, interligando as regiões Norte e Sul do estado. Além disso, reformou o Porto de Paranaguá, para acompanhar a demanda crescente da agricultura de exportação.

Em livro destinado a elaborar a memória do governo Ribas, Francisco Fontana sistematizou:

O café era a esperança quase concreta de fortunas gigantescas. Ali era o fim do arco-íris, o pote de ouro estava ao alcance das mãos. Mas essa riqueza era exportada pelo Porto de Santos e os impostos beneficiavam tão somente o erário de São Paulo. Era preciso inverter o quadro. Manoel Ribas [...] descortinou a solução. Um caminho fácil para o Porto de Paranaguá: a estrada do Cerne, com seus quase 700 quilômetros macadamizados, uniria à Estrada Graciosa, que, nos



### Brigadeiro Eduardo Gomes.

Fonte: Wikimedia Commons.

seus piores trechos, o Interventor mandou recobrir com paralelepípedos. Era essencial modernizar o Porto.<sup>109</sup>

Dialogando com demandas concretas do desenvolvimento do estado, tais iniciativas foram comemoradas na época, mas foram soluções temporárias. Os temas relacionados à integração e à infraestrutura para conectar os fluxos econômicos no interior do estado, sem evasão de rendas para São Paulo ou outros estados, seria atualizado nos governos seguintes.

Exercido de 1932 a 1945, o mando político de Manoel Ribas, combinando a condição de interventor com a de governador eleito pela Constituinte estadual, foi interrompido pelo fim do Estado Novo em 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto. Ao que tudo indica, reunia prestígio e força política para se eleger governador no certame programado para essa finalidade, mas tal hipótese não pode ser testada, em razão de seu falecimento. Mesmo assim, o eleito foi um herdeiro político.

Em livro do IparDES, destinado a promover a análise de discurso dos governantes posteriores à democratização de 1945, mediante o escrutínio das mensagens dirigidas à Assembleia Legislativa, lê-se: “Interventor (1932-35 e 1937-45) e governador (1935-37), Ribas é tido como formulador de uma política econômica e social de modernização do Paraná; política esta, de certa forma, retomada por seu herdeiro, Moysés Lupion, a partir de 1947”.<sup>110</sup>

<sup>109</sup> FONTANA, Francisco Fernando. **Desvendando Manoel Ribas: o homem, a obra e o mito**. Curitiba: Sesc, 2015, p. 156.

<sup>110</sup> IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IparDES, 1987, p. 41.

# POLÍTICA

## A DEMOCRATIZAÇÃO DE 1945

### Diário de Notícias

#### DE 18 A 29 DE OUTUBRO, O BRASIL ESCREVE UMA PÁGINA DE SUA HISTÓRIA

O DIÁRIO DE NOTÍCIAS divulga documentos inéditos nos quais se constata a "atitude dos generais ao Ditador" - Góes Monteiro e Eurico Dutra as únicas generais de divisão que apoiaram o golpe de 37 - O decreto 8.043 e as exigências das 48 as patentes militares - O sr. Getúlio Vargas responde com um apelo e lança um desafio ao Exército - A proclamação do ministro da Guerra e as surpresas que se seguiram

#### Tomou posse o novo presidente da República

Foi grandemente concorrido o ato realizado, ontem, à tarde, no Palácio do Catete, comparecendo diversas figuras das forças armadas e da política - Aclamando pelo candidato Eduardo Gomes - Composição do Ministério



O ex-ditador seguirá esta manhã para São Berja

Não poderá hoje a srta. Daisy Vargas

Seu marido, o coronel da Força Aérea, o sr. Eurico Dutra, foi o primeiro a se declarar em favor de Vargas quando este assumiu a presidência da República em 1937. O sr. Dutra, então capitão da Força Aérea, foi nomeado chefe de gabinete do ditador. O sr. Dutra, no entanto, não se tornou um dos principais colaboradores de Vargas. Ele se afastou da política em 1942, quando foi nomeado comandante da 2ª Região Militar. O sr. Dutra morreu em 1968, aos 72 anos de idade.

Seu filho, o sr. Eurico Dutra, também não se tornou um dos principais colaboradores de Vargas. Ele se afastou da política em 1942, quando foi nomeado comandante da 2ª Região Militar. O sr. Dutra morreu em 1968, aos 72 anos de idade.

Prêmiações dos comandantes da 2ª e da 6ª Regiões Militares

A 2ª Região Militar, sediada em São Paulo, foi criada em 1937. O sr. Dutra, então capitão da Força Aérea, foi nomeado comandante da 2ª Região Militar. O sr. Dutra, no entanto, não se tornou um dos principais colaboradores de Vargas. Ele se afastou da política em 1942, quando foi nomeado comandante da 2ª Região Militar. O sr. Dutra morreu em 1968, aos 72 anos de idade.

#### SURPREENDENTE. REVELAÇÃO

Os documentos revelam que o ditador não foi apoiado por todos os generais de divisão. Góes Monteiro e Eurico Dutra foram os únicos a apoiar o golpe de 37. O decreto 8.043 e as exigências das 48 as patentes militares foram aprovados pelo Exército. O sr. Getúlio Vargas respondeu com um apelo e lançou um desafio ao Exército. A proclamação do ministro da Guerra e as surpresas que se seguiram foram reveladas nos documentos.

#### Quería resistir

Quería resistir... O sr. Dutra, então capitão da Força Aérea, foi o primeiro a se declarar em favor de Vargas quando este assumiu a presidência da República em 1937. O sr. Dutra, no entanto, não se tornou um dos principais colaboradores de Vargas. Ele se afastou da política em 1942, quando foi nomeado comandante da 2ª Região Militar. O sr. Dutra morreu em 1968, aos 72 anos de idade.



"Tomou posse o novo presidente da República". Jornal Diário de Notícias sobre a posse de José Linhares. Rio de Janeiro, quarta-feira, 31 de outubro de 1945.

## O FIM DO ESTADO NOVO

Em outubro de 1945, chegava ao fim a ditadura do Estado Novo, mediante a deposição do presidente Getúlio Vargas. Em dezembro daquele ano, seriam eleitos o novo presidente do Brasil e os parlamentares que elaborariam a nova Constituição Federal. No intervalo, assumiu o comando do país, para finalizar a transição para um regime democrático, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

Com o fim iminente da Segunda Guerra Mundial e a anunciada vitória dos aliados, o regime do Estado Novo, instituído em novembro de 1937, tornou-se insustentável. Participando da guerra ao lado dos Estados Unidos, da União Soviética e da Inglaterra contra o fascismo, o Brasil não poderia manter aquela ditadura. Desde a segunda metade de 1944, a oposição ao regime comandado por Vargas mostrava o seu rosto, conforme apontamentos do historiador Jorge Ferreira:

Estudantes, comunistas, liberais, empresários que enriqueceram sob a ditadura e coalizações de civis e militares, organizados em grupos de resistência, surgiram no cenário político. Em contatos e articulações diversas, o nome do brigadeiro Eduardo Gomes foi confirmado, em outubro, pelas oposições como candidato a suceder Getúlio Vargas no governo.<sup>111</sup>

Nesse diapasão, o 1º Congresso dos Escritores, em janeiro de 1945, “clamou por liberdade de expressão e sufrágio universal, direto e secreto”.<sup>112</sup> Rompendo o cerco da censura, por meio de entrevista repercutida pelos jornais, José Américo de Almeida deu ressonância a esse clamor, defendendo eleições livres e diretas e exaltando a figura do brigadeiro Eduardo Gomes. Ciente de que os tradicionais mecanismos de repressão não estavam sintonizados com a realidade que emergia, o presidente Getúlio Vargas, pragmaticamente, adotou medidas para tentar conduzir a transição, visando à própria sobrevivência política. De acordo com a sistematização de Jorge Ferreira:

A primeira iniciativa governamental ocorreu em 28 de fevereiro com a Lei Constitucional n. 9. O documento revogava artigos de caráter repressivo da Constituição de 1937 e marcava para 90 dias o estabe-

<sup>111</sup> FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 12.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 12.



**Eurico Gaspar Dutra.**

Fonte: Imprensa oficial.

lecimento do calendário eleitoral. Em maio, o governo decretou o Código Eleitoral: eleições para presidente da República, deputados federais e senadores seriam realizadas em 2 de dezembro e, em maio de 1946, novas eleições para governadores e deputados estaduais. Vargas poderia concorrer às eleições, desde que se desincompatibilizasse do cargo três meses antes do pleito.<sup>113</sup>

Outra importante medida desse período de transição, fortemente reivindicada pela oposição em todos os seus matizes ideológicos, foi a Anistia. Em 18 de abril de 1945, um decreto anistiou todos os condenados por crimes políticos desde julho de 1934, beneficiando comunistas, integralistas e até mesmo opositores liberais que estavam exilados.<sup>114</sup>

Em 1945, foram criados os três principais partidos que comandariam a política nacional no novo período: o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). O historiador Jorge Ferreira afirma que, desde 1943, debatia-se, no âmbito do governo Vargas, a ideia da constituição de um partido de massas que reunisse o movimento sindical e as elites que ascenderam politicamente nos territórios dos antigos estados<sup>115</sup> durante o Estado novo, tipificadas nos interventores.

Houve, porém, uma bifurcação. Nos primeiros meses de 1945, reagindo à exposição da pré-candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, os interventores patrocinaram a formação do PSD, de viés conservador, com base nas elites rurais. Para canalizar o legado das políticas trabalhistas e da influência do presidente Vargas na estrutura sindical, foi criado o PTB. Seja como for, cada qual a seu modo, essas duas legendas representavam a força e a influência de Getúlio Vargas. Embora sua origem fosse mais heterogênea, a UDN<sup>116</sup> foi o vigoroso partido que representou o liberalismo conservador do período, dotado de identidade visceralmente antitrabalhista e antivarguista. Outra força que emergiu foi o Partido Comunista do Brasil (PCB), legalizado na metade do ano.<sup>117</sup>

Para espanto da oposição, que vivia uma fase de maré montante com o afrouxamento da repressão e da censura, emergiu um movimento político, com forte apelo popular, em defesa de Getúlio Vargas. Com o lema “queremos Getúlio”, restou conhecido como “queremismo”. Resumidamente, reivindicava que Vargas fosse candidato ou que fosse o fiador da nova Constituição, mediante adiamento da eleição presidencial. Relativamente espontâneas em sua primeira fase, as manifestações adquiriram consis-

<sup>113</sup> FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, 2019, p. 13.

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> O Estado Novo havia abolido o sistema federativo.

<sup>116</sup> De início, albergava o núcleo da assim chamada “esquerda democrática”, que depois formaria o Partido Socialista Brasileiro.

<sup>117</sup> Fundado em 1922, o PCB havia vivido a maior parte de sua existência na clandestinidade, condição a que seria submetido novamente em maio de 1947, quando seu registro foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nessa fase de legalidade, em algumas regiões, contabilizou resultados eleitorais alvissareiros.

tência organizacional depois de julho de 1945, com formação de comitês e a realização de atos nos grandes centros urbanos, sustentados por apoio de empresários alinhados com o presidente e por presumida interface com as estruturas públicas. Contribuiu para dar mais sistematicidade à pauta do “queremismo” o posicionamento do PCB, que defendia a tese “Constituinte com Getúlio”. Nesse caso, a Constituinte deveria preceder a eleição presidencial.

Para a oposição liberal, o “queremismo” encerrava uma contradição: pedir a sobrevivência política do ditador quando a ditadura acabava. Havia, contudo, um sentido fácil de decifrar: temia-se que, com a ascensão da oposição liberal ao poder, a legislação trabalhista fosse revogada e houvesse um retrocesso na cidadania social. Explicou o historiador Jorge Ferreira:

Comprometidos com a democracia, os queremistas empenhavam-se em lutar pelos direitos da cidadania política dos trabalhadores. Mas, antes, era necessário garantir os direitos sociais já adquiridos, sobretudo por meio da legislação trabalhista. A ameaça de perdê-los surgia como real, sobretudo, acreditavam eles, com uma transição política sem o controle de Vargas. Somente escrevendo as leis sociais em uma Constituição, na letra da lei, os assalariados estariam seguros, exercendo, na plenitude, a cidadania social e política. Assim, a presença de Vargas no governo durante a Constituinte era um imperativo, tanto para a garantia dos direitos quanto para a ampliação deles. Para os trabalhadores, portanto, o lema “Constituinte com Getúlio” expressava uma escolha política, cuja estratégia se explica a partir de seus interesses como personagem político.<sup>118</sup>



### Instalação da Justiça Eleitoral no Paraná, em 1945, marca o início da redemocratização no estado.

Fonte: TRE-PR.

<sup>118</sup> FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 21.



**Getúlio Vargas durante conversa com seu ministro da Guerra durante o Estado Novo, general Eurico Gaspar Dutra.**

Foto: Arquivo Nacional

Temendo que Vargas impusesse uma solução continuísta, a liderança militar depôs o presidente Vargas no final de outubro de 1945, mas seus direitos políticos não foram cassados. Ressonância da popularidade de Vargas, essa concessão permitiu que ele fosse candidato a uma cadeira na Constituinte e fosse eleito senador.

O quadro de candidatos a presidente foi assim constituído. Pela UDN, candidatou-se, conforme anunciado, o brigadeiro Eduardo Gomes, militar de grande prestígio. Pelo PSD, o candidato foi o general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro de Vargas. Saindo da clandestinidade, o PCB lançou o engenheiro Yedo Fiuza. O PTB, embora dividido, apoiou Gaspar Dutra.

Até a reta final, o brigadeiro Eduardo Gomes era visto como franco favorito, mas houve uma reviravolta. Após negociar um compromisso do candidato em favor da defesa da preservação e da ampliação da legislação trabalhista,<sup>119</sup> Vargas manifestou apoio público a Dutra. Mobilizando os assalariados que seguiam a liderança de Vargas, essa manifestação contribuiu decisivamente para a inversão da tendência eleitoral. As urnas registraram os seguintes números: Eurico Gaspar Dutra (PSD), 3.251.507 (55.39%); Eduardo Gomes (UDN), 2.039.341 (34.74%); Yedo Fiuza (PCB), 569.818 (9.71%).

<sup>119</sup> O acordo foi formalizado em 22 de novembro de 1945. (D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**: o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 30-31).

## AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PARANÁ

Por meio de estudo dirigido ao período da democratização de 1945 no Paraná, o historiador Alessandro Batistella detalhou o processo de formação dos principais partidos. No âmbito do estado, em março de 1945, as forças antivarguistas se reuniram na Frente Única do Paraná. Aglutinando desde ex-aliados de Vargas até os oligarcas que haviam sido alijados do poder depois de 1930, a Frente Única, no final de maio de 1945, “integrou-se à UDN, dando origem ao partido no estado”.<sup>120</sup> Por sua vez, a exemplo do que ocorreu em outros quadrantes, o PSD paranaense “foi articulado pelo interventor Manoel Ribas e por integrantes dos altos escalões da máquina administrativa estadual”.<sup>121</sup> O PTB, adicionou Batistella, “teve sua origem diretamente relacionada ao sindicalismo oficial, pois o partido nasceu da União dos Trabalhadores do Paraná (UTP), uma intersindical que aglutinava diversas federações e sindicatos de todo o estado. A UTP foi arquitetada pelo interventor Manoel Ribas”.<sup>122</sup>

No que diz respeito à sucessão presidencial, Batistella informa que o PTB paranaense continha as nuances da organização nacional, com setores queremistas, responsáveis pela organização de atos públicos em defesa de suas teses, e partidários do apoio a Dutra. No início de novembro, logo após a deposição do presidente Vargas, ocorreu a queda do interventor Manoel Ribas, que foi substituído pelo desembargador Clotário Macedo de Portugal. O escrutínio dos votos para a campanha presidencial demonstrou que o Paraná conferiu ampla vitória ao candidato do PSD, apoiado por Vargas: Eurico Gaspar Dutra (PSD), 131.690 (70,1%); Eduardo Gomes (UDN), 48.912 (26,1%); Yedo Fiuza (PCB), 6.515 (3,5%).

As eleições para governador dos estados foram adiadas e ocorreram no início de 1947, quando já vigorava a nova Constituição Federal. A Carta Magna de 1946 garantiu robustos avanços da cidadania. O voto, secreto e direto, era obrigatório a homens e mulheres com mais de 18 anos. O senão estava na exclusão dos analfabetos, condição vivida, em 1950, por 57% da população. Como a incidência de analfabetismo era maior na zona rural, os principais prejudicados eram os trabalhadores do campo.<sup>123</sup>

Mesmo assim, na comparação com a Primeira República, houve significativa elevação do número de eleitores, especialmente pelo cadastramento de população de baixa renda. Comparando com o último certame da Primeira República, anotou José Murilo de Carvalho: “em 1930, os votantes não passavam de 5,6% da população. Na eleição presidencial de 1945, chegaram a 13,4%”.<sup>124</sup> Ainda que limitada pelas condições da época, essa expansão, somada ao avanço da legislação, ensejou, em 1945, o primeiro certame presidencial em que a decisão esteve sob o escrutínio do voto popular. Nos anos seguintes, com os avanços democráticos do novo ordenamento jurídico, a cidadania política seria impulsionada pelo engajamento popular em associações e sindicatos, mecanismos pelos quais eram reivindicadas reformas sociais.

A nova Constituição também conformou a Justiça Eleitoral, composta por um Tribu-

<sup>120</sup> BATISTELLA, Alessandro. A redemocratização de 1945 no Paraná e as eleições de 1945 e 1947. *Revista de História Regional*, v. 20, n. 2, p. 436-459, 2015, p. 442.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 445.

<sup>122</sup> *Idem*, p. 446.

<sup>123</sup> CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 146.

nal Superior Eleitoral e pelos tribunais regionais:

Cabia à justiça eleitoral decidir sobre todos os assuntos pertinentes à organização de partidos políticos, alistamento, votação e reconhecimento dos eleitos. Todo o processo ficava, assim, nas mãos dos juízes profissionais, reduzindo, embora não eliminando, as possibilidades de fraude.<sup>125</sup>

Diferentemente do que acontecia na Primeira República, a legislação exigia que os partidos tivessem organização nacional, embora sobrevivessem fortes influências regionais. Além dos já citados, houve a composição de outros partidos, menos influentes nacionalmente, mas que adquiriam, eventualmente, relevância regional. No caso do Paraná, um exemplo era o Partido Republicano (PR). Herdeiro da legenda homônima das primeiras décadas do século XX, era comandado nacionalmente pelo ex-presidente Arthur Bernardes e, no Paraná, por Bento Munhoz da Rocha Neto.

Outro caso foi o do Partido Democrata Cristão, que veio a ter importância no Paraná em 1960, por ser a legenda pela qual foi eleito o governador Ney Braga. Também pode ser mencionado o Partido Social Progressista, criado por Adhemar de Barros, particularmente forte em São Paulo, mas com influência no Norte do Paraná. Tal ressonância era motivada pelos vínculos econômicos entre aquela região e o estado de São Paulo, decorrentes do complexo cafeeiro.

Quanto à disputa pelo governo do Paraná, a literatura especializada informa que Manoel Ribas, em razão do longo período de mando político, tinha tanta influência que era considerado o grande favorito no certame eleitoral que se avizinhava. No entanto, seu falecimento, em janeiro 1946, deixou aberto o caminho para novas lideranças. Seja como for, a influência de Ribas pôde ser verificada porque o certame foi encerrado com a vitória de um herdeiro político, Moysés Lupion.

A definição da candidatura de Lupion, porém, teve que enfrentar disputas internas no PSD. Como o interventor Clotário Portugal pedira exoneração no início de 1946, julgando que sua tarefa havia sido concluída, o presidente Dutra decidiu nomear alguém das fileiras do PSD. O nome de Lupion foi cogitado, mas ele se preservou para ser candidato a governador. O interventor designado, Brasil Pinheiro Machado, contestava as pretensões de Lupion, além de ter as suas próprias aspirações. Diante da crise gerada, Pinheiro Machado afastou-se.

O novo interventor, tenente-coronel Mário Gomes, assumiu com o objetivo de pacificação política, mas novas divisões se apresentaram no PSD. Apoiado pelo interventor, Lupion usou a tática de angariar apoios de partidos aliados, como o PTB, para fortalecer-se.

O resultado é que Moysés Lupion se tornou candidato de uma ampla e heterogênea coligação, que abarcava PSD, PTB e até mesmo a UDN, legenda rival do legado varguista em âmbito nacional. Coube à UDN a indicação do candidato ao Senado pela coligação. Essa frente política teve, ainda, o apoio do PCB. O adversário de Lupion foi Bento Munhoz da Rocha, candidato pelo Partido Republicano.

Se Lupion era visto como herdeiro de Ribas, seu adversário vinha de uma tradicional família política, pois era filho do ex-governador Caetano Munhoz da Rocha e genro do ex-governador Affonso Camargo, ou seja, era herdeiro das oligarquias que comandaram o Paraná nos anos finais da Primeira República.

<sup>125</sup> CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 145.



### Moysés Lupion.

Fonte: Acervo Maringá Histórica.

Esse contraste permitiu que Lupion se apresentasse como representante da renovação política. Apoiador de Lupion, Espedito Rocha, lendário dirigente do PCB, vocalizou: “Na eleição, o Lupion era o PSD aqui. O PSD era o partido progressista em relação ao Paraná, por exemplo, que vinha dos Bentos, dos Camargos. Esse pessoal era o que tinha de pior, essas famílias todas. Lupion, na pior das hipóteses, era inovação”.<sup>126</sup> A esse respeito, escreveu a historiadora Marion Magalhaes: “Portador de um discurso popular, habilidoso com outras facções à esquerda, líder de seu próprio partido, Lupion representava a renovação, uma vez que não pertencia às famílias tradicionais e buscava, continuamente, apoiar as cidades e os interesses do interior”.<sup>127</sup>

Moysés Lupion era poderoso empresário e, com vistas à eleição, também atuava no ramo das comunicações, detendo meios como rádios e jornais, o que contribuía decisivamente para popularizar seu nome em todo o estado. Naquele período, o Paraná vivia a efervescência do processo de colonização do interior, mediante a expansão da fronteira agrícola nas regiões Norte, Oeste e Sudoeste, fato que garantiu grande incremento de população por atração de migrações.

De 1940 a 1950, a população paranaense crescera exponencialmente, saltando de 1.236.276 para 2.115.547 habitantes: “O crescimento relativo ocorrido foi de 71,12 por cento, o mais alto entre os estados brasileiros, duas vezes superior ao conjunto na-

<sup>126</sup> IPARDES. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: IparDES, 1987, p. 211.

<sup>127</sup> MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná**: política e governo. Curitiba: SEED, 2001, p. 56.

cional”.<sup>128</sup> Adensando a demografia no interior do estado, esse processo impactou, evidentemente, a agenda política e os resultados eleitorais. Rosalina Izepão ressalta que o “norte Cafeeiro já possuía importante representatividade eleitoral. Dos 152.810 eleitores paranaenses, 37.800 residiam na recém-ocupada região. [...] O crescimento eleitoral do norte não poderia ser desprezado”.<sup>129</sup> Dessa forma, Lupion “pregou a necessidade de integração entre as regiões paranaenses a partir do slogan ‘Construindo um Paraná Maior’”.<sup>130</sup>

Resume Alessandro Batistella:

Utilizando-se de um discurso popular (cujo slogan era “Paraná maior”), Lupion prometeu apoiar as cidades e os interesses do interior do Paraná, enquanto Bento Munhoz da Rocha Neto era representado como um candidato das elites curitibanas. Assim, Lupion viu crescer a sua popularidade e venceu as eleições de 19 de janeiro de 1947.<sup>131</sup>

O melhor desempenho de Bento Munhoz da Rocha deu-se na capital e no território conhecido como Paraná Tradicional. Conforme seu biógrafo, entre os centros urbanos relevantes, ganhou em Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.<sup>132</sup> Em contrapartida, Lupion abriu larga vantagem nos demais municípios do interior. O mapa da escrutinação não deixa dúvidas sobre o peso do voto das regiões de colonização recente na vitória de Lupion, eleito com dois terços dos votos nominais: Moysés Lupion (PSD/UDN/PTB/PRP), 91.959 (66,47%); Bento Munhoz da Rocha (PR), 45.941 (33,53%).<sup>133</sup>

Em face do resultado, Bento Munhoz da Rocha declarou à imprensa que “não alimentava qualquer ilusão quanto à possibilidade de vitória. Afirmou que havia lutado contra a ‘máquina eleitoral, a coligação e o dinheiro do meu competidor’”.<sup>134</sup>

No livro *Paraná Reinventado*, patrocinado pelo Iparades, os autores demarcaram o período que compreende os governos de Moysés Lupion e de seu sucessor, Bento Munhoz da Rocha, com a chancela de “A arte de povoar”. A referência, por óbvio, era ao intenso processo de colonização do interior do Paraná e de formação de novas circunscrições municipais, ao qual correspondia a forte corrente migratória que se dirigia ao estado: “Até 1940, o estado possuía 50 municípios, sendo que, destes, 23 foram criados

<sup>128</sup> PADIS, Pedro Calil. **A formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 184.

<sup>129</sup> IZEPÃO, Rosalina. **O planejamento governamental no Paraná: economia, estado e política econômica**. Maringá-PR: Eduem, 2013, p. 53-54.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>131</sup> BATISTELLA, Alessandro. A redemocratização de 1945 no Paraná e as eleições de 1945 e 1947. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 436-459, 2015, p. 456.

<sup>132</sup> REBELO, Vanderlei. **Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

<sup>133</sup> Nas cinco mesorregiões apontadas em estudo do Iparades (IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: Iparades, 1987, p. 210), tomando como parâmetro os votos nominais, a proporção de cada candidato foi a seguinte. Oeste: Lupion, 79,4%; Bento, 20,6%. Norte Cafeeiro: Lupion, 81,07%; Bento, 18,93%. Paraná Tradicional: Lupion, 68,19%; Bento, 31,81%. Região de Curitiba: Lupion, 52,64%; Bento, 47,36%. Litoral: Lupion, 58,18%; Bento 41,83%.

<sup>134</sup> REBELO, Vanderlei. **Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005, p. 98.

entre 1901 e 1930. Já entre 1940 e 1949 o estado instalou 31 novos municípios”.<sup>135</sup>

O Paraná vivia o processo de desmembramento de seus extensos municípios, com o objetivo de criar novas unidades administrativas, legislativas e judiciárias. Em 1947, após a edição da Lei n. 2, de 11 de outubro, por meio da qual foram criados 20 municípios, o Poder Público estabeleceu um cronograma para disciplinar o processo. A nova fase deveria ocorrer após o intervalo de cinco anos. Quando se aproximasse o final desse quinquênio, o governador deveria instituir uma comissão para propor as regras de nova lei com esse propósito. Isso ocorreu mesmo antes do decurso do prazo. Em 1950, no crepúsculo do governo Lupion, a citada comissão foi nomeada. O resultado de seus trabalhos foi vertido na Lei n. 790/1951, que criou dezenas de municípios em todo o estado.

Para indicar aos leitores a abrangência dessa lei, uma das consequências foi o desmembramento do município de Foz do Iguaçu, do qual se emanciparam Cascavel e Toledo. O município de Mandaguari estendia-se até Paranavaí, incluindo o distrito de Maringá. Em 1950, eram 81 municípios; em 1960, 182. Portanto, em duas décadas, o número de municípios triplicou. No mesmo intervalo, a população quase quadruplicou, pois o censo de 1960 mensurou 4.277.763 habitantes.

O livro *Paraná Reinventado*, sistematizando a agenda pública do período, assevera que esse intenso processo de colonização e reocupação do território justificava:

a continuada ênfase na política de povoamento, viabilizada pela abertura de estradas e pelo desenvolvimento da educação e saúde pública. As obras de infraestrutura tornam-se indispensáveis à incorporação dos diversos contingentes populacionais aí estabelecidos; ao mesmo tempo constituem o suporte do discurso sobre modernização do estado.<sup>136</sup>

Havia a necessidade de integrar as novas regiões e suas dinâmicas sociais e econômicas com o núcleo de ocupação tradicional, sobretudo pela logística de transportes, necessária para a mobilidade da população e escoamento da produção, um feixe de temas que se mostrou permanente e mal-resolvido nas décadas seguintes.

Avaliou Batistella:

De uma maneira geral, o primeiro governo de Lupion (1947-1951), cujo lema era “construindo um Paraná Maior”, priorizou as políticas de colonização nas regiões norte, oeste e sudoeste do estado, investiu em algumas obras de infraestrutura (sobretudo a abertura de novas estradas) e adotou uma tímida política de modernização/industrialização do estado — contudo, convém ressaltar que durante a década de 1950 o Paraná ainda seria um estado predominantemente agrícola.<sup>137</sup>

<sup>135</sup> ZINKE, Idair Augusto. A evolução da malha municipal do Paraná e as proposições recentes. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 16, p. 1-21, jan./abr. 2019, p. 7.

<sup>136</sup> IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IparDES, 1987, p. 210.

<sup>137</sup> BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2016, p. 91-92.

## VITÓRIA DE BENTO MUNHOZ DA ROCHA

Em 1950, a nova eleição a governador do Paraná foi polarizada pelos candidatos Ângelo Ferrário Lopes (PSD) e Bento Munhoz da Rocha (PR). O primeiro representava o continuísmo do governo de Moysés Lupion. Por sua vez, Bento Munhoz da Rocha liderava a oposição lupionista. Inscreveu-se, ainda, o candidato Carlos Osório (PSB).

Tendo apoiado Bento Munhoz da Rocha em 1947, o ex-interventor Brasil Pinheiro Machado, alguns anos depois, confessou: “Nós sabíamos que ele não seria eleito. Iríamos enfrentar, pela primeira vez, uma eleição para marcar presença. Na eleição seguinte, ele seria candidato pelo mesmo esquema e nós esperávamos então que, com tudo preparado, ele pudesse vencer”.<sup>138</sup> Pode-se especular se esse foi o planejamento ou um discurso que contava com o conhecimento dos fatos posteriores, mas foi o encadeamento que efetivamente ocorreu.

Derrotado por Lupion no certame anterior, Bento Munhoz da Rocha assimilou as lições e, liderando a oposição, definiu uma estratégia que pudesse ser vitoriosa em 1950. A campanha oposicionista procurou fragilizar o prestígio do governador por meio de um contundente discurso de moralização da máquina pública, no diapasão que a UDN, partido do qual Bento Munhoz da Rocha era egresso e com o qual se aliara, fazia no âmbito nacional. Outro fator foi a constituição de uma ampla coligação para sustentar a sua candidatura. Conforme Alessandro Batistella, “além do discurso moralista, a esmagadora vitória de Bento deve-se principalmente à união das forças antilupionistas, que aglutinou diversos partidos (PR, UDN/PRP/PL/PST), além de uma significativa fração do PTB e de uma ala dissidente do PSD”.<sup>139</sup>

Bento Munhoz da Rocha obteve vitória maiúscula, perfazendo dois terços dos votos válidos: Bento Munhoz da Rocha (PR), 172.586 (67,11%); Ângelo Ferrário Lopes (PSD), 84.324 (32,81%); Carlos Osório (PSB), 210 (0,08%).

Em contraste com o certame anterior, dois fatos se destacaram na estratégia de Bento Munhoz da Rocha e no resultado das urnas. Primeiro, em 1947 ele enfrentou uma poderosa coligação dos principais partidos nacionais; em 1950, ele obteve o apoio da legenda ou de frações desses partidos nacionais. Segundo, em 1947, seu melhor desempenho ficou insulado na região conhecida como Paraná Tradicional; em 1950, venceu, por expressiva diferença, em todas as regiões do estado.<sup>140</sup> Para complementar, na disputa ao senado, foi eleito o candidato Othon Mader, da UDN, outro revés do governador Lupion.

O governador eleito, ao comentar o resultado, assinalou um fato inédito e interpretou o significado da manifestação dos eleitores: “A vitória da oposição no Paraná, fato verificado pela primeira vez na sua história política, representa um passo gigantesco em nossa evolução democrática, constituindo um grande ensinamento aos homens do

<sup>138</sup> REBELO, Vanderlei. **Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005, p. 98. Ver também: LEITE JR., Hor-Meyll T. Leite; ESCOBEDO, Marcel Luiz. **Moysés Lupion: civilizador do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

<sup>139</sup> BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2016, p. 122.

<sup>140</sup> Nas cinco mesorregiões discriminadas no livro *Paraná reinventado*, Bento Munhoz atingiu a seguinte proporção, considerando o universo total de votos: Oeste, 59,4%; Paraná Tradicional, 65,1%; Região de Curitiba, 69%; Litoral, 61,2%; Norte Cafeeiro, 62,9% (IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IparDES, 1987, p. 213).



### Bento Munhoz da Rocha Neto durante eleições.

Foto: acervo Jair Elias dos Santos Junior.

governo” [grifos nossos].<sup>141</sup>

Em 1950, Getúlio Vargas, candidato pelo PTB, voltou à presidência da República pelo voto direto, disputando o cargo com três adversários: brigadeiro Eduardo Gomes, novamente apresentado pela UDN; Cristiano Machado, do PSD, apoiado pelo presidente Gaspar Dutra; João Mangabeira (PSB).

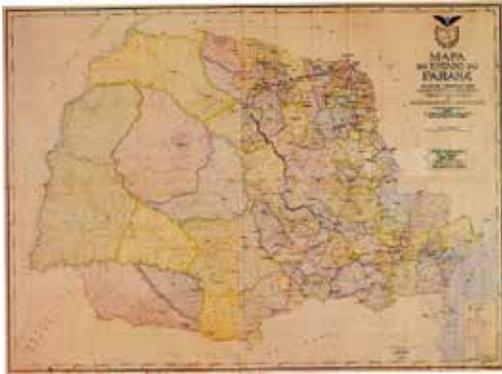
A disputa ideológica principal era com a UDN, o partido pronunciadamente anti-trabalhista e antivarguista. Diante da anunciada candidatura de Vargas, o jornalista Carlos Lacerda, um dos líderes da UDN, por meio de artigo publicado no periódico *Tribuna da Imprensa*, ameaçou: “O Senhor Getúlio, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.

Vargas elaborou uma minuciosa estratégia eleitoral, embasada em um programa de aprofundamento do processo de industrialização e ampliação da legislação social. Um primeiro movimento foi fazer aliança com o Partido Social Progressista (PSP), de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, um estado decisivo no mapa eleitoral brasileiro. Além disso, Vargas procurou apoio de antigos aliados que se encontravam no PSD. Embora essa legenda tivesse candidato próprio, o movimento de Vargas produziu efeito, provocando esvaziamento da candidatura de Cristiano Machado. Em outubro de 1950, Vargas colheu os frutos.

Resultado das urnas: Getúlio Vargas (PTB/PSP), 3.849.040 (48,73%); Eduardo Gomes (UDN/PRP/PDC/PL), 2.342.384 (29,66%); Cristiano Machado (PSD/PR/POT/PST), 1.697.173 (21,49%); João Mangabeira (PSB), 9.466 (0,12%).

Com dificuldade de dialogar com o eleitorado de baixa renda, a UDN, mais uma

<sup>141</sup> REBELO, Vanderlei. **Bento Munhoz da Rocha**: o intelectual na correnteza política. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005, p. 162.



**Mapa do Estado do Paraná de 1948, após as divisões administrativas que criaram novos municípios em 1947.**

Fonte: acervo desconhecido.

vez, chegou em segundo lugar. Na sintonia da ameaça vocalizada por Carlos Lacerda, o passo seguinte da UDN foi tentar impedir que Vargas tomasse posse, alegando que ele não obtivera maioria absoluta dos votos, ou seja, mais de 50% dos votos. Era um casuísmo, visto que a legislação não fazia essa exigência. O clima de golpe de Estado pairava no ar, mas não deu certo, pois Vargas conseguiu tomar posse.

No Paraná, as urnas registraram ampla maioria a favor de Getúlio Vargas, que obteve 169.036 votos (63,74%). Os votos dos adversários foram assim distribuídos: Cristiano Machado (PSD), 54.635 (20,60%); Eduardo Gomes, 41.353 (15,59%); João Mangabeira, 182 (0,07%).

O governo de Bento Munhoz da Rocha caracterizou-se pelas obras do Centro Cívico do Paraná e do complexo do Teatro Guaíra, ambos em Curitiba, mas também deu continuidade, reconheceu a historiadora Marion Magalhães, a políticas herdadas do governo anterior, como a colonização do interior, além de patrocinar projetos rodoviários visando à integração do estado. Isso não impediu, ponderou a historiadora, que sua imagem, no interior do Paraná, remanescesse como a de um político elitista, que priorizava a capital.

Cabe adicionar que Bento Munhoz não concluiu o seu período de mandato. Em 2 de abril de 1955, renunciou ao governo com a intenção de ocupar uma posição destacada na política nacional. Consta que aspirava ser candidato a presidente da República por seu partido ou a vice-presidente na chapa que seria liderada pelo general Juarez Távora, da UDN. Impasses verificados na viabilização desses caminhos impuseram, porém, uma mudança de rumo. Dessa forma, Bento Munhoz da Rocha foi nomeado ministro da Agricultura do presidente Café Filho em maio de 1955, cargo que exerceu até novembro daquele ano. Com a desincompatibilização de Bento Munhoz, o governo do Paraná foi assumido interinamente pelo deputado Antônio Anibelli, até que a Assembleia Legislativa elegeisse o advogado Adolfo de Oliveira Franco para concluir o mandato por ele iniciado.

## O SEGUNDO MANDATO DE MOYSÉS LUPION

A renúncia do governador Bento Munhoz da Rocha para assumir posições no quadro político nacional fragilizou a sua capacidade de coordenar o quadro sucessório estadual. Naquele ano, diferentemente do que ocorreu nos dois certames anteriores, os principais partidos nacionais lançaram candidatos próprios ao governo do Paraná.

O PSD foi representado por seu líder máximo no estado, o ex-governador Moysés Lupion, que mostrara força eleitoral ao conquistar uma cadeira no Senado em 1954. A UDN apresentou o senador Othon Mader. O PSP foi representado pelo deputado federal Luiz Carlos Tourinho. Desde 1951, o PTB planejava lançar candidato próprio ao governo do Paraná no certame vindouro. O nome mais cotado era o do senador Abilon de Souza Naves, homem de confiança de Getúlio Vargas e de João Goulart. Todavia, quando se aproximava da hora das definições, Souza Naves, alegando problemas de saúde, declinou da candidatura. No final, a convenção petebista ungiu o

médico Mário Batista de Barros. Para completar o quadro, o PSB lançou novamente Carlos Osório. O resultado foi o seguinte: Moysés Lupion (PSD/PDC/PTN), 184.384 (43,26%); Mário Batista de Barros (PTB-PR), 130.388 (30,59%); Othon Mader (UDN), 65.886 (15,46%); Luiz Carlos Tourinho (PSP), 45.525 (10,68%); Carlos Osório (PSB), 407 (0,01%).

Conforme o livro *Paraná reinventado*, a vitoriosa campanha do PSD investiu na fixação da imagem de Bento Munhoz da Rocha como uma espécie de “prefeito de Curitiba”, supostamente interessado em gastar os tributos no embelezamento da capital, referência aos investimentos na edificação do Centro Cívico.

Além disso, inferiu Alessandro Batistella, Moysés Lupion sagrou-se vencedor:

utilizando-se habilmente o discurso de que resolveria o problema fundiário dos posseiros — fornecendo-lhes escrituras definitivas — nas regiões oeste, sudoeste e norte do estado [...], além de prometer mais investimentos em estradas, energia e outras obras de infraestrutura no interior do estado.<sup>142</sup>



**Moysés Lupion.**

Fonte: Arquivo Nacional.

Para Batistella, a vitória de Lupion era previsível porque prevalecia a divisão no campo político adversário. Essa divisão era visível no próprio PTB, cujo candidato chegara em segundo lugar, pois ele não obtivera unanimidade dentro de sua legenda. Por outro lado, o ex-governador Moysés Lupion mostrava força por ainda gozar de prestígio eleitoral, como demonstrou a recente conquista de uma cadeira no Senado, por controlar a grande imprensa e por deter poderio econômico para financiar a campanha.

Na comparação com a vitória obtida por Lupion em 1947, quando venceu por dois terços dos votos válidos, os números de 1955 eram mais modestos, talvez pela divisão dos partidos e ampliação do número de candidatos com peso político. Mesmo assim, o novo governador liderou em todas as regiões do Paraná. Essa vitória, ponderou Marion Magalhães, denotou a fragilidade da repercussão das denúncias feitas contra o candi-



**Governador Bento Munhoz da Rocha Neto em Peabiru, interior do estado.**

Fonte: acervo histórico do museu de Peabiru.

<sup>142</sup> BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2016, p. 161-162.



## Posse de Juscelino Kubitschek como presidente da república e de João Goulart como vice.

Fonte: Agência Nacional.

dato quatro anos antes.<sup>143</sup>

Na eleição presidencial, mais uma vez, houve turbulências. Após o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, a presidência foi assumida por seu vice, Café Filho, que constituiu, no entanto, um governo em que predominava a UDN, adversária visceral do trabalhismo. Todavia, a UDN não encontrou, em 1955, uma candidatura viável à presidência. Após idas e vindas, assumiu a candidatura o general Juarez Távora. Ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros concorreu à presidência pelo PSP. Inscreveu-se, também, Plínio Salgado, o antigo líder do integralismo, candidato pelo PRP. O quadro foi completado pela chapa que seria vitoriosa, composta por Juscelino Kubitschek, candidato a presidente, que tinha João Goulart como vice. Era a união formal do PSD com o PTB, as forças partidárias organizadas, em 1945, sob a liderança de Getúlio Vargas. As urnas registraram os seguintes números: Juscelino Kubitschek: 3.077.411 (35,68%); Juarez Távora, 2.610.462 (30,27%); Adhemar de Barros, 2.222.725 (25,77%); Plínio Salgado, 714.379 (8,28%); brancos, 161.852 (1,77%); nulos, 310.185 (3,40%).

<sup>143</sup> MAGALHÃES, Marion Brepfol. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p. 57. A historiadora adiciona, contudo, que essa antipropaganda estendeu-se até a década de 1960.

Desde o início, prevendo nova derrota, a UDN pregava a suspensão do calendário eleitoral. Carlos Lacerda dizia que o eleito seria “produto da fraude, da demagogia, de práticas sujas”. Era preciso, exortava Lacerda, “um regime de emergência”, um “contragolpe para criar as condições de estabelecimento da democracia no Brasil”.<sup>144</sup> Para a UDN, se os aliados ou herdeiros de Getúlio ganhassem a eleição, era sinal de que a democracia não funcionava no Brasil.

Depois das eleições, a UDN retomou a tese de que os eleitos não tiveram a maioria absoluta dos votos, uma exigência que não constava da legislação, e questionou o apoio informal do PCB a Juscelino Kubistchek. Pairava no ar o clima de uma conspiração para impedir a posse de Juscelino Kubistchek e João Goulart. Nesse contexto de alta voltagem, o presidente Café Filho pediu licença alegando cardiopatia. Sob a presidência interina do deputado Carlos Luz, o clima de conspiração se acentuou. Quando um militar subalterno ecoou, publicamente, que a democracia brasileira era uma “pseudolegalidade imoral e corrompida”, o ministro da Guerra, general Henrique Lott, interveio para puni-lo, mas foi desautorizado pelo presidente Carlos Luz, gerando crise militar.<sup>145</sup>

Mesmo demissionário, Lott desencadeou um movimento em defesa da legalidade das urnas e, com apoio de outros influentes oficiais, promoveu ações militares. O país entrou em clima de guerra civil iminente. Isolando e derrotando Carlos Luz e seus aliados da UDN, Lott articulou o impedimento do presidente interino com o Congresso Nacional. Na sequência, passados alguns dias, o presidente Café Filho quis reassumir o cargo, mas também foi impedido pela articulação de Lott e seus aliados militares com o Congresso Nacional.

De modo, a presidência da República foi exercida, até o fim daquele mandato, pelo senador Saulo Ramos, em ambiente regido pela instalação de Estado de Sítio. A normalidade foi restabelecida apenas quando Saulo Ramos transmitiu o cargo a Juscelino Kubistchek. O movimento liderado pelo general Lott ficou conhecido como “novembrada”.<sup>146</sup> Por meio de um golpe preventivo, dois presidentes foram interditados pela “novembrada” para garantir a vontade democrática e soberana das urnas.

No Paraná, a distribuição de votos foi bem equilibrada e o líder das urnas não foi o presidente eleito. Eis os números: Adhemar de Barros, 127.758 (29,67%); Juscelino Kubistchek, 108.031 (25,08%); Plínio Salgado, 103.256 (23,98%); Juarez Távora,



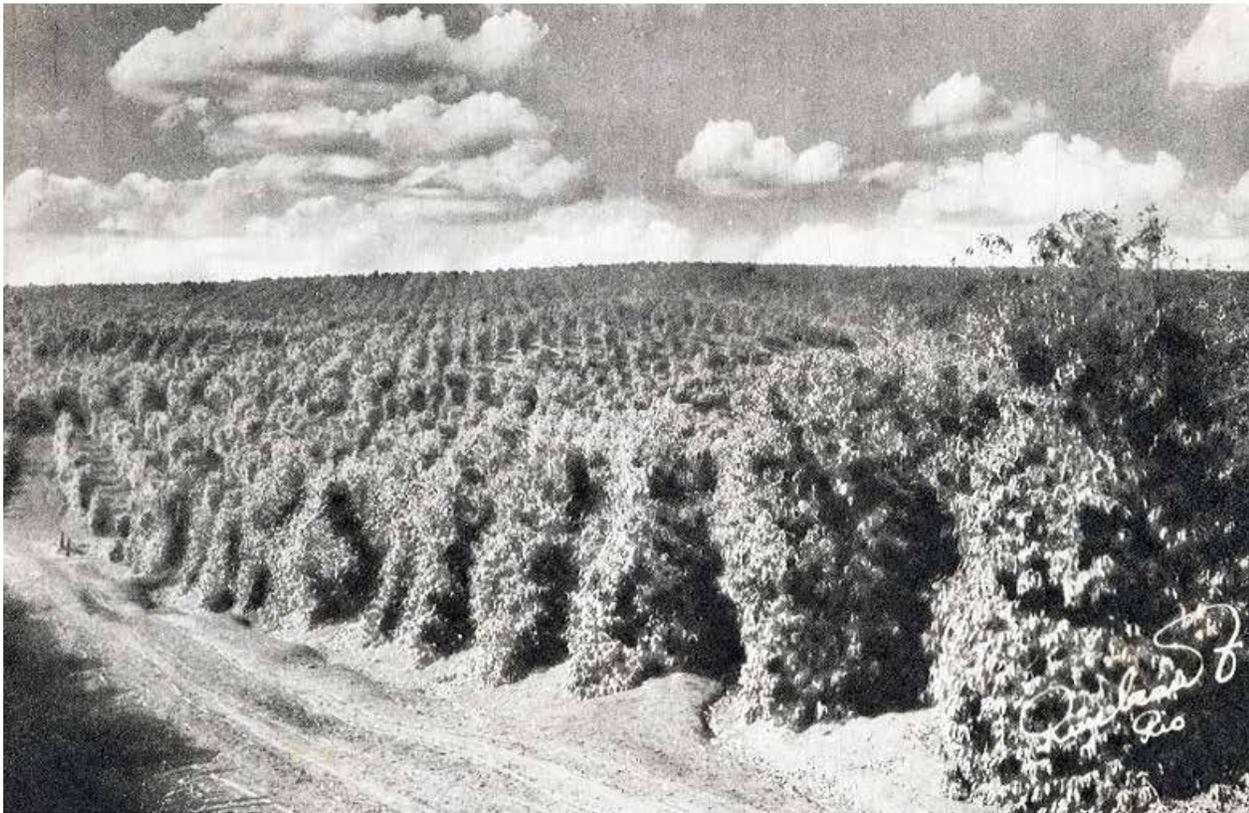
**Juscelino Kubistchek durante as obras para a construção de Brasília.**

Fonte: Agência Nacional

<sup>144</sup> FERREIRA, Jorge. As crises da República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 316.

<sup>145</sup> Ibidem.

<sup>146</sup> Idem.



### Cafezal no norte do Paraná.

Fonte: <https://ferdinandodesousa.com/2020/09/22/a-chegada-dos-cafezais-ao-norte-do-parana>.

91.540 (21,25%). Adhemar de Barros demonstrou força especialmente no Norte do estado, no complexo cafeeiro, um resultado emblemático da relação dessa região com o estado de São Paulo.<sup>147</sup> Destaca-se, ainda, que Plínio Salgado, considerado todo o território nacional, teve seu melhor resultado no Paraná,<sup>148</sup> particularmente na área conhecida como Paraná Tradicional: “É em Curitiba que seu eleitorado é mais significativo. [...] A capital dá maioria a Plínio Salgado na disputa pela Presidência da República”.<sup>149</sup>

Não obstante a turbulência da conjuntura que separou a eleição da posse do novo presidente, o governo JK foi o mais bem sucedido do período aberto com a democratização de 1945 e encerrado com o golpe de Estado de 1964. Para a pesquisadora Vânia Losada Moreira, consideradas as circunstâncias, esse governo foi “quase uma proeza”, visto que, “a partir de um quadro social e político tenso e com interesses divergentes, conciliou o processo democrático e a intensificação do

<sup>147</sup> Adhemar de Barros liderou nos seguintes estados e territórios: São Paulo, 45,79%; Paraná, 29,67%; Distrito Federal, 39,38%; Amazonas, 39,76%; Guaporé, 61,46%.

<sup>148</sup> Plínio Salgado obteve pontuação de dois dígitos nos seguintes estados: Bahia, 13,6%; Espírito Santo, 18,8%; Paraná, 23,98%; Santa Catarina, 17,47%.

<sup>149</sup> IPARDES. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: IparDES, 1987, p. 220.

desenvolvimento de tipo capitalista”.<sup>150</sup> Contrariamente à pregação anticomunista que quase impediu a sua existência, esse governo é “tido como uma espécie de modelo para vários políticos, defensores da ordem capitalista e democrática para o Brasil”.<sup>151</sup>

Já na campanha eleitoral, o programa de governo de Juscelino Kubistchek, batizado de “Plano de Metas”, projetava e planificava, por um lado, a modernização da economia brasileira pela intensificação da industrialização e, por outro, a integração nacional por meio de rodovias e infraestrutura. A meta síntese veio a ser a construção da nova capital, Brasília, símbolo da integração nacional. A propaganda dizia que o Brasil cresceria 50 anos em 5. Foi um governo paradigmático do chamado nacional-desenvolvimentismo, que preconizava, ao revés do liberalismo ortodoxo, um protagonismo do Estado no planejamento do desenvolvimento econômico.

## O DESENVOLVIMENTISMO NO PARANÁ E A ELEIÇÃO DE NEY BRAGA

A ressonância das políticas desenvolvimentistas no Paraná associa-se com a particularidade de sua formação e de seu posicionamento na constelação da federação brasileira. Mediante ações governamentais, articuladas com agentes privados empresariais e com intelectuais, o Paraná vai formular seu projeto de desenvolvimento naquela conjuntura.

Conquanto tal projeto se materializasse no final da década de 1950 e início da seguinte, dialogou com os impasses e gargalos do surto de modernização iniciado nas décadas anteriores. Dessa forma, em estudo realizado pelo IparDES, interpreta-se que, a despeito da diferença de estilo de seus protagonistas,<sup>152</sup> há uma agenda que movimentou os governos de Lupion e Bento Munhoz da Rocha, que comandaram o Executivo paranaense desde a democratização. No livro *Paraná reinventado*, lê-se que ambos, cada qual do seu modo, “buscam evidenciar o surto de progresso dos anos 40 e 50, bem como o novo papel reservado ao estado na economia nacional, de modo a promover sua inclusão entre os primeiros da federação”.<sup>153</sup>

Ecoando as interpretações do projeto *Paraná reinventado*, do qual foi coordenadora, a historiadora Marion Magalhães salientou que a elevação da relevância do Paraná na concertação nacional foi influenciada, diretamente, pela robustez do complexo cafeeiro no Norte do estado: “A condição de grande produtor de café — carro-chefe das

<sup>150</sup> MOREIRA, Vania Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 155-194, p. 158.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 158.

<sup>152</sup> Marion Magalhães (MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná**: política e governo. Curitiba: SEED, 2001, p. 57) reiterou: “No estilo, sim, posto que Bento veicula a imagem de estadista e intelectual, enquanto Lupion, a do homem do povo. Mas no que se refere às políticas de governo [...], pode-se dizer que se trata de um mesmo partido ou programa.”

<sup>153</sup> IPARDES. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: IparDES, 1987, p.41.



### Carlos Lacerda e Getúlio Vargas: disputa intensa em 1950.

Foto: acervo desconhecido.

exportações nacionais — assegura ao Paraná, pela primeira vez, uma participação decisiva na economia brasileira”.<sup>154</sup>

Assinalando que o Paraná tornara-se o principal produtor de café do país na década de 1940, o economista Jaime Trintin pontua os efeitos sistêmicos dessa atividade:

O avanço da atividade cafeeira não significou apenas a introdução de uma atividade econômica nos limites territoriais do Paraná [...]. Representou o início de uma nova fase no processo do desenvolvimento de sua economia, uma que vez que passou a proporcionar efeitos dinâmicos para o conjunto da economia, consubstanciando-se em expressivas taxas de crescimento e diversificação do setor agrícola, industrial e terciário, em razão da acumulação de capital que passou a gravitar em torno dessas atividades econômicas. [...] A renda gerada na cafeicultura foi importante para o financiamento de grande parte da infraestrutura econômica e social, principalmente em decorrência do crescimento populacional que passou a se verificar no estado em razão das correntes migratórias que se estabeleceram nessa época e da crescente necessidade de escoamento da produção local.<sup>155</sup>

À expansão da fronteira agrícola correspondeu intensa política de atração de migrantes e imigrantes, denominada como “a arte de povoar” em *O Paraná reinventado*, cuja dialética foi assim descrita por Marion Magalhães:

<sup>154</sup> MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p. 58

<sup>155</sup> TRINTIN, Jaime. **A nova economia paranaense**. Maringá-PR: Eduem, 2006, p. 63.

O ritmo de crescimento natural da população implica o aumento da demanda de bens, que, por sua vez, requer novos e ampliados contingentes de mão de obra. Assim a produção e população aparecem como duas variáveis articuladas entre si — uma vez que esta cresce, aquela deve crescer e, para a produção crescer, o mesmo deve acontecer com a população. A partir desse princípio, estrutura-se um conjunto de medidas sob o imperativo da migração, o qual se faz acompanhar da criação ou reformulação de órgãos de administração direta, encarregados de divulgar as possibilidades econômicas locais e assistir os migrantes.<sup>156</sup>

As demandas por intervenção pública são diversas, a começar pela necessidade de adoção de políticas relacionadas à saúde e à expansão de outros equipamentos urbanos, passando por ações voltadas à segurança pública, tanto a de rotina quanto a que se dedicava à vigilância ideológica, um tema incontornável naqueles tempos de ascensão da Guerra Fria, chegando às diretrizes atinentes à atividade econômica. Nesse âmbito, havia tanto as políticas para orientar, subsidiar e financiar a produção quanto a necessidade de infraestrutura de transportes e de logística para seu escoamento. Marion Magalhães diagnosticou que:

a carência verificada no setor impede o escoamento da produção, levando a que esta seja realizada via São Paulo e Santos, gerando prejuízos à arrecadação fiscal — que acaba sendo drenada para fora do Estado, e ameaçando a unidade política do Paraná —, dado que o Norte estava mais dependente da administração paulista do que da paranaense, remetendo àquele Estado suas demandas e expectativas.<sup>157</sup>

Uma das principais obras do governo Bento Munhoz da Rocha (1951-54) foi a edificação do Centro Cívico em Curitiba, no calendário de comemoração do centenário do estado.<sup>158</sup> Mais amplamente, houve ainda a edificação de outras obras emblemáticas da capital, como o Teatro Guaíra, a Biblioteca Pública, a avenida de acesso ao Centro Cívico, a praça e o monumento do Centenário. Embora esse investimento contribuísse para que os adversários pinçassem a imagem do governador como uma espécie de “prefeito de Curitiba”, havia, contrapôs Marion Magalhães, um sentido subjacente ao conjunto das intervenções do governo que precisa ser desvelado:

Ao se considerar o caráter político subjacente às obras viárias há de se perceber o significado da construção do Centro Cívico na capital, no início dos anos 50. As estradas efetivamente convergem (e partem) para (de) Curitiba, que se firma como centro administrativo do Paraná, porém ainda sem contar com uma infraestrutura para esses novos e ampliados serviços. A construção desta obra se coloca como marco das potencialidades locais, da ação modernizadora do governo, que investe sobre a construção de um “lugar do poder”. Esse

<sup>156</sup> MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p. 58.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>158</sup> O centenário foi comemorado em 1953, tomando como marco inicial a criação da Província em 1853.

empreendimento [...] é composto por uma série de obras capazes de dizerem por si só da existência de um governo, de um centro que administra as demais regiões.<sup>159</sup>

Nesse diapasão, prossegue: “politicamente, tais iniciativas estão embutidas no interior de um mesmo conjunto de atos que investem sobre a questão da integração territorial e, ao mesmo tempo, sobre a população, remetendo-a ao foco administrativo instituído/instituinte”.<sup>160</sup>

Bento Munhoz da Rocha, segundo seu biógrafo:

entendia que a integração física do território paranaense, por meio de rodovias, só se completaria com o processo de interação cultural e psicológica do Estado. A partir dessa noção de um Paraná inteiriço, sem fragmentações ou descontinuidades, identificou nas comemorações do centenário da emancipação política do Estado, em 19 de dezembro de 53, a oportunidade de consolidar a unidade paranaense, sem apelar aos paranismos ufanistas ainda recorrentes em certa elite política e intelectual do Paraná mais tradicional.<sup>161</sup>

Em certo sentido, havia dois problemas estruturais a enfrentar. A literatura da época fala da “síndrome da quinta comarca de São Paulo”, condição institucional que o Paraná vivia antes de ser emancipado em 1853. A pujante economia cafeeira que grassava na região Norte do estado, embora oferecesse impulso para que o Paraná se reposicionasse na concertação da federação brasileira, mantinha laços econômicos e logísticos evidentes com o estado de São Paulo, em um contexto em que a integração entre o Paraná Tradicional e as regiões de colonização recente do estado era, para dizer o mínimo, precária. Não por acaso, falava-se em três Paranás.

Sobre as consequências da relação do complexo cafeeiro com o estado de São Paulo, apontou Rosalina Izepão:

Essa ligação não se dava apenas pelo fato de a cafeicultura paranaense ser extensão da paulista, mas principalmente porque parte significativa da sua produção era escoada pelo Porto de Santos e não pelo de Paranaguá. Do mesmo modo, as transações comerciais e financeiras também eram realizadas naquele estado em razão da falta de infraestrutura e investimentos, principalmente em transportes e comunicação que ligassem o Norte cafeeiro ao Sul do estado.<sup>162</sup>

Tal situação oferecia motivação para que vicejassem projetos separatistas, como o de constituir o estado de Parapanema, que animou parte da elite política regional no período. À situação fática de falta de integração somava-se a interpretação, incorporada à literatura especializada, de que as elites formadas no chamado Paraná Tradicio-

<sup>159</sup> MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p. 63.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 64

<sup>161</sup> REBELO, Vanderlei. **Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005, p. 239.

<sup>162</sup> IZEPÃO, Rosalina. **O planejamento governamental no Paraná: economia, estado e política econômica**. Maringá-PR: Eduem, 2013, p. 55.



**Arquiteto Rubens Meister supervisiona obra de construção do Teatro Guaíra.**

Fonte: acervo Teatro Guaíra.

nal eram conservadoras na promoção de um novo arranjo por temor de perder suas posições de mando e as vantagens decorrentes:

O distanciamento entre a administração estadual e as referidas áreas [...] não se dava apenas pelo fato de os núcleos populacionais estarem distantes da capital e do porto de Paranaguá, mas por representarem um perigo real de transposição do eixo político para as demais regiões, sobretudo o Norte cafeeiro, que aos poucos foi se tornando o eixo gerador de renda do Estado, desde a década de 1940.<sup>163</sup>

A relação com o estado de São Paulo, no entanto, era mais complexa. Influenciada pelo debate intelectual do período sobre a inserção periférica do Brasil na ordem capitalista internacional, elaborou-se uma tese que situava o Paraná em posição equivalente na interface com o estado de São Paulo, partindo da compreensão de que o padrão de desenvolvimento vigente reproduzia, no país, a relação centro-periferia. Explicou o economista Jaime Trintin:

<sup>163</sup> IZEPÃO, Rosalina. **O planejamento governamental no Paraná: economia, estado e política econômica.** Maringá-PR: Eduem, 2013, p. 70-71.



**Bento Munhoz da Rocha Neto.**

Fonte: Museu Paranaense.

A economia paulista, tendo se diversificado, em decorrência de sua liderança no processo de industrialização via “substituição de importações”, passou a determinar uma divisão do trabalho no espaço nacional à semelhança da clássica divisão internacional do trabalho. Assim, as demais regiões brasileiras gradativamente foram condicionadas a terem um padrão de desenvolvimento “voltado para fora”, o que implicava que seu crescimento passou a estar assentado na troca de matérias-primas e alimentos por produtos industriais paulistas. Assim sendo, estariam condenadas a manterem uma estrutura produtiva bastante especializada e, portanto, impossibilitadas de desenvolver suas forças produtivas internas.<sup>164</sup>

Mais especificamente, o Paraná, dentro da divisão do trabalho no espaço nacional, caracterizava-se:

como grande importador de produtos manufaturados paulistas e vendedor de produtos primários e alimentos, o que colaborava para acentuar as desigualdades e o seu maior empobrecimento, pois não se reproduziam no interior de sua economia os efeitos dinâmicos de uma produção tipicamente capitalista.<sup>165</sup>

Por conseguinte:

a industrialização aparece como o veículo capaz de assegurar ao Paraná sua maior autonomia relativa perante a União e ao centro dinâmico da economia nacional, mas também com o mecanismo capaz de romper com a condição à qual sua economia fora submetida ao longo do tempo, em face da impossibilidade de fazer os investimentos necessários com vistas ao avanço das forças produtivas, devido à evasão de rendas gerada. Em outros termos, a não industrialização paranaense ocorria em função de fatores externos ao Paraná.<sup>166</sup>

Partindo de um diagnóstico que problematizava tais temas e relações, o projeto paranaense de desenvolvimento centrava-se em três objetivos principais: integração do estado, então fracionado no Paraná Tradicional, no Paraná cafeeiro-paulista e no Paraná do Oeste; integração vertical da indústria paranaense, via processo de substituição de importações, principalmente de bens de capital e intermediários; fortalecimento e expansão de pequenos e médios capitais locais.<sup>167</sup>

Em meados da década de 1950, essa agenda passou a ser formalmente incorporada pelo governo estadual. No período imediatamente anterior ao certame eleitoral de 1955, quando o Executivo era chefiado por Adolpho Franco, eleito pela Assembleia Legislativa para completar o mandato iniciado por Bento Munhoz da Rocha, foi promulgada a Lei n. 243, que criou o Conselho Consultivo do Planejamento Econômico

<sup>164</sup> TRINTIN, Jaime. **A nova economia paranaense**. Maringá-PR: Eduem, 2006, p. 68.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>166</sup> *Idem*, p. 69.

<sup>167</sup> *Idem*.

do Paraná (Pladep), embrião do Sistema Estadual de Planejamento. Eleito em seguida para seu segundo mandato, Lupion, além de dar continuidade às políticas de ocupação territorial, “também investiu na criação de infraestrutura, direcionada à indústria paranaense. [...] Esses investimentos foram importantes, mas não suficientes para alavancar a industrialização no estado”.<sup>168</sup> Seja como for, estudos do Pladep sedimentaram a necessidade de o setor público consolidar um projeto de industrialização.

No certame de 1960, tais premissas foram assumidas pelo candidato que viria a ser eleito para governar o Paraná, Ney Braga, do PDC, que viria a ser o principal líder político do Paraná nas duas décadas seguintes.

Militar de formação e tendo exercido a chefatura da polícia no estado durante o governo de Bento Munhoz da Rocha, seu cunhado,

Ney Braga projetara-se na política estadual ao ser eleito prefeito de Curitiba em 1954. Em 1958, foi eleito deputado federal. Em 1960, disputou o cargo de governador, em certame equilibrado, com os candidatos Nelson Maculan (PTB) e Plínio Costa (PSD).

Impulsionado pelo excelente desempenho nas eleições legislativas de 1958, o PTB paranaense viveu a expectativa de contar, desta vez, com a promissora candidatura de seu principal líder, o senador Souza Naves. Um infarto fulminante, porém, tirou a vida de Souza Naves em dezembro de 1959. Nelson Maculan assumiu a cadeira de Souza Naves no senado e foi ungido candidato pelos trabalhistas.

Alessandro Batistella explicou que o PSD veio dividido para o certame, uma vez que o candidato do governador foi derrotado, na convenção, por Plínio Franco da Rocha. O vencedor não teve o apoio de todo o partido. Por seu turno, sem apresentar candidato próprio, a UDN formalizou apoio a Ney Braga. A disputa principal ficou entre Ney Braga e Maculan.

Batistella mapeou da seguinte maneira a distribuição do jogo de forças dos apoios obtidos:

Ney Braga contou com o apoio da maior parte da UDN, de parte do PR, de setores da Igreja católica e de grupos empresariais e ruralistas de diversas regiões do estado, ao passo que Nelson Maculan foi apoiado pelo ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto, pelos udenistas do Norte, por parte do PSP, pela dissidência do PSD e pelo PCB paranaense.<sup>169</sup>

Os melhores resultados de Maculan ocorreram em Londrina, sua base eleitoral, e nas regiões Oeste e Sudoeste, onde o PTB era forte. Nas demais regiões do estado, Ney Braga prevaleceu. As urnas registraram os seguintes números: Ney Braga (PDC/PL),

<sup>168</sup> IZEPÃO, Rosalina. **O planejamento governamental no Paraná: economia, estado e política econômica**. Maringá-PR: Eduem, 2013, p. 66.

<sup>169</sup> BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2016, p. 213.



**Ney Braga.**

Fonte: Museu Paranaense.

253.552 (37,69%); Nelson Maculan (PTB), 225.589 (33,53%); Plínio Costa (PSD), 193.613 (28,78%).

Rosalina Izepão, escrutinando o programa do governador eleito, constatou que, “para desvincular sua imagem daquela construída por seus antecessores e aparecer como candidato inovador, Braga centrou sua campanha nos pilares industrialização e planejamento”.<sup>170</sup> Filiado à corrente democrata cristã, Ney Braga “pregava a elaboração de um plano de desenvolvimento que contemplasse a justiça social e o humanitarismo”.<sup>171</sup> Essa autora avalia que Braga, empossado como governador, colocou em prática as políticas governamentais propostas durante a campanha eleitoral, dando início a um processo de construção e ampliação da infraestrutura que até hoje alicerça a base econômica paranaense.<sup>172</sup>

Entre as realizações do governo Braga, Rosalina Izepão destaca a criação de empresas e agências públicas de forte impacto, como a Companhia de Telecomunicações do Paraná (Telepar), a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (Café do Paraná), a Fundação Educacional do Paraná (Fundepar) e a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Contudo, pondera que o “modelo de desenvolvimento econômico proposto em sua gestão, pautado na industrialização para substituir importações, atualmente se sabe que tendia ao fracasso, uma vez que esse já se encontrava esgotado nacionalmente”.<sup>173</sup> Em suma:

O momento exigia, então, uma indústria complementar ao parque nacional e não autônoma como se pretendia desenvolver no Paraná. Quer dizer que, por maior avanço que representasse a ideia de industrialização substitutiva no estado, o modelo proposto se encontrava defasado em relação aos caminhos já percorridos pela indústria brasileira, aberta, à época, ao capital tanto nacional quanto internacional.<sup>174</sup>

Seja como for, essa maneira de conceber o processo de industrialização, influente em seu próprio tempo, foi incorporada ao planejamento público desde o final da década de 1950, presente no Programa Governamental de Desenvolvimento Econômico (PGDE), elaborado pelo Pladep. Reestruturado no governo Ney Braga, foi inserido no Plano de Desenvolvimento do Paraná, para vigência no período de 1964 a 1970. Em 1962, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), que, entre outras atribuições, era um “instrumento do governo para financiamento da indústria e para a elaboração de projetos para este fim, privilegiando o empresariado local”.<sup>175</sup> O início da vigência do plano, porém, coincidiu com a mudança do quadro político nacional.

<sup>170</sup> IZEPÃO, Rosalina. **O planejamento governamental no Paraná: economia, estado e política econômica**. Maringá-PR: Eduem, 2013, p. 71.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>172</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>173</sup> *Idem*.

<sup>174</sup> *Idem*, p. 74.

<sup>175</sup> *Idem*.



### Fotomontagem da maquete do Centro Cívico de Curitiba (1953).

Fonte: ÁLBUM DO NATAL do Centenário 1853-1953 da Revista A Divulgação. [S.l.]: Editor Arnald F. Velloso, 1953.

## O FIM DO PERÍODO DEMOCRÁTICO

Em 1960, a eleição ao cargo de presidente da República foi concluída com a previsível vitória de Jânio Quadros, que enfrentou dois adversários. Adhemar de Barros, ex-governador de São Paulo, voltou a disputar pelo PSP. A coligação governista do PSD e do PTB inscreveu uma chapa encabeçada pelo marechal Henrique Lott, cujo vice era João Goulart, que tentava a reeleição ao cargo.

Por fim, Jânio Quadros foi lançado por duas legendas pequenas, o Partido Trabalhista Nacional e o Partido Democrata Cristão, mas obteve aliança com a UDN. Cansada de perder eleições presidenciais, a UDN decidiu se aliar a um candidato que dialogasse com o povão e que não fazia parte do campo político formado por Getúlio Vargas.

Jânio Quadros era o maior fenômeno eleitoral que o país conheceu, protagonista de uma impressionante escalada que começou, em 1947, quando era suplente de vereador em São Paulo. Depois disso, foi eleito, sucessivamente, deputado estadual por São Paulo em 1950, prefeito de São Paulo em 1952, governador de São Paulo em 1954. Para aguardar a campanha presidencial, ainda foi eleito deputado federal, em 1958, pelo Paraná.

Com uma personalidade magnética e um estilo peculiar de oratória, Jânio Quadros fizera carreira por pequenas legendas partidárias, vestindo o manto do candidato antissistema, o homem providencial que vinha para liderar a regeneração e a moralização do sistema político. Em 1960, imprimiu um tom fortemente moralista à disputa presidencial, como expressa o símbolo adotado, de fácil apelo popular: a vassoura que vinha varrer a bandalheira. O resultado das urnas foi o seguinte: Jânio Quadros (PTN/PDC/UDN, PR, PL), 5.636.623 (48,26%); Henrique Lott (PSD/PTB), 3.846.825 (32,94%); Adhemar de Barros (PSP), 2.195.709 (18,79%).

Naquela época, o vice-presidente era eleito em cédula própria, permitindo que o eleitor votasse em um presidente de uma chapa e em um vice de outra. Com isso, João Goulart foi reeleito vice-presidente, obtendo 36%. Desta vez, a UDN não questionou que o candidato mais votado não fizesse mais de 50% dos votos, pois Jânio era seu



### Construção do Palácio Iguazu no Centro Cívico, em Curitiba - década de 1950.

Acervo: Museu da Imagem e do Som.

aliado. No Paraná, estes foram os números: Jânio, 56.37%; Adhemar de Barros, 24.97%; marechal Lott, 18.66%. Jango foi o candidato a vice-presidente preferido dos paranaenses, obtendo 40,03% dos votos.

Realizando um governo errático e acumulando conflitos com o vice-presidente, com o Congresso Nacional e até mesmo com os seus aliados da UDN, Jânio Quadros deixou o país perplexo quando renunciou à presidência em 25 de agosto de 1961. Ele nunca forneceu uma explicação convincente para esse gesto dramático, mas a literatura especializada interpreta que Jânio Quadros, movido pelo sentimento de que era um homem providencial, amado pelo povo, acima dos partidos e das instituições, criou um grande impasse político visando a um retorno triunfal. Ou seja, prevendo que as forças conservadoras iriam vetar a posse de seu vice, o trabalhista João Goulart, Jânio julgava que haveria uma aclamação para que ele permanecesse no cargo. Ele poderia, então, governar com mais força, acima das instituições.<sup>176</sup>

De fato, a posse do vice-presidente João Goulart foi vetada pelos ministros militares, gerando uma gravíssima crise política. A renúncia de Jânio Quadros, porém, foi aceita imediatamente, em razão do isolamento político que vivenciou em seu curto mandato. O país viveu dias de tensão, sob a gestação de um golpe de Estado e na fronteira de uma guerra civil.

Desde que fora ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Goulart era acusado, por seus adversários, de ser o artífice da implantação de uma república sindical no Brasil,

<sup>176</sup> QUELER, Jefferson José. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.



**Construção do Centro Cívico, em Curitiba - década de 1950. À esquerda, o Palácio da Justiça, projetado para as Secretarias de Estado, e à direita, a Avenida Cândido de Abreu.**

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

uma espécie de regime inspirado no peronismo. Ainda que esse fantasma não encontrasse respaldo na realidade, ele era evocado pelas forças conservadoras.

A resistência ao golpe de Estado em curso tomou corpo no Rio Grande do Sul, comandada pelo governador Leonel Brizola, correligionário de Goulart no PTB. Lançando a rede da legalidade pelas ondas do rádio, Brizola clamou pelo cumprimento da sucessão tal como definia a Constituição Federal. A defesa da legalidade era reforçada pelo fato de o vice-presidente ser eleito em cédula própria, em certame específico. Em linha crescente, a resistência ganhou o apoio da União Nacional dos Estudantes, de lideranças sindicais, de lideranças empresariais, de alguns governadores e de militares legalistas.<sup>177</sup>

Mesmo assim, a posse de Goulart somente ocorreu após negociação para a implantação do sistema de governo parlamentarista, por intermédio da aprovação, às pressas, de uma emenda constitucional. No parlamentarismo, os poderes do presidente se restringiriam à condição de chefe de Estado, enquanto o governo seria confiado a um gabinete chefiado pelo primeiro-ministro. Era uma medida casuística, pois foi articulada

<sup>177</sup> FERREIRA, Jorge. As crises da República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

para diminuir os poderes de Goulart, eleito em um regime presidencialista. Para ficar mais evidente o casuísmo, a emenda constitucional previa um referendo para que o povo se manifestasse sobre a permanência do parlamentarismo somente em 1965, às vésperas da nova eleição presidencial.

Conciliando, Goulart aceitou os termos e tomou posse em 7 de setembro de 1961, mas trabalhou, nos meses seguintes, para antecipar o referendo e retomar os plenos poderes presidenciais. Tendo sucesso nesse movimento, a consulta popular ocorreu em janeiro de 1963. As urnas registraram que 76% dos eleitores votaram a favor da volta ao presidencialismo, enquanto a permanência do parlamentarismo foi apoiada por apenas 16%. No Paraná, os números foram semelhantes aos verificados no quadro nacional. Dos 676.501 eleitores que se pronunciaram nas urnas, 516.896 (76,41%) rejeitaram a permanência do parlamentarismo e apoiaram o restabelecimento do presidencialismo.

Investido dos poderes plenos do cargo de presidente por vontade da ampla maioria dos eleitores, Goulart não conseguiu cumprir, porém, o restante do mandato que lhe era conferido, interrompido por um golpe de Estado civil-militar desencadeado em 31 de março de 1964.

Conforme sentenciou Caio Navarro de Toledo, “o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado”.<sup>178</sup> Carlos Fico ponderou, no entanto, que é preciso distinguir duas fases nessa relação. A primeira é a da desestabilização, que vai da posse de Goulart até 1963, quando o objetivo dos adversários de Goulart era enfraquecer o governo para que o presidente chegasse fragilizado em 1965, ano de sua sucessão. A segunda fase é a da conspiração para a sua derrubada, seguramente iniciada em 1963.<sup>179</sup>

As forças políticas e sociais que impuseram o golpe de Estado forjaram a narrativa de que essa intervenção salvou o Brasil do comunismo. Não há dúvida de que o discurso anticomunista foi mobilizador, dialogando com o conservadorismo de grandes bolsões da população brasileira. O comando militar do golpe de 1964, como demonstrou Carlos Fico, alegava que Goulart tramava um golpe de Estado para implantar uma república sindicalista no país e que o seu esquema trabalhista não seria capaz de resistir à proeminência ideológica e organizacional de seus aliados comunistas. O resultado seria a superação da república sindicalista pela instauração de um regime decididamente comunista no Brasil.<sup>180</sup>

Se isso permite entender como raciocinavam os opositores que depuseram Goulart, é preciso dizer, ecoando um escrito de Caio Navarro de Toledo, que não há nenhuma evidência empírica de que a esquerda estivesse na iminência de desencadear uma revolução no país ou de que o presidente da República preparasse um golpe de Estado.<sup>181</sup> Todos os movimentos do presidente Goulart estavam albergados nas possibilidades de ação circunscritas pelo ordenamento jurídico. De resto, sua deposição foi consumada de forma completamente ilegal, mediante uma farsa encenada no Congresso Nacional, combinada com o deslocamento de tropas militares. Objetivamente, foi um golpe de Estado contra o trabalhismo e o seu programa de reformas sociais e demo-

<sup>178</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois: 1964-2004**. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 67-77, p. 68.

<sup>179</sup> FICO, Carlos. **Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 31.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>181</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia: as falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, n. 19, p. 27-49, 2004, p. 37.

cráticas.<sup>182</sup>

A compreensão do impasse de 1964 convida a um olhar retrospectivo acerca das crises políticas vividas pelo campo trabalhista desde a volta de Getúlio Vargas à presidência República em 1950. Para Caio Navarro de Toledo, “é possível sustentar que o golpe de 1964 constituiu o coroamento das iniciativas de setores políticos e militares que, desde 1950, se opunham, de forma sistemática, à consolidação e ao alargamento da democracia política no Brasil”.<sup>183</sup> Nessa linha de argumentação, define Caio Navarro Toledo: “1964 significou um golpe contra a incipiente democracia brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra politização dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país”.<sup>184</sup>

Com a queda de Goulart, chegava ao fim o primeiro período democrático da nossa acidentada história republicana, regido pela Constituição de 1946, mediante a progressiva implantação de uma ditadura militar que duraria 21 anos.

Participando da trama que culminou na deposição de Goulart, o governador Ney Braga foi prestigiado com posições de destaque no âmbito federal, vindo a compor a equipe ministerial em dois governos. Em 1965, Ney Braga renunciou à chefia do Executivo estadual para assumir, em 19 de novembro daquele ano, o Ministério da Agricultura do governo do marechal Castelo Branco. Desde 1964, havia sido instituído o cargo de vice-governador, que foi assumido por Affonso Camargo Neto, eleito pela Assembleia Legislativa. Camargo, porém, renunciou ao cargo em 1965, após romper com Ney Braga. De modo que, quando Ney Braga renunciou, o governo foi assumido, por apenas três dias, pelo deputado Antônio Ruppel, até que a Assembleia Legislativa elegeisse o engenheiro Algacir Guimarães para concluir o mandato.

Analisando a repercussão da ruptura institucional de 1964 nas políticas governamentais do Paraná, Rosalina Izepão inferiu que houve acentuada centralização de poder: “desde então, todos os rumos do País passaram a ser traçados unilateralmente pelos gestores militares. Aos estados restou adaptar-se ao novo regime, cuja base era o modelo de desenvolvimento tecnoburocrático capitalista dependente”.<sup>185</sup> Especificamente, “o Plano de Desenvolvimento do Paraná, previsto para o período de 1964-1970, foi abandonado”.<sup>186</sup>



**Jânio Quadros.**

Fonte: Ruy/Acervo Jornal Última Hora / Agencia RBS

<sup>182</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois: 1964-2004**. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 67-77.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>185</sup> IZEPÃO, Rosalina. **O planejamento governamental no Paraná: economia, estado e política econômica**. Maringá-PR: Eduem, 2013, p. 80.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 80.

## O ÚLTIMO ATO DA FRENTE AMPLA

*Em 30 de março de 1968, Maringá sediou um evento oposicionista de repercussão nacional, um comício da Frente Ampla, liderada por Carlos Lacerda, ex-governador do estado da Guaranabara.*

*Após apoiar a intervenção que depôs o presidente Goulart, Lacerda entrou em rota de colisão com os governos militares, quando não foi obedecido o calendário de convocação da eleição para presidente da República, cargo que postulava. Inicialmente, tentou organizar um novo partido político, mas viu seus ex-companheiros de UDN, alojados na Arena, acomodados no jogo político do bipartidarismo. Passou, então, a articular a Frente Ampla de oposição, buscando o apoio dos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubistchek, seus antigos adversários políticos, visando à redemocratização do país. Para obter apoio popular, assumiu um programa de apelo social e estabeleceu agendas temáticas.*

*Uma das principais e derradeiras atividades da Frente Ampla foi o comício realizado em Maringá, quando o país vivia “um momento político de grave tensão” com “o movimento estudantil mobilizando uma parcela considerável da opinião pública contra o regime militar”.<sup>1</sup> O sentido do comício da Frente Ampla em Maringá foi assim explicado por um periódico local: “Reina grande expectativa em torno da fala do Sr. Lacerda em Maringá, não só pela cidade, como também nos meios políticos nacionais. Isto porque Maringá está sendo considerada ‘zona camponesa do Paraná’ e o comício serviria para um teste da Frente Ampla junto aos homens do campo”.<sup>2</sup>*

*Desta forma, embora o ato público fosse realizado em Maringá, os líderes da Frente Ampla mantiveram uma agenda mais ampla, irradiada para contatos com potenciais aliados de toda a região Norte.*

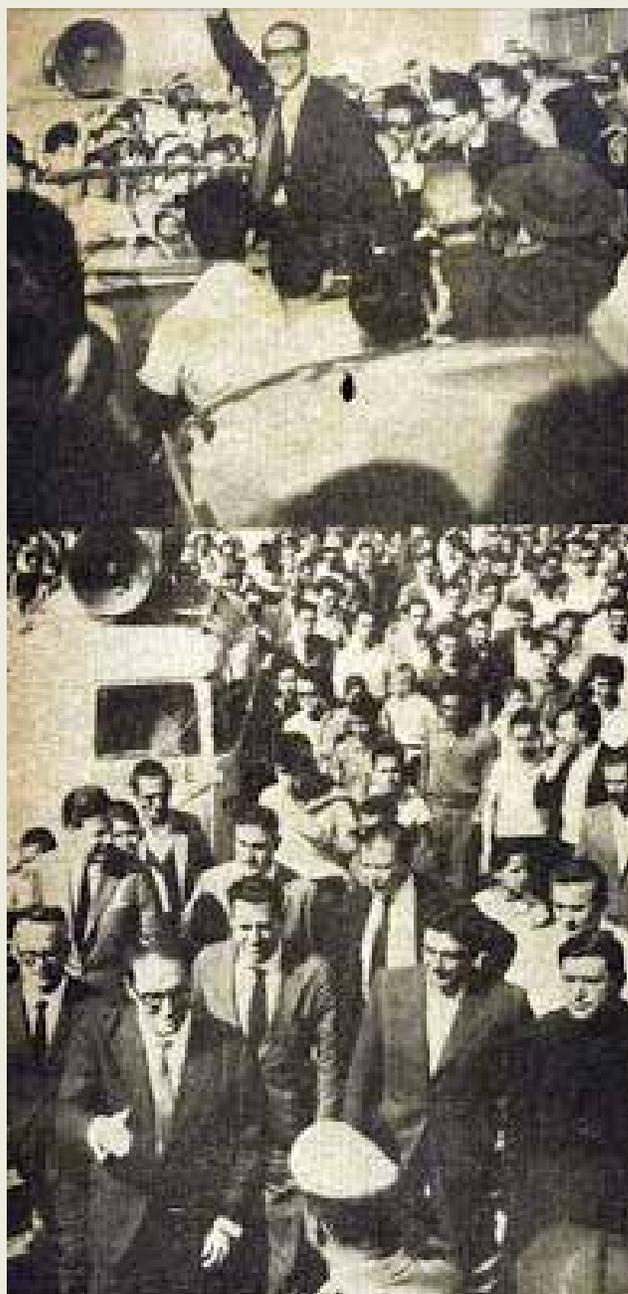
*Mediante requerimento do MDB de Maringá, o evento foi realizado com autorização das forças policiais, que disponibilizaram um esquema de segurança. Na data do comício, entretanto, o clima nacional havia se agravado. Poucos dias antes, no Rio de Janeiro, havia sido morto, pelas forças repressivas, o estudante Edson Luís de Lima Souto, fato que catalisou as atividades de oposição em todo o Brasil.*

*O delegado de polícia do município elaborou um esquemático relatório a respeito, com mapeamento de oradores. Constatou que estudantes portavam cartazes com os seguintes dizeres: “Abaixo a ditadura”, “Anistia”, “Fora a japona”, “restauração das liberdades democráticas”. Apontou, contudo, que não houve “ovação compacta por parte do público”. Uma minoria próxima do palanque teria aplaudido os oradores.<sup>3</sup> Como se tratava de um evento público, autorizado legalmente, o noticiário da imprensa é mais completo, veiculando entrevistas e o discurso de Lacerda. A tomar como parâmetro a cobertura jornalística, o evento teve bastante repercussão. Por causa da evolução da conjuntura nacional, foi a última atividade da Frente Ampla, declarada ilegal pelo ministro da Justiça no início de abril de 1968.*

<sup>1</sup> Fato referido no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, no verbete dedicado a Carlos Lacerda. Em 5 de abril, as atividades da Frente Ampla foram proibidas por uma medida do governo federal, emitida pelo Ministério da Justiça.

<sup>2</sup> Cf. *O Jornal de Maringá*, 29 de março de 1968.

<sup>3</sup> Pasta “Frente Ampla” (PT 1011.121). Fundo Documental DOPS/PR.



### Lacerda em Maringá.

Fonte: Imagens da Revista Norte do Paraná - Junho de 1963.

## O PARANÁ NA GESTAÇÃO DA CAMPANHA DA ANTICANDIDATURA DO MDB DE 1973

*Em setembro de 1973, Maringá sediou um encontro regional do MDB para debater e encaminhar um tema inserido na estratégia partidária nacional, em conjuntura de sucessão do presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici.*

*Segundo o livro de Sylvio Sebastiani sobre a atuação do MDB do Paraná, tão logo tomaram posse, os prefeitos eleitos em 1972 desencadearam reuniões regionais para fortalecer o partido e seu projeto de lutas democráticas. A partir dessas reuniões, nasceu a iniciativa de realizar um encontro nacional do MDB. Contando com a presença de lideranças estaduais e do presidente nacional do MDB, o deputado federal Ulysses Guimarães, o evento foi realizado em Maringá.*

*A reunião aprovou moção pela inscrição da candidatura de Ulysses Guimarães como candidato do MDB à presidência da República. Os oradores focalizaram a pertinência da tática. Como a eleição era indireta e a oposição não tinha chances, o ato também poderia ser visto como legitimação do mecanismo do Colégio Eleitoral, interpretação sistematizada por alguns discursos. Prevaleceu, no entanto, a tese da inscrição. Por causa dos objetivos, seria uma anticandidatura.*

*Um agente policial monitorou e legou um alentado relatório, com registro dos debates. Anfitrião do evento, o prefeito de Maringá, Silvio Magalhães Barros, foi o porta-voz da principal proposta: “O prefeito Silvio Barros, apresentou à mesa, a moção para o Sr. ULYSSES GUIMARÃES fosse indicado candidato do MDB para concorrer às próximas eleições à presidência da República. Esta moção contou com mais de 52 assinaturas”.<sup>4</sup>*

*Sobre a intervenção do então candidato Ulysses Guimarães, o relatório adicionou: “Em locução muito aplaudida disse de sua disposição em trabalhar em prol do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e agradeceu sua indicação para concorrer como candidato do seu partido às próximas eleições para presidente da república”.<sup>5</sup> Para além do encaminhamento principal, o relatório mapeou que havia oposição à tática aprovada e até mesmo proposições de candidaturas alternativas.*

*Visto retrospectivamente como fato fundamental na tática do MDB, o evento foi incensado na memória política partidária em âmbito estadual. Anotou o memorialista Sylvio Sebastiani:*

*Foi assim que, com o apoio de diversos companheiros, Silvio Barros, em discursos eloquentes, no plenário do encontro, fez o lançamento. Começou a campanha de Ulysses Guimarães como anticandidato à Presidência. Foi em Maringá, através da iniciativa corajosa e da luta em prol da democracia por parte do Prefeito Silvio Barros e demais militantes do MDB, que nasceu a “célula mãe” de uma candidatura que viria a ter repercussão nacional.<sup>6</sup>*

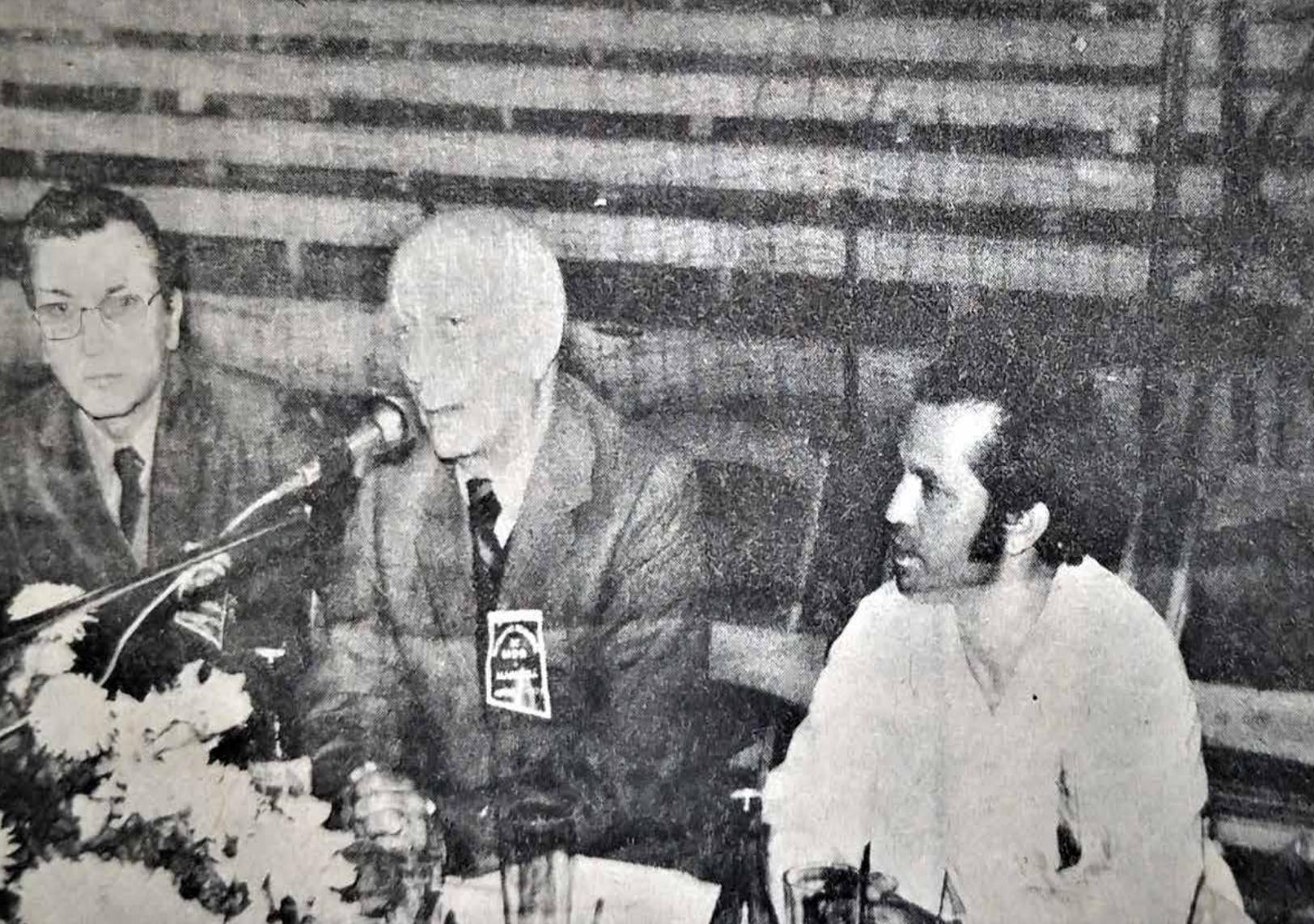
*Emedebistas de Maringá e do Paraná atribuem ao prefeito Silvio Barros papel destacado no lançamento da campanha e a própria paternidade do termo “anticandidatura”. A bibliografia indica existir certa disputa sobre essa paternidade, ora atribuída a Ulysses Guimarães, ora atri-*

<sup>4</sup> SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Relatório, fl. 14. Pasta “Encontro Regional do MDB, Maringá, agosto de 1973” (PT 925.114). Fundo documental DOPS/PR. O agente anotou que o discurso completo não foi gravado por causa dos sucessivos aplausos.

<sup>5</sup> Ibidem, fl. 21.

<sup>6</sup> SEBASTIANI, Sylvio. **Por dentro do MDB no Paraná**. Curitiba: Edição do Autor, 1992, p. 39-40.





**Raro registro do Encontro Regional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), realizado em Maringá no dia 26 de agosto de 1973. Aparecem na imagem três presidentes do partido. Da esquerda para a direita: José Mugiatti Filho, presidente regional; Ulysses Guimarães, presidente nacional; Philemon de Assis Vieira, presidente do diretório municipal.**

Fonte: Acervo Maringá Histórica

*buída a outro agente político.<sup>7</sup> De qualquer forma, está fora de debate que a cidade de Maringá e seu prefeito participaram da gestão da anticandidatura.*

<sup>7</sup> É o que se lê no livro *A ditadura derrotada*, de Elio Gaspari (GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014), o terceiro tomo da série em que o jornalista passa a limpo a história do período da ditadura militar.

## O REGIME MILITAR (1964-1985)



Foto que mostra a circulação de um tanque militar pela cidade do Rio de Janeiro em 1º de abril de 1964, dia do golpe militar que instaurou a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/remadih/ditadura-militar-no-brasil-1964-1985>

Consumada a deposição de João Goulart em 2 de abril de 1964, a presidência da República foi assumida interinamente pelo presidente da Câmara Federal, o deputado Ranieri Mazzili, mas se tratava apenas de uma fachada formal. O poder de verdade passou a ser exercido por uma Junta Militar, composta em 2 de abril sob liderança do general Artur da Costa e Silva.

No seio do bloco político e militar que tomou o poder, havia algumas diferenças de ponto de vista sobre o que fazer. O general Artur da Costa e Silva defendia, inicialmente, o adiamento da eleição presidencial e a permanência da Junta Militar na condução do país. Prevaleceu, contudo, a resolução imediata da questão da presidência. Entre os líderes militares e civis do movimento que depôs Goulart foram especulados outros nomes, mas havia a ascendência e a preferência pelo nome do general Humberto de Alencar Castelo Branco. O general Costa e Silva, que também tinha pretensões presidenciais, recolheu-se para se incorporar ao novo governo e aguardar o momento de se apresentar como candidato à sucessão.

Na sequência, em 9 de abril, a Junta Militar decretou um Ato Institucional que, entre outras medidas, estabeleceu que o Congresso Nacional se reuniria para eleger o próximo presidente da República dois dias após. Essa reunião do Congresso ocorreria, porém, sob o impacto de outras medidas decretadas pelo Ato Institucional, que promoveu a assim chamada “Operação Limpeza”, visando cassar os direitos de líderes políticos e sociais e de militares que exerciam ou pudessem exercer oposição ao novo regime. Houve crescente restrição dos direitos civis e políticos.

Em 10 de abril, a Junta Militar divulgou a primeira lista dos atingidos pelo Ato Institucional. Foram cassados os mandatos de diversos deputados federais e suspensos os direitos políticos de várias personalidades de destaque na vida nacional, entre as quais o presidente deposto João Goulart, o ex-presidente Jânio Quadros, o governador deposto de Pernambuco Miguel Arrais, o deputado federal Brizola, além de magistrados, oficiais das forças armadas e numerosos líderes sindicais. No dia 11 de abril, 122 oficiais foram transferidos para a reserva.

Ainda em 11 de abril, sob a irradiação do poder punitivo do Ato Institucional, que decapitou a oposição institucional e desvertebrou a oposição social, o Congresso Nacional se reuniu para promover a eleição indireta do novo presidente da República. Inscrito como candidato único, o general Castelo Branco teve seu nome cancelado. Em escrutínio próprio, foi eleito um líder civil ao cargo de vice-presidente, o deputado mineiro José Maria Alkmin.

Esclareça-se que, formalmente, a eleição destinava-se a sufragar o nome que cumpriria o restante do mandato iniciado, em 1961, por Jânio Quadros e herdado por João Goulart. Diante da opinião pública, havia o compromisso de que seria um governo destinado a promover medidas saneadoras e que respeitaria o calendário eleitoral vigente, por meio da realização de eleição direta para presidente em 1965, restabelecen-

do a normalidade institucional ao país. Não foi o que aconteceu. Em julho de 1964, uma Emenda Constitucional, facilmente aprovada em um Congresso Nacional mutilado e controlado, prorrogou o mandato de Castelo Branco por 14 meses, a expirar em 15 de março de 1967, e adiou a eleição presidencial para outubro de 1966. Outras medidas de força viriam, visando à institucionalização do novo regime.

Retrospectivamente, sabe-se que o regime então implantado, caracterizado como uma ditadura civil e militar, adotou uma complexa engenharia política para manter uma fachada de legalidade. No início, confiando no efeito “saneador” da “Operação limpeza”, não se promoveu interferência direta no sistema partidário, preservado nas eleições municipais de 1964 e nas eleições para governo de estado, ocorridas no ano seguinte.

Em 1965, de fato, houve a manutenção do calendário para a realização de eleição direta a governador em 11 estados. O certame ocorreu com as legendas partidárias existentes antes da ruptura de 1964, mas o sistema político convivia com os efeitos do



## Posse de Humberto de Alencar Castelo Branco.

Fonte: Folhapress

Ato Institucional que cassou os direitos de muitos líderes políticos e manteve a espadinha suspensa para novas temporadas. Essa foi, porém, a última vez que o povo teve o direito de eleger um governador até a década de 1980.

## O GOVERNADOR “PÉ VERMELHO”

No Paraná, o certame foi disputado por dois candidatos. Por um lado, o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Republicano. Por outro lado, havia a candidatura do jovem advogado Paulo Cruz Pimentel, inscrito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Bento Munhoz da Rocha Neto tentava retornar ao Palácio Iguazu, agora com a bagagem de ter sido ministro da Agricultura. Paulo Pimentel, aliado de Ney Braga na campanha a governador de 1960, foi incorporado à sua equipe de governo como secretário da Agricultura.

Em 1965, deixando a Secretaria da Agricultura para ser candidato por um pequeno partido, o PTN, Pimentel contou com o apoio do PDC do governador Ney Braga. O governador rompeu com Bento Munhoz da Rocha, seu cunhado, de quem fora aliado no início de sua ascensão política.

Batistella sistematizou indicadores para entender as opções dos grandes partidos nacionais.<sup>187</sup> Embora o PTB se inclinasse a lançar candidatura própria, optou, em sua convenção, por aderir à coligação liderada por Bento Munhoz da Rocha. Ainda segundo Batistella, o PSD e a UDN dividiram-se e não aderiram oficialmente a nenhuma das duas candidaturas. Formalidades à parte, a UDN, contudo, aderiu majoritariamente à campanha de Pimentel, enquanto o PSD dividiu-se entre os dois palanques.

Na clivagem de Batistella, Pimentel contou com o apoio oficial do PDC e do Partido Libertador, além da maioria da UDN e de parte do PSD. Bento Munhoz da Rocha contou com o apoio oficial do PTB, do PSP, do PRP e do PST, além de uma parte do PSD, de uma minoria da UDN e de uma fração dissidente do PDC.

O resultado das urnas foi o seguinte: Paulo Pimentel (PTN, PDC, UDN, PRT): 518.971 (53,05%); Bento Munhoz da Rocha (PR, PTB, PSD, PRP, PSP, PST): 459.282 (46,95%). Como se lê no livro *Paraná reinventado*, Bento Munhoz da Rocha ainda era visto como um homem do Paraná Tradicional, particularmente da capital, em um estado que havia promovido intensa colonização de seu interior. Desta maneira, os autores desse livro acentuam: “Bento vence na capital, sendo derrotado em praticamente todo interior, em especial no Norte que apoia maciçamente Paulo Pimentel. Em certa medida, esta é a primeira vez que o Norte faz um governador paranaense”.<sup>188</sup>

Reiterando essa constatação, em livro de história da Assembleia Legislativa, lê-se: “O governo Paulo Pimentel seria ainda um fato mais novo no contexto político paranaense por significar pela primeira vez a eleição de um homem do Norte do Paraná”.<sup>189</sup> Ao

<sup>187</sup> BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2016.

<sup>188</sup> IPARDES. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: IparDES, 1987, p. 38.

<sup>189</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 2. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1995, p. 497.



**Registro, possivelmente, do final da década de 1960. Da esquerda para direita aparecem: um personagem não identificado, o vereador Ary de Lima (Arena), o governador Paulo Cruz Pimentel (PTN) e o deputado federal Haroldo Leon Peres (Arena).**

Fonte: Maringá Histórica

ser eleito, ele próprio se definiu como o “primeiro governador pé vermelho”.<sup>190</sup>

A ascensão de um governador “pé vermelho” não significava, porém, investir nas rivalidades regionais. Em livro biográfico, Paulo Pimentel destaca que sua campanha priorizou o discurso da integração do Paraná, um estado cindido entre diferentes frentes de povoamento e colonização. Afirmou Pimentel: “tinha que buscar a união, para que não houvesse uma separação do Paraná em três estados”.<sup>191</sup> Em seu governo, Pimentel denominaria a sua política como “desenvolvimento integrado”. Em mensagem à Assembleia Legislativa, advogou que o desenvolvimento integrasse:

em seu processo, todas as camadas da população, todos os setores de atividade, todas as regiões do Estado e todas as manifestações da

<sup>190</sup> PIMENTEL, Paulo. Entrevista. In: SEBASTIANI, Silvio; FARIAS, Eneas (org.). **Governadores do Paraná: a história por quem construiu a história**. Curitiba: Sistani, 1997, p. 57. Não é demais dizer que o termo “pé vermelho” não tinha conotação ideológica, especialmente porque o contexto político era regido pela lógica da Guerra Fria. A referência é às características do solo da região Norte do Paraná.

<sup>191</sup> GARRETT, Cleverson. **Vim, vi e venci: Paulo Pimentel: biografia**. Lauro de Freitas-BA: Cajarana, 2019, p. 125.

existência humana. A isso chamamos o desenvolvimento integrado que informou nossa plataforma e se converte em nossa filosofia de governo.<sup>192</sup>

Essa visão de desenvolvimento integrado implicava aporte de investimentos em infraestrutura, equipamentos e políticas sociais, pois tinha como objetivo a ampliação e melhoria do equipamento social básico e o atendimento àquelas parcelas da população às quais o atual estágio de desenvolvimento não oferece as condições de vida. Um gargalo apontado no diagnóstico dizia respeito ao setor da Educação, normalmente associado à necessidade de formação de recursos humanos qualificados como condição do desenvolvimento.

O governo estadual considerava a formação de recursos humanos condição *sine qua non* para a consecução da modernização do Paraná. O ponto de estrangulamento não era a escassez de matéria-prima ou de capital, mas a alarmante deficiência de recursos humanos, por conta da qual muitos empreendimentos deixavam de ser viabilizados. Essa deficiência limitava, de acordo com as palavras do governador, “não só a execução de obras fundamentais. Incluía [...] a própria elaboração de projetos técnicos de que delas não podem prescindir”.<sup>193</sup>

<sup>192</sup> SHEEN, M. R. C. **O contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas. Campinas-SP, 1986, p. 186.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 195.



**Com seus ministros, Castelo Branco anuncia, por rádio, o Ato Institucional-2, em 27 de outubro de 1965.**

Fonte: Arquivo/Agência Nacional.

O ponto culminante foi a criação das universidades estaduais. Até aquele período, o Paraná dispunha da Universidade Federal, mais antiga, e da recém-criada Universidade Católica, ambas sediadas em Curitiba. Ao criar três universidades pelo mesmo ato, a Lei n. 6.034/1969,<sup>194</sup> todas localizadas em cidades do interior, uma na região Sul, duas no Norte, a política do governador quis imprimir, mais do que a marca da interiorização, o significado da integração do Estado. Cada uma dessas instituições, por seu turno, nasceu com a vocação de integração em sua região de influência.

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR

Concluídas as eleições a governador de 1965, em vez de caminhar para restabelecer a normalidade política ao país, o regime militar avançou em sua própria institucionalização. Não se tratava, enfim, de uma intervenção episódica e saneadora, mas de um regime destinado a durar muitos anos e a reformatar, segundo os seus conceitos discricionários, as instituições do país.

Os resultados eleitorais de 1965 foram desfavoráveis em dois estados estratégicos, Guanabara e Minas Gerais, onde foram eleitos candidatos não alinhados. A consequência foi a edição do segundo Ato Institucional, datado de 27 de outubro de 1965, agora enumerado como AI-2.

Entre outras medidas, o AI-2 estabeleceu a eleição indireta para a presidência da República, a dissolução de todos os partidos políticos então existentes e a abertura de nova fase do processo de punições dos adversários do regime. Extintos os antigos partidos, o Ato Complementar n. 4 definiu as regras que deveriam ser seguidas na reorganização partidária. Tantas eram as limitações das novas regras que o novo sistema só comportava duas agremiações: de um lado, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), governista; de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição consentida.

Logo depois, em 5 de fevereiro de 1966, houve a edição do Ato Institucional n. 3, estabelecendo eleições indiretas para governador e fixando o calendário eleitoral. Nesse diapasão, os prefeitos dos municípios das capitais passariam a ser nomeados pelos governadores estaduais.

Dentro das novas regras, no dia 3 de outubro de 1966, o Congresso se reuniu para eleger o novo presidente. Apresentou-se apenas uma chapa, encabeçada pelo general Artur da Costa e Silva, ministro da Guerra do governo Castelo Branco, cujo vice era o deputado mineiro Pedro Aleixo, egresso da UDN. Durante os três meses anteriores, Costa e Silva comportou-se como se estivesse em campanha com vistas à eleição direta. Acompanhado pela esposa, percorreu municípios, presidiu inaugurações e participou de eventos. No escrutínio, a chapa obteve 255 votos dos 409 deputados e 40 votos dos 66 senadores. Esses votos vieram dos parlamentares da Arena, a legenda pró-governo. O MDB, legenda da oposição, absteve-se de votar e se retirou do plenário em sinal de protesto.

Antes de transmitir o cargo, o presidente Castelo Branco patrocinou uma reforma da Constituição, visando à institucionalização do novo regime. Em outras palavras, o objetivo era incorporar os elementos permanentes dos atos institucionais e complementares, bem como os diversos decretos e leis editados a partir de abril de 1964.

<sup>194</sup> A Lei n. 6.034, de 11 de novembro de 1969, criou as universidades estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Como o Congresso Nacional, mesmo tutelado, reagiu ao anteprojeto apresentado pela presidência da República, a reforma foi conduzida mediante os termos impostos por um quarto Ato Institucional. O AI-4 convocou o Congresso em sessão extraordinária de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 para discutir, votar e promulgar a nova Carta Magna sob regime de trabalho acelerado.

Em 24 de janeiro de 1967, sem que fosse considerada a maior parte das emendas propostas pelo Congresso, foi promulgada a nova Constituição. A ditadura se institucionalizava, legalizando as suas excepcionalidades. Em 15 de março de 1967, entrava em vigor a Constituição reformada e o general Artur da Costa e Silva, finalmente, assumiu a presidência da República.

Imposto o novo regime partidário pelos efeitos do Ato Institucional n. 2 e medidas complementares, as novas legendas logo foram formadas no Paraná. A Arena foi composta, preferencialmente, por agentes políticos egressos da UDN, do PSD, do PR e do PDC. Naturalmente, era um caminho preferencial e não mecânico. Para citar um exemplo emblemático da história nacional, depois de apoiar a queda de Goulart em 1964, o deputado federal Ulysses Guimarães, oriundo das fileiras do PSD, tornou-se o principal líder do MDB. Outro exemplo foi Tancredo Neves, formado no PSD mineiro. Aliado de Getúlio Vargas e João Goulart, foi opositorista de primeira hora.

O MDB paranaense contou com a adesão de antigos membros do PTB que haviam sobrevivido à degola promovida. O cientista político José Carlos Alcântara informa que o nascente MDB foi comandado:

pelos antigos deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderados por Léo de Almeida Neves, Miguel Buffara, Nelson Maculan e Renato Celidônio. O MDB contou ainda com a adesão do ex-PDC José Richa, que, inconformado com o golpe militar de 64, desejava mudanças, porém através dos métodos democráticos, ou seja, através das eleições.<sup>195</sup>

A Arena, por seu turno, nasceu forte, liderada pelo ex-governador e então ministro da Agricultura Ney Braga. Nas eleições parlamentares de 1966, no âmbito do estado, a Arena fez ampla maioria nos três certames convocados. Assembleia Legislativa: Arena, 70%; MDB, 17%. Câmara Federal: Arena, 68%; MDB, 16%. Senado: Arena, 58%; MDB, 31%. Na eleição ao Senado, a única majoritária com repercussão na política nacional, o Paraná elegeu Ney Braga.

Em março de 1967, quando o general Costa e Silva assumiu a presidência, o regime militar encontrava-se com baixa popularidade. Por um lado, as políticas econômicas adotadas durante o governo Castelo Branco, anunciadas com o objetivo de sanear as contas públicas e baixar a inflação, tiveram efeito recessivo sem atingir patamares



**Paulo Pimentel (PTN, PDC, UDN, PRT).**

<sup>195</sup> ALCÂNTARA, José Carlos. **O dualismo partidário no período de 1966 a 1982 e sua representação local.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis-SP, 2004, p. 129.

inflacionários desejáveis e implicaram perda de poder de compra dos salários.<sup>196</sup> Por outro lado, a persistente restrição das liberdades desgastava o regime até mesmo com as classes médias que haviam apoiado a queda de João Goulart. O novo presidente prometeu “governar para o povo”, “respeitar o Poder Legislativo” e “reatar os entendimentos com a classe trabalhadora”.

No entanto, o crescimento de atividades oposicionistas durante a segunda metade de 1967 e ao longo de 1968, mediante o avivamento do protesto estudantil e sindical e das classes médias intelectualizadas, e a insubordinação de parlamentares da base do governo motivaram as Forças Armadas à gestação de uma nova fase de endurecimento do regime, traduzida pela decretação, em 13 de dezembro de 1968, de um novo Ato Institucional, o quinto da série, entronizado na memória nacional como AI-5.

O AI-5 suspendeu o *habeas corpus* e conferiu amplo poder ao presidente para intervir nos Estados e Municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos, decretar o Estado de Sítio sem anuência do Congresso, promulgar decretos-leis e atos complementares. Pelo Ato Complementar n. 38, de 13 de dezembro de 1968, foi decretado também o recesso do Congresso por tempo indeterminado.

No dia 26 de agosto de 1969, Costa e Silva anunciou à imprensa a conclusão da reforma constitucional elaborada pelo seu governo. O Congresso deveria ser reaberto para votar o texto. No dizer do jornalista Elio Gaspari, o anteprojeto:

produziu uma versão radicalizada da Carta de 1967. Expandiu os poderes do Executivo, reduziu os do Legislativo e incorporou as extravagâncias que o poder militar impusera ao Direito brasileiro nos dez meses anteriores [...]. No essencial, a Carta mantinha o AI-5, mas seu artigo 182 permitia ao presidente suspender, por decreto, quaisquer de seus dispositivos.<sup>197</sup>

No final daquele mês, porém, Costa e Silva foi vitimado por um episódio de trombose, ficando incapacitado ao exercício do cargo. Aliando o vice-presidente Pedro Aleixo do processo sucessório previsto na legislação vigente, uma Junta Militar, composta pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, assumiu o governo em caráter temporário, invocando a vigência do AI-5 e alegando a necessidade de dar continuidade às políticas do general Costa e Silva.

Mediante laudos médicos de que o quadro era irreversível, abriu-se o debate, no Alto Comando Militar, sobre a sucessão presidencial. Determinando que o nome escolhido iniciaria um novo mandato, em vez de concluir os 17 meses que faltavam a Costa e Silva, o Alto Comando Militar definiu-se pelo nome do general Emílio Garrastazu Médici.

Em 25 de outubro de 1969, o Congresso Nacional, que era mantido fechado desde a decretação do AI-5, reuniu-se para homologar o nome ungido pelo Alto Comando Militar. A chapa única apresentada era composta pelo general Emílio Garrastazu Médici como presidente e o almirante Augusto Rademaker como vice. A chapa obteve 293

<sup>196</sup> O achatamento salarial provocado por essa política foi inequívoco. Segundo os cálculos do DIEESE, no período de 1964 a 1968, tomando como base a relação 1964 = 100, o valor do salário mínimo médio caiu para 71,7% em 1968. O mesmo efeito pode ser verificado em algumas das mais expressivas categorias profissionais do eixo Rio-São Paulo que sofreram brutal arrocho salarial. A partir da relação 1964 = 100, o salário dos bancários de São Paulo havia declinado, em 1970, para o patamar de 79%, enquanto os bancários do Rio de Janeiro haviam chegado ao patamar de 65% (DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná.** Maringá-PR: Eduem, 2003).

<sup>197</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 77.



### Costa e Silva toma posse como presidente.

votos, havendo 75 abstenções. O novo presidente tomou posse no dia 30 de outubro de 1969. A Junta Militar despediu-se outorgando uma nova Constituição, conhecida pelo nome de Emenda 1, que sobreviveu até 1988. Durante o período em que o Congresso Nacional se manteve fechado, foram editados 13 atos institucionais, 40 atos complementares e 20 decretos-lei, destinados “a institucionalizar o controle sobre a sociedade”.<sup>198</sup>

Para entender mais completamente esse processo de institucionalização, acrescenta-se que, desde 1967, o Estado brasileiro reformou a legislação de Segurança Nacional. A primeira atualização da legislação desse período ocorreu por meio do Decreto-Lei n. 314/1967, que era iniciado com os seguintes dizeres: “Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social”. Conforme explicou Maria Aparecida Aquino, o Ato Institucional n. 2 havia alterado o parágrafo primeiro do artigo 108 da Constituição Federal, modificando a noção de “crimes contra a segurança externa” para “crimes contra a segurança nacional” e “transferindo para a alçada da Justiça Militar os inimigos que cometessem algo que ameaçasse a segurança do Estado, de acordo com o julgamento de seus próprios mandatários”.<sup>199</sup> O Decreto-Lei n. 510/1969

<sup>198</sup> ALCÂNTARA, José Carlos. **O dualismo partidário no período de 1966 a 1982 e sua representação local.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis-SP, 2004, p. 82.

<sup>199</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. Brasil: Golpe de Estado de 1964: que Estado, país, sociedade são esses? **Projeto História**, v. 29, n. 1, p. 87-105, dez. 2004, p. 92.



### Posse de Haroldo Leon Peres.

modificou alguns artigos do DL 314/1967, adaptando as normas ao ambiente vivido sob o Ato Institucional n. 5. Por último, o Decreto-Lei n. 898/1969, editado em 29 de setembro daquele ano, tornou mais duras as penas estabelecidas, incorporando a pena de morte e a de prisão perpétua.

Foi nesse ambiente político e institucional que ocorreram as eleições parlamentares de 1970 e a sucessão governamental no Paraná. Em face do recrudescimento da repressão, cresceu o questionamento sobre a validade da participação política institucional, motivando proposições de dissolução do MDB e uma campanha pelo voto nulo. Fragilizado em uma conjuntura adversa, o MDB, no âmbito federal, fez votação menor do que o total de nulos e brancos. Salientou o jornalista Elio Gaspari<sup>200</sup> que a coação do regime militar e a campanha pelo voto nulo deixaram o MDB com o saldo da eleição de 5 senadores e 87 deputados, cifras bem distantes das obtidas pela Arena: 223 deputados e 41 senadores.

Os números do Paraná são exemplares desse quadro. Câmara dos Deputados: Arena, 58%; MDB, 15%; nulos/brancos, 27%. Assembleia Legislativa: Arena, 64%; MDB, 16%; brancos/nulos, 30%. Senado: Arena, 52%; MDB, 17%; brancos/nulos, 31%. As duas cadeiras ao Senado foram preenchidas por João de Mattos Leão e Francisco Accioly Rodrigues Filho.

<sup>200</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 236.

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL ouvido o Conselho de Segur  
rança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução Brasilei  
ra de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com  
os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que  
visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências  
de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica or  
dem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignida  
de da pessoa humana, no combate a subversão e às ideologias  
contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a cor  
rupção, buscando, deste modo, " os meios indispensáveis à obra  
de reconstrução econômica, financeira política e moral do Bra  
sil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato,  
os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração  
da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pá  
tria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril  
de 1964);

*Jane*

**O Ato Institucional n. 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva.**

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ato\\_Institucional\\_n.º\\_5#/media/Ficheiro:AI-5\\_fl.01.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_n.º_5#/media/Ficheiro:AI-5_fl.01.jpg)

## A PRIMEIRA ELEIÇÃO INDIRETA A GOVERNADOR DO PARANÁ

Como o estado ainda vivera a eleição direta de 1965, foi a primeira vez que o governador foi ungido pelo rito do voto indireto instituído a partir do Ato Institucional n. 3. A eleição indireta de Haroldo Leon Peres, cuja chapa incluía o engenheiro e professor Pedro Viriato Parigot de Souza como vice, foi homologada pela Assembleia Legislativa em outubro de 1970, mediante indicação do presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici. Foi um mandato polêmico e de curta duração, visto que o governador renunciou oito meses depois da posse, envolvido em denúncias de corrupção.

A literatura que se produziu é bastante desfavorável à memória de Leon Peres, a começar pelo questionamento de seus méritos para ser indicado pelo presidente da República. Pesam dois fatores. Primeiro, ao que tudo indica, o nome foi anunciado pelo presidente da República sem consulta aos dois principais chefes políticos do Paraná, o senador e ex-governador Ney Braga e o governador Paulo Pimentel. Segundo, a imagem que restou foi fortemente influenciada pelo desfecho de seu curto período como governador. Passadas tantas décadas, esses fatos, sem dúvida polêmicos, merecem ser escrutinados com mais distanciamento.

Leon Peres viera a fazer a aventura pioneira no recém-fundado município de Maringá, na metade da década de 1950. Eleito deputado estadual em 1958, foi reeleito em 1962, sempre pela bancada da UDN. Líder da UDN na Assembleia Legislativa, foi inclemente na oposição ao governador Lupion. Em 1966, eleito deputado federal, tornou-se vice-líder da Arena na Câmara Federal. Em 1968, como vice-líder da legenda governista, por ocasião da intervenção policial na Universidade de Brasília, usou seus potentes dotes de orador para defender o endurecimento do regime. Em 1969, foi autorizado pelo ministro chefe da Casa Civil a percorrer o Paraná para compor lista tríplice dos nomes que poderiam ter o aval da presidência na sucessão estadual. Em 1970, ele foi indicado pelo general Garrastazu Médici.<sup>201</sup>

Tendo conduzido um mandato com muitos atritos com os principais líderes políticos, com a imprensa, com o Legislativo e até mesmo com o Judiciário, teve seu nome

citado em uma rumorosa denúncia de corrupção, vocalizada por um empresário. Foi quando recebeu, diretamente do ministro da Justiça, a advertência de que deveria renunciar. Tentou reagir, mas não teve escolha. Em 23 de novembro de 1971, enviou à Assembleia Legislativa uma mensagem com o seguinte teor: “senhor presidente, por este instrumento, por mim feito e por mim assinado, renuncio ao mandato de governador do Estado do Paraná”.<sup>202</sup>

Tempos depois, indagado sobre aqueles episódios, Leon Peres viria a afirmar que nunca foi julgado e, assim, não pôde se defender. Se



**Jaime Canet Junior tomando posse como governador do Paraná.**

<sup>201</sup> DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado**: as eleições municipais em Maringá. Maringá-PR: Sinergia Editorial, 2023.

<sup>202</sup> COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**: v. 2. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1995, p. 532.

## *Renuncia o governador do Paraná*



### Parte da capa da Folha de S. Paulo sobre a renúncia de Haroldo Leon Peres.

Fonte: Maringá Histórica.

houvesse sido eleito pelo voto direto, teria resistido e se defendido. Como fora indicado e perdera a confiança do presidente da República, atendeu à advertência para renunciar.

No mesmo dia da renúncia, tomou posse o vice-governador. Professor e engenheiro de bastante prestígio, experiente em projetos de planejamento e expansão da infraestrutura pública, Pedro Parigot de Souza era um homem doente e faleceu no exercício do cargo de governador, em 11 de julho de 1973. O deputado estadual João Mansur assumiu o governo interinamente, até que a Assembleia Legislativa elegeu o deputado federal Emílio Gomes como governador, para completar o mandato iniciado por Leon Peres.

## A DISTENSÃO E A ABERTURA POLÍTICA

No quadro nacional, a sucessão presidencial, encaminhada a partir de 1973, dava-se em um momento em que, segundo os estrategistas do regime militar, era possível dar início a uma distensão política, uma volta planejada aos quartéis. As organizações sociais, como sindicatos e diretórios estudantis, estavam sob intervenção, desmanteladas ou neutralizadas. A imprensa estava sob censura. A oposição mais radical, que pegara em armas para derrubar o regime, havia sido derrotada. A oposição legal, o MDB, era frágil. Em contrapartida, os elevados índices de crescimento econômico do período compreendido entre 1968 e 1973 garantiam ao regime certa popularidade.



**Jaime Canet (governador do Paraná e produtor de café), observando pés de café queimados após a geada-negra de 1975.**

Fonte: Acervo MIS/PR. Autor: desconhecido.

de, ainda que esse crescimento viesse acompanhado de concentração de renda.<sup>203</sup> O candidato oficial, designado a cumprir esse papel, foi o general Ernesto Geisel, então presidente da Petrobras, que tinha como vice o general Adalberto Pereira dos Santos.

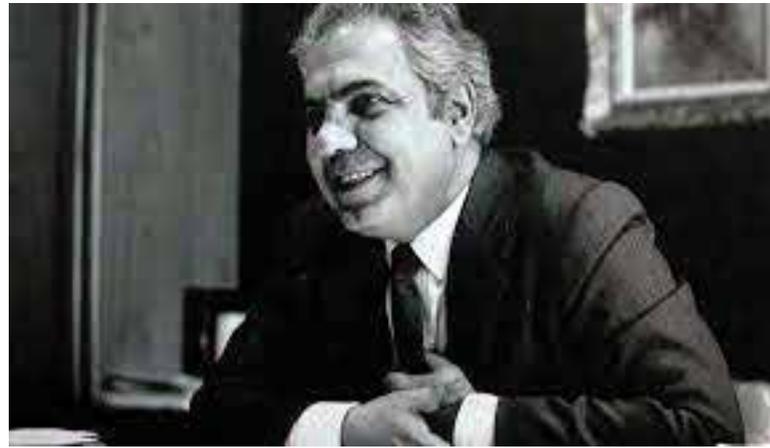
Não obstante, em janeiro de 1974, quando o Colégio Eleitoral se reuniu para sufragar o nome do próximo presidente da República, havia uma grande novidade: o MDB, a legenda de oposição, havia feito a inscrição de uma chapa. Não se tratava, porém, de uma candidatura, mas de uma anticandidatura, segundo os termos utilizados pelos estrategistas do MDB.

Desde que fora criado, o MDB vivia uma espécie de dúvida hamletiana: ser ou não ser, eis a questão. Em outras palavras, havia a indagação se era um partido de oposição ou uma legenda cuja existência apenas servia para legitimar um sistema eleitoral, instituído por uma ditadura, em que não podia aspirar às posições de mando político efetivo, sujeitando-se, ainda, às temporadas de cassação de mandato, sempre que fizesse oposição de verdade.

Embora tudo indicasse que o MDB iria reproduzir a postura absenteísta de não participar do jogo político do Colégio Eleitoral, como fizera em ocasiões anteriores, houve redefinição da tática em setembro de 1973. Foi então que o deputado federal Ulysses Guimarães, presidente do MDB, anunciou-se como anticandidato. Não seria, portanto, uma candidatura, visto que não havia uma disputa justa e democrática. Nas frestas abertas pelo rito estabelecido, segundo Kinzo, o sentido:

<sup>203</sup> O historiador Marcos Napolitano argumenta que foi uma escolha fria e racional dos planejadores das políticas econômicas, associada à interdição da atividade reivindicatória, visto que os sindicatos estavam vigiados ou sob intervenção. Para exemplificar, o historiador sistematiza dados comparativos: “em 1970, comparando-se os números de 10 anos antes, os 5% mais ricos da população aumentaram sua participação na renda nacional em 9%, e detinham 36,8% da renda nacional. Os 80% mais pobres diminuíram sua participação em 8,7%, ficando com 36,8% da renda nacional.” (NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 164).

seria aproveitar a oportunidade para desenvolver uma campanha oposicionista, em âmbito nacional, que serviria não só pra denunciar a falsidade da eleição do presidente da República, mas também para sensibilizar o eleitorado, lançando assim sementes que poderiam frutificar na campanha para as eleições legislativas do ano seguinte.<sup>204</sup>



**José Richa.**

Fonte: Família Richa.

Além de cumprir esse importante papel naquele momento, a campanha da anticandidatura garantiu “os primeiros contatos significativos do MDB com o eleitorado, e colaborou na criação de uma imagem mais positiva para o partido da oposição”.<sup>205</sup>

Elio Gaspari acrescenta que Ulysses Guimarães “aproveitaria a oportunidade da campanha para atacar o governo e denunciar o processo político abandonando-o dias antes da cerimônia eleitoral”.<sup>206</sup> Não foi uma tática adotada sem resistências internas no MDB, pois algumas lideranças consideravam que, ainda assim, era participar de um jogo político espúrio e antidemocrático. No entanto, prevaleceu a tática da anticandidatura. Com o lema “Navegar é preciso”, a chapa emedebista, que incorporava o jornalista Barbosa Lima Sobrinho como vice, percorreu o Brasil debatendo os problemas do país e denunciando o processo eleitoral.

Na reta final, Ulysses Guimarães comunicou à chamada “ala autêntica” do MDB que a candidatura não seria retirada. Quando o Colégio Eleitoral se reuniu, Ernesto Geisel obteve 406 votos e Ulysses Guimarães recebeu 76. Houve 23 abstenções, expressão dos emedebistas que remanesciam contrários à participação no Colégio Eleitoral.

A posse de Geisel em março de 1974 representou a volta do chamado grupo castelista ao poder, o grupo que seguia originalmente a liderança do marechal Castelo Branco. Geisel daria início a uma política de distensão, visando a uma volta organizada aos quartéis, uma normalização política que, na lógica do regime militar, deveria ser lenta, gradual e segura.

Polêmica nos quadros emedebistas quando ocorreu, a tática da anticandidatura logo foi vista como um *turning point* na história da resistência à ditadura, especialmente a partir dos expressivos resultados obtidos pelo MDB nas eleições parlamentares de 1974. Pouco antes, porém, realizou-se o rito de homologação do novo governador.

Em 3 de outubro de 1974, a Assembleia Legislativa do Paraná se reuniu para sufragar o nome de Jaime Canet Junior como novo governador. O empresário Canet Junior, além de uma trajetória bem-sucedida na iniciativa privada, havia ocupado relevan-

<sup>204</sup> KINZO, Maria Dalva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB.** São Paulo: Vértice, 1988, p. 146.

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 151.

<sup>206</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 235.



**Ulysses Guimarães.**

Fonte: Acervo SRC.

tes posições na administração pública, ensejadas por sua aliança com Ney Braga. Em 1973, havia sido incorporado como vice-governador na chapa encabeçada pelo deputado Emílio Gomes, eleita pela Assembleia Legislativa para completar o mandato anterior, quando faleceu o governador Parigot de Souza. Em 1974, segundo a literatura especializada, a bancada da Arena expressava preferência pelo senador Accioly Filho, presidente estadual da legenda, mas a influência de Ney Braga, então ministro da Educação, foi preponderante e assegurou a indicação de Canet Junior.

A assunção de Canet Junior ao Palácio Iguazu, conduzida pelo mecanismo do voto indireto, não foi o fato mais importante da política estadual naquele ano. O fato mais marcante, tanto na política estadual quanto na política nacional, foi a maciça votação obtida pelo MDB, a legenda oposicionista, no certame ao Senado.

Até então, o MDB vivia uma situação de fragilidade política, sofrendo, por um lado, com os golpes de força do regime militar, que cassava seus líderes, e sendo dilacerado, reitere-se, por um dilema hamletiano: vale a pena existir como partido de oposição em um regime que não permite que a oposição atue como tal ou que aspire a alcançar posições de mando político por meio de alternância de poder? Daí, por exemplo, a ocorrência de campanhas pelo voto nulo, defendidas com o argumento de que aquelas eleições justificavam um sistema autoritário e antidemocrático na essência. Nas eleições parlamentares de 1966 e 1970, o MDB fizera pequenas bancadas. Em 1970, a bancada que lhe restou no Senado, restrita a sete titulares, segundo a expressão irônica de um líder da Arena, cabia em um elevador.

No outro hemisfério político, o quadro parecia alvissareiro. Em 1974, faltando dois meses para as eleições parlamentares, o Serviço Nacional de Informações (SNI) emitiu um diagnóstico ao presidente da República, estimando que o MDB, na disputa ao senado, teria sucesso em apenas dois estados. Por sua vez, a Arena elegeria facilmente 12 cadeiras entre as 22 em disputa e outras com um pouco de dificuldade.

Todavia, quando as urnas foram escrutinadas, aferiu-se que o MDB elegeu 16 senadores e a Arena apenas 6. No Paraná, foi eleito o advogado Leite Chaves, até então desconhecido dos eleitores, pois nunca havia sido candidato. Houve uma avalanche

de votos no MDB, verdadeiro voto de protesto por meio da única eleição majoritária de âmbito federal disponível. Não podendo votar para governador nem para presidente, o eleitor protestou na eleição ao Senado. No plano federal, o MDB teve 50,2%. A Arena totalizou 34,7%. No Paraná, as cifras estiveram próximas: MDB, 52%; Arena, 32%.

Em 1979, a sucessão presidencial ocorreu em um contexto bem diferente da ocasião anterior, quando o regime militar considerava que havia uma situação política e economicamente confortável para ungir um mandatário que pudesse promover uma distensão política.

A agenda de distensão política do governo Geisel não deve ser vista, porém, como uma redemocratização no sentido pleno do termo. Como explicou o historiador Jorge Ferreira, Geisel planejava a constitucionalização do regime, mas não o retorno do país à democracia liberal. Tratava-se de “uma volta organizada aos quartéis enquanto a ditadura tinha algum prestígio”.<sup>207</sup> A liberalização deveria resultar em garantias para os militares: “Evitar o retorno ao cenário político das lideranças, instituições e partidos políticos anteriores a 1964; durar um longo período, cerca de 10 anos; e elaborar nova Constituição pelo regime autoritário com salvaguardas para as Forças Armadas”.<sup>208</sup>

Em 1974, porém, contrariando os planos governamentais, o MDB, a legenda da oposição, mostrou, pela primeira vez, força eleitoral, uma tendência que se acentuou nos anos seguintes. Na segunda metade da década, o movimento estudantil se rearticulou, surgiu uma nova geração de sindicalistas e novos movimentos sociais e populares ocuparam a cena pública. Foi esse impulso da sociedade civil, argumentou o historiador Marcos Napolitano, que transformou a distensão planejada pelo governo em uma agenda de abertura e redemocratização:

Efetivamente, há uma agenda de abertura, quando muito, só após 1977. Até então “abertura”, dentro da concepção palaciana, era sinônimo de institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática e projeto estratégico de retirada para os quartéis *sine die*. [...] Com a pressão das ruas e do próprio sistema político (nesta ordem) é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática, ainda que de longo prazo.<sup>209</sup>

Além disso, o período do chamado “milagre econômico” acabara e as frágeis bases em que ocorrera ficaram explícitas, com a redução das taxas de crescimento do PIB, com a elevação da inflação e com a disparada da dívida externa, cujos serviços condicionavam a economia interna.

A sociedade civil, rearticulada, apresentava pautas de redemocratização, reivindicando reforma no sistema partidário para a reinstituição do pluripartidarismo, anistia, eleições livres e soberanas a todos os cargos e, acima de tudo, uma Assembleia Nacional Constituinte.

<sup>207</sup> FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 29.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>209</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 210.



**Alvaro Dias no mandato como Senador em 1983.**

Fonte: José Antonio Pedriali.

Por seu turno, Geisel tentou conter esse processo por meio de medidas duras, como as previstas no Pacote de Abril de 1977, quando fechou o Congresso Nacional e impôs uma série de medidas que tinham repercussão no plano eleitoral e representativo: rebaixou o quórum para modificar a Constituição, estabeleceu um novo critério de proporcionalidade parlamentar para potencializar as bancadas da Arena, reservou uma das três cadeiras de senadores a que cada estado tinha direito para uma eleição indireta, nos moldes da que ocorria para governador.

Em 1978, a sucessão a governador do Paraná, regida pelo rito homologatório do voto indireto, foi concluída com a volta de Ney Braga, principal líder político do estado nas duas últimas décadas, ao Palácio Iguazu. A chapa encabeçada por Ney Braga, que tinha o ex-prefeito de Londrina José Hosken de Novaes como vice, foi sufragada pela Assembleia Legislativa por meio do rito da eleição indireta.

No intervalo que separa a sua volta ao Palácio Iguazu de seu mandato anterior como governador, Ney Braga fora ministro da Agricultura, senador da República e ministro da Educação. Na segunda metade da gestão presidencial do general Ernesto Geisel, Ney Braga teve seu nome cogitado como eventual candidato oficial a presidente, mas essa hipótese não se confirmou, pois o ungido foi o general João Baptista Figueiredo. Em compensação, seu nome foi o primeiro a ser confirmado pelo Palácio do Planalto, em abril de 1978, para compor o novo elenco de governadores. Depois viria o rito da homologação pela Assembleia Legislativa.

Em 1978, porém, os ritos da eleição indireta eram confrontados pela ascensão do MDB e pela rearticulação da sociedade civil, que elaborara uma agenda de efetiva redemocratização.

Na ausência da eleição direta para governador e para presidente da República, a eleição ao Senado, a única eleição majoritária de repercussão na política nacional, concentrava as atenções. Na disputa ao Senado, a Arena apresentou a candidatura do deputado federal Túlio Vargas, que também exercera a titularidade da Secretaria da Justiça durante o governo de Jaime Canet. O MDB apresentou dois candidatos: José Richa, ex-prefeito de Londrina, e Enéas Farias. A legislação estabelecia que o titular da vaga seria o candidato mais votado da legenda partidária que fizesse mais votos. Desta forma, embora Túlio Vargas fosse individualmente o mais bem votado, o eleito foi José Richa. A Arena obteve 40% dos votos, enquanto o MDB, somando os sufrágios recebidos por Richa e Farias, totalizou 44%. A outra vaga foi assumida por Affonso Camargo Neto, da Arena, ungido por meio do voto indireto do colégio eleitoral.

Em 1978, quando se aproximou o calendário da sucessão presidencial, o MDB voltou a apresentar um candidato no Colégio Eleitoral. Desta vez, foi um militar, o general Euler Bentes, acompanhado pelo senador Paulo Brossard como vice. A Arena cacifou o general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), cujo vice era o ex-governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves. Quando o Colégio Eleitoral se reuniu para sufragar o nome do presidente, como era previsível, o candidato oficial obteve maioria: Figueiredo, 355 votos; Euler Bentes, 255.

## OS ESTERTORES DO REGIME MILITAR

O general Figueiredo assumiu a presidência em uma conjuntura de crise econômica e política do regime militar e de ascensão das lutas sociais, de fortalecimento do MDB e de uma agenda, impulsionada pela sociedade civil, de abertura e redemocratização. A transição, porém, seria lenta e tortuosa.

As eleições parlamentares de 1978 foram as últimas regidas pelo bipartidarismo estabelecido, depois de 1965, por efeito do Ato Institucional n. 2. Foi a última vez, também, que o governador foi sufragado pelo rito do voto indireto. Em 1982, ocorreriam eleições diretas a governador, regidas por um sistema pluripartidário. A próxima sucessão presidencial, porém, ainda seria decidida no Colégio Eleitoral instituído pelos militares.

Em 1979, já na agenda da redemocratização, foi promovida uma reforma política para pôr fim ao sistema bipartidário imposto pelo regime militar e reinstaurar o sistema pluripartidário. Para a oposição, era uma reivindicação democrática, pois o pluralismo político deve se expressar no sistema partidário, e não ficar engessado em duas legendas.

Para os mandatários do governo federal, era uma maneira de dividir a força crescente do MDB, comprovada nas últimas eleições para a representação federal.

Desde 1974, a legenda de oposição, o MDB, mostrava irresistível crescimento nas eleições para senador e para deputado federal. Por outro lado, a grave crise econômica que o país vivia desde meados da década de 1970 se estenderia e seria aprofundada no período seguinte, fragilizando o governo federal e o seu partido.

A partir de 1979, foram criadas as novas legendas, algumas com existência ainda hoje. Para suceder a Arena, foi criado o Partido Democrático Social (PDS); para suceder o MDB, foi criado o PMDB, preservando o nome antigo, dotado de forte mística oposicionista. Ainda foi recriada a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas não sob controle dos antigos trabalhistas. Por isso, Leonel Brizola comandou a formação do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Outra legenda criada no período foi o PT, Partido dos Trabalhadores. Ainda, foi criada uma sexta legenda, chamada Partido Popular, liderada por Tancredo Neves em âmbito nacional e por José Richa no Paraná, mas houve um reagrupamento dentro do PMDB para não enfraquecer o principal partido de oposição.

No calendário da abertura política, havia a previsão de realização de eleições a governador em 1982, a primeira desde 1965. Para tentar dificultar o caminho da oposição, promoveu-se o adiamento das eleições municipais de 1980 para que elas coincidissem com o certame ao governo estadual. Com isso, em 1982, houve eleições diretas aos seguintes cargos: governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito<sup>210</sup> e vereadores. Apostava-se na municipalização dos debates, desviando a atenção dos principais temas nacionais, muito salientes por causa da crise econômica que se agravava. Essa manobra não deu certo, ou seja, não conteve o crescimento do PMDB.

As eleições de 1982 foram as primeiras realizadas a partir da reinstauração do sistema pluripartidário, mas também podem ser vistas como as últimas do sistema anterior, pois ainda tiveram uma lógica bipartidária. Com efeito, a disputa foi polarizada pelos dois partidos que sucederam a Arena e o MDB, ou seja, pelo PDS e pelo PMDB.

Para dificultar o caminho da oposição, houve severas restrições à propaganda elei-

<sup>210</sup> Excetuando os municípios que sediavam as capitais dos estados e aqueles instalados em áreas definidas como de segurança nacional. Tais municípios só elegeriam seus prefeitos pelo voto direto em 1985.



### Comício das Diretas Já em Curitiba.

toral. Na televisão, o candidato poderia apenas divulgar o currículo e exibir um slide com seu rosto. Além disso, foi criada uma regra estranha, o voto vinculado. Sob a penalidade de anular o voto, o eleitor era obrigado a votar, de alto a baixo, em uma mesma legenda. Imaginava-se que isso favoreceria o partido governista e dificultaria a vida da oposição, dispersa em alguns partidos.

Na prática, beneficiou o PMDB. Visto pela população como o maior partido de oposição e o único em condições de derrotar o partido governista, o PMDB foi o beneficiário do assim chamado voto útil.

No Paraná, os cinco partidos legalizados apresentaram candidatos às eleições a governador e a senador. Ao governo, os candidatos eram: José Richa (PMDB), senador e ex-prefeito de Londrina; Saul Raiz (PDS), ex-prefeito de Curitiba; Vilela Guimarães (PTB); Edésio Passos (PT); Edson Sá (PDT). O vencedor foi José Richa, com 59,26% dos votos, seguido por Saul Raiz, com 39%. Os demais estiveram na margem de 1% ou menos.

Ao Senado, os candidatos eram Álvaro Dias (PMDB), Ney Braga (PDS), Afonso Antoniuk (PTB), Manoel Isaias Santana (PT), José Raimundo Leite Neto (PDT). Álvaro Dias foi eleito com 59% dos votos, seguido de Ney Braga, que obteve 39%. Os demais situam-se na faixa de 1% ou menos.

A lógica bipartidária ficou mais evidente nas eleições de deputado federal e estadual. Todas as vagas foram preenchidas pelo PDS e o PMDB, na seguinte proporção. Câmara Federal: PMDB, 20 parlamentares; PDS, 14. Assembleia Legislativa: PMDB, 34

deputados; PDS, 24. As demais legendas não elegeram nenhum parlamentar.<sup>211</sup>

O PMDB confirmou a sua linha ascendente, elegendo a maioria das bancadas parlamentares e o senador e o governador do Paraná. Sem dúvida, era um voto na oposição e em sua agenda de redemocratização e de reformas econômicas e sociais. Houve uma mudança de hegemonia no governo estadual, abrindo uma era de mando político do PMDB. Sofrendo a sua primeira derrota nas urnas, Ney Braga, principal líder político do Paraná nas duas décadas anteriores, não voltou a disputar um cargo eletivo.

Em 1984, em novo e empolgante capítulo da agenda da redemocratização, o Brasil viveu a maior mobilização popular de sua história: a campanha pela reinstauração imediata da eleição direta para presidente, conhecida popularmente pela palavra de ordem que sintetizava o objetivo, “Diretas Já”.

Com a força crescente da oposição, a perspectiva de dar o passo seguinte e convocar a eleição direta para presidente ganhou impulso em 1983. Desde a segunda metade da década de 1970, o Brasil vivia uma crescente crise econômica. Em 1980, a inflação chegou a três dígitos, totalizando 110% no ano. Em 1983 e em 1984, a inflação ultrapassou o patamar anual de 200%. Por sua vez, o dinamismo do PIB entrou em linha descendente. Em 1981 e em 1983, o crescimento foi negativo. Em 1984, na comparação com 1964, o primeiro ano do regime militar, a dívida externa saltara de 3 para 102 bilhões de dólares ou, em outro parâmetro, de 16% para 47% do PIB. Tudo isso gerava crise social e política.

Não por acaso, os eleitores votavam, crescentemente, na oposição nos certames eleitorais disponíveis. No entanto, o mandato do presidente da República, o general João Baptista Figueiredo, expiraria em 1985 e sua sucessão, segundo as regras vigentes, ainda ocorreria no âmbito do Colégio Eleitoral.

Em 1983, mediante acordo entre os partidos de oposição, o deputado federal Dante de Oliveira apresentou uma emenda constitucional propondo o fim do Colégio Eleitoral e estabelecendo que a sucessão presidencial, em 1985, ocorresse pelo voto direto dos eleitores. A campanha em favor da emenda foi desencadeada no final de 1983 e tomou conta do país nos primeiros meses de 1984. Dotada de grande capacidade de atração e mobilização, a campanha também ganhou peso político com a participação dos governadores eleitos pela oposição em 1982. Nas principais cidades, a campanha, em espiral de crescimento, foi caracterizada por atos com a participação de centenas de milhares de pessoas.

A euforia dos atos em favor das eleições diretas convivia, porém, com episódios de resistência do regime militar. Para limitar o acesso e evitar manifestações na capital federal no período da votação da emenda constitucional, estabeleceu-se o Estado de Emergência de 20 a 30 de abril.

Em 25 de abril de 1984, a Câmara Federal se reuniu para votar a Emenda Dante de Oliveira. Para ser aprovada, exigia-se, como ocorre com emendas à Constituição, o voto favorável de 2/3 dos deputados. Mesmo em situação de crise política, econômica e social, o governo Figueiredo ainda mostrou capacidade institucional de deter a Emenda Dante de Oliveira, que obteve a maioria simples, mas não os 2/3 necessários. Precisando de 320 votos, a emenda obteve a adesão de 298 deputados.

O clima era de frustração, mas a oposição precisava decidir o que fazer. O PT, ainda um pequeno partido, defendia a retomada da campanha das diretas, recusando a hipótese de participar do Colégio Eleitoral, uma posição que manteve até o final. Dentro

<sup>211</sup> ALCÂNTARA, José Carlos. **O dualismo partidário no período de 1966 a 1982 e sua representação local.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis-SP, 2004.



**Dante de Oliveira discursando na Câmara.**

do PMDB, partido que governava importantes estados do país, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, havia uma tendência pragmática de articular uma estratégia que pudesse ser vitoriosa dentro do Colégio Eleitoral. O PDT de Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, somou-se a essa estratégia. Para atingir esse objetivo, porém, era preciso formar maioria em um Colégio Eleitoral instituído para sufragar o candidato oficial. A única possibilidade de formar a maioria era dividir as forças governistas.

Desde a fase em que a campanha “Diretas Já” estava nas ruas, era perceptível que não havia unidade nas forças governistas a respeito de quem seria o seu candidato a presidente da República no Colégio Eleitoral. A ascendência do ex-governador Paulo Maluf para assumir a candidatura dividia as fileiras da legenda governista. No início de 1984, em razão do avanço de Maluf, já havia sinalizações de parte de líderes do partido do governo para eventual entendimento com a oposição. Por outro lado, líderes oposicionistas, diante da dificuldade de a Emenda Dante de Oliveira obter os votos necessários, já cultivavam essa hipótese como o próximo lance no tabuleiro da sucessão presidencial.

Se houvesse eleições diretas, o candidato natural do PMDB seria Ulysses Guimarães, mas a adoção da estratégia para a vitória dentro do Colégio Eleitoral levou ao primeiro plano Tancredo Neves. Dotado de perfil político mais moderado, o nome de Tancredo Neves era mais talhado para viabilizar a aliança que venceria o candidato oficial no Colégio Eleitoral.

Alçado à condição de candidato a presidente da República, Tancredo Neves teve como companheiro de chapa José Sarney, que renunciou à presidência do PDS, o partido do governo, para ingressar na chapa oposicionista. Por outro lado, a aliança trouxe o apoio do vice-presidente Aureliano Chaves e de cardeais do partido governista, como Antônio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen.

Em janeiro de 1985, quando o Colégio Eleitoral se reuniu para sufragar o nome do novo presidente, a aliança comandada por Tancredo Neves obteve 480 votos, enquanto Paulo Maluf recebeu 180 votos.

Entretanto, por uma fatalidade, Tancredo Neves foi internado na véspera da posse e veio a falecer em 21 de abril de 1985. O vice-presidente José Sarney tomou posse em 15 de março e substituiu Tancredo Neves em definitivo após seu falecimento.

O PMDB chegou ao poder federal em aliança com dissidentes do antigo regime, mas o presidente da República, com a doença e a morte de Tancredo Neves, era José Sarney, o ex-presidente do PDS, o partido que sustentara o governo militar nos últimos anos. Seja como for, chegava ao fim a ditadura militar, deixando o país em grave crise econômica, social e política,<sup>212</sup> à qual se somava o extenso passivo de violações aos Direitos Humanos, uma pesada herança negativa a ser equacionada e enfrentada pelos governos do período democrático que se abria.

Na agenda da abertura política e da redemocratização, o Paraná foi um território em que as forças oposicionistas colheram resultados desde 1974, em todas as eleições majoritárias de âmbito estadual e federal disponíveis. Com efeito, o MDB foi majoritário no certame ao Senado em 1974 e em 1978. Em 1982, o PMDB conquistou, com margem confortável, tanto o governo do estado quanto a vaga ao Senado, estabelecendo um mando político que se estenderia por mais de uma década.

<sup>212</sup> FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

## A NOVA REPÚBLICA



Alvaro Dias eleito governador do Paraná.

Com o fim do mandato do general João Baptista Figueiredo na presidência da República e a vitória da oposição na eleição indireta do Colégio Eleitoral, chegava ao fim o período de 21 anos de ditadura no Brasil. Nascia o período que foi denominado, por seus protagonistas políticos, como Nova República.

Na agenda da redemocratização, a grande pendência era a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, para que o ordenamento jurídico do país desse tradução aos objetivos democráticos.

Por outro lado, o novo governo tinha de lidar com a herança da grave crise econômica e social legada pelos militares. Muitas eram as demandas que o novo governo tinha de enfrentar, especialmente porque o PMDB, como maior partido de oposição, havia se tornado o canal da esperança dos brasileiros por dias melhores. A morte inesperada do presidente Tancredo Neves, que sequer chegou a tomar posse, deixou uma grande interrogação sobre o futuro do governo, uma vez que Sarney, o herdeiro do cargo, vinha do PDS e não tinha a mesma liderança de Tancredo Neves sobre as fileiras partidárias.<sup>213</sup>

Para combater a disparada da inflação, o governo Sarney lançou o Plano Cruzado. Com o objetivo de quebrar a reprodução inercial da inflação, o plano estabelecia, inicialmente, o congelamento dos preços e salários. Gerando surpresa e indagações, o plano foi acolhido com entusiasmo pela população, cansada da espiral da inflação, dotando o presidente Sarney de elevada popularidade. A extensão do congelamento e a ausência das medidas complementares geraram os efeitos colaterais do plano, como desabastecimento e cobrança de ágio em alguns produtos, mas a popularidade do governo se manteve alta até a proximidade das eleições, influenciando seus resultados.<sup>214</sup>

Nas eleições a governador que se realizaram em 1986, o PMDB foi o vencedor em 22 dos 23 estados, perdendo apenas no Sergipe. No Senado, foram 37 das 46 cadeiras em disputa. Naturalmente, para entender o desempenho em cada estado, é preciso analisar o enraizamento local e a força dos candidatos por si próprios.

No Paraná, o PMDB também foi o grande vencedor, elegendo Álvaro Dias ao Palácio Iguazu e conquistando as duas cadeiras ao Senado, cujos eleitos foram José Richa<sup>215</sup> e Affonso Camargo Neto. Álvaro Dias e José Richa inverteram as posições, ou seja, Richa deixou o governo para ser eleito ao Senado e Álvaro Dias deixou o Senado por ter sido eleito governador. Affonso Camargo Neto, agora no PMDB, foi reconduzido

<sup>213</sup> FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>214</sup> Ibidem.

<sup>215</sup> Por exigência da legislação, Richa desincompatibilizou-se do cargo de governador e transmitiu a titularidade do cargo ao seu vice, João Elísio Ferraz.



**Ulysses Guimarães.**

pelos eleitores, após exercer um mandato como senador ungido pelo rito indireto do colégio eleitoral. Em outras palavras, o PMDB tinha força organizada e lideranças influentes no Paraná.

O principal concorrente ao governo estadual, inscrito pelo PDT, foi Alencar Furtado, o lendário deputado que fez história no MDB e foi cassado pela ditadura. Álvaro Dias obteve 70% dos votos e Alencar Furtado finalizou com 24%. Passada a eleição, contudo, o governo Sarney acabou com o congelamento e liberou os preços, gerando protestos e frustração.

No processo de redemocratização, a principal agenda a ser conduzida no período do governo Sarney era a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a fim de estabelecer as bases de um Estado Democrático de Direito.

Em seus 21 anos de poder, os militares haviam moldado o texto constitucional para institucionalizar as medidas excepcionais que decretaram. Em 1967, houve a reforma da Constituição sob as regras impostas pelo Ato Institucional n. 4. Em 1969, na vigência do Ato Institucional n. 5, a Junta Militar que governava o país decretou a nova Constituição, conhecida como Emenda n. 1.

Em 1978, o general Ernesto Geisel revogou o AI-5, medida com validade a partir da posse de seu sucessor, mas preservou vários instrumentos de força, conhecidos como salvaguardas do regime, que poderiam ser usados, de acordo com a necessidade dos detentores do poder, na fase final dos governos militares. O processo de abertura democrática foi

conduzido sob a tutela dessa herança do ordenamento jurídico autoritário. No vocabulário da oposição, tudo isso era chamado de “entulho autoritário”.

Em 1986, houve a convocação da Constituinte. Os movimentos sociais lançaram a ideia de uma Constituinte exclusiva, cujos membros teriam mandato específico para essa finalidade. No entanto, prevaleceu a ideia, assumida pelas lideranças parlamentares, de uma Constituinte Congressual, ou seja, a constituição seria elaborada pelos parlamentares eleitos ao Congresso Nacional naquele ano. Estranhamente, decidiu-se que também participariam os senadores eleitos em 1982, com mandato até 1990. O PMDB, grande vitorioso nas eleições de 1986, formou a maior bancada e comandou os trabalhos. No caso da representação paranaense, o PMDB elegeu 24 dos 30 deputados constituintes. O PFL, que também compunha o governo federal, conquistou cinco cadeiras. A vaga restante foi obtida pelo PDT.

O deputado Ulysses Guimarães, principal rosto da oposição nos anos finais do regime militar, tornou-se presidente da Câmara dos Deputados e da Constituinte. Líder do PMDB na Constituinte, o senador Mário Covas teve atuação destacada na primeira fase, influenciando a escolha dos relatores das comissões temáticas e o primeiro relatório.

No espírito participativo que grassava na época, a Constituinte abriu-se ao debate com a sociedade e acolheu a apresentação de emendas populares. De resto, a sociedade organizada constituía comitês de fiscalização dos trabalhos, debatendo e divulgando como cada parlamentar votava.

Em setembro de 1987, quando houve o início dos debates do relatório da Comissão

de Sistematização, formou-se uma articulação de parlamentares que estavam insatisfeitos com o teor da proposta. Essa articulação, que reunia parlamentares de legendas conservadoras e até mesmo parlamentares do PMDB que não seguiam a liderança de Ulysses Guimarães, chamou a si própria de Centro Democrático. Seus opositores a batizaram de “Centrão”. Daí em diante, o assim chamado “Centrão” interferiu na condução dos trabalhos e na definição do texto.

Não obstante essas marchas e contramarchas, a nova Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, é a mais democrática de nossa história. No ato de sua promulgação, Ulysses Guimarães a batizou, com razão, de Constituição cidadã. Primeiro, porque é regida pelo princípio da democracia participativa: o poder emana do povo e com o povo é exercido. Segundo, também é regida pelo princípio da equidade social, mediante a garantia de uma robusta agenda de direitos sociais.

## A PRIMEIRA ELEIÇÃO DIRETA PARA PRESIDENTE EM TRÊS DÉCADAS

Em 1989, após quase três décadas, realizou-se eleição direta a presidente da República. O regime militar havia estabelecido que o mandato do sucessor do general Figueiredo seria de seis anos. Durante a Constituinte, pautou-se a antecipação da eleição e o resultado negociado foi limitar o mandato do presidente Sarney para cinco anos. Além disso, os constituintes estabeleceram que a eleição teria dois turnos, caso o primeiro colocado não atingisse mais de 50% dos votos válidos.

O governo Sarney, não obstante a elaboração de alguns planos de estabilização, não tivera sucesso em resolver a grave crise econômica legada pelos militares, caracterizada pela disparada da inflação e da dívida externa.<sup>216</sup> A eleição presidencial colocou em pauta quais seriam as terapias para solucionar a crise.

Iniciado o certame, os candidatos dos partidos que sustentavam o governo Sarney ficaram fragilizados. Candidato pelo PMDB, o deputado Ulysses Guimarães, lenda viva da política brasileira por seu papel na resistência democrática e na direção da Constituinte, ficou em sétimo lugar, obtendo apenas 4,7%. O PFL, formado pela dissidência do PDS que apoiou Tancredo e Sarney em 1985, lançou Aureliano Chaves, que alcançou menos de 1% dos votos, chegando em nono lugar. Melhor sorte teve Paulo Maluf, candidato derrotado por Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Novamente candidato pelo PDS, Maluf chegou em quinto lugar, conseguindo 8,8%.

No plano partidário, a principal novidade era o PSDB, constituído por respeitáveis líderes do antigo MDB. O candidato do PSDB foi Mário Covas, que chegou em quarto lugar, obtendo 11% dos votos. Uma das vagas ao segundo turno foi disputada no interior do campo trabalhista, polarizando as lideranças de Leonel Brizola (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Por uma pequena margem, Lula chegou em segundo lugar, alcançando 17,2%, enquanto Brizola totalizou 16,5%, ficando em terceiro.

O líder do primeiro turno foi o jovem governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, com 30% dos votos. Collor impactou o eleitorado com um forte discurso de

<sup>216</sup> FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



## Debate presidencial em 1989.

Fonte: Estadão

moralização da máquina pública e com a imagem do homem forte que vinha para moralizar o sistema político.<sup>217</sup>

No segundo turno, houve polarização de projetos. Por um lado, Collor apresentou um projeto liberal, que defendia a abertura ao capital internacional e a privatização das empresas públicas. Por outro lado, Lula apresentava um projeto trabalhista, baseado na defesa do papel estratégico do Estado, em política internacional de viés nacionalista e em reformas sociais.

Outra dimensão da disputa ocorreu quando Collor instrumentalizou os símbolos nacionais em benefício próprio, procurando fragilizar a candidatura de Lula, propagando dizeres como “nossa bandeira é verde e amarela e nunca será vermelha”.<sup>218</sup>

Contando com o apoio de Brizola e de Covas, terceiro e quarto colocados no primeiro turno, o candidato Lula atingiu o índice de 47% dos votos. Não foi suficiente para ultrapassar Collor, que liderou os dois turnos e foi o vitorioso, na fase final, com

<sup>217</sup> FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>218</sup> NASCIMENTO, Luiz Miguel. **Política e eleição na vida cotidiana**. Maringá-PR: Eduem, 2013.

53% dos votos.<sup>219</sup> Fazia tanto tempo que não ocorria eleição direta para presidente que nenhum dos dois finalistas, Lula e Collor, tinha idade para votar em 1960, no último certame de voto direto para presidente antes de 1989.

No Paraná, o primeiro turno terminou com a seguinte hierarquia: Collor, 40,64%; Brizolla, 14,41%; Guilherme Afif, 11,56%, Lula, 8,27%; Covas, 7,61%. No segundo turno, Collor liderou com folga, atingindo 67,29%, enquanto Lula somou 32,71%.

## O PRIMEIRO MANDATO DE REQUIÃO COMO GOVERNADOR

Em 1990, embora desgastado com o resultado aquém do esperado na eleição presidencial de 1989, o PMDB manteve a hegemonia no governo estadual do Paraná, mediante a eleição do candidato Roberto Requião. Não foi, porém, uma vitória folgada, como havia ocorrido nos dois certames anteriores.

Roberto Requião havia sido deputado estadual de 1982 a 1985 e prefeito de Curitiba de 1985 a 1988, o primeiro a ser eleito pelo voto direto depois da interdição imposta pelo regime militar às capitais do país.

A formação do PSDB levava para as fileiras tucanas importantes quadros do antigo MDB, incluindo o principal líder na fase final do regime militar, o ex-governador José Richa. Eleito senador pelo PMDB em 1986, José Richa voltou a concorrer ao Palácio Iguazu em 1990, mas agora pela legenda do PSDB.

Richa vinha de três campanhas majoritárias vitoriosas no âmbito do estado. Havia sido eleito senador em 1978, governador em 1982 e senador em 1986. Embora fosse visto como um dos favoritos por causa desse retrospecto, Richa perdeu fôlego e chegou em terceiro lugar em 1990, obtendo 21,1% dos votos. Essa foi a última vez que Richa disputou um cargo eletivo.

Procurando capitalizar o crescimento ensejado na disputa presidencial do ano anterior, o PT lançou o sindicalista Henrique Pizzolato, que chegou em quarto lugar, totalizando 6%.

A liderança do primeiro turno foi disputada, acirradamente, entre Requião e o candidato apoiado pelo presidente Collor, o empresário das comunicações José Carlos Martinez (PTB). Ainda que um certame não seja espelho do outro necessariamente, Martinez contava com a elevada votação do presidente Collor em terras paranaenses, em 1989, quando obteve 67% dos sufrágios. Por isso mesmo, Martinez mimetizava seu estilo e suas propostas.

No final do primeiro turno, Requião chegou em segundo lugar, atingindo 34,24%,



**Roberto Requião em campanha, em 1985.**

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2012/memoria/1985-sob-comando-de-richa-requiiao-vence-7h0i512falo457aynt99gswe/>

<sup>219</sup> FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

enquanto Martinez, liderando o certame, somou 36%. A diferença foi de pouco mais de 50 mil votos em um universo de cerca de 3 milhões de votos. A única vaga em disputa ao Senado foi conquistada pelo empresário José Eduardo Vieira, um dos donos do Banco Bamerindus, candidato pelo PTB.

Com um resultado tão apertado na fase inicial, o turno decisivo teve fortes emoções. Para conter o presumível favoritismo de Martinez, Requião, conhecido por sua contundência discursiva, adotou a tática de promover denúncias contra a família do seu adversário, por suposto envolvimento em litígios de terras na fase de colonização do interior do Paraná.<sup>220</sup> O caso viria a ser convertido em demanda judicial, mas Requião obteve decisões favoráveis no âmbito do TSE.

Difícil determinar o peso dessa tática na definição do voto do eleitor, pois também devemos considerar que o PMDB tinha força organizada e o mando político do Paraná. Por seu turno, o vínculo com o presidente Collor não trazia apenas bônus para Martinez, pois o governo federal também sofria desgastes por impasses na condução da política nacional. O fato é que Roberto Requião foi o vencedor no final do segundo turno, obtendo 55,7% dos votos válidos. Assim, o PMDB conquistou três mandatos consecutivos de governador do Paraná.

## FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O PLANO REAL

Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto depois que a ditadura militar acabou, não concluiu o mandato conquistado nas urnas. Com efeito, Collor sofreu *impeachment* no final de 1992, envolvido em denúncias de corrupção, em um contexto de crise econômica, política e institucional. Formara-se o que se conveniou chamar de “tempestade perfeita”.<sup>221</sup>

Consumado o *impeachment*, assumiu a presidência da República Itamar Franco, eleito vice-presidente em 1989. Itamar Franco compôs um governo de coalização nacional com as forças que coordenaram a campanha pelo *impeachment*, do qual não participou apenas o PT, que se manteve na oposição com os olhos voltados para 1994.

Se a crise política e institucional foi contornada pela coalização que cercava o novo presidente, os graves problemas econômicos persistiram. Para domar a alta inflação legada pelos governos militares, um desafio que não foi superado nem por Sarney nem por Collor, Itamar Franco nomeou o senador Fernando Henrique Cardoso (FHC), que já participava do governo como ministro das Relações Exteriores, para chefiar o Ministério da Fazenda.

Assumindo o Ministério da Fazenda em maio de 1993, FHC compôs uma equipe com economistas que haviam participado da elaboração do Plano Cruzado e aprendido com as lições do insucesso desse e de outros planos. A tarefa estabelecida era a elaboração do plano de estabilização econômica que veio a ser conhecido como Plano Real, cuja execução deveria dispensar choques e congelamentos.

Em junho de 1993, o primeiro colocado nas pesquisas de intenção de voto para a su-

<sup>220</sup> LAIBIDA, Daiane Carnelos Resende. “Requião tem razão?” Homem político e discursos: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

<sup>221</sup> SALLUM JR., Basílio. O governo e o impeachment de Fernando Collor. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



**Fernando Henrique Cardoso, ao lado de Itamar Franco, tomando posse na presidência em 1994.**

cessão presidencial era Lula, o líder da oposição, que somava 26%. FHC aparecia nas sondagens com 12%. Em fevereiro de 1994, quando Lula ostentava 30% e FHC mantinha 11%, a gestação do plano econômico mudou de fase, pois foi estabelecida uma moeda transitória entre o cruzeiro e o real. A conversão definitiva viria a ocorrer no final de junho, com a circulação da nova moeda, o real. Nesse mês, Lula havia crescido para 41%, enquanto FHC detinha 21%.

Entretanto, à medida que o novo plano incidia sobre a inflação e conseguia derrubá-la, FHC crescia. Em julho, havia empate técnico: Lula, 32%; FHC 29%. Em agosto, FHC ultrapassou Lula e abriu dianteira. No dizer da professora Marly Motta, “a inflação baixa, girando a 1% ao mês, garantiu a vitória da chapa de FHC, ao derrotar Lula, já no primeiro turno, com mais do dobro de votos”.<sup>222</sup> Com efeito, FHC obteve 54% dos votos válidos, enquanto Lula preservou 27%. No Paraná, a diferença em favor do candidato tucano foi mais ampla: FHC, 60,33%; Lula, 22,75%.

Com a polarização precoce, houve o encolhimento de outras candidaturas de partidos tradicionais. Com 7,38%, o terceiro colocado foi o médico Enéas Carneiro, do Prona,<sup>223</sup> que havia se destacado na campanha de 1989, usando criativamente os seus 15 segundos de propaganda eleitoral na televisão. Em 1994, Enéas ultrapassou o ex-governador Orestes Quécia (PMDB), o quarto colocado, e Leonel Brizola (PDT), o quinto colocado.

<sup>222</sup> MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC: 1993-2002. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 236.

<sup>223</sup> Partido da Reedificação da Ordem Nacional.

Certamente, a disputa eleitoral envolveu outros fatores complexos. Desde o início, a chapa composta por FHC ampliou seu alcance por meio de deslocamento do centro para a direita do espectro ideológico, aglutinando o voto antilulista. Primeiro, promoveu aliança com o PFL. Segundo, manteve a agenda liberal da desestatização da economia e da abertura internacional, dotada de forte ressonância nos meios empresariais.

Não há, porém, como subestimar a influência do Plano Real na definição do voto. Assim disse Fernando Henrique Cardoso: “A sociedade brasileira, cansada da inflação e de seus efeitos nefastos, viu no Plano Real um caminho de esperança”.

## A ELEIÇÃO DE JAIME LERNER

Em 1994, com a vitória de Jaime Lerner na campanha a governador do Paraná, encerrou-se o ciclo de doze anos de mando político do PMDB à frente do Palácio Iguazu.<sup>224</sup>

Naquele ano, o PMDB não teve candidato próprio ao governo estadual. A estratégia foi compor uma aliança com o ex-governador Álvaro Dias, que se desligara do PMDB após seu mandato como chefe do Executivo paranaense e estava filiado ao PP.<sup>225</sup> Como Requião se desincompatibilizou do cargo para concorrer a uma vaga ao Senado, o vice-governador Mário Pereira assumiu a titularidade da chefia do Executivo.

A força da aliança entre os dois últimos governadores pode ser medida pelo fato de a coligação ter conquistado as duas cadeiras ao Senado colocadas na disputa, mediante a eleição de Requião e de Osmar Dias, secretário estadual no governo Requião e irmão de Álvaro Dias.

Por causa do prestígio que tinha como arquiteto e urbanista, Lerner havia sido indicado como prefeito de Curitiba em 1971, no período em que o regime militar havia proibido eleição direta a prefeito das capitais. Lerner havia sido um dos fundadores e presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Bem avaliado como prefeito de ideias criativas na área do planejamento urbano, ampliou o seu prestígio e voltou a ser indicado para mais um mandato como chefe do Executivo curitibano em 1979.

Com a redemocratização, Lerner filiou-se ao PDT, a convite de Leonel Brizola. Em 1985, na primeira eleição direta a prefeito de Curitiba após o fim da ditadura, disputou o cargo com Roberto Requião e perdeu. Em 1986, foi candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Alencar Furtado. Após dois insucessos nas urnas, teve consagradora vitória na eleição a prefeito de 1988, entrando na disputa apenas duas semanas antes do dia da eleição, em razão de um imbróglio jurídico a respeito do domicílio eleitoral.

Contabilizando mais um mandato elogiado como prefeito da capital, Lerner preparou-se para concorrer ao governo do estado. Para expandir sua influência ao Norte do

<sup>224</sup> LIMA, Cândida de Deichmann Santos. **O Governo Jaime Lerner e o Programa Paraná mais empregos: 1995-2002**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

<sup>225</sup> Partido Progressista. Trata-se de uma legenda formada em 1993. Em 1995, promoveu fusão com o Partido Progressista Reformador, sucessor do PDS, gerando o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Nessa sucessão, prevaleceu o número 11, que pertencia ao extinto PDS. Em 2003, o PPB foi renomeado como Partido Progressista e, mais recentemente, como Progressistas.



### Jaime Lerner exercendo o mandato de governador.

Fonte: Instituto Jaime Lerner

Paraná, compôs chapa com a deputada estadual Emília Belinati, de tradicional família da política londrinense.

Deflagrado o certame eleitoral de 1994, Álvaro Dias largou na dianteira e era visto como favorito, chegando a ter 13 pontos de vantagem no início da fase decisiva. Lerner, porém, reagiu e ganhou no primeiro turno, obtendo 54,85% dos votos válidos, enquanto Álvaro Dias finalizou com 38,55%. O terceiro colocado foi Jorge Samek, vereador de Curitiba, candidato a governador pelo PT, que obteve 4,22%, ficando distante dos dois primeiros, Álvaro Dias e Jaime Lerner.

Por um lado, Lerner explorou um litígio entre o ex-governador Álvaro Dias e o magistério estadual, ocorrido na greve de 1988. Ao que tudo indica, Lerner conquistou efetivo apoio e engajamento do magistério. Por outro lado, em sua propaganda eleitoral, Lerner se deixava filmar desenhando um novo Paraná em uma prancheta, potencializando a imagem de planejador criativo. Sua propaganda concentrava-se na ideia da integração do Paraná, destacando dois eixos. O primeiro era a consolidação do anel de integração rodoviária; o segundo era a descentralização do processo de industrialização, tendo como base as cidades polos do anel de integração.

## A REELEIÇÃO DE FHC

Em fevereiro de 1997, a Câmara Federal aprovou a Emenda Constitucional n. 16, que permitiu a possibilidade de reeleição de quem ocupasse cargos no Poder Executivo em todos os níveis de governo. A medida era extensiva ao presidente da República, aos governadores e aos prefeitos.

A literatura especializada registra uma polêmica, iniciada no período e que percorre os anos, a respeito de suposta prática de ilícitos para formar a maioria necessária à aprovação da emenda. À parte disso, pode-se dizer que foram alteradas as regras do jogo com o jogo em andamento. Para não ser casuísta, a emenda deveria ter seus efeitos aplicados a quem fosse eleito nos próximos certames, pois os eleitos em 1994 e em 1996 conquistaram mandato sem que houvesse a possibilidade da reeleição. Seja como for, o argumento público mais usado foi o da necessidade de assegurar a estabilização econômica ensejada pelo Plano Real. Para tanto, era preciso assegurar que a equipe que gestou e implantou o plano tivesse mais tempo para administrá-lo.

O governo de Fernando Henrique acolheu a agenda liberal da desestatização da economia e da abertura econômica ao capital internacional, entremeando-a com políticas compensatórias de inclusão social. Por um lado, mantinha o apoio dos principais grupos econômicos; por outro, também tinha apoio da população de baixa renda por causa da queda da inflação em um país traumatizado pelo surto inflacionário legado pelo regime militar. Além disso, contava com uma ampla coalização partidária para lhe dar sustentação parlamentar, necessária para garantir a assim chamada governabilidade e viabilizar medidas que exigissem emendas constitucionais.<sup>226</sup>

Em 1997, o ano da emenda da reeleição, ocorreu a crise econômica internacional provocada pelo ataque especulativo às moedas asiáticas, à qual se somou a crise da Rússia de 1998. Como medida protetiva, o governo respondeu com alta dos juros e anúncio de um choque fiscal, uma terapia que costuma desestimular a economia como efeito imediato. Como sistematizou estudo assinado pela professora Marly Motta, o governo que patrocinara a emenda da reeleição não poderia ser derrotado nas urnas, mas tinha que encontrar resposta para a pergunta: como vencer a batalha eleitoral de 1998 sob a bandeira do aperto fiscal?<sup>227</sup>

Ao certame de 1998, além da chapa do presidente Fernando Henrique Cardoso, apresentaram-se outros onze candidatos. No final, os mais bem posicionados foram: Ciro Gomes (PPS), terceiro colocado, com 10,97%; Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segundo colocado, com 31,71%. A disputa principal, a exemplo do que ocorrera quatro anos antes, foi entre Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva. Desta vez, Brizola compôs a chapa com Lula, candidatando-se a vice-presidente.

Segundo a professora Marly Motta, as armas utilizadas por Fernando Henrique para enfrentar Lula foram as mesmas de 1994: uma ampla coalizão formada por PSDB, PFL e PTB, à qual se juntaram o PPB e o PMDB, e a defesa da manutenção da estabilidade econômico-financeira e do Plano Real. A campanha tucana adotou um tom alarmista, no sentido de indicar que, com a vitória de Lula, haveria o perigo do retorno da inflação e da desordem social.

Fernando Henrique foi eleito, mais uma vez, no primeiro turno, obtendo 53,06%. No

<sup>226</sup> MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC: 1993-2002. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>227</sup> Ibidem.

Paraná, os números foram ainda mais favoráveis ao candidato do PSDB: FHC, 59,24%; Lula, 27,78%. Desta forma, tornou-se o primeiro presidente reeleito da história brasileira para dois mandatos sucessivos.

## A REELEIÇÃO DE JAIME LERNER

Beneficiado pela Emenda Constitucional que permitiu o direito à reeleição aos cargos executivos, incluindo os eleitos em 1994, o governador Jaime Lerner submeteu-se ao crivo das urnas em 1998, candidato a um novo período de quatro anos à frente do Palácio Iguazu. A chapa apresentada foi a mesma, preservando a vice-governadora Emília Belinatti.

No período de seu governo, porém, Lerner se deslocou no plano partidário. Eleito pelo PDT, afastou-se da liderança de

Leonel Brizola e se aproximou do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 1997, tentou filiação ao PSDB, mas teve seu ingresso obstruído por Álvaro Dias, que se incorporara antes ao ninho tucano. Desta forma, Lerner se albergou no PFL, uma das principais legendas a sustentar o governo federal. A vice-governadora Emília Belinatti também havia se deslocado do PDT para o PTB, outro partido que sustentava o governo Fernando Henrique.

A aproximação no plano da estrutura partidária também ocorria no estilo de governo, de acordo com estudo de pós-graduação assinado por Cândida Santos Lima, que afirmou: “na sua gestão foram adotadas medidas compatíveis com o que acontecia no plano federal: privatizações, concessões, atração de investimentos estrangeiros”.<sup>228</sup> Isso se refletia, por exemplo, na maneira como se implantou o anel de integração viária, sustentado em uma parceria público-privada, financiada por meio da cobrança de pedágio aos usuários. Outra marca do mandato Lerner foi a atração de empresas do polo automobilístico. As polêmicas sobre o pedágio, um tema que se manteria na agenda política pelas décadas seguintes, foram atenuadas por rebaixamento dos preços na conjuntura eleitoral.

A campanha trouxe ao embate os três principais líderes políticos do estado: Jaime Lerner (PFL) e Roberto Requião (PMDB), que duelaram pelo governo, e Álvaro Dias (PSDB), que disputou uma cadeira ao Senado.



**Antonio Ueno (deputado federal), Jaime Lerner, José Perazolo (prefeito de Rolândia), Fernando Henrique Cardoso e princesa do Japão em passagem pelo interior do Paraná.**

Fonte: História de Rolândia.

<sup>228</sup> LIMA, Cândida de Deichmann Santos. **O Governo Jaime Lerner e o Programa Paraná mais empregos: 1995-2002.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007, p. 109.

O quadro de candidatos ao governo foi bem simplificado. O principal oponente à reeleição de Lerner era o senador Roberto Requião, candidato por uma frente que incorporava o PDT e o PT, além de outras legendas. O candidato a vice era o deputado Nelton Friedrich, do PDT, que se destacara na campanha contra a privatização da Copel. O PT apresentou como candidato ao Senado o deputado londrinense Nedson Micheletti.

Deixando a opinião pública com a suspeita de que houvesse ocorrido um acordo de bastidores, constata-se que a campanha de Lerner ao governo do estado não incorporou um candidato oficial ao Senado e que a campanha de Álvaro Dias ao Senado não apresentou um candidato oficial ao governo.

Ao Senado, a disputa principal ocorreu entre Álvaro Dias e Nedson Micheletti. Álvaro Dias foi o vencedor, obtendo 65% dos votos, enquanto Nedson Micheletti alcançou 25%.

Ao governo, a disputa foi polarizada desde o início, tendente a acabar já no primeiro turno. A exemplo do que ocorrera com os ex-governadores José Richa em 1990 e Álvaro Dias em 1994, Roberto Requião, obtendo 45% dos votos, não teve êxito em sua tentativa de voltar ao Palácio Iguazu no certame seguinte ao final de seu mandato. Lerner foi o vencedor já no primeiro turno, obtendo 52% dos votos. Tornou-se o primeiro governador reeleito da história paranaense.

## A VITÓRIA DE LULA

Em 2002, após as três tentativas frustradas de 1989, 1994 e 1998, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República. O aprendizado das campanhas anteriores implicou mudanças na imagem do candidato e também a moderação do seu programa de governo.

No jargão político da época, para neutralizar a imagem de radicalismo que os adversários associavam ao seu nome, surgiu o “Lulinha paz e amor”. A moderação do programa foi sistematizada pela “Carta ao Povo Brasileiro”, a qual significava, explicou o historiador Rodrigo Motta, “compromisso com a estabilidade econômica e respeito aos contratos, inclusive com o capital estrangeiro”. Por um lado, a declaração de que as dívidas do Estado seriam honradas tranquilizava os grandes grupos econômicos; por outro lado, o compromisso com a estabilização econômica visava dialogar com as classes médias e populares, que ainda tinham recordações da inflação fora de controle legada pelo regime militar.<sup>229</sup>

A estratégia também implicou a ampliação de alianças, antes restritas a um núcleo mais ideológico do campo da esquerda. Pragmaticamente, a chapa foi composta com um grande empresário do setor têxtil, o mineiro José de Alencar, simbolizando a aliança capital/trabalho.<sup>230</sup>

No final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real dava sinal de que precisava ser reinventado. Havia a pressão para a elevação do

<sup>229</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>230</sup> Ibidem.



**Lula subindo a rampa do Palácio do Planalto em 2002.**

câmbio, com o real perdendo valor frente ao dólar,<sup>231</sup> os índices de crescimento eram baixos e a curva dos indicadores de desemprego e de inflação era ascendente.

Mesmo com a moderação da imagem e do programa apresentado por Lula, setores do mercado reagiram mal ao seu crescimento nas pesquisas e os indicadores econômicos ficaram piores, com o câmbio disparando. Preventivamente, a coordenação de campanha lulista propôs o slogan “A esperança vai vencer o medo”.

A polarização eleitoral deu-se entre Lula e o candidato tucano, o ex-ministro José Serra, mas o certame contou com outros quatro candidatos. Os mais bem votados foram Ciro Gomes (PPS), ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda, e Anthony Garotinho (PSB), ex-governador do Rio de Janeiro.

José Serra era um dos nomes históricos do MDB e do PSDB. Em sua trajetória, conquistara mandatos como deputado federal e senador, mas não tivera sucesso na disputa ao Executivo, quando se candidatou a prefeito de São Paulo. Conhecido como gestor competente das políticas financeiras e orçamentárias, também foi ministro da Saúde do segundo mandato de FHC.

Em agosto, com o início da propaganda eleitoral na televisão, Lula consolidou a liderança nas pesquisas e Ciro Gomes vinha em segundo, 15 pontos à frente de José Serra, mas houve uma reviravolta. Contando com mais tempo de propaganda, Serra cresceu e se posicionou em segundo lugar no final do primeiro turno, obtendo 23,16% dos votos. Anthony Garotinho obteve 17,86% e chegou em terceiro lugar, enquanto

<sup>231</sup> Recuando no tempo para dimensionar as dificuldades do segundo mandato, constata-se que, em outubro de 1998, quando ocorreu a reeleição de FHC, o dólar oficial era cotado em 1,18 reais. No final de fevereiro de 1999, poucos meses após a reeleição, a cotação havia ultrapassado a proporção de 2 reais por um dólar. Os adversários acusaram o governo de represar o câmbio para obter a reeleição e liberá-lo pouco depois.

Ciro Gomes, finalizando com 11,97%, foi o quarto colocado. Lula, o líder do primeiro turno, obteve 46,44%.

No segundo turno, Serra finalizou com 38,73%. Lula, atraindo o apoio de Garotinho e de Ciro Gomes, obteve 61,37%, conquistando seu primeiro mandato presidencial.

No Paraná, as urnas geraram os seguintes resultados. Primeiro turno: Lula, 50,1%; Serra, 27%; Garotinho, 14,3%, Ciro, 8,1%. Segundo turno: Lula, 59,22%; Serra, 40,78%.

## A VOLTA DE REQUIÃO AO PALÁCIO IGUAÇU

Em 2002, a eleição a governador do Paraná teve o registro de doze candidatos, mas a disputa principal foi polarizada pelos senadores Álvaro Dias e Roberto Requião. Terminando o seu segundo mandato desgastado, o governador Jaime Lerner não exerceu influência em sua sucessão e não voltaria a disputar cargos eletivos.

As legendas que disputavam a eleição presidencial apresentaram candidatos ao governo do Paraná, visando, se não à vitória, pelo menos estruturar palanques fortes aos presidenciáveis no território do estado. O PPS lançou a candidatura de Rubens Bueno, ex-prefeito de Campo Mourão e destacado parlamentar de sua bancada na Câmara Federal. O candidato finalizou com 7%, ocupando a quinta posição. O PT apresentou a candidatura do padre Roque Zimmermann, deputado federal nas duas últimas legislaturas. Padre Roque obteve 16% dos votos, chegando em quarto lugar.

Em 2002, registrou-se a primeira incursão do candidato Beto Richa, do PSDB, como pretendente a comandar o Palácio Iguazu. Filho do ex-governador José Richa, Beto Richa procurava forjar seu caminho nas fileiras tucanas, exercendo, naquele momento, mandato como vice-prefeito de Curitiba, após ter sido eleito e reeleito como deputado estadual. Beto Richa chegou em terceiro lugar, obtendo 17,27%.

Álvaro Dias foi candidato pelo PDT, pois havia sido desligado do PSDB ao apoiar a abertura de CPI para investigar denúncias contra o governo federal tucano. Álvaro Dias liderou o primeiro turno, obtendo 31,40%, enquanto Roberto Requião, o segundo colocado, finalizou com 26,17%. A decisão ficaria para o segundo turno. Na disputa ao Senado, os eleitos foram Osmar Dias (PDT), reconduzido a mais um mandato, e Flávio Arns, então filiado ao PT.

Ao que tudo indica, a aliança de Requião com o PT foi decisiva no segundo turno. Adicione-se que, na fase que precedeu a campanha eleitoral, Requião havia lançado um manifesto contra o apoio do PMDB ao candidato do PSDB ao governo federal, preconizando candidatura própria de seu partido ou apoio ao candidato Lula. Como opção, registrou-se como pré-candidato a presidente. Tendo suas posições



**Roberto Requião em 2005.**

Fonte: Lindomar Cruz / Agência Brasil.

derrotadas na convenção nacional do PMDB, decidiu apoiar Lula, abrindo as portas a um entendimento no segundo turno da sucessão paranaense. Havia o precedente de 1998, quando PMDB e PT haviam feito coligação nas eleições ao governo e ao Senado.

Apoiando Lula a presidente e recebendo apoio do PT à sua candidatura no segundo turno, Requião somou forças para, na fase final, ultrapassar o seu oponente. Quando as urnas foram escrutinadas, Álvaro Dias totalizou 44,80%. Requião, por sua vez, finalizou com 55,2%, elegendose para mais um mandato como governador.

## A REELEIÇÃO DE LULA

Em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, repetindo a chapa eleita quatro anos antes, apresentou-se como candidato à reeleição. Embora houvesse seis oponentes, a polarização, mais uma vez, ocorreu entre o PT e o PSDB, que apresentou a candidatura do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

No ano anterior, ganhara repercussão pública uma denúncia vocalizada pelo deputado Roberto Jeferson, do PTB, segundo a qual haveria um esquema de compra de votos para que parlamentares votassem em matérias favoráveis ao governo federal, gerando um escândalo político que restou conhecido pelo nome popular de “mensalão”. As denúncias abalaram o governo federal e geraram a formação de CPIs, cujas sessões eram transmitidas em rede nacional.

Tamanha foi a repercussão que se colocava em xeque a sobrevivência do governo ou a viabilidade da campanha de reeleição do presidente da República. Entretanto, ancorado em bons indicadores administrativos e econômicos e com a popularidade ampliada pelas políticas sociais, o presidente Luis Inácio Lula da Silva, pessoalmente poupado das denúncias desde o início, rearticulou forças de apoio e se apresentou como candidato competitivo em 2006.<sup>232</sup>

Entre as candidaturas com mais visibilidade, duas eram egressas das fileiras petistas. Uma era a do senador Cristóvão Buarque, que havia migrado para o PDT. A outra era a da senadora Heloisa Helena, inscrita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O PSOL havia sido criado, em 2004, por impulso de parlamentares dissidentes do PT, expulsos da legenda por fazerem oposição aberta à inflexão pragmática do governo Lula. Um pomo da discórdia, por exemplo, foi a reforma da previdência. O principal rosto público na fase inicial do PSOL foi o da senadora Heloisa Helena, candidata da legenda à presidência da República em 2006. Os acontecimentos recentes



Lula e a primeira dama Marisa Letícia na posse.

Fonte: Fundação Perseu Abramo.

<sup>232</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

potencializavam a imagem da candidata Heloisa Helena como dissidente e pareciam ampliar seu potencial eleitoral. De fato, em determinada fase da campanha, chegou a aparecer com cerca de 15% nas pesquisas, mas finalizou o primeiro turno com 6% dos votos, posicionada em terceiro lugar.

Na polarização principal, o primeiro turno foi concluído com a liderança de Lula, que alcançou 48% dos votos, enquanto Alckmin finalizou com 41%. Havia prognósticos de uma disputa acirrada no segundo turno, mas ocorreu um fenômeno curioso: Alckmin fez menos votos do que no primeiro turno, fechando com 39%. Isso representava cerca de dois milhões e quinhentos mil votos a menos do que no turno anterior. Por sua vez, Lula foi reeleito com 61% dos votos.

Segundo o sociólogo André Singer, o escândalo de 2005 implicou a perda de parte de eleitores que acompanharam o PT e Lula em outras fases, mas houve a adesão de uma massa de eleitores por efeito das políticas sociais do governo. André Singer denominou esse fenômeno de “lulismo”, cuja base eram os eleitores que se aproximavam do petismo por causa da liderança de Lula como presidente.<sup>233</sup>

No Paraná, a tendência dos eleitores foi diferente. No primeiro turno, Alckmin liderou com 53,01%, enquanto Lula totalizou 37,90%. No segundo turno, houve equilíbrio, com ligeira vantagem ao candidato tucano: Alckmin, 50,75%; Lula, 49,25%.



**Roberto Requião.**

## O TERCEIRO MANDATO DE REQUIÃO COMO GOVERNADOR

No certame ao governo estadual, em sua campanha pela reeleição, Roberto Requião enfrentou dez adversários, mas a disputa principal ocorreu com a candidatura do senador Osmar Dias, inscrito pelo PDT. Em certa medida, repetia-se a polarização de quatro anos antes, mas com a substituição do senador Álvaro Dias por seu irmão, Osmar Dias, titular de dois mandatos no Senado, que disputava o governo estadual pela primeira vez.

Entre os demais candidatos, os que tiveram melhor pontuação foram o ex-deputado federal Rubens Bueno (PPS), que finalizou com 8,07%, ocupando a quarta colocação, e o senador

Flávio Arns, do PT, que obteve 9,35% dos votos e se posicionou em terceiro lugar.

Contrariando as expectativas geradas pelas primeiras pesquisas, que permitiam prognosticar a reeleição do governador sem sobressaltos, a campanha se tornou acirrada no primeiro e no segundo turnos. No final do primeiro turno, Osmar Dias totalizou 38,6% dos votos, pouco atrás de Roberto Requião, que liderou o certame com 42,81%.

No segundo turno, com o realinhamento das forças, a disputa foi ainda mais acirrada. Requião foi o vencedor com vantagem de apenas 10.479 votos, em um universo de 5.326.743 de votos válidos. Proporcionalmente, Requião obteve 50,1%, enquanto Osmar Dias finalizou com 49,9%. Ao que tudo indica, a aliança de segundo turno com o

<sup>233</sup> SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma social e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PT se mostrou decisiva novamente, especialmente porque a bem-sucedida campanha de reeleição de Lula ocorria simultaneamente.

Embora Requião tivesse defendido, na fase pré-eleitoral, que seu partido tivesse candidato próprio à presidência da República, ele mantinha proximidade com o PT desde, pelo menos, 1998, quando os dois partidos compuseram uma coligação. Em 2002, após o apoio a Requião no segundo turno, o PT assumiu responsabilidades no primeiro escalão do governo estadual.

Em 2006, superado o primeiro turno, quando as duas legendas (PT e PMDB) tiveram candidatos próprios ao Palácio Iguazu, abriu-se o entendimento para uma aliança no turno decisivo. De resto, o PMDB nacional apoiava a reeleição de Lula. No certame ao Senado, Álvaro Dias foi reconduzido a um novo mandato. A segunda colocada foi a candidata Gleisi Hoffman, do PT.

No período posterior à democratização de 1945, Requião tornou-se o primeiro político na história do Paraná a ser eleito para três mandatos de governador. Em seu discurso de posse, disse o governador Requião: “De todas as disputas, desde que fui eleito deputado em 1982, esta foi a mais difícil de todas. Não acredito que, ao longo da nossa história republicana, tenha havido no Paraná um pleito tão renhido quanto este”.<sup>234</sup>

## A PRIMEIRA MULHER NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Em 2010, a sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi disputada por dez concorrentes, mas houve, novamente, polarização entre as candidaturas do PT e do PSDB, representadas por Dilma Rousseff e José Serra, que se classificaram para o segundo turno.

Uma novidade no certame foi a candidatura da senadora Marina Silva, egressa das fileiras do PT e ex-ministra do Meio Ambiente no primeiro governo Lula. Candidata pelo Partido Verde, Marina Silva se apresentou como terceira via à polarização entre o PT e o PSDB, alcançando a expressiva marca de 19,33% dos votos. Marina Silva se posicionou em terceiro lugar.

Candidato a presidente em 2002, quando foi superado por Luiz Inácio Lula da Silva, José Serra ganhou musculatura eleitoral em disputas a cargos executivos, tendo sido eleito prefeito de São Paulo em 2004 e governador de São Paulo em 2006, cargo do qual se desincompatibilizou em 2010 para ser, novamente, candidato a presidente da República.

Desde a reinstituição das eleições diretas a presidente da República, era a primeira vez que Luiz Inácio Lula da Silva não podia ser o candidato ao cargo pelo PT. Em compensação, seu segundo mandato à frente do Palácio do Planalto era concluído com elevados índices de aprovação e sua popularidade estava em alta, em razão do bom momento econômico do país e do alcance das políticas sociais de seu governo. Conforme conceituou o sociólogo André Singer, emergira o fenômeno do “lulismo”, que ampliava o alcance dos votos petistas por influência da liderança personalista de Lula, potencializada pelas políticas sociais do governo.<sup>235</sup>

<sup>234</sup> LAIBIDA, Daiane Camelos Resende. “**Requião tem razão?**” Homem político e discursos: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015, p. 136.

<sup>235</sup> SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma social e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



### Posse da Presidenta Dilma Rousseff.

Fonte: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/fotos-dilma/posse-1o-e-2o-mandatos/capa\\_r0v8161-editar-1-1](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/fotos-dilma/posse-1o-e-2o-mandatos/capa_r0v8161-editar-1-1)

O PT decidiu-se pela candidatura da ministra Dilma Rousseff, uma escolha influenciada pela indicação do próprio presidente da República. Dilma Rousseff participava da equipe de governo de Lula desde o primeiro mandato. Inicialmente, como titular da pasta de Minas e Energia. Por repercussão do escândalo que ficou conhecido popularmente como “mensalão”, foi conduzida a ministra chefe da Casa Civil, em substituição a José Dirceu, imprimindo um caráter menos político e mais gerencial à pasta, como coordenadora de ações de governo. Durante a campanha eleitoral, foi apresentada como a gerente do governo e a mãe do Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC.<sup>236</sup>

A candidata Dilma Rousseff, porém, não tinha experiência eleitoral. Estreava como pretendente ao cargo máximo do sistema de governança federal. Seu estilo contrastava com a personalidade carismática de Lula, mas ela contava com o seu apoio.

Em abril, quando Dilma Rousseff se desincompatibilizou do cargo de ministra e José Serra do cargo de governador, a situação medida pelas pesquisas de intenção de votos era de relativo equilíbrio, mas com vantagem para o candidato tucano. Medições do Ibope e do instituto Datafolha davam rigoroso empate no final de maio e início de junho. O equilíbrio se manteve até o final de julho. A partir de agosto, porém, Dilma Rousseff assumiu a dianteira e abriu vantagem, a ponto de pesquisas de setembro indicarem a possibilidade de vitória já no primeiro turno. Uma oscilação para baixo nas indicações de voto em favor de Dilma, combinada com o crescimento de Marina Silva, levou a disputa ao segundo turno.

Dilma finalizou o primeiro turno com 46,91%. Serra alcançou 32,61%. Marina Silva veio em terceiro, totalizando 19,33%. No segundo turno, Serra obteve 43,95%. Dilma Rousseff foi eleita com 56,05%, tornando-se a primeira mulher a exercer a presidência da República. No Paraná, a liderança coube a José Serra. Primeiro turno: Serra, 43,94%; Dilma, 38,94%; Marina, 15,91%. Segundo turno: Serra, 55,4%; Dilma, 44,56%.

<sup>236</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

## A ELEIÇÃO DE BETO RICHA

Em 2010, a sucessão do governador Roberto Requião foi disputada por sete pretendentes, mas houve polarização, desde o início, entre os candidatos Beto Richa e Osmar Dias, com resultado tendente a ser definido já no primeiro turno. A soma dos votos dos outros cinco postulantes não atingiu 2% do total.

Filho do ex-governador José Richa, Beto Richa vinha pavimentando seu caminho na política paranaense desde 1994, quando foi eleito deputado estadual. Reeleito em 1998 à Assembleia Legislativa, foi eleito vice-prefeito de Curitiba em 2000. Em 2004, subindo mais um degrau, foi eleito prefeito de Curitiba. Em 2008, foi reeleito, já no primeiro turno, com 77% dos votos. Daí em diante, preparou-se para concorrer ao governo estadual. Em 2010, na metade de seu segundo mandato como prefeito, desincompatibilizou-se do cargo para ser candidato a governador. Filiado ao PSDB, foi apoiado por uma ampla coligação, que incorporava, entre as grandes legendas, DEM, PP, PPS, PTB e PSB.

Em razão do excelente desempenho da campanha anterior, o senador Osmar Dias, então filiado ao PDT, foi convocado, mais uma vez, a concorrer ao governo estadual, em vez de disputar uma provável recondução tranquila ao Senado. Por causa de seus vínculos com o agronegócio, a surpresa nesse certame foi a aliança de Osmar Dias com o PT, em uma articulação coordenada pelo ministro Paulo Bernardo, que foi reforçada por um apelo direto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A aliança ainda incorporou o PMDB, partido do governador Requião em fim de mandato, que havia sido o adversário de Osmar Dias quatro anos antes.

Segundo notícias veiculadas no portal Universo Online, “o provável vencedor das eleições no Estado era uma incógnita até a contagem final dos votos, diante da impugnação de pelo menos dez pesquisas de intenção de voto nas duas últimas semanas de campanha, algumas delas solicitadas pelo próprio PSDB”.<sup>237</sup> Quando as urnas foram escrutinadas, Osmar Dias totalizou 45,63%. Beto Richa finalizou com 52,44%, tornando-se governador do Paraná.

O certame ao Senado foi mais disputado, com a inscrição de alguns candidatos competitivos: Ricardo Barros (PP), Gustavo Fruet (PSDB), Gleisi Hoffman (PT) e Roberto Requião (PMDB), que havia se desincompatibilizado do cargo de governador para essa nova disputa. Gleisi Hoffman e Roberto Requião foram eleitos para as duas cadeiras em disputa. Desta forma, uma



**Beto Richa eleito Governador em 2010.**

Foto: Gazeta do Povo



**Cida Borghetti e Beto Richa.**

Fonte: Governo do Paraná.

<sup>237</sup> BENDLIN, Ana Carolina. Ex-prefeito de Curitiba, Beto Richa (PSDB) é o novo governador do Paraná. UOL, 3 out. 2010. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2010/parana/ultimas-noticias/2010/10/03/ex-prefeito-de-curitiba-beto-richa-psdb-e-o-novo-governador-do-parana.jhtm>. Acesso em: 8 ago. 2023.

coligação comemorou a conquista do Palácio Iguazu e a outra a conquista das duas cadeiras no Senado da República.

## A REELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF

Em 2014, o país assistiu novamente a uma disputa polarizada entre o PT e o PSDB, cujos candidatos foram classificados ao segundo turno. O certame de 2014, porém, teve uma alternativa real à polarização, uma terceira via representada pela candidatura da ex-ministra Marina Silva.

Na primeira metade de 2013, o governo da presidente Dilma Rousseff apresentava elevados indicadores de aprovação e parecia caminhar para uma tranquila campanha de reeleição, conforme projeções de pesquisas. Em junho de 2013, contudo, irromperam manifestações de rua que modificaram a conjuntura nacional. Iniciando com uma pauta voltada às tarifas do transporte público, as manifestações também questionaram os gastos públicos com obras voltadas à Copa do Mundo. Já naquele ano, com a diversificação do perfil dos manifestantes, o tema da corrupção também mobilizou as ruas, o que foi retroalimentado pelo julgamento da Ação Penal n. 470, relativa ao caso conhecido como “mensalão”, na segunda metade de 2013. Em meados de 2014, o tema da moralidade pública foi reavivado pelo início da Operação Lava Jato e com as primeiras denúncias do escândalo na Petrobras, embora o impacto na eleição daquele ano tenha sido limitado.

Com as manifestações da segunda metade de 2013, a popularidade do governo federal oscilou para baixo, anunciando um certame eleitoral mais imprevisível. No início de 2014, porém, o governo federal realinhou suas forças, recuperou popularidade e a candidatura da presidente Dilma Rousseff, repetindo a chapa de 2010 e contando com o apoio de uma ampla aliança, iniciou o certame com larga dianteira sobre os concorrentes.

O PSDB consolidou a candidatura do senador Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais, que teve preferência sobre a pré-candidatura do ex-governador José Serra. Tendo obtido a terceira colocação em 2010 com expressiva votação, Marina Silva preparou-se para o novo certame por intermédio da formação de uma nova sigla partidária, a Rede Sustentabilidade, mas não conseguiu legalizá-la em tempo hábil. Assim, decidiu se aliar com o governador Eduardo Campos, do PSB, como vice de sua chapa a presidente da República. Marina Silva, em algumas pesquisas, figurava em segundo lugar, atrás apenas de Dilma Rousseff. Eduardo Campos era visto como um candidato promissor, embora sua pontuação, nas primeiras pesquisas, ficasse na casa de um dígito.

Em abril de 2014, faltando seis meses para a eleição, Dilma Rousseff liderava as pesquisas com 38%. Com 16%, Aécio Neves vinha em segundo lugar, enquanto Eduardo Campos, com 10%, vinha na terceira posição.

Essa tendência se manteve até o início de agosto, mas um fato inesperado impactou a conjuntura, a morte do candidato Eduardo Campos em um acidente aéreo. A ascensão de Marina Silva como candidata principal a levou, rapidamente, ao segundo lugar nas pesquisas, somando a comoção pelo fato trágico com o eleitorado sedimentado na eleição anterior. No final de agosto, Marina Silva, apresentando-se como terceira via, alcançou o empate com a presidente Dilma Rousseff nas pesquisas, cada qual com 34% dos votos.

A curva ascendente parecia levar Marina Silva à vitória, mas sua candidatura começou a sofrer pressão das duas máquinas partidárias mais fortes do país, a do PT e a do PSDB. Com isso, sua candidatura sofreu desgastes e começou a perder pontos, sendo ultrapassada por Aécio Neves. No primeiro turno, Marina finalizou com 21,32%, atrás de Aécio Neves, que obteve 33,55%, e de Dilma Rousseff, que liderou com 41,59%.

O segundo turno foi o mais equilibrado da história até então. Fazendo uma campanha mais contundente de oposição e contando com o apoio de Marina Silva, Aécio Neves obteve 48,36% dos votos. Dilma Rousseff foi a vencedora com 51,64%. No Paraná, a distribuição foi a seguinte. Primeiro turno: Aécio, 49,79%; Dilma, 32,54%; Marina, 14,20%. Segundo turno: Aécio, 60,98%; Dilma, 39,02%.



**Dilma Rousseff acena para apoiadores celebrando sua reeleição em Brasília.**

Fonte: Ueslei Marcelino/Reuters.

## A REELEIÇÃO DE BETO RICHA

Em 2014, em sua campanha pela reeleição, o governador Beto Richa enfrentou sete adversários, mas a soma de votos de cinco deles não atingiu 2%. De modo que a disputa principal se concentrou em três postulantes, o governador Beto Richa, candidato à reeleição, e os senadores Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffman (PT).

Liderança em ascensão no PT paranaense desde a década anterior, Gleisi Hoffman havia sido candidata ao Senado em 2006 e a prefeita de Curitiba em 2008. Eleita ao Senado em 2010, Gleisi Hoffman havia assumido, no primeiro ano do mandato da presidente Dilma Rousseff, o prestigiado Ministério da Casa Civil, o que ampliou sua visibilidade e a sua influência política. No entanto, ela finalizou o primeiro turno com 14,87%, chegando em terceiro lugar.

Era a quinta vez que Roberto Requião disputava o cargo de governador, tendo sido bem-sucedido em três das outras quatro tentativas, eleito em 1990 e em 2002 e reeleito em 2006. Em 2010, quando concluiu seu terceiro mandato, governara o Paraná por 12 dos últimos 20 anos. Desde 2011, representava o Paraná no Senado. Em 2014, Requião largou bem, mantendo posição de relativo equilíbrio, mas perdeu impulso na fase final.

Em pesquisa de pós-graduação sobre a trajetória política de Requião, a socióloga Daiane Laibida acentua que ele sofreu o desgaste da divisão do PMDB naquele certame.<sup>238</sup> Para garantir a candidatura própria do PMDB, Requião teve de enfrentar uma forte ala que defendia apoio ao governador Beto Richa. Por maioria de 319 votos a 250, os convencionais aprovaram a candidatura própria, assumida por Requião, mas a divisão partidária gerou desgaste antes, durante e depois da convenção. Requião finalizou o certame de 2014 com 27,56%.

Compondo uma ampla coligação, da qual participavam 17 partidos, o governador Beto Richa incidia, além disso, nas fileiras partidárias de seu principal adversário. Liderando a corrida eleitoral desde o início, Beto Richa ampliou a vantagem no final de setembro e caminhou para a vitória já no primeiro turno. Recebendo cerca de 300 mil votos a mais do que obtivera quatro anos atrás, Beto Richa foi reeleito com 55,6%.

Desde a aprovação do instituto da reeleição, todos os governadores paranaenses que se candidataram a mais um mandato tiveram êxito. No certame ao Senado, Álvaro Dias foi reconduzido com 77% dos votos.

## JAIR BOLSONARO PRESIDENTE

A sucessão presidencial de 2018 foi definida, segundo o título de um livro escrito no calor da hora, como “a eleição disruptiva”, pois “desorganizou e alterou de forma ríspida os padrões, os atores, as referências de competição partidárias vigentes”.<sup>239</sup>

A principal característica daquele certame foi o sentimento de protesto contra o sis-

<sup>238</sup> LAIBIDA, Daiane Carnelos Resende. “**Requião tem razão?**” Homem político e discursos: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

<sup>239</sup> MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva**. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 30.

tema político, fortemente influenciado pela repercussão da Operação Lava Jato. O resultado final, com a vitória do candidato Jair Bolsonaro, mostra como a lógica da tradicional engenharia de campanha foi contrariada. Dizem os autores: “Estávamos diante de um candidato *outsider* (autointitulado fora do sistema) com menos de dez segundos de tempo de televisão na propaganda oficial, sem estrutura partidária sólida que lhe garantisse palanques fortes nos estados”.<sup>240</sup>

Nas seis eleições anteriores, a polarização foi entre o PSDB e o PT. O PT vinha fragilizado para o certame. Primeiro, porque era o principal alvo da Operação Lava Jato. Segundo, porque a presidente Dilma Rousseff, embora não houvesse sido citada pessoalmente por envolvimento com a corrupção, sofreu o *impeachment* em 2016, mediante a acusação de que teria violado as leis orçamentárias, ou seja, praticado as assim chamadas “pedaladas fiscais”. Juridicamente, a acusação era esquelética, mas o governo mergulhou, desde o início, em uma crise política e econômica da qual não sobreviveu.<sup>241</sup>

A cronologia foi a seguinte. Em 17 de abril, a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de *impeachment* por 367 votos favoráveis, 137 contrários, 7 ausências e 2 ausências. Na fase seguinte, o processo seguiu para o Senado, que acolheu o pedido e aprovou o afastamento temporário de Dilma Rousseff por 180 dias, com 55 votos a favor e 22 contra. O desfecho ocorreu em 31 de agosto de 2016, quando o Senado aprovou o impedimento por 61 votos favoráveis e 20 contrários. A razão alegada foi haver cometido crime de responsabilidade fiscal, as assim chamadas “pedaladas”.



**Jair Bolsonaro, e sua esposa, Michelle Bolsonaro.**

Foto: Ricardo Moraes/Reuters

<sup>240</sup> MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva**. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 27.

<sup>241</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

A interpretação desses acontecimentos está permeada por muitas polêmicas, em razão do aqodamento do processo e da inconsistência jurídica da razão alegada. O historiador Rodrigo Sá Patto Motta, interpretando que o *impeachment* de 2016 foi, “sem dúvida, um golpe parlamentar”, sintetizou:

A presidente foi impedida supostamente por cometer crimes de responsabilidade, tal como prevê a Constituição. Porém, as ações alegadas não configuram efetivamente crime (as pedaladas fiscais e créditos suplementares sem aprovação do Congresso) ou, se o foram, a mesma pena deveria ter sido aplicada a presidentes anteriores ou a governadores em exercício, que adotaram os mesmos recursos.<sup>242</sup>

O PT contava com a popularidade do ex-presidente Lula, que liderava as pesquisas de intenção de voto, para disputar o certame de maneira competitiva, mas ele sofreu condenações em primeira e segunda instâncias, tornando-se inelegível, e foi preso na antevéspera do período oficial de campanha. Lula, porém, manteve o registro de sua candidatura, para retirá-la no prazo limite do TSE, com o objetivo de transferir votos ao seu vice, o ex-prefeito Fernando Haddad, que o substituiu como candidato principal em setembro.

Havia previsões de que chegara a hora de o PSDB voltar à presidência, apresentando a candidatura do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Poder-se-ia calcular que Marina Silva, bem votada nos dois certames anteriores como terceira via, teria a preferência dos eleitores como alternativa à polarização histórica. Havia quem pudesse apostar no ex-ministro Ciro Gomes, que havia sido candidato a presidente em outras ocasiões.

O eleitor não se orientou, porém, por nenhuma dessas alternativas tradicionais. Marina Silva terminou o primeiro turno com apenas 1%, em oitavo lugar. Geraldo Alckmin obteve 4,76%, posicionado em quarto lugar. Ciro Gomes finalizou em terceiro lugar, obtendo 12,47%. Os finalistas ao segundo turno foram Fernando Haddad, que atingiu 29,28% e foi o segundo colocado, e Jair Bolsonaro, que liderou o turno com 46,03%. No segundo turno, Haddad conquistou 44,87% dos votos. Bolsonaro foi o vencedor com 55,13%. No Paraná, os números foram os seguintes. Primeiro turno: Bolsonaro, 56,89%; Haddad, 19,70%; Ciro, 8,31%. Segundo turno: Bolsonaro, 68,43%; Haddad, 31,57%.

De acordo com os autores do livro *A eleição disruptiva*, as razões estruturais para a vitória de Bolsonaro foram: 1) a desmoralização das elites políticas e do sistema partidário tradicional, provocada pela Operação Lava Jato; 2) o aprofundamento da crise da segurança pública, identificada como o maior problema nacional em algumas pesquisas; 3) o crescimento da importância das redes sociais digitais, o que potencializou mecanismos alternativos de comunicação e mobilização de apoiadores. O episódio do atentado contra a vida do candidato Jair Bolsonaro conferiu dramaticidade ao enredo, colaborando para a imagem, cultivada por seus adeptos, de que ele teria uma tarefa messiânica a desempenhar, mas esse fato potencializou uma tendência que já estava em curso.

Na linha de interpretação dos autores, com o abalo sísmico provocado no sistema político pela Operação Lava Jato, restaram dois polos dinâmicos na disputa de 2018.

<sup>242</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 449-450.

Por um lado, o lulismo, que assegurou, apesar da tempestade, o passaporte para o candidato do PT disputar o segundo turno. Por outro lado, o “Partido da Lava Jato”.<sup>243</sup> Em suma, o fator decisivo para a eleição de Bolsonaro foi ele ter sucesso na operação de ser reconhecido como o rosto desse sentimento antissistema político que regeu a eleição presidencial de 2018.

## A ELEIÇÃO E A REELEIÇÃO DE RATINHO JR.

Em 2018, o governador Beto Richa desincompatibilizou-se do cargo para disputar uma das duas vagas ao Senado da República. Com isso, assumiu o comando do Palácio Iguazu a vice-governadora Cida Borghetti Barros.

Concorrendo com outros nove pretendentes, a nova governadora apresentou-se como candidata à reeleição no certame daquele ano. Seu principal adversário, no entanto, não vinha das fileiras da oposição, mas do interior do próprio governo de Beto Richa, o secretário de Desenvolvimento Urbano, Carlos Massa Jr., o Ratinho Jr.

Das fileiras da oposição, os principais candidatos foram João Arruda (MDB) e o ex-deputado federal Dr. Rosinha (PT). O candidato petista finalizou o primeiro turno com 8,66%, chegando em quarto lugar. O terceiro colocado foi o candidato do MDB, que atingiu 13,19%. Não se pode dizer que tenha havido polarização entre os dois candidatos mais votados, pois Ratinho Jr. iniciou a corrida eleitoral em primeiro lugar, com larga dianteira sobre os demais.

Houve, de certa forma, um paradoxo, pois o ex-governador Beto Richa chegou à disputa bastante desgastado por causa de denúncias de ilícitos, das quais ele se defendia na Justiça. No contexto do certame de 2018, isso lhe custou caro, pois chegou a ser alvo de uma detenção temporária na primeira metade de setembro. Dessa maneira, sua candidatura ao Senado definhou e ele terminou em sexto lugar, obtendo 3,73% dos votos. No entanto, salvo melhor juízo, tais fatos não contaminaram as campanhas dos dois candidatos ao Palácio Iguazu que integravam o seu governo, seja por causa da eficácia da tática de cada um para evitar essa associação de imagem, seja por causa da fraqueza da oposição.

A governadora Cida Borghetti Barros estreara na política eleitoral em 2000, candidata a prefeita de Maringá. Não foi eleita, mas ganhou impulso para conquistar, em 2002 e em 2006, uma cadeira na Assembleia Legislativa. Em 2010, elegeu-se deputada federal. Em 2014, como sinal da força de seu grupo político na região de Maringá, substituiu Flavio Arns como vice na chapa de Beto Richa, então candidato à reeleição.

Filho do popular comunicador Carlos Massa, o Ratinho, de quem herdou o nome e o codinome, o candidato Ratinho Jr. iniciou muito jovem na política, eleito deputado estadual em 2002, aos 21 anos de idade. Em 2006, foi eleito deputado federal, cargo para o qual foi reconduzido em



**Ratinho Junior eleito governador em 2018.**

<sup>243</sup> MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. *A eleição disruptiva*. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 53.

2010. Em 2012, concorreu à prefeitura de Curitiba. Chegando ao segundo turno, não foi eleito prefeito, mas a experiência ampliou seu potencial eleitoral. Em 2014, de olho nas próximas eleições ao governo estadual, voltou à Assembleia Legislativa com expressivos 300 mil votos. Foi incorporado ao segundo mandato do governador Beto Richa na estratégica Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que permitia estreitamento de laços com os prefeitos do interior. Sua popularidade era, ainda, potencializada pela rede de comunicações de sua família, de grande apelo entre as classes populares. No contexto de 2018, associou-se ao candidato a presidente Jair Bolsonaro, que obteve maciça votação no Paraná.

Quando as urnas foram escrutinadas, Ratinho Jr. foi eleito já no primeiro turno, obtendo 60% dos votos, enquanto a governadora Cida Borghetti Barros finalizou com 15,53%. Aos 37 anos, Ratinho Jr. tornou-se o segundo governador mais jovem da história do Paraná.

No certame ao Senado, Flávio Arns, vice-governador no primeiro mandato de Beto Richa, conquistou uma das cadeiras. A outra vaga parecia destinada ao senador Roberto Requião, mas ele foi ultrapassado, na reta final, pelo empresário da Educação Oriovisto Guimarães.

Em 2022, o governador Ratinho Junior foi reeleito no primeiro turno, alcançando o elevado patamar de 69,64%, um recorde na história paranaense. Seu principal adversário foi o governador Roberto Requião, candidato pelo PT, que obteve 25,96% dos votos. No certame ao Senado, representando o Paraná desde 1998 naquela casa legislativa, Álvaro Dias foi superado pelo candidato Sérgio Moro, ex-juiz e ex-ministro da Justiça, que se projetou pelo papel exercido na Operação Lava Jato.

## O RETORNO DE LULA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Em 2022, quando o presidente Jair Bolsonaro se apresentou como candidato à reeleição, a vitória foi do líder da oposição, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de ter sido condenado judicialmente e detido na fase preliminar da campanha de 2018, quando liderava as pesquisas, o ex-presidente Lula reverteu sua condição penal e obteve a nulidade dos processos movidos contra ele.

Habilitado a ser candidato em 2022, compôs uma aliança com um antigo adversário, o ex-governador Geraldo Alckmin, agora filiado ao PSB, ampliando o alcance da chapa que encabeçava. Liderando as pesquisas desde a fase da pré-campanha, apresentou-se como o mais forte adversário para impedir a reeleição do presidente Bolsonaro.

Eleito como candidato antissistema em 2018, o presidente Bolsonaro, em 2022, teve seu governo escrutinado pelo debate eleitoral e pelas urnas. Por causa de seu estilo de governo, caracterizado pelo investimento na polarização ideológica, acumulou polêmicas sobre temas nevrálgicos, a começar pela política sanitária do governo federal para fazer frente à pandemia da Covid-19. De certo modo, o cálculo de seus estrategistas era manter a tensão ideológica em alta para ganhar os indecisos na reta final, intensificando a ideia de que a volta de um presidente do campo político da esquerda representaria riscos ao país.

A polarização inibiu a emergência de uma terceira via, qualquer que fosse o rosto que assumisse. As duas hipóteses que se habilitavam para tal eram as candidaturas de Simone Tebet (MDB/PSDB) e de Ciro Gomes (PDT), que qualificaram o debate, mas não se cacifaram eleitoralmente.

Começando a corrida eleitoral em desvantagem e com taxa de rejeição proibitiva, acima de 50%, o presidente Bolsonaro conseguiu equilibrar o jogo na reta final do primeiro turno, impedindo que o certame fosse encerrado precocemente, e ensaiou uma reação na reta final. Não foi suficiente para evitar a derrota, ainda mais porque a campanha de Lula, deslocando-se para o centro do espectro ideológico desde o primeiro turno, assumiu progressivamente a feição de Frente Ampla. No segundo turno, angariou apoio até mesmo dos principais líderes históricos do PSDB, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Desde que a legislação incorporou o instituto da reeleição, era a primeira vez que um presidente da República tinha insucesso na campanha de renovação de seu mandato. Também era a primeira vez que um ex-presidente da República enfrentava o titular em campanha da reeleição. Com a vitória, Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro presidente a exercer o cargo por três mandatos.

No Paraná, a exemplo do que ocorrera quatro anos antes, Bolsonaro obteve votação majoritária nas duas fases. Primeiro turno: Bolsonaro (PL), 55,26%; Lula (PT), 35,99%; Simone Tebet (MDB), 4,72%; Ciro Gomes (PDT), 2,75%. Segundo turno: Bolsonaro (PL), 62,40%; Lula (PT), 37,60%.



## 01.01.2023 - Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como 39º presidente do Brasil.

Foto: Ricardo Stuckert/PR

## ECONOMIA E SOCIEDADE PARANAENSE: SÉCULO XX EM DEBATE



**Depósito de erva-mate em plena floresta no estado do Paraná.**

Fonte: Obra que integra o acervo do Museu Paulista da USP. Coleção João Baptista de Campos Aguirra.

Da emancipação do Paraná em 1853 até o fim do século XX, a economia paranaense se desenvolveu e se fortaleceu a partir de diversas atividades econômicas. Entre elas, ressaltam-se a erva-mate, a pecuária, a extração de madeira, a monocultura do café, a monocultura de soja e a industrialização nos centros urbanos. Essas atividades, apesar de terem seus momentos de intensidade em diferentes períodos, muitas vezes ocorreram simultaneamente, por exemplo: a venda da erva-mate, a pecuária e a extração madeireira; a monocultura de café e a agropecuária; e a plantação de soja com a industrialização dos centros urbanos.

O desenvolvimento dessas atividades não se deu de forma isolada. Além de se relacionarem entre si, também estavam vinculadas com outras atividades econômicas como o Mercado de Seguros.

Conforme trabalhado de forma aprofundada nos próximos capítulos, as principais atividades econômicas paranaenses teceram relações com os seguros no Paraná. O ramo da erva-mate, além de possuir seus engenhos assegurados contra incêndio como os de David Carneiro e Agostinho Ermelino de Leão – ambos da Comissão fundadora do Comitê Misto Paranaense e Santa Catharinense –, também contou com diversos industriais e comerciantes do produto na direção do Comitê Local de Seguros Paranaense. Entre eles encontramos os presidentes Abílio Abreu, Gabriel Veiga e Othon Mader.

As estradas de ferro e as atividades madeireiras, por sua vez, também foram asseguradas. Segundo as atas do Comitê Local de Seguros Paranaense, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina procuraram as companhias de seguros para realizar a proteção de suas obras, de seus edifícios e de madeiras armazenadas próximo às estações. Nesse mesmo caminho, as serrarias e madeireiras também, ao longo de todo o século XX, protegeram-se principalmente contra incêndios.

A atividade cafeeira paranaense, desde ao menos 1930, possuía seus armazéns assegurados, da mesma maneira que os engenhos e fábricas dos mais diversos produtos, como de arroz, pregos, tinta, cola, calçados e outros. A agricultura, no geral, também contou com o mercado de seguros, principalmente na segunda metade do século XX, isso a partir de programas governamentais a nível nacional, como o ProAgro.

Por fim, sabemos que o processo de industrialização do Paraná se deu juntamente do mercado de seguros. Companhias criadas no governo Ney Braga, como a Telepar e a Codepar, possuíam seguros; as obras da Itaipu foram asseguradas e o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Paraná atuou junto à construção da Cidade Industrial de Curitiba, enviando uma comissão técnica de seguros de incêndio para fiscalizar e taxar as obras iniciadas.

Esses são apenas alguns dos diversos exemplos de como o mercado de seguros se fez atuante na economia paranaense. Nesse momento, discutiremos as principais atividades econômicas do estado, suas diversidades e influências para o desenvolvimento do Paraná.



### Palácio Rio Branco (década de 1940).

Fonte: Autor desconhecido. Acervo: Marília Guimarães Lima. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/palacio-rio-branco>. Acesso em: 25 jun. 2023.

## ERVA-MATE

A erva-mate é uma das principais atividades econômicas para se pensar o desenvolvimento do Paraná, isto porque foi fundamental para a modernização e urbanização do leste paranaense em fins do século XIX e início do século XX. A economia ervateira possibilitou a criação e ampliação de diversas atividades no estado, entre as quais estão: o fortalecimento da imprensa; o alargamento da comunicação e dos transportes no Paraná; a construção de grandes edifícios; e a criação da Universidade do Paraná (atual Universidade Federal do Paraná – UFPR).

A difusão da imprensa no Paraná ocorreu devido à existência do maquinário para a impressão dos rótulos das sacas de mate, que passou a ser usado também para a produção de revistas ilustradas e jornais — ainda no século XIX. O alargamento da comunicação e dos transportes ocorreu uma vez que, com os lucros da venda da erva-mate, foi possível, entre outras ações, realizar a construção da estrada de ferro ligando Curitiba e Paranaguá, inaugurada em 1885. Ainda, com o crescimento de Curitiba, diversas obras arquitetônicas foram realizadas, como o Palácio Rio Branco, em 1896, atual Câmara dos Vereadores de Curitiba, o Paço Municipal, em 1906, e o prédio da Universidade do Paraná, criada em 1912.

A erva-mate era cultivada no Paraná pelos povos originários que habitavam a região desde antes da chegada dos portugueses, tendo sido difundida entre os colonizadores a partir do século XVI, quando ocorreu a colonização da região do Guairá, onde os Guarani colhiam as folhas da erva-mate e a preparavam para beber.<sup>244</sup> Contudo, é apenas no século XIX que seu consumo e comércio é intensificado, fortalecendo a economia paranaense.

De acordo com a análise de Temístocles Linhares, a exploração da erva-mate pode ser pensada em três fases: a primeira vai do final do século XVII até 1830, momento em que a extração ervateira “restringiu-se apenas ao consumo local e não houve praticamente comércio de exportação da erva para outras regiões”. A segunda, de 1830 até 1870, com a instalação dos primeiros engenhos de soque no litoral paranaense e com o mate se estabelecendo no mercado platino. Já a terceira vai do fim do século XIX até a década de 1930, com o aprimoramento das técnicas envolvidas em sua produção e com a transferência dos engenhos litorâneos para o planalto curitibano.<sup>245</sup>

Neste livro será evidenciada a terceira fase, a qual tem seu início principalmente a partir da finalização da construção da Estrada da Graciosa — aumentando a facilidade de contato, deslocamentos, comunicação e escoamento de produtos entre o litoral e o primeiro planalto paranaense. Além disso, com a construção de engenhos de beneficiamento na região da capital, ampliou-se a produção da erva-mate, uma vez que as árvores de coleta ficaram próximas de seus engenhos. Conforme discute Ana Vanali, a modernização realizada no processamento da erva-mate “visava aumentar o índice de racionalidade na produção, através do controle do maior problema que o mate paranaense encontrava frente a seus concorrentes: a qualidade do produto, bem como a busca pela maior lucratividade”.<sup>246</sup>

A segunda e a terceira fase da erva-mate evidenciadas por Temístocles Linhares são os momentos de maior produção e exportação do produto no Paraná, sendo especial-



### Paço da Liberdade (anos 2000).

Fonte: Autor desconhecido. Fotografando Curitiba. Disponível em: <https://www.fotografandocuritiba.com.br/2017/01/paco-da-liberdade.html>.

Acesso em: 25 jun. 2023.



### Universidade do Paraná (data desconhecida, provavelmente terceira ou quarta década do século XX).

Fonte: Autor desconhecido. Acervo Casa da Memória de Curitiba.

Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/ufpr-palacio-do-saber>. Acesso em: 25 jun. 2023.

<sup>244</sup> VANALI, Ana Crhistina. **A erva-mate e a política paranaense: análise da legislação provincial para a economia ervateira: 1854-1889**. Curitiba: Instituto Memória, 2013, p. 9.

<sup>245</sup> LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969, *apud* VANALI, Ana Crhistina. **A erva-mate e a política paranaense: análise da legislação provincial para a economia ervateira: 1854-1889**. Curitiba: Instituto Memória, 2013.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 19.



## Universidade Federal do Paraná (século XXI).

Fonte: Circulando Curitiba. Autor desconhecido. Disponível em: <http://www.circulandoporcuritiba.com.br/2018/01/o-predio-historico-da-ufpr-de-um-jeito.html>. Acesso em: 25 jun. 2023.

mente entre os anos de 1890 até o fim da década de 1920 que a erva-mate figura como a principal atividade econômica paranaense. Altera-se o cenário econômico que, anteriormente, durante o século XIX, fundamentava-se no tropeirismo, em suas atividades correlatas e na extração madeireira.

A economia ervateira ganhou proeminência no leste paranaense, principalmente na região de Curitiba. Entretanto, assim como outras atividades econômicas, também passou por momentos de crise. Entre eles se ressalta o fim da década de 1850, a década de 1880 e a década de 1930.

Em fins de 1850 e início de 1860, a oferta do mercado brasileiro superou a demanda da erva-mate; além disso, o mate paraguaio passou a ser comercializado com um valor muito inferior ao do mate brasileiro. Essa situação só se alterou após a Guerra do Paraguai,<sup>247</sup> quando o mate brasileiro voltou a elevar sua exportação para a região da Prata.

Já em 1880, a Argentina instalou seus primeiros engenhos de erva-mate e passou a priorizar a importação do mate cancheado<sup>248</sup> e não beneficiado, ação que fez parte da política protecionista de mercado do país. A partir disso, as vendas paranaenses entraram em queda, principalmente de seu mate beneficiado. Para contornar esse decréscimo, o Paraná passou a investir no aprimoramento técnico e no controle de sua

<sup>247</sup> De forma resumida, a Guerra do Paraguai ocorreu de 1864 a 1870 e foi um conflito armado entre a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) contra o Paraguai. Existem diversas motivações para se explicar o conflito, não obstante, é possível pensar que foi devido a disputas econômicas e territoriais entre as nações da bacia platina. A Tríplice Aliança saiu vitoriosa da guerra e o Paraguai teve grande parte de sua população dizimada, bem como sua economia fortemente prejudicada.

<sup>248</sup> A erva-mate cancheada é aquela seca e triturada, sem seu beneficiamento, que seria seu processo final de moagem realizado nas “indústrias do mate”.



### Rótulos da erva-mate paranaense (provavelmente do final do século XIX, início do século XX).

Fonte: Gazeta Informativa. Autor desconhecido. Disponível em: <http://www.gazetainformativa.com.br/a-historia-dos-rotulos-de-erva-mate>. Acesso em: 25 jun. 2023.

erva produzida<sup>249</sup> — isto é, entrou na sua terceira e maior fase de produção.

Entre 1890 até 1930, a venda da erva-mate apresentou seus maiores lucros. Conforme é possível observar nas tabelas, reproduzidas de Marisa de Oliveira,<sup>250</sup> no ano de 1916, a exportação de erva-mate era cerca de quatro vezes maior que a do segundo produto mais exportado no estado, que era a madeira. Além disso, entre os anos de 1917 e 1927, chegou a compor cerca de 60% de toda a exportação do Paraná.

### EXPORTAÇÃO GERAL DE PRODUTOS NO PARANÁ (1916/1917)

Exportação geral (valor: 1916/1917)	
Erva-mate	18.451:529\$900
Madeira	4.455:880\$807
Café	2.442:180\$700
Fósforos	1.614:680\$000
Gado	1.468:660\$000

Fonte: Reprodução da tabela elaborada por Marisa de Oliveira a partir de relatório do secretário de Finanças Caetano Munhoz da Rocha.

<sup>249</sup> VANALI, Ana Crhistina. **A erva-mate e a política paranaense: análise da legislação provincial para a economia ervateira: 1854-1889**. Curitiba: Instituto Memória, 2013.

<sup>250</sup> OLIVEIRA, Marisa Correia. **Estudo da erva mate no Paraná: 1939-1967**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974, p. 21.



**Executivos da Leão Jr. em frente a uma carroça com barricas de erva-mate vazias (década de 1940).**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

## EXPORTAÇÃO PARANAENSE

Anos	Exportação geral (valor)	Exportação da erva-mate (valor)
1917-1918	34.556:254\$944	18.585:188\$000
1918-1919	42.560:975\$160	20.872:201\$350
1919-1920	63.855:088\$100	40.876:000\$200
1920-1921	66.709:998\$500	41.020:584\$800
1921-1922	68.714:874\$800	44.579:521\$200
1922-1923	87.007:434\$000	56.182:664\$100
1923-1924	106.033:328\$200	67.990:160\$100
1924-1925	117.031:860\$770	72.267:954\$300
1925-1926	147.435:933\$517	70.441:902\$300
1926-1927	156.450:717\$050	98.225:546\$600

Fonte: Reprodução de tabela elaborada por Marisa de Oliveira a partir de relatórios e mensagens presidenciais do Paraná.



### Feixes de erva-mate prontos para o sapeco.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense



### Triagem das folhas de erva-mate antes do sapeco.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense



### Sapeco da erva-mate.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense



### Engenho de erva-mate recebendo e examinando o produto cancheado (1928, São Mateus do Sul).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense



### Embarque de erva-mate no Porto de União da Vitória.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense



### Montagem de barrica.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense.

Após o grande aumento de vendas da erva-mate durante a Primeira Guerra Mundial, em 1930 a hegemonia desse mercado no Paraná chega ao fim. Isso se deu devido à insegurança política brasileira no final da década de 1920, à Crise de 1929 e, também, pelo maior desenvolvimento de outras atividades econômicas, principalmente a madeira. Isso não significa que a erva-mate parou de ser exportada ou deixou de ser um importante produto na economia paranaense, contudo, sua ênfase e liderança ficou em segundo plano.

Da colheita até sua venda, a erva-mate passa por algumas fases para chegar ao consumidor. Essas se dividem em dois principais momentos: o erval e os engenhos de beneficiamento. Nos ervais, há seu cancheamento, em que primeiro se realiza a colheita das folhas da erva-mate, depois a atividade do sapeco, em que se faz uma primeira tostagem das folhas para evitar a fermentação e que o mate perca seu aroma natural. Após o sapeco, a erva deve passar pela secagem, o que ocorre em um carijó ou um barbaquá. Quando seca, é triturada na cancha com um malhador. Após essas fases o mate está cancheado e preparado para ir

para os engenhos de beneficiamento, locais considerados fábricas do mate,<sup>251</sup> em que é beneficiado, desidratado e classificado em diferentes tipos comerciais, sendo para chá ou chimarrão.<sup>252</sup>

Algumas dessas fases foram registradas em fotografias, presentes no acervo do Museu Paranaense.

A erva-mate se desenvolveu principalmente no litoral paranaense e, em seguida, na região de Curitiba e cidades próximas. Entre os principais participantes da burguesia ervateira que se formou nas cidades encontra-se, na cidade de Paranaguá, Manuel Antonio Guimarães, o visconde de Nácar, proprietário da Guimarães e Cia Ltda. Além de ser um dos principais e mais ricos exportadores, também figura como um dos mais antigos, realizando tais serviços desde pelo menos 1830. Conforme discutido pelo historiador Gabriel Perin,<sup>253</sup> quatro anos após a construção da empresa do visconde de

<sup>251</sup> O mercado do mate, assim, além de cultivar e exportar seus produtos, também influenciou a metalurgia paranaense, que se tornou “especializada em equipamentos para as fábricas de mate, exportados inclusive para a Argentina” (VANALI, Ana Crhistina. **A erva-mate e a política paranaense**: análise da legislação provincial para a economia ervateira: 1854-1889. Curitiba: Instituto Memória, 2013, p. 44).

<sup>252</sup> Ibidem.

<sup>253</sup> PERIN, Gabriel. Erva-Mate no Paraná: a história do ciclo que dominou a economia do estado por mais de um século. **Turistória**. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/erva-mate-no-parana-a-historia-do-ciclo-que-dominou-a-economia-do-estado-por-mais-de-um-seculo>. Acesso em: 08 maio 2023.



**Retrato do visconde de Nacar  
(data e autoria desconhecidas).**

Fonte: Desconhecida/divulgação Internet



**Retrato de barão do Serro Azul  
(data e autoria desconhecidas).**

Fonte: Desconhecida/divulgação Internet



**Fábrica Leão Junior, inaugurada no bairro Portão, em Curitiba, em 1926.**

Fonte: Turistória. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/a-fabrica-da-matte-leao>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Nácar surge a primeira fábrica de beneficiamento da erva-mate no Brasil, o Engenho da Glória, fundado pelo coronel José Munhoz — vendida posteriormente para Francisco Fasce Fontana e, assim, rebatizada como Fábrica Imperiais Fontana.

Além dessas fábricas citadas, existiam em Curitiba como importantes nomes o ervateiro Ildefonso Pereira Correia (o barão do Serro Azul) e a Leão Junior S.A., fundada em 1901 por Agostinho Ermelino de Leão Junior. A empresa do barão do Serro Azul acabou entrando em fusão com outros empresários e se tornou Fábricas Tibagi Ildefonso, que em 1927 se juntou com a Fábrica Imperiais Fontana e se transformou em Fábricas Fontana S.A. Enquanto isso, a Leão Junior S.A. ficou conhecida nacionalmente pelo seu tradicional chá Matte Leão, lançado em 1938 da folha queimada da erva-mate, produzido e pertencente à família Leão até o ano de 2007, quando a marca foi vendida para a Coca-Cola.

Devido ao mercado de mate gerar lucro com suas exportações, também influenciou o desenvolvimento de outros setores econômicos e sociais no estado. A partir do cultivo e venda da erva-mate, foi possível despontar a modernização e urbanização do leste paranaense, juntamente com o surgimento de uma burguesia ervateira, de grandes construções e de expressões culturais promovidas pelo dinheiro do mate. Diante disso, é fácil perceber e concordar com a importância do mate para o Paraná e com a existência de sua memória, seu cultivo e sua presença no estado.

## ESTRADAS DE FERRO E ATIVIDADE MADEIREIRA

A economia paranaense se desenvolveu concomitantemente à constituição do setor de transportes, visto a necessidade de os produtos serem escoados para outras regiões do estado, seja para venda interna ou para exportação nos Portos de Paranaguá e Antonina. Nesse sentido, a Estrada da Graciosa foi um primeiro desafogamento da economia paranaense, que, com a constituição das estradas de ferro no leste do estado em fins do século XIX e início do XX, melhor se desenvolveu, principalmente com base nas exportações de erva-mate. Além disso, a construção das estradas mobilizou imigrantes e outros trabalhadores para a região, permitindo empregos, a criação de novas cidades e atividades econômicas nos arredores desses caminhos.

A estrada de ferro que liga Curitiba e Paranaguá foi projetada em 1870 pelos irmãos André e Antônio Rebouças, mas teve sua inauguração apenas na década seguinte, em 1885, com sua construção executada pelos engenheiros Antônio Ferrucci e João Teixeira Soares. Foi a primeira ferrovia paranaense, com cerca de 110 quilômetros de trilho, permitindo intenso desenvolvimento da economia da região a partir da facilitação da exportação da erva-mate e da madeira. A estrada, além de ser de extrema importância para o transporte de pessoas e produtos, carrega em sua história o fato de ter sido projetada por dois irmãos negros, no período em que a escravidão ainda era vigente no país.

Conforme apresentado no jornal *Dezenove de Dezembro*,<sup>254</sup> na edição de 1º de abril de 1885, a partir do dia 6 de abril daquele ano haveria viagem de trem disponível para passageiros todos os dias entre as cidades de Curitiba e Paranaguá.

<sup>254</sup> ESTRADA DE FERRO DO PARANÁ. *Dezenove de Dezembro*, n. 74, 01 abr. 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/416398/12662>. Acesso em: 06 maio 2023.



### André e Antônio Rebouças.

Fonte: Desconhecida/divulgação Internet (sem data, autoria desconhecida)



## Estrada de Ferro do Paraná

Faz-se publico que desde o dia 6 de Abril de 1885 haverá todos os dias um trem de Paranaguá á Corityba e um trem de Corityba á Paranaguá.

O horario dos trens será o seguinte.

DE PARANAGUA' A' CURITYRA	
Partida de Paranaguá	11 h. 04 m. manhã
» Porto D. P. II.	11 h. 19 m. «
» Alexandra	11 h. 56 m. «
» Morretes	1 h. 15 m. da tarde
» Piraquara	4 h. 18 m. «
» São José dos Pinhaes	5 h. 01 m. «
Chegada á Corityba	5 h. 20 m. «
DE CORITYBA A PARANAGUA'	
Partida de Corityba	8 h. 40 m. manhã
» São José dos Pinhaes	9 h. 02 m. «
» Piraquara	9 h. 47 m. «
» Morretes	1 h. 05 m. da tarde
» Alexandra	2 h. 07 m. «
» Porto D. P. II.	2 h. 51 m. »
Chegada á Paranaguá	3 h. 06 m. «

O director, *Arthur Beaufort*,  
5-1

Corityba 1 de Abril de 1885.

### Anúncio de horários de viagem Estrada de Ferro do Paraná.

Fonte: Jornal Dezenove de Dezembro. Acervo: Hemeroteca Nacional Brasileira



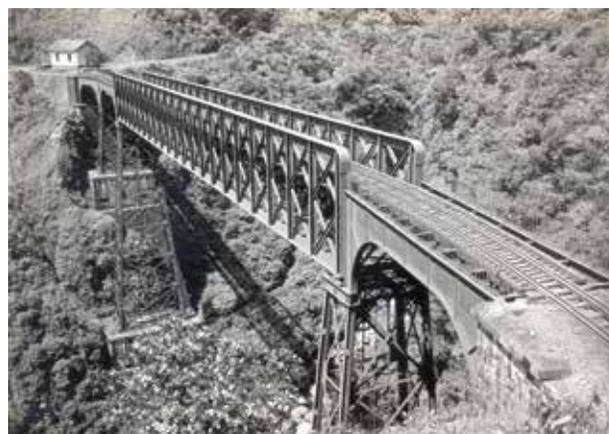
**Trecho da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (legenda de Arthur Wischral: “Jacarehy, Klm 24. alt. 5,59 metros”).**

Foto: Arthur Wischral. Acervo: Museu Paranaense



**Trecho da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (Serra do Mar paranaense, 1965).**

Foto: Arthur Wischral. Acervo: Museu Paranaense



**Trecho da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (Serra do Mar paranaense, 1965).**

Foto: Arthur Wischral. Acervo: Museu Paranaense

Ao longo do século XX, a estrada foi fotografada e filmada diversas vezes, não apenas pelo desenvolvimento econômico propiciado para o estado, mas também devido à beleza da mata atlântica presente na Serra do Mar paranaense. Um exemplo histórico desses registros foi feito em 1935 pelo fotógrafo paranaense Arthur Wischral.

Após a inauguração da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, houve no Paraná a construção de diversas outras estradas e ramais, com o mesmo objetivo de escoamento de produtos e para facilitar o transporte de pessoas e o aumento da comunicação entre cidades. Em 1905, por exemplo, fica pronta a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a qual cortava os estados de Santa Catarina e Paraná, a fim de ligar essas duas potências econômicas da Primeira República. Essa estrada passava no Paraná por Ponta Grossa e outras regiões próximas e tinha como intuito o transporte de madeira e produtos agropastoris entre Porto Alegre e Sorocaba.

Em seguida, conforme afirma Rogério Kroetz,<sup>255</sup> foi inaugurada a Estrada de Ferro Norte do Paraná, em 1908, com a finalidade de transportar produtos agrícolas e riquezas naturais da Colônia do Assungui,<sup>256</sup> e em 1911 o ramal do Paranapanema, para unir “a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande à Estrada de Ferro Sorocabana, em Ourinhos, atravessando o Norte Pioneiro, partindo de Jaguariaíva até Ourinhos”. Com o passar dos anos, outros ramais e estradas foram construídas, como:

1914 - Ramal de Serrinha-Nova Restinga da Estrada de Ferro do Paraná;

1918 - Estrada de Ferro Mate-Laranjeiras, construída por iniciativa da firma Laranjeiras Mendes & Cia., sem qualquer favor do Estado, dentro de terrenos de propriedade da própria empresa, unindo Guaíra a porto Mendes;

1924 - Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, por iniciativa de fazendeiros de café, posteriormente passando para a Paraná Plantations Co., ligando Ourinhos a Cambará (1924);

1934 - Estrada de Ferro de Guarapuava, unindo o porto de Paranaguá, passando por Guarapuava até atingir a fronteira com o Paraguai.<sup>257</sup>

Até 1954, a rede de viação Paraná-Santa Catarina abrangia 2.574 km e, segundo levantamento realizado pelo site Centro-Oeste, as principais linhas dessa viação somavam 2.057 km.

<sup>255</sup> KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná: 1880-1940**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985, p. 43.

<sup>256</sup> Atual município de Cerro Azul-PR.

<sup>257</sup> KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná: 1880-1940**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

## REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA: LINHAS PRINCIPAIS EM 1954

Ferrovia ou trecho	Início (km)	Final ou extensão (km)
Itararé – Curitiba	-	436
Ponta Grossa – Marcelino Ramos	256	889
São Francisco – Porto União da Vitória	-	437
Curitiba – Paranaguá	444	546
Ourinhos – Apucarana (Antiga Estrada de Ferro São Paulo – Paraná)	315	569
Jaguariaíva – Ourinhos (ramal do Paranapanema)	113	308

Fonte: Reprodução da tabela presente no site Centro-Oeste. Ferrovias brasileiras em 1954: mapas e informações

Apesar de o governo de Juscelino Kubitschek, a partir de 1950, priorizar a construção de rodovias, destaca-se na década de 1960 a idealização da Estrada de Ferro Central do Paraná, ferrovia que liga Apucarana a Ponta Grossa. A estrada ficou pronta em 1975 e, junto com ela, aumentou o volume de produtos exportados pelo Porto de Paranaguá.

### Linhas ferroviárias no Paraná (2020)



Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/politica/parana/malha-ferroviaria-parana>. Acesso em 25. jun. 2023.

## Dados da malha ferroviária paranaense (2020)

	Rumo	Ferroeste
Funcionários 	2.800	150
Locomotivas 	124	15
Vaões 	4.700	426
Movimentação de cargas em 2016 <sup>1</sup> 	30,9 mi	826 mil
Quilômetros de malha 	2.039 <sup>2</sup>	249

Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/politica/parana/malha-ferroviaria-parana>. Acesso em 25. jun. 2023.

Na atualidade, o Paraná possui duas empresas à frente das ferrovias do estado, a Rumo e a Ferroeste, totalizando cerca de 2.228 km de malha ferroviária.

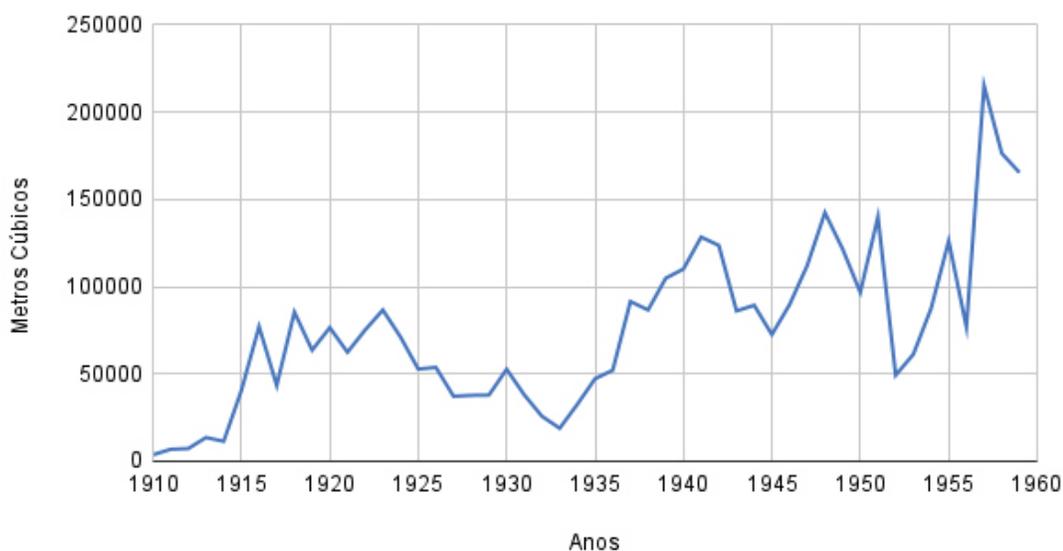
Com as estradas de ferro, consolidou-se a extração de madeira no Paraná, não apenas devido à facilidade de escoamento a partir desse meio de transporte, mas principalmente pelo desmatamento das florestas nativas para a construção das ferrovias e também devido às companhias que as gerenciavam investirem no ramo madeireiro.

A extração de madeira se deu por todo o Paraná, sendo realizada tanto a venda das tábuas quanto a produção de móveis e outros itens derivados. A existência das ferrovias permitiu o desenvolvimento de serrarias próximas a essas estradas e a ligação ferroviária entre São Paulo e o Rio Grande do Sul possibilitou a exploração de madeira de forma significativa, a qual ocorre no Brasil desde a chegada dos portugueses.

Sua origem prendia-se às atividades artesanais das fases econômicas anteriores e à demanda por barricas, decorrente da prosperidade ervaiteira. Ao encerrar-se a primeira década do século, este setor era composto por cerca de 100 estabelecimentos, incluindo serrarias e vapor e unidades de aparelhar madeira, produzindo tábuas de pinho e imbuia, cascas, cabos de vassoura, toras de pinho para fósforos, aduelas para barricas e palhões para garrafas.<sup>258</sup>

<sup>258</sup> MAGALHÃES, Francisco de Borja Baptista *et al.* Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, n. 87, p. 131-148, 1996, p. 140.

### Exportação de madeira paranaense (1910-1959)



Fonte: Desenvolvido a partir dos dados disponibilizados por LAVALLE, Aida Mansani. A madeira na economia paranaense. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974, p. 45-47.

Pensando nas companhias ferroviárias, a Companhia Brazil Railway, por exemplo, controlava a rede ferroviária do sul do Brasil e também exportava madeira por meio de seus trilhos. Foi apenas na primeira década do século XX, coincidindo com as ferrovias, que a madeira e a erva-mate apresentam grande aumento nas suas exportações.

### VALOR DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE ERVA-MATE E MADEIRA (1856/1910)

Período	Erva-mate (mil réis)	Madeira (mil réis)
1856-1857	2.193.872	36.539
1857-1858	1.893.597	34.609
1908-1909	18.320.813	1.049.156
1909-1910	20.639.693	1.723.183

Fonte: Reprodução de tabela de Romário Martins, presente no livro *História do Paraná*

Com a Primeira Guerra Mundial, o preço do pinho é elevado e inúmeras serrarias são criadas para explorar a floresta de Araucária. Conforme apresenta Francisco Magalhães,<sup>259</sup> o número de exportações neste ano só seria superado em 1937. No gráfico acima, é possível observar essa situação e também o aumento do número de exportações da madeira, principalmente em fins da década de 1950.

<sup>259</sup> MAGALHÃES, Francisco de Borja Baptista *et al.* Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD*, n. 87, p. 131-148, 1996, p. 140.



### Habitantes de um dos acampamentos da Lumber.

Fonte: Acervo do Museu de Três Barras. Disponível em: TOMPOROSKI, Alexandre Assis. A Lumber Company na região do Contestado: vilas operárias e o aparato institucional. *História: Debates e Tendências*, v. 22, n. 2, p. 175-192, 2022.



### Transporte de madeira pela Ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul (Três Barras, 19[10]).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

Entre as serrarias do Sul do Brasil, destaca-se a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, também chamada apenas de Lumber, criada em 1909. A companhia era subsidiária da Brazil Railway Company e foi formada para realizar a colonização de terras ao longo da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, bem como para explorar os grandes pinhais existentes na região dos vales dos rios Negro, Iguaçu, Timbó, do Peixe e Canoinhas, que atravessavam a zona contestada por Santa Catarina e pelo Paraná.

A Lumber era a maior serraria da região do Contestado entre Paraná e Santa Catarina e, apesar de sua grande importância econômica, promoveu a expulsão violenta de posseiros do Vale do Iguaçu, ao devastar os ervais nativos com o corte e arraste das toras dos pinheiros. A violência da companhia com a população local influenciou a eclosão dos conflitos do Contestado e, conforme discute Miguel Carvalho, “a empresa promoveu tanto uma atuação violenta contra a população sertaneja, gerando condições para a rebelião cabocla, quanto no ecossistema que sustentava essa população, iniciando um processo de alteração dramática da paisagem, talvez irreversível”.<sup>260</sup>

A fotografia reproduzida na página anterior, em baixo, foi registrada na região de Três Barras, Santa Catarina, no início da década de 1910 e, segundo as informações presentes no *Memória Pergamum*, do Museu Paranaense,<sup>261</sup> o trem presente na fotografia seria utilizado para exploração de madeira pela Lumber.

A extração de madeira ocorreu por todo o século XX no Paraná, sendo uma intensa atividade até pelo menos a década de 1960. Sua extração possibilitou não apenas a construção de serrarias, mas também de indústrias de papel, papelão e mobiliário. A economia madeireira, assim, influenciou todo o estado, principalmente conforme as terras foram sendo colonizadas e a mata original foi sendo explorada simultaneamente. Por volta da década de 1970, a exploração de madeira nativa se encontrou esgotada, fazendo com que as serrarias passassem a trabalhar com madeiras de fora do estado ou de reservas florestais próprias.<sup>262</sup>

## CAFÉ

O café foi a monocultura do Paraná em meados do século XX. Foi principalmente a partir de seu cultivo que o Norte do estado foi ocupado e desenvolvido. Sua riqueza permitiu a criação de grandes cidades, como Londrina e Maringá, bem como a modernização da região, com a criação de indústrias, empresas e comércios voltados para sua produção. Assim como a erva-mate, atualmente o café não é mais o principal produto da economia paranaense, mas nem por isso deixou de ser produzido na região. A herança gerada a partir de seu cultivo permanece nas cidades por meio de sua arquitetura e das diversas formas que a memória assume.

<sup>260</sup> CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006, p. 127.

<sup>261</sup> MUSEU PARANAENSE. **Memória Pergamum**. Disponível em: <http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 09 maio 2023.

<sup>262</sup> OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 32.



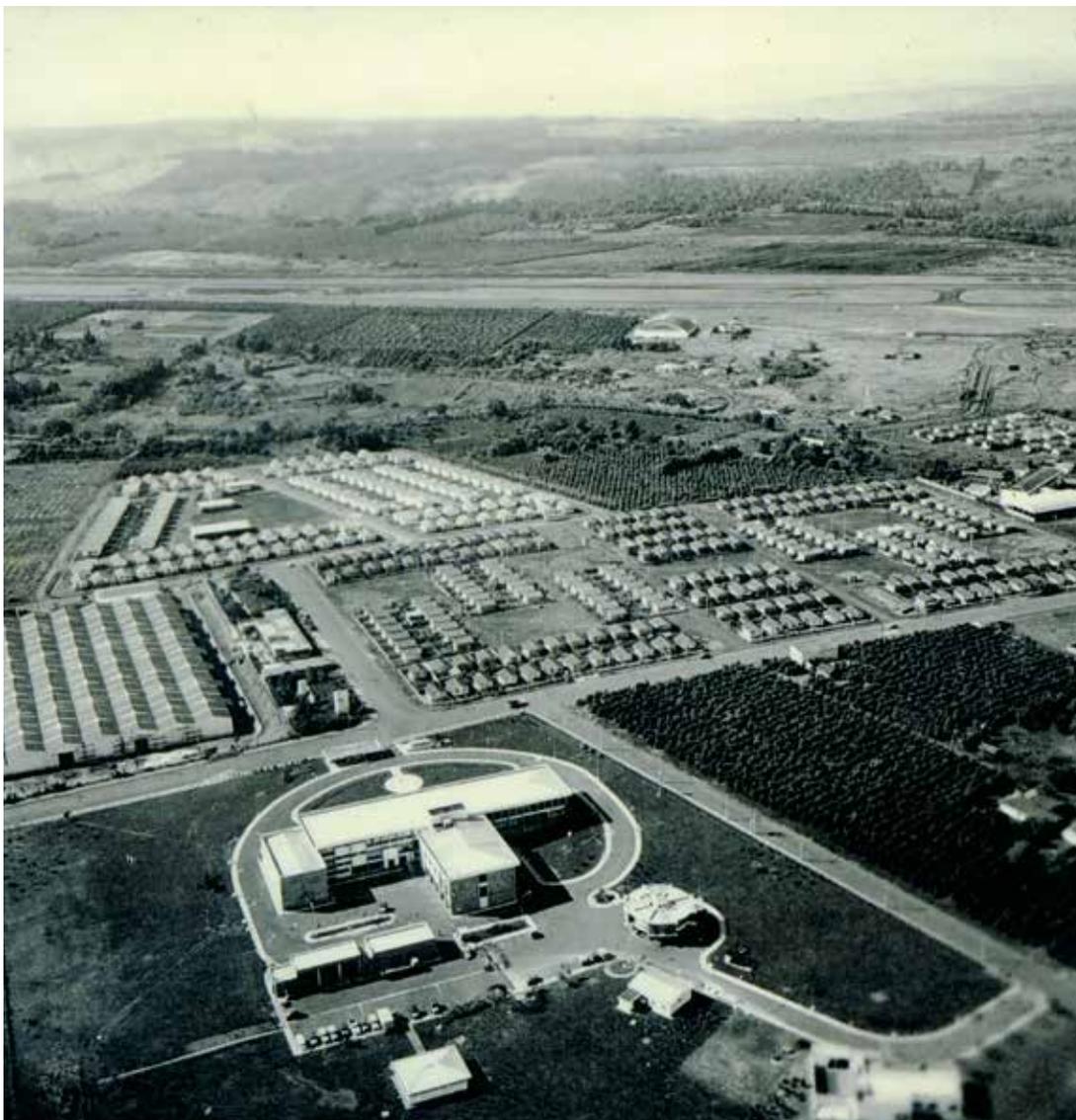
### Fazenda de café: fotografia de Vladimir Kozák (1979).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo do Museu Paranaense.



### Pé de café em Londrina-PR.

Fonte: Feito no Paraná. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/cafes/regiao-norte-do-parana-se-destaca-pela-producao-de-caffe-de-qualidade>. Acesso em: 25 jun. 2023..



**Complexo do Instituto Brasileiro de Café, em Londrina-PR. Ao fundo, conjunto habitacional Vitória Régia (década de 1970).**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

Segundo a historiadora Nadir Cancian,<sup>263</sup> a produção do café no Paraná se constituiu em três fases: a primeira entre fins do século XIX e início do século XX até a Crise de 1929, na região do Norte Velho. A segunda no Norte Novo, de 1930 até o fim da Segunda Guerra Mundial. E, por fim, a fase que mais influenciou a economia paranaense e será discutida no presente texto, em toda a região norte paranaense, entre as décadas de 1940 e 1960, momento do apogeu da produção cafeeira no Paraná e o fim de sua expansão.

Sabe-se que o primeiro momento de produção do café no Paraná se deu principalmente devido ao excesso do cultivo da planta em São Paulo. O estado paulista proibiu

<sup>263</sup> CANSIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense: 1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 1981, *apud* PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 101.

o seu plantio por um período de cinco anos (de 1924 a 1929), fazendo com que parte de seus fazendeiros procurasse novas terras no Norte do Paraná.<sup>264</sup> Nesse período, assim, a cafeicultura paranaense estava vinculada ao estado vizinho e, com a Crise de 1929, a plantação, que demandava linhas de crédito, foi desestimulada. Com o desdobramento dessa situação, entra-se na segunda fase citada, em que os cafeicultores paranaenses diminuíram o tamanho de suas propriedades a fim de reduzir os custos de manutenção.

A partir da década de 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial, observa-se a terceira fase expressa por Cancian. A economia mundial passou por um momento de recuperação e, junto dos Anos Dourados que viveram os países do hemisfério norte na década de 1950, a demanda pelo café também aumentou. No Brasil, definiram-se preços mínimos para a venda do café, trazendo garantias para o produtor e, assim, novas plantações foram surgindo no norte paranaense, muito devido à fertilidade das terras dessa região. Beneficiando esse cenário, também surgiram novas técnicas de plantio, secagem e armazenagem, aumentando a rentabilidade do café<sup>265</sup> e ampliando a capacidade de seu cultivo.

Para definir as políticas agrícolas do café no Brasil, foi criado por Getúlio Vargas, em 1952, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) — extinto em 1990 por Fernando Collor. Conforme instituído na Lei n. 1.779, de 1952, que o criou, a função do IBC, seria “regular e fiscalizar o trânsito do café das fontes de produção para os portos ou pontos de recuamento e consumo e o respectivo armazenamento, e, ainda, a exportação, inclusive fixando cotas de exportação por porto e exportador”. Assim, o IBC estaria encarregado da condução, organização e cuidado das lavouras e da venda do café no país, mediando acordos, definindo a qualidade dos produtos a serem vendidos e possibilitando o desenvolvimento de tecnologias para influenciar a produção dos grãos.

Entre as ações tomadas junto do IBC, destaca-se em 1962 a criação do Grupo de Erradicação e Racionalização da Cafeicultura (GERCA), com o objetivo de racionalizar e erradicar cafeeiros improdutivos. Conforme descrito no jornal *A Gazeta*, do Espírito Santo:

O ministro da indústria e comércio Sr. Ulisses Guimarães, anunciou o plano de atividades de sua pasta no transcrito de 1962. Destacando a erradicação de 1 bilhão de pés de café antieconômicos que compreende a 1 milhão de hectares. [...] [resolvendo] o problema causado pelo excedente do café ao mercado nacional, com uma produção de 36 milhões de sacas, sendo que somente 18 milhões têm cotação certa.<sup>266</sup>

A partir dessa política, sabe-se que no Paraná, de acordo com o Relatório do IBC-GERCA de 1968, foram erradicados cerca de 249.957 cafeeiros, sendo que cada cafeeiro contabilizava mil pés da planta. Esse número significava 18% da plantação total presente no estado.

<sup>264</sup> PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 93.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>266</sup> Jornal *A Gazeta*, n. 8.808, 9 jan. 1962, *apud* SOUSA, Antonio Carlos Rocha de. A política de erradicação de cafezais em 1962: recepção e repercussão na imprensa e suas consequências para a economia capixaba. **Revista Sinais**, v. 2, n. 1, 2015.



**Japoneses posando para a fotografia em frente a um cafezal (Marialva-PR, década de 1950).**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.



## RESULTADO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS

Estados	Cafeeiros erradicados (1.000 pés)			Área liberada (ha)		
	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total
<b>Paraná</b>	125.712	124.185	249.957	161.062	146.000	305.062
<b>São Paulo</b>	244.420	54.944	299.364	304.762	62.135	366.897
<b>Total</b>	723.546	655.797	1.379.343	818.517	673.731	1.492.248

Fonte: Tabela adaptada a partir de ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo: 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991. Dados de IBC, Relatório do IBC-GERCA (1968).

A monocultura do café foi estabelecida em muitas cidades do norte paranaense e o auge da cafeicultura “atraiu pessoas de dentro e de fora do país, fosse para investir em terras ou à procura de trabalho e melhores condições de vida”.<sup>267</sup> Entre esses migrantes, destacam-se paulistas e mineiros, que realizaram grande migração interna para o Paraná, e, quanto à migração externa, um dos principais exemplos são os japoneses, que migraram de seu país de origem após a Segunda Guerra Mundial para o norte paranaense a fim de trabalhar nas lavouras de café.

O café trouxe povoamento, modernização e dinamizou os transportes e as comunicações do norte paranaense.<sup>268</sup> Também permitiu a constituição de um parque industrial dedicado à torrefação e à moagem do produto.<sup>269</sup> A partir dessa economia, grandes centros urbanos foram criados no estado, como as cidades de Londrina, Maringá e Umuarama, as quais vieram ancoradas a um amplo projeto imobiliário, desenvolvido pela colonizadora britânica Companhia de Terras Norte do Paraná. Em contrapartida, conforme discute Ângelo Priori,<sup>270</sup> com a decadência do café, algumas cidades perderam importância e outras quase desapareceram sem sua principal atividade econômica.

Ao longo da década de 1950, Londrina ganhou o título de “Capital Mundial do Café”, visto ser a principal cidade produtora de café do Paraná e controlar a maior parcela da comercialização cafeeira, devido à presença em seu território de importantes escritórios de exportação, máquinas de beneficiamento do produto e sistema bancário.<sup>271</sup> Conforme discutiu Leandro Niehues,<sup>272</sup> entre 1940 e 1960 foram criadas diversas instituições na cidade, como a Associação Rural de Londrina, em 1946, a qual posteriormente se tornou a Sociedade Rural do Paraná; a Matriz do Banco Nacional do Paraná e de Santa Catarina S.A., em 1952; e, no ano de 1960, o Centro do Comércio

<sup>267</sup> SOUSA, Antonio Carlos Rocha de. A política de erradicação de cafezais em 1962: recepção e repercussão na imprensa e suas consequências para a economia capixaba. **Revista Sinais**, v. 2, n. 1, 2015.

<sup>268</sup> Ibidem.

<sup>269</sup> OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017.

<sup>270</sup> PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 102.

<sup>271</sup> FRESCA, Tânia Maria. A centralidade de Londrina-PR na rede urbana brasileira: de centro regional ao nível submetropolitano. **Revista Geografar**, v. 9, n. 2, p. 121-145, dez. 2014.

<sup>272</sup> NIEHUES, Leandro Garcia. **A cafeicultura na microrregião geográfica de Londrina (PR): desafios e perspectivas à permanência do produtor familiar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR, 2016.

de Café do Norte do Paraná. Ainda, expressando a importância da economia cafeeira na cidade, sabe-se que no ano de 1958 o aeroporto de Londrina tinha o terceiro maior tráfego aéreo do país.

Com a ampliação econômica possibilitada pelo café, também surgiram diversas cooperativas no Norte do estado com objetivo de associar os cafeicultores da região, a fim de em grupo obterem benefícios econômicos. Entre as associações criadas estão: a Cooperativa Londrinense de Cafeicultores, a Cooperativa de Cafeicultores da Zona de Cornélio Procópio, a Cooperativa dos Cafeicultores de Apucarana, a Cooperativa dos Cafeicultores de Ivaiporã, a Cooperativa dos Cafeicultores Norte do Paraná de Jacarezinho, a Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari (COCARI), a Cooperativa de Cafeicultores de Maringá (COCAMAR) e diversas outras.

Em 1960 a economia cafeeira começou a dar sinais de esgotamento, uma vez que a expansão da área plantada gerou excesso de oferta do produto, ocasionando a baixa de seu preço. Houve políticas governamentais para “a racionalização do plantio de café e pelo estímulo à diversificação do uso da terra, incentivando o plantio de novas culturas, como a soja, o milho e o trigo”.<sup>273</sup> Além disso, devido às intensas geadas e o esgotamento da terra, “o café, que em 1969 representava mais de um terço de nossas exportações, chega em 1974 mal alcançando 7%”.<sup>274</sup>



### Plantação de soja no Mato Grosso (1970).

Fonte: Foto Emater. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/05/brasil-foi-um-marco-para-a-expansao-da-fronteira-agricola>. Acesso em: 25 jun. 2023.

<sup>273</sup> PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 103.

<sup>274</sup> OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 35.

**PRODUÇÃO DE CAFÉ (MIL SACAS DE 60 KG),  
ENTRE OS ANOS DE 1920 A 1967, NO BRASIL E NO PARANÁ**

Ano	Produção de café (mil sacas de 60 kg)		
	Brasil	Paraná	PR/BR (%)
1920/21	16.328	70	0,4
1921/22	12.826	58	0,4
1922/23	11.798	66	0,5
1923/24	16.279	53	0,3
1924/25	14.108	117	0,8
1925/26	14.852	120	0,8
1926/27	15.604	120	0,8
1927/28	26.595	375	1,4
1928/29	13.188	181	1,4
1929/30	27.880	596	2,1
1930/31	16.085	347	2,1
1931/32	27.693	604	2,2
1932/33	16.100	360	2,4
1933/34	29.276	600	2,0
1934/35	16.950	260	1,5
1935/36	20.414	613	3,0
1936/37	25.455	547	2,1
1937/38	21.825	1.066	4,9
1938/39	23.221	579	4,5
1939/40	19.138	1.108	5,8
1940/41	16.456	932	5,7
1941/42	15.797	836	5,3
1942/43	13.613	550	4,0
1943/44	12.160	160	1,3
1944/45	9.137	579	6,3
1945/46	12.701	674	5,3
1946/47	14.019	1.138	8,1
1947/48	13.572	1.530	11,4
1948/49	16.952	1.883	11,1
1949/50	16.303	2.318	14,2
1950/51	16.754	4.026	24,0
1951/52	15.021	2.843	18,9

Ano	Produção de café (mil sacas de 60 kg)		
	Brasil	Paraná	PR/BR (%)
1952/53	16.100	5.048	31,3
1953/54	15.148	3.198	21,1
1954/55	14.512	1.337	9,2
1955/56	22.064	6.306	28,6
1956/57	12.535	2.176	17,4
1957/58	21.628	4.731	21,9
1958/59	26.807	8.590	32,0
1959/60	44.130	20.691	46,9
1960/61	29.848	14.320	48,0
1961/62	35.860	17.942	50,0
1962/63	28.703	18.032	62,8
1963/64	23.153	9.157	39,5
1964/65	18.063	7.146	39,6
1965/66	37.776	21.058	55,7
1966/67	17.505	7.727	44,1
1967/68	23.374	10.912	46,7

Fonte: Reprodução da tabela de LIMA, Lucas Viana das Chagas. **A cafeicultura no estado do Paraná: sua implementação, desenvolvimento e auge.** Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015, p. 54-55. Criada a partir do *Anuário Estatístico do Café* (1968), do Instituto Brasileiro do Café.

Principalmente a partir de 1975, com a grande “geada negra”,<sup>275</sup> marca-se o fim da expansão cafeicultora no Paraná. Muitos agricultores perderam toda a sua plantação de café e precisaram cortar todos os pés e iniciar o replantio. Conforme depoimentos de agricultores para a Rede Paranaense de Comunicação (RPC):

Foi difícil ver os estragos, foi um desânimo. Chegamos a chorar porque não sabíamos o que fazer. Perdemos todo o café. Então decidimos cortar todos os pés, e iniciamos o replantio. Como éramos pequenos agricultores, na época, era difícil pensar em plantar outra coisa.<sup>276</sup>

<sup>275</sup> No dia 18 de julho de 1975, a região norte do Paraná foi atingida por uma forte geada, com temperaturas chegando a -8°C, devastando as plantações de café. Esse evento climático extremo ficou conhecido como “geada negra” e teve um impacto significativo na economia e na sociedade paranaense, levando muitos cafeicultores à falência e acarretando intenso êxodo rural.

<sup>276</sup> SAVIANI, Rodrigo. “Geada negra” que destruiu pés de café no Paraná completa 40 anos. **G1**, 18 jul. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/07/geada-negra-que-destruiu-pes-de-cafe-no-parana-completa-40-anos.html>. Acesso em: 09 maio 2023.

# Diário do Paraná

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

20 Páginas

Curitiba, domingo, 20 de julho de 1975

Nº 6023



Depois da tempestade, a crise: todos os cafezais do Paraná foram atingidos pela geada, numa devastação completa e sem paralelo nos últimos 50 anos.

## GEADA TRAZ CATÁSTROFE PARA ECONOMIA NACIONAL

As intensas geadas que se abateram sobre o interior do Estado dizimaram, segundo os prunelros, cálculos, entre 90 e 95 por cento do parque cafeeiro paranaense, comprometeram irreversivelmente a colheita de 1976 e, por consequência, levaram o desastre a centenas de produtores, numa devastação completa e sem precedentes que deverá produzir, a curto prazo, reflexos "catastróficos" na economia do país e nos seus negó-

cios com o mercado exterior. Ontem, em Londrina, reunidos durante várias horas com agricultores, o governador Jayme Canel, o ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio, o presidente do IBC, Camilo Calazans, o secretário Interino da Agricultura, Joaquim Severino, e o professor José Richa, além de autoridades e técnicos do setor, reconheceram que a geada "apanha o Brasil no exato momento em que

nossa produção é deficitária e justamente quando o mercado externo dispõe de uma oferta maior do que a procura, o que beneficia de forma generosa os países concorrentes e, por certo, acentua a crise paralela do consumo interno". Ontem mesmo, em medida de urgência, que visou, claramente, tranquilizar os produtores do Estado, a Secretaria da Agricultura divulgou nota anunciando as primeiras providências oficiais para mini-

mizar os prejuízos da catástrofe: "Agilizar ao máximo o processo de atendimento dos agricultores pelo PROAGRO; enviar técnicos e pesquisadores do IAPAR ao Oeste para salvar a cultura de trigo atingida pelas geadas; conjugar esforços com o IBC para atender às reivindicações da cafeicultura; e, finalmente, tomar medidas para garantir o suprimento de sementes de trigo e soja das próximas safras". Por outro

lado, o governo federal também está atento e, segundo o ministro Severo Gomes, "acompanha a crise com especial atenção, mostrando-se interessado em resolver o problema dos produtores junto aos bancos e cartelas de financiamentos". Ele informou que dentro de 30 dias ficará pronto um completo levantamento técnico que apontará os desdobramentos da crise e val indicar as primeiras providências. (6/1\*).

### Manchete do jornal *Diário do Paraná* após a geada negra de 1975.

Fonte: Diário do Paraná. Imagem disponível em: RODRIGUES, João Paulo Pacheco; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Imprensa e memória: a geada negra de 1975 no estado Paraná. *Revista Labirinto*, v. 27, p. 210-222, 2017.



### **Avenida Rio de Janeiro (Londrina, década de 1940).**

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina. Foto Estrela.  
Disponível em: <https://olondrinense.com.br/a-londrina-da-decada-de-30-40-e-50>. Acesso em: 25 jun. 2023.



### **Vista parcial da avenida Rio de Janeiro (Londrina, década de 1950).**

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina. Foto Estrela. Disponível em: <https://olondrinense.com.br/a-londrina-da-decada-de-30-40-e-50>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Muitos agricultores utilizaram incentivos governamentais para substituir o café por soja e milho, e diversas pessoas que trabalhavam nas lavouras de café migraram para os centros urbanos. É importante observar que, apesar de o café não ser mais o principal produto da economia paranaense, assim como a erva-mate e a extração de madeira, ele ainda continua a ser produzido no estado. Sua influência no desenvolvimento da região Norte paranaense é inegável e permanente.

Com o fim da monocultura de café, a soja, que anteriormente já era cultivada em menor escala, ganha ênfase nas lavouras. Isso não apenas no Norte, onde a soja passou a ocupar o espaço dos antigos cafezais, mas no Paraná como um todo. Nos Campos Gerais, devido à mecanização da agricultura paranaense, a soja substituiu o trigo. No Sul, suplantou a cultura de batatas. Enquanto no Oeste, que até 1960 possuía como principal atividade a extração madeireira, passou a ser produzida, de início, por pequenos agricultores. Juntamente dessas mudanças de cultura, é importante perceber a alteração também dos modelos de cultivo, que a partir desse período ampliam a capacidade produtiva das lavouras. Essas mudanças serão discutidas a seguir.

## MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA PARANAENSE

A modernização da agricultura paranaense foi uma das principais influências para o desenvolvimento da soja no estado, que já em 1970 apresentava extensas áreas plantadas em Guarapuava, devido aos imigrantes alemães terem cultivado soja no lugar do trigo, que passava por inúmeras crises de produção. A década de 1960 foi o momento de início de sua expansão, a qual se intensificou na década seguinte. As estatísticas de sua produção apontam que, em 1961, o Paraná produziu pouco mais de 8 mil toneladas de soja e, dez anos após, já em 1971, sua produção saltou para cerca de 690 mil toneladas. No início da década seguinte, em 1981, chegou ao número de 4 milhões de toneladas.

Com essa produção realizada em todas as regiões do estado, transformando o Paraná em um dos principais produtores de soja do país, a urbanização e a industrialização foram processos fundamentais. As plantações de soja passaram a ser cada dia mais mecanizadas e tecnológicas, fazendo com que muitos trabalhadores rurais ficassem desempregados e, por consequência, migrassem para áreas urbanas, causando na década de 1980, pela primeira vez na história do Paraná, um maior índice de população urbana do que rural. Além disso, a industrialização derivada da soja fez com que muitas fábricas produtoras de farelo e de óleo de soja fossem criadas pelo estado.<sup>277</sup>

Produzida por Emídio Rizzo Bonato e Ana Lídia Variani Bonato,<sup>278</sup> é possível observar a área e a produção de soja em toneladas entre 1951 e 1984:

<sup>277</sup> OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017.

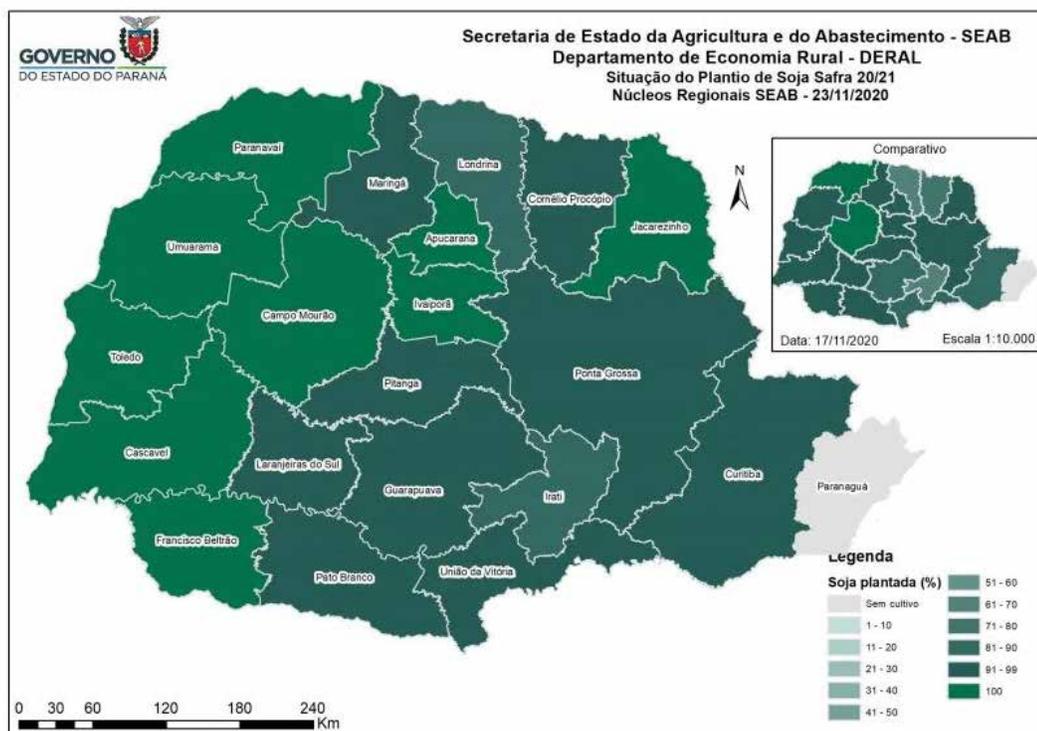
<sup>278</sup> BONATO, Emídio Rizzo; BONATO, Ana Lídia Variani. **A soja no Brasil: história e estatística**. Londrina: Embrapa, 1987.

**PRODUÇÃO DE SOJA NO PARANÁ. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NO PERÍODO DE 1951/52 A 1984/85**

Safra	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
1951/52	58	43	741
1952/53	18	13	722
1953/54	24	19	796
1954/55	43	58	1.349
1955/56	1.922	1.960	1.020
1956/57	5.253	4.491	855
1957/58	3.103	3.613	1.164
1958/59	2.787	4.931	1.769
1959/60	5.059	7.364	1.456
1960/61	6.400	8.963	1.400
1961/62	10.531	13.934	1.323
1962/63	13.305	17.937	1.348
1963/64	16.934	18.631	1.094
1964/65	34.306	44.111	1.286
1965/66	54.309	82.959	1.528
1966/67	82.942	113.292	1.366
1967/68	119.583	163.200	1.365
1968/69	172.401	213.584	1.239
1969/70	304.211	368.006	1.210
1970/71	357.701	461.746	1.291
1971/72	452.692	688.158	1.520
1972/73	817.816	1.326.338	1.622
1973/74	1.340.00	2.588.880	1.932
1974/75	1.631.897	3.624.946	2.221
1975/76	2.083.300	4.500.000	2.160
1976/77	2.200.000	4.700.00	2.136
1977/78	2.348.541	3.150.103	1.341
1978/79	2.340.460	4.000.000	1.709
1979/80	2.410.800	5.400.192	2.240
1980/81	2.266.200	4.983.210	2.200
1981/82	2.099.000	4.200.120	2.000
1982/83	2.022.000	4.315.000	2.134
1983/84	2.177.900	4.121.000	1.892
1984/85	2.196.370	4.413.000	2.009

Fonte: Tabela de Emídio Rizzo Bonato e Ana Lúcia Variani Bonato.

## Plantio de soja no Paraná, safra 20/21



Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

Na atualidade, a soja ainda figura como a principal cultura produzida no Paraná, liderando as exportações do estado e sendo a principal atividade econômica da região oeste paranaense. Cidades como Cascavel, Toledo e Campo Mourão são as principais produtoras. No mapa, produzido pelo Departamento de Economia Rural do Paraná, percebe-se como a cultura permeia todo o estado, mas ganha destaque na região citada.

### PRODUÇÃO DE SOJA, 1ª E 2ª SAFRA (ANOS 2001 A 2021)

Ano	Paraná			Comparativo	
	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	% PR/BR	Colocação PR/BR
2001	2.281.906	8.628.469	3.058	22,78	2º
2002	3.316.379	9.565.905	2.884	22,71	2º
2003	3.653.266	11.018.749	3.016	21,22	2º
2004	4.014.820	10.241.894	2.551	20,67	2º
2005	4.150.106	9.552.662	2.302	18,66	2º

2006	3.948.520	9.466.405	2.397	18,04	2°
2007	4.006.075	11.944.323	2.982	20,64	2°
2008	3.970.533	11.800.464	2.972	19,72	2°
2009	4.077.242	9.407.847	2.307	16,41	2°
2010	4.479.042	14.095.253	3.147	20,50	2°
2011	4.555.312	15.457.911	3.393	20,66	2°
2012	4.453.040	10.925.878	2.452	16,59	2°
2013	4.754.076	15.924.318	3.350	19,49	2°
2014	5.011.446	14.782.738	2.950	17,04	2°
2015	5.247.032	17.261.788	3.290	17,71	2°
2016	5.454.018	16.916.319	3.102	17,55	2°
2017	5.280.364	19.884.625	3.766	17,33	2°
2018	5.437.646	19.190.473	3.529	16,28	2°
2019	5.463.486	16.451.802	3.011	14,40	3°
2020	5.534.758	20.857.068	3.768	17,12	2°
2021	5.633.730	19.765.476	3.514	14,67	3°

Fonte: Tabela adaptada a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE (produção agrícola municipal); SEAB/DERAL.

No século XXI, o Paraná está entre o segundo e terceiro colocado na produção de soja do país. Isso se deve a uma série de fatores, entre os quais se destacam: seu ecossistema propício para a plantação da cultura; a existência de incentivos fiscais e seguros para a plantação de soja; a alta do mercado internacional, sendo grande parte da soja exportada para países estrangeiros; a melhoria do sistema de transportes no Paraná e no Brasil; a criação de sistemas de cooperativas; o aumento da tecnologia na agropecuária; e, ainda, a existência de órgãos públicos de pesquisa, como a Embrapa,<sup>279</sup> possibilitando a criação de novas tecnologias e o entendimento de especificidades de cada região.<sup>280</sup>

A soja é a principal cultura do Paraná, mas o agronegócio, ao ser responsável por 35% do PIB do estado, divide-se também na produção de outras culturas, tais como o milho, o trigo e a cana-de-açúcar; e, na pecuária, realiza a criação e exportação de galináceos, bovinos e suínos. Conforme descrito no site da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento,<sup>281</sup> o Paraná é o segundo maior produtor de grãos do Brasil, com cerca de 38 milhões de toneladas produzidas na safra de 2020/21, número que representa

<sup>279</sup> A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foi criada em 1973 para desenvolver a pesquisa e a tecnologia da agricultura brasileira.

<sup>280</sup> CAMPOS, Margarida Cassia. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. **Revista Geografar**, v. 6, n. 1, p. 161-191, jun. 2011.

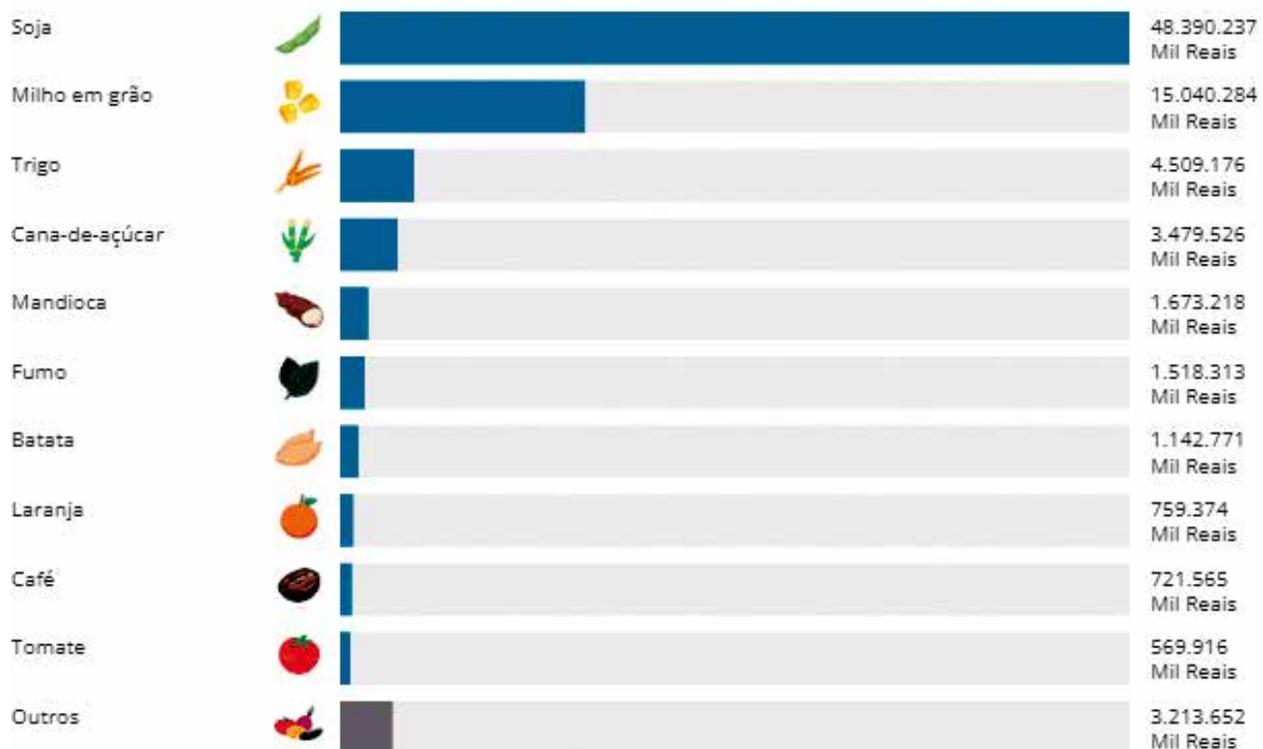
<sup>281</sup> COOPERA PARANÁ. **Cooperativismo no Paraná**: o setor agropecuário no Paraná. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/CooperaPR/Pagina/Cooperativismo-no-Parana>. Acesso em: 25 jun. 2023.



### Colheita de soja no Paraná (década de 2020).

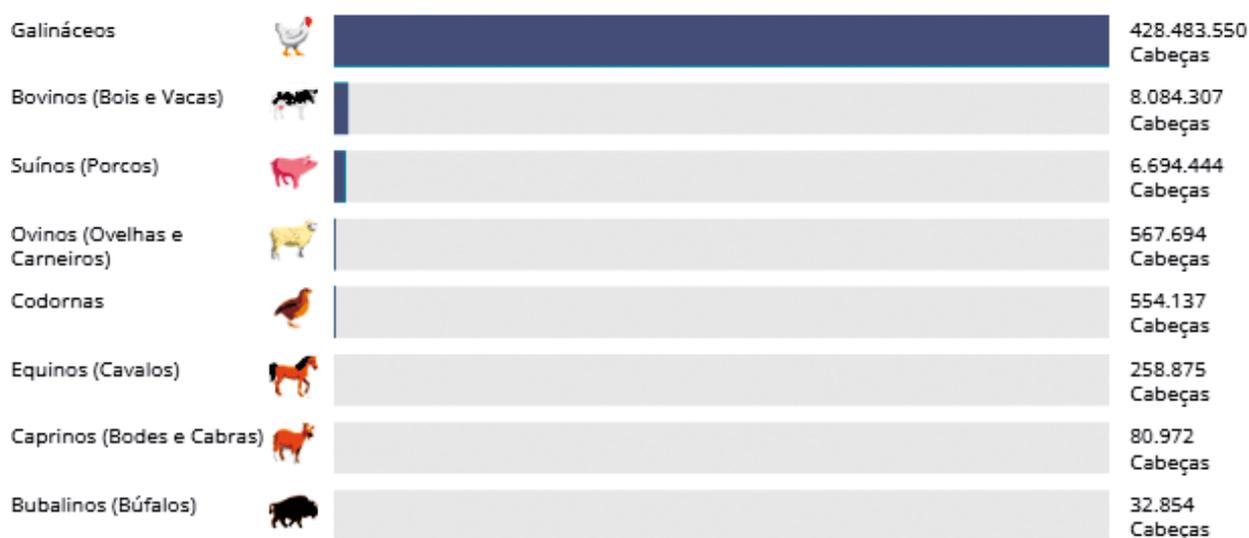
Fonte: Michel Willian/Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/parana-colhe-melhor-safra-de-soja-da-historia-americanos-tambem-vaao-plantar-mais>. Acesso em: 25 jun. 2023.

### Ranking da produção agrícola no Paraná: valor da produção (2021)



Fonte: IBGE

## Ranking da pecuária no Paraná: rebanhos (2021)



Fonte: IBGE

15% da produção do país. Ainda, é o principal produtor de trigo, feijão e frango e está entre os três primeiros produtores de soja, milho, mandioca, carne suína e leite. Diante disso, foi, também em 2020, o terceiro maior exportador do agronegócio brasileiro.

É possível observar o valor da produção agrícola citada e a quantidade de cabeças vendidas na pecuária em 2021, a partir dos gráficos, disponibilizados pelo IBGE.<sup>282</sup>

Dentro dessa diversificação do agronegócio no estado, também se encontra o setor sucroalcooleiro como importante parte da economia do noroeste do estado. Em 1970, com a crise do petróleo a nível mundial, é criado no Brasil o Programa Nacional do Álcool, ou Proálcool, no qual se buscava promover a produção de etanol como alternativa à gasolina e deixar o país menos vulnerável aos altos preços do petróleo. Assim, o governo “incentivou o cultivo de cana-de-açúcar e estimulou o aumento da capacidade industrial de transformação por meio da construção e da modernização das destilarias”.<sup>283</sup>

No Paraná, a utilização da cana-de-açúcar em escala industrial ocorre desde ao menos 1940, com a instalação de algumas usinas de açúcar na região do Norte paranaense. Mas foi na década de 1970 que sua produção se fortaleceu, principalmente nos municípios de Paranaíba, Maringá, Campo Mourão e Londrina, devido ao clima e solos favoráveis para o cultivo da planta. A cana-de-açúcar, assim, é plantada para a produção de açúcar e de etanol, como também, em menor escala, para a produção de energias renováveis.

Em linhas gerais, em fins de 1980, a oferta de cana-de-açúcar ultrapassou a sua demanda e a produção de cana-de-açúcar entrou em crise no país. Conforme apresenta Rosana Paczyk:

<sup>282</sup> IBGE. **Produção agropecuária**: Paraná. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/pr>. Acesso em: 09 maio 2023.

<sup>283</sup> PACZYK, Rosana. Setor sucroalcooleiro paranaense: do Proálcool ao biodiesel. **Vitrine da Conjuntura**, v. 2, n. 6, p. 1-6, 2009.

O desequilíbrio entre a oferta e a demanda provocou a falta de confiança no programa do governo, que foi abandonado por Collor num momento marcado pela menor participação do estado e pela abertura comercial. As indústrias automobilísticas brasileiras adotaram os padrões internacionais, o de fabricar carros movidos a diesel ou gasolina.<sup>284</sup>

Ao passar por esse momento de queda, a economia sucroalcooleira voltou a crescer nos anos 2000, com a criação da tecnologia dos motores *flexfuel* e da busca de soluções alternativas e ecológicas para os combustíveis fósseis.<sup>285</sup> Na atualidade, o estado paranaense figura entre os cinco maiores produtores de cana-de-açúcar no país, tendo em área de plantação, em 2021, cerca de 570 mil hectares, e sua principal cidade produtora, Jacarezinho (IBGE).<sup>286</sup>

O setor agropecuário no Paraná se desenvolveu ao longo do século XX junto de cooperativas, as quais foram cruciais para a implantação e difusão de tecnologias no campo, principalmente ao assistir financeiramente seus associados, com remuneração e barateamento de insumos; e por participar ativamente dos processos de industrialização vinculados ao agro.<sup>287</sup> As cooperativas agropecuárias no estado do Paraná surgem em torno de diversos produtos, como algodão, café, cana-de-açúcar, laranja, milho, soja, trigo, aves, suínos e leite. Não obstante, existem outros ramos cooperativos no estado, como o de crédito, educacional, habitacional, saúde, trabalho e transporte, sendo as cooperativas de agropecuária e de crédito as que mais se destacam.<sup>288</sup>

As experiências de cooperação no Paraná ocorrem desde o século XIX, a partir de colônias cooperativistas ou associações beneficentes. Já nas primeiras décadas do século XX, surgem algumas cooperativas agrárias com organizações semelhantes às atuais, como a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo. Mas é apenas em 1938, com o Decreto-Lei n. 581, conhecido como “Lei das Cooperativas”, que se estabelecem as bases para a organização e funcionamento das cooperativas no Brasil.

A partir de 1969, as cooperativas ganham força no estado, uma vez que, com a participação de órgãos como a Associação dos Cafeicultores da Região do Patrocínio, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, o Incra, o Banco do Brasil e o Banco de Desenvolvimento da Região Sul do Brasil (BRDE), passa-se a discutir novos projetos de integração e ocupação de espaços das cooperativas existentes no Paraná. Buscou-se incorporar cooperativas existentes no mesmo município, como também abranger municípios que anteriormente não possuíam nenhuma.<sup>289</sup>

<sup>284</sup> PACZYK, Rosana. Setor sucroalcooleiro paranaense: do Proálcool ao biodiesel. **Vitrine da Conjuntura**, v. 2, n. 6, p. 1-6, 2009.

<sup>285</sup> KHAN, Michael Barleto. **Panorama do setor sucroalcooleiro no estado do Paraná**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

<sup>286</sup> IBGE. **Produção agropecuária**: Paraná. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/pr>. Acesso em: 09 maio 2023.

<sup>287</sup> VENANCIO, Elaine Pires. **O desenvolvimento do cooperativismo no estado do Paraná**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004, p. 17.

<sup>288</sup> Entre as maiores cooperativas paranaenses estão a Coamo, a C. Vale, a Lar, a Cocamar, a Copacol, a Agrária, a Integrada, a Castrolanda, a Frísia, a Coopavel, a Frimesa e a Coasul. Todas cooperativas agroindustriais, voltadas para a agricultura e pecuária e para a assistência a seus associados.

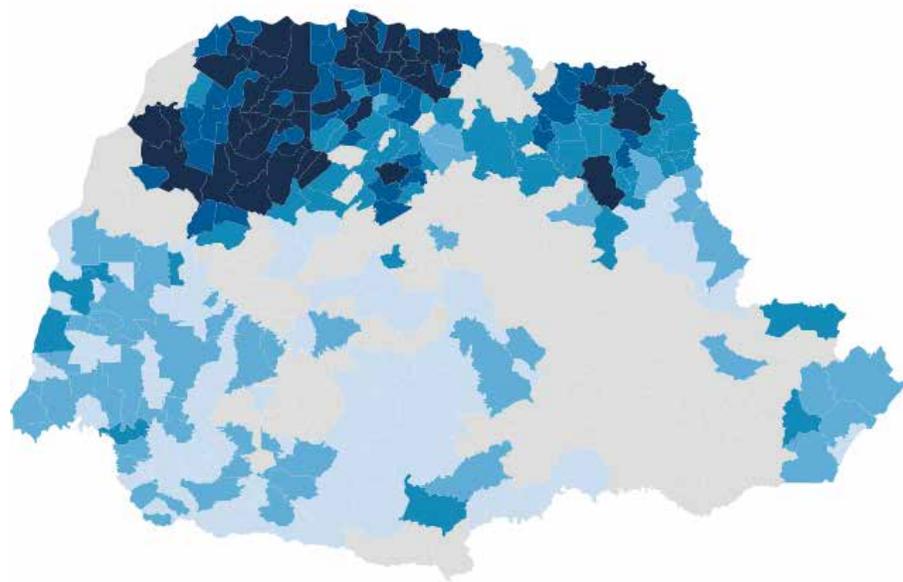
<sup>289</sup> VENANCIO, Elaine Pires. **O desenvolvimento do cooperativismo no estado do Paraná**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004, p. 21.



### Plantação de cana-de-açúcar no Paraná.

Fonte: José Fernando Ogura/AEN. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-tecnologia-e-productividade-cana-de-acucar-volta-brilhar-no-Norte-Pioneiro#&gid=1&pid=1>. Acesso em: 25 jun. 2023.

### Produção de cana-de-açúcar no Paraná: valor da produção (mil reais)



4 - 77    78 - 373    399 - 5.237    5.358 - 27.724    28.579 - 153.131    Sem informação

Fonte: IBGE



**Exposição de gado da raça holandesa fomentada pelos imigrantes de Castrolanda.**

Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda



**Centro da colônia Castrolanda em 1956.**

Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda

Com o ímpeto de fortalecer e modernizar a economia paranaense, cria-se em 1971 a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), “como uma entidade de representação política das cooperativas paranaenses, juntamente com o Centro de Pesquisas da OCEPAR, com a responsabilidade pelo desenvolvimento tecnológico agropecuário”.<sup>290</sup> Além da OCEPAR, com o passar dos anos, os Poderes Executivos brasileiro e paranaense participam diretamente na criação de novas políticas para as cooperativas, entre elas se observa, na Constituição de 1988, a permissão para o Sistema Cooperativo assumir sua autogestão sem tutela governamental, a autorização para a criação de bancos cooperativistas e a criação da Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecoopar), uma associação sindical sem fins lucrativos voltada para a defesa dos sindicatos das cooperativas.<sup>291</sup>

A OCEPAR representa 62 cooperativas agropecuárias, com cerca de 199 mil cooperados, entre os quais a maioria é composta por agricultores familiares e médios agricultores. Segundo o site da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná,<sup>292</sup> as cooperativas do Sistema OCEPAR correspondem a 60% da produção agropecuária do estado, gerando 100 mil empregos e atingindo faturamento de 162 bilhões de reais no ano de 2022.

Não obstante, no Paraná ainda existem outras organizações cooperativistas, como a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária no Paraná (UNICAFES/PR). A UNICAFES foi fundada em 2005 e representa as cooperativas de agricultura familiar, objetivando o desenvolvimento sustentável e a solidariedade. Ao todo, no ano de 2022, possuía 51 cooperativas agropecuárias filiadas, em mais de 100 municípios do estado.

## INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE

Ao longo do Governo Ney Braga, ocorreu a aplicação do primeiro Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar). Seu principal objetivo era “planejar o desenvolvimento, através de uma atuação centralizada voltada para a criação de infraestrutura em transporte e energia, financiamento de projetos industriais privados e racionalização do aparato administrativo do Estado”.<sup>293</sup>

Segundo Dennison de Oliveira,<sup>294</sup> o Paraná naquele momento tinha sua política econômica fortemente influenciada pela ideologia desenvolvimentista, buscando assim a promoção da industrialização para o fortalecimento e desenvolvimento do estado.

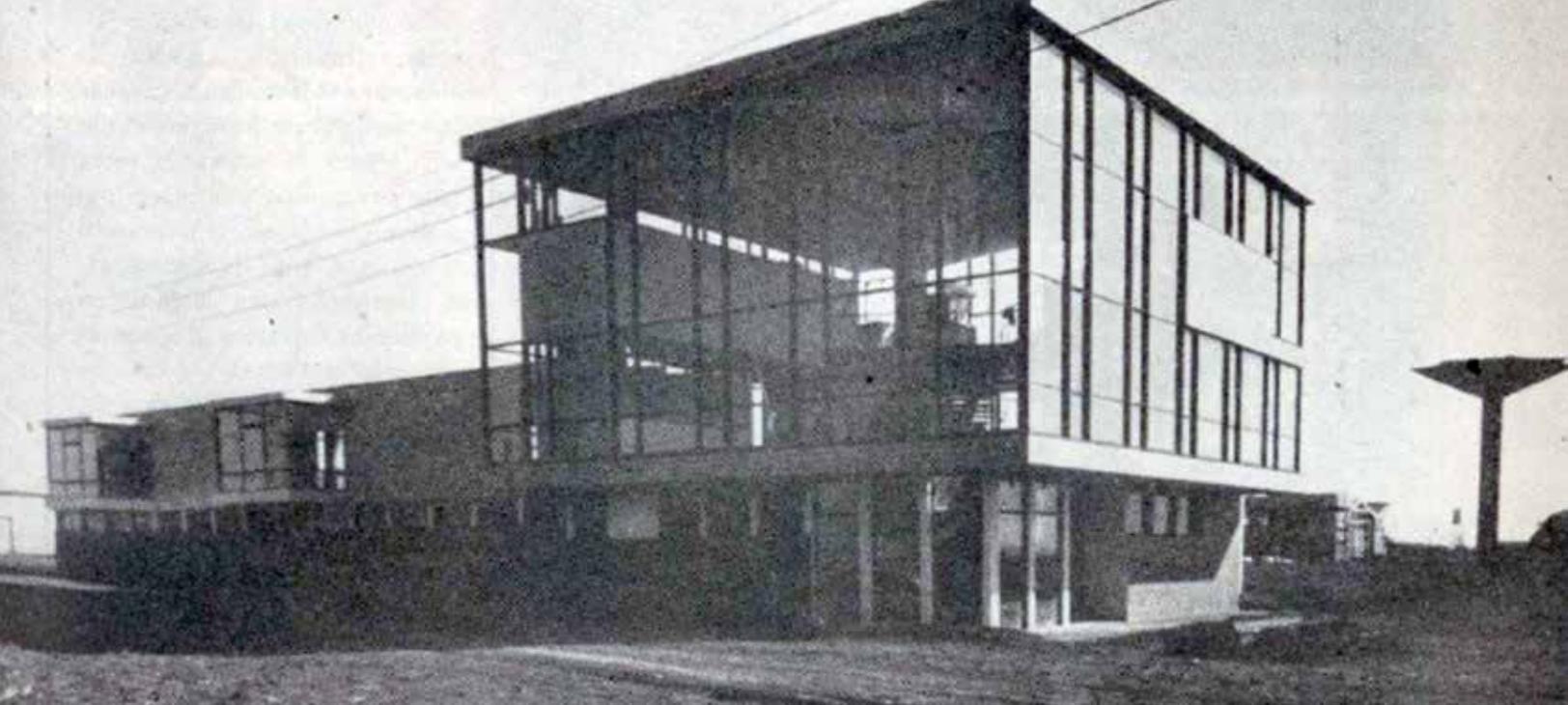
<sup>290</sup> VENANCIO, Elaine Pires. **O desenvolvimento do cooperativismo no estado do Paraná**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004, p. 21.

<sup>291</sup> SISTEMA OCEPAR. **Organização do Sistema Sindical Cooperativo**. Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/fecoopar1/2011-12-05-11-39-36>. Acesso em: 09 maio 2023.

<sup>292</sup> COOPERA PARANÁ. **Cooperativismo no Paraná: o setor agropecuário no Paraná**. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/CooperaPR/Pagina/Cooperativismo-no-Parana>. Acesso em: 25 jun. 2023.

<sup>293</sup> MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Geografar**, v. 1, n. 1, p. 62-80, 2006.

<sup>294</sup> OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017.



**Registro do laboratório da Estação de Abastecimento da Companhia de Desenvolvimento de Maringá (Codemar), em 1968. Além de recursos municipais, aquelas obras de saneamento básico foram financiadas pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar). Ambas as autarquias foram criadas em 1962.**

Fonte: Autor desconhecido. Acervo Maringá Histórica. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/4036/estacao-de-tratamento-de-agua-1968>. Acesso em 26 jun. 2023.

Nesse caminho, na década de 1960 diversas empresas paranaenses foram criadas (algumas das quais permanecem em atividade até a atualidade), tais como:

- Banco do Estado do Paraná (Banestado)
- Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar)
- Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep)
- Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (Copasa)
- Companhia de Eletricidade (Copel)
- Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar)
- Companhia de Informática do Paraná (Celepar)
- Companhia de Telecomunicações do Paraná (Telepar)
- Fundo de Desenvolvimento Educacional do Paraná (Fundepar)
- Companhia de Habitação Paranaense (Cohapar)

A Codepar possuía forte influência do Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE); assim, obteve diversos recursos físicos e financeiros para a construção de infraestrutura no estado, estimulando, por exemplo, o desenvolvimento de sua malha rodoviária. Na década de 1960, ocorreu no Paraná a construção da BR-277, chamada de Rodovia do Café: Governador Ney Braga, a qual corta todo o estado, de leste a oeste, e cujo intuito era facilitar<sup>295</sup> o escoamento de produtos para o porto de Paranaguá.

<sup>295</sup> Apesar de trazer a integração do Paraná, é possível questionar sobre a verdadeira efetividade da rodovia no estado. Sua criação, seguindo o projeto nacional iniciado com Juscelino Kubitschek, influenciou a não expansão ferroviária, o que a longo prazo apresenta prejuízos aos setores agrícolas e industriais.

Seu financiamento partiu do FDE e também do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que subsidiou a ferrovia a partir de planos político-econômicos de John Kennedy — presidente dos Estados Unidos no período —, os quais previam a “Aliança para o Progresso”, propondo a integração e desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas da América.

A construção da estrada se iniciou no ano de 1961 e sua inauguração foi em 1965. A Rodovia do Café possibilitou a integração do estado e a redução do tempo de viagem entre as cidades paranaenses. Anteriormente era mais fácil para grande parte das cidades paranaenses ir até São Paulo do que para a sua capital, Curitiba. Por conseguinte, além do maior afluxo de pessoas e mercadorias para o leste paranaense, o preço dos fretes foi barateado, bem como o dos produtos transportados — o valor dos combustíveis foi reduzido em toda a região Norte do Paraná.<sup>296</sup>

Atualmente a Rodovia do Café vai de Apucarana a Paranaguá e engloba os seguintes segmentos rodoviários:

BR-376: Trecho entre Apucarana e São Luiz do Purunã, passando pelas cidades de Califórnia, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Ortigueira, Imbaú e Ponta Grossa.

BR-376 e BR-277: Trecho comum às duas rodovias, entre São Luiz do Purunã, onde se encontram, e Curitiba, passando pela cidade de Campo Largo.

BR-277: Trecho entre Curitiba e Paranaguá.

A continuação da BR-376 que segue de Apucarana até a cidade de Dourados, no centro-sul do Mato Grosso do Sul, pode ser considerada parte integrante da Rodovia do Café. Esse percurso passa por importantes cidades paranaenses, como Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá, Nova Esperança e Paranaíba, chegando às cidades menores de Nova Londrina e Diamante do Norte, próximas à fronteira com o Mato Grosso do Sul.

Já o outro extremo da BR-376, trecho entre Curitiba e Garuva, em Santa Catarina, não tem qualquer relação com a Rodovia do Café.<sup>297</sup>

A Codepar obteve sucesso na construção de infraestrutura no Paraná, contudo, por privilegiar as indústrias de bens de consumo imediato, não “obteve tanto êxito no financiamento de empresas”. Assim, a Codepar se transformou em Badep e houve uma



**Desfile de inauguração da Rodovia do Café na região próxima a Apucarana (1965).**

Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: <https://jws.com.br/2016/12/memoria-a-rodovia-do-cafe>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>296</sup> PARANÁ. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. **História**. Disponível em: <https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Historia>. Acesso em: 8 ago. 2023.

<sup>297</sup> PARANÁ. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. **História**. Disponível em: <https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Historia>. Acesso em: 8 ago. 2023.



### Rodovia do Café em Imbaú: ponte sobre o rio Charqueada (década de 1960).

Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: <https://jws.com.br/2016/12/memoria-a-rodovia-do-cafe>. Acesso em: 26 jun. 2023.

reorientação dos financiamentos destinados à industrialização no estado.<sup>298</sup>

Conforme destaca Sonia Migliorini:

O BADEP, a partir do início da década de 1970, em suas políticas de financiamento priorizou as indústrias que possuíam dimensão na sua escala de produção capaz de suportar a concorrência, bem como empresas [em] que o Estado apresentava evidentes vantagens comparativas com relação a outros estados brasileiros, abriu espaço, então, para a instalação de grandes empresas, pertencentes a setores oligopólios, de capital estrangeiros ou a ele associados. Neste novo enfoque as empresas de bens de capital e bens intermediários, que afeta a indústria pesada e a própria agroindústria foram dois setores privilegiados.<sup>299</sup>

Na década de 1970, acompanhando o “milagre econômico” da ditadura militar brasileira, o Paraná apresentou forte prosperidade econômica ao receber investimentos nacionais. Assim, construiu importante infraestrutura, teve a consolidação da Cidade Industrial de Curitiba e sua agricultura começou a se recuperar da crise do café a partir da modernização agropecuária e do plantio da soja. Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento brasileiro, em que se buscavam novos núcleos industriais para a ocupação de todo o território nacional para além da região Sudeste, o estado passou a ser um atrativo espaço para a ocupação por indústrias presentes em outras regiões do país. Chegam ao Paraná indústrias internacionais como a New Holland, a Bosch e a Volvo, além de grande avanço da indústria de papel e celulose.

<sup>298</sup> MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. *Revista Geografar*, v. 1, n. 1, p. 62-80, 2006, p. 66.

<sup>299</sup> *Ibidem*, p. 67.



### **Ney Braga e John Kennedy em encontro para discutir recursos destinados à construção da Rodovia do Café (1963).**

Fonte: Gazeta do Povo. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/entrelinhas/registro-historico-3vdj1v1y0oj2lq7bzsm57lu6>. Acesso em 25 jun. 2023.



### **Ney Braga oferecendo álbum da Codepar ao presidente Castelo Branco.**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense.

Nesse período, a economia do Paraná se intensificou e se diversificou, contudo, juntamente da crise brasileira na década de 1980, o PIB paranaense, apesar de continuar em crescimento, desacelerou. Na década de 1990, após a redemocratização e com a estabilidade monetária a partir do Plano Real, em 1994, houve o retorno da ampliação da economia brasileira e o estado voltou a ter o seu crescimento acelerado. Durante esse período, as montadoras Renault e Chrysler estabeleceram suas operações em território paranaense. Além disso, houve uma modernização da agroindústria, a expansão do complexo madeireiro e papelero com o avanço da Klabin e, ainda, uma maior abertura para investimentos internacionais.<sup>300</sup>

### DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS NO PARANÁ: 1970/1980/1985/1989

Gêneros	1970	1980	1985	1989
Minerais não metálicos	7,2	7,7	5,0	5,6
Metalurgia	3,2	3,2	2,2	2,8
Mecânico	3,3	4,5	5,4	6,4
Materiais elétricos e comunicação	0,5	3,6	4,4	6,0
Materiais de transporte	1,8	2,1	4,0	7,2
Madeira	22,5	15,1	7,2	6,1
Mobiliário	3,9	3,7	1,9	2,5
Papel e papelão	5,2	6,1	6,1	7,3
Química	7,7	24,4	24,8	19,7
Têxtil	8,5	4,4	3,8	4,8
Produtos alimentares	23,7	16,1	25,9	18,4
Bebidas	3,0	1,0	1,9	2,0
Fumo	0,2	0,5	2,7	3,0
Outros	9,3	7,6	4,7	8,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Reprodução de tabela com base nos dados do Ipardes, produzida por Sonia Mar dos Santos Migliorini

A distribuição espacial das indústrias no estado ocorreu de forma concentrada na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, com mais da metade desse setor econômico. Contudo, o Norte Central Paranaense e o Centro Oeste também são mesorregiões com algum destaque.<sup>301</sup>

Pensando nas divisões do Paraná, vale observar que existem especificidades das indústrias em cada local, sendo, por exemplo, os setores sucroalcooleiros, de laticínios

<sup>300</sup> MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. *Revista Geografar*, v. 1, n. 1, p. 62-80, 2006, p. 66.

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 76.

e de sucos localizados principalmente no Noroeste, enquanto os setores de óleos vegetais, fiação de algodão e conservas de frutas e legumes são atividades desenvolvidas principalmente no Centro-Ocidental paranaense.<sup>302</sup> Por outro lado, principalmente devido ao desenvolvimento da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), na década de 1970, e o fortalecimento do polo automotivo, encontram-se na Mesorregião Metropolitana de Curitiba os setores industriais chamados estruturantes, pois possuem maior dinamismo econômico.

### PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO MESORREGIÕES E SUB-REGIÕES PARANAENSES: 1990/1995/2000

Mesorregiões/Sub-regiões	Empregos (%)		
	1990	1995	2000
<b>Noroeste paranaense</b>	3,26	<b>6,06</b>	<b>6,57</b>
Paranavaí/Loanda	0,99	1,99	2,32
Umuarama/Cianorte	2,27	4,07	4,26
<b>Centro Ocidental paranaense</b>	<b>1,66</b>	<b>1,94</b>	<b>1,64</b>
<b>Norte Central paranaense</b>	<b>19,62</b>	<b>22,92</b>	<b>23,32</b>
Londrina/Cambé	11,27	11,94	12,66
Apucarana/Ivaiporã	2,56	3,52	3,10
Maringá/Sarandi	5,78	7,46	7,57
<b>Norte Pioneiro paranaense</b>	<b>3,77</b>	<b>3,18</b>	<b>3,40</b>
Jacarezinho/Santo	2,21	1,91	1,94
Antônio da Platina/Cornélio Procópio/ Bandeirantes	1,55	1,26	1,46
<b>Centro Oriental paranaense</b>	<b>8,59</b>	<b>8,29</b>	<b>7,14</b>
<b>Oeste paranaense</b>	<b>6,07</b>	<b>6,64</b>	<b>7,85</b>
Cascavel/Foz do Iguaçu	3,25	3,81	4,01
Toledo/ M. C. Rondon	2,81	2,83	3,54
<b>Sudoeste paranaense</b>	<b>3,52</b>	<b>3,23</b>	<b>4,24</b>
<b>Centro-Sul paranaense</b>	<b>4,78</b>	<b>4,01</b>	<b>4,16</b>
<b>Sudeste paranaense</b>	<b>43,48</b>	<b>4,50</b>	<b>4,51</b>
<b>Metropolitana de Curitiba</b>	<b>44,26</b>	<b>39,24</b>	<b>37,16</b>
Metropolitana Norte Paranaguá	1,98	1,62	2,14
Metropolitana Sul Curitiba	42,28	37,62	34,99
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Adaptação de tabela produzida por Sonia Mar dos Santos Migliorini.

<sup>302</sup> MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. *Revista Geografar*, v. 1, n. 1, p. 62-80, 2006, p. 76.



**Jaime Lerner (de camisa azul), em 1970 na inauguração do Sistema Trinário.**

Fonte: Acervo Ippuc. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2021/06/20/historia-jaime-lerner-ensinou-que-o-transporte-pode-remodelar-cidades-para-melhorar-a-vida-das-pessoas>. Acesso em: 25 jun. 2023.

A construção da CIC se deu na década de 1970, mais especificamente a partir de 1973 — quando Jaime Lerner era prefeito da cidade —, com o convênio firmado entre a Prefeitura de Curitiba e o Estado do Paraná, no qual a Prefeitura a partir da Urbanização de Curitiba S.A (URBS), elaborou os projetos de urbanização da região e o Estado, com a Sanepar, a Copel, a Telepar e o Badep, realizaria saneamento, instalação da energia elétrica, telecomunicações e investiria dinheiro do Banco de Desenvolvimento do Paraná. A preocupação em criar a CIC surge com a necessidade de realizar a industrialização de Curitiba, expressa no Plano Diretor de 1966, no qual foi indicada a “reserva de área considerável da cidade para a instalação de plantas industriais”.<sup>303</sup>

Com a implementação da CIC, conforme descreveu Oliveira:

Um número muito substancial de indústrias se deslocou para o novo polo industrial, inclusive as tão cobiçadas empresas de bens de capital. Correspondentemente, alterou-se o perfil da economia urbana local, com significativo aumento da sua participação no PIB Industrial do Estado e com o aumento do número de empregos gerados na indústria.<sup>304</sup>

<sup>303</sup> OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 60.

<sup>304</sup> *Ibidem*, p. 61.



### Cidade Industrial de Curitiba (década de 1970).

Fonte: Site Curitiba Antiga. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.curitibaantiga.com/fotos-antigas/743/CIC-Cidade-Industrial-de-Curitiba-no-Parana.html>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Na atualidade, de acordo com as estatísticas da Associação das Empresas na Cidade Industrial de Curitiba,<sup>305</sup> em 43 quilômetros quadrados de extensão há 20 mil empresas que geram cerca de 80 mil empregos diretos e indiretos. Junto dessa prosperidade econômica, entretanto, observam-se também algumas problemáticas, como, por exemplo, o endividamento da URBS junto a bancos públicos e privados durante a construção da CIC, bem como a venda de terrenos públicos que, segundo Oliveira,<sup>306</sup> poderiam ser destinados à “instalação de praças, parques e outros equipamentos coletivos, como escolas e hospitais”. Além disso, há problemas ambientais causados pela construção de diversas indústrias.

Na década de 2010, com o intuito de focar no desenvolvimento do setor secundário, o estado do Paraná criou o Programa Paraná Competitivo (PPC). O PPC tinha como principal objetivo atrair novos investimentos para o estado e ampliar atividades produtivas já existentes no setor. Para isso, apresentou como mecanismo o parcelamento do ICMS incremental e propôs medidas para “o melhoramento da infraestrutura, do comércio exterior, da capacitação profissional, dentre outras”.<sup>307</sup> Conforme destacou Augusta Raiher:

<sup>305</sup> CURITIBA. CIC vive nova onda de desenvolvimento, com investimentos de R\$ 2 bilhões e abertura de empresas. **Notícias**, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/cic-vive-nova-onda-de-desenvolvimento-com-investimentos-de-r-2-bilhoes-e-abertura-de-empresas/64752>. Acesso em: 09 maio 2023.

<sup>306</sup> OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 61.

<sup>307</sup> RAIHER, Augusta Pelinski. Desenvolvimento industrial do Paraná e o Programa Paraná Competitivo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, v. 42, n. 140, 2021.



### **Beto Richa em visita a Pato Branco, discursando sobre o programa Paraná Competitivo (2011).**

Fonte: Site AEN. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.historico2.aen.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=151379&evento=29812>. Acesso em: 25 jun. 2023.

no período entre fevereiro de 2011 e dezembro de 2014 (correspondente ao primeiro decreto efetivado para o PPC), o programa contabilizou a atração de mais de R\$ 22 bilhões em investimentos industriais privados, nacionais e multinacionais, distribuídos em 58 municípios paranaenses.<sup>308</sup>

No primeiro governo de Ratinho Jr. (2019 a 2022), foram criados 400 mil empregos de carteira assinada e o Paraná chegou a quarta maior economia do país, a sétima melhor educação do Brasil, e foi desenvolvido o maior programa habitacional brasileiro. Além disso, ocorreu a privatização da Copel Telecom e a criação de escolas cívico-militares no estado.

Segundo o governador:

Foi um período muito difícil, com uma pandemia severa que nenhum governante havia enfrentado antes, além da pior crise hídrica dos últimos 91 anos, então toda a nossa equipe, cuja dedicação já era integral, teve que se redobrar para que o Estado não parasse e para que as pessoas não fossem tão impactadas”, comentou.

“Apesar disso tudo, geramos mais de 400 mil empregos com carteira assinada, tivemos importantes avanços de infraestrutura e estamos consolidando o Paraná como um Estado moderno e inovador. Espero que tenhamos anos mais tranquilos pela frente, sem problemas tão severos, para que possamos continuar a fazer do Paraná uma referência para o Brasil.<sup>309</sup>

<sup>308</sup> RAIHER, Augusta Pelinski. Desenvolvimento industrial do Paraná e o Programa Paraná Competitivo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, v. 42, n. 140, 2021.

<sup>309</sup> **PARANÁ**. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Após assumir novo mandato, Ratinho Junior reforça meta de manter Paraná como referência. 01 jan. 2023. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Apos-assumir-novo-mandato-Ratinho-Junior-reforca-meta-de-manter-Parana-comoreferencia>. Acesso em: 08 out. 2023.

Conhecendo as políticas econômicas paranaenses acerca da indústria em seu território, de acordo com o que Nojima<sup>310</sup> apresenta, é possível pensar o setor industrial no Paraná em três ramos diferentes: o *tecnológico*, em que se inserem indústrias que produzem alto grau de tecnologia e atuam no mercado de bens de capital e de consumo durável, como alguns setores de indústria mecânica, eletroeletrônica, telecomunicações e química fina. O *fornecedor*, com indústrias produtoras de *commodities* em diversos ramos, como a siderurgia, metalurgia, petroquímica, agroindustriais, de madeira e de papel. E, por fim, o *tradicional*, com escala de produção inferior à dos outros grupos e com menos gastos em pesquisa e desenvolvimento, sendo composto, assim, por indústrias alimentícias, têxteis e de mobiliário.

Apesar de a economia paranaense viver momentos de grande ênfase em apenas um produto, como a erva-mate e o café, apresentou diferentes características e influências ao longo do século XX. Em seus últimos cem anos, o Paraná foi do extrativismo de madeira e erva-mate para a diversificação de suas atividades. Entre e a partir desses processos, o estado passou não apenas por influências políticas internas, mas principalmente por interferências nacionais e a nível mundial. Nesse sentido, destacam-se aqui dois temas pouco falados anteriormente: a Segunda Guerra Mundial e a construção da usina de Itaipu.

Muito se estuda acerca dos pracinhas paranaenses que foram até o Velho Continente combater as potências do eixo. No entanto, o Brasil como um todo sofreu efeitos negativos e positivos da Guerra, os quais acabaram afetando diretamente a vivência do país. Com os esforços do Hemisfério Norte voltados para os conflitos bélicos, o Brasil precisou manufaturar produtos que anteriormente eram importados e, ainda, o alinhamento do país com os Estados Unidos resultou na criação da Companhia Siderúrgica Nacional, contribuindo para a construção da infraestrutura necessária para a expansão de seu parque industrial.<sup>311</sup> O comércio nacional também se beneficiou com a exportação de produtos bélicos e outros necessários para a guerra a partir de navios protegidos pelos Estados Unidos. No entanto, no início da década de 1940, itens elementares na vida do brasileiro e do paranaense estavam em falta, tais como o pão branco, o sal, a gasolina e o diesel.

Naquele momento, além das dificuldades em se atravessar o Atlântico, devido ao receio de ter navios afundados por submarinos alemães, grande parte do petróleo mundial era destinado para a guerra. Assim, os derivados do combustível fóssil se tornaram escassos no país, a alternativa encontrada para o abastecimento de veículos foi a adoção de carros e outros meios de transporte movidos a gasogênio.<sup>312</sup>

Ao ler o jornal paranaense *O Dia*, encontram-se diversos anúncios sobre o gasogênio no estado, primeiramente sobre seu uso em outros estados do país e em seguida sobre sua implementação no Paraná.

<sup>310</sup> NOJIMA, Daniel. Crescimento e reestruturação industrial no Paraná: 1985/2000. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 103, jul./dez. 2002, p. 3, *apud* MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Geografar**, v. 1, n. 1, p. 62-80, 2006, p. 74.

<sup>311</sup> NEIVA, Lucas. 73 anos de paz: confira as consequências no Brasil da 2ª Guerra Mundial. **Agência de Notícias UNICEUB**, 7 maio 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/defesa/73-anos-de-paz-confira-as-consequencias-no-brasil-da-2a-guerra-mundial>. Acesso em: 25 jun. 2023.

<sup>312</sup> NASCIMENTO, Douglas. Não tem gasolina? Vamos de Gasogênio! **São Paulo Antiga**. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/nao-tem-gasolina-vamos-de-gasogenio>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Levando o assunto ainda avante, e, prevendo um desenvolvimento futuro muito promissor, o Exmo. Sr. Interventor Federal consentiu na vinda de um técnico francês, sr. Max Sully, do Rio de Janeiro, ao nosso Estado, o qual se propunha a instalar o gasogênio num veículo, que funcionava a gasolina: fazia, portanto, uma adaptação, isto é, o veículo acionado anteriormente a gasolina passa a ser alimentando a carvão vegetal, desde que, se lhe dê, um começo, por um processo engenhoso [...].

Conforme se esperava, dois gasogênios foram instalados, em caminhões de propriedade do Estado, nos quais pude presenciar a instalação do começo até o fim [...].

Tendo o referido técnico francês terminado seus afazeres, o mesmo seguiu a Ponta Grossa, onde, com apoio de um ilustre industrial paranaense, montou a primeira fábrica de gasogênio adaptados no Estado. Com eles apareceram inúmeros industriais, principalmente madeireiros, os quais com a maior das satisfações viam no gasogênio adaptado, a resolução do sério problema dos transportes, pois, por falta de condução frequentes vezes, eram perdidas centenas de dúzias de madeira.<sup>313</sup>

Já na década de 1960, cerca de vinte anos após o término da Segunda Guerra Mundial, observa-se outro impacto das políticas nacionais e suas relações exteriores no Paraná. João Goulart propôs a ideia de construir uma usina hidrelétrica brasileira de grande porte. Com o Golpe de 1964 e a tomada do poder pelos militares, a construção da usina foi colocada em prática. Nesse contexto, as discussões sobre os limites territoriais entre Brasil e Paraguai ganhavam destaque, tendo havido a intervenção dos Estados Unidos no processo promovendo um encontro entre os chanceleres dos dois países.<sup>314</sup> Em 1966, Brasil e Paraguai assinaram a Ata do Iguazu, “primeiro documento bilateral manifestando a intenção de aproveitar os recursos hidráulicos do Rio Paraná”.<sup>315</sup> A proposição da usina, que posteriormente ficou conhecida como Itaipu, fez parte do crescente processo de industrialização brasileiro, o qual precisava expandir sua infraestrutura de transporte e de energia para sustentar seu parque industrial.

Sua construção foi iniciada em 1975 e finalizada em 1982. Para a construção dessa grande obra — que até o ano de 2003<sup>316</sup> comportava a maior barragem do mundo —, foram necessários não apenas abundantes investimentos pecuniários, como também um enorme contingente populacional para trabalhar em sua edificação. Por conseguinte, “a construção de Itaipu alterou radicalmente a evolução e a dinâmica funcional de Foz do Iguazu, bem como as relações econômicas e sociais estabelecidas pela mesma com sua rede e com cidades de outras redes”.<sup>317</sup>

<sup>313</sup> O GASOGÊNIO no Paraná. *O Dia Paraná*, 2 abr. 1941.

<sup>314</sup> VANESKI FILHO, Ener. A construção da usina de Itaipu e o surgimento de atores contra-hegemônicos. *Revista Paradigma*, n. 21, 2012.

<sup>315</sup> ITAIPU BINACIONAL. Há meio século, era assinada a Ata do Iguazu, a “semente de Itaipu”. *Institucional*, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/ha-meio-seculo-era-assinada-ata-do-iguacu-semente-de-itaipu>. Acesso em: 25 jun. 2023.

<sup>316</sup> Ano de inauguração da hidrelétrica das Três Gargantas, na China.

<sup>317</sup> CONTE, Claudia. H. Do milagre econômico à construção de Itaipu: configurando a cidade de Foz do Iguazu/PR. *Economia e Desenvolvimento*, v. 12, n. 2, p. 169, 2013.



### Motorista apresenta o sistema de gasogênio para mulheres em São Paulo (1942).

Fonte: Site São Paulo Antiga. Autor desconhecido. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/nao-tem-gasolina-vamos-de-gasogenio>. Acesso em: 25 jun. 2023.

DATEI no setor setentrional, en- gentes continuam opondo obs- mo de Jidjiga, travando-se coluna de automoveis Ingli- seas".

NUMERO DE FOJE: 16 PAGINAS

300 REIS

SEGUNDA SECCAO: 4 PAGINAS

EDIÇÃO DA MANHÃ

# O DIA

CURITIBA — QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1941

## O GAZOGENIO NO PARANA'

De REINALDO KRAUSE SPITZNER, Chefe do Serviço Científico de Química Agrícola e Tec- Conforme se esperava, dois gasogenios foram instalados, em caminhões de proprieda- de do Estado, nos quais nu- seguintes fatores, provenientes da menor potência; Pela menor potência há menor transporte da vela, procurando estabelecer ana- liticamente um tipo ideal, que desse a maior caloría possível.

### Manchete jornal *O Dia Paraná*: "O gazogenio no Paraná" (2 de abril de 1941).

Fonte: Jornal O Dia. Hemeroteca Digital Brasileira



**Princesa Anne da Inglaterra em visita a Itaipu. Na imagem, a princesa Anne cumprimenta Nice Braga e Ney Braga (1987).**

Fonte: Autor desconhecido. Acervo Memória Pergamum.



**Visita da princesa Anne da Inglaterra a Itaipu.**

Fonte: Autor desconhecido. Acervo Memória Pergamum.



### Morador leva a casa em cima de um caminhão para não ser coberta pelas águas na região de Itaipu.

Fonte: Estadão. Autor desconhecido. Disponível em: <https://fotos.estadao.com.br/galerias/acervo,fotos-historicas,15357,574236>. Acesso em: 24 jun. 2023.

Foz do Iguaçu e as cidades próximas de Itaipu tiveram a expansão de seus comércios, serviços e indústrias e, conforme afirmou Claudia Heloiza Conte (2013), essa situação:

trouxe a reboque o crescimento das periferias empobrecidas e a ampliação das contradições sociais. O município, que até então tinha uma economia apoiada principalmente nas atividades agropecuárias, passou a ter no turismo, comércio e serviços sua base econômica.<sup>318</sup>

Além disso, diversos agricultores foram expropriados de suas terras e muitos migraram para outras regiões.

Entre benefícios e contradições, o Complexo de Itaipu, a partir da geração de energia e do turismo, emprega diretamente mais de três mil pessoas. Sendo em 2019, de acor-

<sup>318</sup> CONTE, Claudia H. Do milagre econômico à construção de Itaipu: configurando a cidade de Foz do Iguaçu/PR. *Economia e Desenvolvimento*, v. 12, n. 2, p. 166-192, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/18845>. Acesso: 11 ago. 2023.

do com o jornal *Gazeta do Povo*,<sup>319</sup> 1.382 funcionários no Brasil e 1.662 no Paraguai. A Usina de Itaipu, assim, é responsável por 15% do total de energia consumida no Brasil e 90% do que é consumido no Paraguai. Ainda, possui a capacidade de gerar uma cadeia produtiva no Paraná, ao contratar produtos e serviços de empresas sediadas no estado. Por exemplo, no ano de 2018, foram gastos 56 milhões de dólares de Itaipu com fornecedores paranaenses.

Com seu complexo turístico, a usina gera uma receita de mais de 15 milhões de reais ao ano, que é voltada “para a sustentabilidade operacional, aumento da atratividade e do tempo gasto pelos visitantes, além de financiar projetos e ações voltadas ao desenvolvimento territorial”. No total, entre os anos de 1976 e 2019, mais de 23 milhões

<sup>319</sup> PEREIRA, Roger. Itaipu na economia do Paraná: parte III: da segurança energética ao turismo, Itaipu impulsiona economia do PR. *Gazeta do Povo*, 2 jul. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/gpbc/itaipu/seguranca-energetica-turismo-itaipu-economia-parana>. Acesso em: 25 jun. 2023.

de pessoas de todo o mundo conheceram a usina de Itaipu<sup>320</sup> e, por consequência, as cidades ao seu entorno — girando a economia do turismo e do comércio no Brasil e no Paraguai.

Com esses dois exemplos, fica evidente como a economia afeta a sociedade e como a composição social altera as atividades econômicas. No próximo capítulo, pretende-se discutir a ocupação do território paranaense no século XX, seus principais fatores de influência e suas características, bem como importantes eventos, tal como a construção da Usina de Itaipu, que tiveram a capacidade de transformar a população paranaense.

---

<sup>320</sup> Ibidem.



## A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE PARANAENSE: DE 1853 AO SÉCULO XXI



### Divisão administrativa da Província do Paraná em 1853

Fonte: PADIS, Pedro Calil (1981, p. 34), *apud* FAJARDO, Sergio. Equívocos nos usos da divisão regional oficial no Estado do Paraná. *Revista Geografar*, v. 8, n. 1, p. 86-99, jun. 2013.

O Paraná se emancipou de São Paulo apenas em 1853, quando foi elevado a província do Império Brasileiro. Apesar de ter realizado alguns passos importantes para sua habitação ainda no século XIX, obteve sua ocupação plena ao longo do século XX. Não obstante, mesmo recente, estudar a história da sociedade paranaense é se deparar com a pluralidade de formas de ocupação, etnias e costumes. É pensar em indígenas, luso-brasileiros, na população negra, imigrantes europeus e asiáticos, entre outras comunidades que viveram e ainda vivem no estado.

Quando se tornou província, a região possuía cerca de 62 mil habitantes, ficando à frente apenas das províncias do Espírito Santo, que contava com quase 40 mil pessoas, e do Mato Grosso, que atingia 32 mil habitantes em seu território.<sup>321</sup> Desse total, cerca de 30% residiam em Curitiba, que, em 1854, contava com 20 mil moradores.<sup>322</sup> A nova província foi dividida administrativamente entre as regiões de Antonina, Curitiba, Guaraqueçaba, Guarapuava, Morretes, São José dos Pinhais, São Luiz de Guaratuba da Marinha, Vila Nova de Castro e Vila Nova de Príncipe.

Em 1853, a maior parte dos habitantes do Paraná descendia de Portugal e da Espanha, dos povos originários brasileiros da região — entre eles, as famílias Tupi-Guarani e Jê, principalmente os Kaingang, Guarani e Xetá —, como também de africanos escravizados. Em menor quantidade, havia três núcleos de imigrantes europeus pela província: alemães em Rio Negro, franceses em Ivaí, e alemães, franceses e suíços em Guaraqueçaba.<sup>323</sup> Essa situação se alterou a partir da emancipação da província paranaense, uma vez que se via na ocupação territorial uma forma de garantir espaço político e criar uma agricultura de abastecimento, para resolver o problema de alimentação presente na região.<sup>324</sup>

Assim, conforme aponta Sérgio Nadalin,<sup>325</sup> de 1829 a 1852 emigraram 420 pessoas para a região, enquanto de 1853 a 1869 vieram 1.066 imigrantes e, na década de 1870, 11.805 imigrantes. Esses imigrantes eram principalmente alemães, suíços, italianos e poloneses, mas também se instalaram em terras paranaenses franceses, ingleses e escandinavos — principalmente no leste paranaense, entre o litoral, os arredores de Curitiba e os Campos Gerais.

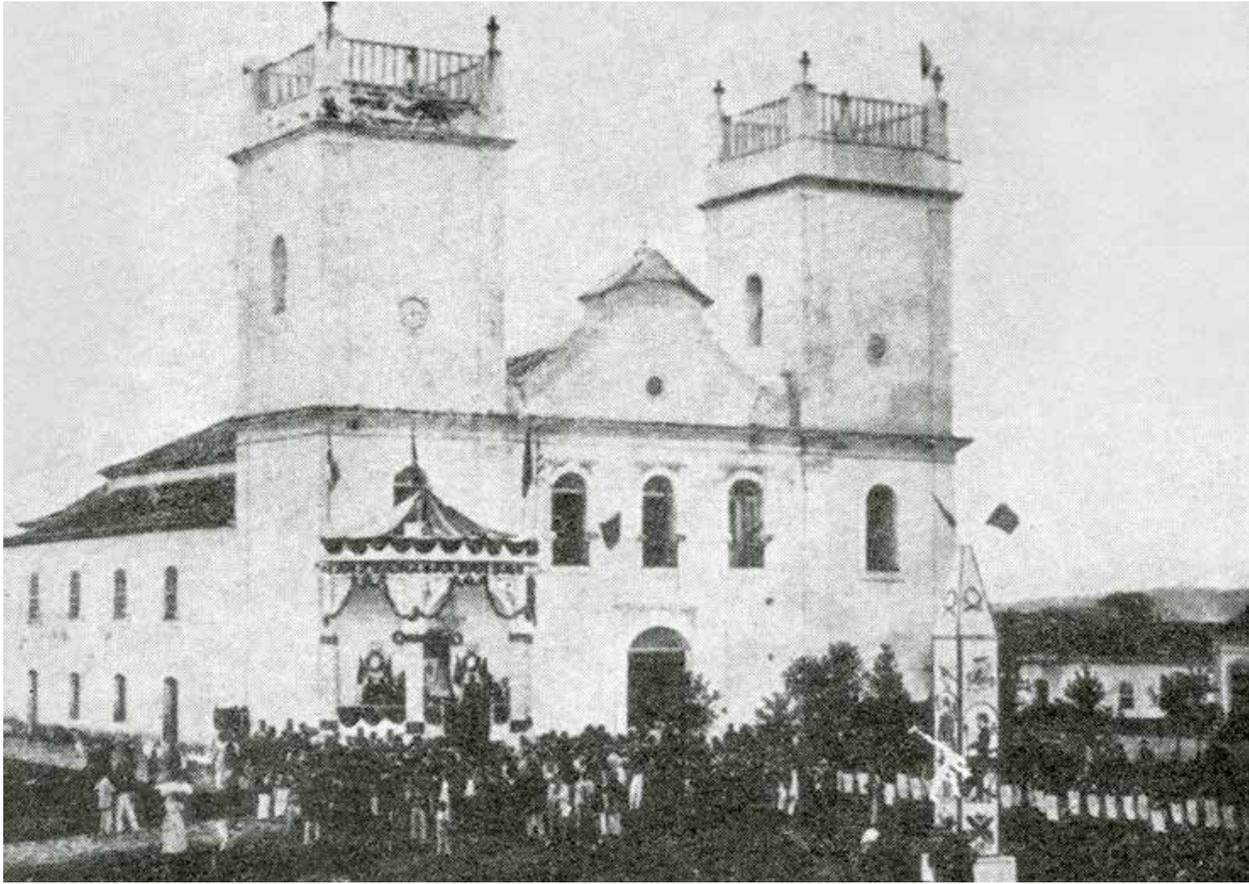
<sup>321</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A população brasileira em 1850: uma estimativa. **Revista Economia e Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 135-166, 2019.

<sup>322</sup> KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba: 1801-1850**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974, p. 43.

<sup>323</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Guaíra, 1939, p. 281.

<sup>324</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 74-76.

<sup>325</sup> *Ibidem*.



### Partida dos Voluntários da Pátria em frente a antiga Igreja Matriz de Curitiba (1865).

Fonte: Acervo do Museu Paranaense. Disponível em: <http://www.curitiba-parana.net/urbanismo/seculo-19.htm>. Acesso em: 25 jun. 2023.

A partir de meados da década de 1880, os motivos migratórios mudaram e, conforme discute Nadalin,<sup>326</sup> “a demanda agora seria repartida pela necessidade de mão-de-obra para a construção, principalmente, de estradas de ferro e linhas telegráficas”. Nesse período, nota-se grande contingente migratório de poloneses, italianos, alemães, ucranianos e, na constituição da colônia de Carambeí, na região de Castro, holandeses. Até o início do século XX, instalaram-se 83 mil imigrantes no Paraná.<sup>327</sup> Contudo, nem todos fixaram moradia, muitos reemigraram para outras regiões do Brasil ou voltaram para seus países de origem devido às poucas condições de desenvolvimento disponíveis para essas pessoas, que vieram com propostas de terras e trabalho, mas acabaram se tornando marginalizadas, em terrenos periféricos, com dificuldades de plantação.

Apesar dos anseios em ocupar o território, grande parte dos imigrantes ficara no leste paranaense. Apenas a partir de fins do século XIX, encontram-se imigrantes em regiões mais distantes em relação à capital curitibana. Por exemplo, segundo Romário Martins,<sup>328</sup> de 1907 a 1913 migraram 31 mil pessoas para a região, momento em que se fundaram colônias em Guarapuava, Ipiranga, Prudentópolis, Irati, São Mateus, Porto União, Castro e São José dos Pinhais.

<sup>326</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 78.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>328</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Guaíra, 1939, p. 282.



### Imigrantes chegando ao porto do Rio de Janeiro, provavelmente no final do século XIX.

Fonte: Diário do Rio. Autor desconhecido. Disponível em: <https://diariodorio.com/exposicao-em-niteroi-conta-sobre-a-imigracao-italiana-para-o-estado>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Se em 1853 a nova Província do Paraná tinha 62 mil habitantes, com sua emancipação e políticas migratórias, em 1872 contava com uma população de cerca de 126 mil habitantes; em 1890, cerca de 249 mil habitantes; e em 1900, 327 mil habitantes. Para motivos de comparação, se anteriormente era a terceira província menos populosa do Brasil, em 1900 tornou-se o sétimo estado menos populoso do país.<sup>329</sup>

No século XX, o Paraná teve sua grande expansão, tanto econômica, como socialmente. Seu território, que no início do século XX era pouco povoado, passou, gradativamente, a ser ocupado. As regiões do Oeste, Sudoeste e Norte foram povoadas de acordo com diversos objetivos e ações — que serão melhores pensadas no decorrer do texto — e hoje o Paraná é o quinto estado mais populoso do país, com cerca de 11 milhões de habitantes.<sup>330</sup>

<sup>329</sup> DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do Recenseamento**: 1900. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905.

<sup>330</sup> IBGE. **Censo Demográfico**: 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 08 maio 2022.



### Jacob Voorluijs na primeira fábrica de queijo de Carambeí (1914).

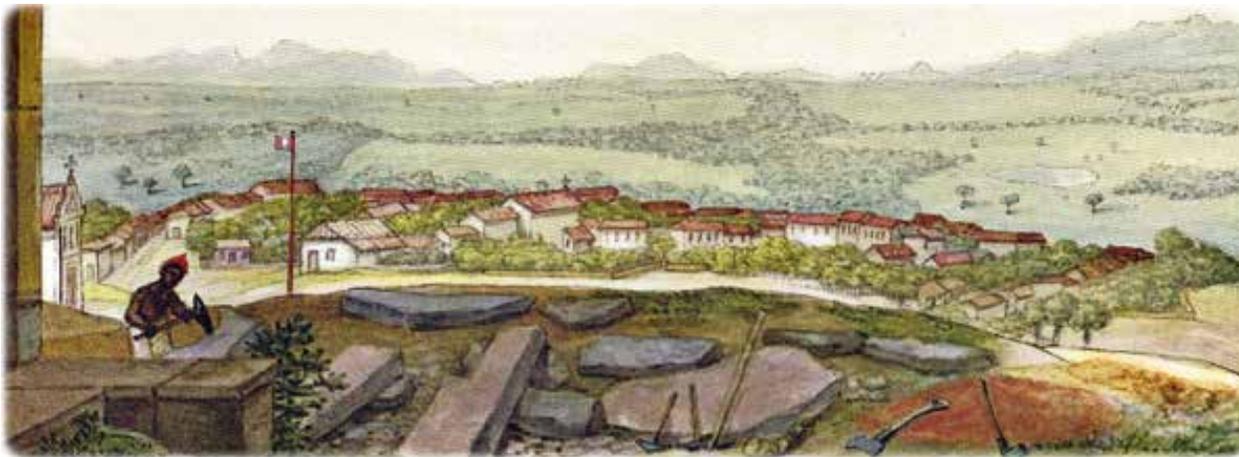
Fonte: Acervo Parque Histórico de Carambeí. Disponível em: <https://www.acbh.com.br/carambei>. Acesso em: 25 jun. 2023.

## COLONIZAÇÃO DO ESTADO

Seguindo a colonização do Brasil, o Paraná foi dividido pelo Tratado de Tordesilhas deixando apenas a faixa litorânea para Portugal, enquanto o resto de seu território era de propriedade do reino da Espanha. Nesse momento, segundo relatos do viajante Alvar Nunes Cabeza de Vaca, em 1551, o Paraná era dominado pelos povos Guarani no Oeste e no Leste, e os Kaingang onde hoje são Guarapuava e Palmas.<sup>331</sup> Enquanto o Brasil ainda era colônia, a região que hoje é o Paraná passou a ser colonizada principalmente pelo seu litoral, local ocupado por indígenas Guarani. A primeira cidade criada em seu território foi Paranaguá, no ano de 1648, ocupada, nesse momento, por faiscadores de ouro e preadores de indígenas. Com a possibilidade de encontrar ouro na região, Paranaguá ganhou importância para a Coroa; contudo, com o ouro em Minas Gerais, a cidade paranaense ficou em segundo plano e foi anexada à capitania de São Paulo.

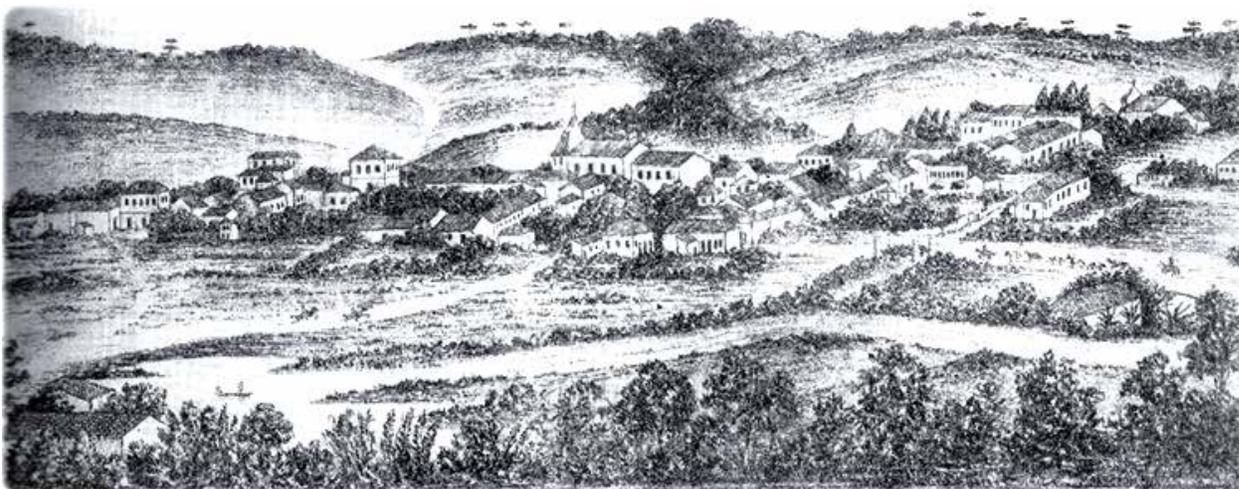
<sup>331</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira.** Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 39.

Além do conhecimento de Paranaguá, o Paraná no período colonial contou com viajantes no restante de seu território, como o citado Cabeza de Vaca, e com missões jesuíticas, realizadas pelos padres da Companhia de Jesus. Houve missões ao redor dos vales dos rios Paraná, Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi.<sup>332</sup> Após essas ações, desenvolveram-se importantes núcleos urbanos na ocupação no Paraná, entre esses estão as regiões que posteriormente se tornaram as cidades de Curitiba, em 1663; da Lapa, em 1769; de Castro, em 1778; de Guarapuava, em 1819; de Ponta Grossa, em 1823; e, por fim, de Palmas, quando o Paraná já era província do Império Brasileiro, em 1879.



**Curitiba em 1827, por J.B. Debret. Um negro trabalha na reforma da antiga Igreja do Rosário dos Pretos.**

Fonte: Guia Geográfico da cidade de Curitiba. Disponível em: <http://www.curitiba-parana.net/urbanismo/seculo-19.htm>. Acesso em: 25 jun. 2023.



**Curitiba em 1855, com a Igreja Matriz, ao centro. Ilustração de J.H. Elliot.**

Fonte: Guia Geográfico da cidade de Curitiba. Disponível em: <http://www.curitiba-parana.net/urbanismo/seculo-19.htm>. Acesso em: 25 jun. 2023.

<sup>332</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira.** Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 42.

O povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, que iniciou sua habitação à beira dos rios Atuba e Bacacheri, foi elevado à condição de vila em 29 de março de 1693. Na região, conforme descreve Newton Carneiro, havia a Capela da Vila do Atuba, onde se encontrava a imagem de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, escultura feita em barro cozido e trazida para a região no século XVII por povoadores da capitania de São Vicente.<sup>333</sup> Essa escultura é um exemplo da preservação da memória paranaense, uma vez que, ao longo dos séculos, foi transferida para a Igreja Matriz de Curitiba, depois para a Igreja do Rosário e, por fim, com intermédio de Romário Martins, foi entregue para o Museu Paranaense, onde se encontra em exposição até a atualidade.

Seguindo as características da colonização portuguesa no Brasil, o leste paranaense foi a primeira parte do Paraná a ser ocupada. O povoamento das regiões conhecidas hoje como Curitiba e Campos Gerais deu-se principalmente com a criação de gado, da invernagem e da pastagem realizada por tropeiros que transitavam por esses caminhos. Tais caminhos foram abertos inicialmente por indígenas e consolidados pelos tropeiros, acabando posteriormente por se tornarem também locais de habitação dos novos imigrantes europeus que chegavam ao Paraná — como os alemães vindos de Rio Negro que se instalaram em chácaras aos arredores de Curitiba e os italianos que se fixaram em Alexandra e depois em Santa Felicidade no fim do século XIX. Os imigrantes foram colocados ao longo dessas estradas, formando vilarejos com estábulo, pousadas e outros negócios, que pouco vingaram.

No início do século XIX, concomitantemente ao povoamento do leste paranaense, já era possível observar nas outras regiões um objetivo claro de expandir a ocupação pelo restante do território.



### Escultura de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense.

<sup>333</sup> MUSEU PARANAENSE. **Memória Pergamum**. Disponível em: <http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 09 maio 2023.



### **Painel Monumento ao Tropeiro, de Poty Lazzarotto na Lapa-PR.**

Foto: Arnaldo Alves. Patrimônio Cultural Paraná. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Bem-Tombado/Mural-em-mosaico-Monumento-ao-Tropeiro-de-Poty-Lazarotto-Lapa>. Acesso em: 20 mar. 2023.



### **Pouso dos tropeiros em Campina do Veado, estrada Tomazina.**

Fonte: Museu Paranaense. Acervo Pergamum. Autor desconhecido.

## POVOAMENTO DO OESTE

Uma das primeiras tentativas de se colonizar o oeste paranaense ocorreu no início do século XIX, mais especificamente entre 1820 e 1845, quando empresas estrangeiras, como a Compañía Maderas del Alto Paraná e a Companhia Matte Laranjeiras, se instalaram na região para realizar o extrativismo de madeira e erva-mate.<sup>334</sup> Por motivos econômicos discutidos no capítulo anterior e pela falta de estradas e meios de comunicação na região, obteve-se pouco sucesso nessa primeira tentativa de povoamento pelo homem branco na região, que já contava com a ocupação de povos indígenas.

Em fins do século XIX, houve as primeiras tentativas oficiais de povoamento, com a criação de colônias militares que tinham como objetivo principal assegurar a posse brasileira do território, que divide seus limites com a Argentina e o Paraguai.<sup>335</sup> Assim, foram instaladas a colônia do Chopim em 1882 e a base militar de Foz do Iguaçu em 1888.

Conforme é possível ler na ata da fundação da colônia do Chopim, 107 pessoas iniciaram o povoamento desse local, principalmente militares e colonos com suas famílias e alguns colonos solteiros. No total, seriam 51 homens, 22 mulheres e 34 crianças.<sup>336</sup> No início, segundo Vera Lúcia Barros, o crescimento populacional da colônia ocorreu de forma lenta e contínua, até que em 1903 o número de residentes chegava a 535 pessoas.



### Moradores da colônia do Chopim em momento de descontração (1906 ou 1907).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

<sup>334</sup> SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP, 2005, p. 72.

<sup>335</sup> Ibidem.

<sup>336</sup> BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A Colônia Militar do Chopim: 1882 a 1902**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1980, p. 144.



**Casamentos na Colônia Militar do Chopim. Ao fundo, o escritório de engenharia do capitão Pereira Lobo, comandante da Colônia (1906 ou 1907).**

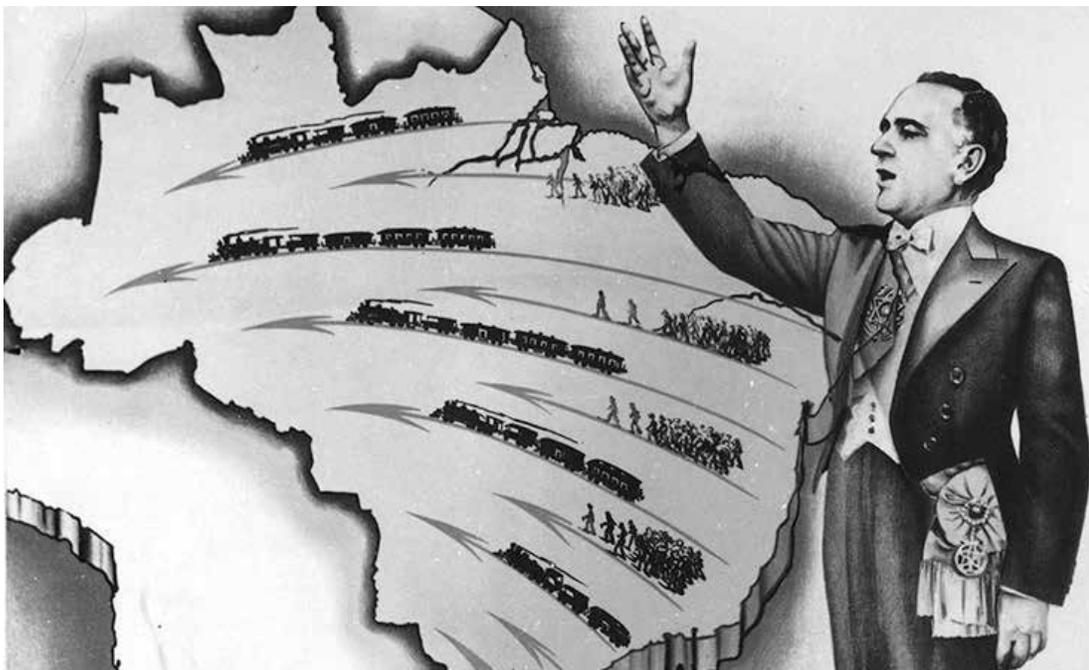
Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

De acordo com o livro *História do Paraná: séculos XIX e XX*,<sup>337</sup> é possível pensar em ao menos quatro fases do povoamento da região. A primeira seria a ocupação pelos povos originários desse território e a segunda a atuação dos padres jesuítas espanhóis. Enquanto isso, a terceira fase citada da ocupação do oeste paranaense correspondeu ao sistema das *obrages*, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, entre os anos de 1881 e 1930, e possuía como principal objetivo a exploração extrativista de erva-mate e de madeira. Por fim, a quarta fase aconteceu por meio de empresas colonizadoras.

No início do século XX, houve um grande contingente de imigrantes alemães e italianos para esse território, os quais se estabeleceram em pequenas propriedades familiares rurais.<sup>338</sup> Já a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, deu-se o movimento conhecido como “Marcha para o Oeste”, por meio do qual o governo federal passou a incentivar pelos meios de comunicação e educação a ocupação do território oeste brasileiro e, por conseguinte, paranaense. A ideia dessa campanha trazia consigo noções colonizadoras, as quais ignoravam a presença dos indígenas no território.

<sup>337</sup> PRIORI, Angelo *et al.* *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 76.

<sup>338</sup> *Ibidem*.



### Cartaz do programa Marcha para Oeste. Representação de Getúlio Vargas em Frente ao mapa do Brasil.

Fonte: Memorial da Democracia. Autor desconhecido. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/e-a-marcha-para-o-oeste>. Acesso em: 26 jun. 2023.

No mesmo ano de 1930, o governo paranaense desarticulou as *obrages*, recuperando as terras cedidas para as empresas estrangeiras e nacionais. Com essa ação, parte do território foi vendida para novos moradores a partir das frentes de colonização pública ou privada, com empresas de colonização e imobiliárias. Os lotes vendidos foram planejados, sendo de tamanho médio ou pequeno, destinados em sua maioria para a agricultura familiar.<sup>339</sup> O preço baixo das terras era o fator de maior atração, o que fez com que a região ficasse marcada por essas características econômicas e de ocupação até a década de 1970, quando se iniciou a modernização e industrialização do oeste paranaense.

Além dessas articulações entre empresas colonizadoras e os anseios políticos de Vargas, é possível pensar a ocupação do Oeste e do Sudoeste paranaense à luz de outros acontecimentos políticos, como a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Silva,<sup>340</sup> a partir da Segunda Grande Guerra, “as concessões de terras de fronteiras foram nacionalizadas, como forma de garantir a segurança interna. Assim, várias das empresas estrangeiras possuidoras de terras passaram para a administração de brasileiros”.

Entre ocupações direcionadas e espontâneas, os espaços que até meados do século XX eram habitados por indígenas passaram a ser colonizados. Com o decorrer dos anos, a região oeste se encontrou com as regiões sul e norte, criando novas cidades

<sup>339</sup> PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 78.

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 77.

no noroeste e sudoeste paranaense.<sup>341</sup> Essa ocupação, contudo, não ocorreu de forma amistosa e pacífica, houve diversas disputas por terras no oeste e sudoeste paranaense entre os anos de 1950 e 1960 — a maior parte devido a doação ou venda, pelas colonizadoras, de terras que já estavam ocupadas. Nesse período também se observa a migração de significativo contingente de árabes para a cidade de Foz do Iguaçu, com levadas de imigrantes em 1940 e, posteriormente, em 1970 e 1990, motivados principalmente pelo comércio na região de fronteira entre a cidade e o Paraguai.

Em 1943, com a intenção de proteger e ocupar as regiões de fronteiras do Brasil, foi criado por Getúlio Vargas o Território Federal do Iguaçu, abrangendo o Oeste e Sudoeste paranaenses e o Oeste catarinense. Por se tornar um Território Federal Brasileiro, manteve-se por três anos e teve dois governadores militares: João Garcez do Nascimento e Frederico Trotta. Em 1946, foi extinto após a redemocratização no país, uma vez que os estados de Paraná e Santa Catarina nunca se mostraram satisfeitos pela desincorporação de seus territórios.

Em 1957, ocorreu um dos maiores e mais conhecidos conflitos dessa região, a Revolta dos Posseiros, momento em que colonos e posseiros já moradores do território fizeram-se insatisfeitos com a companhia de terras Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), a qual conseguiu títulos de terras a partir de articulações políticas com o governador Moysés Lupion, sócio da companhia,<sup>342</sup> e buscava forçar posseiros a comprar as terras onde já moravam.<sup>343</sup>



### Governador Moysés Lupion.

Fonte: autor desconhecido.

<sup>341</sup> SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP, 2005, p. 77.

<sup>342</sup> PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 147.

<sup>343</sup> PEGORARO, Éverly. **Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2007, p. 42.



### **Concentração de colonos e posseiros (1957).**

Fonte: Memorial de Francisco Beltrão. Autor desconhecido. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/05/06/fotos-confira-imagens-historicas-da-revolta-dos-colonos-registrada-em-1957-no-sudoeste-do-parana.ghtml>. Acesso em 26 jun. 2023.



### **Revolta dos Posseiros (1957).**

Fonte: Arquivo Jornal de Beltrão. Autor desconhecido. Disponível em: <https://jornaldebetrão.com.br/livre/historia-revolta-dos-posseiros-completa-65-anos>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Colonos jogaram na rua equipamentos e documentos pertencentes às companhias de terra (1957).

Fonte: Memorial de Francisco Beltrão. Autor desconhecido. Disponível em: <https://jornaldebetrão.com.br/livre/historia-revolta-dos-posseiros-completa-65-anos>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Dentro das relações da CITLA com os habitantes da região, destaca-se a figura do jagunço — homens contratados pela companhia para coagir os colonos a comprarem ou saírem dessas terras, muitas vezes por meio da violência extrema, como estupros, espancamentos, incêndios, assassinatos, entre outras práticas.<sup>344</sup> De acordo com Éverly Pegoraro:

É importante ressaltar que, nessas reações dos colonos e posseiros, o sentimento popular não pode ser descrito como simples reação mecânica à exploração econômica das companhias grileiras sobre suas terras. Deve ser visto como uma procura por justiça contra atos que os atingiam diretamente em sua dignidade, quando atacavam suas famílias; e em seus direitos, quando tomavam suas terras ou lhes expulsavam dos espaços que haviam conquistado, do local de onde tiravam seu sustento.<sup>345</sup>

Na década de 1960, a colonização do oeste paranaense continua seguindo os mesmos moldes citados, até que em 1970, principalmente com a construção da Usina de Itaipu, ocorre a imigração e emigração na região. Por um lado, muitos agricultores foram obrigados a desocupar suas terras e migraram para regiões urbanas; por outro, a obra binacional mobilizou grande contingente populacional para a região, para sua construção, para o comércio e para outras atividades correlatas. De toda forma, é ao

<sup>344</sup> PEGORARO, Éverly. **Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense.** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2007, p. 43.

<sup>345</sup> Ibidem, p. 44.

final dos anos de 1970 que o estado do Paraná fica marcado pelo êxodo rural, momento em que a população do interior, seja da região oeste ou norte, migra para as áreas urbanas devido à industrialização e modernização da agricultura.

Essa década foi um ponto de inflexão para a mudança da população paranaense em situação de domicílio rural.<sup>346</sup>

### DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, NO PARANÁ, 1940-1980

Ano	População		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana (%)	Rural (%)
1940	100,0	24,5	73,5
1950	100,0	25,0	75,0
1960	100,0	30,7	69,3
1970	100,0	36,1	63,9
1980	100,0	58,6	41,4

**Fonte:** Reprodução de tabela de Dennison de Oliveira. A partir de dados do IPARDES. **Séries retrospectivas do Paraná:** dados históricos da indústria: 1940-1980. Curitiba: IparDES, 1993, p. 17.

Atualmente, apesar de grande parte dessa região se fazer de latifúndios de soja e fazendas de agropecuária, há grandes núcleos urbanos no oeste paranaense, como as cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, que figuram entre os quinze maiores municípios do estado. No ano de 2013, surge na região o Programa Oeste em Desenvolvimento, fruto de lideranças públicas e privadas, com o objetivo de planejar o desenvolvimento econômico sustentável do oeste paranaense. Entre essas lideranças estavam a Fundação Parque Tecnológico Itaipu do Brasil, a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR) e a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (Caciopar). Em 2018, o Programa se transformou em uma associação civil sem fins lucrativos. Entre suas ações prioritárias, figuram a sanidade agropecuária, a infraestrutura e logística do oeste paranaense, o desenvolvimento de energias e sustentabilidade, a educação, a empregabilidade, os pequenos negócios e a modernização do agronegócio.

## POVOAMENTO DO NORTE

De maneira semelhante a outras regiões do estado, o norte paranaense iniciou seu povoamento a partir de missões jesuíticas, mas foi somente da década de 1850 que se percebe um esforço direcionado de colonização no território, “quando fazendeiros mineiros e proprietários de latifúndios decadentes lançaram-se ao tropeirismo de gado

<sup>346</sup> OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 13.

bovino e de muares do Rio Grande do Sul para revendê-los em São Paulo e em Minas Gerais”.<sup>347</sup> De acordo com esses deslocamentos, formaram-se os primeiros núcleos urbanos na região, em que paulistas, mineiros e imigrantes criaram primeiramente a Colônia Mineira, atual cidade de Siqueira Campos, em 1862, e em seguida outros locais de moradia, como São José da Boa Vista e Wenceslau Brás, em 1867; Santo Antônio da Platina, em 1866; Jabcotical (atual Carlópolis) e Tomazina, em 1865.<sup>348</sup>

Até esse momento, considerável número de indígenas Kaingang viviam nessa região, contudo, essas pessoas foram realocadas pelo governo, em novos aldeamentos, nos quais se tinha o intuito de os catequizar e “civilizar”. Conforme cita Mota:

O relatório de prestação de contas do presidente da província, o Sr. Danta Filho, datado de janeiro de 1880, traz como grande questão a ser resolvida o aldeamento de 2.500 índios Kaingangs que estavam espalhados nos territórios a oeste e a noroeste de Guarapuava, nos famosos campos de Pahy-ke-rê, tanto nos vales dos rios Ivaí e Piquiri como nos campos dos divisores de águas desses rios.<sup>349</sup>

Com essas terras “liberadas”, constituíram-se as primeiras fazendas de gado no norte paranaense; mas, apesar da criação das cidades citadas, até 1929 a colonização foi lenta. Nesse ano, com a repartição e venda de terras em pequenos e médios lotes pela Companhia de Terras do Paraná (CTNP), várias pessoas migraram para a região. Conforme afirma Mota, “Em menos de trinta anos quase tudo estava desmatado e ocupado com vilas, cidades e grandes plantações de café”.<sup>350</sup>

Assim como no oeste paranaense, o norte foi colonizado principalmente por grupos empresariais especializados. Entre esses, a maior concessão foi dada à Paraná Plantation Limited — matriz britânica da CTNP. Com cerca de 515 mil alqueires paulistas, que foram distribuídos em sua maioria entre pequenos e médios lotes, surgiram cidades como Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. As terras adquiridas foram divididas em zonas que, após os serviços de medição e demarcação, abertura de picadas e estradas, eram sucessivamente colocadas à venda. A colonização do norte do Paraná realizada pelos britânicos seguia a experiência já concebida por paulistas, porém, no Paraná foi aplicada em grande escala.<sup>351</sup> A floresta nativa foi retirada, vendida e substituída pela implantação de cafezais.

Nas próximas imagens é possível analisar esses processos citados, uma vez que, na primeira, observou-se o escritório da CTNP e, na segunda, um homem não identificado, posando em frente à derrubada de dez hectares de floresta realizada na região de Três Bocas.

<sup>347</sup> SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP, 2005, p. 64.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>349</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira**. Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 88.

<sup>350</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>351</sup> ZANON, Elisa Roberta. A colonização territorial em tempos modernos no Norte do Paraná: rupturas e continuidades históricas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 2. **Anais**, 2019, p. 8.



### Escritório da CTNP em Rolândia, Fotografia de George Craig Smith.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Segundo Dias e Pimenta,<sup>352</sup> as companhias colonizadoras da região, principalmente a CTNP, possuíam poder para pressionar o governo brasileiro; assim, mesmo que o Brasil estivesse reduzindo e proibindo a produção de café devido à Crise de 1929, momento em que sua plantação ultrapassava as necessidades mundiais, criaram-se exceções para a CTNP. Nesse sentido, da mesma forma que não há como falar sobre o povoamento do norte do Paraná sem as companhias de colonização, também não se faz possível trabalhar a migração para a região sem pensar na cafeicultura.

Muitos fazendeiros foram atraídos para o norte paranaense devido à fertilidade da “terra-roxa”.<sup>353</sup> Portanto, além da necessidade de atrair novos braços para a plantação de café, os grandes fazendeiros se preocupavam com o escoamento do café na região, prolongando, assim, os trilhos que partiam de Ourinhos até Cambará, no ano de 1925. Houve grande fluxo migratório das antigas regiões paulistas, “em que a produtividade se encontrava em declínio”, para o norte paranaense. Assim, “a construção da ferrovia mostrava-se como elemento indicador para o colonizador da região norte-paranaense, de que não ficaria isolado em sua propriedade, e o escoamento da safra estava garantido”.<sup>354</sup>

Além desses deslocamentos entre São Paulo e Paraná, houve a chegada de descendentes de italianos, alemães, espanhóis, japoneses, ucranianos e poloneses para essa região. Nesse sentido, conforme apresenta Tomaz:

<sup>352</sup> DIAS, Edson dos Santos; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A ação de uma companhia privada de colonização no processo de ocupação do Norte Paranaense. **Tempos Históricos**, v. 4, n. 1, p. 111-135, 2002.

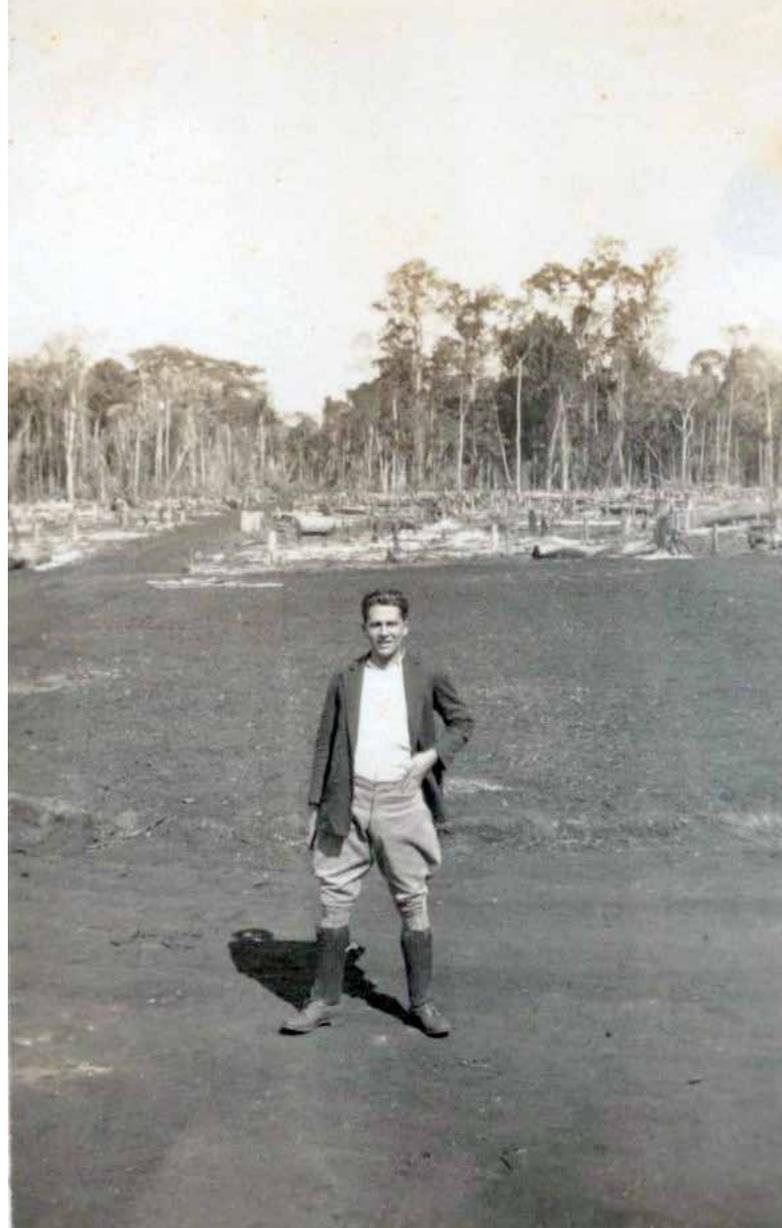
<sup>353</sup> A “terra-roxa” é um tipo de solo avermelhado e de muita fertilidade devido à decomposição milenar de rochas basálticas.

<sup>354</sup> *Ibidem*, p. 116.

[a] ocupação do Norte do Paraná não deve ser vista como uma fronteira estática e imóvel, mas como um espaço de conquista do outro (o indígena), como luta de controle do território, cujo resultado foi a transformação radical da paisagem e o desenvolvimento econômico capitalista da região.<sup>355</sup>

A construção da estrada de ferro em Londrina facilitou o escoamento da produção agrícola e da comunicação da região com outros territórios, auxiliando sua ocupação e desenvolvimento. Além disso, a partir do interventor Manoel Ribas, o governo federal favoreceu o norte paranaense com a abertura de estradas, incentivando seu crescimento econômico e povoação. Entretanto, foi apenas a partir do destaque paranaense na produção cafeeira que a região teve seu principal impulso desenvolvimentista.

Dentre as cidades fundadas no norte do Paraná, duas merecem destaque por terem se tornado polos econômicos, sociais e culturais: Londrina e Maringá, que hoje contam, respectivamente, com cerca de 588 mil e 457 mil habitantes cada, ficando apenas atrás da capital, Curitiba.



### Homem em frente a derrubada de floresta feita pela CTNP.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

<sup>355</sup> TOMAZ, Paulo Cesar. A região Norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá. *Revista Semina*, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2010.



### Acampamento de engenheiros e funcionários da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná (década de 1930).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss



### Trabalhadores na construção da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Londrina foi fundada em 1929 e elevada a município em 1934. Sua criação e crescimento se deu principalmente devido à venda de terras devolutas por parte do governo do estado do Paraná para grandes investidores paulistas, mineiros e ingleses. Os primeiros buscavam expandir o café e o algodão na região. Já os investidores europeus adquiriram a concessão da estrada de ferro e grandes áreas de terras férteis, que foram loteadas e revendidas para pequenos proprietários nacionais e estrangeiros.<sup>356</sup>

Conforme discutido anteriormente, a influência da CTNP e, por consequência, da colonização britânica em Londrina é inegável. Essa situação é observada até mesmo no nome da cidade, que significa “pequena Londres”.<sup>357</sup> A publicidade realizada pela CTNP no exterior atraiu diversos imigrantes do hemisfério norte que procuravam fugir dos movimentos totalitários e seus efeitos desenvolvidos nessa parte do mundo, como também diversos brasileiros, principalmente do centro-sul e do Nordeste.

Em 1950, o café tornou-se o principal produto de exportação do Paraná e, junto dessa economia, Londrina teve um grande índice de desenvolvimento, dado ser a principal região cafeeira do estado. Nessa década, a maior parte da população do município (69,3%) residia na zona rural, e os colonos que migraram para a cidade chegaram para trabalhar nas grandes propriedades de café. A cidade de Londrina passou a ser chamada por muitos de “eldorado cafeeiro”, devido à sua produtividade e fertilidade na produção de café. Parte dos que chegavam na região recebia incentivo financeiro para a produção, seja a partir das casas de crédito ou de programas do governo;<sup>358</sup> contudo, muitos en-

contraram diversas dificuldades para sobreviver devido ao território ainda ser inexplorado, obrigando a improvisação de moradias, alimentos, cultivo da terra, transporte e escoamento da produção.

Londrina, assim, em meados do século XX, desenvolveu-se econômica, social e culturalmente. Ao lado do café, diversos negócios prosperavam na cidade, como ho-

<sup>356</sup> ALVES, Jolinda de Moraes. **História da assistência social aos pobres em Londrina: 1940-1980**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis-SP, 2002, p. 67-68.

<sup>357</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>358</sup> Idem, p. 76.

téis, bares, pensões e casas comerciais. Conforme afirmou Jolinda Alves,<sup>359</sup> entre as décadas de 1940 e 1950 circulou no norte do estado a revista *A Pioneira*, em que se publicava sobre mansões, palacetes e a modernidade da jovem cidade. Esse suposto progresso, entretanto, não enriqueceu grande parte da população que migrou para Londrina.

A dificuldade de adaptação e a não absorção de toda a mão de obra disponível no mercado de trabalho fez com que esses novos proprietários se endividassem com a compra de lotes e assim migrassem para a periferia das zonas urbanas em busca de trabalho. As consecutivas geadas também dificultaram a manutenção de pequenas produções, as quais entram em decadência de vez na década de 1970, com a geada negra de 1975. Segundo Alves,<sup>360</sup> a partir desse período, “a miséria e a pobreza passaram a fazer parte do cotidiano da capital mundial do café”.

Além de Londrina, cidades como Cambé, Rolândia,<sup>361</sup> Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Maringá foram criadas a partir da Companhia de Terras Norte do Paraná — que em 1943 foi adquirida por investidores brasileiros e, em 1951, tornou-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).<sup>362</sup> Maringá foi fundada em 1947 “e o plano [...] era transformá-la na segunda capital regional”.<sup>363</sup> Seu planejamento urbanístico foi pensando antes de sua construção, uma vez que a Companhia encomendou sua planta



**Vista parcial de maquinário em funcionamento durante obras de construção da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná.**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss



**Inauguração da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Nova Dantzig-PR, atual Cambé-PR (década de 1930).**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

<sup>359</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>360</sup> Ibidem.

<sup>361</sup> De acordo com o site da Prefeitura da cidade de Rolândia, o nome de Rolândia foi dado em homenagem a Roland, legendário herói alemão que, na Idade Média, guerreava ao lado de seu tio, Carlos Magno. Com a Segunda Guerra Mundial e o alinhamento brasileiro com as potências aliadas, os imigrantes alemães no Brasil passaram a sofrer uma série de perseguições. Assim, em 1943, ao mesmo tempo em que era criado o município de Rolândia, o nome foi trocado para Caviúna. Somente em 1947 é que retornou o antigo nome Rolândia.

<sup>362</sup> Segundo Paulo Cesar Tomaz (TOMAZ, Paulo Cesar. A região Norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá. *Revista Semina*, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2010, p. 7), por volta de 1939, com o advento da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra, submersa no conflito de dimensões continentais, viu-se obrigada a dispor de muitos de seus bens no exterior. O governo britânico então determinou o retorno automático dos capitais ingleses em aplicação fora do país, o que resultou na venda da até então chamada Companhia de Terras Norte do Paraná a um grupo de empresários paulistas, tendo à frente Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercantil de São Paulo, e Gastão de Mesquita Filho. A Companhia de Terras Norte do Paraná, agora sob controle de investimentos nacionais, passou a dominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

<sup>363</sup> Ibidem, p. 8.

para o urbanista Jorge de Macedo Vieira, que procurou projetar uma cidade “com traçado moderno e funcional”, pensando em um futuro próspero.<sup>364</sup>



#### **Cambé-PR (década de 1940).**

Fonte: Site Memória Paranaense. Autor desconhecido. Disponível em: <https://memoriaparanaense.com.br/2022/05/07/a-memoria-paranaense-em-fotos>. Acesso em: 26 jun. 2023.



#### **Possíveis compradores de terras em Apucarana-PR (por volta dos anos 1950).**

Fonte: Site Memória Paranaense. Autor desconhecido. Disponível em: <https://memoriaparanaense.com.br/2022/05/07/a-memoria-paranaense-em-fotos>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>364</sup> TOMAZ, Paulo Cesar. A região Norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá. *Revista Semina*, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2010, p. 7.



### Inauguração do Cine Maringá (década de 1940).

Fonte: Site Maringá Histórica. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/1738/inauguracao-do-cine-maringa-alta-resolucao-decada-de-1940>. Acesso em: 25 jun. 2023.



### Vista aérea de Maringá (início da década de 1950).

Fonte: Site Maringá Histórica. Autor desconhecido, Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/1739/vista-aerea-de-maringa-inicio-dos-anos-1950>. Acesso em: 25 jun. 2023.



### Cine Ouro Verde, em Londrina-PR (década de 1950).

Fonte: Site Memória Paranaense. Autor desconhecido. Disponível em: <https://memoriaparanaense.com.br/2022/05/07/a-memoria-paranaense-em-fotos>. Acesso em: 26 jun. 2023.

### Maringá F.C. (1950).

Fonte: Blog História do Futebol. Autor desconhecido. Disponível em: [https://historiadofutebol.com/blog/?attachment\\_id=53381](https://historiadofutebol.com/blog/?attachment_id=53381). Acesso em: 26 jun. 2023.





**Lançamento da pedra fundamental de Maringá em 10 de novembro de 1942, em frente ao Hotel Campestre da Companhia de Terras do Norte do Paraná.**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss



**Avenida Duque de Caxias, Maringá-PR (anos 1950).**

Fonte: Site Maringá Histórica. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/index.php/2018/09/avenida-duque-de-caxias-decada-de-1950.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

**Mesorregiões do Paraná. As regiões do Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo estão demarcadas no mapa como, respectivamente, MSR 4 (rosa), MSR 3 (amarelo) e MSR 1 (cinza)**



Fonte: Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Paraná.

Para a ocupação de Maringá, a Companhia de Terras também realizou intensa propaganda a partir de folhetos, jornais e revistas, buscando atingir pequenos agricultores, principalmente em São Paulo, exaltando a fertilidade das terras da região para a produção de café, algodão e cereais.<sup>365</sup> Por conseguinte, nesse período chegaram majoritariamente às cidades de Londrina e Maringá diversos imigrantes japoneses para trabalhar na lavoura. Segundo a Comissão do Recenseamento da Colônia Japonesa, no ano de 1958 o número de japoneses no Paraná ficava atrás apenas de São Paulo, totalizando 78 mil japoneses, entre imigrantes e descendentes.

<sup>365</sup> TOMAZ, Paulo Cesar. A região Norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá. *Revista Semina*, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2010, p. 7.

Após a criação de Maringá, diversas cidades do norte paranaense foram criadas em no máximo 100 km de distância uma da outra. Assim, as colonizações oficial e empresarial privada — principalmente a partir da CMNP — provocaram o encontro da colonização da frente norte por volta dos anos de 1950, completando a ocupação do noroeste. Por conseguinte, a ocupação do norte do Paraná pode ser pensada a partir de três sub-regiões: o Norte Velho, o Norte Novo e o Norte Novíssimo.

Conforme descrevem Passos, Santana e Bueno,<sup>366</sup> o Norte Velho foi colonizado por paulistas e mineiros que atravessaram o rio Itararé no início do século XX. Seus núcleos mais expressivos são: Jacarezinho, Cambará, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro, Andirá, Bandeirantes e Cornélio Procópio. O Norte Novo, por sua vez, foi construído pela área delimitada pelos rios Tibagi e Ivaí, até as margens do Paranapanema e do Ribeirão Caiuá. Com as principais cidades: Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas, Nova Esperança, Paranavaí, Porecatu e Jaguapitã. Por fim, o Norte Novíssimo abrange a área que se estende do rio Ivaí ao rio Paraná. Seus municípios mais expressivos são Cianorte, Umuarama, Cruzeiro D'Oeste, Xambrê e Terra Boa.

## CENTRO-SUL

O centro-sul sofreu os reflexos das outras regiões do estado, com poucas atividades econômicas desenvolvidas de forma divergente das outras localidades.<sup>367</sup> Guarapuava e outros municípios próximos, por exemplo, constituíram-se a partir de uma “estrutura fundiária de base latifundiária, da pecuária ainda tradicional e de um setor industrial cuja principal atividade é a exploração primária da madeira”.<sup>368</sup> Na primeira metade do século XX, a região passou por um “empobrecimento gradativo”, fazendo com que muitos fazendeiros dividissem suas terras para venda de lotes menores.<sup>369</sup> Assim, muitos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina compraram esses terrenos com ofertas atraentes.

Muito da ocupação do centro-sul paranaense se deu a partir de migrações ucranianas sucedidas no final do século XIX, nas quais chegaram mais de 20 mil pessoas para a região. Não obstante, também ocorreram importantes ondas migratórias após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Essas pessoas se instalaram principalmente em Mallet e Prudentópolis, cidades que possuem até os dias de hoje sua cultura e tradições totalmente influenciadas pela sociabilidade ucraniana.

<sup>366</sup> PASSOS, Messias; SANT'ANA, Lucas; BUENO, Marina. O Norte do Paraná: do café à cana do açúcar. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, v. 1, n. 1, p. 181-206, 2012.

<sup>367</sup> SILVA, Márcia da. *Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP, 2005, p. 78.

<sup>368</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>369</sup> *Idem*, p. 88.

Na década de 1950, descendentes de alemães, iugoslavos, romenos e húngaros migraram para o centro-sul paranaense, contribuindo para a fixação da produção agrícola e para a dinamização da economia dessa região. Nesse período, também se finalizou a construção da ferrovia até Guarapuava, facilitando o escoamento da produção — que muito melhorou a exportação e a comunicação da BR-277, em 1969. A região, assim, passou a se desenvolver principalmente a partir de latifúndios, que ao longo dos anos se especializaram na monocultura da soja, presente até a atualidade.



### Prudentópolis na primeira metade do século XX.

Fonte: Museu do Milênio. Disponível em: [https://www.facebook.com/museudomilenioprudentopolis?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/museudomilenioprudentopolis?locale=pt_BR). Acesso em: 26 jun. 2023.



### Prudentópolis na primeira metade do século XX.

Fonte: Museu do Milênio. Disponível em: [https://www.facebook.com/museudomilenioprudentopolis?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/museudomilenioprudentopolis?locale=pt_BR). Acesso em: 26 jun. 2023.



### Rua Senador Pinheiro Machado, Guarapuava-PR (década de 1950).

Fonte: Facebook Antiga Guarapuava. Autor desconhecido.



### Foto tirada de cima da torre da Catedral, evento cívico sendo realizado na Praça 09 de Dezembro, Guarapuava-PR (década de 1940).

Fonte: Facebook Guarapuava Histórica. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=548443034069245&set=a.414511934129023>. Acesso em 26 jun. 2023.



### Posto Pinheiro no trevo da BR-277 com a PR-466 (1974).

Fonte: Facebook Guarapuava Histórica. Autor: Antônio Cruz. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=548443034069245&set=a.414511934129023>. Acesso em 26 jun. 2023.

## CONFLITOS DO CONTESTADO

No início do século XX, a região do centro-sul passou por uma importante alteração não apenas em sua geografia, mas principalmente na sociedade paranaense como um todo, a partir do desenvolvimento dos conflitos do Contestado. Nos mapas a seguir, é possível observar a diferença na constituição do território paranaense em doze anos de diferença. No primeiro deles, de 1912, o Paraná possuía as terras do Contestado e, no segundo, de 1924, o estado já tinha perdido seu território para Santa Catarina.



### Mapa do Estado do Paraná, 1912

Fonte: Instituto de Água e Terra do Paraná



### Estado do Paraná, 1924

Fonte: Instituto de Água e Terra do Paraná

Segundo a *Coletânea de Mapas Históricos do Paraná*, publicada pelo Instituto de Água e Terra do estado, o mapa de 1912:

poderia ser considerado o mapa das utopias. O sucesso que as novas estradas de ferro estavam proporcionando em São Paulo e no resto do Brasil, levou o Governo Federal e os dos Estados a sonharem com a multiplicação das ferrovias no extenso território brasileiro. Não dispondo de verbas para construí-las, apelaram para concessões de ramais fantásticos a particulares, esperando desta forma um verdadeiro milagre, isto é, a sua efetiva concretização.

Surgem então no Paraná várias concessões visando à realização de quiméricos projetos, que estão representadas no mapa:

- a) Guaratuba a Barracão, ligando o litoral com a Argentina;
- b) Rio Negro a Foz do Iguaçu, passando por Guarapuava;
- c) Ponta Grossa a Guairá, pelo vale do Piquiri;
- d) Guarapuava e Mato Grosso, pelo divisor Piquiri-Ivaí;
- e) Antonina e Mato Grosso, via Serro Azul e Castro;
- f) Ponta Grossa ao Paranapanema, com um ramal nas margens do Tibagi e outro pelo Laranjinha;
- g) Jacarezinho às Sete Quedas, ramal concedido à Sorocabana pelo Governo Federal.<sup>370</sup>

<sup>370</sup> INSTITUTO ÁGUA E TERRA DO PARANÁ. *Coletânea de mapas históricos do Paraná*. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Enquanto isso, no mapa das redes da viação de 1924, apresenta-se:

um registro novo e certamente contribuição muito significativa para seu tempo, ao destacar as distâncias entre as localidades ligadas por estradas de ferro ou de rodagem. Também o porto de Paranaguá ganhou destaque, sendo indicadas as distâncias em milhas marítimas que o separam dos principais portos brasileiros e do Prata, evidenciando a ligação do mate paranaense aos mercados platinos.

Não obstante a indicação de uma data sobreposta ao final da legenda novembro de 1923 a data mais provável deste mapa é 1924, se tomarmos a rede ferroviária como ponto de referência. Foi nesse ano que os trilhos do ramal do Paranapanema chegaram à localidade de Affonso Camargo (atual Joaquim Távora). De acordo com o mapa, esse trecho já estava em tráfego.

No extremo noroeste, na margem do rio Paraná, são indicados dois pequenos “portos”, Xavier da Silva e São José. Apesar do título, são apenas locais de passagem do gado bovino, do Mato Grosso em direção ao Paraná. O Paraná sempre foi criador e exportador de gado. Porém, nas primeiras décadas do século XX é tamanha a decadência das fazendas de criação que os paranaenses são obrigados a importar bovinos para seu próprio consumo. As “picadas” que comunicavam esses portos aos Campos Gerais recebiam o nome de “boiadeiras”.

No oeste do Paraná, observa-se a expansão das “obragens” estrangeiras, em direção a leste: Barthe, Gibaja, Fazenda Britânia, e, entre outros, a extraordinária penetração do “obragero” Allica com seu Porto Artaza e a central de produção Santa Cruz. Abriu estrada atravessando o rio Piquiri e chegou a explorar erva-mate na região de Campo Mourão.

Entre as localidades de Salto e Depósito Barthe está localizado um povoado sem nome, mas que será a futura cidade de Cascavel.<sup>371</sup>

A disputa por essa extensão de terras já se estendia judicialmente desde ao menos 1900 e se resolveu apenas em 1916, com a assinatura do acordo do Contestado, em que o Paraná cedeu o respectivo território para Santa Catarina. Nessa região, contudo, além da disputa judicial, ocorreram principalmente conflitos entre a população local e o governo, devido às violentas ações das companhias colonizadoras Brazil Railway e Lumber & Colonization Company.

Com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul e do ramal Ponta Grossa-Guarapuava, realizada pela Brazil Railway, diversos posseiros foram ameaçados e expulsos de um território de aproximadamente 30 km que atravessava os estados de Paraná e Santa Catarina, pelos chamados “coronéis papa-terras”. Essa região não contava com assistência governamental e, conforme apresenta Mayara Chagas:

Os caboclos do Contestado julgavam-se cercados de inimigos: o governo federal republicano, os coronéis papa-terras e seus capangas, a polícia ilegal dos norte-americanos e as polícias legais dos paranaenses e catarinenses. Revoltava e indignava ainda os sertanejos o

<sup>371</sup> INSTITUTO ÁGUA E TERRA DO PARANÁ. **Coletânea de mapas históricos do Paraná**. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em: 26 jun. 2023.



**Assinatura do Acordo de Limites entre o Paraná e Santa Catarina no Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1916. Da esquerda para a direita, sentados respectivamente: 1º Affonso Camargo, presidente do Paraná; 2º Wenceslau Braz, presidente do Brasil; 3º Felipe Schmidt, governador de Santa Catarina.**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

fato de o governo federal vender extensas regiões em lotes, a preços acessíveis, a imigrantes europeus que ali se fixaram, nada cabendo a eles próprios, nativos da região.

Fácil era, em tal estado de tensão, o surgimento de um líder que conduzisse a revolta. Este líder, o Monge José Maria.<sup>372</sup>

<sup>372</sup> CHAGAS, Mayara da Fontoura das. **Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra: a (re)criação da memória da Revolta de Três Barras do Paraná: 1964-2014.** Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon-PR, 2015, p. 199.

O Monge José Maria, por sua vez, apesar de muitas vezes ser lembrado como apenas uma pessoa, na verdade foi representado por três homens diferentes, e apenas o último Monge José Maria criou um acampamento com seguidores. Em 1912 ocorreu a Batalha do Irani, momento em que morreram dez sertanejos e o Monge José Maria e dez soldados, incluindo o coronel João Gualberto.



**Monge José Maria, conhecido como o terceiro monge João Maria, ladeado pelas três virgens que o assessoravam, cujo nome verdadeiro seria Miguel Lucena de Boaventura, e que estava envolvido com a Guerra do Contestado, tendo morrido em 22 de outubro de 1912, em Irani.**

Fonte: Facebook Itaiópolis de Antigamente. Acervo do Museu do Contestado, em Caçador (SC). Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.facebook.com/itaiopolissw/photos/a.2227962917467816/2223174094613365/?type=3>. Acesso em 26 jun. 2023.



**Cortejo fúnebre de João Gualberto, rua XV de Novembro, Curitiba (1912).**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

A partir de 1915, devido à fome, a falta de recursos e a morte de seu líder messiânico, os sertanejos foram perdendo força e os conflitos foram abafados pelo governo republicano, finalizando a questão de terras com a assinatura do acordo entre Paraná e Santa Catarina. As violências contra a população local, contudo, não se encerraram e diversos outros conflitos entre as companhias de colonização e os posseiros ocorreram nessa região.

Parte dos paranaenses que viviam na região do Contestado se recusaram a viver sob o governo catarinense; assim, o Paraná criou, em 1918, a colônia de Bom Retiro, que mais tarde se tornou Pato Branco. Nos anos finais da década de 1910, o Paraná foi obrigado a titular extensas glebas à Companhia Brazil Railway como forma de pagamento pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande e do ramal Ponta Grossa-Guarapuava. Assim, quase todo o Sudoeste passou a ser propriedade da companhia estadunidense.

## POPULAÇÃO INDÍGENA

Quando ocorre a chegada dos portugueses ao Brasil, o território paranaense era ocupado pelas famílias Tupi-Guarani e Jê. No século XX, essa constituição permanece, mas em número muito menor do que cinco séculos atrás. No período da colonização, do Brasil Império e já em momentos republicanos, a tensão entre os povos originários e o homem branco foi extensa. Contudo, devido ao contato entre essas duas culturas, os indígenas muito influenciaram na constituição da subjetividade paranaense.

De acordo com Wachowicz,<sup>373</sup> os Tupi eram predominantes no litoral, noroeste e oeste paranaense, assim, foram os primeiros a entrar em contato com os portugueses. Mesmo com seu extermínio, devido a conflitos e a doenças — uma vez que não possuíam imunidade contra os micro-organismos presentes no corpo europeu —, a relação entre os povos originários e europeus fez com que o vocabulário português fosse alargado, com topônimos como “Paraná”, “Curitiba”, “Paranapanema”, “Paranaguá”, “Iguaçu”, “Tibagi” e “Marumbi”. Também apresentaram a farinha de mandioca e a utilização da importante erva-mate aos colonizadores.

Entre aproximações e distanciamentos, durante o século XIX, com a tentativa de se constituir colônias indígenas, houve diversos conflitos entre os indígenas e o homem branco. Um exemplo é o povoamento chamado Atalaia, em que se iniciou a ocupação dos campos de Guarapuava por luso-brasileiros e se buscou a catequização dos indígenas dessa região, mesmo após a expulsão dos jesuítas do país. O povoamento de Atalaia sofreu assaltos por indígenas que não concordavam com suas ações.

Com a proclamação da República, a questão indígena passou a ser responsabilidade de cada estado do país, o que descentralizou o poder e acabou por deixar os indígenas em conflitos diretos com as oligarquias locais, as quais avançaram ainda mais



### Bandeira do Contestado.

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense.

<sup>373</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.



### Indígena Kaingang subindo Araucária, Palmas-PR (1939).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

sobre seus territórios.<sup>374</sup> Segundo Novak e Mota,<sup>375</sup> no início do século XX havia três posições quanto aos indígenas, as quais se dividiam entre seu extermínio devido ao progresso econômico e à civilização; a civilização indígena pela catequização; e a sua incorporação na sociedade brasileira, demarcando seus territórios e protegendo-os de forma legislativa. É possível pensar que essas três visões coexistiam e ainda coexistem, em alguns momentos uma prevalecendo sobre as outras.

Em 1910, surgiu o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Foi a primeira vez que o respeito aos indígenas apareceu na legislação brasileira e, ao menos na teoria, defendia-se a liberdade de crença e o direito de viver conforme suas tradições. A ideia era que os indígenas seriam autônomos e precisavam do direito à posse das terras já habitadas por eles, bem como que o governo brasileiro prestasse assistência a essa população.<sup>376</sup> Na prática, contudo, os conflitos entre indígenas e brancos continuaram, principalmente devido a questões territoriais, contando com diversas mortes entre os povos originários.

De acordo com Novak,<sup>377</sup> muitos intelectuais brasileiros acreditavam que o SPI pudesse salvar os indígenas da violência causada pelas questões territoriais. Contudo, alguns autores entendem que, na realidade, “o papel principal do órgão indigenista, contemplado pelo poder público, era apaziguar, educar e territorializar os grupos indígenas, abrindo os sertões à iniciativa dos particulares”.

Como é possível perceber, o grande conflito no estado entre indígenas e luso-brasileiros primeiro e depois entre indígenas e imigrantes se deu pela ocupação dos territórios paranaenses. Na primeira metade do século XX, as tensões entre indígenas e colonos são intensificadas devido ao aumento de migrantes para o estado. Por consequência, o governo do Paraná buscou reduzir as áreas indígenas “sob a alegação de regularização dos territórios e proteção aos chamados ‘silvícolas’”.<sup>378</sup>

Em 1923, ocorreu o maior conflito — que também pode se chamar de massacre — entre colonos e indígenas. Conhecido como Guerra da Pitanga — por ter sido no município de Pitanga, região central do estado —, teve como seu principal motivo o Decreto n. 294, de 17 de abril de 1913, que obrigava indígenas a desapropriarem algumas terras, para fins de colonização, com a justificativa de que existiria um vazio

<sup>374</sup> NOVAK, Éder da Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná: 1900-1950. *Fronteiras: Revista de História*, v. 18, n. 32, p. 78-97, 2016.

<sup>375</sup> Ibidem.

<sup>376</sup> Idem, p. 79.

<sup>377</sup> Idem, p. 81.

<sup>378</sup> Idem, p. 80.

demográfico nesta região.<sup>379</sup>

Com a expulsão, os índios foram prejudicados ao perderem suas terras, pois estavam acostumados com o seu modo de vida, tinham uma relação de subsistência com a terra, seu principal meio de produção. A partir dessa situação e com os colonos reduzindo suas reservas, os Kaingang iniciaram uma onda de saques aos sítios, furtando porcos para a alimentação. Quando pegos com o produto do furto, os índios eram chamados à presença de autoridades, sendo maltratados ou até mesmo mortos. Os caciques responsáveis pelos aldeamentos juntamente com os outros membros das aldeias decidiram iniciar uma revolta como única opção para recuperar suas terras e colocar fim às crueldades cometidas pelos colonos.

Com esse conflito, 3 colonos e 85 indígenas foram mortos, até que os indígenas se retiraram da região.



### 1ª Missa campal celebrada pelo padre Alfredo Bonaiuti (data desconhecida).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo Museu Paranaense. Autor desconhecido

<sup>379</sup> GONÇALVES, Cleverson; FRAGA, Nilson Cesar; CAVATORTA, Mateus Galvão. Massacre dos Kaingang em Pitanga-PR, um conflito atrelado à ideologia do branqueamento e à expansão do capital sobre os territórios indígenas. *Serviço Social em Revista*, v. 18, n. 1, p. 81-100, 2015.



### Mulheres e crianças Kaingang no Posto Ivaí (data desconhecida).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo Museu Paranaense. Autor desconhecido

Em 1949, o Estado do Paraná buscou regularizar as terras destinadas aos indígenas do estado e prestar-lhes maior assistência, propondo um acordo de seis áreas indígenas: Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha. “O critério para a reestruturação destas áreas era demarcar 100 hectares por família indígena de 5 pessoas e mais 500 hectares para localização do Posto Indígena e suas dependências”.<sup>380</sup> O acordo, contudo, não se concretizou por completo e os indígenas ainda vivem nas áreas delimitadas com menor extensão territorial que o proposto inicialmente. Isso, juntamente da diminuição dos recursos naturais e do desgaste do solo, dificulta a sobrevivência da população.

Conforme apresentado por Novak,<sup>381</sup> é possível conhecer as estatísticas da população indígena no Paraná da atualidade ao pensar sua disposição a partir do acordo de 1949.

Durante o período que abrange os anos 1940 a 1980, os principais grupos indígenas afetados pela violência de companhias de colonização e estatal foram os Xetá e os Guarani. Segundo a Comissão Estadual da Verdade do Paraná:

as violações contra esses povos foram perpetradas por agentes públicos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sucedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em conluio com outros agentes públicos

<sup>380</sup> NOVAK, Éder da Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná: 1900-1950. *Fronteiras: Revista de História*, v. 18, n. 32, p. 78-97, 2016, p. 80.

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 90.

federais (militares e civis), lideranças políticas regionais, companhias de terras (colonização), contando com o apoio de “jagunços”.<sup>382</sup>

A população Xetá, que vivia na região da Serra dos Dourados, foi removida compulsoriamente de suas terras e, na atualidade, os poucos indígenas Xetá restantes habitam em territórios de outras etnias. Os Guarani, por sua vez, com a construção da usina de Itaipu, foram desapropriados e sofreram torturas, assassinatos e outros tipos de violência para abandonarem suas terras. Conforme descreve Gustavo Alcântara,<sup>383</sup> apenas uma pequena parte das pessoas que viviam nas proximidades da usina de Itaipu — principalmente Foz do Iguaçu e Guaíra — e que foram desabrigados, foi “reassentada com auxílio do Incra e da Funai, mas em condições piores do que as que enfrentava antes”.

### Dados das áreas indígenas citadas no acordo de 1949

Área Indígena	Município	Área (ha) início século XX	Área (ha) proposta em 1949	Área (ha) atual	Proposta indígena atual	(ha) atual por indígena
Apucarana	Tamarana	68.536	6.300	5.575	1.415	3,9
Faxinal	Câmbio de Abreu	19.205	2.000	2.044	605	3,8
Ivaí	Pitanga, Manoel Ribas	67.427	7.200	7.306	1.687	4,3
Mangueirinha	Chopinzinho, Coronel Vivida, Mangueirinha	17.810	2.560	16.376	1.475	11,1
Queimadas	Ortigueira	22.632	1.700	3.078	429	7,2
Rio das Cobras	Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras	13.339	3.870	18.682	2.264	8,3
Total				53.061	7.875	Média: 6,4

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010).

<sup>382</sup> COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. São Paulo: TikiBooks, 2017, v. 1, p. 140.

<sup>383</sup> ALCÂNTARA, Gustavo Kenner *et al.* **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019, p. 62.



**Criança Xetá com faixa de pele de onça, no rio das Cobras, em Guarapuava-PR (1955). Segundo descrição presente no acervo do Museu Paranaense: “Arigán segurando o filho Rondon, o qual está usando uma faixa de pele de onça ao redor da cabeça e um colar de rabo de macaco. Esta faixa tem como principal função a cura e prevenção da dor de cabeça”.**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo Museu Paranaense. Autor: Vladimír Kozák.



**Antropólogo José Loureiro Fernandes com Indígenas Xetá. Serra dos Dourados, Paraná (1955).**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo Museu Paranaense. Autor: Vladimír Kozák.



**Casamento Xetá, Serra dos Dourados, Paraná (1955).**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo Museu Paranaense. Autor: Vladimír Kozák.



**Tuca Xetá, de cócoras, segurando caça (gato do mato e jacu) amarrada em cordão com uma das mãos e empunhando bastão de madeira com a outra, junto de Vladimír Kozák. Serra dos Dourados, Paraná (1955).**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo Museu Paranaense. Autor: Vladimír Kozák



### Queima de aldeia Guarani, Foz do Iguaçu (1981).

Fonte: Comissão Nacional da Verdade

O SNI, foi substituído em 1967 pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a qual existe até os dias de hoje. Em seu momento de criação, a Funai estava sob o controle da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), que era um “órgão de caráter censurador e de âmbito nacional, criado nos primeiros momentos da ditadura civil militar brasileira, de 1964, com o intuito de espionar diversas instituições, a fim de coibir ações dos chamados ‘subversivos’ contra o governo vigente”.<sup>384</sup>

Com a redemocratização, “a Funai passa a coexistir com outras entidades que lutam pelo reconhecimento dos direitos indígenas”, isto é, “surgem diversos órgãos que tratam dessas questões, tanto em nível federal quanto estadual e municipal. Além disso, os espaços também vão sendo tomados pelas ONGs e movimentos sociais particulares”.<sup>385</sup>

A partir da Constituição Federal de 1988,<sup>386</sup> aos indígenas ficou reconhecido “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Nesse sentido, é preciso que o Estado dedique proteção especial para os povos indígenas, mas sem tutelamento nem perda de autonomia. Apesar de legislativamente seus direitos serem garantidos, a prática ainda é diferente no país, que muitas vezes se coloca de forma hostil para com os povos originários.

<sup>384</sup> SILVA, Beatriz Rosa; NOVAK, Éder; MOTA, Lúcio Tadeu. Acervo da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Fundação Nacional do Índio (Funai): síntese sobre os povos indígenas do Paraná entre as décadas de 60 a 90. In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 16. **Anais**. Londrina, 2016, p. 137-144. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/his/XVISEMHIS/AnaisCorrigidosSEMHS2017.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023, p. 137.

<sup>385</sup> RODRIGUES, Cintia Régia. O ensino da História Indígena e os apontamentos sobre a diversidade étnico-cultural. **Revista Práxis**, v. 2, 2016, p. 244.

<sup>386</sup> *Ibidem*.

## POPULAÇÃO NEGRA NO PARANÁ

Durante o século XIX, as regiões paranaenses com maior porcentagem de negros escravizados eram Castro e Palmeira, locais com intensa atividade pecuária. Segundo Horácio Gutierrez,<sup>387</sup> o número de propriedades nessas cidades que contavam com a mão de obra escrava era, respectivamente, de 52,4% e 39%. Enquanto isso, no litoral, por exemplo, as primeiras regiões a serem colonizadas no Paraná — Antonina e Paranaguá — contavam, respectivamente, com 30,5% e 20,3% de propriedades com negros escravizados. Para Gutierrez, isso se deu devido à presença de engenhos de arroz e engenhocas de cana e aguardente em Antonina.<sup>388</sup> As três cidades com dados superiores de 30% estavam acima da média paranaense, que seria algo como 23,4% de propriedades com mão de obra escrava por cidade.

Apesar de apresentar pequeno número de pessoas escravizadas em comparação com o Nordeste e Sudeste brasileiro, o Paraná, assim como os estados dessas regiões, também reproduzia a lógica da sociedade escravista. Isto é, a produção por escravos, a acumulação de riquezas na mão de poucos, os quais detinham o domínio também das terras, e a estratificação da sociedade. Nesse sentido, a escravidão influenciou diretamente a estrutura social econômica do estado.<sup>389</sup>

Além disso, é possível observar a resistência à escravidão no Paraná, bem como um movimento abolicionista regional. Segundo Noemia Silva,<sup>390</sup> os cativos estariam imersos em complexas redes de sociabilidade, as quais permitiram diversas alternativas para se conquistar a alforria, como fugas, processos judiciais, acúmulo de pecúlio e associações em clubes abolicionistas. Esses clubes foram criados em algumas cidades como Curitiba, Paranaguá e Campo Largo. O de Campo Largo, intitulado de “A Emancipadora”, merece destaque, uma vez que foi mobilizado por negros escravizados.

Além dos clubes, os jornais também eram importantes ferramentas a favor do abolicionismo, sendo o *Dezenove de Dezembro* um dos exemplos mais conhecidos. Conforme o trecho abaixo, eram veiculadas notícias sobre o que o jornal acreditava serem as motivações da necessidade da abolição, bem como informações sobre negros libertos:

### NOTICIÁRIO

#### Abolição

Antonina move-se, agita-se, entusiasma-se; como se fosse fortemente impulsionada por uma pilha voltaica.

É que a magna questão do elemento servil penetrou a medulla dos ossos daquelle pujante organismo social.

Centro de uma grande actividade commercial, a formosa cidade da marinha comprehendeu, emfim, que a escravidão é a ruina economica de um povo.

<sup>387</sup> GUTIÉRREZ, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *História: São Paulo*, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006, p. 103.

<sup>388</sup> Ibidem.

<sup>389</sup> Idem, p.120.

<sup>390</sup> SILVA, Noemi Santos da. O Paraná abolicionista: lutas pelo fim da escravidão. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (org.). *Paraná insurgente: história e lutas sociais: séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo-RS: Casa Leiria, 2018, p. 35.

Convencida deste lemma profundamente verdadeiro, Antonina, após a libertação de 21 escravos, acaba de conceder mais dez cartas de liberdade.

Hurrah!

E tu, ó bella Curytiba, estás dormindo?

Surge et ambula!

26 de setembro de 1884 - Dezenove de Dezembro<sup>391</sup>

Com a Abolição, houve passeatas e festas cívicas na cidade de Curitiba, contudo, isso não demonstrava que a vida dos então libertos seria fácil nesse momento pós-abolição. Nesse caminho, para formar uma sociabilidade negra e um local de apoio para a comunidade na capital paranaense, criou-se a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, em 6 de junho de 1888, menos de um mês após a Abolição da Escravatura. Buscava-se a partir dessa sociedade promover a sobrevivência de homens e mulheres negras no Paraná, independentemente de suas classes sociais. A Sociedade 13 de Maio, existente até a atualidade, não foi a única a ser criada com esses objetivos. Diversas irmandades surgiram ao longo do século XX, para auxiliar os seus em casos de doença, permitir um enterro digno e também promover festas tradicionais da comunidade negra.<sup>392</sup>



**Sócios, diretores e convidados do Clube 13 de Maio. Ao centro, de terno claro, Demétrio da Costa, presidente de 1974 a 1979 (década de 1960).**

Fonte: Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio. Autor desconhecido.

<sup>391</sup> ABOLIÇÃO. **Dezenove de Dezembro**, n. 225, 26 set. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/416398/12053>. Acesso em: 08 maio 2023.

<sup>392</sup> FABRIS, Pamela Beltramin; HOSHINO, Thiago. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (org.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais: séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo-RS: Casa Leiria, 2018, p. 54.



**Antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Benedito, no início do século XX. Demolida em 1931.**

Fonte: Turistória. Acervo: DPC/FCC. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/a-historia-da-sociedade-13-de-maio>. Acesso em: 26 jun. 2023.



**Uma das primeiras imagens registradas da nova sede da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio.**

Fonte: Turistória. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/a-historia-da-sociedade-13-de-maio>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Além dessas sociedades, os quilombos no Paraná exercem um espaço de resgate e afirmação da identidade étnica e cultural negra. Segundo o livro *História do Paraná: séculos XIX e XX*,<sup>393</sup> em 2001 o Paraná teve 34 comunidades quilombolas demarcadas pela Fundação Palmares. Essas estão localizadas em diversas regiões do estado e preservam a cultura afro-brasileira, mantendo tradições como a Romaria de São Gonçalo, a Romaria do Divino, a Mesa dos Anjos, a Recomendação das Almas, o Terço Cantado, entre outras.<sup>394</sup>

### População negra e comunidades quilombolas do Paraná



Fonte: ITCG - Instituto de Terras, Cartografias e Geociências

Como uma importante tradição da cultura afro-brasileira, que foge à espacialidade dos quilombos, encontra-se a Congada da Lapa, expressão do folclore e da religiosidade lapeana, em que se louva o Santo Preto, São Benedito. Essa tradição, realizada há mais de um século, foi iniciada por negros escravizados da região e nela se encena sobre o colonialismo português e a conversão à fé dos reinos do Congo e de Angola.

Apesar de poucas informações disponíveis, devido à falta de censos realizados no início do século XX, sabe-se que em 1872 a população paranaense contava com 30% de pretos ou pardos não escravizados. Enquanto isso, em 1940, 12% da população paranaense era preta ou parda. Nos censos recentes, por exemplo nos anos 2000, cerca de 21% dos paranaenses eram pretos ou pardos, enquanto nos anos 2010, essa porcentagem subiu 7,5%, contabilizando 28,5% da população.

<sup>393</sup> PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 49.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 56.



### Congada da Lapa (1951).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

Curitiba, mesmo sendo a capital do sul do Brasil com o maior número de pessoas negras, permitiu ao longo do século XX diversas ações para o apagamento da presença negra na região. Conforme discute Joseli Mendonça,<sup>395</sup> entre diversos motivos, essa invisibilização histórica da população negra no Paraná se constituiu a partir de autores que minimizaram a importância da escravidão e da presença de africanos e descendentes na população local. Além disso, grande parte do patrimônio histórico e memorial paranaense é branco.<sup>396</sup> Nesse sentido, com o objetivo de retomar a memória da escravidão, do pós-abolição e da população negra em Curitiba, surge o projeto AfroCuritiba, em que se busca estudar os locais vinculados à comunidade negra da cidade, entre eles: a praça Zacarias; o Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto; a rua XV de Novembro; a praça Generoso Marques; a igreja do Rosário de Nossa Senhora dos Pretos de São Benedito, as ruínas de São Francisco; e a já citada Sociedade Beneficente 13 de Maio.

Além de Curitiba, o Movimento Negro no Paraná está presente em outras regiões do estado, buscando desde o início do século XX a igualdade racial e, por consequência, melhores condições de vida, educação, saúde e emprego para a população negra paranaense. Por meio das narrativas acerca da ocupação do estado em que se priorizou a imigração europeia, a comunidade afro-paranaense foi marginalizada na História do Paraná. Em Londrina, por exemplo, a população negra só passou a ter sua presença reconhecida na construção da cidade a partir de pesquisas recentes desenvolvidas pelo

<sup>395</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. **Tempos Históricos**, v. 20, n. 1, p. 218-240, 2016, p. 225.

<sup>396</sup> Ibidem, p. 223.



**Mercado-feira instalado na praça Zacarias, Curitiba-PR, pelo prefeito Cândido de Abreu, em 1915.**

Fonte: Turistória. Coleção José Álvaro Carneiro. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/a-historia-da-praca-zacarias>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Londrina (NEAB-UEL), que ainda tem muito a trabalhar sobre a temática na cidade.<sup>397</sup>

Entre essas pesquisas, destaca-se o nome de duas lideranças negras na cidade, Cypriano Manoel e Dr. Justiniano Clímaco da Silva. Ambos chegaram a Londrina na década de 1930 e participaram da política e da sociedade londrinense. Cypriano Manoel migrou para a região em 1935 para trabalhar na CTNP e, logo que chegou, fundou com outras lideranças negras o Clube Quadrado — o intuito do nome era se opor ao Clube Redondo, espaço da cidade que proibia negros em suas dependências.

O Clube Quadrado tinha como objetivos combater o racismo e criar uma sociabilidade na cidade, bem como promover reuniões, educação, festas e uma boa vida para a comunidade negra da região. Ao longo dos anos, se transformou na Sociedade Beneficente Princesa Isabel, a qual, por sua vez, ao unir-se com o operariado de Londrina, tornou-se a Associação de Recreação Operária de Londrina (AROL). A AROL desenvolveu importante papel na cidade; contudo, com a morte de Cypriano Manoel em 1964, não conseguiu manter sua atuação.

Dr. Justiniano chegou a Londrina no ano de 1938 e era médico, exercendo sua profissão por mais de cinquenta anos na região. Atendia principalmente a população carente e foi um dos fundadores da Santa Casa de Londrina. Apesar de ser uma grande

<sup>397</sup> GALDINO, Claudio Francisco. **A população negra em Londrina: as interfaces entre violência e educação.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR, 2017.

liderança e se relacionar com Cypriano Manoel, Dr. Justiniano não entrou na política da cidade, restringindo sua área de atuação à saúde e à solidariedade.<sup>398</sup>

Ainda no norte paranaense, desde os anos 1990, Maringá conta com o desenvolvimento do Movimento Negro na cidade de forma organizada. Seu início se deu a partir de reuniões entre estudantes, servidores públicos e profissionais liberais e hoje se expressa principalmente a partir de três instituições: Associação União e Consciência Negra em Maringá, Instituto Enedina Alves Marques e o Centro Cultural Jhamayka. Essas três organizações procuram combater o racismo, promover melhor educação e empregos para a comunidade negra local, além de apoiar o desenvolvimento de suas tradições e cultura.<sup>399</sup> Em Maringá, existem ao menos duas atuações políticas municipais acerca da presença da comunidade negra na cidade. A primeira delas foi a construção da praça Zumbi dos Palmares, que conta com atividades culturais voltadas à população afro-paranaense, e a segunda seria o desenvolvimento do Festival Afro-Brasileiro na cidade.

## EDUCAÇÃO NO PARANÁ

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi a primeira universidade a ser criada no estado, isso em 1912, com o nome de Universidade do Paraná. Junto dela surgiram os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Obstetrícia, Farmácia e Comércio. Em 1913, a partir da doação de um terreno pela Prefeitura de Curitiba, inicia-se a construção do Prédio Central da Universidade do Paraná, na praça Santos Andrade, hoje conhecido como Prédio Histórico da UFPR.

A constituição da Universidade do Paraná caminhou junto do desenvolvimento econômico de Curitiba a partir do comércio de erva-mate e das mudanças sociais e culturais realizadas pelo Movimento Paranista. Até esse momento, os filhos da elite paranaense iam para São Paulo ou à Europa estudar e voltavam formados para assumirem cargos políticos ou os negócios familiares.

Com o passar dos anos, outros cursos foram criados, tal como o de Agronomia, em 1918, mas é apenas a partir de sua federalização, em 1940, que a Universidade do Paraná passou por grande expansão em sua estrutura educacional e espacial. A então Universidade do Paraná se tornou nesse momento uma instituição pública e, por consequência, passou a oferecer ensino gratuito. Na década de 1950, houve a construção do seu Hospital de Clínicas, do Complexo da Reitoria e do Centro Politécnico e a pluralização dos cursos ofertados. Na década seguinte, em 1961, a UFPR se ampliou para o interior do estado, criando o curso de Medicina Veterinária, no Campus Palotina.

Atualmente, além de Curitiba e Palotina, a UFPR também possui campi em Jandaia do Sul, Matinhos, Pontal do Paraná e Toledo e é a maior e principal universidade do estado no desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Além da UFPR, há outras universidades públicas paranaenses, essas estaduais e fundadas em 1969, pela Lei estadual n. 6.034. A lei criou novas instituições a partir da

<sup>398</sup> DINIZ, Larissa Mattos. **O Clube Negro de Londrina: uma experiência contraditória**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR, 2014.

<sup>399</sup> MEDINA, Alessandra Guimarães dos Santos; ARAÚJO, Marivânia Conceição de. Movimento negro: história, importância, realidade e perspectivas. **Revista NEIAB**, v. 3, n. 1, jul. 2019.



### Universidade do Paraná na praça Santos Andrade (provavelmente em momento anterior à década de 1940).

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

incorporação de faculdades estaduais que já existiam e funcionavam de forma isolada. Entre as novas universidades estão a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Juntas, segundo informações do Governo do Paraná,<sup>400</sup> formaram até o ano de 2021 cerca de 210 mil profissionais no estado e ofertam 171 cursos de graduação e 326 de pós-graduação, entre especializações, mestrados e doutorados.

A Agência Estadual de Notícias do Paraná, em 2021, realizou uma síntese de números e a importância das três universidades para o estado:

UEL – Atualmente, a UEL reúne em torno de 17 mil estudantes, oferta 53 cursos de graduação, 184 cursos de pós-graduação, entre espe-

<sup>400</sup> PARANÁ. No aniversário, UEL, UEM e UEPG superam 210 mil formados e expandem ciência paranaense. **Agência Estadual de Notícias**, 9 nov. 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/No-aniversario-UEL-UEM-e-UEPG-superam-210-mil-formados-e-expandem-ciencia-paranaense>. Acesso em: 08 maio 2023.

cialização, residências e programas de mestrado e doutorado. O quadro funcional tem mais de 4 mil professores e servidores, incluindo o Hospital Universitário (HU/UEL).

A universidade possui, ainda, 1.893 projetos de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo 11.830 participantes — docentes, agentes universitários, alunos de graduação e pós-graduação.

Para o reitor Sérgio Carvalho, comemorar cinco décadas representa reconhecer o esforço criativo de mulheres e homens ainda na década de 1970.

“É a história de dedicação de muitas pessoas à educação superior. Dedicação à instituição que carrega como missão o compromisso com os paranaenses, brasileiros e com a própria humanidade, conectando-se às culturas e dilemas e buscando contribuir com o desenvolvimento e a transformação social, econômica, política e cultural”, salientou.

**UEM** – A UEM possui em torno de 20 mil estudantes em cursos de graduação e de pós-graduação, segundo a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PLD). Com 70 cursos de graduação presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento, a instituição já formou 77.673 profissionais. Além disso, forma especialistas, mestres e doutores, em 85 cursos de pós-graduação. O reitor Julio César Damasceno destaca que A UEM completa 52 anos com uma trajetória admirável. Desde a sua criação, acrescenta, faz parte da história de Maringá e de toda a região.

“A universidade sempre contribuiu para a formação de profissionais qualificados, investindo constantemente em seu quadro docente e evoluindo na criação de cursos de graduação e pós-graduação. Hoje somos uma referência nacional e internacional com acordos de cooperação e de pesquisas conjuntas com diferentes países”, destacou o reitor da UEM.

**UEPG** – O professor Miguel Sanches Neto, reitor da UEPG, destaca que a universidade dos Campos Gerais foi a instituição que começou o processo de interiorização do ensino superior no Paraná. Após 50 anos de atividades na extensão, já são mais de 110 mil pessoas beneficiadas em Ponta Grossa e região. Hoje, possui 7.462 alunos matriculados em 96 cursos de graduação e de pós-graduação.

“Isso significa que a UEPG iniciou a oportunidade para que pessoas do Interior frequentassem uma universidade pública. O aniversário da UEPG é sempre uma data muito importante. A cada ano a instituição representa uma modificação da sociedade, transformando vidas, fortalecendo o Estado e o ensino superior público no Brasil”, destacou.



### **Início da construção do Campus da UEL (década de 1970).**

Fonte: Jornal Tem Londrina. Autor desconhecido. Disponível em: <https://templondrina.com.br/educacao/uel-completa-50-anos-de-reconhecimento-nesta-quinta-feira>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### **Fotografia Aérea da UEL (2016).**

Fonte: Arquivo/Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-da-uel-deixam-reitoria-e-radio-mas-mantem-ocupacao-de-nove-salas-de-aula-713zx85hctijfp1736t1kwq1i>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### **2ª turma formada de Engenharia Civil, UEL (1977).**

Fonte: Agência de Notícias UEL. Autor desconhecido. Disponível em: [http://www.uel.br/com/agenciauelnoticias/index.php?arq=ARQ\\_not&id=25519](http://www.uel.br/com/agenciauelnoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=25519). Acesso em: 26 jun 2023.



### **Reconhecimento da UEM, 11 de maio de 1976.**

Fonte: UEM. Autor desconhecido. Disponível em: <http://www.cpr.uem.br/50anos/index.php/linha-do-tempo/de-1970-ate-1979>. Acesso em: 26 jun. 2023.



**Argemiro Karling, coordenador do Grupo de Trabalho instituído pelo reitor, fala sobre o reconhecimento da UEM (1976).**

Fonte: UEM. Autor desconhecido. Disponível em: <http://www.cpr.uem.br/50anos/index.php/linha-do-tempo/de-1970-ate-1979>. Acesso em: 26 jun. 2023.



**Núcleo de Tecnologia da UEPG (década de 1980).**

Fonte: Site UEPG. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.uepg.br/nucleo-de-tecnologia-da-uepg-completa-35-anos>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Edifício central da UEPG.

Fonte: <https://arede.info/ponta-grossa/344615/uepg-comemora-51-anos-e-lanca-livro-sobre-sua-fundacao?d=1>

Além das três universidades, o Paraná também conta com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), criada em 1987, com sede em Cascavel e campi em Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo; a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), de 1990, criada em Guarapuava e com campi nas cidades de Irati, Chopinzinho, Coronel Vivida, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Prudentópolis; a Universidade Estadual do Paraná (Unespar), criada em 2001, com sete campi, entre as cidades de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá, Paranaíba e União da Vitória; por fim, a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), criada em 2006 nas cidades de Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procópio.

Todas essas universidades foram criadas a partir da incorporação de faculdades isoladas existentes nas regiões citadas. Surgiram para cumprir demandas de qualificação pessoal e profissional, desenvolvimento econômico e de ciência e tecnologia em outras localidades do Paraná que não a sua capital. Com essas universidades, possibilitou-se a criação de cursos voltados para as especificidades regionais, como a agropecuária, por exemplo. Além disso, permitiu o desenvolvimento intelectual do Paraná, nas mais diversas áreas do conhecimento, com o surgimento de novas editoras e eventos científicos.

Segundo o censo do IBGE, no ano de 2010 existiam um total de 869.660 pessoas com ensino superior no Paraná. Enquanto isso, o número de formados com ensino fundamental e médio seria de 2 milhões de pessoas.<sup>401</sup> Quando o Paraná se tornou província, apenas 615 alunos frequentavam “cursos de primeiras letras”, numa população de cerca de 62 mil habitantes, enquanto o ensino secundário era praticamente inexistente.<sup>402</sup>

<sup>401</sup> No século XXI, ocorreu um grande crescimento de faculdades e universidades privadas no Brasil e também no Paraná, as quais também participam da educação do povo paranaense.

<sup>402</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 61.

Em 1870, há um incentivo do governo imperial à educação brasileira que influenciou no desenvolvimento do ensino secundário da então província, mas, anteriormente ao período republicano, o número de alunos matriculados na região era extremamente baixo. Por exemplo, o Instituto Paranaense, funcionando em conjunto com a Escola Normal na década de 1870, não ultrapassam duas dezenas de matrículas anuais.<sup>403</sup>

Já durante a Primeira República, em 1896, com a chegada do primeiro bispo na Diocese de Curitiba, houve o incentivo para diversos padres e freiras católicas virem para a capital paranaense, o que permitiu a criação de diversas instituições de ensino religiosas, como as direcionadas ao gênero feminino: Irmãs de São José, criada em 1896; Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, de 1900; Irmãs da Divina Providência, surgida em 1903; as Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, criada em 1904; as Irmãs de Nossa Senhora de Sion, de 1906. Como instituições católicas voltadas ao gênero masculino, observa-se a dos padres Franciscanos Bom Jesus, criada em 1902, e os Irmãos Maristas, de 1925.<sup>404</sup>

Nesse período, destaca-se a figura de Julia Wanderley, que em 1890 liderou um movimento para permitir o ingresso de mulheres na Escola Normal do Paraná. Conforme apresenta o historiador Gustavo Pitz,<sup>405</sup> “embora, desde o início da década de 1880, as mulheres pudessem tirar o diploma de magistério, a elas era vedada a chance de participar presencialmente das aulas”. A professora Julia Wanderley, além de abrir uma escola particular, em que ministrava aula para crianças de ambos os gêneros, em 1894, ao receber seu diploma, tornou-se a primeira mulher formada em Curitiba a ser nomeada para o Magistério Público do Paraná, na área do Ensino Primário.

Com o desenvolvimento da erva-mate, também cresceu o número de escolas na região. Em 1917, o Paraná registrava 15.101 estudantes, enquanto em 1922 esse número mais que dobrou e passou a ser de 34.676. Conforme discutem Etelvina Trindade e Maria Luiza Andreazza<sup>406</sup>:

A disseminação das escolas primárias refletia, à época, o chamado *entusiasmo pela educação* do período republicano que corporificava a crença de que a multiplicação das instituições escolares conduziria a uma popularização do ensino, determinante do desenvolvimento das nações, posição muitas vezes expressas nas palavras das autoridades educacionais.

Além de Curitiba, Ponta Grossa no início do século XX apresentava ao menos 28 estabelecimentos de ensino, com número de alunos superior a mil pessoas. Outro importante fator para entender a educação no estado é perceber a existência de escolas de imigrantes sustentadas por comunidades étnicas, como as escolas alemãs, polonesas, ucranianas e italianas.

O primeiro governo de Moysés Lupion foi um marco importante para a educação paranaense, uma vez que se pensou na “instrução do homem do campo” e surgiram convênios com as prefeituras do interior para criar aproximadamente 500 esco-

<sup>403</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017.

<sup>404</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>405</sup> PITZ, Gustavo. A trajetória de Julia Wanderley. **Turistória**. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/a-trajetoria-de-julia-wanderley>. Acesso em: 08 maio 2023.

<sup>406</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 81.

las primárias pelo estado. Ainda, “houve a preocupação com a preparação de professores, no interior do estado, com o objetivo de formar o mestre de cada região, em sua própria região” e de prevenir a evasão escolar. Em 1948, Erasmo Pilotto assume a Secretaria de Educação e Cultura e acaba por trazer às escolas orientações e programas mais modernos e inovadores. O professor Pilotto criou o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais e muitos professores fizeram curso de especialização no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) do Ministério da Educação.<sup>407</sup>

Com o passar do século XX, houve diversos outros avanços no estado, bem como a criação de escolas profissionalizantes e a ênfase no ensino do campo, com a criação de escolas de Pesca e Trabalhadores Rurais no governo de Bento Munhoz da Rocha. Ainda, com Ney Braga à frente do Paraná, foi aprovada primeiramente em 1962 a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Estadual de Educação para reorganização do Sistema de Ensino, com campanhas de combate ao analfabetismo e à evasão escolar.<sup>408</sup>

Isto é, percebe-se que a educação no estado se desenvolveu e, com essas ações, procurou identificar as necessidades específicas de suas regiões. Em conjunto, destacam-se instituições de ensino como o Liceu de Curitiba, criado em 1846, que em 1872 passou a se chamar Gymnasio Paranaense e em 1943 passou a ser o Colégio Estadual do Paraná (CEP). O CEP é a maior escola pública do Paraná e ainda é um importante espaço para o desenvolvimento do Movimento Estudantil no estado.

Nos anos 2000, surgem no Paraná, a partir do Governo Federal, os Institutos Federais. Instituições públicas de educação, ciência e tecnologia, em que se oferece educação de nível médio, superior, de forma profissional e tecnológica em diferentes áreas do conhecimento. Seus campi foram criados em diversas localidades do estado, com reitoria e campus na cidade de Curitiba e campi em Assis Chateaubriand, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória, e campi avançados nas cidades de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu.

<sup>407</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017, p. 105.

<sup>408</sup> Ibidem, p. 115.



**Professora Julia Wanderley.**

Fonte: Jornal Plural. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/fragmentos-da-historia/no-dia-dos-professores-uma-homenagem-a-julia-wanderley>. Acesso em 26 jun. 2023.



**Professor Erasmo Pilotto.**

Fonte: Internet/Reprodução. Autor desconhecido



### Ginásio Paranaense e Escola Normal (início do século XX).

Fonte: Site Memória Urbana. Acervo Paulo Affonso Groätzner. Disponível em: <https://www.memoriaurbana.com.br/arquitetura-escola/008-ginasio-paranaense-e-escola-normal/> Acesso em: 26 jun. 2023.

## PARANISMO

Curitiba foi fortemente influenciada pela venda de erva-mate na segunda metade do século XX, possibilitando, assim, a criação de uma burguesia ervateira na cidade. Essa classe dirigente, devido ao crescimento econômico, passou a almejar a urbanização e modernização da cidade, que até esse momento era pouco expressiva nacionalmente. Nesse sentido, desde o início do século XX até pelo menos 1930, Curitiba passou por um momento de mudanças e constituição de uma identidade para seus moradores — a qual ficou conhecida como Paranismo.

O Movimento Paranista, ou Paranismo, foi composto pela elite curitibana — políticos e ervateiros —, como também por intelectuais e principalmente artistas. Nesse sentido, desenvolveu-se de forma política, social e cultural, em diversas frentes e períodos.<sup>409</sup> Apesar de falarmos aqui como se ambos fossem sinônimos, é preciso diferenciar o Movimento Paranista do Paranismo, pois o Movimento é datado do início do século XX e pode ser considerado a expressão prática do Paranismo, que surgiu como um ideal de identidade paranaense no mesmo período, mas se mantém presente até a atualidade.<sup>410</sup>

O Paranismo, a partir de mudanças na arquitetura, urbanização, modernização e no

<sup>409</sup> FONSECA, Barbara. **Entre colunas e pinheiros**: a recepção da Antiguidade nas obras paranistas de João Turin (1927-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2022.

<sup>410</sup> SALTURI, Luis Afonso. O movimento paranista e a revista *Ilustração Paranaense*. **Temáticas**, v. 22, n. 43, p.127-158, fev./jun. 2014.

mundo artístico, procurou constituir o que seria o paranista. Isto é, uma pessoa de índole grandiosa, que amaria e trabalharia para que o Paraná crescesse, independente da região onde teria nascido. É por isso que os seguidores desse movimento se chamam paranistas e não paranaenses, pois o “paranaense” seria uma forma excludente para com os migrantes que vieram ocupar as terras paranaenses. Segundo Romário Martins, o termo “paranista” teria surgido no Norte do Paraná, uma vez que nessa região, devido ao gentílico paulista, não se chamavam de “paranaense”, mas sim de “paranista”.

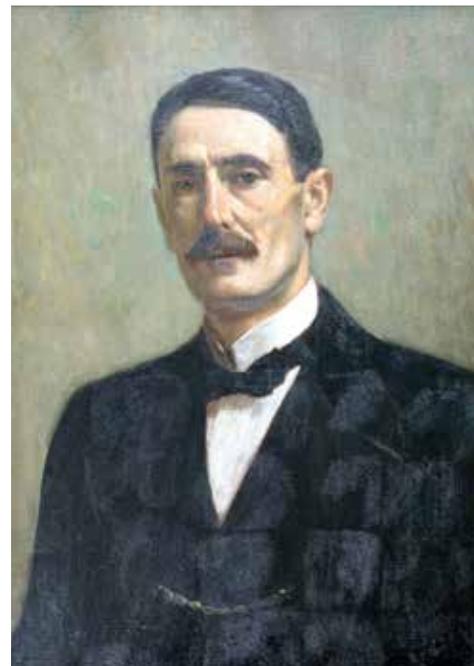
Entre seus principais idealizadores estão Romário Martins, conhecido como o “pai do Paranismo”, pois influenciou fortemente a elite intelectual de Curitiba, bem como financiou a partir de bolsas de estudos os artistas da região. Além disso, Martins criou o Centro Paranista e seu programa geral, indicando o que seria o Paranismo e as ações paranistas:

Art. 1º - Com a denominação de Centro Paranista fica constituída, com séde, fôro e domicilio na cidade de Curityba, uma agremiação que tem por objetivos promover e estimular todas as iniciativas uteis ao progresso e à civilização do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Centro toma a denominação de Paranista na accepção de “amigo do Paraná, contribuinte do seu progresso”, entendendo por paranismo as aspirações e as realizações vizadoras da grandeza do Paraná, em todas as manifestações moraes, intellectuaes e materiaes.<sup>411</sup>

Como produtores de símbolos paranistas, estão diversos artistas que foram de extrema importância para o movimento, como João Baptista Groff, João Turin, Lange de Morretes e Zaco Paraná. Com exceção de Groff, jornalista, fotógrafo e cineasta, os outros três foram os principais criadores da identidade paranista nas artes, com desenhos, pinturas e esculturas. Por exemplo, João Turin produziu diversas esculturas paranistas e Lange de Morretes expressou, entre diversas pinturas, a rosácea paranista, presente nas calçadas de Curitiba até a atualidade. Zaco Paraná, por sua vez, foi o criador da obra *O semeador*, que muito bem representa o paranista: aquele que semeia no presente um grandioso futuro.

Entre as criações paranistas, existem algumas temáticas que se repetem, como a natureza paranaense, mais especificamente o Pinhão e o Pinheiro. É nesse momento, assim, que se fortalece a noção de que o Pinheiro seria o símbolo do Paraná e também um exemplo do que seria o paranista: forte, vigoroso, belo e essencial para o crescimento da região. É importante pontuar que, apesar de os paranistas pensarem essa identidade como geral ao Estado do Paraná, pouquíssimas pessoas de fora da região da capital paranaense participaram desse movimento.



**Romário Martins. Pintura de Alfredo Andersen.**

Fonte: Secretaria da Cultura do Paraná. Disponível em: <https://www.cultura.pr.gov.br/Noticia/Voce-conhece-Casa-Romario-Martins-O-primeiro-nucleo-de-memoria-de-Curitiba>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>411</sup> PROGRAMMA GERAL DO CENTRO PARANISTA. Curitiba: Livraria Mundial, 1927.



### **Calçada de Curitiba-PR com o desenho da Rosácea Paranista.**

Fonte: Gazeta do Povo. Autor: Leo Flores. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/pino/local/rosacea-paranista-arte-sob-nossos-pes>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### **Zaco Paraná e João Turin (década de 1910).**

Fonte: Site João Turin. Autor desconhecido. Disponível em: [https://joaoturin.com.br/turin\\_arq\\_fotografico](https://joaoturin.com.br/turin_arq_fotografico). Acesso em: 26 jun. 2023.



### **Casa Paranista, construída no bairro do Água Verde, Curitiba-PR. Projeto de João Turin.**

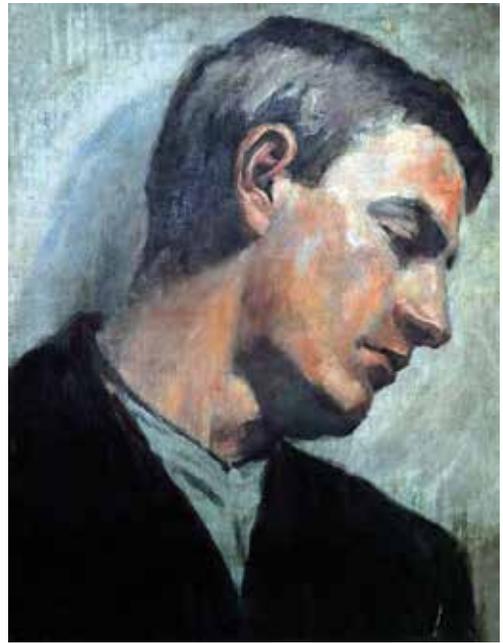
Fonte: Site João Turin. Autor desconhecido. Disponível em: [https://joaoturin.com.br/turin\\_arq\\_fotografico](https://joaoturin.com.br/turin_arq_fotografico). Acesso em: 26 jun. 2023.

Os moradores de Curitiba se inspiravam principalmente em Paris para pensar em seu desenvolvimento, sendo nesse momento também que se passou a criar a ideia de que Curitiba seria a “Europa brasileira”, uma vez que possuiria um clima ameno semelhante ao da cidade europeia e teria uma população majoritariamente branca.

Conforme dito, o movimento se desenvolveu em várias frentes e uma delas é a arquitetura, tendo sido construídos, em fins do século XIX e início da década de 1900, grandes e importantes prédios para a cidade, entre eles o Palácio Rio Branco (1896), atual Câmara dos Vereadores; o Antigo Gymnasio Paranaense (1904); e o Paço Municipal (1916), hoje chamado de Paço da Liberdade.

Além de avanços na arquitetura, a capital paranaense também teve a pavimentação de seu centro, com novos calçamentos em ruas que anteriormente eram de terra, e implementou a luz elétrica.<sup>412</sup> Chegaram à cidade novas formas de registro, como câmeras fotográficas mais modernas e filmadoras, que possibilitaram o registro de diversos momentos por João Baptista Groff, que realizou vídeos da cidade de Curitiba principalmente na década de 1920 e gravou a passagem das tropas de Getúlio Vargas, na Revolução de 1930, pelo Paraná.

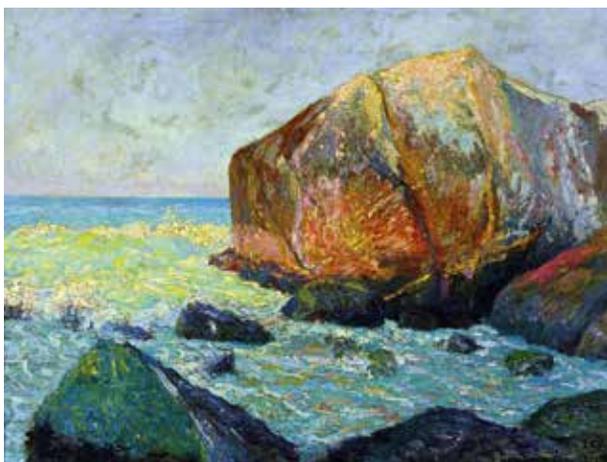
Foi nesse período também que muitas revistas foram lançadas na cidade, uma vez que, devido à existência de maquinário para a impressão das sacas de erva-mate, foi possível desenvolver importante imprensa ilustrada na região, como a revista *Ilustração Paranaense*, intitulada de



**Pensativo, Lange de Morretes (1914).**

Fonte: Reprodução/Internet. A autoria de Lange de Morretes.

<sup>412</sup> PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo:** o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.



**Guaratuba (1928).**

Fonte: Reprodução/Internet. A autoria de Lange de Morretes.



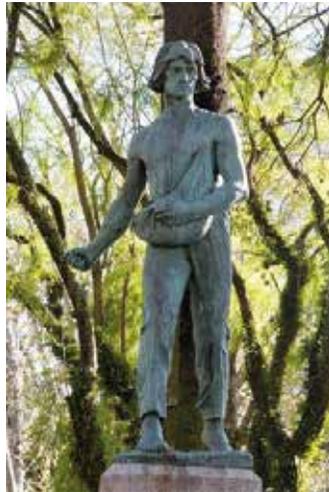
**Nhundiaquara e Pico do Marumbi (1934).**

Fonte: Reprodução/Internet. A autoria de Lange de Morretes.



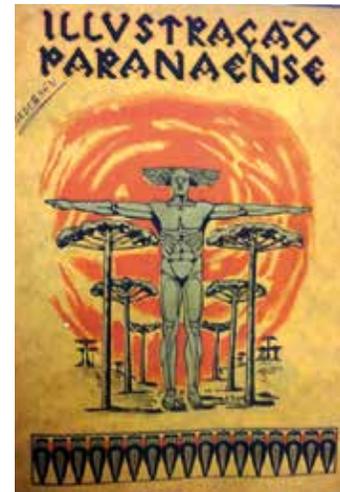
### João Baptista Groff.

Fonte: Site História do Cinema Brasileiro. Disponível em: <https://www.historiadocinemabrasileiro.com.br/joao-baptista-groff/foto-joao-baptista-groff>. Acesso em: 26 jun. 2023.



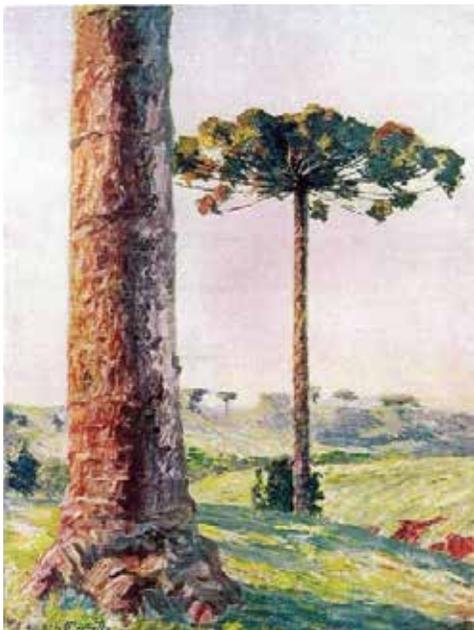
### O semeador, de Zaco Paraná.

Fonte: Kim Vasco. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~coorhis/kimvasco/zacco.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Revista *Ilustração Paranaense*, 1929. Capa do Homem Pinheiro, obra de João Turin.

Fonte: Site João Turin. Autor desconhecido. Disponível em: [https://joaoturin.com.br/turin\\_arq\\_paranismo](https://joaoturin.com.br/turin_arq_paranismo). Acesso em: 26 jun. 2023



### Dominadores solitários, Lange de Morretes (1930).

Fonte: Site Artes IFPR: Paranaguá. Autor desconhecido. Disponível em: <https://artesifprpqua.wordpress.com/2020/10/20/consolidacao-artistica-do-litoral-paranaense-e-o-movimento-paranista>. Acesso em: 26 jun. 2023.

“mensário de artes e notícias paranistas” e uma das principais fontes de pesquisa para se pensar o Paranismo na atualidade. Nessa revista, produzida por Groff, existem diversas obras dos artistas já citados. Em sua capa, obra de Turin, com o desenho do Homem Pinheiro; a primeira folha apresentava uma lenda paranista, feita por Martins; e entre suas páginas existem diversos textos, desenhos, pinturas e fotografias de Lange de Morretes, Zaco Paraná, Dario Velloso, Pamphilo D’Assumpção, David Carneiro, entre outros.

O Movimento Paranista surgiu em um período da política brasileira em que, após a proclamação da República, o país passava por certa crise de símbolos, afinal perdeu-se a figura centralizadora do Imperador. Assim, a Primeira República brasileira, além de permitir o poder federativo, também procurava constituir seus heróis e representações para fortalecer e justificar o novo regime. Com a ascensão de Vargas em 1930, o poder se volta para uma figura centralizadora. Ainda, devido à crise da erva-mate, do café e do mundo ocidental como um todo, com a Crise de 1929, há um momento de diminuição nos investimentos na cidade. Por consequência, o Paranismo continua presente no imaginário curitibano, embora, o movimento junto da década de 1930, chega ao seu fim.



### Rua Barão do Rio Branco, Curitiba-PR (década de 1920).

Fonte: Site Curitiba Antiga. Acervo Cid Destefani. Disponível em: <https://www.curitibaantiga.com/fotos-antigas/562/Rua-Bar%C3%A3o-do-Rio-Branco-na-d%C3%A9cada-de-20.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Rua XV de Novembro, Curitiba-PR (década de 1920).

Fonte: Site Prefeitura de Curitiba. Foto de João Baptista Groff. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/imagens-da-curitiba-antiga-na-casa-romario-martins/25904>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Rua José Bonifácio, Curitiba-PR (década de 1920).

Fonte: Site Prefeitura de Curitiba. Foto de João Baptista Groff. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/imagens-da-curitiba-antiga-na-casa-romario-martins/25904>. Acesso em: 26 jun. 2023.



**Comitiva de Getúlio Vargas (ao centro) durante sua passagem por Itararé, perto da divisa de São Paulo com o Paraná, a caminho do Rio de Janeiro.**

Fonte: Gazeta do Povo. Foto de Claro Jansso. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-na-rota-dos-revolucionarios-8n282g0spraon612q6r0j5cum>. Acesso em: 26 jun. 2023.



**Fachada do Memorial Paranista, Curitiba-PR (2020).**

Fonte: Revista Area. Autor desconhecido. Disponível em: <https://revistaarea.com.br/com-memorial-paranista>. Acesso em: 26 jun. 2023.

O imaginário paranista continuou vivo na cidade de Curitiba; com períodos de baixa e de mais atenção, esses ideais voltam à tona na sociabilidade da cidade de tempos em tempos. Por exemplo, na década de 1940, Romário Martins lança a obra *A paranística*, em que discute sobre o ser paranista e, também, propõe a constituição das calçadas de rosácea paranista na cidade. Agora, em 2020, na terceira gestão de Rafael Greca como prefeito da capital paranaense, houve a construção do Memorial Paranista, com obras de João Turin. O ideal paranista se manteve e se mantém presente na capital paranaense, como também seu principal símbolo, o Pinheiro do Paraná.

## SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO PARANÁ

No Paraná, além de investimentos governamentais e das cooperativas que já foram citadas, observa-se o desenvolvimento da economia e da sociedade paranaense a partir do fomento de instituições sem fins lucrativos, como as associações comerciais, os sindicatos e outras organizações da sociedade civil. Essas foram e são de extrema importância para a interlocução das empresas paranaenses e de seus trabalhadores, bem como da população em geral, unindo-os com objetivos diversos de melhorar seu desenvolvimento econômico, garantir direitos, para o fortalecimento da sociabilidade e agrupamento de interesses em comum.

As sociedades civis organizadas são entidades privadas sem fins lucrativos, como associações ou fundações, sociedades cooperativas e organizações religiosas, entre as quais, por exemplo, associações profissionais, clubes cívicos, clubes sociais e esportivos, cooperativas, cooperações, grupos ambientalistas, instituições políticas e órgãos de defesa do consumidor.<sup>413</sup>

De acordo com a Lei federal n. 13.204, de 2015, uma organização da sociedade civil pode ser definida como:

- a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei n. 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

<sup>413</sup> CIAR UFG. **Sociedade civil e Poder Público**: parcerias em favor da promoção do acesso aos direitos culturais. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonio-direitos-culturais-e-cidadania/edicao2/cnt/modulo4/cnt/cntnt/2-3.html>. Acesso em: 08 maio 2023.

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

Nesse caminho, percebe-se que as sociedades civis organizadas estão presentes em diversos campos e ocupam inúmeros espaços e funções. Como expresso acerca das cooperativas no Paraná, sabe-se que as sociedades civis foram extensivamente desenvolvidas no estado ao longo do século XX e, além dessas, também houve o desenvolvimento de associações comerciais, clubes e sindicatos em variadas áreas, como na indústria, no comércio, na saúde, na educação e nos seguros.

Pensando primeiramente nas associações comerciais paranaenses, a Associação Comercial do Paraná (ACP) foi a primeira a ser criada, isso em 1890, por Ildefonso Pereira Correia, o barão do Serro Azul, para representar os interesses dos comerciantes de diversos setores da economia do estado. Nesse momento muitos dos que participavam da associação eram produtores de erva-mate na cidade, incluindo o barão do Serro Azul, um dos burgueses ervateiros mais ricos de Curitiba.

A criação da ACP saiu nos jornais do período em forma de convite para os comerciantes e representantes das classes industriais de Curitiba e do litoral paranaense:

#### Convite

Tenho a honra de convidar o commercio d'esta capital e das demais localidades do Estado, especialmente das do litoral, bem como os representantes das classes industriaes, para a reunião que se deverá effectuar no dia 6 do corrente, ás 11 horas da manhã, nos salões do "Club Curitybano".

N'esta reunião se tratará:

1º De instituir a ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DO PARANÁ, procedendo-se á leitura, discussão e approvação dos respectivos estatutos, seguindo-se a subscrição das acções representativas do fundo capital;  
2º Da representação que se pretende dirigir ao Exmo. Ministro da Fazenda, pedindo a incorporação d'este Estado á zona bancaria de S. Paulo.

Sendo, portanto, do mais alto alcance os assumptos de que se occupará a assembléa, peço o comparecimento geral das classes interessadas, às quaes directamente cumpre intervir.

Corityba, 1º de Julho 9 de 1890. - ANTONIO DE BARROS, Secretario da Commissão.<sup>414</sup>

Com mais de 130 anos de história, já teve mais de uma dezena de diretores e políticas diversas. Aqui cita-se dois deles: o primeiro, Pamphilo D'Assumpção, e o segundo, Ivo Abreu de Leão, respectivamente, escritor da revista *Ilustração Paranaense* e integrante do comitê paranaense de seguros — que será trabalhado no próximo capítulo deste livro.

<sup>414</sup> ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DO PARANÁ. Convite. **A Republica**: orgam do Partido Republicano, n. 154, 2 jul., 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/969>. Acesso em: 08 maio 2023.



### **Pamphilo D'Assumpção e Ivo Abreu de Leão.**

Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <https://acpr.com.br/historia>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Pamphilo D'Assumpção assumiu a direção da ACP em 1909 e seu nome merece destaque, pois foi em suas gestões que a ACP adquiriu um prédio para a construção de sua sede e, entre outras coisas, estabeleceu escritório como forma de comunicação com os comerciantes da região e a criação de boletim mensal com publicações do interesse comercial. Esse ficou conhecido como *Boletim Informativo Mensal da Associação Comercial do Paraná* e era produzido pela Imprensa Paranaense, empresa fundada pelo barão do Serro Azul. O *Boletim* manteve sua existência por diversos anos e foi transformando-se até se tornar a atual *Revista do Comércio*, em 1997.

Foi na gestão de Ivo Leão, por sua vez, em que houve a tentativa de interação entre os setores produtivos do Paraná e, em 1959, surge a União das Associações Comerciais do Paraná (UNACEP), “com o intuito de unificar o pensamento das classes produtoras em um órgão de âmbito estadual”; e a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (FACIAP), para representar o empresariado paranaense. A FACIAP promove a defesa dos interesses empresariais por meio de um sistema associativista e tem sido porta-voz dos anseios de seus associados junto às três esferas do Executivo. Atualmente está em 75% dos municípios paranaenses, representa 295 associações comerciais e um universo de mais de 60 mil empresas em todo o Estado.

Além da ACP e da FACIAP, destacam-se aqui as associações comerciais das outras quatro maiores cidades em população do estado depois da capital, Curitiba. Isto é, as associações de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, que buscam atender as necessidades empresariais de suas cidades, bem como iniciativas coletivas que procurem benefícios não apenas ao setor empresarial, mas também à sociedade como um todo.

A Associação Comercial de Londrina (ACIL), surgiu oficialmente em 1937 e desde esse momento participa de ações que atingem diretamente a cidade de Londrina. Em 1942, por exemplo, a ACIL participou de “ações que resultaram na construção da ponte rodoviária sobre o Rio Tibagi para escoar a safra e a madeira da região”<sup>415</sup> e, ao

<sup>415</sup> ACIL. Sobre a Acil. **Nossa História**. Disponível em: <https://acil.com.br/historia>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Fundadores da Associação Comercial de Londrina (final da década de 1930).

Fonte: Associação Comercial de Londrina. Autor desconhecido.

longo dos anos, destaca-se por cobrar por melhorias na segurança da cidade. Voltada diretamente para o desenvolvimento econômico, em 1978 o presidente da ACIL, Nilo Dequêch, propôs a criação do polo industrial Londrina-Maringá; e, conforme descrito em seu site, “se tornou uma espécie de incubadora, favorecendo iniciativas como Londrina Convention, Visitor Bureau, Fórum Desenvolve Londrina, Garantinorte, Sicoob, o programa Compra Londrina e o Observatório de Gestão Pública”.<sup>416</sup>

Já em Maringá, a Associação Comercial e Empresarial da cidade (ACIM), foi criada em 1953 e teve sua sede construída em um terreno doado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). O seu início se dá devido à insatisfação dos comerciantes com problemas da cidade, visto que desejavam mais postos telefônicos, a ampliação dos Correios, o início imediato das obras da estação ferroviária e uma agência do Banco do Brasil. Tais reivindicações foram atendidas e a ACIM continuou ao longo dos anos buscando melhorias para a cidade. Durante os séculos XX e XXI, a associação esteve envolvida no aumento dos geradores de energia elétrica para Maringá, no desenvolvimento das telecomunicações, na educação, política, na fiscalização do dinheiro público e em seu planejamento socioeconômico.<sup>417</sup> As discussões proporcionadas pela ACIM permitiram a constituição de outros órgãos na cidade, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM), que junto da associação, no ano de 2016, lançou o “Masterplan”. Isto é, um projeto socioeconômico para Maringá até seu centenário, no ano de 2047.

A Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG) foi fundada em 1922 e logo em seu início defendia a implantação da Companhia Prada de Eletricidade, a criação da Companhia Pontagrossense de Telefones e a construção de

<sup>416</sup> MANFRIN, Marcia. ACIL: 85 anos de compromisso com Londrina. **Notícias**, 2022. Disponível em: <https://acil.com.br/noticias/acil-85-anos-de-compromisso-com-londrina>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>417</sup> ACIM MARINGÁ. Como a ACIM ajudou Maringá a crescer @maringahistorica. **YouTube**, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PyIyGwPsSD8>. Acesso em: 26 jun. 2023.



**Sede da Associação Comercial de Londrina (data desconhecida, provavelmente entre os anos de 1930 e 1940).**

Fonte: Associação Comercial de Londrina. Autor desconhecido.



**Loja da Prosdócimo, que funcionou no prédio onde hoje é a sede da ACIM e o Banco SICOOB.**

Fonte: Maringá Histórica. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/38/prosdocimo-maringa>. Acesso em: 26 jun. 2023.



**Lançamento da Pedra Fundamental da ACIM. Segundo o site Maringá Histórica, na imagem encontram-se: de bata, de costas, provavelmente o bispo Dom Jaime Luiz Coelho, ao fundo do lado esquerdo, Emílio Germani, Américo Marques Dias. Mais ao centro, João Paulino Vieira Filho, Ubirajara de Araújo Pismel. Do lado direito, de perfil, Alfredo Moisés Maluf.**

Fonte: Centro de Documentação Luís Carlos Masson / Acervo Maringá Histórica. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/454/lançamento-da-pedra-fundamental-da-sede-da-acim-1960>. Disponível em: 26 jun. 2023.

uma rodovia ligando Ponta Grossa a Guarapuava. “A Associação Comercial durante décadas atuou firmemente em prol de benefícios para a comunidade em temas diferentes”; assim, reivindicou em 1939 a instalação de um Corpo de Bombeiros na cidade; na década de 1960, buscou o fortalecimento da malha rodoviária de acesso a Ponta Grossa; buscou iniciativas para valorizar o turismo; influenciou diretamente na expansão industrial do município ao longo dos anos 1970, quando Ponta Grossa se tornou um polo de processamento de oleaginosas, transformando-se na “Capital da Soja”; também esteve em defesa da criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); foi uma das entidades fundamentais para a criação das FACIAP; e, ainda, cabe destacar sua representação política ao defender o movimento Ficha Limpa na eleição de representantes locais.<sup>418</sup>

<sup>418</sup> ACIPG completa 100 anos de história e intensa contribuição ao desenvolvimento de Ponta Grossa. **Blog do Johnny**, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.blogdojohnny.com.br/postagens/acipg-completa-100-anos-de-historia-e-intensa-contribuicao-ao-desenvolvimento-de-ponta-grossa>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Em 1960, com o esgotamento da atividade madeireira no estado, os líderes empresariais de Cascavel se uniram a fim de pensar em novas formas de desenvolvimento econômico para o município. Por conseguinte, a cidade passou a contar com sua Associação Comercial e Industrial (ACIC). De forma semelhante às outras associações citadas, a ACIC “cobra justiça fiscal, simplificações e combate à corrupção, pede por obras físicas estratégicas, como rodovias, duplicações, aeroporto, contornos, investimentos e políticas industriais e melhorias na produtividade, entre outras”.<sup>419</sup>

As Associações Comerciais do Paraná, por sua vez, possuem doze coordenadorias por todo o estado, as quais as representam, agrupam ideias, ações, pessoas e são ferramentas de transformação para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, representam e defendem os interesses de suas associações comerciais, promovem parcerias e possuem a capacidade de fazer frente em reivindicações políticas.<sup>420</sup> Entre as coordenadorias, estão:

- CACENORPI: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Norte Pioneiro;
- CACERCOPAR: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais da Região Centro Ocidental do Paraná;
- CACESUL: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro Sul do Paraná;
- CACIASPAR: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudeste do Paraná;
- CACICOPAR: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro Oeste do Paraná;
- CACICPAR: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro do Paraná;
- CACIER: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais de Entre Rios;
- CACINOR: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Norte e Noroeste do Paraná;
- CACINP: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Norte do Paraná;
- CACINPAR: Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Noroeste do Paraná;
- CACIOPAR: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná;
- CACISPAR: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudoeste do Paraná.

Para além das Associações Comerciais e suas coordenadorias citadas, o Paraná conta com outras entidades sem fins lucrativos enfaticamente atuantes no ramo do comércio, como a Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio). A Fecomércio é uma entidade sindical de grau superior formada em 1948, por cinco sindicatos empresariais. Seu objetivo é administrar os serviços sociais e de aprendizagem comercial por meio do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem

<sup>419</sup> ACIC. **A ACIC na visão dos ex-presidentes**. 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www.acicvel.com.br/post/27>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>420</sup> CACINP. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.cacinp.org.br/p/institucional-sobre>. Acesso em: 26 jun. 2023.

## Paraná dividido pelas Coordenadorias das Associações Comerciais, Empresariais e Industriais do estado



Fonte: Site CACINP. Disponível em: <https://www.cacinp.org.br/p/institucional-sobre>. Acesso em: 25 jun. 2023.

gem Comercial (Senac) e “mobilizar empresários, captar demandas e representar o setor terciário na busca por um ambiente de negócios mais favorável. O Sesc e o Senac “são entidades de direito privado, administradas pelos empresários do comércio e de serviços”,<sup>421</sup> e surgiram com o objetivo de “promover o bem estar social da classe comerciária e a qualificação profissional do trabalhador”.

Conforme é possível perceber, o Paraná não foi formado e desenvolvido apenas por políticas governamentais, e outras organizações extremamente importantes para se pensar a participação da sociedade civil no estado são os sindicatos. Os sindicatos chegaram ao país junto com os imigrantes europeus, uma vez que esses trabalhadores possuíam experiência de trabalho assalariado e relativa aos direitos trabalhistas já conquistados em seus antigos países. No início do século XX, os sindicatos, em sua maioria, eram compostos por operários, que buscavam auxílio mútuo e organizavam diversas greves pelo país, como a Greve Geral de 1917. No entanto, a partir do Governo de Getúlio Vargas, em 1931, os sindicatos passaram a ser controlados pelo Estado e a terem, conseqüentemente, uma série de limitações de atuação.

Até a década de 1960, diversas tensões ocorreram entre sindicatos e Estado, quando o movimento sindical atingiu o ápice a partir do III Congresso Sindical Nacional e

<sup>421</sup> FECOMÉRCIO-PR. **Histórico**. Disponível em: <https://www.fecomerciopr.com.br/a-fecomercio-pr/historico>. Acesso em: 08 maio 2023.



### Trabalhadores de São Paulo na Greve Geral de 1917.

Fonte: Reprodução/Internet. Autor desconhecido.

surgem ligas camponesas e sindicatos rurais. Durante a Ditadura Militar, com o sindicalismo operário voltado ao ideário político de esquerda, novamente os sindicatos são duramente perseguidos — gerando diversas greves paulistas na década de 1970.

Com o passar dos anos e a chegada da redemocratização, os sindicatos ganharam mais liberdade e permanecem importantes em nossa sociedade. Atualmente, existem em dois caminhos: o laboral, para os trabalhadores, e o patronal, que representa os empregadores. Cada qual luta por sua classe de associados a partir da reivindicação de boas condições de trabalho, da proteção de seus direitos, na atuação em negociações e na representação judicial de seus filiados.

O mais antigo sindicato do Paraná é o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas (STIG), criado em 1911. Atualmente, continua ativo e representa grande parte dos trabalhadores gráficos do estado do Paraná, com exceção de algumas cidades que possuem sindicatos próprios, como Maringá, representada pelo Sindicato das Indústrias Gráficas de Maringá e Região (Singramar). Outro sindicato centenário no estado é o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), criado em 1920. É um dos maiores sindicatos do Paraná e tem como objetivos lutar pelos direitos e interesses dos trabalhadores, como melhores salários, condições de trabalho, saúde e segurança nas fábricas. Além dos sindicatos dedicados aos trabalhadores de fábricas, vale lembrar do Sindicato dos Professores e Funcionários de Escola do Paraná. Conhecido por APP Sindicato, surgiu em 1947 e busca até hoje defender a classe trabalhadora ativa na educação pública do Paraná.

É impossível citar todos os sindicatos do Paraná neste espaço, uma vez que exis-



### Assembleia de operários em greve na região do ABC.

Fonte: Memorial da Democracia. Autor desconhecido. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-grande-greve-dos-trabalhadores-do-abc>. Acesso em: 26 jun. 2023.

tem centenas por todo o estado. Apenas entre filiados na Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) estão 108 sindicatos, sendo 99 estaduais, 1 interestadual e 8 nacionais, representando as mais várias atividades industriais presentes no estado.<sup>422</sup> Enquanto isso, na Fecomércio, existem mais de 60 sindicatos patronais filiados, localizados em diversas regiões do Paraná, representando os setores de comércio, serviços e turismo.<sup>423</sup> De forma semelhante à representação das associações comerciais por coordenadorias, estes sindicatos se unem em outras instituições a fim de, a partir do associativismo, defender seus interesses ao ampliar alianças e, por conseguinte, o alcance de suas reivindicações.

Por fim, pensando em outras formas de organização e cooperação que influenciam diretamente o desenvolvimento do Paraná, destacam-se clubes como os Lions e o Rotary e a interferência da maçonaria em diversos espaços político-econômicos do estado. Esses grupos tornaram-se, ao longo do século XX, importantes locais de sociabilidade, possibilitando encontros, discussões, ideias e ações. O Lions Clube se faz presente por todo o mundo e chegou ao Paraná na década de 1950, quando foi fundado em Curitiba. Atualmente, está nas principais cidades paranaenses, como Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Irati, Paranaguá, entre outras. O Lions Clube é uma entidade não governamental, composta por voluntários que procuram atender as necessidades de comunidades locais. Surgiu em 1917, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, com o intuito de pensar além das questões empresariais

<sup>422</sup> SISTEMA FIEP. **Sindicatos**. Disponível em: <https://www.fiepr.org.br/sindicatos>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>423</sup> FECOMÉRCIO-PR. **Lista de sindicatos filiados**. Disponível em: <https://www.fecomercioopr.com.br/sindicatos/lista-de-sindicatos-filiados>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Greve do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

Fonte: Site SIMEC. Autor desconhecido. Disponível em: [https://simec.com.br/?area=ver\\_noticia&id=8682&titulo=historia-fotografada-veja-imagens-de-importantes-mobilizacoes-do-smc](https://simec.com.br/?area=ver_noticia&id=8682&titulo=historia-fotografada-veja-imagens-de-importantes-mobilizacoes-do-smc). Acesso em: 26 jun. 2023.

e trabalhar para um melhor desenvolvimento social.<sup>424</sup>

Nesse mesmo caminho está o Rotary, criado em 1905, também em Chicago, Estados Unidos, para congregar profissionais de diferentes áreas e criar conexões de amizade. O Rotary, assim, é entendido como “uma rede global de líderes comunitários, amigos e vizinhos que veem um mundo onde as pessoas se unem e entram em ação para causar mudanças duradouras em si mesmas, nas suas comunidades e no mundo todo”.<sup>425</sup> Sua missão é “servir ao próximo, difundir a integridade e promover a boa vontade, paz e compreensão mundial por meio da consolidação de boas relações entre líderes profissionais, empresariais e comunitários”.<sup>426</sup> O primeiro clube Rotary no Paraná foi criado em Curitiba, no ano de 1933, e atualmente existem 350 clubes espalhados pelo estado.

Permeando as associações comerciais, sindicatos e clubes, bem como outras formas de sociabilidades citadas, percebe-se ainda a influência da maçonaria no Paraná, existente desde 1837, quando foi fundada em Paranaguá a Loja União Paranaguense. Nos anos seguintes, surgem oficinas maçônicas em Curitiba, Morretes e Guarapuava, isso mesmo antes de o Paraná ser elevado a província do Império Brasileiro. Os ideais maçônicos estiveram presentes em muitos momentos da história paranaense, uma vez que, por meio de seus membros, as lojas maçônicas do estado procuraram instituir

<sup>424</sup> LIONS CLUBS INTERNATIONAL. **Descubra nossa história.** Disponível em: <https://www.lionsclubs.org/pt>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>425</sup> ROTARY. **Expandindo nosso alcance.** Disponível em: <https://www.rotary.org/pt/rotarys-timeline-expanding-our-reach>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>426</sup> Ibidem.



### Quinta Greve da APP Sindicato (1981).

Fonte: APP Sindicato. Autor desconhecido. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Fundação do Lions Club em 1917.

Fonte: Lions Clubs. Autor desconhecido. Disponível em: <https://lionsnav.com.br/aniversario-de-fundacao-da-associacao-de-lions-clubes>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Rotarianos desfilam pelas ruas de Edimburgo durante a Convenção de 1921.

Fonte: Rotary. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.rotary.org/pt/rotarys-timeline-expanding-our-reach>. Acesso em: 26 jun. 2023.

uma sociedade “mais justa e fraterna, alicerçada nos princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.<sup>427</sup> A maçonaria esteve na luta pela abolição da escravatura no Paraná e um de seus membros paranaenses notáveis dentro da literatura paranaense era Dario Vellozo, poeta simbolista, ocultista e criador do Instituto Neo-Pitagórico em Curitiba.

Atualmente, destacam-se em território paranaense três instituições maçônicas regulares, entre elas estão a Grande Oriente do Brasil-Paraná (GOB-PR), fundada em 1927. A Grande Loja Maçônica do Estado do Paraná (GLP), criada no ano de 1941; e, por fim, o Grande Oriente do Paraná (GOP), idealizada em 1952.

Procurou-se citar as principais organizações da sociedade civil atuantes no Paraná. Essa escolha se deu de acordo com as influências diretas ao comércio e a indústria paranaense. No entanto, não se deve perder de vista outras instituições existentes na região, bem como as voltadas especialmente à filantropia e à educação.

Conforme visto neste capítulo, a ocupação do Paraná acompanhou o desenvolvimento econômico do estado. Assim, diversas cidades foram criadas de acordo com a erva-mate, a construção de ferrovias, da indústria madeireira, do café e da industrialização. Dentro desse processo, o estado recebeu grande número de imigrantes estrangeiros e de outras regiões do próprio Brasil, e também teve seus momentos de êxodo rural devido a desastres climáticos e em momentos de esgotamento de suas atividades econômicas.

<sup>427</sup> GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO PARANÁ. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.grandelojadoparana.org.br/sobre-nos>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Dario Vellozo.

Fonte: Instituto Neo-pitagórico. Autor desconhecido. Disponível em: <http://www.pitagorico.org.br/fundador>. Acesso em: 26 jun. 2023.



### Símbolos da maçonaria paranaense.

Fonte: Site Grande Loja do Paraná. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.grandelojadoparana.org.br>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Ao longo de seus 170 anos, o Paraná passou de uma província com pouca expressão nacional para a quinta unidade federativa mais populosa do país. Semelhante a diversas outras regiões, seu crescimento econômico e social se deu de forma harmoniosa, mas também conflituosa, e foi, muitas vezes, apoiado em seguradoras que apresentavam e ainda apresentam proteção necessária para a execução de novos projetos e processos.

# 2

## ***História do Mercado de Seguros***

---

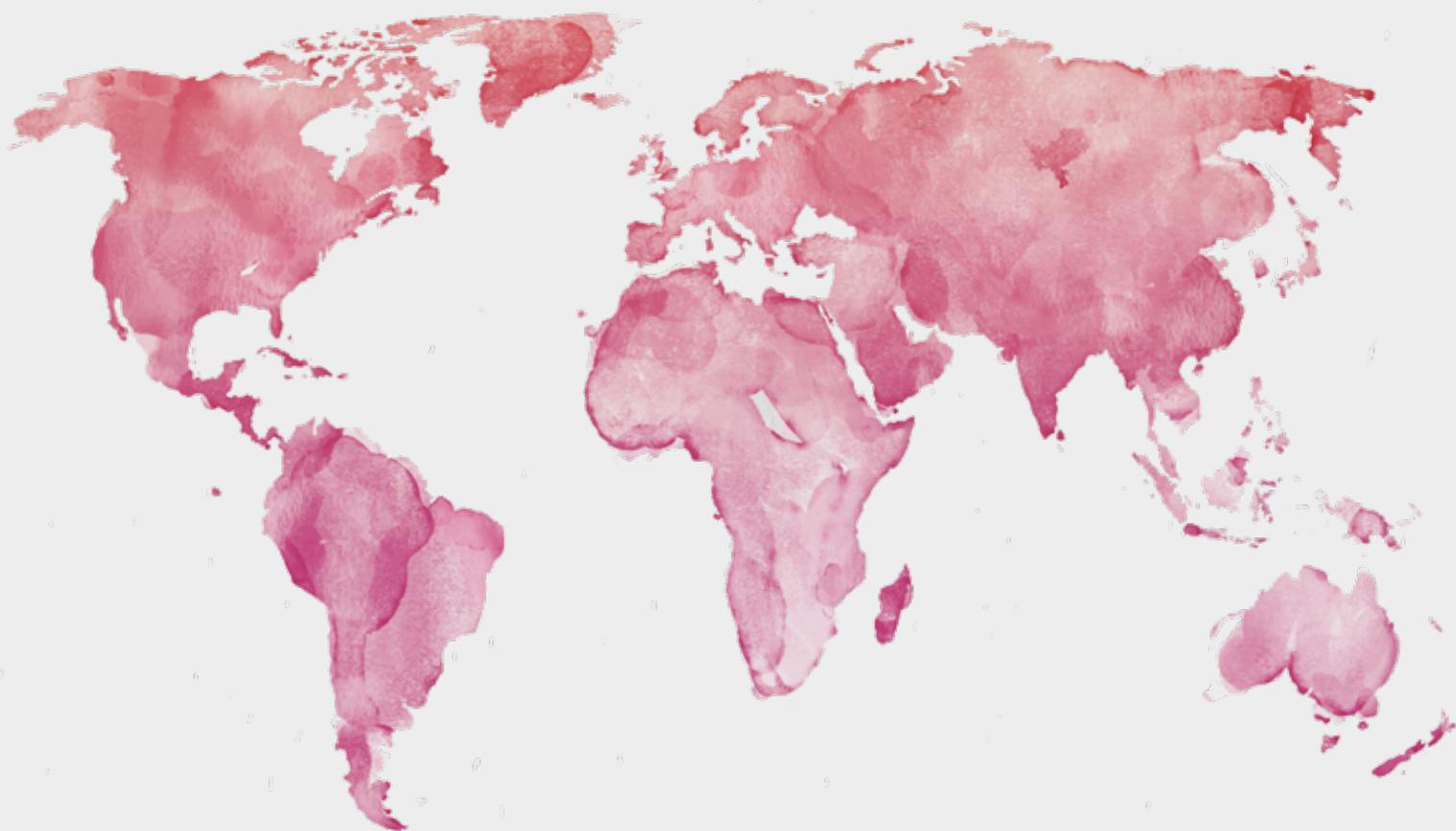
***Uma visão panorâmica de  
sua formação e consolidação***



**Instituto de Resseguros do Brasil. Rio de Janeiro, 1941. MMM Roberto.**

Fonte: CZAJKOSWIKI (2001, p. 31).

## HISTÓRIA DO MERCADO DE SEGUROS PELO MUNDO



Falar de seguro é falar de prevenção. Todas as vezes que pensamos em seguros, imediatamente a precaução surge como palavra-chave, necessária para que os riscos sejam minimizados e as garantias sejam ampliadas. É assim que funciona um seguro: os riscos são reduzidos e/ou garantidos por um terceiro, disposto a equacionar ou mitigar problemas que possam vir pelo caminho.

Já na Babilônia, muitos séculos antes de Cristo, caravanas de camelheiros cotizavam as mortes ocorridas durante o trajeto. A mútua pode ser considerada uma das formas de seguro, vez que os membros integrantes de determinado grupo podem, juntos, equalizar prejuízos a partir do auxílio entre si.

Algo parecido ocorreu com os comerciantes chineses. Arriscando a travessia de barco nos perigosos rios da Ásia, uma pequena porção proveniente de cada comerciante integrante dos barcos era destinada a ressarcir os prejuízos. Os árabes se utilizavam do mesmo princípio, porém o auxílio se dava em outro cenário: a transposição de longos desertos.

Naquele período, o benefício ficava restrito somente às pessoas físicas, que custeavam as operações. Quer dizer, não havia uma empresa criada para dar garantia aos segurados. O seguro era feito por um terceiro que, esperando receber certa parcela do valor investido, segurava outrem para ficar protegido em decorrência dos riscos que poderiam acontecer em longas jornadas.

Diante do crescente mercado, e com as operações ganhando consistência, um dos primeiros contratos de seguro de que se tem registro foi celebrado em Gênova, na Itália, no ano de 1347. Nele havia inúmeras cláusulas que garantiam ou isentavam os seguradores de pagarem as indenizações. As primeiras apólices são datadas de 11 de julho de 1385 (Pisa / Itália) e 10 de julho de 1397 (Florença / Itália). As apólices tornaram-se comuns a partir daquele momento.<sup>428</sup>

Ganhando popularização, sobretudo com as transformações ocorridas na história mundial, os seguros deixaram de garantir o trânsito de pessoas e mercadorias para cobrir a fixação de bens móveis e imóveis em determinados locais. Quer dizer, com a formação dos burgos, advindos dos nós de trânsito, o seguro agora tinha a finalidade de cobrir espaços privados, pessoas e bens móveis.

Um dos fatos históricos que colaborou para ampliar os seguros foi o grande incêndio de Londres, que destruiu o centro da cidade entre 2 e 5 de setembro de 1666. Foram atingidas 13.200 casas, 87 igrejas e 44 prédios públicos, deixando mais de 100 mil desabrigados e 9 óbitos. Vale destacar que esses números chegaram a atingir, portanto, 25% da cidade de Londres.<sup>429</sup>

<sup>428</sup> BOHRER, Saulo Santiago. **Mercado de seguros luso brasileiro**: a casa de seguros de Lisboa e do Rio de Janeiro (1758-1831). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2012.

<sup>429</sup> RODRIGUES, Ricardo. O grande incêndio de Londres em 1666: o estopim da criação do seguro patrimonial da forma como conhecemos hoje. **Seguros e etc.**, 13 maio 2019. Disponível em: <https://seguroseetc.com/2019/05/13/o-grande-incendio-de-londres-em-1666-o-estopim-da-criacao-do-seguro-patrimonial-da-forma-como-conhecemos-hoje>. Acesso: 7 jul. 2023.

O grande incêndio de Londres ampliou a busca pelos seguros. Se havia a vulnerabilidade, com a possibilidade de que mais sinistros similares ocorressem, abriu-se campo para o desenvolvimento do segmento, ainda uma atividade econômica incipiente em âmbito global.

O crescimento urbano desse período pode ser medido pela vida em Londres, a primeira grande cidade industrial, no centro de uma economia que já foi por quatro séculos a maior do mundo. A capital inglesa, praticamente, triplicou a sua população entre os séculos XVIII e XIX. Perante o pico demográfico, sua massa populacional passou a migrar para o meio urbano, com o chamado êxodo rural, resultando em uma ocupação desconexa e desordenada:

As revoluções industriais pioneiras ocorreram em uma situação histórica especial, em que o crescimento econômico surge de um acúmulo de decisões de incontáveis empresários e investidores particulares, cada um deles governado pelo primeiro mandamento da época, comprar no mercado mais barato e vender mais caro.<sup>430</sup>

O contexto da Revolução Industrial também colaborou para a popularização dos seguros. A massa humana que veio do campo, onde trabalhava subordinada ao regime feudal fundado na subsistência, agora se via em uma condição oposta. Inserido em um regime frenético de trabalho, que em nada lembrava as relações com o mundo rural, o operariado viu se desfazerem os vínculos sociais que foram a base de sua identificação.

A economia capitalista fez emergirem as relações centradas na racionalidade e na busca pela orientação da convivência social e produtividade. A vida passou a valer na proporção em que gerava riqueza e na lógica de mercado. Desta forma, os seguros tornaram-se recorrentes no cotidiano das pessoas, que buscam a proteção para a vida e para seus patrimônios.

Em Portugal, os seguros também tinham protagonismo desde o século XIII. Em 1293, o rei D. Diniz fixou a primeira forma de seguro, vinculada aos ritmos marítimos. Os mercadores deveriam pagar certas quantias sobre as embarcações. Eram os chamados “prêmios”.<sup>431</sup>

Já em 1370 nasceram as primeiras leis que regulamentaram os seguros em terras lusitanas, com D. Fernando I, que fixou o pagamento de duas coroas por cento sobre o valor dos navios dos ancoradouros de Lisboa e Porto. Séculos depois, em 15 de outubro de 1529, foi criado o primeiro cargo vinculado à atividade seguradora, sendo este o escrivão de seguros.

Ainda, em 1522, o primeiro livro sobre seguros nascia em Portugal, o *Tractatus de assecurationibus et sponsionibus mercatorum*, que tinha como finalidade regulamentar as ações do segmento. Já em 1578 surgiu a profissão de corretor de seguros. Tornando-se responsável pela atividade, previa ganhos cinco vezes mais do que o escrivão.

Em 1791 foi criada a Companhia Permanente de Seguros, a primeira empresa privada do ramo em Portugal. Este marco é relevante em virtude da participação da iniciativa privada em face da solidificação do mercado.

Esta trajetória portuguesa adianta o cenário no Brasil, que, independente a partir de

<sup>430</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 65.

<sup>431</sup> FERREIRA, Ieda. **Sindseg MG/GO/MT/DF: 70 anos de história**. Belo Horizonte: Lucca Cultura e Tecnologia, 2019, p. 28.

1822, passaria também a ter seu mercado de seguros regulado. O fato é que a colonização lusitana deixou várias heranças no formato de Estado implementado em território nacional, bem como a legislação e, é claro, o universo dos seguros.

## MERCADO DE SEGUROS NO BRASIL

Em 1808, com a chegada da família real ao Brasil e a abertura dos portos brasileiros, criou-se a primeira sociedade seguradora do país, intitulada de Companhia de Seguros Boa Fé, que estava sediada na Bahia e trabalhava com seguros marítimos. Durante o século XIX, apesar de surgirem diversas outras seguradoras pelo país, não existia um regulamento geral para fiscalizar todas as seguradoras de seu território e as companhias de seguros no Brasil autorizadas a funcionar estavam voltadas também para os seguros de vida, incêndio e para o seguro de pessoas escravizadas.<sup>432</sup> Em 1850, criou-se um Código Comercial, o qual definia normas apenas para o setor de seguros marítimos. Portanto, as outras seguradoras brasileiras passaram a aprovar estatutos próprios para a “operação de outros ramos de seguros elementares”.<sup>433</sup>

A partir de 1860, até principalmente a década de 1890, diversas empresas estrangeiras — em sua maioria inglesas, portuguesas e alemãs — instalaram-se no Brasil, em decorrência da primeira grande crise do capitalismo no fim do século XIX, o que fez o capital estrangeiro buscar alternativas fora da Europa para manter suas operações lucrativas. Ao pensar o perfil desses investimentos internacionais, percebe-se que ao menos 19% eram representados por seguradoras.<sup>434</sup>

“A forte representação do setor de seguros entre as empresas de capital estrangeiro que atuavam no país exigiu que modificações na legislação fossem realizadas após a Proclamação da República”.<sup>435</sup> Assim, além de outras legislações, criou-se no Brasil o Decreto n. 4.270, de 10 de dezembro de 1901, com o regulamento anexo que ficou conhecido como Regulamento Murinho, pelo qual se passou a pensar no funcionamento de diversas companhias de seguros, nacionais e estrangeiras, bem como se fundou a Superintendência Geral de Seguros, para unificar a fiscalização das seguradoras que operavam no país.

Conforme discutem especialistas,<sup>436</sup> o Regulamento Murinho colocava as empresas estrangeiras sob a jurisdição das leis brasileiras. Até 1906, pelo menos, o número de companhias de seguros aumentou no país, o que deixou de acontecer somente neste respectivo ano, quando, de 51 empresas, o número foi para 49. Dessas empresas, conforme apresentam as autoras Lana e Saes, no ano de 1909, por exemplo, cerca de apenas 26% das companhias seriam estrangeiras, com o número de 34 nacionais e 12 estrangeiras.

<sup>432</sup> LANNA, Beatriz Duarte; SAES, Alexandre Macchione. Companhias de seguro na economia brasileira: 1889-1914. *Economia e Sociedade*, v. 29, p. 525-547, 2020, p. 528.

<sup>433</sup> SINDSEG RS. *História do Seguro no Brasil*. Disponível em: <https://www.sindsegrs.com.br/institucional/historia-do-seguro/no-brasil>. Acesso em: 09 maio 2023.

<sup>434</sup> LANNA, Beatriz Duarte; SAES, Alexandre Macchione. Companhias de seguro na economia brasileira: 1889-1914. *Economia e Sociedade*, v. 29, p. 525-547, 2020, p. 532.

<sup>435</sup> *Ibidem*.

<sup>436</sup> *Idem*.

Em 1903, a Superintendência Geral de Seguros Terrestres e Marítimos foi revogada devido à pressão de algumas companhias de seguro. Assim, criaram-se subinspetorias regionais para descentralizar o poder sobre a fiscalização das companhias. Além disso, ficou acordado que todas as companhias de seguro nacionais ou estrangeiras seriam iguais perante a lei. Essas novas indicações ficaram em voga até 1914, e, conforme apresentam Lanna e Saes,<sup>437</sup> “Podemos considerar que os avanços, disputas e conflitos em torno da formulação de um corpo de leis capaz de coordenar o funcionamento do mercado de seguros no Brasil diziam respeito à construção dos laços capitalistas locais”.

Paralelamente a esse momento, as capitais brasileiras continuavam se expandindo, principalmente Curitiba, que iniciou seu processo de urbanização em fins do século XIX. A seguir, observamos imagens de como eram as cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba no momento em que ocorriam essas transformações no mercado de seguros.



### Rio de Janeiro-RJ, avenida Rio Branco (Primeira República).

Fonte: Educação Globo. Autor desconhecido. Disponível em: <https://educacao.globo.com/historia/assunto/primeira-republica/movimentos-sociais-da-primeira-republica.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>437</sup> LANNA, Beatriz Duarte; SAES, Alexandre Macchione. Companhias de seguro na economia brasileira: 1889-1914. *Economia e Sociedade*, v. 29, p. 525-547, 2020, p. 538.



**Viaduto do Chá em São Paulo-SP (1910).**

Fonte: Facebook São Paulo Antiga. Autor desconhecido



**Rua da Praia, Porto Alegre-RS (1910).**

Fonte: Pinterest. Autor desconhecido

Desde fins do século XIX, as companhias de seguro, além de pluralizarem seu mercado de negócios, também compravam títulos da dívida pública nacional, alimentavam o mercado imobiliário, emprestavam dinheiro e realizavam a compra de ações e títulos de outros bancos e companhias. Um exemplo, é a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Prosperidade, criada em 1887 no Rio de Janeiro, que desenvolveu filiais em Curitiba, Santos e São Paulo. No Paraná, por diversos motivos, mas principalmente por ser comandada por um grande produtor de erva-mate, acabou por substituir as companhias estrangeiras na concessão de seguros da erva-mate exportada no estado.

No jornal *Dezenove de Dezembro* de 15 de junho de 1889,<sup>438</sup> observa-se a seguinte reportagem, indicando a chegada da companhia na capital paranaense:

Ao commercio

O abaixo assignado Director-Secretario da Companhia de seguros maritimos e terrestres "Prosperidade" estabelecida no Rio de Janeiro, participa ao commercio em geral, que acaba de estabelecer n'esta cidade uma Agencia da referida Companhia, para fazer toda classe de contractos de seguros autorisados pelos seus Estatutos, tendo autorgado procuração em forma para dirigir a re er da Agencia como representante da Companhia, ao Sr. Comendador Francisco F. Fontana e como substituto do mesmo, ao Sr. Olavo G. Correia.

Curityba, 4 de junho de 1889.

Francisco J. Correira de Quintella

No Paraná, há matérias de seguradoras na imprensa do estado desde ao menos 1857, quando o jornal *Dezenove de Dezembro* publica o anúncio da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres, estabelecida no Rio de Janeiro, mas com escritório em Paranguá:

<sup>438</sup> AO COMMERCIO. *Dezenove de Dezembro*, 15 jun. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=416398&pagfis=15953>. Acesso em: 8 ago. 2023.

## COMPANHIA DE SEGUROS MARITIMOS E TERRESTRES.

Capital 16:000:000U000 rs. Rs. 16:000:000U000

A companhia de seguros marítimos e terrestres, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, tem constituído nesta província seu agente e bastante procurador ao abaixo-assignado, para em seu nome tomar seguros de risco e fortuna do mar, incendios, fogos celestes, inundações &c., á premios razoáveis.

As condições acham-se no escriptorio desta agencia. Paranaguá, 7 de março de 1857.

Manoel Leocadio de Oliveira.

Após essa primeira reportagem do *Dezenove de Dezembro*, encontram-se anúncios de seguradoras nacionais e internacionais e seus agentes no estado do Paraná, principalmente a partir da década de 1870. Pensando nos exemplares do jornal como fontes históricas, é possível perceber que diversas companhias de seguro eram representadas no Paraná por agentes, sejam estas nacionais — Rio de Janeiro e Amazonas — ou estrangeiras, da Alemanha e Estados Unidos. Entre os seguros oferecidos estavam os de vida, terrestres, marítimos, incêndios, construções e escravos.

Por exemplo, observa-se em 1872 um anúncio de seguro de vida, intitulado “Protectora das Famílias”, da Associação Brasileira de Seguro Mutuo, gerida pelo Banco Rural Hypotecario do Rio de Janeiro, em que se ofereciam planos para classes sociais distintas: “Convido portanto a todas as pessoas sem distincção, a fazerem seguros na Protectora; para aqueles menos ricos pode fazer menores, até a pequena quantia de 10\$000 [10 mil réis]”.

Em 1876, são realizados anúncios da Companhia Equitativa Brasileira, fundada no Rio de Janeiro, a qual oferecia seguros de escravos. Segundo lido no *Jornal Dezenove de Dezembro*, a companhia garantia aos proprietários de escravos o pagamento de seu valor logo depois de seu falecimento:



### Rua Barão do Serro Azul, Curitiba-PR (1909).

Fonte: Gazeta do Povo. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/bonde-eletrico-e-carros-de-tracao-animal-como-era-curitiba-ha-100-anos-eob9qo3kz0sc49xldtn91j1va>. Acesso em: 26 jun. 2023.

A companhia paga prontamente os valores, logo depois do falecimento do escravo segurado. O seu avultado capital e as quantias que já tem pago aos proprietários provam a sua importância e garantia. O escravo para poder ser segurado sofre primeiro um exame de sanidade pelo médico da companhia [...].

Cabe ressaltar que os escravos eram vistos como propriedades de seus senhores, investimentos, e por isso a existência de seguros vinculados à escravidão não é uma surpresa, mas sim parte da lógica da estrutura do mercado escravista brasileiro.

Entre as companhias estrangeiras está a alemã “Transatlantische Feuerversicherungs: Action GESELLSCHAFT IN HAMBURG”, cujo nome pode ser traduzido como “Companhia Transatlântica de Seguros contra Incêndios” e a Companhia de Seguros de Vida “Equitable Life Assurance Society”, dos Estados Unidos. Com esses exemplos, é possível perceber a presença de empresas estrangeiras no estado e a existência de diversas formas de seguro já na virada do século XIX para o século XX.

Entre outras companhias anunciadas e que merecem atenção estão a Companhia de Seguros Prosperidade e a Companhia Sul América. A Companhia de Seguros Prosperidade tinha como agente no estado Agostinho Ermelino de Leão, advogado, presidente da Província do Paraná por alguns períodos do século XIX e um dos fundadores do Museu Paranaense.

No jornal *Dezenove de Dezembro* se encontra uma reportagem que destaca o prestígio deste segmento econômico em uma matéria de 1899. De título “Agradecimento”, o jornal ressalta o atendimento prestado pela companhia após um incêndio em sua sede:

#### AGRADECIMENTO

Pela presente por nos feita e assignada, vimos publicamnete agradecer ao Exm. Sr. Dezembargador Dr. Agostinho Ermelino de Leão, agente da Companhia de Seguros Prosperidade, a presteza e atenção com que attendeu-nos na liquidação do sinistro verificado no nosso estabelecimento commercial, no incendio havido na noute de 27 para 28 do corrente, pagando-nos prontamente a quantia de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) porquanto accordamos o valor do mesmo sinistro.

Fazemos esta publicação com toda a expontaneidade, afim de que o publico possa avaliar o elevado gráo de honestidade do digno Agente d’esta Companhia n’este Estado.

Curityba, 30 de Dezembro de 1899.

Antonio Herderico & C<sup>a</sup>

Além desse trecho, após a morte de Agostinho Ermelino de Leão em 1901, sabe-se que a agência criada pela Família Leão se manteve com Maria Bárbara, viúva de Agostinho. Passadas duas décadas, a família Leão também figurou entre os organizadores do Comitê Local Paranaense de Seguros, derivado do Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense de Seguros, criado em 1924, entidade precursora do atual Sindicato das Seguradoras do Paraná e do Mato Grosso do Sul (Sindseg PR/MS).

A Companhia Sul América, por sua vez, oferta seguros de vida no Paraná desde ao menos o início do século XX e seus anúncios passaram a ser cada vez mais comuns depois do ano de 1900 nos jornais estaduais. Segundo descrito no jornal *A República*,



**Agostinho Ermelino de Leão, pintado por Joaquim da Rocha Fragoso (1876).**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo Museu Paranaense.

a Companhia Sul América seria a mais próspera companhia nacional de seguros de vida. Não estão disponíveis estatísticas do Mercado de Seguros do período para confirmar essa informação, contudo, o fato é que essa companhia, criada em 1895 no Rio de Janeiro, mantém atividade como uma das mais importantes seguradoras de vida do país até os dias de hoje.

Conforme afirmado, em 1924 é criado no Paraná o Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense de Seguros. Segundo seu primeiro regulamento, o comitê era composto por 8 companhias, “sendo 4 eleitas pelos Representantes das Companhias filiadas à Associação de Companhias de Seguros e 4 eleitas pelos Representantes das Companhias filiadas à Fire Insurance Association of Rio de Janeiro”. Entre suas funções estavam a taxação, a fiscalização e a aplicação de penas para os que desrespeitarem as normas previstas.

### III. Funções do Comitê

- a) Recommendar taxas e condições, bem assim modificações nellas, para toda e qualquer classe de riscos, á Comissão Central de Seguros.
- b) Fiscalisar a bôa applicação das Tarifas no território sob sua jurisdicção.
- c) Ser o Conselho Consultivo dos Representantes locais das Companhias em relação ás Tarifas approvadas pelo Decreto n. 5470, de 6 de Junho de 1928
- d) Aplicar as penalidades previstas nas Tarifas, levando-as ao conhecimento da Commissão Central de Seguros



**Vapor Sara em frente à fábrica Leão Junior em São Mateus do Sul-PR.**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense.



**Operárias da Matte Leão.**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo: Museu Paranaense

O Comitê Local Paranaense de Seguros surge em 1928 com a separação do “Comitê Mixto”, e exerce tais funções burocráticas citadas até 1952, com o surgimento do Sindicato das Seguradoras no Paraná (Sindseg-PR).

No ano de 1938 surgiu a primeira empresa de seguros paranaense, chamada Atalaia Companhia de Seguros contra Acidentes de Trabalho; foi criada por um grupo de empresários da região. Sua primeira apólice de seguros, em um ato solene, foi vendida para o Ivo Leão, sócio e diretor da Leão Jr. S.A.

No ano seguinte, criou-se também a Atalaia Companhia de Seguros Gerais, com o objetivo de operar seguros de incêndio, transportes e outros. Devido à exigência governamental de não haver duas seguradoras com o mesmo nome, a Atalaia Gerais passou a se chamar Paraná Companhia de Seguros, enquanto a Atalaia Acidentes do Trabalho passa se denominar-se Atalaia Companhia de Seguros.<sup>439</sup>

A história da Atalaia se confunde também com a produção de café no Paraná, uma vez que, em 1955, quando o estado se tornou o primeiro produtor de café do país, criou-se a seguradora Ouro Verde Cia. de Seguros. De acordo com o livro *História dos Seguros no Paraná*, “a partir de então, divulgava-se a chancela do Grupo Segurador Atalaia, constituído pelas seguradoras Atalaia Paraná e Ouro Verde”.<sup>440</sup>

Ao longo da primeira metade do século XX, os seguros no Paraná se desenvolveram principalmente de acordo com os ramos marítimo, terrestre, de vida e contra incêndios. A proteção contra incêndio era uma das mais contratadas, uma vez que a economia do estado se baseava em erva-mate, extração madeireira e suas atividades correlatas, como a fabricação de fósforos e móveis. No jornal *Diário da Tarde*, de 4 de novembro de 1931, encontra-se um anúncio de uma seguradora inglesa, a Alliance Assurance Company Limited, de Londres, divulgando seus serviços contra o fogo em prédios, móveis, mercadorias e fábricas.



**Anúncio no *Diário da Tarde* de 4 de novembro de 1931.**

Fonte: Diário da Tarde, Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>439</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. *História do Seguro no Paraná*. Curitiba: Gráfica Multiprint, 1995, p. 32.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 35.

Além disso, em 1929, percebe-se uma inovação nos seguros do estado a partir da Companhia Sul America, com a criação de seguros contra riscos de aviação, cobrindo passageiros em aviões, hidroaviões e dirigíveis.

Voltando à política nacional, de 1914 até 1939, o mercado de seguros no país teve modificações, contudo, manteve-se de forma semelhante, quando no fim da década de 1930 Getúlio Vargas criou o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), com o objetivo de “reter no país os riscos de empresas nacionais que antes eram transferidos para o exterior”.<sup>441</sup> A criação do IRB, assim, propunha proteger o mercado brasileiro das companhias estrangeiras, fazendo com que o país arcasse com os riscos das empresas nacionais, anteriormente transferidas para o exterior. Em outras palavras, a criação do Instituto de Resseguros foi de extrema importância, pois, conforme afirma Vivian Rios,<sup>442</sup> “o resseguro é uma operação que visa à transferência de parte ou mesmo de todo o risco assumido por uma companhia de seguros, mediante preço ou porcentagem dos prêmios, a uma outra companhia”. Nesse sentido, a preservação das companhias de seguro era garantida pelo próprio Estado brasileiro.

Essas informações podem ser verificadas no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, publicado na década de 1930.

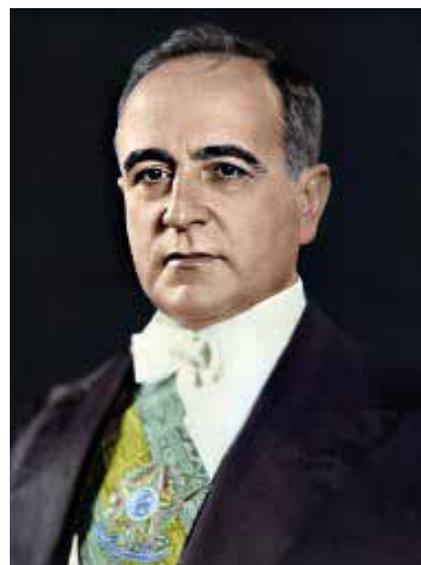


**Diário da Tarde de 26 de março de 1929.**

Fonte: Diário da Tarde, Hemeroteca Digital Brasileira

A criação do Instituto de Resseguros do Brasil de que dá notícia o decreto n. 1.186, de 3 do corrente mês, veio ao encontro dos interesses nacionais. Obviou-se, em parte, á evasão de capitais que se operava através do resseguro em companhias estrangeiras. É mais uma barreira anteposta ao escoamento de ouro do nosso país. Logo, temos que fixar o alto sentido econômico da nova legislação.

Tendo o Instituto por objeto “regular os resseguros no país e desenvolver as operações de seguros em geral” (art 3º) o seu advento, iniludivelmente, veio preencher uma lacuna sensível na organização na-



**Retrato oficial do primeiro mandato de Getúlio Vargas como presidente do Brasil.**

Fonte: Internet/Reprodução.

<sup>441</sup> IRB Brasil RE. Relações com Investidores. **Sobre a companhia:** breve histórico. Disponível em: <https://ri.irbre.com/a-companhia/sobre-a-companhia>. Acesso em: 09 maio 2023.

<sup>442</sup> RIOS, Vivian Tristão. **O resseguro no Brasil.** Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.



### Antiga sede do IRB, construída em 1941.

Fonte: Agência O Globo. Foto: Marcos Tristão. 2017.

cional dos seguros. Fundado que será com o capital de 30.000 contos, o Instituto polarizando as operações de resseguros está fadado a crescer e tornar-se uma instituição poderosa.

O caput 2º do art. 5º, facultando as sociedades, “a critério da administração do Instituto”, realizar em títulos da Dívida Pública da União “metade das entradas do capital subscrito”, contribui para fortalecer os negócios na Bolsa que giram em torno das apólices federais.

E sendo certo que quase todas as companhias de seguros dispõem de capitais vultos invertidos na aquisição daqueles títulos, o dispositivo citado concilia-se, portanto, com os seus interesses, porque lhes facilita a entrada de 50% do capital subscrito sem ser preciso recorrer aos seus fundos de reserva.

É fora de dúvida que o decreto-lei n. 1.186 marca uma nova etapa no plano geral de nacionalização dos negócios que até agora o Brasil conservava tributários do capital alienígena, e que se processam sem a menor vantagem para a economia brasileira.<sup>443</sup>

Segundo Raphael Magalhães,<sup>444</sup> é possível pensar na história do mercado brasileiro de seguros a partir de quatro fases distintas. A primeira seria anterior à criação da

<sup>443</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1930.

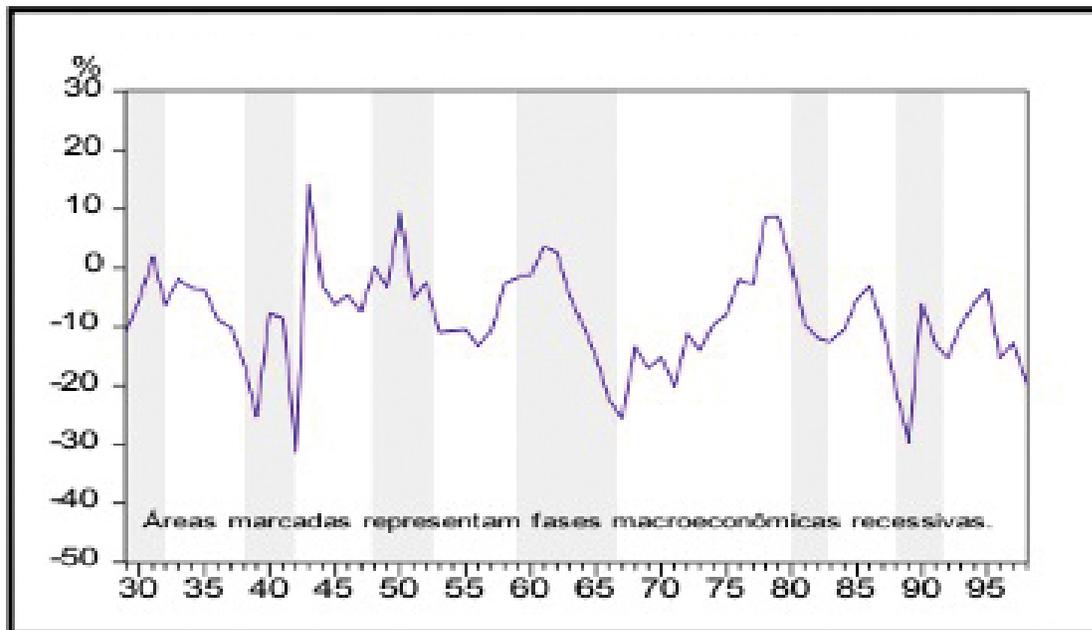
<sup>444</sup> MAGALHÃES, Raphael de Almeida. **O mercado de seguros no Brasil**. Rio de Janeiro: Funenseg, 1997, p. 9-10.



**Largo da Lapa, Rio de Janeiro-RJ (anos 1930).**

Fonte: Site Rio que passou. Autor desconhecido.

### Fases cíclicas do Mercado de Seguros no Brasil



Fonte: CONTADOR, Claudio; FERRAZ, Clarisse. **Uma contribuição à história do seguro no Brasil.**

Rio de Janeiro: UFRJ; COPPEAD, 2000, p. 7.

IRB, em que há a predominância das empresas estrangeiras no país, atuando como captadoras de seguros com sedes constituídas no Brasil. A segunda seria a da criação do IRB até o final da década de 1960, momento em que surgiram diversas seguradoras nacionais e as seguradoras estrangeiras foram obrigadas pela legislação a se organizarem como empresas brasileiras e a constituírem reservas no país. A terceira fase, iniciada em 1966, é marcada pela ampliação do poder regulamentador do Estado e pela presença dos bancos como grandes captadores de seguros. Por fim, a quarta fase pode ser pensada a partir da redemocratização e redução do poder estatal e pela abertura do mercado, aumentando o grau de concorrência.

Ao longo do século XX, além das alterações ocorridas no mercado segurador, o Brasil passou por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Nas imagens a seguir conseguimos identificar fragmentos do que ocorria no país juntamente com as mudanças no setor de seguros.

Para exemplificar o que foi e ainda será apresentado aqui, observa-se o gráfico a seguir.<sup>445</sup> Fica claro que mercado de seguros no Brasil ao longo do século XX teve momentos de baixa e alta.

Para pensar como estava constituído o Mercado de Seguros brasileiro na metade da década de 1930, é possível se basear no Trigésimo Segundo Relatório da Brasil Companhia de Seguros Gerais de São Paulo, publicado na *Revista de Seguros* no mês de maio de 1937. Conforme as informações, sabe-se que o maior prêmio realizado foi para os seguros contra acidentes de trabalho, seguido por seguros contra o fogo, transportes, automóveis, acidentes pessoais e trânsito e responsabilidade civil.

A *Revista de Seguros*, publicada no estado do Rio de Janeiro como um periódico que objetivava discutir o mercado de seguros no país, é uma importante fonte histórica para entender o setor de seguros brasileiro. Entre os anos de 1920 e 1930, encontram-se em suas páginas matérias principalmente sobre seguros marítimos, terrestres, rodoviários e ferroviários.

Em junho de 1925, lê-se na revista a matéria de título “Riscos Marítimos”, a qual buscou discutir quais seriam esses riscos causados pelo mar e o que os seguros marítimos deveriam cobrir. De acordo com o texto escrito por Abílio Carvalho, os riscos do mar seriam muito variados, entre os quais o seguro marítimo deveria cobrir os sinistros causados por tempestade, naufrágio, perda de embarcação, seu encalhe, variação — isto é, o seu encalhar voluntariamente terra adentro para evitar sua completa destruição —, abalroamento, que seria o choque de um navio contra o outro, e o alijamento, ação em que se lança ao mar os objetos carregados no navio com o propósito de o salvar de perigo iminente.

Percebe-se, assim, que esse texto se lança a fim de conceituar a cobertura do seguro marítimo e segue apresentando o que não deveria ser pago pela respectiva apólice. Para isto, detém-se no exemplo recém-ocorrido da Revolta Paulista de 1924<sup>446</sup>:

Quando a apólice declara ser o seguro contra os riscos, deve-se entender todo o azo do mar, causando perda ou avaria [...]. O segurador só responde pelo facto previsto no contrato. Assim, se o seguro de transporte é feito em plena paz e sobrevem a guerra, o segurador

<sup>445</sup> CONTADOR, Claudio; FERRAZ, Clarisse. **Uma contribuição à história do seguro no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, COPPEAD, 2000, p. 7.

<sup>446</sup> Foi o maior conflito urbano realizado durante o período republicano no Brasil. Pensada por militares e civis, teve como seu objetivo principal chegar à capital federal, Rio de Janeiro, para a deposição do presidente da República Arthur Bernardes.



### Avenida Paulista em meados da década de 1970.

Fonte: Arch Daily. Foto: Celso Longo



### Posse de José Sarney como presidente do Brasil em 1985.

Fonte: Facebook Histórias de Brasília. Autor desconhecido.

<b>"BRASIL"</b> <b>Companhia de Seguros Gerais</b> <b>— SÃO PAULO —</b>		
<b>TRIGESIMO SEGUNDO RELATORIO</b> <b>Exercicio de 1936</b>		
<b>Srs. Acionistas:</b> Muito particularmente nos apraz este ano apresentar-vos alguns comentários sobre os resultados das operações da "BRASIL" — COMPANHIA DE SEGUROS GERAES, durante o exercicio de 1936, ou seja, o 32.º de sua existencia. Os nossos progressos continuaram e a nossa produção se desenvolveu sensivelmente, respeitando os		grandes princípios de uma tecnica prudente. A receita da Companhia, que era de 1.704:384\$000 em 1930, atingiu em 1935 a cifra de Rs. 6.347:565\$769, elevando-se no exercicio de 1936 à apreciavel quantia de:  <b>Rs. 8.437:043\$017</b>  segundo a especificação seguinte:
<b>Premios realizados:</b>		
FOGO .....		2.650:289\$655
TRANSPORTES .....		611:221\$633
AUTOMOVEIS .....		345:419\$000
RESPONSABILIDADE CIVIL .....		76:137\$800
ACIDENTES PESSOAIS e TRANSITO .....		121:416\$800
ACIDENTES DO TRABALHO .....		4.873:863\$879
Juros .....		293:792\$550
Alugueis .....		64:901\$700
<b>TOTAL DA RECEITA .....</b>		<b>8.437:043\$017</b>

**Excerto da Revista de Seguros. Dados do Trigésimo Segundo Relatório de 1936 da Brasil Companhia de Seguros Gerais.**

Fonte: Revista de Seguros, v. 17, n. 191, maio 1937. Digitalização de ISSUU CNSEG

não é responsável pelo damno que disto resultar a segurado. Foi o que aconteceu com a revolta militar de S. Paulo.

Muitas mercadorias foram despachadas daqui, seguras contra os riscos de fogo e descaminho ou furto e foram tomadas à força, requisitadas ou pilhadas. Outras, d’ali despachadas para outros destinos, tiveram a mesma sorte.

As seguradoras não aceitavam as reclamações dos seus segurados, porque o risco de guerra não estava compreendido no seguro ordinário e algumas apólices excluía expressamente o assalto de malfeitores.<sup>447</sup>

Entre os seguros rodoviários, explicita-se que esses surgiram juntamente do desenvolvimento dos transportes rodoviários no país, a fim de cobrir os riscos das mercadorias conduzidas por caminhões. Essa forma de seguro foi de extrema importância ao longo de todo o século XX e ainda se faz essencial, uma vez que, a partir da priorização do rodoviarismo no Brasil com Juscelino Kubitschek, o sistema de transportes brasileiro se constitui atualmente de 60% de estradas. Na *Revista de Seguros*, trabalhou-se possíveis avanços e problemas para o setor e, no caso em questão que será citado aqui, discute-se sobre fraudes realizadas contra as empresas de seguro em 1932:

<sup>447</sup> *Revista de Seguros*, jun. 1925.

Em 1932, durante a revolução paulista, quando todas as tensões estavam voltadas para esse grave problema nacional, houve, nessa espécie de transporte, um incêndio suspeitíssimo, em Minas, o qual foi indenizado. Meses depois, na estrada Rio-São Paulo, houve outro sinistro, sobre o qual se fizeram inquéritos, que mostravam ser do mesmo grupo de indivíduos os interessados nessas manobras. Apressados em receber o fruto dos seus trabalhos, correram alguns deles a juízo, para cobrar os seguros em questão. [...]. Tratava-se de um coleio para lesar algumas empresas seguradoras.<sup>448</sup>



### Revolta Paulista de 1924.

Fonte: Reprodução/Internet.

<sup>448</sup> *Revista de Seguros*, v. 15, n. 158, ago. 1934.

Conforme é possível perceber, o mercado de seguros se ampliou de acordo com o desenvolvimento das atividades econômicas no país. Assim, além de assegurar os transportes marítimos e rodoviários, também foi essencial nas ferrovias brasileiras, seja para proteger as suas obras ou para cobrir os possíveis sinistros ocorridos ao longo da locomoção nas estradas de ferro. Nas edições da *Revista de Seguros* ao longo dos anos de 1930, existem matérias discutindo a necessidade de pagamento a acidentes causados nas ferrovias, isso a partir de sinistros em mercadorias ou em construções próximas que acabaram por sofrer alguma intervenção direta pelos trens. Além disso, sabe-se que algumas companhias financiavam a construção de estradas de ferro, à exemplo da Companhia Paulista, que foi uma das principais acionistas das ferrovias do estado de São Paulo.

Após a Segunda Guerra Mundial o mercado brasileiro de seguros entrou em fase de expansão,<sup>449</sup> que durou até a grande crise do setor em 1960. Muito desse crescimento advém do IRB, que auxiliou seguradoras nacionais e estrangeiras. Além disso, em 1951 foi fundada a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (Fenaseg), “Uma associação sindical, de atuação e abrangência nacional, instituída para coordenar, proteger, congregar e representar os sindicatos filiados e as categorias econômicas do seguro privado, da capitalização e da previdência complementar aberta”.<sup>450</sup>

Durante a década de 1960, os valores dos contratos de seguros caíram, o que gerou perda de patrimônio dos segurados. Isso se deu devido à crescente inflação do país e aos contratos e aplicações do mercado de seguros estarem baseados num modelo com baixa inflação sem cláusula de correção monetária.<sup>451</sup> Nesse caminho, as companhias de seguros passaram a perder clientes, desmonetizar e, por consequência, encolher seu mercado financeiro.

De acordo com Contador e Ferraz:

A desorganização política afetou a qualidade da fiscalização, a regulação do mercado e a qualidade administrativa: o IRB chegou a ter onze presidentes na década de 60. Por falta de controle e de regras claras de operação num ambiente inflacionário, a confiança do consumidor no mercado de seguros foi severamente afetada.<sup>452</sup>

Para resolver essa instabilidade, foi criado o Sistema Nacional de Seguros Privados, a partir do Decreto-Lei n. 73, de novembro de 1966, como uma forma de poder regulamentador estatal, com o intuito de controlar a fiscalização do mercado de seguros e fixar diretrizes e normas da política de seguros privados. Nesse decreto, a estrutura do Sistema Nacional de Seguros Privados foi disposta com o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e o Instituto de Resseguro do Brasil (IRB).

O CNSP é o órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados e está presente na organização político-econômica do mercado de seguros

<sup>449</sup> CONTADOR, Claudio; FERRAZ, Clarisse. **Uma contribuição à história do seguro no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; COPPEAD, 2000, p. 3.

<sup>450</sup> CNSEG. **A Fenaseg**. Disponível em: <https://cnseg.org.br/conheca-a-cnseg/confederacao/o-que-e-a-fenaseg.html>. Acesso em: 08 maio 2023.

<sup>451</sup> CONTADOR, Claudio; FERRAZ, Clarisse. **Uma contribuição à história do seguro no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; COPPEAD, 2000, p. 3.

<sup>452</sup> Ibidem.

até a atualidade. Segundo a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNseg),<sup>453</sup> o CNSP:

é um colegiado que reúne representantes do Ministério da Economia, da Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para, entre outras atribuições, fixar diretrizes e normas da política de seguros privados; regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como a aplicação das penalidades previstas. E ainda: fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro; estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro; conhecer dos recursos de decisão da SUSEP e do IRB; prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações; e disciplinar a corretagem do mercado e a profissão de corretor.

A Susep, por sua vez, também permanece no século XXI e, de acordo com o Governo Federal,<sup>454</sup> “é uma Autarquia vinculada ao Ministério da Economia, criada pelo Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro”. Tem a missão de “estimular o desenvolvimento do mercado de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização, garantindo a livre concorrência, estabilidade e o respeito ao consumidor”.



**Prédio do Banco Central no Rio de Janeiro, onde a Susep é sediada.**

Fonte: SUSEP. Autor desconhecido.

<sup>453</sup> CNSEG. **A Fenaseg**. Disponível em: <https://cnseg.org.br/conheca-a-cnseg/confederacao/o-que-e-a-fenaseg.html>. Acesso em: 08 maio 2023.

<sup>454</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. Sobre a SUSEP. **SUSEP: Superintendência de Seguros Privados**, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/susep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-a-susep>. Acesso em: 08 maio 2023.

A atuação desses órgãos juntamente do IRB nesse momento ganha ênfase regulatória no mercado de resseguro e fortalece o poder estatal, de acordo com a política vigente no período — em que o Brasil passava por uma ditadura militar. Na década de 1970, as bases do mercado de seguros são solidificadas e principalmente o IRB passou a incentivar o processo de fusões e incorporações entre as seguradoras.<sup>455</sup>

A partir do descrito na *Revista de Seguros* de agosto de 1981, é possível se ter um panorama dos avanços do setor em 1970:

Os anos 70 foram particularmente fecundos na história do seguro brasileiro.

No plano político, esse período é assinalado pelos seguintes marcos principais:

1) Fortalecimento da iniciativa privada, inclusive pela expressa e categórica afirmação, em textos de leis, de que a atividade seguradora, por suas características, deve ser exercida em regime de economia de mercado.

2) Alargamento das fronteiras do mercado interno, avançadas até os limites que definem os próprios contornos da economia nacional.

No plano operacional, toma relevo o fato de que ocorrem, em tal período, taxas excepcionais de crescimento, levando o mercado à plena maturidade. A isso aliou-se, no plano operacional, toma relevo o fato de que ocorrem, em tal período, taxas excepcionais de crescimento, levando o mercado a plena maturidade. A isso aliou-se no plano econômico-financeiro, forte expansão da capacidade patrimonial e do poder de inversões do quadro alcançou status para nova e necessária etapa evolutiva: a da internacionalização. A essa etapa, aliás, desde algum tempo ele vinha sendo conduzido, em forma espontânea e por isso assistemática, pelo curso e dimensões que davam a seus negócios as próprias transformações econômicas do País. Cumpria, assim, encarar esse fenômeno com realismo, nesse identificando o caráter de processo que assumia. E buscar, portanto, através do conhecimento que só a experiência permite adquirir, os rumos diretrizes mais aconselháveis à sistematização dessa nova etapa surgida.<sup>456</sup>

Os seguros se fazem presentes em ações e empresas públicas ao longo de todo o século XX, como no caso da Petrobras, que desde sua fundação trabalha junto com o mercado de seguros para proteger suas atividades econômicas, produtos e pessoas. Ao longo dos anos de 1970, por sua vez, o seguro no Brasil foi de extrema importância para proteger as grandes obras projetadas pelo governo militar. Como exemplo estão a construção das usinas de Angra e Itaipu, as quais tiveram seguros de riscos de engenharia e responsabilidade civil realizados por companhias brasileiras. A partir da *Revista do IRB*, publicada em dezembro de 1978, é possível saber mais detalhes das negociações das obras e do mercado segurador:

<sup>455</sup> CONTADOR, Claudio; FERRAZ, Clarisse. **Uma contribuição à história do seguro no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; COPPEAD, 2000, p. 4.

<sup>456</sup> *Revista de Seguros*, ago. 1981.

Angra e Itaipu já dispõem de seguro para garantir obras

Uma das maiores obras a ser realizadas no país, a usina nuclear de Angra dos Reis, tem agora o seu seguro de Riscos de Engenharia, englobando fornecimento, construção, incêndio, instalação e montagem dos equipamentos e testes de funcionamento até a entrada em operação comercial, além do de Responsabilidade Civil.

A Nacional Companhia de Seguros foi a escolhida por sorteio realizado pelo IRB conforme a legislação que determina o sorteio para seguros de órgãos públicos — para liderar a apólice emitida em nome de Furnas, KWU e Nuclen, além de todas as demais empresas contratadas e subcontratadas (inclusive as fornecedoras) para desenvolver a obra.

Com uma importância assegurada de Cr\$ 55 bilhões, custo estimado da obra, a Nacional, vai deter 98% da parte a ser retida no Brasil.

Apesar de o valor definitivo do prêmio ainda não ter sido estipulado, porque será reajustado toda vez que os custos das obras sofrerem alterações, estima-se que será superior a Cr\$ 620 milhões, tratando-se da maior cobertura já contratada no mercado brasileiro, e uma das maiores na América Latina.

Itaipu — A apólice de seguro de Risco de Engenharia da Hidrelétrica de Itaipu também já está definida. Ela vai garantir riscos no valor de até US\$ 2 bilhões 930 milhões, vigorando até 1990, e o total de prêmio será US\$ 1 milhão 700 mil.

O seguro será dividido em partes iguais entre o Brasil e o Paraguai, mas o mercado brasileiro deterá a maior parte do resseguro feito pelas empresas paraguaias. No Brasil, a Aliança da Bahia, por ter sido sorteada como a líder do “pool” de seguradoras, será responsável por 30% da metade que cabe ao país.

Um outro seguro de vulto também já está sendo estudado e negociado no Japão. É o que vai cobrir a instalação do laminador de tiras a quente na usina siderúrgica de Tubarão. Pelo menos 50% do prêmio do seguro de transporte ficarão no Brasil, e as outras coberturas, como as de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Incêndio (esta após a conclusão da obra) serão feitas, na maior parte, também no país.<sup>457</sup>

Na década seguinte, por sua vez, devido às crises internacionais do petróleo e financeira, respectivamente nos anos de 1979 e 1982, bem como com a redemocratização brasileira, diversas mudanças ocorreram no setor de seguros. Segundo Contador e Ferraz,<sup>458</sup> “a perda de rumo político, e principalmente a mega inflação quebram a qualidade dos registros estatísticos. Com a dificuldade de regular e controlar com base em registros imprecisos, o mercado de seguros sofre nova fase de desconfiança”. Nesse momento a Susep era insuficiente para atender os objetivos de regulação mínima e em 1985 passou por uma reestruturação técnico-administrativa.

<sup>457</sup> **Revista do IRB**, set./dez. 1978.

<sup>458</sup> CONTADOR, Claudio; FERRAZ, Clarisse. **Uma contribuição à história do seguro no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; COPPEAD, 2000, p. 4.

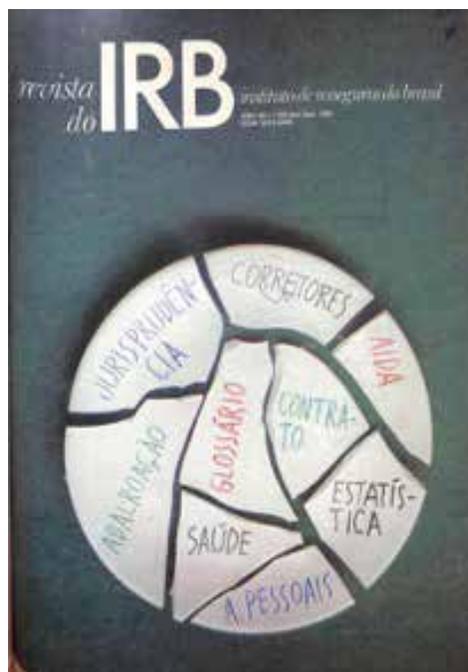
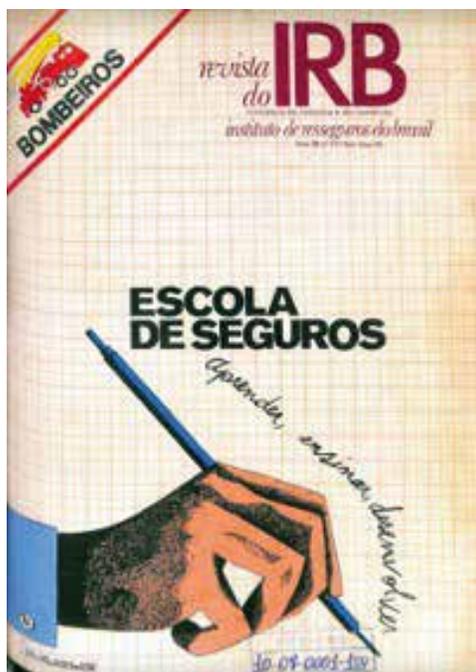
A crise financeira entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980 é expressa na *Revista do IRB*, publicada em 1981, da seguinte forma:

#### Radiografia estatística do mercado

Por problemas de inflação, recessão, deficiência mercadológica ou qualquer outro fator, a verdade é que apesar de o montante da importância segurada, em todos os ramos, ter atingido Cr\$ 30.782 bilhões em 1980, o número de apólices vendidas decresceu de 24.562.557, em 1979, para 22.282.211 naquele período.

Também dá o que pensar a informação, extraída do Balanço consolidado das Seguradoras, de que o crescimento, a preços constantes, de 1980 em relação a 1979 (isto é, 3,4%) foi expressivamente bem menor que a mesma relação entre 1979 e 1978 (19,8%).<sup>459</sup>

Além disso, a revista também fez o esforço em publicar o número de seguradoras operando nos ramos de seguros do país, entre os anos de 1971 e 1980. Com essas estatísticas, é possível perceber que os seguros com mais operadoras são os de incêndio, roubo, transportes nacionais, automóveis, riscos de engenharia e garantias de obrigações contratuais. Ainda, observa-se que surgem novos serviços nessa década, como o de transportes internacionais, acidentes pessoais e hospital operatório.



#### Capas das *Revistas do IRB* de setembro a dezembro de 1978 e de setembro a dezembro de 1981.

Fonte: *Issuu* CNSEG. Disponível em: <https://issuu.com/confederacaoconseg>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>459</sup> *Revista do IRB*, v. 42, n. 226, set./dez. 1981.

## NÚMERO DE SEGURADORAS OPERANDO NOS DIVERSOS RAMOS DE SEGURO (1971-1980)

Segmentos/Grupos	ANOS									
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
<b>Incêndio</b>	157	158	105	94	92	92	91	92	92	92
<b>Incêndio-Bilhete</b>	-	-	-	-	-	-	-	41	54	66
<b>Vidros</b>	92	84	77	77	79	77	76	80	81	86
<b>Roubo</b>	118	116	94	90	88	88	88	91	92	92
<b>Tumultos</b>	84	83	72	68	68	69	69	68	75	85
<b>Transportes Nacionais</b>	153	135	104	94	90	91	90	91	92	92
<b>Transportes Internacionais</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	28	39
<b>Automóveis</b>	141	128	99	92	89	89	90	91	92	92
<b>Cascos</b>	90	92	80	76	76	76	79	80	84	87
<b>Aeronáuticos</b>	32	40	41	51	55	52	62	69	74	74
<b>Lucros Cessantes</b>	127	115	95	88	88	87	87	91	92	92
<b>Fidelidade</b>	85	87	82	80	82	82	81	86	87	87
<b>Crédito Interno</b>	88	78	47	35	31	29	32	32	35	27
<b>Crédito à Exportação</b>	15	20	18	26	26	27	29	42	43	40
<b>Resp. Civil Geral</b>	140	124	98	90	88	89	89	90	92	91
<b>RCOVAT</b>	112	101	89	81	79	74	17	4	-	-
<b>R.C. Facultativo Veículos</b>	88	84	78	81	81	84	86	85	88	87
<b>R.C. Transportador</b>	89	83	78	75	72	71	73	76	74	79
<b>R.C. Armador</b>	2	2	5	6	5	5	5	6	12	19
<b>R.C. Transportador Hidroviário</b>	-	-	4	4	5	2	2	1	-	-
<b>R.C. Chefe de Família</b>	-	-	3	6	7	8	9	13	12	14
<b>Rural</b>	17	11	10	14	16	16	25	17	21	23
<b>Penhor Rural</b>	-	-	-	-	-	-	4	16	15	14
<b>Penhor Rural - Banco do Brasil</b>	3	4	5	5	11	16	20	26	29	31
<b>Animais</b>	8	6	8	7	10	11	23	24	25	24
<b>Habitacional</b>	-	6	9	28	60	70	84	88	89	91
<b>Risco de Engenharia</b>	147	132	104	93	91	90	90	91	92	92
<b>Riscos Diversos</b>	-	-	1	4	6	7	9	13	12	14
<b>Global de Bancos</b>	-	-	-	3	5	13	27	42	46	53
<b>Garantia de Obrigações Contratuais</b>	155	138	106	96	92	91	91	92	92	92
<b>Acidentes Pessoais</b>	-	-	-	-	9	23	34	35	48	52
<b>Acidentes Pessoais - Bilhete</b>	-	-	-	-	-	72	78	82	88	89-
<b>Danos Pessoais - DPVAT</b>	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-
<b>Aeronáuticos Danos Pessoais - Bilhete</b>	3	4	3	4	3	4	2	2	2	2
<b>Hospital Operatório</b>	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-
<b>Reembolso Desp. Méd. e/ou Hosp.</b>	15	15	16	17	18	18	18	18	18	16
<b>Vida Individual</b>	34	34	38	43	48	46	47	47	48	47
<b>Vida em Grupo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	9	10
<b>VG/APC</b>	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Revista do IRB, v. 42, n. 226, set./dez. 1981.

Em agosto de 1981, a *Revista de Seguros* publicou um panorama sobre o início da década e sobre o que se podia esperar para os anos seguintes. Segundo esse texto, o período já teria se iniciado sob perspectiva de recessão internacional e brasileira, isso devido a crises energéticas e ao fato de que a economia brasileira, que até 1973 crescia cerca de 11% ao ano, em 1977 crescera apenas 4,7%. Assim, tal desaceleramento do ritmo das atividades econômicas refletiu profundamente no sistema segurador, que também sofreu forte regressão em 1980, principalmente devido à alta inflação do país.

Para contornar esse problema, a revista indicava que o mercado de seguros brasileiro tinha potencialidade de expansão a partir dos seguros de pessoas, do seguro de automóveis e o de responsabilidade civil, que ainda não estavam totalmente desenvolvidos no Brasil.<sup>460</sup> É importante destacar que, ao longo dos anos 1990, os três ramos citados são fortemente contratados no país e os seguros de pessoas e auto são os dois maiores serviços do setor na atualidade.

### EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO MERCADO SEGURADOR POR GRUPOS

Segmentos/ Grupos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Automóvel	4.802.675	5.006.766	4.592.940	5.784.103	6.598.126	6.296.512	7.293.101
DPVAT	453.151	488.450	549.137	690.069	763.445	1.047.978	1.209.796
Habitacional	483.350	683.150	819.746	925.123	1.069.619	1.009.619	893.294
Demais danos	2.717.926	2.859.105	2.840.154	3.172.242	2.644.677	2.840.881	3.196.194
Saúde	1.817.712	2.152.834	3.018.650	3.957.502	4.289.856	4.923.668	5.694.418
Pessoas	1.835.123	2.855.387	3.290.503	3.847.958	4.029.306	4.168.289	4.706.129
Total de Seguros	12.109.937	14.045.692	15.111.130	18.394.997	19.395.280	20.286.956	22.992.932

Fonte: GRANJA, Rúbia Aparecida. *Síntese histórica econômica do mercado segurador brasileiro: da origem ao gargalo do crescimento*. Monografia (Bacharelado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Dados: Fenaseg.

A Constituição Federal brasileira de 1988 apresentou inovações para o mercado de seguros, permitindo sua capitalização e inserção na previdência privada. Também passou a integrar o Sistema Financeiro Nacional (SFN), “conjunto de instituições e instrumentos que viabilizam o fluxo financeiro de recursos entre poupadores e os tomadores de recursos na economia”.<sup>461</sup> O SFN, assim, participa da fiscalização, regulamentação e execução de operações acerca da moeda e do crédito na economia brasileira.

Em 1992, a Fenaseg lançou a Carta de Brasília, representando um marco para as atividades de seguros privados no país, em que “reafirmou-se a importância da desregulamentação do setor e a necessidade de modernização da atividade seguradora”.

<sup>460</sup> *Revista de Seguros*, ago. 1981.

<sup>461</sup> BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. Funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. *Portal do Investidor*, 25 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir/como-investir/conheca-o-mercado-de-capitais/funcionamento-do-sistema-financeiro-nacional>. Acesso em: 08 maio 2023.



**Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ergue a nova Constituição brasileira, ao lado dos deputados Marcelo Cordeiro e Mauro Benevides (5 de outubro de 1988).**

Fonte: Senado Federal. Acervo SEDI/CD

ra”.<sup>462</sup> Segundo resume Paulo Amador,<sup>463</sup> a Carta promovia a defesa da desestatização, descentralização e desregulamentação do mercado de seguros, com os objetivos de aumentar as informações relativas à atividade seguradora, reduzir excessos de regulação, contribuir com a modernização da previdência social, estimular a livre competição e conferir maior autonomia e flexibilidade aos investimentos.

Conforme publicado no editorial da *Revista de Seguros* de 1992, assinado pela Fenaseg:

Pela primeira vez reunidos em Brasília, a Diretoria da FENASEG e seus Conselhos resolveram aprovar e tornar pública esta “Carta de Brasília”, que interpreta o pensamento dos empresários do setor, que define as responsabilidades econômicas e sociais da instituição do seguro e propõe diretrizes de trabalho para a gestão que ora se inicia. Este é um documento de compromisso e, também, de cunho programático, em que a FENASEG buscou refletir as aspirações maiores de todo o mercado segurador brasileiro, suas empresas, seus profissionais, suas estruturas e organizações.

O compromisso é com a economia de mercado e com tudo que ela implica na sua correta concepção. Este entendimento explica e justifica, especialmente nos países mais avançados, o desempenho do seguro como setor de base no processo de desenvolvimento econômico e social. No Brasil, que luta para realizar o seu desenvolvimento em bases modernas e de forma sustentável, o setor de seguros ainda não conseguiu realizar desempenho compatível com essas expectativas.

<sup>462</sup> RIOS, Vivian Tristão. **O resseguro no Brasil**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005, p. 31.

<sup>463</sup> AMADOR, Paulo. **Do retrato de Vargas à Carta de Brasília: 50 anos de Fenaseg**. Rio de Janeiro: Grupiara, 2001.

Além da Carta de Brasília, na década de 1990, o IRB se torna uma sociedade de economia mista e passa a se chamar IRB Brasil Resseguros S.A. Já nos anos 2000, há a quebra do monopólio do mercado brasileiro de resseguros e, em 2013, o IRB tornou-se uma empresa privada. A abertura do mercado realizada nos anos 1990 e intensificada no século XXI fez com que as seguradoras do país seguissem a tendência mundial de globalização dos mercados.

Nos últimos vinte anos, o setor de seguros cresceu no país e continua se baseando na Susep, no IRB e na Fenaseg para buscar informações e tomar decisões. A Fenaseg congrega nove sindicatos regionais, entre eles o Sindseg PR/MS, e, em 2008, com o intuito de confirmar a autonomia representativa do setor, possibilitou a criação da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg). A CNseg é uma associação civil “que congrega as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de seguros, resseguros, previdência privada e vida, saúde suplementar e capitalização”.<sup>464</sup> O organograma disponível no site da CNseg, permite um melhor entendimento e visualização de como a representação institucional do mercado segurador brasileiro se configura na atualidade.

### Logotipos atuais da CNseg e da Susep



Fontes: CNseg e SUSEP.

### Logotipo atual da Fenaseg



Fontes: FENASEG.

<sup>464</sup> CNSEG. **A Fenaseg**. Disponível em: <https://cnseg.org.br/conheca-a-cnseg/confederacao/o-que-e-a-fenaseg.html>. Acesso em: 08 maio 2023.

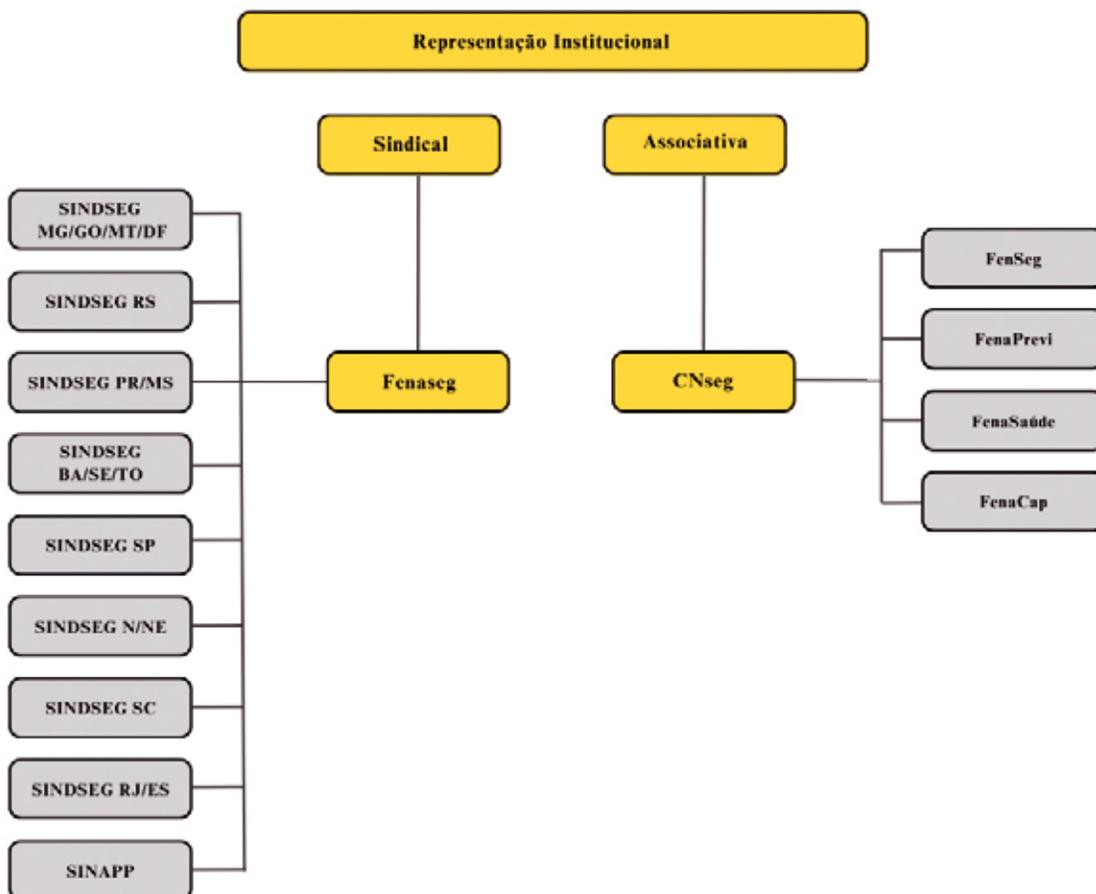
## Logotipo atual do IRB



Fonte: IRB.

Assim, conforme o organograma, a representação institucional do setor de seguros no Brasil se dá a partir de dois caminhos: o sindical e o associativo. Dentro da representação sindical, a Fenaseg representa os sindicatos: Sindseg MG/GO/MT/DF; Sindseg RS; Sindseg PR/MS; Sindseg BA/SE/TO; Sindseg SP; Sindseg N/NE; Sindseg SC; Sindseg RJ/ES; e o SINAPP. Já de forma associativa, encontra-se o CNseg, composto pelas federações: Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg); Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi); Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde); e Federação Nacional de Capitalização (FenaCap).

## Representação institucional do setor de seguros no Brasil



Fonte: Organograma reproduzido a partir do site da CNseg.

Em 2012, a partir da Circular n. 455, a Susep apresentou os seguros no Brasil em 16 grupos, divididos em 99 ramos. Os grupos são:

1. Patrimonial;
2. Riscos Especiais;
3. Responsabilidades;
4. Cascos;
5. Automóvel;
6. Transportes;
7. Riscos Financeiros;
8. Crédito;
9. Pessoas Coletivo;
10. Habitacional;
11. Rural;
12. Outros:
13. Pessoas Individual;
14. Marítimos;
15. Aeronáuticos;
16. Microseguros.

Dentro desses grupos, existem diversas formas de seguro, os quais abrangem pessoas físicas e jurídicas, residências, comércios, indústrias e empresas em geral, entre outras. Essas especificações acabam por abarcar inúmeras situações e danos diferentes.

A partir desses 16 grupos de seguros, o mercado brasileiro, em 2020, segundo dados sistematizados pela CNseg, possuía 161 seguradoras, 16 empresas de capitalização, 13 entidades abertas de previdência complementar, 959 operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, 145 empresas de resseguro, 93,8 mil corretores de seguros, 177 mil empregos gerados diretamente e 3,6 mil profissionais peritos, avaliadores de seguros, auditores atuariais.

Com essas informações, percebe-se a diversidade na composição do mercado de seguros brasileiro, que segundo relatório da Susep:

Apresentou forte crescimento ao longo de todo o período entre 2003 e 2015, mas foi afetado pela recessão econômica no biênio 2015-2016. O impacto (imediato) dessa recessão econômica foi pequeno em 2015 e grande em 2016, o que sugere haver um efeito cumulativo da recessão econômica sobre o volume anual de prêmios. Com a melhora dos indicadores econômicos, o mercado de produtos de seguros voltou a apresentar um crescimento significativo entre 2017 e 2019, seguido de um crescimento mais modesto em 2020 (por causa da recessão econômica causada pelo COVID-19), e mais acentuado em 2022.<sup>465</sup>

Em 2003, o setor de seguros compunha 2,6% do PIB brasileiro, passando para sua maior alta nos anos de 2016 e 2017, marcando 3,8% e em 2021, com 3,5%. Isto é, percebe-se que, mesmo com a recessão econômica, crise política brasileira, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016 e a crise sanitária da Covid-19, o mercado segurador continua se expandindo.

<sup>465</sup> SUSEP. **8º Relatório de análise e acompanhamento dos mercados supervisionados**. Rio de Janeiro: Assessoria de Estudos e Relações Institucionais, 2020, p. 7.



### Votação do *impeachment* da presidente Dilma, Câmara dos Deputados, Brasília (2016).

Fonte: Câmara dos Deputados. Foto de Zeca Ribeiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/485947-camara-autoriza-instauracao-de-processo-de-impeachment-de-dilma-com-367-votos-a-favor-e-137-contra>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Desde a primeira companhia de seguros criada no Brasil até o ano de 2023, abrangendo dois séculos de história, muitas transformações ocorreram no mercado de seguros no país e no mundo. Conforme discutimos, criaram-se diversos órgãos regulatórios e fiscalizadores, organizações e sindicatos para proporcionar a expansão e cuidado dos seguros no país. Suas bases de expansão se deram principalmente na segunda metade do século XX e abrangem, além das instituições burocráticas, novos negócios que serão trabalhados a seguir, como o *bancassurance* e os seguros agrícolas.

No Brasil em 1967, com o Decreto n. 61.589, instituiu-se que a cobrança dos prêmios de seguro deveria ser realizada, obrigatoriamente, por meio de instituições bancárias. Conforme discute Gustavo Vanzetta,<sup>466</sup> com essa ação, os bancos perceberam “que a arrecadação dos prêmios de seguros poderia ser uma forma de captação de recursos mais barata, ainda mais para um banco articulado com uma seguradora, pois os prêmios eram recebidos antecipadamente e as indenizações seriam pagas *a posteriori*, sem correção monetária”.

No Paraná, anteriormente a esse decreto, as relações entre seguradores e bancos já ocorriam, quando na década de 1950, foi fundado o Banco Meridional da Produção — posteriormente foi chamado de Banco Bamerindus do Brasil, em “cuja formação societária vieram participar dirigentes da Atalaia, colocando assim as duas organiza-

<sup>466</sup> VANZETTA, Gustavo. **O papel dos bancos na evolução do mercado segurador brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013, p. 55.

ções no mesmo segmento econômico — Seguros e Banco”.<sup>467</sup> Já em 1970, com o IRB incentivando fusões e incorporações entre seguradoras, a Atalaia incorporou a Paraná e a Ouro Verde, posteriormente a Companhia Comercial de Seguros, passando a se chamar Bamerindus Cia. de Seguros, as quais, ainda com a criação e aquisição de outras seguradoras, criaram a Bamerindus e Financial Capitalização S.A.



**Agência do Banco Bamerindus no Palácio Avenida, em Curitiba (1992)**

Fonte: Gazeta do Povo. Foto: Denis Ferreira Neto.

As relações entre os bancos e seguradoras se potencializaram com o decorrer dos anos e acabaram por se tornar o que é chamado de *bancassurance*. Isto é, um modelo de negócios entre as instituições, em que o banco oferece aos seus clientes os produtos de uma seguradora. Essa ação permite que o banco obtenha rendimentos a partir de determinada porcentagem das apólices vendidas e a seguradora consiga expandir suas operações sem contratar mais funcionários ou corretores.<sup>468</sup> Devido às vantagens ao associar os bancos e o mercado de seguros, algumas seguradoras criaram seus próprios bancos, fazendo surgir o conceito de *assubanks*.

O *bancassurance* pode ser realizado de diversas maneiras, dependendo do contexto e das vontades e objetivos envolvidos entre bancos e seguradoras. Vanzetta<sup>469</sup> define que as características do *bancassurance* se dividem em: tipo de aliança entre seguradoras e banco; pontos de venda; produtos; base de dados do cliente. Isso significa que existem diversas variações para realizar essa operação, podendo ser uma cooperação informação, formal, uma *joint venture* ou uma participação acionária. Em outras pa-

<sup>467</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **História do Seguro no Paraná**. Curitiba: Gráfica Multiprint, 1995, p. 35.

<sup>468</sup> BUSINESS DEFINE TERMS. **Bancassurance**. Disponível em: <https://www.definebusinessterms.com/pt/bancassurance>. Acesso em: 08 maio 2023.

<sup>469</sup> VANZETTA, Gustavo. **O papel dos bancos na evolução do mercado segurador brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013, p. 58.

lavras, os compromissos podem ser modestos e com poucos acordos; com vínculos contratuais, dividindo atribuições, riscos e resultados; com investimentos de capital e com a criação de uma nova empresa de propriedade comum; e, por fim, com a compra mútua de ações de cada empresa.

Esse modelo possui importância, pois possibilita uma série de benefícios para ambos os lados, além do simples lucro já citado. As relações entre bancos e seguradoras acabam por possibilitar tratamento fiscal diferenciado para os clientes, bem como sua fidelização, uma vez que vários serviços são realizados em apenas um lugar. Ainda, devido aos bancos possuírem grande número de informações socioeconômicas sobre seus clientes, faz-se uma vantagem para as seguradoras, que acessam essa rede de informações. Os bancos acessam seguros de vida e previdência, e acabam por reduzir a competição com as seguradoras.<sup>470</sup>

Ao disponibilizar estatísticas gerais sobre as receitas dos seguros no Brasil, a Susep, em dezembro de 2022, apresentou os seguros no país a partir de quatro categorias: Pessoas, Danos, Capitalização e Previdência. Entre esses, percebe-se que o seguro mais rentável no país foi o de Pessoas, gerando 55,5% das receitas totais; seguido por Danos, com 32%; Capitalização 8,0%; e, por fim, Previdência, com 4,5%. No total, o setor acumulou nesse ano a receita de 355,9 bilhões de reais

Dentro do seguro de pessoas estão os de VGBL, isto é, Vida Gerador de Benefício Livre: modalidade de plano previdenciário privado; Vida; Prestamista; Acidentes pessoais e outros. O VGBL acaba por representar 70% dessa categoria, acumulando 140,38 bilhões de reais anual de receitas em 2022. Enquanto isso, o seguro de Danos, sendo o segundo mais lucrativo do país, possui como cobertura principal o seguro Auto, com 44,8% da receita total da categoria. Os dados de Danos foram divididos pela Susep em Auto e Danos: Demais. Os “Danos: Demais” representam 55,2% da categoria e são pensados em outros 13 tipos de seguros, sendo o Rural o principal, com 11,8% da totalidade dessa receita, representando 13,44 bilhões de reais anualmente.<sup>471</sup>

### SEGUROS DE PESSOAS, RECEITAS EM R\$ (DEZEMBRO/2022)

	2021 (acumulado)	2022 (acumulado)	Varição	Participação
VGBL	126,16 bi	140,38 bi	11,3%	71,1%
Pessoas: Demais	50,82 bi	57,09 bi	12,3%	28,9%
Vida	23,46 bi	27,01 bi	15,1%	13,7%
Prestamista	15,62 bi	16,73 bi	7,1%	8,5%
Acidentes Pessoais	6,86 bi	7,37 bi	7,5%	3,7%
Outros	4,88 bi	5,98 bi	22,7%	3,0%
Total Pessoas	176,98 bi	1927,47 bi	11,6%	100%

Fonte: SUSEP

<sup>470</sup> FORTES, Daniel Torquato. **Mercado de seguros no Brasil**: análise das mudanças na estrutura de mercado entre 1980 e 2014. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

<sup>471</sup> SUSEP. **Síntese mensal**: dezembro de 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/susep/pt-br/arquivos/arquivos-dados-estatisticos/sinteses-mensais/2022/SinteseDezembro2022\\_v3CRAQ\\_CL\\_PM\\_final.pdf](https://www.gov.br/susep/pt-br/arquivos/arquivos-dados-estatisticos/sinteses-mensais/2022/SinteseDezembro2022_v3CRAQ_CL_PM_final.pdf). Acesso em: 08 maio 2022.

## SEGURO DE DANOS, RECEITAS EM R\$ (DEZEMBRO/2022)

	2021 (acumulado)	2022 (acumulado)	Variação	Participação
Auto	38,43 bi	51,05 bi	32,8%	44,8%
Danos: Demais	51,76 bi	63,01 bi	21,7%	55,2%
Outros	0,63 bi	1,05 bi	67,5%	0,9%
Rural	9,64 bi	13,44 bi	39,5%	11,8%
Riscos Especiais: Patrimonial	5,32 bi	7,05 bi	32,6%	6,2%
Transporte	4,63 bi	5,77 bi	24,6%	5,1%
Patrimoniais: Outros	4,20 bi	5,04 bi	20,2%	4,4%
Financeiros	4,61 bi	5,35 bi	16,1%	4,7%
Fiança Locatícia	1,03 bi	1,19 bi	15,7%	1,0%
Riscos Especiais: Energia	1,41 bi	1,61 bi	14,3%	1,4%
RC	3,28 bi	3,74 bi	13,8%	3,3%
Compreensivos	7,37 bi	8,29 bi	12,4%	7,3%
Habitacional	5,09 bi	5,68 bi	11,6%	5,0%
Marítimos/ Aeronáuticos	1,41 bi	1,50 bi	7,0%	1,3%
Garantia Estendida	3,16 bi	3,30 bi	4,4%	2,9%
Total Danos	90,20 bi	114,07 bi	26,5%	100,0%

Fonte: SUSEP

Segundo Jandira Vasconcelos,<sup>472</sup> “o seguro rural no Brasil funciona em três pilares: os produtores rurais, o segmento securitário, representado pelas seguradoras, resseguradoras, e o Governo Federal”. É de extrema importância no país, uma vez que o agronegócio constitui cerca de 25% do PIB brasileiro — mais especificamente 24,8% no ano de 2022, segundo dados do Cepea-USP — e a “agropecuária é uma atividade que apresenta riscos de produção incomparavelmente maiores que as atividades econômicas dos setores secundário e terciário”.<sup>473</sup> Tais riscos são naturais, dependendo da variabilidade do clima e da constituição da fauna regional.

Quando ocorrem intempéries climáticas, a perda no setor rural é inevitável e impacta de forma massiva. Isto é, as finanças de diversos agricultores são comprometidas, o que faz com que o governo seja obrigado a renegociar dívidas e permitir novas políti-

<sup>472</sup> VASCONCELOS, Jandira Maria Mendes de. **Seguro da agricultura familiar (SEAF): história, implantação e desafios em Francisco Beltrão (PR)**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília. Brasília, 2012, p. 47.

<sup>473</sup> RAMOS, Rejane Cecília. O seguro rural no Brasil: origem, evolução e proposições para aperfeiçoamento. **Informações Econômicas**, v. 39, n. 3, p. 5-16, 2009.

cas para pagamentos. Por isso, as iniciativas no setor público brasileiro procuram estabelecer estratégias de seguro rural a longo prazo, analisando as experiências passadas, investindo em tecnologia e procurando definir um modelo de Manejo Integrado do Risco Agropecuário no país.<sup>474</sup>

Segundo a Susep, o seguro rural compreende os seguros agrícola, pecuário, aquícola, benfeitorias, penhor rural, florestal, vida e de cédula do produtor rural. Conforme descreve Rejane Ramos:

**Seguro Agrícola:** cobre as explorações agrícolas contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos meteorológicos. Cobre basicamente a vida da planta, desde sua emergência até a colheita, contra a maioria dos riscos de origem externa, tais como, incêndio e raio, tromba d'água, ventos fortes, granizo, geada, chuvas excessivas, seca e grandes oscilações de temperatura.

**Seguro Pecuário:** tem por objetivo garantir o pagamento de indenização em caso de morte de animal destinado, exclusivamente, ao consumo, produção, cria, recria, engorda ou tração. Os animais destinados à reprodução por monta natural, coleta de sêmen ou transferência de embriões, cuja finalidade seja, exclusivamente, o incremento e/ou melhoria de plantéis.

**Seguro Aquícola:** garante indenização por morte e/ou outros riscos inerentes a animais aquáticos (peixes, crustáceos, etc.) em consequência de acidentes e doenças.

**Seguro de Benfeitorias e Produtos Agropecuários:** tem por objetivo cobrir perdas e/ou danos causados aos bens, diretamente relacionados às atividades agrícola, pecuária, aquícola ou florestal, que não tenham sido oferecidos em garantia de operações de crédito rural.

**Seguro de Penhor Rural:** tem por objetivo cobrir perdas e/ou danos causados aos bens, diretamente relacionados às atividades agrícola, pecuária, aquícola ou florestal, que tenham sido oferecidos em garantia de operações de crédito rural. Observada a natureza da instituição financeira, o Seguro de Penhor Rural se divide em dois ramos distintos: Penhor Rural: Instituições Financeiras Públicas e Penhor Rural: Instituições Financeiras Privadas.

**Seguro de Florestas:** tem como objetivo garantir o pagamento de indenização pelos prejuízos causados nas florestas plantadas seguradas, identificadas e caracterizadas na apólice, desde que tenham decorrido diretamente de um ou mais riscos cobertos.

**Seguro de Vida:** é destinado ao produtor rural, devedor de crédito rural, e terá sua vigência limitada ao período de financiamento, sen-

<sup>474</sup> VASCONCELOS, Jandira Maria Mendes de. **Seguro da agricultura familiar (SEAF): história, implantação e desafios em Francisco Beltrão (PR).** Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

do que o beneficiário será o agente financiador.

**Seguro de Cédula do Produto Rural (CPR):** tem por objetivo garantir ao segurado o pagamento de indenização, na hipótese de comprovada falta de cumprimento, por parte do tomador, de obrigações estabelecidas na CPR.<sup>475</sup>

A primeira forma de seguro rural federal no Brasil surgiu em 1954 no governo de Getúlio Vargas, pela Lei federal n. 2.168. Esta lei, conforme descreve seu art. 1º, institui o seguro agrário “destinado à preservação das colheitas e dos rebanhos contra a eventualidade de risco que lhes são peculiares na forma da presente lei”. No art. 21, autoriza o Poder Executivo “a organizar uma sociedade por ações, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, destinada a desenvolver progressivamente operações de seguros agropecuários, sob a denominação de Companhia Nacional de Seguro Agrícola”. Isto é, cria-se a CNSA, “entidade federal de economia mista, com o objetivo de desenvolver o seguro agrário, e instituiu o Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário (FESA)”.<sup>476</sup>

A CNSA contava com filiais nas cinco regiões do centro-sul e operava dois tipos de seguros agrícolas, o de colheitas mínimas, para o algodão herbáceo, trigo e arroz, e o seguro de danos nas plantações, para café e videira. Contudo, ao longo de seus treze anos de duração, não conseguiu equilibrar suas contas e foi dissolvida em 1966.<sup>477</sup>

Com o Decreto-Lei n. 73/1966, a CNSA deu lugar ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), mas o decreto também apontou como obrigatório o seguro do financiamento da atividade agropecuária realizada por instituições financeiras ligadas ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Estabeleceu, ainda, que as operações de seguro rural ficariam isentas de qualquer tipo de tributação federal. Permitiu que o Governo Federal assumisse riscos catastróficos, por intermédio do IRB, e que o seguro obedecesse às normas e limites fixados pelo Conselho Nacional de Seguro Privado (CNSP), de modo que seria obrigatório o financiamento dos prêmios pelas instituições financeiras.<sup>478</sup>

O FESR, por sua vez, não possibilitou a consolidação do seguro agrícola privado, sendo criado em 1973 para resolver essa questão o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), existente no Brasil até a atualidade. O Proagro, conforme descreve o Banco Central do Brasil,<sup>479</sup> “é um programa do governo federal que garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola, quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida por causa de eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle”. Isto é, pode-se entender o Proagro como “um instrumento de política

<sup>475</sup> RAMOS, Rejane Cecília. O seguro rural no Brasil: origem, evolução e proposições para aperfeiçoamento. **Informações Econômicas**, v. 39, n. 3, p. 5-16, 2009.

<sup>476</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>477</sup> VASCONCELOS, Jandira Maria Mendes de. **Seguro da agricultura familiar (SEAF): história, implantação e desafios em Francisco Beltrão (PR)**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

<sup>478</sup> *Ibidem*.

<sup>479</sup> CAIXA. Agro Caixa. Custeio. **Proagro**: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/agro/custeio/proagro/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 08 maio 2023.

agrícola, com funções semelhantes às de um seguro agrícola”.<sup>480</sup>

Até 1991, o Proagro cobria apenas o crédito rural, o que concentrou seus benefícios em poucos produtores e, além de sua ineficiente cobertura, o programa foi alvo de denúncias de fraude, tendo sido considerado financeiramente inviável “uma vez que o volume total de prêmios arrecadado, na grande maioria dos anos, era insuficiente para cobrir os custos das indenizações, com necessidade de aporte de recursos do Tesouro”.<sup>481</sup>

Devido à desconfiança que gerou no agronegócio brasileiro, o Proagro foi repensado na década de 1990, permitindo ao agricultor assegurar também os recursos próprios aplicados em sua produção, e continua com esses moldes até o século XXI, funcionando em duas modalidades: o Proagro Mais, para os agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e o Proagro para os demais pequenos e médios agricultores. Além disso, a agricultura familiar ainda conta com o Fundo Garantia-Safra, criado em 2002, que garante auxílio pecuniário em caso de estiagem ou de excesso hídrico. Também como proteção para o produtor rural, foi criado em 2003 o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), oferecendo ao agricultor a oportunidade de segurar sua produção com custo reduzido, por meio de auxílio financeiro do governo federal.<sup>482</sup>

Ao longo desses anos de desenvolvimento do Proagro, o Brasil passou por diversas mudanças políticas, da ditadura militar para o período da redemocratização até a consolidação da democracia novamente no país. Nas imagens da página seguinte estão os presidentes do país de 1973, ano de lançamento do programa, até 2003.



### Propriedade de agricultura familiar no Paraná

Fonte: Folha de Londrina. Foto: José Fernando Ogura/AEN

<sup>480</sup> VASCONCELOS, Jandira Maria Mendes de. **Seguro da agricultura familiar (SEAF): história, implantação e desafios em Francisco Beltrão (PR)**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília. Brasília, 2012, p. 24.

<sup>481</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>482</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Programa de Seguro Rural**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural>. Acesso em: 08 maio 2023.



**Posse do presidente Emílio Garrastazu Médici. Da esquerda para a direita, o general Figueiredo, chefe do SNI (Sistema Nacional de Informações) e futuro presidente da República; o almirante Rademaker, vice de Médici; e, no centro, Médici.**

Fonte: Memorial da Democracia. Foto: Antonio Teixeira/CPDoc JB.



**Posse do presidente Fernando Collor de Mello; à sua esquerda José Sarney, seu antecessor.**

Fonte: Folha de São Paulo. Foto: Lula Marques.



**Ex-presidentes do Brasil com o então presidente Lula. Da esquerda para a direita: Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso e José Sarney.**

Fonte: Agência Brasil. Autor desconhecido.

O Paraná é um dos estados do Brasil com o maior número de contratos de seguro rural, sendo também uma região que passa por grandes mudanças climáticas, com estiagens, altas temperaturas, chuvas excessivas e geadas. Nesse sentido, os seguros fazem-se essenciais.<sup>483</sup>

Contudo, existem alguns desafios que prejudicam a implementação e o pleno funcionamento do seguro, sendo eles: informações assimétricas entre produtor e seguradora, seleção adversa, risco moral e risco sistêmico. Este último ocorre quando um fenômeno climático causa perdas à produção de uma determinada cultura e atinge não somente um produtor, mas uma extensa área de terra com diversos outros produtores, violando a suposição básica da segurabilidade que supõe independência entre os sinistros e resulta em um elevado pagamento de indenizações.<sup>484</sup>

Com os dados disponibilizados pelo mapa e a partir das tabelas desenvolvidas por Tarcísio Lobato, é possível identificar o milho e a soja como as culturas que mais possuem sinistros acionados no Paraná entre os anos de 2007 e 2018. Pensando primeiramente nas plantações de milho, as causas do sinistro variam entre chuva excessiva, geada, granizo, inundação/tromba d'água, seca, variação de preço e ventos fortes/frios. Não obstante, as causas esmagadoramente mais acionadas foram geadas e seca. No caso da soja, os sinistros listados por Lobato são os mesmos; não obstante, o granizo e a chuva são, respectivamente, a segunda e a terceira causa de sinistros mais acionados, ao passo que a seca ocupa o primeiro lugar, sendo motivo de sinistro acionado todos os anos, com números muito acima de todas as outras causas.

### CAUSAS DOS SINISTROS ACIONADOS PARA O MILHO PRIMEIRA SAFRA NO PARANÁ NOS ANOS DE 2007 A 2018

Causa do Sinistro	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Chuva excessiva	-	2	12	3	1	-	-	1	1	-	-	1	21
Geada	-	-	-	-	-	15	-	-	2	-	-	-	17
Granizo	5	13	4	4	18	3	-	7	2	-	-	1	57
Inundação/ Tromba d'água	-	-	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	4
Seca	4	1020	10	2	250	8	32	10	-	-	-	15	1351
Varição de preço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	1	-	20
Ventos Fortes/ Frios	-	1	7	-	1	5	-	-	2	-	-	-	16
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>1036</b>	<b>33</b>	<b>9</b>	<b>271</b>	<b>31</b>	<b>33</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>1486</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Mapa (2019).

<sup>483</sup> LOBATO, Tarcísio da Costa. **Análise espacial para o seguro agrícola**: um estudo de caso no Paraná. Tese (Doutorado em Economia) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba-SP, 2021.

<sup>484</sup> Ibidem, p. 7.

## CAUSAS DOS SINISTROS ACIONADOS PARA A SOJA NO PARANÁ NOS ANOS DE 2007 A 2018

Causa do Sinistro	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
<b>Chuva excessiva</b>	6	17	62	25	25	66	9	66	508	68	207	119	<b>1179</b>
<b>Demais Causas</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	<b>4</b>
<b>Geadas</b>	-	-	-	1	1	-	2	-	1	-	-	1	<b>6</b>
<b>Granizo</b>	57	134	98	56	256	74	61	92	29	35	61	171	<b>1124</b>
<b>Incêndio</b>	-	-	1	-	4	1	-	2	-	1	-	-	<b>9</b>
<b>Inundação/ Tromba d'água</b>	7	3	30	-	5	1	4	15	27	23	44	31	<b>190</b>
<b>Raio</b>	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	<b>8</b>
<b>Replântio</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	<b>1</b>
<b>Seca</b>	18	3858	72	8	5239	128	1885	544	50	195	49	3292	<b>15338</b>
<b>Varição de preço</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	<b>4</b>
<b>Varição excessiva de temperatura</b>	-	1	1	1	1	2	4	6	4	-	-	1	<b>21</b>
<b>Ventos Fortes/ Frios</b>	-	3	1	1	-	-	6	5	1	-	1	3	<b>21</b>
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>4017</b>	<b>265</b>	<b>92</b>	<b>5532</b>	<b>272</b>	<b>1971</b>	<b>730</b>	<b>620</b>	<b>324</b>	<b>363</b>	<b>3631</b>	<b>17905</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MAPA (2019).

No Paraná, todos esses seguros vistos até o momento são trabalhados pela Sindseg PR/MS, sindicato patronal, representante legal das empresas de seguros privados, resseguros e de capitalização. O sindicato foi criado em 1952, derivando do Comitê Misto Paranaense e Santa Catharinense de Seguros, esse de 1924. O Sindseg foi e ainda é de extrema importância para o mercado de seguros no Paraná e, desde 2007, passou a atuar também no Mato Grosso do Sul.

O trabalho do sindicato não fica restrito aos interesses de suas associadas, uma vez que age de acordo com uma visão ampla sobre o mercado, defendendo-o, divulgando-o e buscando seu desenvolvimento.<sup>485</sup> Entre seus objetivos, sempre estiveram a defesa dos interesses das empresas de seguro, seu desenvolvimento e o bom relacionamento entre as seguradoras e a sociedade. Para isso, por exemplo, foram realizados ao longo da história do sindicato almoços e encontros entre empresários, bem como os clubes da Bolinha e da Pedrinha, que, devido à sua importância, tornaram-se dignos de museu no sindicato.

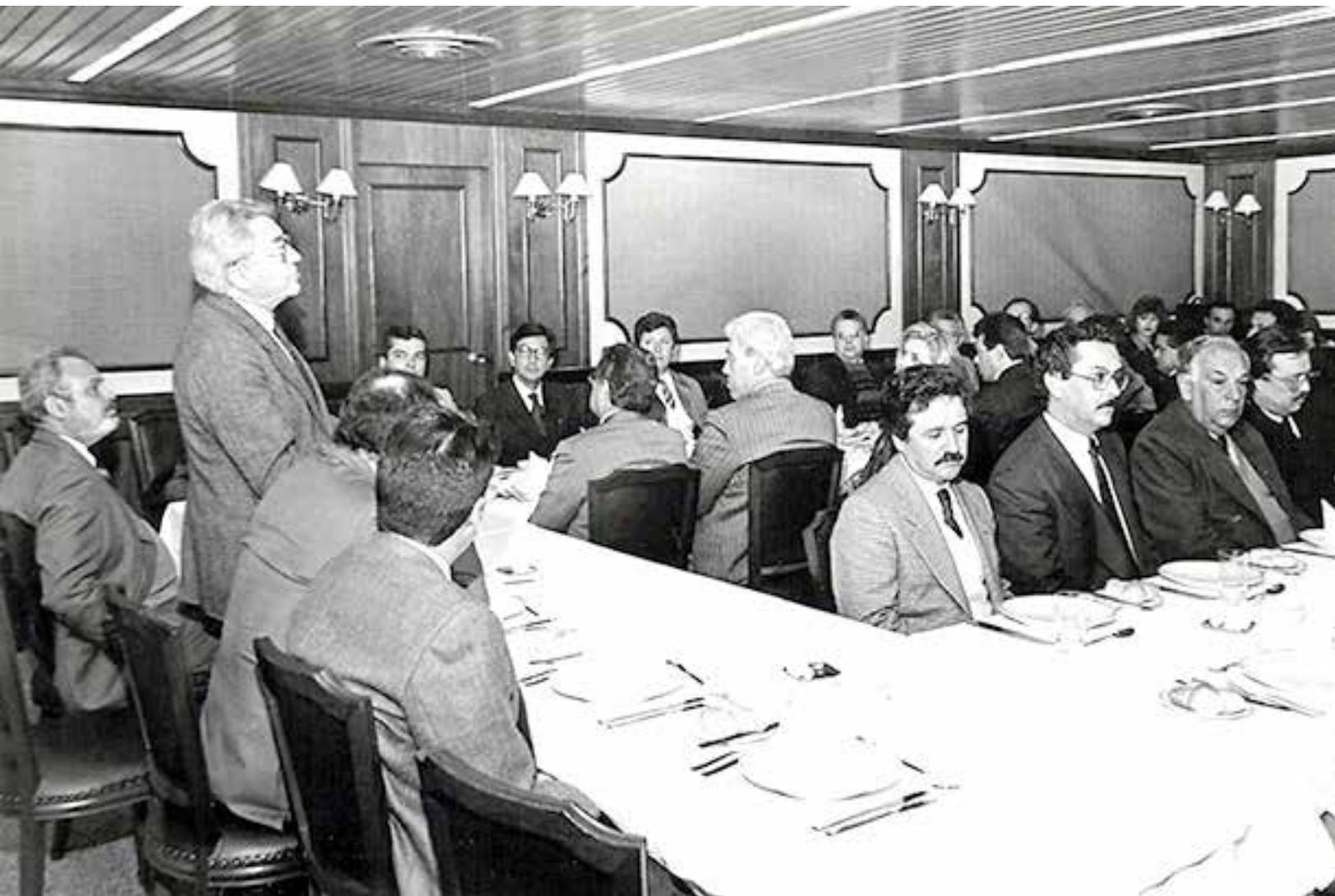
Em 1993, foi promovida pelo sindicato sua primeira reunião-almoço, a fim de criar interlocuções do setor de seguros, contando com o convidado e palestrante João Elísio Ferraz de Campos, presidente da Fenaseg naquele momento.

O Sindseg PR/MS, seguindo seu objetivo de gerar boas relações na sociedade, também lidera convenções coletivas de trabalho com outros sindicatos: o Sindicato dos

<sup>485</sup> SINDSEG PR/MS. **Nossa história**. Disponível em: [https://sindsegprms.org.br/sindseg-pr-ms/nossa-historia/?doing\\_wp\\_cron=1683849509.6502790451049804687500](https://sindsegprms.org.br/sindseg-pr-ms/nossa-historia/?doing_wp_cron=1683849509.6502790451049804687500). Acesso em 08 maio 2023.

Corretores de Seguros (Sincor) e o Sindicato dos Securitários (Sindsecur). E, no decorrer dos anos, fez-se essencial na criação e manutenção de comitês técnicos para auxiliar na expansão do mercado de seguros.

Com esse breve resumo, conseguimos compreender que, no Paraná, a história do mercado de seguros está totalmente vinculada ao Sindseg PR/MS. Nesse sentido, nas páginas que se seguem, tais vinculações serão evidenciadas, analisadas e mais bem exploradas.



**Primeira reunião-almoço do Sindseg PR/MS (1993).**

Fonte: Site Sindseg PR/MS.

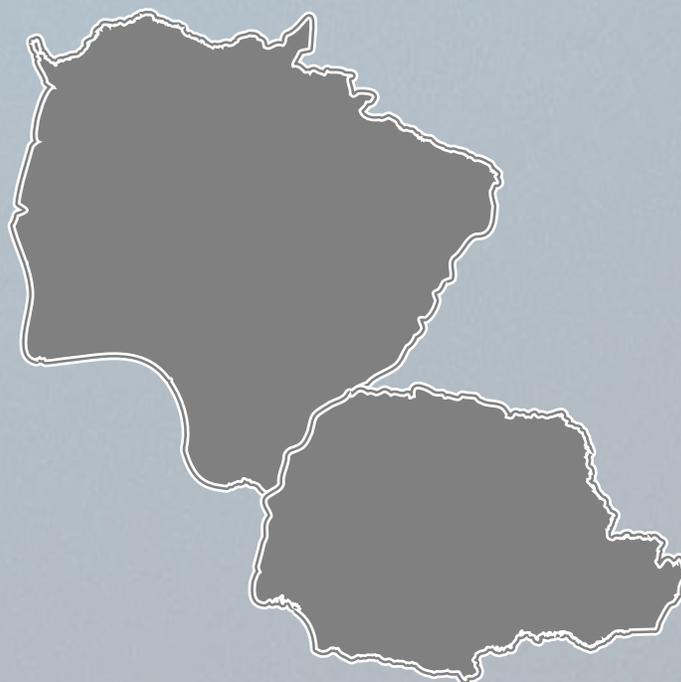
# 100 ANOS

# 3

## **O centenário do Sindseg PR/MS**

---

**Surgimento, reestruturação,  
gestões e principais projetos**



## DO COMITÊ AO SINDICATO



Jantar reunindo os principais executivos do mercado de seguros do Paraná.

## FUNDAÇÃO DO COMITÊ MIXTO

Os seguros desempenham um papel essencial na sociedade moderna, oferecendo cobertura e suporte financeiro em momentos de imprevistos, riscos e perdas. Com atuação secular, as seguradoras realizam a proteção das mais variadas vertentes, contribuindo para dar tranquilidade para quem contrata esses serviços.

Além da visão do segurado, é preciso compreender que as empresas que atuam no mercado também precisam defender seus interesses, tanto diante das imposições estatais quanto das pressões adversas que, muitas vezes, relegam a intensidade da atuação de tais corporações.

Nesse sentido, a criação de grupos sociais coesos é uma das alternativas encontradas pela sociedade para ter voz coletiva mais forte e organizada. Esses movimentos podem ser formados por pessoas com necessidades e objetivos similares, como proprietários de automóveis, moradores de uma mesma região ou trabalhadores de determinada profissão. Juntos, podem unir forças para proteger seus interesses comuns e buscar melhores condições.

Outra questão estratégica desses grupos é a troca de informações e experiências entre seus membros. Ao compartilhar conhecimentos sobre as melhores práticas, os integrantes podem aprender uns com os outros e tomar decisões mais solidificadas. Por exemplo, podem discutir as melhores opções de cobertura, comparar experiências com diferentes seguradoras, compartilhar dicas de prevenção de riscos e até mesmo indicar profissionais confiáveis do setor.

Considerando esses aspectos é que, em julho de 1924, oito membros se reuniram para a criação do Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense de Seguros. Capitanado por Carl Metz — então secretário da Associação das Companhias de Seguros do Rio de Janeiro e diretor da Companhia Internacional de Seguros —, o Comitê teve sua primeira reunião em 28 de agosto daquele ano, no escritório da David Carneiro & Cia, situado à rua Comendador Araújo, n. 71, na cidade de Curitiba.

Desses oito membros, destacam-se quatro das companhias filiadas à Associação de Companhias de Seguros e mais quatro das filiadas à Fire Insurance Association of Rio de Janeiro, as duas da então capital do país, Rio de Janeiro. A intenção do comitê era propor taxas e melhores condições de atuação à Comissão Central de Seguros.

Na prática, o Comitê ocupava o território paranaense e catarinense representando os seguradores, fiscalizando a aplicação de tarifas e observando os acontecimentos ligados às seguradoras e ao mercado nos dois estados. Além disso, serviu como um conselho consultivo dos representantes locais das companhias, nomeando anualmente os integrantes da Inspetoria de Riscos.





**Primeira Diretoria do Comitê Local Paranaense de Seguros (da esquerda para a direita): Agostinho E. de Leão, Primo Lattes, Humberto Carnascialli, Joaquim Chamusco, Carlos Quentel, José Sicupira, Abílio Abreu, Henrique Jouve e Arnaldo Barros.**

Participaram da primeira reunião:

- Bráulio Virmond de Lima (David Carneiro & Cia, representando a Cia Angol Sul América, atual Sul América Seguros);
- Agostinho E. Leão (Leão Junior & Cia. Liverpool e London);
- Carlos Quentel (Aechen & Munich);
- Henrique Jouve (Manoel José Gonçalves, Lloyd Sul Americano);
- Humberto Carnascialli (Royal Exchange);
- Campos Lobo & Cia., Aliança da Bahia (secretaria em Florianópolis-SC);
- Livonius & Cia., Cia. Internacional de seguros (secretaria em Blumenau-SC);
- BR Azevedo & Cia., Alliance Assurance.

O Comitê Mixto seguiu a mesma lógica dos congêneres de São Paulo e Rio Grande do Sul, ou seja, aproximar da Capital Federal as companhias de seguros do Paraná e de Santa Catarina. Vale lembrar que o Comitê proporcionou grande agilidade em assuntos de menor complexidade, garantindo maior independência aos paranaenses e catarinenses na tratativa de temáticas de interesse local.



**Carlos Quentel**  
1926/1929



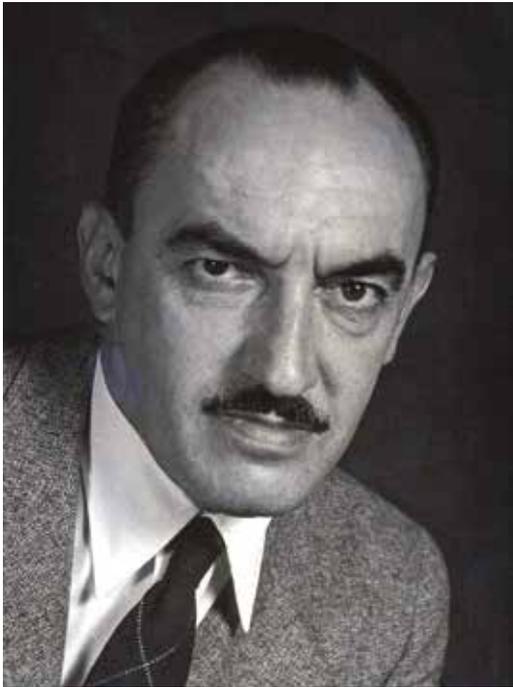
**Joaquim Chamusco**  
1930/1931



**Humberto Carnascialli**  
1929/1930 - 1931/1932



**Henrique Jouve**  
1936/1937



**Gabriel Leão da Veiga**  
1941/1942 - 1943/1944 - 1945/1946



**Cesar Guimarães Correia**  
1948/1949 - 1950/1951



**Altamirano Pereira**  
1949/1950



**Carlos Marucco**  
1951/1952



**Rua Comendador Araújo em Curitiba-PR. Em primeiro plano, observa-se a edificação onde foi, na segunda metade do século XX, o Museu David Carneiro e o Centro Positivista. À esquerda, os escritórios de David Carneiro & Cia. Imagem provavelmente do início do século XX.**

Fonte: Turistória. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/a-casa-de-david-carneiro-e-o-memorial-que-nao-e-memorial>. Acesso em 07 Ago. 2023.

Com a instalação do Comitê, a primeira diretoria foi eleita em 5 de agosto de 1926, ocasião em que o regulamento foi aprovado, em virtude da proposição da Comissão Mista Central, elaborada pela Associação das Companhias de Seguro, em conjunto com a Fire Offices Commities (Foreign) e a American Foreign Insurance Association. A diretoria ficou assim formada:

- Carlos Quentel, presidente;
- José Sicupira, secretário;
- Ermelino Agostinho de Leão, Primo Lattes, Humberto Carnascialli, Joaquim Chamusco, Abílio Abreu, Henrique Jouve e Arnaldo Barros, diretores.

Diversas fontes históricas podem ser analisadas para se escrever sobre o passado de uma instituição. Entre essas, o historiador ou historiadora pode trabalhar com cartas, jornais, revistas, fotografias, atas, testemunhos orais e inúmeros outros tipos de documentos. Para escolher qual caminho será seguido, é preciso primeiramente investigar quais são os documentos disponíveis; após essa definição, é possível iniciar a escrita da História acerca do objeto estudado. No presente caso, para desenvolver a história do Sindseg PR/MS, percebeu-se que três das fontes mencionadas são primordiais para desenvolver o trabalho, isto é, o acervo do sindicato tem, em sua maioria, atas e fotografias preservadas, bem como diversas pessoas interessadas em ceder seu testemunho para manter viva a memória da instituição.

Para entender de forma detalhada como o Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense de Seguros atuava, a principal fonte de pesquisa são as atas de suas reuniões. Assim, a partir dessa documentação, sabe-se que a instituição, entre 1924 e dezembro de 1927, realizou a organização do próprio comitê; a padronização de tarifas e da taxa de seguros; e a comunicação com seus associados.

Foi também nesse período que o comitê instituiu a cobrança de mensalidade para as companhias de seguro associadas, a fim de pagar o secretário do comitê e financiar os

serviços oferecidos às suas associadas, como um advogado e um electricista. De acordo com excerto do Livro de Actas:

Aprovada a ideia de ser cobrada uma mensalidade das agências das Cias. de Seguros que estão sob a jurisdição deste Comitê, a fim de satisfazer as despesas de Secretaria e outros gastos necessários à boa manobra de serviço.

[...]

Assim que as condições do Comitê o permitirem, deverá ser nomeado um electricista para examinar as instalações elétricas dos prédios, quando haver solicitação da Companhia Seguradora, e um advogado para acompanhar os inquéritos dos incendios e defender, quando necessário os interesses de nossos associados, ficando, porém, esses favores circunscritos em Curitiba, podendo viajar com despesas pagas.<sup>486</sup>



### Carl Metz.

Fonte: Excerto da Revista de Seguros (RJ), julho de 1923, nº 25.

<sup>486</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. Livro de Actas: 1924-1931. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 5.



### Rua XV de Novembro, Curitiba-PR. Década de 1920.

Fonte: Acervo Casa da Memória. Disponível em: [https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/imagens-de-noticias/transito\\_04.jpg/view](https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/imagens-de-noticias/transito_04.jpg/view)

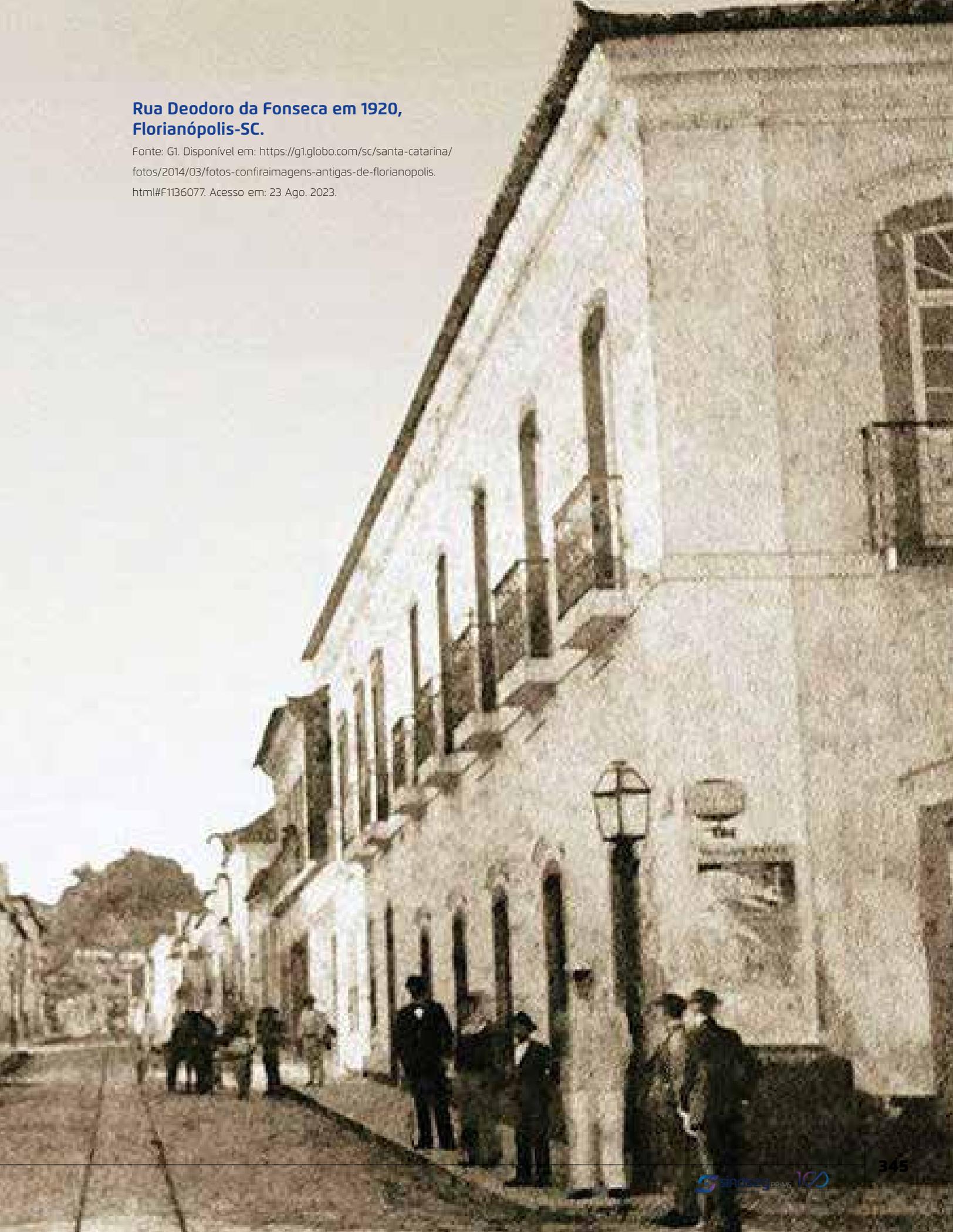


OS MEYER

SUEIRO  
RICKS

## Rua Deodoro da Fonseca em 1920, Florianópolis-SC.

Fonte: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/fotos/2014/03/fotos-confiraimagens-antigas-de-florianopolis.html#F1136077>. Acesso em: 23 Ago. 2023.





**Carlos Quentel. Imagem provavelmente do final da década de 1920.**

Fonte: Arquivo do Sindseg PR/MS.

O Comitê, nesse sentido, expressou os motivos de sua existência: auxiliar as companhias de seguros em vistorias de edifícios que viriam a ser ou já eram assegurados; defender suas associadas em situações de conflito judicial; padronizar as tarifas e taxaões dos seguros nos estados.

Conforme lido, de 1924 a dezembro de 1927, o Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense discutiu e aprovou as taxas de diversos edifícios assegurados, entre os quais estavam bancos, cervejarias, engenhos de arroz e de erva-mate, fábricas de gelo, de laticínios, de tecidos de algodão e meias, de telhas e tijolos, hospitais, igrejas, laboratórios alimentícios e químicos, lojas de acessórios, madeireiras, serralherias, serrarias e usinas de eletricidade.

Ainda de acordo com a documentação consultada, o Comitê também contribuiu para a determinação das normas do seguro sobre aluguel, afirmando que:

O seguro effectuado sobre aluguel garantirá o aluguel que o predio render no caso que por força de sua destruição por fogo, raio ou suas consequências ou que por damno da mesma origem, lhe possa acontecer, fique o dito prédio privado de continuar a produzir o referido aluguel.<sup>487</sup>

Infelizmente, devido à inexistência de maiores detalhes nas atas, pouco se sabe acerca desses edifícios e suas taxaões. O que é possível observar, por exemplo, é que, desde esse momento primordial, o Comitê já definia a existência de diferenças entre seguros de locais de acordo com a tecnologia ou produto usado. Por exemplo, as usinas de eletricidade tinham o valor de suas tarifas alterado de acordo com a fonte de energia trabalhada:

- Força a agua  $\frac{1}{5}\%$
- Força a vapor ou oleo cru  $\frac{1}{4}\%$
- Força a gaz pobre  $\frac{3}{8}\%$
- Qualquer outra força  $\frac{1}{2}\%$ , a fim de a igualar ás demais tarifas de nosso paiz.<sup>488</sup>

Em outro trecho de ata, destaca-se o entendimento da instituição sobre a instalação de campainhas automáticas, sensíveis à temperatura, para alarmes de incêndio, o que faria diferença na tarifa do seguro. Essa alteração ocorria entre seguros para edifícios de alvenaria ou de madeira, conforme visto no primeiro livro de atas do Comitê Local,<sup>489</sup> e em edifícios — com exceção de fábricas e escritórios públicos — com mais de três pavimentos, os quais sofreram aumento de 10% sobre as taxas estipuladas na tarifa.

O Comitê ainda decidia sobre a necessidade de atualização dos custos das tarifas. Conforme lido na ata da reunião de 05 de agosto de 1926 “[...] as propostas para redução da taxa de ‘Bancos’, igualando-a às de ‘Igrejas’ e ‘Hospitais’, e a alteração

<sup>487</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1924-1931.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 4.

<sup>488</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>489</sup> Idem, p. 5.

na rubrica 'Algodão', 'Fábrica de Tecidos' não foram aceitas julgando o Comitê conveniente que continuassem esses com as taxações actuais".<sup>490</sup>

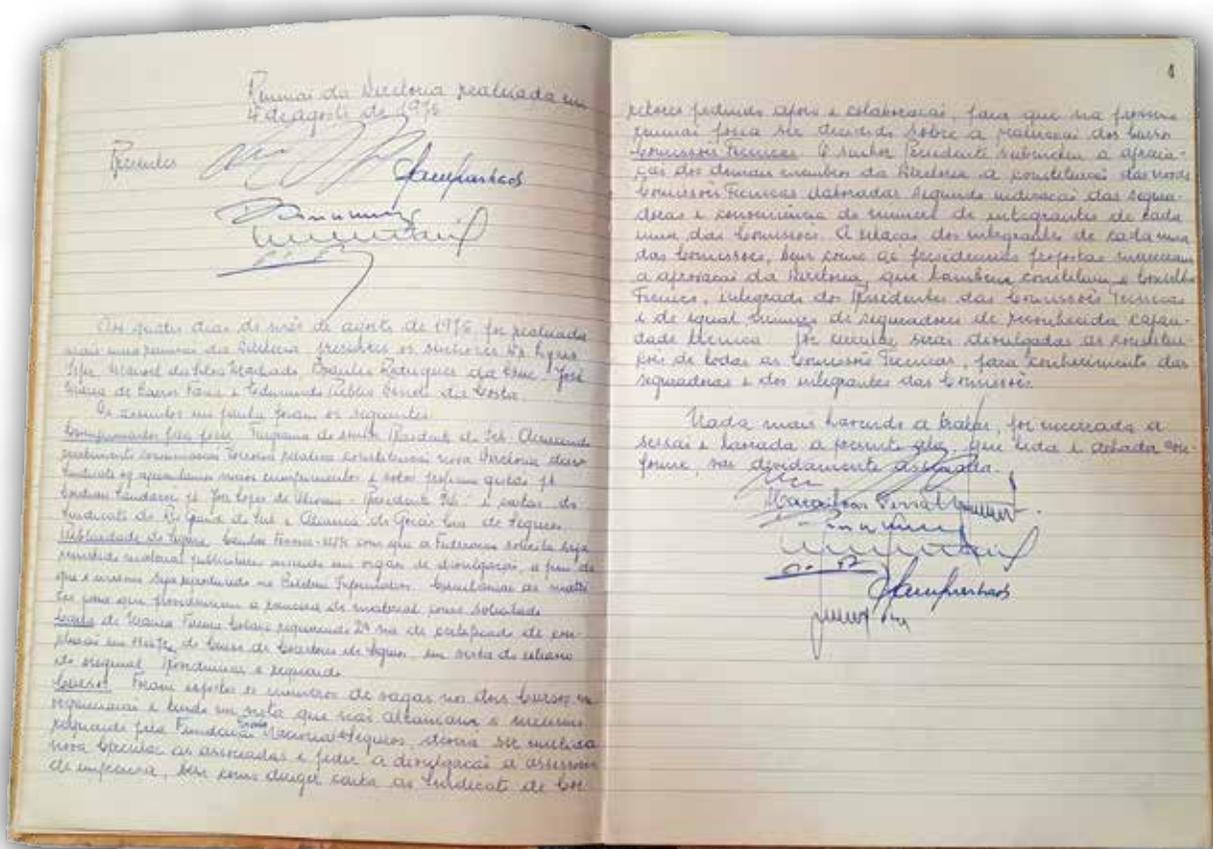
Para além de definir as taxações e outros valores, a organização também era um importante local para troca de informações entre o mercado segurador paranaense. Nas atas lidas, encontramos três situações que exemplificam o papel central da instituição como espaço de comunicação.



**Livro de Atas 1975 a 1979 – Sindicato das Empresas de Seguros e Capitalização do Estado do Paraná.**

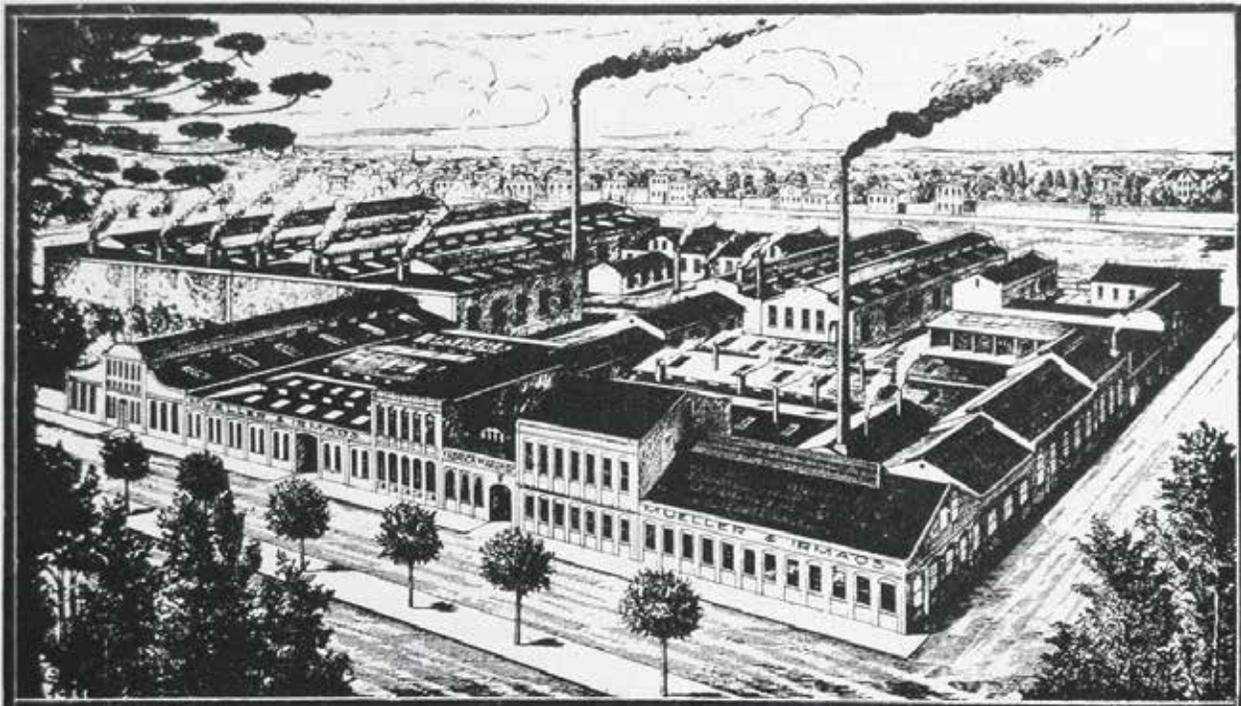
Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

<sup>490</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. Livro de Actas: 1924-1931. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 11.



**Reunião da Directoria realizada em 4 de agosto de 1975. In: Livro de Atas 1975 a 1979 – Sindicato das Empresas de Seguros e Capitalização do Estado do Paraná.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Fábrica Marumby, propriedade da Irmãos Mueller S/A. Ilustração presente na Revista Ilustração Paranaense, final da década de 1920.**

Fonte: <https://estradadoassungui.blogspot.com/2012/06/fundicao-mueller.html>

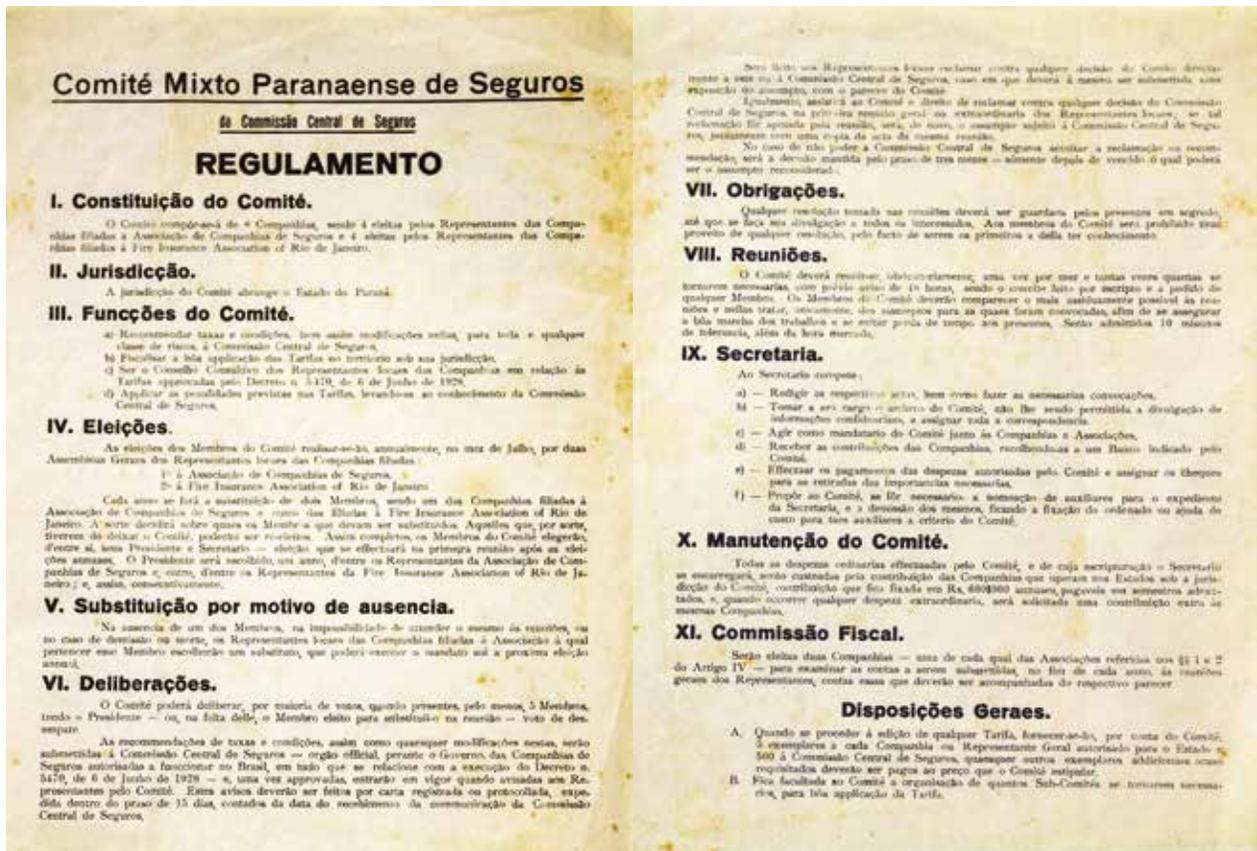
A primeira delas seria a partir de uma carta recebida pela agência do Rio de Janeiro da Northern Assurance Company, que enviou para o Comitê as taxas cobradas para assegurar a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande:

Tendo a Agencia do Rio de Janeiro da Northern Assurance Company, trazido ao conhecimento deste Comitê as taxas teve que effectuou os seguros da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, neste Estado, e para as quaes pedia a approvação deste Comitê, em vista de ser um risco todo especial, e para o que enviou as copias das respectivas apólices.<sup>491</sup>

Em um segundo momento, percebe-se que o Comitê procurava informar seus associados sobre decisões tomadas em suas reuniões também pelos jornais:

Pelo Ilustríssimo Abilio de Abreu foi apresentado a proposta para que, em virtude dos ultimos acontecimentos, se fizesse uma publicação nos principais jornais desta capital, aos seus segurados, a qual foi imediatamente aceita e redigida, da seguinte forma: “Aviso, O Comitê Mixto Paraná S. Catharina da associação de Companhias de Seguros, chama a atenção de todos os segurados em geral para a Clausula das apolices que exige ser comunicado aos respectivos

<sup>491</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1924-1931. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 11.



## Regulamento do Comitê Local Paranaense de Seguros, proposto pela Comissão Mista do Rio de Janeiro.

agentes das Companhias seguradoras toda e qualquer alteração que venha a sofrer a apolice em vigor, taes como: alteração do valor seguro mudança da industria em natureza da occupação, [ilegível] de bens para outro edificio ou local diverso do mencionado nas apolices, etc. [...]<sup>492</sup>

Por fim, um dos excertos mais reveladores sobre as possíveis relações desenvolvidas entre o Comitê e seus associados é a carta de José Sicupira, agente da Cia Floyd Sul Americana, na qual sugere a criação de um “Registro Reservado” dentro da organização, a fim de informar para outros agentes possíveis problemas tidos com seguros cancelados.<sup>493</sup> Essa proposta foi aceita pelo Comitê e, conforme é observado, com o passar dos anos diversas informações são repassadas pelas companhias de seguros para o respectivo registro, a fim de alertar outras companhias sobre as adversidades ocorridas.

Carta para o comitê de José Sicupira, agente da Cia Floyd Sul Ame-

<sup>492</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. Livro de Actas: 1924-1931. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 15.

<sup>493</sup> Ibidem, p. 19.

ricana, que propunha fosse instituído neste comitê um Registro Reservado no qual constasse os cancelamentos de seguros feitos pelos agentes das Companhias de seguros que operam n'este Estado afim de evitar que alguns façam seguros de risco que outros cancellaram por determinados motivos, ignorados, porém, por aqueles. Na mesma carta o Sr. Sicupira referiu-se à vistoria de sinistros aqui propiciando também uma acção deste Comitê junto ao Chefe da Polícia a fim de se conseguir que na ocasião de quem nomeados perito, para exame de escombros.<sup>494</sup>

## A SEPARAÇÃO CATARINENSE

Sabemos que uma instituição se faz com pessoas. Mais do que isso, as instituições são feitas pelas pessoas conectadas, conversando, debatendo os rumos e os interesses do grupo e, principalmente, criando estratégias para o desenvolvimento organizacional. Obviamente que, neste sentido, faz-se necessário a realização de reuniões e eventos que possam suscitar debates profícuos, destinados ao crescimento institucional.

Assim, as reuniões do Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense de Seguros configuravam grande relevância para o desenvolvimento do grupo então criado. Entretanto, no início do século XIX, a região que atualmente compreende os estados do Paraná e de Santa Catarina era marcada por enormes desafios territoriais e políticos. Somado a isso, a falta de infraestrutura e a geografia acidentada dificultava e tornava as viagens longas e perigosas.

Naquela época, as estradas eram precárias e muitas vezes se resumiam a caminhos estreitos e mal-conservados, feitos principalmente de terra batida. O relevo montanhoso da região, com suas colinas íngremes e vales profundos, tornava a construção de estradas um desafio quase intransponível.

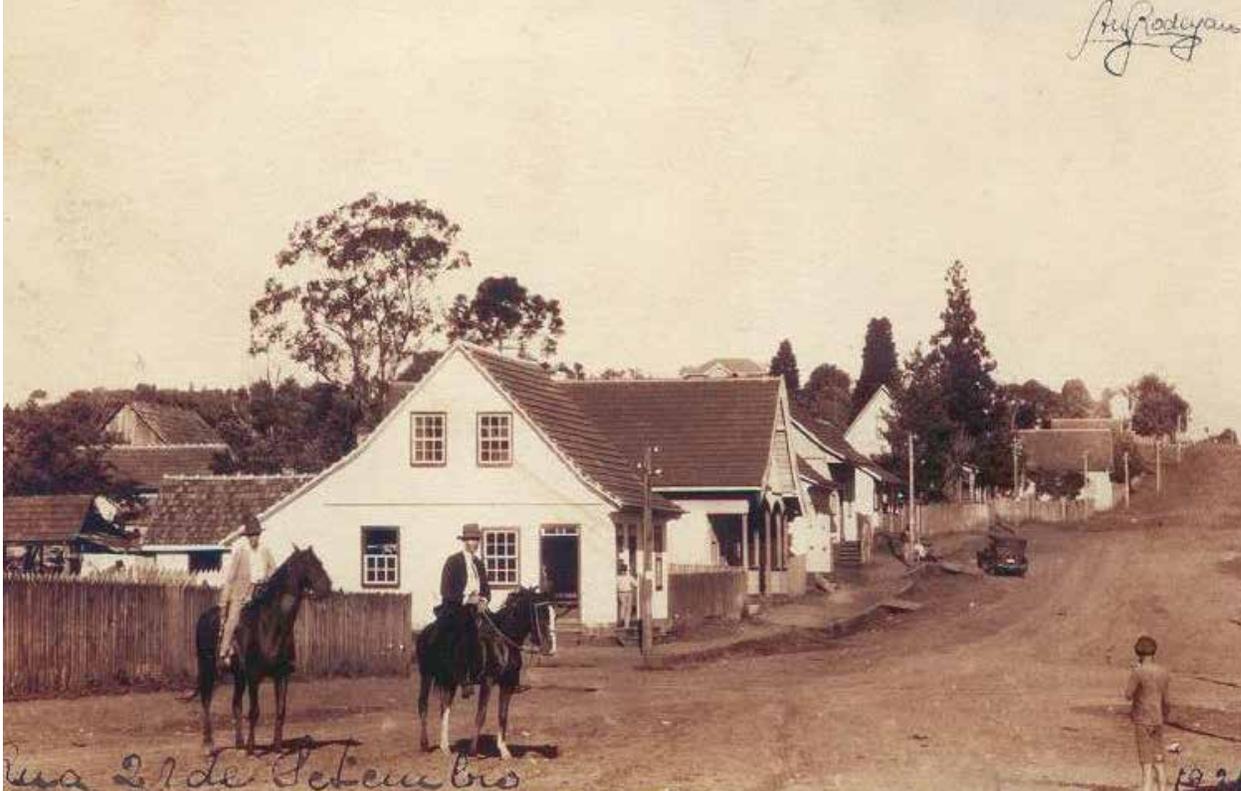
Além disso, as condições climáticas adversas também se somavam àquele desafio. As chuvas frequentes e intensas transformavam as estradas em verdadeiros lamaçais. Em contrapartida, durante os períodos de estiagem, a poeira levantada pelo vento dificultava a visibilidade e tornava a jornada desconfortável.

Essas dificuldades de locomoção tinham impactos significativos na economia e no desenvolvimento da região. O transporte de mercadorias era limitado, o que dificultava o comércio e o abastecimento das comunidades. Além disso, a falta de comunicação eficiente entre as cidades e povoados isolava e impedia a disseminação rápida de informações.

Dessa forma, o deslocamento dos catarinenses até Curitiba, sede do Comitê, tornou-se cansativo, gerando incômodos que começaram a ventilar uma possível separação entre os membros dos dois estados. O assunto veio à tona na reunião de 26 de maio de 1925, quando os secretários-delegados de Curitiba, Florianópolis e Blumenau relataram a limitação das ações do Comitê em função dessa problemática.

Tendo-se em vista a grande dificuldade que existe para as reuniões do Comitê, devido as distancias que separam os Secretarios Delega-

<sup>494</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1924-1931.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931.



### São Mateus do Sul (PR), em 1931.

Fonte: <https://memoriaparanaense.com.br/2019/06/07/fotos-antigas-das-cidades-paranaenses/>

dos, os quaes acham-se em Curityba, outro em Florianopolis e ainda outro em Blumenau, o que muito contribui para tornar ineficaz a nossa acção, resolveu-se consultar a Associação de Companhias de Seguros, sobre a separação dos Estados do Paraná e Santa Catharina em dois Comités Distinctos, o que traria evidentemente grandes benefícios á Industria de Seguros.<sup>495</sup>

A deliberação da reunião em questão diz respeito a uma consulta à Associação das Companhias de Seguro sobre a possibilidade da separação do Comitê Mixto em duas partes: Santa Catarina e Paraná. Tal pedido não foi aprovado, naquele momento, pela Comissão Mixta Central.

No entanto, conforme relatado, além das dificuldades de locomoção, havia ainda os percalços na comunicação entre os membros. O ruído entre as partes, devido à ineficiência na transmissão de informações, inclusive gerou intemperança em uma reunião do Comitê. Campos Lobo, representante da Aliança da Bahia e do Comitê em Florianópolis, foi convocado para o encontro de 15 de dezembro de 1926. Com a alegação de que não havia muitos assuntos em pauta e que a viagem iria custar muitos dias, o Comitê sugeriu que Abreu & Cia o representasse.

Apesar do aceite, o comunicado não chegou a tempo e, portanto, Abreu & Cia não compareceu à reunião. Ocorre que, entre os assuntos levantados, houve a aprovação de 25% de aumento nos seguros de Florianópolis. O fato foi comunicado em 24 de dezembro de 1926, por David Carneiro, então secretário do Comitê, destacando que Campos Lobo, caso discordasse do aumento, deveria se dirigir à Associação, solicitando o fim do aumento aprovado.

<sup>495</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1924-1931.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 4.

Desta maneira, David Carneiro encaminhou correspondência à Comissão Mixta Central do Rio de Janeiro em 4 de janeiro de 1927, recordando a proposta da separação do Comitê, em virtude tanto da dificuldade da realização de reuniões quanto das divergências entre os secretários-delegados. “Muitas vezes uma indústria toda regional, não é devidamente conhecida pela parte contrária, resultando em desacordo sobre a aplicação da taxa. [...] vem precisamente mais nos convencer da necessidade da completa separação dos dois Estados”, diz David Carneiro na carta.

Para remediar, dois subcomitês foram criados em 1927: um em Florianópolis e outro em Blumenau. A sugestão, acatada, não era a solução para o fato. Já em março do mesmo ano, o Comitê recebeu um telegrama da Associação, consultando acerca da separação entre os estados. A intenção era manter o Comitê em Curitiba, criando outro com sede em Joinville e reforçando os dois subcomitês já existentes em solo catarinense (Florianópolis e Blumenau).

A resposta veio em 7 de março de 1927, estabelecendo o pleno acordo para a formação dos comitês distintos. Abordado em nova reunião de 23 de junho, a proposta final de separação foi enviada em 19 de julho de 1927 à Associação. Porém, o ano de 1927 seguia conturbado, com a deliberação em 8 de setembro do desligamento de Santa Catarina do Comitê. Nova reunião tratou sobre o tema em 18 de outubro e, com parcimônia, um pedido foi encaminhado à Associação no dia seguinte, solicitando intervenção para que a separação ocorresse da melhor forma.

A última reunião do Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense ocorreu em 28 de dezembro de 1927, ratificando a partir do ano seguinte a separação e a atuação individualizada em cada um dos estados.

## O COMITÊ MIXTO PARANAENSE

A partir da separação entre Paraná e Santa Catarina, o Comitê foi chamado, ao longo do ano de 1928, de Comitê Mixto Paranaense. Com essa organização, as ações de taxação, regulamentação e auxílio às companhias de seguro tomadas nos primeiros anos da instituição continuaram. Não obstante, é nesse momento que se cria um regulamento, no qual se concebe de forma oficial e documentada a constituição do Comitê, sua jurisdição, funções, formato das eleições, deliberações, obrigações, reuniões, encargos da secretaria, a comissão fiscal e outras disposições gerais.

### REGULAMENTO

Constituição do Comitê.

O Comitê compôr-se-á de 8 Companhias, sendo 4 eleitas pelos Representantes das Companhias filiadas á Associação de Companhias de Seguros e 4 eleitas pelos Representantes das Companhias filiadas á Fire Insurance Association of Rio de Janeiro.

Jurisdição.

A jurisdição do Comitê abrange o Estado do Paraná.

Funções do Comitê.

Recomendar taxas e condições, bem assim modificações nellas, para toda e qualquer classe de riscos, á Comissão Central de Seguros.



**Os integrantes do Comitê Local Paranaense de Seguros foram convocados a fundar o Sindicato das Empresas de Seguros do Paraná, com o objetivo de se criar a Federação Nacional.**

Fiscalizar a bôa applucação das Tarifas no territorio sob sua jurisdição. Ser o Conselho Consultivo dos Representantes locae das Companhiaes em relação ás Tarifas approvadas pelo Decreto n. 5.470, de 6 de Juho de 1928.

Applicar as penalidades previstas nas Tarifas, levando-as ao conhecimento da Commisão Central de Seguros.

#### IV. Eleições

As eleições dos Membros do Comitê realizar-se-ão, annualmente, no mez de Julho, por duas Assembléas Geraes dos Representantes locae das Companhiaes filiadas:

1º á Associação de Companhiaes de Seguros,

2º á Fire Insurance Association of Rio de Janeiro.

Cada anno se gará a substituição de dois Membros, sendo um das Companhiaes filiadas á Associação de Companhiaes de Seguros e outro das filiadas á Fire Insurance Association of Rio de Janeiro. A

sorte decidirá sobre quaes os Membros que devam ser substituidos. Aquelles que, por sorte, tiverem de deixar o Comité, poderão ser re-eleitos. Assim completos, os Membros do Comité elegerão, d'entre si, seus Presidente e Secretario — eleição que se effectuará na primeira reunião após as eleições annuaes. O Presidente será escolhido, um anno, d'entre os Representantes da Associação de Companhias de Seguros e, outro, d'entre os Representantes da Fire Insurance Association of Rio de Janeiro; e, assim, consecutivamente.

#### V. Substituição por motivo de ausencia.

Na ausencia de um dos Membros, na impossibilidade de attender o mesmo ás reuniões, ou no caso de demissão ou morte, os Representantes locais das Companhias filiadas á Associação á qual pertencer esse Membro escolheram um substituto, que poderá exercer o mandato até a proxima eleição annual.

#### VI. Deliberações.

O Comité poderá deliberar, por maioria de votos, quando presentes, pelo menos, 5 Membros, tendo o Presidente — ou, na falta d'elle, o Membro eleito para substituí-lo na reunião — voto de desempate.

As recommendações de taxas e condições, assim como quaesquer modificações nestas, serão submittidas á Comissão Central de Seguros — órgão official, perante o Governo, das Companhias de Seguros autorizadas a funcionar no Brasil, em tudo que se relacione com a execução do Decreto n.º 5470, de 6 de Junho de 1928 — e, uma vez approvadas, entrarão em vigor quando avisadas aos Representantes pelo Comité. Estes avisos deverão ser feitos por carta registrada ou protocollada, expedida dentro do praso de 15 dias, contados da data do recebimento da communicação da Comissão Central de Seguros. Será licito aos Representantes locais reclamar contra qualquer decisão do Comité directamente a este ou á Comissão Central de Seguros, caso em que deverá á mesma ser submittida uma exposição do assumpto, com o parecer do Comité.

Igualmente, assistirá ao Comité o direito de reclamar contra qualquer decisão da Comissão Central de Seguros, na primeira reunião geral ou extraordinaria dos Representantes locais, se tal reclamação fôr apoiada pela reunião, será, de novo, o assumpto sujeito á Comissão Central de Seguros, juntamente com uma copia de acta da mesma reunião.

No caso de não poder a Comissão Central de Seguros aceitar a reclamação ou recommendação, será a decisão mantida pelo praso de tres mezes — somente depois de vencido o qual poderá ser o assumpto reconsiderado.

#### VII. Obrigações.

Qualquer resolução tomada nas reuniões deverá ser guardada pelos representantes em segredo, até que se faça sua divulgação a todos os interessados. Aos membros do Comité será prohibido tirar proveito de qualquer resolução, pelo facto de serem os primeiros a della ter conhecimento.

### VIII. Reuniões.

O Comité deverá reunir-se, obrigatoriamente, uma vez por mez e tantas vezes quantas se tornarem necessárias, com prévio aviso de 48 horas, sendo o convite feito por escripto e a pedido de qualquer Membro. Os Membros do Comité deverão comparecer o mais assiduamente possível ás reuniões e nellas tratar, unicamente, dos assuntos para as quaes foram convocadas, afim de assegurar a bôa marcha dos trabalhos e se evitar perda de tempo aos presentes. Serão admittidos 10 minutos de tolerancia, aquém da hora marcada.

### IX. Secretaria.

Ao Secretario compete:

Redigir as respectivas actas, bem como fazer as necessarias convocações.

Tomar a seu cargo o archivo do Comité, não lhe sendo permittida a divulgação de informações confidenciaes, e assignar toda a correspondencia.

Agir como mandatario do Comité junto ás Companhias e Associações.

Receber as contribuições das Companhias, recolhendo-as a um Banco indicato pelo Comité

Effectuar os pagamentos das despesas autorizadas pelo Comité e assignar os cheques para as retiradas das importancias necessarias.

Propôr ao Comité, se fôr necessário a nomeação de auxiliares para o expediente da Secretaria, e a demissão dos mesmos, ficando a fixação do ordenado ou ajuda de custo para taes auxiliares a criterio do Comité

### X. Manutenção do Comité.

Todas as despesas ordinarias effectuadas pelo Comité, e de cuja escripturação o Secretario encarregará, serão custeadas pela contribuição das Companhias que operam nos Estados sob a Jurisdicção do Comité, contribuição que fixa fixada em Rs. 600\$000 annuaes, pagaveis em semestres adeantados, e, quando ocorrer qualquer despeza extraordinaria, será solicitada uma contribuição extra ás mesmas companhias.

### XI. Comissão Fiscal.

Serão eleitas duas Companhias — uma de cada qual as Associações referidas nos §§ 1 e 2 do Artigo IV — para examinar as contas a serem submettidas, no fim de cada anno, ás reuniões geraes dos Representantes, contas essas que deverão ser acompanhadas do respectivo parecer.

### Disposições Geraes

Quando se proceder á edição de qualquer Tarifa, fornecer-se-ão, por conta do Comité, 5 exemplares a cada Companhia ou Representante Geral autorizado para o Estado e 500 á Comissão Central de Seguros, quaesquer outros exemplares addicionaes acaso requisitados deverão ser pagos ao preço que o Comité estipular.

Fica facultada ao Comité a organização de quantos Sub-Comités se tornarem necessários, para bôa applicação da Tarifa.<sup>496</sup>

Além dessas funções, é também perceptível, a partir da leitura das atas de reunião,<sup>497</sup> que o Comitê Mixto Paranaense aprofundou suas relações com a Associação de Companhia de Seguros Rio de Janeiro, com a política e as companhias locais, com o Corpo de Bombeiros de Curitiba, e passou a assinar a *Revista de Seguros* (publicada no Rio Janeiro).

Pensando primeiramente nas relações tecidas pelo Comitê Mixto Paranaense e a Associação de Companhia de Seguros do Rio de Janeiro, observa-se que, nesse momento, a organização paranaense se reporta à capital do país, a fim de, em janeiro de 1928, receber informações sobre a unificação das taxas de transporte marítimo e, em novembro do mesmo ano, posicionar-se contrariamente à criação dos Ofícios Privativos de Notas e Registros de Contractos Marítimos no Brasil. Conforme descrito em ata:

Exposição Minuciosa feita pelo Snr. Presidente Interino, das providencias tomadas pelo Comite, em referencia ao movimento que está tendo posto em pratica, em todo o Paiz, para que o Congresso Nacional dispensa a execução da lei que creou os Offícios Privativos de Notas e Registros de Contractos Marítimos, providencias estas, tomadas em virtude de solicitação da Associação de Cias. de Seguros de Rio de Janeiro. Em menção especial o Presidente interino comunicou a mesa, as atenções com que foi recebida a Comissão que tratou do assumpto, tanto pelo Exímio Ins. Dr. Pamphilo de Assumpção, dignissimo Presidente da Associação Commercial, o qual se prontificou a enviar os telegrammas necessarios aos Exímios Snrs Presidente da República, Presidente da Camara dos Deputados e Presidente do Estado, actualmente no Rio de Janeiro, como pela imprensa local, a qual se manifestou, alargamento sobre o assumpto, publicando artigo, com argumentos indiscutíveis em apoio a atitudo geral do commercio e Industria contra a execução da mencionada lei.<sup>498</sup>

A partir desse trecho, percebemos que o posicionamento dos paranaenses se deu principalmente devido a um pedido da Associação do Rio de Janeiro, mobilizando, juntamente às companhias de seguros, Dr. Pamphilo D'Assumpção — já citado no capítulo "Sociedade" deste livro —, por sua importante atuação política em âmbito regional e, provavelmente, por sua boa relação com os políticos brasileiros. Por meio da leitura das atas, pouco se descobre sobre o tema além dessas informações; entretanto, ao pesquisar sobre a história brasileira, sabe-se que os Ofícios Privativos de Notas e Registros de Contratos Marítimos foram criados.

A influência da Associação de Companhia de Seguros do Rio de Janeiro também se constituiu a partir da *Revista de Seguros*, sua publicação oficial sobre o mercado segurador no país. Segundo descrito em ata, além do pedido de sua assinatura, que foi

<sup>496</sup> COMITÉ MIXTO PARANAENSE DE SEGUROS DA COMISSÃO CENTRAL DE SEGUROS. **Regulamento**. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1928.

<sup>497</sup> É importante lembrarmos que, apesar da separação do Comitê entre Paraná e Santa Catarina, o modelo de ata continua o mesmo, sendo, inclusive, escritas todas na mesma encadernação.

<sup>498</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1924-1931**. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 32.

aceito e renovado ao longo de todo o século XX — conforme lido nas documentações posteriores —, essa informação se destaca, uma vez que demonstra a interação, por parte dos paranaenses, com as novidades e discussões sobre os seguros no Brasil.

O Snr. Presidente interino procedeu em seguida a leitura de uma carta recebida da Associação das Cias. de Seguros, do Rio de Janeiro, recommendando ao Comité, seus membros e associados, a assignatura da Revista de Seguros, publicação official da Associação, que, tratando de assuntos de interesse da classe, era, por isso, merecedora de difusão e apoio, pois esta publicação tendo de enfrentar despesas sempre crescentes, não podia dispensar o apreciavel concurso de assignaturas de todos aquelles que se dedicam a industria de Seguros no Brasil. Correspondendo á este apello, ficou deliberado que o Snr. Secretario Delegado dirigiria á todos associados um pedido para o desejo da Associação ser devidamente amparado. Ficou, também, o Comité autorizado a tomar uma assignatura, além de que cada membro do Comité tomaria por sua conta.<sup>499</sup>

Além dessas relações do Comitê a nível nacional, destaca-se a importância do vínculo criado com o Corpo de Bombeiros de Curitiba, visto os bombeiros serem essenciais para a constituição dos seguros contra incêndios no Paraná — uma das principais apólices vendidas no estado e no Brasil ao longo do século XX.

O Corpo de Bombeiros era fundamental não apenas para controlar incêndios, como também realizava vistorias nos edifícios a serem assegurados e contribuía para a normatização de taxas, sejam elas para fábricas, escritórios, engenhos ou para outros usos. Referências aos bombeiros são frequentes nas atas das reuniões do Comitê Mixto Paranaense, embora poucas informações detalhadas sejam obtidas. Na documentação do Comitê, a maior parte dos escritos encontrados faz menção à contribuição da organização para o Corpo de Bombeiros, devido à ajuda prestada pelos bombeiros, além de também serem tecidos elogios a essa corporação, que tanto auxiliava o mercado segurador paranaense.

O primeiro texto separado para apresentar essa relação trata sobre substituir a contribuição das companhias de seguro ao advogado para que seja destinada ao Corpo de Bombeiros:

Ficou deliberado que a contribuição das Comps. de Seguros continuem sendo de R50\$000 mensais e que a contribuição que se fazia então ao advogado, fosse invertida em favor dos bombeiros que funcionarem em incendios ocasionados em predios segurados e respectivo. Essa gratificação será arbitrada pelo Comite reunido, convidando e separa esta reunião o agente ou agentes das Companhias interessadas, suposto que não sejam membros do Comite.<sup>500</sup>

Enquanto isso, o advogado passou a ser indicado pelos agentes e seus honorários continuaram sendo pagos pelo Comitê, mas as despesas de custas passaram a ser de responsabilidade das companhias interessadas:

<sup>499</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1924-1931. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 36.

<sup>500</sup> *Ibidem*, p. 21.

Todas as vezes que, em caso de incêndio, o agente ou agentes das Cias. interessadas, julgarem conveniente a intervenção de advogado, este será indicado pelo referido agente ou agentes, ao Secretario-Delegado do Comité, o qual o nomeará para acompanhar o inquerito policial, sua interferencia directa, entretanto, limitando-se a sua função até o requerimento e respectiva processo de vistoria judiciaes, pagando o Comite os seus honorarios e a Cia ou Cias interessadas, as despesas de custa e outras [...].<sup>501</sup>

Em um segundo momento, também se percebe a doação de verba para o Corpo de Bombeiros, só que, nesse momento, para a “Caixa Beneficente” da organização:

Havendo bastante ventilado o assumpto da Caixa Beneficente do Corpo de Bombeiros desta Cidade, diversos membros fizeram suas propostas das quaes foram acceitas as seguintes: O Comité pagará á dita Caixa a quantia de Rs2:000\$000 em nome das Companhias de Seguros no Paraná.<sup>502</sup>

Por fim, ainda no ano de 1928, separa-se aqui um excerto de elogio à atuação do Corpo de Bombeiros, feito pelo Presidente Interino do Comité Mixto Local, Sr. José Sicupira<sup>503</sup>:

O Snr José Sicupira, Presidente interino propoz que se fizesse constar na acta da presente reunião, um voto de louvor ao Corpo de Bombeiros de Curityba, pela maneira com que o mesmo se vem conduzindo, o que representa uma efficiente garantia para as frandes responsabilidade que pesam sobre os hombros das Cias. Seguradoras, que operam nesta capital.<sup>504</sup>

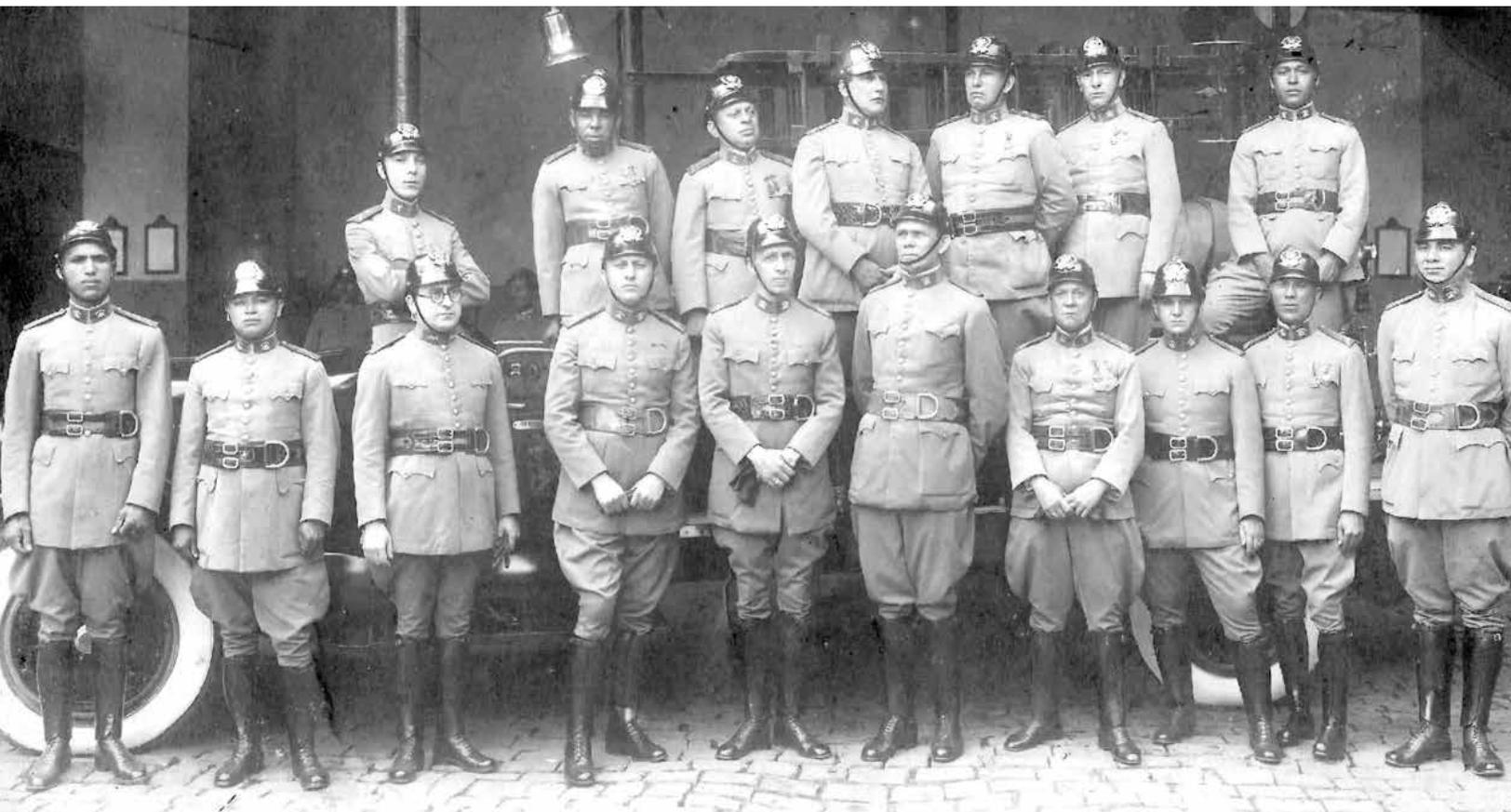
Outro ponto relevante percebido nas atas é a comunicação criada com as companhias de seguros — situação essencial para a regulamentação do mercado segurador, bem como para a criação e perpetuação de mecanismos de auxílio mútuos entre as empresas. Isto é, durante as reuniões do Comité, pensava-se na necessidade de equidade na aplicação das taxas e se confirmou o uso do Registro Confidencial, projeto sugerido ainda na época do Comité Mixto Paranaense e Santa Catarina, por José Sicupira.

<sup>501</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1924-1931. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 34.

<sup>502</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>503</sup> José Sicupira exerceu a função de presidente interino, uma vez que, segundo as atas, o presidente Carlos Quentel, por motivo de moléstia, estava impedido de frequentar as reuniões.

<sup>504</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1924-1931. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 33.



### Oficiais Bombeiros do Paraná em 1923.

Fonte: Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Corpo\\_de\\_Bombeiros\\_da\\_Pol%C3%ADcia\\_Militar\\_do\\_Paran%C3%A1#/media/Ficheiro:CBPR\\_1923.PNG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Corpo_de_Bombeiros_da_Pol%C3%ADcia_Militar_do_Paran%C3%A1#/media/Ficheiro:CBPR_1923.PNG). Acesso em: 23 Ago. 2023.



### Primeiro quartel do Corpo de Bombeiros do Paraná, na rua Cândido Lopes, esquina com rua Ébano Pereira, Curitiba-PR, em 1930.

Fonte: Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Corpo\\_de\\_Bombeiros\\_da\\_Pol%C3%ADcia\\_Militar\\_do\\_Paran%C3%A1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Corpo_de_Bombeiros_da_Pol%C3%ADcia_Militar_do_Paran%C3%A1). Acesso em: 23 Ago. 2023.

Foi determinado mandar fazer imediatamente um 'Registro Confidencial' com as seguintes rubricas: No. de Ordem, data do cancelamento, objecto do seguro, localização, segurado, valor, vencimento, companhia seguradora e observações, outrossim um "Registro de Sinistros", contendo as seguintes rubricas: Nr. de ordem, No. da apolice, proprietario do immovel, localização, valor segurado do predio, valor segurado do conteúdo, prejuízo do predio, prejuízo do conteúdo, Cia. seguradora, data a emissão, data do incêndio, data da liquidação e observações.<sup>505</sup>

Os Registros Confidenciais permaneceram ao longo das décadas de 1930 e 1940, quando o Comitê Mixto se transforma em Comitê Local Paranaense, situação que veremos a seguir.

## COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS

### REGULAMENTO

#### I. Constituição do Comitê.

O Comitê compôr-se-á de 8 Companhias, sendo 4 eleitas pelos Representantes das Companhias filiadas á Associação de Companhias de Seguros e 4 eleitas pelos Representantes das Companhias filiadas á Fire Insurance Association of Rio de Janeiro.

#### II. Jurisdição.

A jurisdição do Comitê abrange o Estado do Paraná.

#### III. Funções do Comitê.

Recomendar taxas e condições, bem assim modificações nellas, para toda e qualquer classe de riscos, á Comissão Central de Seguros.

Fiscalizar a bôa applicação das Tarifas no territorio sob sua jurisdição. Ser o Conselho Consultivo dos Representantes locais das Companhias em relação ás Tarifas approvadas pelo Decreto n. 5.470, de 6 de Junho de 1928.

Applicar as penalidades previstas nas Tarifas, levando-as ao conhecimento da Commisão Central de Seguros.

Nomear annualmente os membros da "Inspectoria de Riscos" que deverão ser dois agentes de Companhias que operam no Estado do Paraná e que não falam parte da Directoria do Comitê.

Nomear um tecnico electricista, com cargo permanente, para proceder as vistorias de instalações electricas, quando solicitadas pelos Agentes interessados, determinando os honorários para tal fim.

#### IV. Eleições.

As eleições dos Membros do Comitê, realizar-se-ão, annualmente, no

<sup>505</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas**: 1924-1931. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 23.

mez de Julho, por duas Assembléas Geraes dos Representantes locais das Companhias filiadas:

1º á Associação de Companhias de Seguros

2º á Fire Insurance Association of Rio de Janeiro.

Cada anno se fará a substituição de dois Membros, sendo uma das Companhias filiadas á Associação de Companhias de Seguros e outro das filiadas á Fire Insurance Association of Rio de Janeiro. A sorte decidirá sobre os Membros que devam ser substituídos. Aquelles que, por sorte, tiverem dentre si seus <PRESIDENTE, VICEPRESIDENTE, SECRETARIO e THESOUREIRO> — eleição que se effectuará na primeira reunião apoz ás eleições annuaes. O presidente será escolhido um anno dentre os Representantes das Associação de Companhias de Seguros e outro, dentre os Representantes da Fire Insurance Association of Rio de Janeiro; e, assim, consecutivamente.

V. Substituição por motivo de ausência.

Na ausência de um dos Membros, na impossibilidade de attender o mesmo ás reuniões, ou no caso de demissão ou morte, os Representantes locais das Companhias filiadas á Associação á qual pertencer esse Membro, escolherão um substituto, que poderá exercer o mandato até a próxima eleição annual.

VI. Deliberações.

O Comité poderá deliberar, por maioria de votos, quando presentes, pelo menos, 5 Membros, tendo o Presidente — ou, na falta dele, o Membro eleito para substituí-lo na reunião — voto de desempate.

As recomendações de taxas e condições, assim como quaisquer modificações nestas, serão submetidas á Comissão Central de Seguros — órgão official, perante o Governo, das Companhias de Seguros autorizadas a funcionar no Brasil, em tudo que se relacione com a execução do Decreto n. 5470, de 6 de junho de 1928 — e, uma vez aprovadas, entrarão em vigor quando avisadas aos Representantes pelo Comité, Estes avisos deverão ser feitos por carta registrada ou protocolada, expedida dentro do praso de 15 dias, contados da data do recebimento da comunicação da Comissão Central de Seguros.

Será licito aos Representantes locais reclamar contra qualquer decisão do Comité diretamente a este ou á Comissão Central de Seguros, caso em que deverá á mesma ser submetida uma exposição do assumpto, com o parecer do Comité.

Igualmente, assistirá ao Comité o direito de reclamar contra qualquer decisão da Comissão Central de Seguros, na primeira reunião geral ou extraordinária dos Representantes locais: se tal reclamação fôr apoiada pela reunião, será, de novo, o assumpto sujeito á Comissão Central de Seguros, juntamente com uma coisa da acta da mesma reunião.

No caso de não poder a Comissão Central de Seguros acceitar a reclamação ou recomendação, será a decisão mantida pelo praso de três mezes — somente depois de vencido o qual poderá ser o assumpto reconsiderado.

#### VII. Obrigações.

Qualquer resolução tomada nas reuniões deverá ser guardada pelos presentes em segredo até que se faça sua divulgação a todos os interessados. Aos membros do Comité será prohibido tirar proveito de qualquer resolução, pelo facto de serem os primeiros a della ter conhecimento.

#### VIII. Reuniões.

O Comité deverá reunir-se, obrigatoriamente, uma vez por mez e tantas vezes quantas se tornarem necessárias, com prévio aviso, de 48 horas, sendo o convite feito por escripto e a pedido de qualquer membro. Os Membros do Comité deverão comparecer o mais assiduamente possível ás reuniões e nelas tratar, unicamente, dos assumptons para as quaes foram convocadas, afim de se assegurar a bôa marcha dos trabalhos e se evitar perda de tempo aos presentes. Serão admitidos 10 minutos de tolerância, além da hora marcada.

#### IX. Secretaria.

Ao Secretario compete:

Redigir as respectivas actas, bem como fazer as necessárias convocações.

Tomar a seu cargo o archivo do Comité, não lhe sendo permitida a divulgação de informações confidenciaes, e assignar toda a correspondência.

Agir como mandatário do Comité junto ás Companhias e Associações. Propor ao Comité, se fôr necessário, a nomeação de auxiliares para o expediente da Secretaria, e a demissão dos mesmos, ficando a fixação do ordenado ou ajuda de custo para taes auxiliares a critério do Comité.

#### X. Thesouraria.

Receber as contribuições das Companhias, recolhendo-as a um Banco indicado pelo Comité.

Effectuar os pagamentos das despesas autorizadas pelo Comité e assignar os cheques para as retiradas das importâncias necessárias.

#### XI. Manutenção do Comité.

Todas as despesas ordinárias effectuadas pelo Comité, e de cuja escripturação o Thesouiro se encarregará, serão custeadas pela contribuição das Companhias que operam no Estado do Paraná contribuição que fica fixada em RS. 600\$000 annuaes, pagáveis em semestres adeantados, e, quando ocorrer qualquer despesa extraordinária, será solicitada uma contribuição extra ás mesmas Companhias.

#### XII. Comissão Fiscal.

Serão eleitas duas Companhias — uma de cada qual das associações referidas nos §§ 1 e 2 do Artigo IV — para examinar as contas a serem submettidas, no fim de cada anno, ás reuniões geraes dos Representantes, contas essas que deverão ser acompanhadas do respectivo parecer.

Disposições Geraes.

Quando se proceder á edição de qualquer Tarifa, fornecer-se-ão, por conta do Comitê, 5 exemplares a cada Companhia ou Representante Geral autorizado para o Estado e 500 á Comissão Central de Seguros, quaesquer outros exemplares addicionaes acaso requisitados deverão ser pagos ao preço que o Comitê estipular.

Fica facultada ao Comitê a organização de quantos Sub-Comitês se tornarem necessários, para bôa aplicação da Tarifa.<sup>506</sup>

O Comitê Local Paranaense de Seguros foi criado oficialmente em março de 1929. Sua diretoria continuava a mesma do Comitê Mixto Paranaense — que seguia a ordenação do Comitê Paranaense e Santa Catarinense, liderada oficialmente por Carlos Quentel, mas com presidente interino José Sicupira.

Como não havia um órgão regulador do mercado de seguros naquele período (atual Susep), o Comitê Local tinha um papel protagonista nos contatos com a Associação das Companhias de Seguros (ACS) e com a Fire Insurance Association of Rio de Janeiro (FIA). Ambas determinavam e regulavam o mercado de seguros na época, definindo inclusive as tarifas praticadas pelas operadoras e pelos agentes de seguros.

Conforme podemos observar no regulamento da instituição paranaense, essa possuía como funções registradas: fiscalizar a aplicação de tarifas no território paranaense; ser o conselho consultivo dos representantes locais das companhias de seguros; aplicar as penalidades previstas nas tarifas e levá-las ao conhecimento da Comissão Central de Seguros; nomear anualmente os membros de uma Inspetoria de Riscos para atuar juntamente das companhias seguradoras presentes no território paranaense; e, ainda, nomear um técnico electricista permanente, para realizar instalações elétricas quando solicitado por agentes associados.

Em outras palavras, o Comitê Local Paranaense continuava exercendo suas funções de regulamentação dos seguros e comunicação/consultoria para com os agentes paranaenses. Não obstante, percebemos um maior nível de organização em suas ações, bem como a ampliação de suas relações a nível nacional e regional.

Em virtude da dificuldade de comunicação e transporte,<sup>507</sup> os comitês tinham, na prática, a mesma tarefa das associações: fiscalização, determinação de tarifas, correção de valores e aplicação de penalidades. Entretanto, as decisões eram submetidas às Associações e, nesse sentido, raramente os comitês direcionavam na via contrária do que fosse determinado pelo poder central.

<sup>506</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS DA COMISSÃO CENTRAL DE SEGUROS. **Regulamento.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1929.

<sup>507</sup> Conforme discutido nos capítulos sobre Economia e Sociedade, até a segunda metade do século XX o Paraná carecia de integração entre suas cidades, uma vez que as estradas, quando existiam, não eram de boa qualidade, bem como as ferrovias pouco haviam se desenvolvido no país como um todo.

O Comitê Paranaense de Seguros permaneceu atuante até 1949, quando foi criada a Associação das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado do Paraná. Estes foram os presidentes que lideraram o Comitê:

- **Carlos Quentel (1926-1929):** descendente de alemães, era um importante representante do grupo étnico em Curitiba. Em 1898, foi presidente do Club Germania da cidade e, ao longo do século XX, foi um proeminente comerciante de Curitiba, tendo escritório de comissão e importação também em Ponta Grossa.
- **Humberto Carnascialli (1929-1930 / 1931-1932):** além de atuar nos seguros, Carnascialli foi proprietário de um armazém de secos e molhados familiar em Curitiba.
- **Bráulio Virmond de Oliveira Lima e Joaquim Chamusco (1930-1931):** Bráulio Lima era capitão da polícia militar do Paraná, sendo piloto de avião, e também atuava no mercado de seguros. Já Chamusco, advindo de Portugal, faleceu em 1934 e pouco atuou no Comitê.<sup>508</sup>
- **Abílio Abreu (1932-1933 / 1938-1939):** um dos mais importantes comerciantes de Curitiba na primeira metade do século XX, foi membro da diretoria da Associação Comercial do Paraná, do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Paraná e das fábricas de erva-mate Leão, Fontana e Carneiro. Também fez parte da Santa Casa de Misericórdia, do Asilo São Luiz, do Hospital Nossa Senhora da Luiz e foi um dos fundadores do Graciosa Country Club, do Clube do Comércio de Curitiba e do Trio Rio Branco.
- **Manuel Francisco Correia (1933-1934):** representava a Companhia de Seguros Phoenix. Provavelmente descendente da Família Correia, parte da elite paranaense, com nomes como homônimo de Manuel Francisco Correia (1831-1905), advogado e senador no período do Brasil Império, e o barão do Serro Azul, Ildfonso Pereira Correia, maior exportador de mate no Paraná no século XIX e político paranaense.
- **Hans Satting (1934-1935):** era representante da Companhia de Seguros Internacional. Poucas informações foram encontradas sobre sua vida, apenas que era estrangeiro e que durante a década de 1930, buscou se naturalizar brasileiro.
- **Raimundo Couto (1935-1936 / 1937-1938):** grande comerciante da cidade, fazia parte da Associação Comercial do Paraná e representava a Companhia Adriática de Seguros.
- **Henrique Jouve (1936-1937):** era engenheiro, foi feitor da Prefeitura de Curitiba e trabalhou na construção da estrada do Assunguy. Também fez parte do Clube



**Humberto Carnascialli.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Joaquim Chamusco.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

<sup>508</sup> Bráulio Virmond de Lima, representante da David Carneio & Cia., não teve seu período registrado, pois passou a ser agente da Cia. Brasil de Seguros, sendo substituído pelo senhor Joaquim Chamusco.

Curitibano, foi vice presidente do antigo Sport Club Pinheiros e um dos fundadores do Graciosa Country Club.

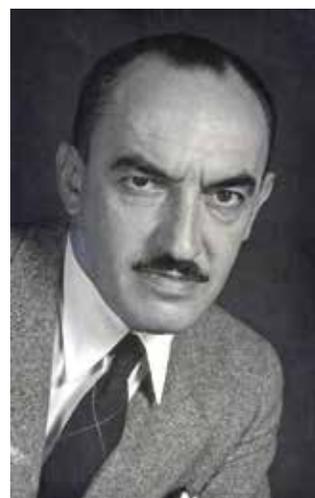
- **Arnaldo Barros (1939-1940):** era procurador e fazia parte da Associação Brasileira de Viajantes e Representantes Comerciais (ARCESP).
- **A.F. Miranda Rosa (1940-1941):** foi representante da Companhia de Seguros Atalaia.
- **Gabriel Leão da Veiga (1941-1942 / 1943/1944 / 1945-1946):** filho de Bernardo Augusto da Veiga com Maria Dolores, viúva do ervateiro Fido Fontana, além de ser um importante nome para o mercado segurador paranaense, atuava no ramo dos engenhos de mate e fundou as marcas de mate: Independência, Fontana, Glória, Seleta, Record, La Preferida e La Sultama.<sup>509</sup>
- **Othon Maeder (1942-1943):** nascido em 1895 em Paranaguá, Othon era filho de Nicolau Maeder, industrial e comerciante de erva-mate. Formado em Geografia e Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, presidiu, além do Sindseg, o sindicato dos Engenheiros do Paraná, o Instituto de Engenharia do Estado e a Associação dos Funcionários Públicos e trabalhou no Departamento de Terras e Colonização do Paraná. Também exerceu carreira política no estado, sendo prefeito de Ponta Grossa em 1931, senador pelo Paraná de 1951 a 1959 e deputado Federal de 1959 a 1963.
- **Arcésio Guimarães (1946-1947):** neto do visconde de Nácar, Arcésio Guimarães nasceu em Paranaguá no ano de 1888. Foi sócio da empresa Guimarães & Cia, vereador de Curitiba e presidente da Associação Comercial do Paraná. Também foi sócio do Jornal *Gazeta do Povo* e o primeiro presidente da história do Club Athletico Paranaense.
- **Marino Wanderley Pinto (1947-1948):** Na década de 1930 fez parte da Contabilidade Geral da Rede Viação Paraná-Santa Catarina e era acionista do Banco do Estado do Paraná.
- **Cesar Correia (1948-1949):** discutido mais à frente neste livro.

A partir da leitura das atas do Comitê Local Paranaense, foram separados quatro temas diferentes para se aprofundar no presente livro, os quais nomeamos aqui de: Regulamentações, Comunicações, Relações e Seguros de Destaque.



**Henrique Jouve.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Gabriel Leão da Veiga.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

<sup>509</sup> PITZ, Gustavo. **O histórico prédio das Fábricas Fontana.** Turistoria. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/o-historico-predio-das-fabricas-fontana>. Acesso em: 29 set. 2023.

## REGULAMENTAÇÃO DE TAXAS, TARIFAS, VISTORIAS E OUTROS ASSUNTOS

A partir da leitura da documentação disponível, sabemos que inúmeras cartas foram endereçadas ao Comitê Local Paranaense a fim de consultar os valores de taxas dos mais diversos seguros existentes no estado. Três desses exemplos, discutidos na década de 1930, questionaram o Comitê sobre a taxa de seguro para o Palácio Avenida,<sup>510</sup> para as Fábricas de Louças e Vidros, como também para as Fábricas de Sabão e Velas. Ressalta-se que, nos excertos a seguir, muito além da observação sobre as regulamentações possíveis, descobre-se quais locais eram assegurados nesse período, inclusive as relações tecidas no mercado de seguros paranaense.

Pelo Snr. Aryon Correia foi consultado a mesa, com referencia á taxação para o seguro do prédio “Palácio Avenida” de propriedade do Snr. Feres Merhy, em virtude de existirem interpretações diferentes, opinando uns, que a taxa geral deve ser a correspondente ao cinema, existente no prédio, e outros, que podem ser aplicadas taxas diversas. Discutindo, largamente o assumpto, foi deliberado, nomear-se uma comissão, composta dos snrs. Primo Lattes, Aryon Correia e Henrique Jouve, para examinarem detidamente os riscos em apreço e emitirem o seu parecer, feito, o Comité transmittirá, em circular a todos os agentes, a taxa ou as taxas a serem aplicadas.<sup>511</sup>

Conforme observado no trecho citado, quando não se tinha a certeza da informação, o Comitê propunha a criação de comissões para investigar a melhor forma de se compor o seguro. Além dessa ferramenta, percebe-se também que a organização paranaense, a fim de confirmar as informações para seus associados, também se voltava para o Rio de Janeiro em busca de afirmativas. No caso das tarifas quanto aos riscos das Fábricas de Louças e de Vidros, consultou-se a Comissão Central para analisar e aprovar a taxação:

Usando da palavra o Sr. Humberto Carnasciali, propoz que se fizesse á Comissão Central uma consulta “sobre a possibilidade de se equiparar as condições estabelecidas na tarifa, quanto aos riscos ‘Fabricas de Louças’ e ‘Fabricas de Vidros’, isto é, que a taxa de 1% estabelecida para fabricas de vidros, vigorasse para qualquer construção como acontece para com fabricas de louças”. Submettida a voos, foi approvada unanimemente a proposta e mandado providenciar.<sup>512</sup>

Por fim, o Comitê ainda trabalhava juntamente do Corpo de Bombeiros, principalmente quanto ao risco de incêndio presente nos edifícios, a fim de incorporar ou não

<sup>510</sup> O Palácio Avenida foi construído em 1927 e inaugurado em 1929, sendo, ao longo do século XX, local de diversas lojas, escritórios, cafés e cinemas, como o Cine Avenida, até que em 1968 foi comprado pelo banco Bamerindus, vendido para o HSBC e, em 2016, tornou-se sede regional do Bradesco.

<sup>511</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1924-1931**. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 15.

<sup>512</sup> Ibidem, p. 56.



### Palácio Avenida em construção no ano de 1928.

Fonte: <https://www.turistoria.com.br/palacio-avenida-o-simbolo-do-natal-curitibano>

novas tarifas. Nesse caminho, as seguradoras levavam em consideração não apenas o edifício e sua estrutura, mas principalmente as ferramentas existentes em sua composição para evitar um incêndio:

Fábrica de Sabão e Velas, Cia. Estearina Paranaense: Consulta do agente da Cia. Sul. America Terrestres e Maritimos — remetendo um laudo do “Corpo do Bombeiros”, pelo qual ficou constatado possuir a fabrica acima recursos suficientes para socorro de emergência, em caso de incêndio — sobre si, em face desse laudo, poderia ser, o seguro da referida fabrica, taxado sem adicional previsto no numero terceiro, das “Disposições Locais da Tarifa”. Foi deliberado, unanimemente, dispensar-se o adicional, em razão de que se determinou a expedição de circular a todas os agentes, comunicando o facto.<sup>513</sup>

Ao receber consultas, percebemos com os trechos lidos que o Comitê Local Paranaense realizava articulações ou novas comissões para responder a seus associados. É nesse mesmo caminho que a organização passa a operar uma Inspetoria de Riscos para a realização de fiscalização e vistorias nos edifícios assegurados.

A partir dessa inspetoria, sabe-se que o Comitê, por exemplo, realizava vistorias fora de Curitiba, como é o caso dos arquivos gerados sobre o risco no “Cine-Theatro Eden”,<sup>514</sup> de Ponta Grossa, e que seus laudos apresentaram informações detalhadas

<sup>513</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. *Livro de Actas*: 1924-1931. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1924-1931, p. 60.

<sup>514</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. *Livro de Actas*: 1931-1935. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 30 out. 1931.

sobre os respectivos locais visitados, como é o caso de uma serraria movida a vapor, visitada em 1933:

Laudo da Inspectoria de Riscos, dando para o risco em questão a taxa de 3% [serraria movida a vapor, não estando a caldeira separada] observando ainda que deve ser applicado ainda o adicional de 10%, se não estiver dentro da zona servida por hydrantes, isto Conforme artigo III das Disposições Locaes.

Posto o assumpto em discussão ficou deliberado temetter copia do lado da Inspectoria de Riscos aos Snrs. Sautos & Irmão, convidando-os para regularizar immeadiatamente a apolice em questão, observando aos mesmos que a Inspectoria de Riscos é autonoma, não sendo de lei, como elles presumem, a escolha de um perito por conta da Cia. interessada, mesmo considerando que, tendo a referia Cia. taxado irregularmente o risco e admittindo que tem agido com a boa fé, o perito por ella designado por uma questão de conferencia seria obrigado a um laudo que correspondesse a interpretação da Seguradora.<sup>515</sup>

De acordo com as informações obtidas pelas vistorias, muito além do reconhecimento das taxas, é possível perceber que os seguros se faziam presentes em grande parte da economia curitibana e que a emissão de laudos resolvia possíveis conflitos sobre os valores díspares entre os objetos de seguro.

Em 1940, por exemplo, houve forte discussão e apresentação de resultados de vistorias em edifícios particulares, fábricas e indústrias:

Carta do snr. Agente da Cia Royal Exchange pedindo vistoria do prédio sito á rua 15 de Nov, 571.

Resposta, informando que do “Edificio Araujo”, trata-se de um risco ao qual não pode ser concedido uma taxa especial ou desconto de construção superior.

Laudo de vistoria ref. a “Edificio Pires”: mais uma vez vistoriado a risco foi novamente o contratado que o edificio não pode ser considerado de construção superior.

Troca de telegramas com a Comissão Central referente ao caso de “Apolice Ajustavel” para os seguros de café da Cia. de Armazens Gerais de Jacarezinho.

Carta do snr. Agente da Novo mundo pedindo vistoria aos edificios: Alberto Assuné – Praça Tiradentes, esquina. C. Lopes.

Evaldo Mendler – Rua 15 de Nov. [annexo ao Club Curytibano]

Pedido de vistoria a Comissão de Inspectoria de Riscos para o mez de Outubro, transmitindo o pedido.<sup>516</sup>

Laudo de vistoria da fabrica de Mueller & Irmãos Ltda

Comunciar que a taxa de risco em geral, devido a existencia de uma seção de carpintaria deve ser de 1%

<sup>515</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1931-1935.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 07 ago. 1933.

<sup>516</sup> Ibidem, p. 3.

Em consequencia da vistoria procedida pela Comissão nomeada por este Comitê e composta dos snrs. agentes das Cias. Home Insurance, Atalaia, Pleuin de P. Alegre e Seguradora Brasileira ficam determinadas para os riscos abaixo as seguintes taxas:

Industria Nacional de Compensados Ltda, R. Negro: taxa: 2 1/2% + 10%  
Irmãos Bettega & Cia, Lapa: taxa: 2 1/2% + 100% + 10% + 1/4%.<sup>517</sup>

O Expediente contou do seguinte:

Laudos de Vistoria dos seguintes riscos:

Empresas Reunidas S. Paulo/Paraná;

Ind. Mad. Curitiba Ltda;

Ind Texteis Paraná Ltda;

Fábrica de Compesados de Madeira Ineo Ltda;

Risco rua São Francisco 340/35;

Julio Araujo & Cia.<sup>518</sup>

Na consulta de taxas sobre as Fábricas de Sabão e Velas, o Corpo de Bombeiros continuava exercendo importante papel junto do Comitê Local de Seguros Paranaense e, além do trecho acima citado, muito se discutiu nas reuniões da organização sobre essa corporação. De acordo com a ata da reunião de março de 1932, o Corpo de Bombeiros enviou a relação de incêndios ocorridos entre os meses de julho de 1931 e fevereiro de 1932 para o Comitê, que agradeceu a gentileza, mas criticou a falta de algumas informações:

Relação do Corpo de Bombeiros, referente a incendios ocorridos desde 1º/7/31 á 20/2/32 — Deliberou-se agradecer a gentileza da informação ponderando entretanto haver algumas lacunas quanto aos nomes dos proprietários e segurados, bem como quanto aos valores dos seguros, e ainda sobre a extensão dos sinistros.<sup>519</sup>

Apesar dessa crítica, sabe-se também da importância do Corpo de Bombeiros para o Comitê, visto ser possível ler em diversas passagens das atas sobre a doação de expressivas quantias para a corporação. Em janeiro de 1934, foram doados 500\$000 para a caixa beneficente dos bombeiros:

Carta do Comitê ao Snr. Major Commandante do Corpo de Bombeiros, agradecendo e retribuindo os botos de boas festas e feliz anno novo, incluindo a importancia de Rs 500\$000 que destina a Caixa beneficente da referida e benemerita corporação. Agradecendo aos valorosos Soldados do Fogo os serviços prestados no decorrer do anno de 1933 para diminuir no limite do possível os prejuízos derivados dos incendios que se verificaram.<sup>520</sup>

<sup>517</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1940-1947. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1940-1947, p. 11.

<sup>518</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>519</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1931-1935. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 24 mar. 1932.

<sup>520</sup> Ibidem.



**Medidor de Vazão  
– Tubo de Pitot.  
Pertencente ao  
Comitê Local de  
Seguros Paranaense.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Medidor de Vazão  
– Tubo de Pitot.  
Pertencente ao Comitê  
Local de Seguros  
Paranaense.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Medidor de Vazão – Tubo  
de Pitot. Pertencente ao  
Sindicato das Empresas  
de Seguros Privados e  
Capitalização do Estado do  
Paraná. 1966.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

Ao longo dos anos, o Comitê desenvolveu estatísticas e estudos para auxiliar o mercado segurador paranaense. Principalmente em meados da década de 1930, nota-se o esforço em conhecer e sistematizar informações sobre os seguros, apólices, companhias e agentes, isso para discutir impostos, taxas e outras normativas.

Em fevereiro de 1934, o Comitê, a fim de negociar o aumento dos impostos proposto pelo governo estadual, solicitou que suas associadas enviassem informações acerca dos prêmios recebidos nos últimos cinco anos:

O snr. Presidente comunicou a meza que o Governo Estadual pretende aumentar os impostos pagos pelas Cias. de Seguros que operam no Estado do Paraná. Depois de conversar largamente sobre o assunto foi deliberado mandar expedir uma circular a todos os agentes, pedindo a indicação dos premios recebidos durante os ultimos cinco annos, afim de ter uma base para poder apresentar sugestões ao Governo.<sup>521</sup>

Nos anos seguintes, mais especificamente em 1938, foi realizada outra forma de levantamento entre os agentes de seguros do estado, a fim de se descobrir quais trabalhavam com seguros contra incêndios no Paraná, visando responder a circular sobre o registro de corretores e agentes:

Registro de Corretores e agentes: Foi expedido a circular nº 200 em 25 de Junho de 1938, pedindo dos snrs. agentes filiados os nomes dos

<sup>521</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1931-1935.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 28 fev. 1934.

corretores e/ou agentes nomeados para angariar seguros c/ fogo na zona de Paraná. Até agora recebeu o Comitê resposta dos seguintes:  
Aliança de Minas Gerais - Atlantica  
Italo Brasileira - Internacional  
Liverpool & London & Slabe - Nictheray  
Northern - Pearl  
Seguros da Bahia.<sup>522</sup>

Além desses dois exemplos, observou-se também que os estudos sobre os seguros ultrapassaram as fronteiras do Paraná, visto que, para resolver reclamações entre os segurados paranaenses e catarinenses, foi elaborado um estudo para a equiparação das tarifas entre os dois estados:

Cópia da carta ao Comitê Catarinense de Seguros, informando sobre o estudo elaborado pela Comissão nomeada por este Comitê para equiparação das Tarifas dos Estados de Sta. Catarina e Paraná, enviando cópia da relação das diversas rubricas que deverão ser modificadas, para que as duas Tarifas fiquem perfeitamente iguais, desaparecendo assim a causa das reclamações dos segurados de ambos os Estados.<sup>523</sup>

A regulamentação, a taxação e a realização de novos estudos para o desenvolvimento de melhorias no mercado segurador paranaense são de extrema importância; no entanto, para que essas ações tenham resultado efetivo, é preciso que sejam constituídas juntamente de sua comunicação para os agentes e companhias de seguros atuantes no estado. Nesse sentido, principalmente na década de 1940, houve a criação e envio de material impresso para as associadas do Comitê, informando e discutindo sobre as variadas formas de regulamentação de seguros:

Carta da Comissão Central de Incêndio enviando 50 exemplares de um folheto contendo a “regulamentação da construção de portas e janelas isoladoras” – rogando a distribuição entre os agentes das Cias. Filiadas. Providencie-se a distribuição. Agradecer.<sup>524</sup>

Tarifas: Ficou deliberado entregar gratuitamente a todas as Companhias até 5 exemplares, sendo 1 em [ilegível] e 4 com capa de cartolina, informar por circular que da mesma constam todas as alterações até a circular nº 328 inclusive e chamar a atenção sobre uma errada constatada.<sup>525</sup>

A comunicação entre o Comitê e seus associados foi muito além da distribuição de material. Na verdade, ao longo das atas de reunião, são citadas inúmeras interações

<sup>522</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1935-1940. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1935-1940, p. 112.

<sup>523</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1940-1947. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1940-1947, p. 150.

<sup>524</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>525</sup> Idem, p. 164.

entre a instituição e os agentes e companhias de seguros, desde a simples informação de abertura ou fechamento de novas agências até o aviso de problemas que precisavam de resolução urgente. São sobre as interlocuções entre esses grupos que discutiremos a seguir.

## COMUNICAÇÃO COM AS COMPANHIAS DE SEGURO E SEUS AGENTES PARANAENSES

Nesta seção, foram separados cinco excertos de atas para exemplificar e analisar a comunicação entre o Comitê e as companhias de seguros atuantes no Paraná. Primeiramente, cita-se aqui três passagens: a de fechamento de uma agência de seguros, a de abertura de outra e o cancelamento de uma apólice por falta de pagamento.

Em março de 1932, o Sr. Albino Walback avisou ao Comitê Local de Seguros Paranaenses sobre o fechamento de sua agência de seguros Sun Insurance Office Ltd. na capital paranaense. Enquanto isso, em outubro de 1934, o Sr. Carlos V. Breithanpt comunicou a abertura de sua agência Legal & Squeral. Já em fins dos anos de 1930, a Cia. Atlantica informou sobre o cancelamento de apólice de seguro contra fogo, devido à falta de pagamento do contratante:

Carta do Snr. Albino Walback, comunicando que foi fechada a agencia da [Sun] Insurance Office Ltd, desta capital.

Copia da Carta do Comitê, agradecendo a comunicação acima. Archive-se.<sup>526</sup>

Carta do Snr. Carlos V. Breithanpt, comunicando ao Comitê, que está providenciando a abertura da agencia nesta cidade da Companhia inglesa de Seguros "Legal & Squeral" Assurance Society Ltd., pedindo a inclusão no rol das Cias. filiadas ao Comitê de 1º de Novembro em diante.<sup>527</sup>

Carta do snr. agente da Cia. Atlantica, communicando o cancellamento por falta de pagamento da apolice de seguro c/ fogo emittida em nome de Jory e Pacifico Fatude.<sup>528</sup>

Obviamente, essas são apenas duas entre diversas agências que iniciaram e finalizaram suas atividades durante o período de existência do Comitê Local de Seguros Paranaense. Esses exemplos foram trazidos em detrimento de outros, uma vez que, entre as diversas atas existentes, fizeram-se mais inteligíveis e também legíveis. Em outras palavras, é necessário lembrar que, ao se trabalhar com atas escritas, muito do texto presente nessas páginas é de difícil leitura, devido à letra cursiva de quem escreveu a documentação.

<sup>526</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1931-1935.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 24 mar. 1932.

<sup>527</sup> Ibidem.

<sup>528</sup> Idem, p. 40.

O Expediente apontou do seguinte:  
Registro de corretores e agentes: Foi expedido o circular  
n.º 208 em 25 de junho de 1938, pedindo dos seus  
agentes filiados os nomes dos corretores e/ou agentes  
nomeados para angariar seguros e fazer sua  
zona de Paraná. Até agora recebeu o Comitê  
respostas dos seguintes:

Alliança de Seguros Gerais	-	Atlantica
Estado Brasileiro	-	Internacional
Liverpool & London & Globe	-	Witcheroy
Northern	-	Pearl
Seguros da Bahia		

**Excerto da Ata de 25 de junho de 1938, com o registro de corretores e agentes de seguros no Paraná.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

Não obstante, sabe-se, a partir desses dois exemplos, que o Comitê exercia esse papel central de recolher informações gerais sobre o mercado segurador paranaense. Isso se percebe também no ofício enviado pela União dos Proprietários de Imóveis de Paranaguá ao Comitê Paranaense.

Officio recebido da União dos Proprietarios de Imoveis de Paranaguá, pedindo ao Comitê a indicação de Cia. interessada em obter seguros na cidade de Paranaguá e propondo propaganda entre os associados da dita União, desde que a Cia. se dispuzesse a dar uma compensação em beneficios dos cofres sociaes.

Resposta do Comitê, frizando a impossibilidade de intervir, junto aos seus diversos associados, afim de collocar seguros de Paranaguá, juntando uma relação de todos os agentes, aos quaes a União poderá dirigir-se directamente. Chamando ainda a atenção da Directoria da União que qualquer comissão pode ser paga aos corretores officiaes das Companhias.<sup>529</sup>

É interessante observar nessa passagem que, além de o Comitê ser um espaço de informações lembrado por uma organização de Paranaguá, demonstra sua isonomia perante seus associados ao escrever sobre a possibilidade de enviar a relação de todos os agentes para que a União dos Proprietários de Imóveis escolha o de sua preferência por conta própria — sem interferência por parte do Comitê.

<sup>529</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. Livro de Actas: 1931-1935. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 26 out. 1934.

## RELAÇÕES DO COMITÊ COM O SINDICATO DO RIO DE JANEIRO E O IRB

Ao exercer o papel central de comunicação e interlocução com o mercado de seguros paranaenses, o Comitê Local Paranaense também manteve ao longo dos anos relações não apenas com as companhias e agentes de seguros, mas principalmente com o Comitê e, posteriormente, com o Sindicato do Rio de Janeiro, com outros comitês do país, com outras instituições do Paraná e com o IRB. Conforme já observado, a organização paranaense se reportava ao Rio de Janeiro sempre que havia dúvidas e situações de difícil resolução. Além disso, trocava informações com o Comitê carioca a fim de melhorar a análise sobre os seguros no país e recebia orientações acerca de como exercer suas atividades.

Por exemplo, já em 1931, o Comitê paranaense recebeu uma carta da Comissão Central de Seguros do Rio de Janeiro sobre Serrarias:

Discutindo o assumpto foi resolvido responder que, em virtude de já terem sido elevadas, recentemente, as taxas para o risco acima, e a impressão causada no meio industrial pela elevação de 100% sobre taes riscos, elevação esta que tem provocado o retrahimento das seguradoras, bem como a não-renovação de muitos seguros, as taxas para “Serrarias”, embora com fabrica de caixa não sejam mais elevadas.<sup>530</sup>

Em 1932, a Comissão Central encaminhou orientação sobre o pagamento dos prêmios de seguros:

Carta da Comissão Central de Seguros, Rio, sobre seguros de journaes, dizendo que o premio de taes seguros não pode ser pago ou descontado por meio de anuncios, pois, de acordo com a Tarifa, o mesmo deve ser pago sempre em dinheiro. A este respeito já foi expedida uma Circular a todos os agentes neste Estado. Archive-se.<sup>531</sup>

Com essas duas cartas da Comissão Central de Seguros para o Comitê Local Paranaense, percebe-se a orientação concedida pela capital do país. Isso se mantém quando o Comitê do Rio de Janeiro passa a ser Sindicato, em 1933. Nos anos seguintes, por exemplo, o Sindicato carioca enviou uma carta para a organização paranaense afirmando o recebimento da correspondência do Comitê referente aos seguros de riscos de aeronaves — Aero Lloyd Iguassú. Não há mais informações sobre essa situação, apenas que o Sindicato iria pensar sobre o assunto e posteriormente retornaria o contato.

As trocas de informações e conhecimento se instituem nessa relação. Assim como lemos anteriormente sobre a necessidade de levantamento de dados quantitativos e qualitativos para a realização de estudos e propostas inovadoras para os seguros no

<sup>530</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1931-1935. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 29 maio 1931.

<sup>531</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1931-1935. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 28 jun. 1932.

Paraná, o sindicato das Seguradoras no Rio de Janeiro questionou o Comitê Local sobre o embarque e a safra de algodão no Paraná. Os paranaenses responderam da seguinte forma:

Carta do Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro ref. embarques de algodão procedente de nosso Estado, pedindo a estatística como também a estimativa da safra e ainda a indicação dos portos de destino da costa brasileira.

Em resposta ao pedido verbal, feito aos snrs. Mocellin, Merhy & Cia, esta firma gentilmente forneceu os seguintes dados:

Safra 1935/36 — o [ilegível] foi, aproximadamente, de dois milhões e quinhentos mil quilos líquidos.

Exportação — o algodão produzido no Estado é em sua maior parte, transportado para São Paulo por via férrea, tendo sido também usado o transporte rodoviário em pequena escala. Obviamente por via marítima é pequeno e tem sido feito especialmente para as partes de Rio Grande, São Francisco, Itajahy, Santos e Rio de Janeiro. Não tem havido exportação direta para os postos estrangeiros.

Safra 1936/1937 — A safra 1936/37 é situada em cerca de quatro milhões de quilos líquidos e tem o mesmo ciclo da safra paulista.<sup>532</sup>

A partir desse excerto, sabe-se não apenas que foram solicitadas as informações, como também quais conteúdos seriam enviados. Com base nesses dados, é possível entender um pouco mais não apenas sobre a história dos seguros no Paraná e no Brasil, mas também sobre a economia paranaense, seu desenvolvimento e a importância dos transportes para o estado — contexto trabalhado nos capítulos sobre economia e sociedade.

Por fim, de acordo com as normatizações e orientações feitas pelo Rio de Janeiro e seguidas pelo Comitê Local, em 1945, também se lê a carta do Sindicato do Rio para o Paraná, indicando sobre as ilegalidades realizadas no mercado de seguros:

Carta do Sindicato do Rio sobre a grave situação que ameaça a Indústria de Seguros em consequência das excessivas corretagens e outras facilidades ilegais que estão sendo concedidas. Diante do problema para solucionar harmoniosamente esta questão, foi aprovado incitar uma Campanha e afim de poder levar a mesma a bom termo, solicita a colaboração deste Comitê. Ficou deliberado convocar todas as associadas para a reunião no dia 9 de novembro para ser discutido o assunto.<sup>533</sup>

A percepção dessas relações é de extrema importância, uma vez que situa o Comitê Local Paranaense de Seguros no espaço-tempo, isto é, demonstra quais eram e por que determinadas ações foram tomadas. Aqui, é possível ler sobre a definição de seguros, suas tarifas, pagamentos, estatísticas, normas e diretrizes aceitas como as mais favoráveis para o desenvolvimento do mercado no país. Nesse mesmo caminho, a instituição

<sup>532</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1935-1940**. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1935-1940, p. 69.

<sup>533</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1940-1947**. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1940-1947, p. 156.

paranaense, ao longo da década de 1930, também passou a se vincular e organizar a partir do IRB.

O Comitê Local Paranaense atuava junto das orientações do IRB, seja por meio da leitura de sua *Revista de Seguros* ou conforme as indicações enviadas por telegrama pelo Instituto, conforme o exemplo de 1942, que procurou instruir os paranaenses sobre a necessidade de padronização das apólices de seguro no Brasil como um todo.

Ficou deliberado pedir do IRB todas as publicações desse Instituto bem assim um exemplar de cada impresso, circulares e instruções, para que o Comitê possa em qualquer momento estar perfeitamente ao par das deliberações do I.R.B e possa com bases seguras orientar melhor os seus associados.<sup>534</sup>

Além disso, desde ao menos a década de 1940, o Paraná possui um representante junto ao Instituto de Resseguros:

Representante do IRB: Deliberou-se solicitar os bons officios da Comissão Central de Incendio junto ao IRB para que seja nomeado um representante para o Paraná, que possa atender com certa solícitude e solução dos assuntos ligados ao referido Instituto, e especialmente para casos de sinistros, evitando assim que, como nos ultimos incendios, as liquidações dos prejuizos sejam demorados por mezes, sem razão justificavel a não ser a de ser o encarregado um empregado do I.A.P.J que talvez não tem ainda a pratica suficiente nem o tempo necessario para o serviço, que pela sua natureza e pelos interesses das partes é indispensavel seja feito com cuidado. Nos ultimos incendios [David Carneiro & Cia e Bruck & Cia], por exemplo, os agentes foram mais vezes solicitados para uma solução cuja demora não mais se pode justificar, visto não ter havido motivos plausíveis para a mesma.<sup>535</sup>

Até o momento, trabalhamos a atuação do Comitê de forma geral, percebendo como foram definidas algumas formas de se assegurar, de se pensar as taxas e tarifas, as relações entre as companhias, agentes e comitês, e principalmente a regulamentação e orientação seguida pelo Paraná. Na próxima seção, essas ações tomadas serão exemplificadas de forma mais atenta, isso a partir de importantes seguros realizados no Paraná, os quais estavam diretamente interligados com o desenvolvimento econômico e social do estado.



Capa da Revista do IRB, fevereiro de 1943.

Fonte: Issuu CNSeg. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t4425-revista\\_do\\_irb\\_fevereiro\\_1943](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t4425-revista_do_irb_fevereiro_1943). Acesso em: 23 Ago. 2023.

<sup>534</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1935-1940.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1935-1940, p. 199.

<sup>535</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1940-1947.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1940-1947, p. 36.

## SEGUROS IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARANAENSE

Conforme amplamente discutido nos capítulos sobre a economia e a sociedade do Paraná, algumas atividades foram essenciais para o desenvolvimento do estado e o mercado segurador se fez presente nesses casos. O café, principal produto da economia paranaense a partir da segunda metade do século XX, já movimentava o mercado segurador do Paraná desde ao menos 1931. Conforme lido em ata, na reunião realizada em 31 de julho de 1931, o Comitê Local Paranaense usou parte de seu tempo para discutir sobre os Armazéns de Café em Paranaguá e seus Engenhos Beneficiários:

Carta da Brazilian Warrant Agency & Finance Ca. Ltd.

Pedindo a nomeação duma comissão para o exame de armazens de café, situados em Paranaguá que possam ser classificados como 'especiaes', para o fim de garantir a redução sobre as taxas da Tarifa em vigor: submettido o assumpto a apreciação do Comité, por unanimidade, foi escolhida uma comissão composta dos Snrs. Elysio Pereira & Cia, Ceciliano Correia & Cia e Guimarães & Cia, para proceder a vistoria dos armazens refetidos e communicando a Brazilian Warrant Agency & Finance Ca. Ltd.<sup>536</sup>

Propoz mais, o Snr. Agente da Cia. Aliança da Bahia a inclusão na Tarifa em vigôr da taxa para engenhos de beneficiar café com motor a oleo crú e motores e motores a gazolina. - Submettido o assumpto a apreciação do Comité, ficou estabelecido apresentar á Comissão Central, para serem approvadas, as seguintes modificações da rubrica:

Engenho de descascar ou beneficiar a vapor ou a motor a gazolina - 1 1/4% RI

Engenhos de descascar ou beneficiar, hydraulicos - 3/4% RI

Engenhos de descascar ou beneficiar, a eletricidade ou a óleo crú - 1% RI

Café nas tulhas, quando completamente isolado do engenho - 1/2% RI.<sup>537</sup>

Nessas duas passagens, lemos sobre as taxações de seguros dos dois locais e sabemos que o Comitê atuou nesses seguimentos da mesma maneira que trabalhou com outros produtos, deliberando sobre valores e porcentagens, ao levar em consideração as localidades desses espaços, estruturas, maquinários e seus usos.

Em 1943, continuaram os debates sobre os Armazéns de Café, mas agora evidenciando os Armazéns Reguladores do Instituto do Café e os perigos de incêndio desses edifícios.

Inclusão da Tarifa de Café - Armazéns Reguladores do Instituto do Café;

<sup>536</sup> COMITÊ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1931-1935. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 31 jul. 1931.

<sup>537</sup> Ibidem.

Fica deliberado propor a Comissão Central de Incendio a seguinte inclusão na Tarifa do Paraná:

pág 75: a rubrica: “Café - armazens reguladores e entradas de: Aplique-se para os mesmos quanto a taxa e condições, o disposto sob a letra a) do título “Café - Armazens de...”

Sem o adicional de 20% a que se refere o artigo III das Disposições Locais.

Permite-se a emissão de apolices flutuantes, para os Armazens reguladores do Instituto do Café, ainda que não sejam na mesma cidade. A presente disposição se refere aos armazéns no interior, ainda mesmo que possuam maquinarios de beneficiar, classificar e/ou catar café.<sup>538</sup>

Além de discutir sobre o mercado cafeeiro, a organização paranaense também argumentou e regulamentou seguros em outras importantes esferas econômicas do estado. Entre elas estão as Estradas de Ferro e o Porto de Paranaguá.

A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande gerou inúmeras discussões nas reuniões do Comitê, principalmente entre 1932 e 1933, para definir quais seriam as companhias seguradoras do investimento. De início, após grande debate, ficou definido que a Companhia de Seguros Alliança da Bahia seria responsável pelo seguro da estrada de ferro.

O Snr. Presidente expoz aos presentes que o motivo da Assembleia Geral era, para resolverem os interessados sobre o rateio das quotas não cobertas pelas Cias. consultadas e as concorrentes, ou então a desistencia a favor da Cia. Alliança da Bahia. [...]

Acabados os debates pelo Snr. Presidente foi posto em discussão se deveria:

a) ser incluídas no rateio as Cias. Yorkshire & Reliance Marine Insurance tendo sido a resposta negativa pela maioria e tendo votado a favor as Cias Great American e Lloyd Sul American e se abtido do voto a Cia. Alliança da Bahia.

b) ser incluída no rateio pelo menos uma das Cias. representadas pelo snr Quentel, tendo sido a resposta negativa pela maioria, tendo votado a favor as Cias. Lloyd Sul Americana, Adriatica & Great American, e se abtido do voto as Cias. Alliança da Bahia, Italo-Brasileira, Seguros da Bahia, Paulista e Continental.

Pelo snr. Presidente foi ainda posta em votação a forma de rateiro do seguro-geral, tendo sido votado pelos presentes, com excepção dos votos dos agentes das Cias. Sul America e Adriatica, que a quota maxima de cada Cia. seria de Rs 1.500:000\$000, ficando em beneficio da Cia. Alliança da Bahia as quotas não cobertas eventualmente pelas Cias. Convocadas seja total — seja parcial.<sup>539</sup>

<sup>538</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Seti, 2004, p. 26-27; COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1940-1947**. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1940-1947, p. 78.

<sup>539</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1931-1935**. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 02 jan. 1932.



### Companhia Progresso de Armazéns Gerais, em Paranaguá-PR.

Fonte: Biblioteca do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449754>. Acesso em: 07 nov. 2023.

Em 1933, retorna-se à discussão sobre a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, agora a partir de uma carta da companhia ferroviária, pedindo oferta de seguros para lenhas depositadas às margens da estrada. No fim desse mesmo ano, lê-se nas atas sobre a necessidade de assegurar, além dessa estrada de ferro, também a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Após as deliberações em reunião, ficou definido que a Companhia Aliança da Bahia continuaria realizando de forma majoritária esse seguro, mas que, devido à redução dos lucros e ao aumento das despesas, ficaria com 10% do seguro total, enquanto os outros 90% seriam divididos entre outras 24 companhias.

Seguros dos bens da Estrada de Ferro S.P.R.S.- Rede Viação Paraná - Santa Catharina:

A Comp. Estrada de Ferro Paraná dirigiu-se com carta ao Comité, consultando sobre a renovação do seguro a vencer-se em 31 de Dezembro de 1933, pedindo a indicação de uma Cia. Nacional para a distribuição e para estender-se com a referida Rede.

Posto o assumpto em discussão foi resolvido, que a Cia. que for eleita para a distribuição deve exigir dos agentes que participarem a prova de que operam legalmente no Estado. Outrossim ficou determinado que a Cia. distribuidora fica contemplada com 10% do total do seguro, distribuindo entre as Cias que desejarem participar os restantes 90%.

Em seguida procedeu-se a eleição, resultando eleita a Cia. Aliança da Bahia, por unanimidade de votos.<sup>540</sup>

<sup>540</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1931-1935**. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 14 dez. 1933.

Até o ano de 1935, momento em que temos informações disponíveis na documentação lida, a Companhia Alliança da Bahia continuava como a seguradora principal dos bens da Rede Viação Paraná-Santa Catarina; no entanto, o número de companhias envolvidas subiu para 29.

Carta da Cia. Alliança da Bahia, agencia Curityba, remetendo, anexos, a relação das 29 Companhias que tomam parte nos seguros dos bens da Rede Viação Paraná – Sta. Catharina para o anno de 1935, bem como um exemplar das diversas relações e listas dos bens componentes do patrimonio da Rede, relações e listas que fazem parte integrante das apolices que emittiu a Alliança da Bahia.<sup>541</sup>

Pensando agora no porto de Paranaguá, este existe como atracadouro desde ao menos 1872, mas foi inaugurado como porto em 1935. A partir das atas lidas, percebemos a existência de seguros de suas obras, os quais tiveram suas taxas definidas pelo Comitê Local Paranaense.

Tarifa/taxação porto de Paranaguá;

Tarifa do Paraná - Taxação dos armazéns do Porto de Paranaguá:

Com referencia a correspondencia recebida do Sindicato dos Seguradores do Rio de Janeiro, foi expedida a circular 23.160 aos snrs. agentes que operam no Estado, transmitindo as seguintes modificações:

pag 40. - Alfandegas [sem clausula] não destinadas a deposito de artigos inflammaveis - 1/2% em vez de [ilegível]

pag 143. Obras do Porto de Paranaguá [Governo do Estado] unicamente para edificios em construcção ou acabados mas ainda não utilizados para depositos de mercadorias - 3,5%

Ao sindicato foram enviadas 120 copias da dita circular.<sup>542</sup>

O Comitê se empenhava em realizar estudos sobre riscos para melhor definir as taxas e contribuir para a realização de novos seguros. Sobre o Porto de Paranaguá, em 1940, realizou vistorias para determinar quais as formas de seguro e suas taxas disponíveis para o local, levando em consideração seus armazéns, galpões, madeiras e linhas férreas.

Carta do snr. Agente da Cia. Equitativa, nesta, pedindo providências do Comitê no sentido de ser procedido uma visctoria e consequente determinação de taxas que possam ser applicadas ao seguintes riscos: Porto D. Pedro II - Paranaguá - sobre madeiras em taboas e vigas, depositadas ao ar livre e/ou nos armazens ali existentes para tal fim, bem como as que se acharem “no caes” aguardando embarque.

Resposta do Comitê informando que já foram tomadas as providencias necessarias para obter as informações solicitadas.<sup>543</sup>

<sup>541</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1931-1935. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1931-1935. Reunião 25 jan. 1935.

<sup>542</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1935-1940. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1935-1940, p. 62.

<sup>543</sup> Ibidem, p. 184-185.



**Estrada do Viaduto de Alfredo Maia, antigo traçado da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, atualmente localizado em Rebouças-PR. Este viaduto foi substituído devido a obsolescência de sua tecnologia na década de 1930.**

Fonte: Facebook EFSPRG – Ferrovia do Contestado. <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1605115689533754&set=pb.100064728634746.-2207520000>.

Copia da carta do Comité a Sul America, nesta, pedindo averiguar e fornecer com a possivel brevidade as seguintes informações:

1º qual a taxa applicavel para madeiras ao ar livre a margem das linhas ferreas do Porto D. Pedro II.

2º Qual a taxa applicavel para madeiras em galpões [armazéns], especialmente nº 5,2 e 12.

3º ques os depositos que mantem maquinas para destapamento e outros e qual a taxa applicavel;

4º qual a taxa applicavel para madeiras no pateo do caes do porto, onde ha linhas ferreas, mas não ha entradas de locomotivas e sim os vagões são puxados por tractores.

5º quaes os armazens atravessados por linha ferrea, informando se o movimento dos vagoes neste armazem é feito por locomotiva e qual a taxa applicavel.

Friza o Comité que tem necessidade de conhecer qual a taxa exata applicavel, para evitar provaveis enganos e diferenças.<sup>544</sup>

Por fim, o Comitê Local Paranaense de Seguros também esteve envolvido na organização dos seguros para os bens da Prefeitura de Curitiba, participando da deliberação das companhias que realizariam as apólices para o município.

<sup>544</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1935-1940.** Curitiba: Sindseg PR/MS, 1935-1940, p. 184-185.



**Viaduto de Alfredo Maia, antigo traçado da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, atualmente localizado em Rebouças-PR.**

Fonte: Facebook EFSPRG – Ferrovia do Contestado. <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1605115689533754&set=pb.100064728634746.-2207520000>

No ano de 1940,<sup>545</sup> foram sorteadas as companhias:

- Royal Exchange;
- Aachen & Munich;
- Home Insurance;
- Segurança Industrial;
- Sun Insurance;
- Continental;
- Paulista.

Em 1942,<sup>546</sup> por sua vez, figuraram as companhias:

- Royal Exchange;
- Italo-Brasileira;
- Seguros da Bahia;
- Northern;
- Lloyd Sulamericana;
- União Brasileira.

<sup>545</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1935-1940. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1935-1940, p. 33.

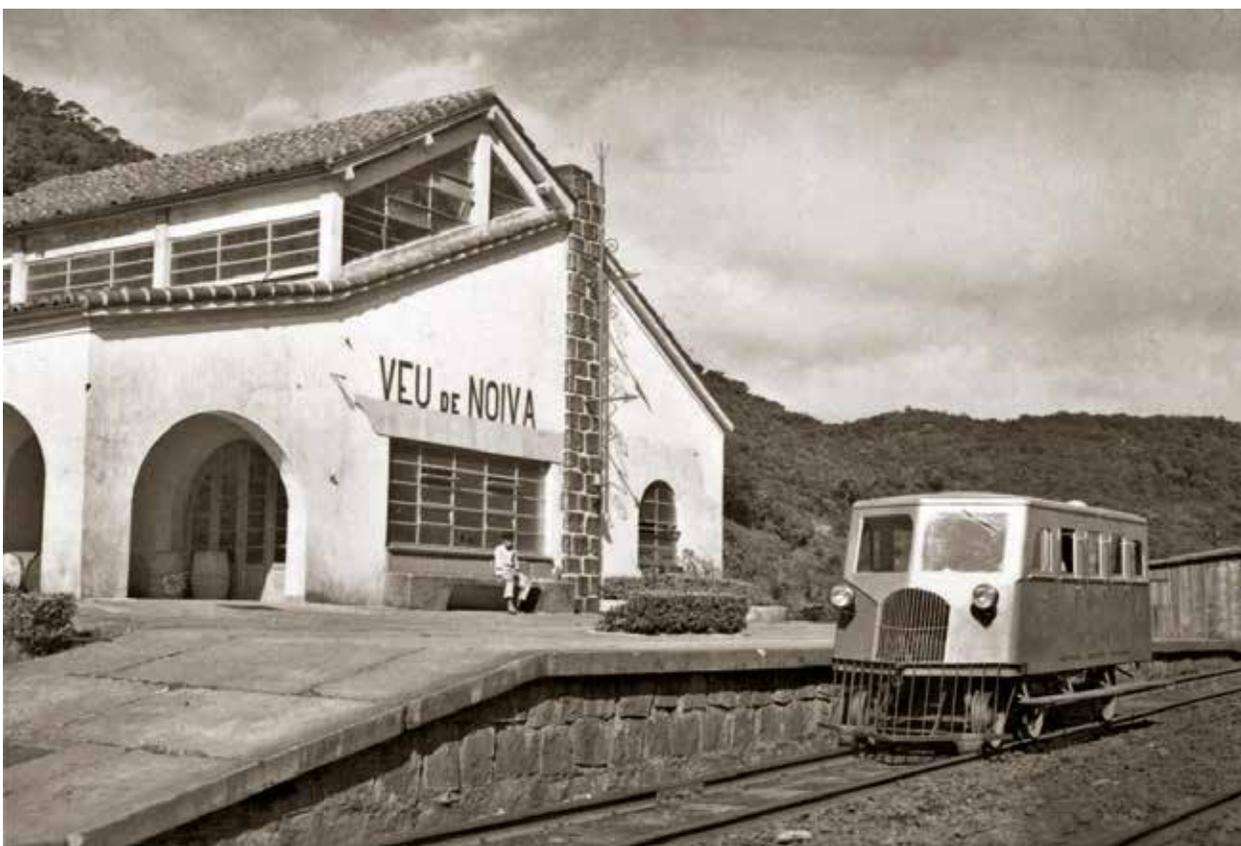
<sup>546</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas:** 1940-1947. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1940-1947, p. 46.



### **Estação de Jaguariá em construção.**

Foto atribuída à Arthur Wischral e reproduzida no Relatório da Rede Viação Paraná – Santa Catarina, em 1935.

Fonte: Facebook EFSPRG – Ferrovia do Contestado. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1598397210205602&set=pb.100064728634746.-2207520000>



### **Estação da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina na década de 1960. Trecho entre Curitiba e Paranaguá, Serra do Mar.**

Fonte: Biblioteca do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=421657>. Acesso em: 05 nov. 2023.

Já em 1946,<sup>547</sup> as companhias foram as seguintes:

- Pelotense;
- Santa Cruz;
- Patriarca;
- Estados Unidos;
- Seguradora Industria e Comércio;
- Suissa;
- Liverpool & London & Globe.

A partir das atas, não obtemos informações sobre quais seriam os bens segurados, nem sobre valores e taxas desenvolvidas. Esse é um dos limites presentes na documentação analisada, que nos fornece diversas informações sobre o passado do Comitê Local de Seguros Paranaense, mas, ao mesmo tempo, apresenta demarcações claras sobre o que podemos ou não conhecer desse tempo histórico. Em outras palavras, ao trabalhar com atas de reuniões, é preciso compreender que, junto do conteúdo encontrado, há muito que não foi dito nas citações registradas neste livro, pois a maneira como os textos foram escritos, além do conteúdo que foi registrado, depende de quem escreve, quando escreve, de quanto tempo se despendia para escrever, bem como do porquê se escrevia.

Provavelmente, muito do que se era feito e discutido pelo Comitê não pode ser descoberto a partir dessas fontes de pesquisa; entretanto, cabe aqui ressaltar que, mesmo com as limitações presentes, inúmeras temáticas ainda podem ser desenvolvidas a partir dessa documentação. Os temas aqui trabalhados foram escolhidos como forma de traçar um panorama geral sobre as funções, ações e relações exercidas pelo Comitê — principalmente para perceber de que maneira a organização e o mercado de seguros paranaense, desde sua fundação, esteve presente nos mais diversos âmbitos da economia regional.

Em 1949, o Comitê Local Paranaense de Seguros fundou a Associação das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado do Paraná, principalmente com o objetivo de criar o Sindicato das Empresas de Seguros do Estado. É sobre essas mudanças que será discutido a seguir.

<sup>547</sup> COMITÉ LOCAL PARANAENSE DE SEGUROS. **Livro de Actas: 1940-1947**. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1940-1947, p. 161.



**Visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto ao Porto de Paranaguá, 1955.**

Fonte: Museu Paranaense.

## ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Diante do governo do presidente Getúlio Vargas, houve a preocupação em manter os sindicatos divididos segundo a atividade econômica, inclusive estimulando o corporativismo. Essa mudança no quadro estimulou o movimento sindical, que, junto com o mercado de seguros, também atravessava um momento de profundas alterações.

Se por um lado havia a estratégia da presidência de criar sindicatos, por outro o Brasil começava a regulamentar atividades que poderiam gerar receitas para os cofres estatais. Em 1939, na intenção de não promover a evasão de divisas para o exterior, há a publicação do Decreto-Lei n. 1.186, que criou o Instituto de Resseguros<sup>548</sup> do Brasil, o IRB.

Já em 1940, por intermédio do Decreto-Lei n. 2.063, houve a regulamentação da atividade seguradora no Brasil, obrigando que as seguradoras se tornassem sociedades anônimas. A promulgação foi um marco significativo no ordenamento jurídico, trazendo consigo um conjunto de medidas que visavam atender às necessidades e demandas da atividade seguradora.

Considerando esse cenário otimista do mercado, havia a intenção de se criar uma federação nacional de empresas seguradoras, com o objetivo de ampliar a visibilidade e a força do segmento, que já se mostrava relevante para a economia nacional.

Ademais, a criação da federação nacional só era possível se quatro sindicatos regionais estivessem estabelecidos. Vale lembrar que, até este momento, o Comitê Paranaense de Seguros seguia em atividade. E, no âmbito nacional, eram três os sindicatos regionais: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Em 1949, durante visita à Cia Atalaia de Seguros, em Curitiba, Carlos Alberto Levy lembrou da importância e das vantagens da criação de um sindicato empresarial no Paraná, lembrando do projeto de criação da federação nacional, a qual necessitava de mais um ente. O Comitê, presente desde 1924, e que foi convertido em 1949 em Associação das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado do Paraná, era a força que resistia para se transformar em sindicato e, assim, consolidar o projeto nacional.

Conforme podemos ler no livro de atas de reuniões da diretoria:

A seguir, dada a palavra ao Sr. Rubens Requião, o mesmo expoz o seu ponto de vista sobre a possibilidade e oportunidade de formação do Sindicato das Empresas de Seguros e ficou o mesmo incumbido da organização inicial da associação das Cias. de Seguros e posteriormente a transformação em Sindicato, prestando desde

<sup>548</sup> O resseguro é uma atividade que consiste em transferir parte dos riscos assumidos pelas seguradoras para outras empresas especializadas, denominadas resseguradoras. Isso permite que as seguradoras protejam seus negócios contra grandes perdas financeiras decorrentes de eventos catastróficos ou sinistros de alto valor. O IRB atua até hoje como o principal ressegurador do mercado nacional, oferecendo suporte e capacidade de resseguro para as seguradoras do país. Uma das principais funções é proporcionar estabilidade ao mercado de seguros no Brasil. Por meio de sua atuação como resseguradora, a instituição compartilha os riscos assumidos pelas seguradoras, reduzindo a exposição a perdas financeiras significativas. Dessa forma, o IRB contribui para a solidez e sustentabilidade do setor, garantindo a capacidade das seguradoras de cumprirem suas obrigações perante os segurados.

já em caráter permanente os seus serviços ao Comitê. Ficaram fixados os honorários mensais de Cr500,00 para o referido advogado a começar de 1º de setembro de 1949. Ficou deliberado dirigir-se aos associados uma circular pedindo apoio e adesão à fundação do Sindicato para, possivelmente, com a totalidade de seguradores locais apressar a realização do anseio da maioria.<sup>549</sup>

De 1949 a 1953, a Associação das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado do Paraná continuou exercendo semelhantes atividades desempenhadas pelo Comitê Local de Seguros Paranaense. Seus presidentes foram:

- **Altamirano Pereira (1949-1950):** integrante do conselho de administração da Bamerindus Seguro, Altamirano Pereira também participou do Clube da Bola no Paraná. Integrou, também, o grupo segurador Atalaia.
- **Cesar Guimarães Correia (1950-1951):** fundador da Correia Administração e Corretagem de Seguros Ltda., a empresa era uma representação de diversas companhias de seguros. Com o passar dos anos e a abertura para empresas internacionais, Correia migrou em 1975 para se tornar uma corretora de seguros autônoma.
- **Carlos Marucco (1951-1952):** integrante da Fortaleza Seguros, Marucco participou de diversas diretorias da associação e, posteriormente, do Sindseg PR/MS.
- **Abibe Isfer (1952-1953):** nasceu em 10 de fevereiro de 1896, na antiga capital federal (Rio de Janeiro). Guarda-livros (contador/técnico em contabilidade) formado dedicou-se, profissionalmente, ao comércio, trabalhando anteriormente (por cinco anos) como guarda-livros da Cerâmica Klentz, na Fazendinha (Curitiba-PR). Em 1938, na rua Voluntários da Pátria, 112 (Curitiba-PR), instalou-se com escritório no ramo securitário, atividade que exerceu até seus últimos dias. Foi representante de nove seguradoras, entre as quais a Home Insurance Company, na qual granjeou muita confiança e simpatia. Com membros da família, pertenceu à Piratininga Cia. de Seguros Gerais e Cia. de Seguros Aliança Brasileira, com escritório na praça Zacarias, em Curitiba. Foi importante liderança espírita.

<sup>549</sup> ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Livro de Atas.** Reuniões da Diretoria: 1948 a 1952. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1948-1952.



**Altamirano Pereira.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Cesar Guimarães Correia.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Carlos Marucco.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Abibe Isfer.**

Fonte: Site Mundo Espírita. Disponível em: <http://www.mundoespirita.com.br/?materia=abibe-isfer-o-homem-de-bem>. Acesso em: 09 dez. 2023.

  
**A PATRIARCA**  
 COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

SEDE: Rua Formosa, 400 — 5.º e 6.º andares — São Paulo — Brasil  
 Caixa Postal N.º 7.207

End. Tel. "APATRIARCA" AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO DECRETO Nº 11.394 DE 13-1-1941  
 CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO Cr\$ 10.000.000,00  
 Capital Vinculado em Garantia das Operações Cr\$ 9.000.000,00

## SEGURO CONTRA FOGO

**APÓLICE N.º 7676-2/FR.**

QUANTIA SEGURADA	Prêmio à base de tarifa . . . . . Cr\$ 20.000,00
Cr\$ 1.000.000,00	Imposto sobre o prêmio . . . . . Cr\$ 2.000,00
TAXA Cr\$ 20,00	Sêlos . . . . . Cr\$ 1.800,00
	Taxa Educação e Saúde . . . . . Cr\$ --
	Custo da Apólice . . . . . Cr\$ 100,00
	<b>TOTAL . . . . . Cr\$ 23.900,00</b>

A "A PATRIARCA" Companhia de Seguros Gerais, a segur denominada COMPANHIA, tendo em vista as declarações constantes da proposta de **MOACYR W. SILVEIRA** residente em **Londrina** - Pr., a seguir denominada "SEGURADO", de base à emissão da presente apólice, fica fazendo parte integrante deste contrato, obriga-se a indenizar, de acordo com as cláusulas desta apólice, as perdas e danos materiais ocasionados aos bens discriminados, durante a vigência desta, de acordo com as seguintes especificações:

**TUDO DE CONFORMIDADE COM O TEXTO MIMEOGRAFADO ANEXO**



O presente contrato vigorará pelo prazo de **UM ANO** a partir das 12 horas do dia **28** do mês de **fevereiro** de 19 **59** e a terminar as 12 horas do dia **28** do mês de **fevereiro** de 19 **60**.

Para validade do presente contrato a "A PATRIARCA", Companhia de Seguros Gerais representada por quem de direito, assina esta apólice, aos **vinte e treze** dias do mês de **fevereiro** do ano de 19 **59**.

O imposto s/ o renda, seja proporcional e de Educação e Saúde são pagos por verba, nos termos da legislação vigente.

/CAV. 

Apólice de Seguro de Incêndio da A Patriarca Cia. de Seguros Gerais, emitida em 1959.

## SEDES DO SINDSEG-PR/MS

A sede de um sindicato desempenha um papel fundamental para os associados. É um espaço físico que representa a organização e proporciona uma série de benefícios tanto para os membros quanto para a comunidade em geral.

Uma das principais razões pelas quais é importante que um sindicato tenha uma sede é que ela serve como um ponto de encontro e de referência. Durante anos, o Sindseg PR/MS mantém sua sede dotada de estrutura necessária para atendimento do público interno e externo.

Além disso, a sede também desempenha um papel crucial na organização de eventos sindicais, assembleias e reuniões. É um espaço onde os membros do sindicato podem se reunir para discutir estratégias, planejar ações coletivas e fortalecer a solidariedade entre os trabalhadores. Os espaços das sedes podem abrigar uma estrutura adequada, permitindo que os membros se envolvam ativamente no processo de tomada de decisões.

Outro aspecto relevante é que a sede do sindicato pode servir como um centro de informação e educação. Abrigando bibliotecas, salas de estudo e acervo, a história e a memória de quem construiu importantes realizações ao longo dos anos no Sindseg PR/MS são preservadas, destacando de geração em geração a transformação ocasionada.

Igualmente, a sede proporciona visibilidade para a organização. Uma sede bem-localizada e identificável contribui para que o sindicato seja reconhecido como uma entidade legítima e representativa. A estrutura física demonstra credibilidade para a adesão de novos membros e a confiança da comunidade em relação ao trabalho realizado pelo sindicato.

A sede do Sindseg PR/MS também desempenha um papel simbólico e histórico. Essa conexão com o passado ajuda a fortalecer a identidade e o sentimento de pertencimento dos membros, criando uma base sólida para a continuidade da luta por melhores condições de trabalho e dignidade.

Ao longo dos anos, o Sindseg PR/MS esteve situado em apenas três endereços — além, é claro, do novo espaço disponível em Campo Grande (MS). Foi em Curitiba que a história do sindicato foi construída, em espaços que estão marcados, definitivamente, na história de quem construiu a organização.

A primeira sede do sindicato estava instalada na rua XV de Novembro, n. 413, no coração de Curitiba. O edifício, de pavimento térreo e dois pavimentos superiores, abriga hoje algumas lojas comerciais. Vale destacar que, na época em que o Sindseg PR/MS estava instalado nesse local, ainda não havia o famoso calçadão da cidade.

Em 19 de maio de 1972, a Prefeitura de Curitiba decidiu fechar o trânsito para veícu-

los na rua XV de Novembro, começando a construção de uma larga faixa de calçada, decorada com *petit-pavê*, um mármore branco com diabásio preto. Este é o popular “calçadão” mais antigo do país, uma proposta feita pelo urbanista Jaime Lerner, inaugurando uma fase de diversos “calçadões” Brasil afora.

Localizada entre as ruas Monsenhor Celso e a Barão do Rio Branco, a sede da XV de Novembro logo deu espaço a um novo endereço. Buscando ampliar a estrutura e atender com conforto os integrantes das seguradoras, o Sindseg PR/MS transferiu as instalações para o edifício Santa Maria, situado na praça Zacarias, n. 58.

A praça Zacarias, inclusive, é a mais antiga de Curitiba. Criada em 1871, sempre foi tratada pela administração local como praça, recebendo o chafariz por idealização do engenheiro Antônio Rebouças Filho — o qual configura um importante elemento na paisagem urbana da capital do estado, vez que este elemento artístico foi o primeiro ponto de água potável pública de Curitiba. Abrigou, ainda, o primeiro mercado municipal, o antigo Cine Luz e o Museu Paranaense. A última grande intervenção na praça ocorreu em 1976.

E é na praça Zacarias que está localizado o edifício Santa Maria, que, por alguns anos, no sétimo andar, abrigou o Sindseg PR/MS. Construído em 1954, pela construtora Irmãos Thá, o edifício de doze andares é comercial e sempre foi escolhido para abrigar instituições.



**Fachada do prédio da primeira sede do Sindseg PR/MS.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Rua XV de Novembro, Curitiba-PR, 1950.**

Fonte: Ipatrimônio. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/curitiba-paisagemurbana-da-r-xv-de-novembro/curitiba-rua-xv-de-novembrona-decada-de-1950-imagem-prefeitura-municipal>. Acesso em: 15 já. 2024.



### **Praça Zacarias, Curitiba-PR, na década de 1940.**

Fonte: Curitiba Antiga. Disponível em: <https://www.curitibaantiga.com/categoria/Pra%C3%A7aZacarias>. Acesso em: 10 jan. 2024.



### **Cine Luz da Praça Zacarias, Curitiba-PR, na década de 1940.**

Fonte: Pinterest. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/499407046169815210/>. Acesso em: 10 jan. 2024.



### **Fachada do prédio da segunda sede do Sindseg PR/MS.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



### **Fachada do prédio da terceira e atual sede do Sindseg PR/MS.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



**Sala de Reuniões da atual sede do Sindseg PR/MS em Curitiba-PR.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



Foi inaugurada ontem a nova sede do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado do Paraná. (7a. página).

**Inauguração da Sede do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização do Paraná. Infelizmente, não foi encontrada legenda identificando os presentes na foto. *Diário da Tarde*, 28 de julho de 1967.**

Fonte: Diário da Tarde (PR), Hemeroteca Digital Brasileira.



### Parte das instalações da sede do Sindseg PR/MS, em Campo Grande-MS.

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

Com a expansão da atuação do sindicato, havia a necessidade, mais uma vez, de expandir a sede, no intuito de realizar reuniões e eventos direcionados para os integrantes do Sindseg PR/MS. Assim, em 1967, durante a gestão do presidente Mário Petrelli, o sindicato inaugurou a atual sede, localizada na rua Monsenhor Celso, n. 225, no edifício Goiás.

A sala comercial, localizada no sétimo andar, foi adquirida com recursos próprios doados pelo mercado segurador e inaugurada em 27 de julho de 1967. O espaço conta com sala de reunião, biblioteca, auditório para 53 pessoas e recepção/secretaria. Após o aniversário de 90 anos do Sindseg PR/MS, houve completa reformulação da sede do sindicato, preservando os aspectos históricos, mas modernizando a arquitetura dos ambientes internos.

Um detalhe importante da história do sindicato é que a mesa e o conjunto de cadeiras localizados na sala de reuniões, é a mesma desde a fundação do Comitê, em 1924 — inclusive mantendo a sineta em formato de tartaruga, que simboliza a paciência e a maturidade dos debates. Ou seja, há cem anos os móveis utilizados pelo sindicato ainda são os mesmos, preservando a história daqueles que iniciaram a instituição.

No jornal *Diário da Tarde* (PR), encontra-se uma reportagem sobre a inauguração da respectiva sede do sindicato. Segundo descrito:

A nova e moderna sede social do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná, localizada à rua Monsenhor Celso, 225 – 7º andar do Edifício Goiás, foi inaugurada às 18,30 horas de ontem, com a presença de altas autoridades civis, militares representantes das classes produtoras e presidentes de

vários sindicatos de trabalhadores da capital. Usaram da palavra o sr. Mario Petrelli, presidente da entidade e o sr. Mario de Mari, em nome das classes produtoras. O corte da fita simbólica foi efetuado pelo General Italo Conti, Secretário do Trabalho e Assistência Social e representante do Governador Paulo Pimentel. O bispo D. Inácio fez a entronização de um crucifixo numa das salas da nova sede [...] <sup>550</sup>.

No Mato Grosso do Sul, a sede foi inaugurada em 12 de maio de 2017, após a abertura do núcleo em 2007. Localizada no edifício Empire Center, na avenida Afonso Pena, n. 3.504, em Campo Grande, há sala de reuniões e moderno escritório para atendimento. O espaço ainda é utilizado como ponto de apoio para profissionais que atuam nas seguradoras.

<sup>550</sup> “Nova sede do SESPC inaugurada”. In: *Diário da Tarde (PR)*, 28 de julho de 1967. Arquivo: Hemeroteca Digital Brasileira.

## ESTATUTO

Conforme o registro em cartório, o Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização dos Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul (Sindseg PR/MS) obteve o registro em 17 de dezembro de 1952, de acordo com a carta sindical de 3 de dezembro do mesmo ano.

Sem duração determinada, o estatuto prevê como finalidade o estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica das empresas de seguros privados, inclusive as seguradoras que operam no ramo Vida e que tenham sido autorizadas a operar também com previdência complementar aberta, empresas de resseguros e empresas de capitalização, estabelecidas ou que venham a se estabelecer na base territorial interestadual dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

O sindicato é composto por uma assembleia geral, uma diretoria, um conselho fiscal e um conselho consultivo. Cabe à primeira a soberania nas decisões da instituição, composta por todas as associadas. A diretoria é composta por até cinco membros, sendo um diretor presidente, um diretor vice-presidente e até três diretores, com mandato de três anos. O conselho fiscal, por sua vez, tem a missão de dar o parecer acerca do orçamento institucional e o conselho consultivo é formado pelos presidentes anteriores, o atual presidente, os vice-presidentes e dois profissionais de notório saber ou experiência técnica comprovada.

Em linhas gerais, o estatuto define a personalidade jurídica do sindicato, seus limites e espaços de atuação, bem como a finalidade institucional perante a sociedade. A última alteração ocorreu em 28 de outubro de 2019, em assembleia presidida por Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura, sendo o encontro secretariado pelo executivo Ramiro Fernandes Dias.



QR CODE DO ESTATUTO

## INFRAESTRUTURA DA SEDE DO SINDSEG PR/MS



Sala de reuniões, sede Curitiba Sindseg PR/MS



Auditório Hamilcar F. Pizzatto, sede Curitiba Sindseg PR/MS



Recepção da sede do sindicato em Curitiba.



Altevir Dias do Prado, presidente eleito em 2020 e reeleito em 2022. Presidiu o sindicato nas comemorações do centenário. (Foto: 2024).

## NASCE O SINDICATO

### O MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FAZ SABER a quantos esta CARTA virem que, atendendo ao que requereu a "ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ" -----

com sede em Curitiba ----- no Estado do Paraná -----

-----, resolve aprovar os respectivos estatutos e reconhecê-los, sob a denominação de SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ -----

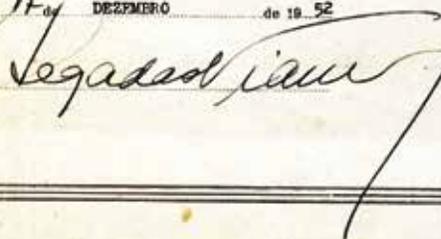
como sindicato representativo das categorias econômicas constantes do 2º grupo - Empresas de Seguros Privados e Capitalização, do plano da Confederação Nacional das Empresas de Crédito ----- na base territorial do Estado do Paraná -----

com sede em Curitiba -----, no Estado do Paraná -----

de acordo com o regime instituído pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

E, para firmeza, mandou passar a presente CARTA, que vai por ele assinada.

Rio de Janeiro, 17 de DEZEMBRO de 1952



Frente da Carta Sindical aprovando a criação do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado do Paraná, dezembro de 1952.

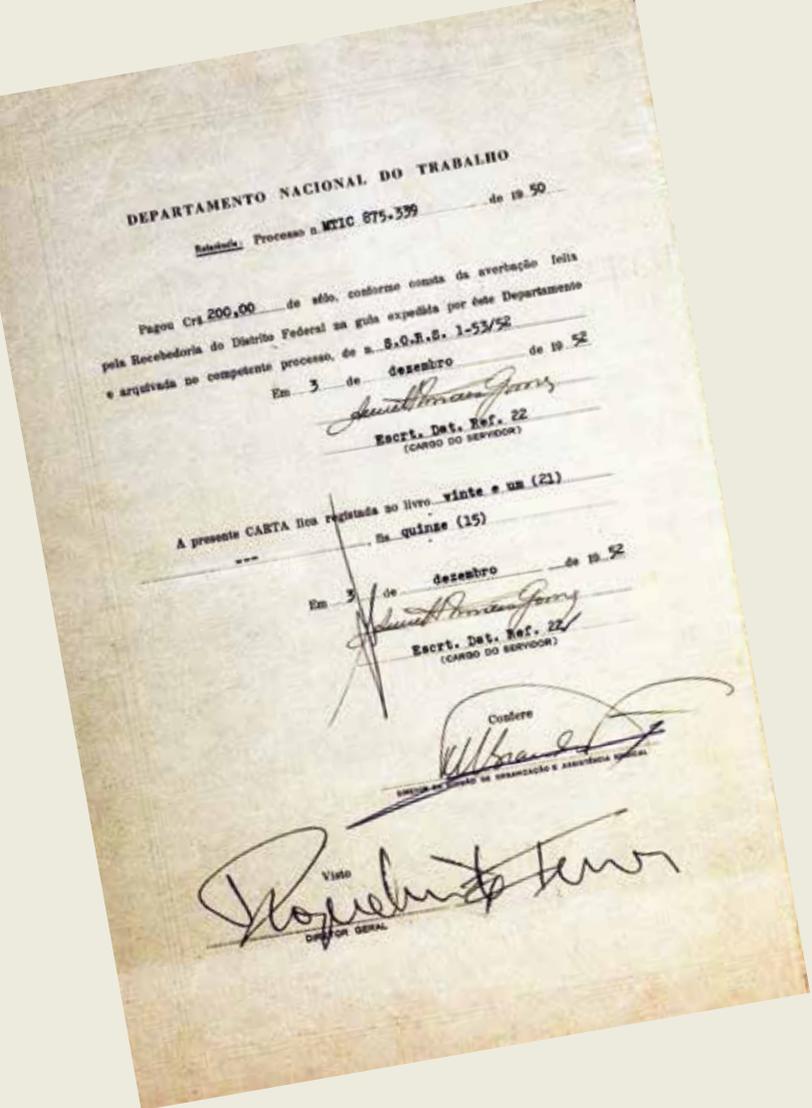
Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS (Digitalização por Júlio Filho).

## DÉCADA DE 1950

Junto com a formação da Associação das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado do Paraná, iniciou-se, na presidência de Othon Maeder o movimento para a fundação do sindicato. A criação de um sindicato patronal de seguros era uma necessidade fundamental para o setor e poderia trazer diversos benefícios tanto para as empresas de seguros quanto para os profissionais que atuam nesse mercado.

Em 17 de dezembro de 1952 foi expedida a Carta Sindical, na qual José de Segadas Viana, ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, assinou o diploma que aprovava os Estatutos e reconhecia a Associação como Sindicato das Empresas de Seguros e Capitalização no Estado do Paraná.

Em janeiro de 1953, foram convocadas as primeiras eleições para a diretoria do novo sindicato e em 27 de fevereiro de 1953, Anacleto Theogenes Carli recebeu a incumbência de liderar o sindicato nos primeiros anos. Alfredo Roloff e Abibe Isfer figuraram como diretores; Primo Lattes, Cesar G. Correia e Carlos Marucco como suplentes da diretoria; Arnaldo Barros, Joel Correia de Souza Pinto e Nelson de Castro como conselheiros; Osny Cesário Pereira, Pedro Collere Júnior e Léo M. Zanardini como suplentes do conselho.



Verso da Carta Sindical aprovando a criação do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado do Paraná, dezembro de 1952.

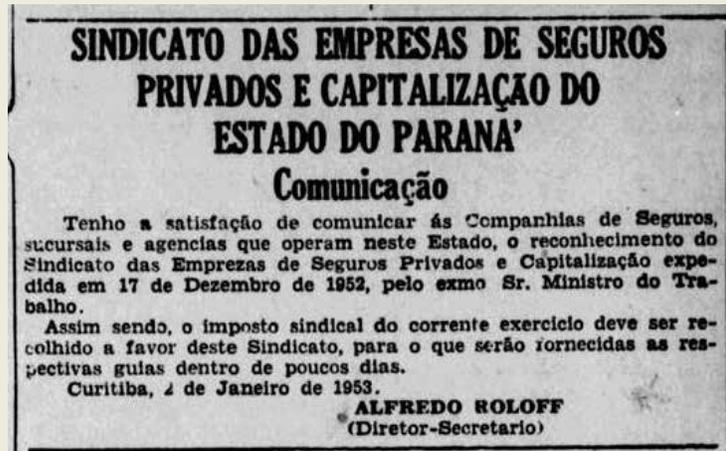
Digitalização por Júlio Filho.

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



José de Segadas Viana, ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Fonte: Site Câmara dos Deputados



Comunicado jornal *Diário da Tarde* (PR), de 3 de janeiro de 1953, acerca do reconhecimento do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado do Paraná.

Fonte: Diário da Tarde. Hemeroteca Digital Brasileira.

A seguir conhecemos as gestões do sindicato no período da década de 1950.

### ANACLETO THEOGENES CARLI

Anacleto Theogenes Carli foi presidente do Sindseg PR/MS na gestão 1953-1955. Além de atuar no mercado de seguros, tinha forte presença nas entidades do comércio, exercendo a presidência do Conselho Consultivo, da Delegacia Estadual do Senac. Ligado à Companhia de Seguros Atalaia, a primeira do Paraná, nascida em 1938, também atuou no Banco Mercantil de São Paulo S.A.



**Anacleto Theogenes Carli.**

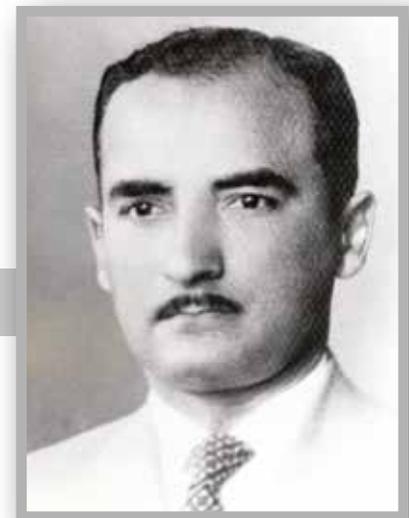
Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

#### GESTÃO 1953-1955

- Presidente: Anacleto Theogenes Carli
- Secretário: Primo Lattes
- Tesoureiro: Abibe Isfer
- Suplentes da Diretoria: César G. Correia e Carlos Marucco
- Membros do Conselho Fiscal: Arnaldo Barros, Joel Correia de Souza Pinto e Nelson de Castro
- Suplentes do Conselho Fiscal: Pedro Collere Júnior e Léo Cesário Pereira

### JOEL CORREIA DE SOUZA PINTO

Contador de profissão, Joel Correia de Souza Pinto atuou como presidente do Sindicato entre 1957 e 1959. Importante liderança dos seguros, também integrou confrarias e espaços sociais.



**Joel Correia de Souza Pinto.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

#### GESTÃO 1957-1959

- Presidente: Joel de Souza Pinto
- Secretário: Vitor Angelo Barbosa
- Tesoureiro: Abibe Isfer
- Suplentes da Diretoria: César G. Correia, Carlos Marucco e Nelson de Castro
- Membros do Conselho Fiscal: Alfredo Roloff, Léo M. Zarnardini e Pedro Collere Júnior
- Suplentes do Conselho Fiscal: Arnaldo Barros, Reino Lattes e Agostinho B. da Veiga



Em 1977, a comemoração foi pelos 25 anos da fundação do Sindicato, com a assinatura da Carta Sindical, em 1952.



Tartaruga histórica: utilizada como sineta para coordenação das reuniões, desde a fundação.

## CESAR GUIMARÃES CORREIA

Cesar Guimarães Correia presidiu o sindicato de 1959 a 1961. Fundou a Correia Administração e Corretagem de Seguros, representando operadoras de renome internacional. Foi secretário-geral e vice-presidente do Graciosa Country Club de Curitiba.



**Cesar Guimarães Correia.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

### GESTÃO 1959-1961

- Presidente: Cesar G. Correia
- Secretário: Carlos Marucco
- Tesoureiro: Abibe Isfer
- Suplentes da Diretoria: Joel Correia de Souza Pinto, Rubens Brustolin e Antônio Licheski Sobrinho
- Membros do Conselho Fiscal: Agostinho B. da Veiga, Arnaldo Barros e Mário Dantas
- Suplentes do Conselho Fiscal: Reino Lattes, Adolfo Peres Vilches e Lizis Isfer
- Delegados representantes do Conselho da Federação, eleitos em 5 de maio: Othon Mader, Edmundo Lemanski, Dênio Leite Novaes
- Membros Efetivos: Victor Angelo Barbosa, Arnaldo L. Siqueira e Marcy Mathias de Farias

A década de 1950 se revelou como um período importante para a consolidação do mercado brasileiro de seguros. No mesmo momento em que o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná foi constituído, surgia a Fenaseg. Fundada em 25 de junho de 1951, e oficialmente reconhecida em 30 de novembro de 1953 pelo Ministério do Trabalho, a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (Fenaseg) nascia da disputa entre o Rio de Janeiro e São Paulo, que queriam ter a liderança nacional do mercado.

A solução criada: eleger um presidente de Minas Gerais.

Encontrou-se, como solução, a Fenaseg ser criada no Rio de Janeiro, porém, com um presidente de Minas Gerais. E o fato histórico e interessante foi que o sr. Carlos Luz, pertencente à UDN, viria a ser presidente da Fenaseg logo depois de o sr. Getúlio Vargas assumir a Presidência da República.<sup>551</sup>

Ou seja, o movimento nacional de fortalecimento das entidades seguradoras auxiliava na consolidação no âmbito regional. O Paraná, portanto, passava a fixar, ainda mais, a bandeira dos seguros, amparando as empresas para que pudessem expandir o mercado.

<sup>551</sup> MOTA, Carlos Frederico Lopes da. **Depoimento:** 1996. Rio de Janeiro, CPDOC; Fundação Escola Nacional de Seguros, 1997. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista63.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.



### Anúncio da Companhia de Seguros Motor Union. Revista de Seguros (RJ), junho de 1951.

Fonte: Issuu CNSeg. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1352\\_-\\_revista\\_de\\_seguros\\_-\\_junho\\_](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1352_-_revista_de_seguros_-_junho_). Acesso em: 10 jan. 2014.

A partir desse momento, o sindicato paranaense passou a seguir as diretrizes e regulamentações criadas pela Fenaseg, o que é possível observar nas atas das reuniões da diretoria e das assembleias gerais, cartas, circulares e outras correspondências da Federação, indicando operações de seguros, resoluções e outras ações a serem tomadas:

Carta da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização informando que deliberou adotar o sistema de que cada Sindicato dê conhecimento aos seus associados das resoluções da Federação ou de suas Comissões Técnicas por intermédio de suas próprias circulares, suspendendo assim as circulares que desde Dezembro era enviadas diretamente às associadas desta entidade.<sup>552</sup>

Carta circular da Federação Nacional sobre Fiscalização das operações de Seguros, informando que a mesma é de competência exclusiva do Departamento de Seguros Privados e Capitalização.<sup>553</sup>

Ainda, é salutar destacar que na gestão de Cesar Guimarães Correia houve a primeira eleição para que paranaenses representassem o mercado de seguros na Fenaseg, sendo os escolhidos Othon Mader, Edmundo Lemanski e Dênio Leite Novaes.

No contexto específico das seguradoras, a criação de um sindicato patronal trouxe diversas vantagens. Em primeiro lugar, o sindicato promoveu a união e a colaboração entre as empresas do setor, permitindo a troca de experiências e a adoção de boas práticas. Isso resultou em um aprimoramento dos serviços oferecidos, no desenvolvimento de produtos mais adequados às necessidades dos clientes e na promoção de uma concorrência saudável.

Em outras palavras, o Sindicato aprimorou as relações já tecidas pelo Comitê Local Paranaense de Seguros, mantendo as trocas de informações com as companhias de seguro, publicando nos jornais sobre os seguros existentes e estreitando os laços com o Corpo de Bombeiros, que continuou importante trabalho ao vistoriar a cidade de Curitiba. Ainda, devido ao desenvolvimento a nível nacional das instituições reguladoras do mercado de seguros, o Sindicato manteve sua atuação junto ao IRB, a *Revista de Seguros* e a participar de eventos gerais na temática, como a Conferência Hemisférica de Seguros.

Nesse caminho, na década de 1950, concomitantemente ao surgimento do Sindicato, criaram-se comissões técnicas para discutir os seguros oferecidos pelo mercado segurador paranaense, entre as quais a Comissão de Incêndio, a Comissão de Transporte, a Comissão de Acidentes Pessoais, Automóveis, Fidelidade, Registro Civil e Roubo, a Comissão de Acidentes de Trabalho, a Comissão Vida e a Comissão Capitalização. As primeiras comissões criadas, em assembleia no dia 03 de junho de 1955, eram compos-

<sup>552</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. *Livro de Atas*. Assembleia Geral. 1949 a 1959. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1949-1959, p. 49.

<sup>553</sup> *Ibidem*, p. 59.



### Anúncio da Companhia Internacional de Seguros. *Revista de Seguros (RJ)*, junho de 1951.

Fonte: Issuu CNSeg. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1352\\_-\\_revista\\_de\\_seguros\\_-\\_junho\\_](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1352_-_revista_de_seguros_-_junho_). Acesso em: 10 jan. 2024.

tas dos seguintes nomes<sup>554</sup>:

#### Comissões Técnicas

##### Comissão de Incêndio

Cias: Atalaia - Sr. João Gilberto Possiede  
Columbia - Sr. Victor Angelo Barbosa  
Home Insurance - Sr. Abibe Isfer  
Paulista - Sr. Cesar G. Correia  
Senior P. Alegre - Sr. Carlos Marucco  
Seguros da Bahia - Sr. Rubes Brustolin  
Sul America - Sr. Edmar Musaleski  
Presidente: Sr. Abibe Isfer  
Secretário: Sr. Rubes Brustolin

##### Comissão Transporte

Cias: Internacional - Sr. Alfredo Roloff  
Paraná - Sr. João Batista Cit  
Seguradora Brasileira - Sr. Primo Lattes  
Sul America - Sr. Pedro Collere Junior  
Yorkshire - Sr. Cesar G. Correia  
Presidente: Sr. Primo Lattes  
Secretário: Sr. João Batista Cit

##### Comissão Ac. Pessoais, Automoveis, Fidelidade, Resp. Civil e Roubo

Cias: Boa Vista - Sr. Osvaldo Voigt  
Guarani - Sr. Lyris Isfer  
Motor Uniri - Agostinho B. da Veiga  
Seguradora Brasileira - Sr. Primo Lattes  
Sul America - Sr. Orestes Baggio  
Presidente: Sr. Agostinho B. da Veiga  
Secretario: Sr. Osvaldo Voigt

<sup>554</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Livro de Atas**. Assembleia Geral. 1949 a 1959. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1949-1959, p. 43.



## Anúncio da Companhia de Seguros Rio Branco. *Revista de Seguros (RJ)*, junho de 1951.

Fonte: Revista de Seguros (RJ), junho de 1951. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1353\\_-\\_revista\\_de\\_seguros\\_-\\_julho\\_](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1353_-_revista_de_seguros_-_julho_). Acesso em: 10 jan. 2024

Comissão Acidentes do Trabalho  
Cias: Italaia - Sr. Anacleto Theogenes Carli  
Fortaleza - Sr. Carlos Marucco  
Garantia Ind. Paulista - Sr. Abibe Isfer  
Ipiranga - Sr. Lésm Zanardini  
Segurança Industrial - Sr. Cesar G. Correia  
Presidente: Sr. Anacleto Theogenes Carli  
Secretário: Sr. Abibe Isfer

Comissão Vida  
Cias: Internacional - Sr. Alfredo Roloff  
Columbia - Sr. Victor Angelo Barbosa  
Boavista - Sr. Eugenio de Vitto  
Seguradora Brasileira - Sr. Dario Castagno  
Sul America - Sr. Sebastião Darcanchy  
Presidente: Sr. Sebastião Darcanchy  
Secretario: Sr. Alfredo Roloff

Comissão Capitalização  
Cias: Aliança da Bahia - Sr. José Ferreira da Silva  
Internacional - Sr. Manoel Corrêa  
Sul America Cap. - Sr. Mario Dantas  
Presidente: Sr. Mario Dantas  
Secretario: Sr. José Ferreira da Silva

Composição do Conselho Técnico:  
Snrs Cesar G. Correia - Paulsita  
Abibe Isfer - Home Insurance  
Primo Lattes - Seguradora Brasileira  
Agostinho B. da Veiga - Motor Union  
Anacleto Theogenes Carli - Atalaia  
Sebastião Darcanchy - Sul America-Vida  
Mario Dantas - Sul America Capitalização  
Léo M. Lanardini - Ipiranga



### Anúncio da Companhia A Piratininga. *Revista de Seguros (RJ)*, junho de 1951.

Fonte: Issuu CNSeg. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1353\\_-\\_revista\\_de\\_seguros\\_-\\_julho\\_](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1353_-_revista_de_seguros_-_julho_). Acesso em: 10 jan. 2024.

Victor Angelo Barbosa - Columbia  
Orestes Baggio - Sul Amerca Ferr.  
Arnaldo Barros - L'Union de Pais  
Joel Sousa Pinto - Lagres  
Carlos Marucco - Phenix de Porto Alegre

O Sindseg PR/MS atuou desde o início na defesa dos interesses das empresas de seguros junto aos órgãos governamentais, reguladores e demais instituições relacionadas ao setor. Isso inclui a participação na elaboração de políticas públicas, a negociação de condições tributárias favoráveis e a influência na criação de normas e regulamentos que impactam a atividade das seguradoras. Com uma representação unificada, as empresas têm mais força para fazer valer seus pleitos e defender seus direitos.

Outro ponto importante é a possibilidade de oferecer suporte e capacitação aos profissionais que atuam nas seguradoras. O sindicato, junto da Fenaseg, proporcionou cursos, palestras e eventos voltados para o aprimoramento técnico e profissional dos colaboradores das empresas associadas, contribuindo para o desenvolvimento do setor como um todo, elevando a qualidade dos serviços prestados e a valorização dos profissionais.

Entre os cursos já pensados nesse período encontra-se o Curso Básico de Seguros, que, segundo consta em ata:

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização ofereceu ao Sindicato uma bolsa de estudos criada para securitários dos Estados frequentarem o curso de Interpretação e Aplicação da Nova Tarifa de Acidentes Pessoais. Para cursar a mesma foi indicado o Sr. João Romualdo da Atalaia Cia. de Seguros.<sup>555</sup>

A década de 1950 marcou, portanto, a sedimentação dos caminhos que o Sindicato passaria a trilhar, com a estruturação inicial de sua sede, arquivos e a composição do

<sup>555</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. *Livro de Atas*. Assembleia Geral. 1949 a 1959. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1949-1959, p. 49.

**OCEÂNICA**

COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS  
(Antiga "ASTORIA")

Capital subscrito e realizado:  
Cr\$ 2.000.000,00

Diretoria: *Dr. Alfredo de Maya, Walter Prado Franco, Dr. Raymundo Diniz Barreto e Nelson Ribeiro*

**INCÊNDIO E TRANSPORTES**

Telefone 42-4137 — Caixa Postal 119  
End. Telogr.: Oceânico,  
RIO DE JANEIRO

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 137

  
**ULTRAMAR**  
CIA BRASILEIRA DE SEGUROS  
*Av. Franklin Roosevelt, 137  
Rio de Janeiro*

Tel.: 42-4137 — C. Postal: 119  
End. Tel.: ULCOMBRA

Incêndio — Transportes — Cascos e  
Acidentes Pessoais

Capital Realizado Cr\$ 3.000.000,00

Sucursais: S. Paulo, Niterói e Belo Horizonte  
Agências nos demais Estados

Diretoria:

DR. RICARDO XAVIER DA SILVEIRA  
DR. ALFREDO DE MAYA  
LUIZ DUBEUX JÚNIOR  
MARIANO BADENES TORRES

### Anúncios das Companhias Oceânica e Ultramar. *Revista de Seguros (RJ)*, junho de 1951.

Fonte: Revista de Seguros (RJ), junho de 1951. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaoconseg/docs/t1353\\_-\\_revista\\_de\\_seguros\\_-\\_julho\\_](https://issuu.com/confederacaoconseg/docs/t1353_-_revista_de_seguros_-_julho_). Acesso em: 10 jan. 2024.

núcleo fundamental que viria a implementar os projetos no horizonte do mercado de seguros paranaense. Cabe lembrar que os três primeiros presidentes tiveram a relevante missão de constituir o atual Sindseg PR/MS em um grupo coeso de lideranças do setor que não mediram esforços para a realização dos primórdios institucionais.

Observando os arquivos do Sindicato, sabemos que, no ano de 1953, ao menos 32 seguradoras eram associadas à instituição. As seguradoras inscritas e em condições de votar eram as seguintes:

1. Cia. Adriatica de Seguros
2. Alvorada Cia. Nacional de Seguros
3. Cia. De Seguros Aliança Brasileira
4. Allianz-Ultramar Cia. De Seguros
5. Atlântica Cia. Nacional de Seguros
6. Cia. Boavista de Seguros
7. Farroupilha Cia. Nacional de Seguros
8. Fortaleza Cia. Nacional de Seguros
9. Mauá Cia. De Seguros
10. Patria Cia. Brasileira de Seguros
11. Prudential – Atlântica Cia. Bras. de Seguros
12. America Latina Cia. De Seguros
13. Cia. De Seguros America do Sul
14. Argos Cia. De Seguros

# Firemen's Insurance Company of Newark

Séde: — Cidade de Newark, Estado de New Jersey,  
Estados Unidos da América do Norte

FUNDADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 1855

Representante geral para o Brasil

**American International Underwriters**

**REPRESENTAÇÕES S. A.**

End. telegráfico : AMINTERSUR

RIO DE JANEIRO — RUA SENADOR DANTAS, 70 - 74, - 9.º

Tels. 52-4059, 52-4058 e 52-4057

SÃO PAULO — RUA BOA VISTA 76 — 3.º

Capital declarado e realizado para as suas operações no Brasil

Cr\$ 5.000.000,00

RAMOS DE SEGUROS EM QUE OPERA NO BRASIL :

Incêndio — Transportes — Cascos — Automóveis — Acidentes Pessoais —  
Roubo — Vidros — Responsabilidade Civil — Riscos Aero-  
nauticos — Lucros Cessantes — Greves e Tumultos.

## Anúncio da Companhia Firemen's Insurance Company of Newark. *Revista de Seguros (RJ)*, junho de 1951.

Fonte: Revista de Seguros (RJ), junho de 1951. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1353\\_-\\_revista\\_de\\_seguros\\_-\\_julho\\_](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1353_-_revista_de_seguros_-_julho_). Acesso em: 10 jan. 2024.

15. Bamerindus Cia. de Seguros
16. Paraná Cia. de Seguros
17. Cia. Bandeirante de Seguros Gerais
18. Piratininga de Seguros Gerais
19. Boavista Cia. de Seguros de Vida e Acidentes
20. Brasil Cia. de Seguros de Vida e Acidentes
21. Brasil Cia. de Seguros Gerais
22. Comind Cia. de Seguros
23. Cia. de Seguros Cruzeiro do Sul
24. Federal de Seguros S.A.
25. GB Confiança Cia. Nacional de Seguros
26. Generali do Brasil Cia. Nac. de Seguros
27. Gerling Sul America S.A. Seg. Ind.
28. Sul Americana Industrial S.A.I.
29. Sul America Terr. Mar. E Ac.
30. Sul America Cia. Nac. de Vida
31. Home Finasa Seguradora S.A.
32. Home Insurance Co.<sup>556</sup>

<sup>556</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Registro de Associados**. 1953. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1953.

Já em 1956, ao menos 66 companhias eram associadas ao sindicato, uma vez que observamos a seguinte lista de votantes na eleição realizada para a escolha da nova diretoria:

1. Cia. Seguradora Brasileira
2. Cia. Seguradora Aliança de Minas Geraes
3. Cia. Seguros da Bahia
4. Cia. Alliança Rio Grandense
5. Cia. Guarani
6. Phoenix de Porto Alegre
7. A Fortaleza
8. A Independencia
9. Madepinho Seguradora
10. Columbia Cia. de Seguros
11. Cia. Seg. Lagres
12. London & Lancashire Ins. Co.
13. Guardian
14. Cia. Imperial
15. The Yorkshire Insurance Co. Ltd.
16. Cia. Paulista de Seguros
17. Cia. de Seguros Gerais Corcovado
18. Segurança Industrial
19. Cia. Continental de Seguros
20. Firemen's Insurance
21. Alliance Assurance Co. Ltd.
22. Cia. de Seguros Nitheroy
23. A Preferencial - Cia de Seguros
24. União Brasileira
25. The Home Insurance
26. Confiança
27. Garantia Industrial C Paul
28. Liberdade
29. Great American
30. Pearl Ass. Company Ltd.
31. [Ilegível]
32. Colonial
33. Borbouma
34. Motor Union Insurance Ltd.
35. Cia de Seguros Guanabara
36. Cia de Seguros Pan America
37. Boavista Cia de Seguros de Vida
38. Companhia Boavista de Seguros
39. Mercantil Companhia de Seguros
40. The Liverpool & London & Globe Insurance.
41. Cia. de Seguros Rio Branco
42. Atalaia Cia. de Seguros
43. Paraná Cia .de Seguros
44. Cia. de Segs. Fidelidade
45. The Prudential
46. [Ilegível]

1836

1950

## Legal & General

ASSURANCE SOCIETY, LTD. DE LONDRES

FUNDOS DE GARANTIA — £ 80.000.000  
 Capital para o Brasil — Cr\$ 2.500.000,00  
 Representante Geral no Brasil

O. WILSON JEANS  
 Av. Rio Branco 26-A — Rio

Agentes em São Paulo  
**WILSON JEANS & CIA. LTDA.**  
 Rua 3 de Dezembro, 38 - 4.ª sobreloja

Outras Agências em  
**PERNAMBUCO, BAÍA, CURITIBA**  
 e **PORTO ALEGRE**



ESTABELECIDADA EM 1836

## THE LIVERPOOL & LONDON & GLOBE

INSURANCE CO. LTD.

Capital realização para o Brasil:  
 Cr\$ 1.500.000,00

FOGO — MARÍTIMOS — AUTOMÓVEIS —  
 VIDROS — LUCROS CESSANTES — ACIDENTES  
 PESSOAIS — RESP. CIVIL — TODOS OS RISCOS.

Casa Matriz para o Brasil:  
**RUA BENEDITINOS, 17-3.ª — R. de Janeiro**  
 Telefone: 43-2914

Agências em  
**BAÍA — CURITIBA — PERNAMBUCO —**  
**PORTO ALEGRE — SANTOS e S. PAULO**

### Anúncios das Companhias Legal & General e The Liverpool & London & Globe Insurance Co. Ltd. *Revista de Seguros (RJ)*, junho de 1951.

Fonte: Revista de Seguros (RJ), junho de 1951. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1353\\_-\\_revista\\_de\\_seguros\\_-\\_julho\\_](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1353_-_revista_de_seguros_-_julho_). Acesso em: 10 jan. 2024.

47. Renascença
48. Atlântica
49. Ultramar
50. Oceânica
51. Cia. Seguros Ipiranga
52. Cia União Seguros Gerais
53. Cia de Seguros Phoenix Pernambucana
54. Cia. Internacional de Seguros
55. Assicurazioni Generali d' Trieste
56. [Ilegível] Cia. Nac. de Seguros
57. La [ilegível] Incendié
58. Cia. de Seguros Previdente
59. The Northern Ass. C. Ltd.
60. [Ilegível]
61. Cia. Nordeste de Seguros
62. Cia. de Seguros Riachuelo
63. Santa Cruz, Cia. de Seguros Gerais.
64. Cia. Interestadual Seg.
65. [Ilegível]
66. Protetora Cia. Seguros Gerais e Acid. Trabalho.<sup>557</sup>

<sup>557</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Livro de Atas**. Assembleia Geral. 1949 a 1959. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1949-1959, p. 58.

Na virada da década, o Sindicato passaria a interagir com um relevante componente político-social: o fim da chamada Quarta República (1946-1964) e a implementação da Ditadura Militar (1964-1985), período em que a instituição lidou com a troca de lideranças em seu comando.

Paralelamente, o mercado de seguros continuou avançando, com relevantes dispositivos legais que melhoraram a relação para as empresas. Em 1966, houve a instituição da cobrança bancária, solidificando o seguro privado no país. Nesse período, no momento do pagamento do prêmio diretamente às empresas de seguros, o índice de impontualidade era alto, o que gerava um desequilíbrio no caixa das empresas. Com a grande inadimplência, o mercado de seguros vivia em torno de cobrar os devedores. Assim, os prêmios de seguros eram pagos com promissórias e os sinistros eram pagos à vista. Neste evidente desequilíbrio, as empresas sofriam diante da operação.

Carlos Motta, ex-presidente da Fenaseg, salienta que:

Foi quando o governo de então concordou com a edição de um decreto — não sei se era lei — que tornava obrigatória a cobrança bancária. O mais significativo não era que a cobrança bancária em si iria resolver o problema, mas o que resolveria, como resolveu, foi que o não-pagamento do prêmio de seguro, via banco, significava o cancelamento da existência do contrato de seguros. Ou melhor, a validade do contrato só tinha início com o pagamento do prêmio. Isso resolveu, com inteligência e capacidade, os problemas financeiros do sistema segurador brasileiro, que esteve à beira de um colapso.<sup>558</sup>

Ainda no mesmo ano, há a promulgação do Decreto-Lei n. 73/1966, que organiza o Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP) e regula todos os negócios de seguros e resseguros. O Sistema Nacional de Seguros Privados é composto por seu órgão gestor, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), seu órgão fiscalizador, a Superintendência de Seguros Privados (Susep), seguradoras e resseguradoras credenciadas e corretoras credenciadas.

Como em outras partes do mundo, as atividades de seguros estão sujeitas a rígida regulamentação governamental. Aí reside a importância do Decreto-Lei n. 73, que deu origem a diversas outras leis e normas que formaram o modelo que hoje se aplica à oferta de produtos e serviços de seguros, à constituição e à capitalização de planos de previdência privada.

Diante desse panorama, o mercado de seguros no Brasil continuava a se organizar e a se profissionalizar cada vez mais. O Sindicato se mantinha como um elo estadual de ações, representando os interesses das seguradoras no Paraná e articulando todo o setor, fato este confirmado desde a fundação do Comitê Mixto. Dessa forma, a liderança institucional precisava agir, de um lado, com articulação política, para que as demandas do setor fossem acolhidas pelos órgãos governamentais, e, de outro, atendendo às reivindicações das companhias seguradoras, que expandiam a atuação pelo território paranaense.

<sup>558</sup> MOTA, Carlos Frederico Lopes da. **Depoimento**: 1996. Rio de Janeiro, CPDOC; Fundação Escola Nacional de Seguros, 1997.



### **Movimentação Militar na Rua XV de Novembro no início de abril de 1964.**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo Museu Paranaense.

Assim, Edmundo Lemanski assumiu a presidência do sindicato em 1961, dando continuidade às ações desenvolvidas na década anterior. A principal ação de Lemanski frente ao sindicato foi a de popularizar o seguro no Paraná, promovendo palestras e eventos que pudessem alertar sobre a prevenção de sinistros.

Tais objetivos já estavam demarcados em seu discurso de posse, conforme podemos ler a seguir:

A seguir o Presidente empossado usou da palavra como segue:  
Recebendo neste momento a Direção do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná, fazemos cômnicos das responsabilidades que assumimos e que a própria natureza do cargo exige.

Suceder Cesar G. Correira, Ibibe Isfer e Carlos Marucco, homens de têmpera, de alta capacidade tecnica e da mais absoluta probidade administrativa, não é tarefa facil, mas antes das mais árduas, porém, da qual todos nós homens de seguros podemos nos orgulhar.

A Renovação que representamos e que, nesse instante se formalisa,

é o caminho natural para a qual se dirigiam as seguradoras que aqui operam.

Nós fomos os escolhidos como poderiam ter sido quaisquer dos outros companheiros de profissão, e aqui agradecemos a todos aqueles que nos apoiaram.

O trabalho que nos espera é incuso, mas não o tememos, como não tememos a luta, e, a partir de agora aqui estaremos para dar de nós os melhores esforços em prol do Seguro e dos seguradores do Paraná e do País.

Efetivamente, a ação do Sindicato hoje é vasta e transcende as próprias fronteiras estaduais e nacionais.

Esta nossa associação é hoje um Sindicato de serviços, de serviços aos associados e a coletividade, de cooperação entre as Companhias que a compõem, de assistência e orientação à classe como também de defesa da própria instituição do Seguro.

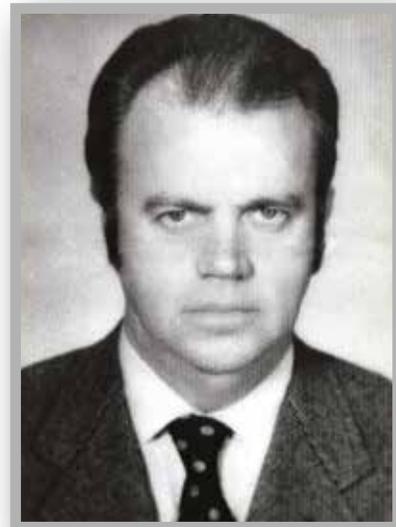
Ao aperfeiçoamento, à prevenção, à orientação para melhoria de taxas no sentido geral como no particular, devemos estar atentos ante a permanente evolução da nossa terra.

Serviços que digam respeito não só ao interesse das seguradoras, mas também dos segurados, pois estes somos todos nós, que representamos a coletividade, e é esta em última análise, a beneficiada e por quem temos de zelar. E nós faremos.

No plano nacional o Sindicato é membro componente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, órgão que representa a instituição do Seguro Privado no Brasil e o Paraná, que hoje representa 10% de prêmios de seguro no país, não pode estar alheio ou ausente ao que se passa na própria Federação. Nossa voz deve ser ouvida, as nossas reivindicações atendidas, os nossos problemas resolvidos. E por tudo isto lutaremos, nós vos asseguramos.<sup>559</sup>

## EDMUNDO LEMANSKI

Nascido em Porto Alegre, em 2 de outubro de 1926, Lemanski chegou a Curitiba aos 20 anos. Curvou Direito na Universidade Federal do Paraná, onde conheceu Francisco Cunha Pereira, de quem se tornou sócio na compra do jornal *Gazeta do Povo*, em 1962. Integrava a Companhia Comercial de Seguros quando presidiu o Sindicato de 1961 a 1963 e de 1963 a 1965. Faleceu em 2010.



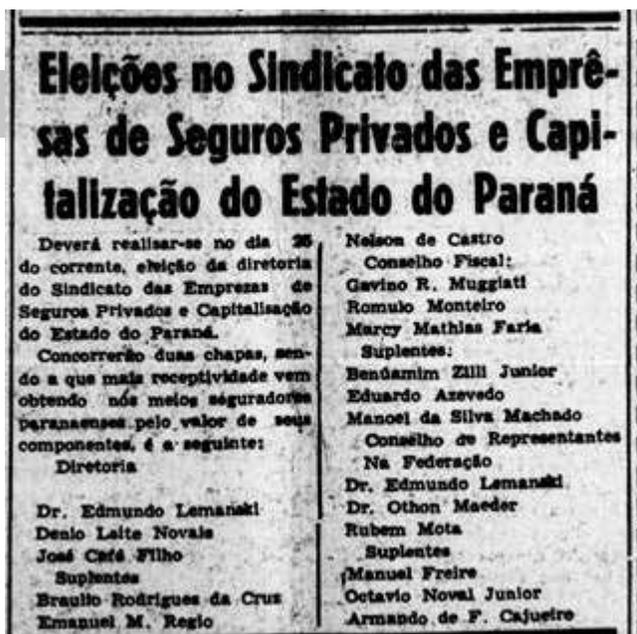
**Edmundo Lemanski.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

<sup>559</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Livro de Atas.** Assembleia Geral. 1959 a 1973. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1959-1973, p. 24.

## GESTÃO 1961-1963

- Presidente: Edmundo Lemanski
- Secretário: Dênio Leite Novaes
- Tesoureiro: José Café Filho
- Diretores: Bráulio Rodrigues da Cruz, Emanuel Ramos Reggio e Nelson Castro
- Suplentes do Conselho Fiscal: Rômulo Monteiro, Gavino Mugiatti e Marcy Mathias de Farias
- Membro Efetivo: Benjamin Zilli Júnior
- Suplente do Membro Efetivo: Edmundo Azevedo
- Conselho de Representantes como Membros Efetivos: Edmundo Lemanski, Othon Mader, Rubem Motta, Manuel Freire e Octávio Naval Júnior



**Manchete *Diário da Tarde* (PR): “Eleições no Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado do Paraná”. 02 de maio de 1961.**

Fonte: Diário da Tarde. Hemeroteca Digital Brasileira.

## GESTÃO 1963-1965

- Presidente: Edmundo Lemanski
- Vice-Presidente: Dorcel Pizzatto
- Secretário: Olavo Correia Rispoli
- Tesoureiro: Bráulio Rodrigues da Cruz
- Diretor Procurador: Mário Petrelli
- Suplentes da Diretoria: Alfredo Roloff, Manoel da Silva Machado, Dirceu W. Capistrano, Arnaldo Freitas Cajuciro e Oswaldo Voigt
- Membros do Conselho Fiscal:
- Efetivos: Rômulo Rodrigues Monteiro, Gavino Mugiatti e Léo M. Zanardini
- Suplentes: Benjamin Zilli Júnior, Eduardo Azevedo e Antônio Policeni
- Representantes junto à Federação: Edmundo Lemanski, Othon Mader e Dênio Leite Novaes
- Diretores: Rubem Motta Milande, Medrado Dias e Manoel Freire

Na outra metade da década de 1960, quem comandou o Sindicato foi o presidente Mário Petrelli. Com o mandato de Petrelli, o período foi totalmente liderado por empresários dos seguros e do ramo da comunicação. Assim, o presidente deu continuidade aos trabalhos de Lemanski, com a finalidade de ampliar a divulgação das atividades dos seguros.



**Mário Petrelli.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

## MÁRIO PETRELLI

Mário José Gonzaga Petrelli nasceu em 31 de maio de 1935 em Florianópolis, morou e estudou no Paraná, onde se formou em Direito. Em 1975 fundou a Rede Independência de Comunicação (RIC), um dos maiores grupos do Sul do país. Este grupo de comunicação começou com a aquisição de duas rádios e da TV Vanguarda, em Cornélio Procópio, que servia como retransmissão da TV Manchete no Norte do Paraná. O patriarca Petrelli convidou o filho Leonardo, então formado em comunicação nos Estados Unidos e trabalhando na Rede Globo, no Rio de Janeiro, para se tornar acionista e assumir a gestão da empresa. Essas atividades marcaram a formação do Sistema Sul de Comunicação, cuja missão editorial era chegar ao povo paranaense por meio do jornalismo e do entretenimento. Posteriormente, uma emissora de televisão independente foi instalada em Curitiba com o objetivo de ligar a capital ao interior. As operações de

Toledo foram posteriormente adicionadas para cobrir também a área do Oeste do Paraná. Mário Petrelli viu então outra oportunidade de adquirir uma emissora de televisão, desta vez em Chapecó, trabalhando com o empresário Roberto Amaral para operar sob a bandeira do SBT. Mário Petrelli presidiu o Sindseg PR/MS de 1965 a 1967 e de 1967 a 1969. Foi em sua gestão que ocorreu a compra da atual sede do Sindseg PR/MS, após sua persuasão junto às seguradoras associadas. Ao longo de sua vida foi diretor de diversas seguradoras e da Fenaseg. O empresário faleceu em 22 de abril de 2020, aos 84 anos.

### GESTÃO 1965-1967

- Presidente: Mário Petrelli
- Vice-Presidente: Vitor Angelo Barbosa
- Secretário: Dênio Leite Novaes
- Tesoureiro: Olavo Correia Rísoli
- Diretor Procurador: Rômolo Rodrigues
- Suplentes da Diretoria: Eduardo Gabriel Peres, Manoel da Silva Machado, Aloar Gerson Brenner, Emanuel Ramos Régio e Armando de Freitas Cajueiro
- Membros do Conselho Fiscal:
- Efetivos: Alfredo Roloff, Gavino Mugiatti e Dirceu Werneck de Capistrano
- Suplentes: Othon Mader, Edmundo Lemanski e Bráulio Rodrigues da Cruz
- Representantes junto à Federação:
- Efetivos: Alfredo Roloff, Gavino Mugiatti e Dirceu Werneck de Capistrano
- Suplentes: Rubem Motta, Adolpho de Oliveira Franco Jr. e Amauri Freire Nogueira Gameiro

## NOTÍCIAS & NOTÍCIAS

- Movimentada a cerimônia de posse da nova diretoria do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado do Paraná, realizada no Clube do Comércio. A frente e recém-empossada equipe está o senhor Mário Petrelli, diretor da «A Piratininga» — Cia. Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho.

Anúncio no *Diário da Tarde* (PR) sobre a cerimônia de posse de Mário Petrelli. 16 de junho de 1965.

Fonte: Diário da Tarde. Hemeroteca Digital Brasileira.

## GESTÃO 1967-1969

- Presidente: Mário Petrelli
- Vice-Presidente: Dorcel Pizzatto
- Secretário: João Elísio Ferraz de Campos
- Tesoureiro: Lysis Isfer
- Diretor Procurador: Dênio Leite Novaes
- Suplentes da Diretoria: Alfredo Roloff, Eduardo Peres José Soares de Meneses e Percy Buechner
- Membros do Conselho Fiscal:
- Efetivos: Dirceu Werneck de Capistrano, Manoel da Silva Machado e Henacy Plácido Luz
- Suplentes: Oswaldo Voigt, Mário B. Marucco e Rômolo Rodrigues Monteiro
- Representantes junto à Federação:
- Efetivos: Othon Mader, Mário Petrelli e Adolpho de Oliveira Franco Jr.
- Suplentes: Abibe Isfer Rubem Motta e Hamilcar Pizzatto

## O QUE AS FONTES CONTAM?

Conforme trabalhado ao longo deste capítulo, muitas das informações obtidas sobre a história do Sindseg PR/MS foram encontradas a partir das atas de reuniões da diretoria e das assembleias gerais. Nesse caminho, ao realizar a leitura dessa documentação, percebe-se que, na década de 1960, as relações do sindicato com as companhias de seguros e outras instituições públicas e privadas continuaram.

Por exemplo, no início dos anos 1960, há uma carta da Associação Profissional de Armazéns Gerais propondo melhor classificação de risco de incêndio para a cidade de Curitiba, isso para justificar o pedido de instalação do grande número de armazéns de café na cidade. Essa requisição apareceu em reunião juntamente das informações disponibilizadas pelo Corpo de Bombeiros sobre os equipamentos contra incêndio e hidrantes da cidade.

Além disso, inúmeras cartas de seguradoras são enviadas para o Sindicato, a fim de avisar sobre as mudanças ocorridas em suas agências, desde novas instalações e agentes até mudanças de endereço e demissão de funcionários.

O Sindicato estava a par dos acontecimentos do estado e do Brasil, não apenas por essas comunicações, como também pelas já citadas circulares da Fenaseg, do IRB e de outras informações sobre impostos e alterações no Poder Judiciário.

Assim, como percebido na leitura das atas do Comitê Local, o Sindicato também esteve envolvido nas ações tomadas na economia paranaense. A partir das fontes consultadas, encontraram-se recados, por exemplo, da Celepar, pedindo indicação de companhias de seguros para contratação de serviços, e da Codepar, conforme podemos ler a seguir:

Debates sobre os seguros da CODEPAR

1º Concretização contrato automatico com as Companhias que quiserem

2º Rodisio entre as Companhias com sede local, e/ou a criterio da Codepar entre estas

3º Contratar comissão maxima de 15+2% à Lider

4º Limitar a exigência do seguro até o valôr financiado

5º Respeitar, dentro dos limites possiveis os seguros existentes e admitir aos seguros atualisados com aumento de valores.

6º Não haver reciprocidade das Co-seguradoras às Líderes.

7ª Obrigatoriedade do cosseguro entre as que operam no Estado, passando para outras praças o que não for por aqui coberto.

Deliberou a assembleia, ainda, nomear uma Comissão Especial para do assunto com a Codepar.<sup>560</sup>

Na década de 1960, os cursos e palestras iniciados nos anos de 1950 são aperfeiçoados. Foram criados cursos para habilitação técnico-profissional de corretores de seguros e um ciclo de palestras sobre o Seguro ao Empresariado Paranaense:

O senhor Presidente informou sobre a promoção que será proporcionada pela Associação Comercial do Paraná aos empresários paranaenses, sobre o temário organizado e ainda, sobre os conferencistas indicados. Face ao impedimento de nomes já indicados, foram sugeridos outros pelo Dr. Mario Petrelli, que em sua próxima estada em São Paulo e no Rio de Janeiro, entrará em contato e obterá eventuais confirmações.

Ainda com a palavra o vice-presidente Dr. Mário Petrelli, solicitou a aprovação para telegrama a ser encaminhado á Federação sôbre discriminação entre sociedades mistas e sociedades seguradoras priva-

<sup>560</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Livro de Atas.** Assembleia Geral. 1959 a 1973. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1959-1973, p. 53.

das, sugerindo sejam as vantagens do Dec. Lei. 820/69 estendidas a todas as seguradoras; Pediu também a solidariedade do Sindicato à campanha da Federação para manutenção dos princípios do Código Civil nos Seguros de Responsabilidade Civil Facultativos.

As proposições foram aprovadas por unanimidade dos presentes.<sup>561</sup>

Ao procurarmos informações sobre o Sindicato nos jornais do período, também sabemos que ao longo dos anos 1960, a instituição se fez atuante a partir de diversos outros eventos. Por exemplo, no jornal *Diário da Tarde* de 14 de maio de 1965, observamos uma matéria sobre os eventos realizados pelo Sindicato no Dia Continental do Seguro.

Segundo descrito no jornal, aconteceria uma recepção “marcante” no Country Clube, comandada pelo presidente Edmundo Lemanski, em que ocorreria um “elegante banquete” para homenagear “as Classes Produtoras do nosso Estado”, estando presentes personalidades como o governador Ney Braga, o General Itiberê Gouveia do Amaral e o prefeito de Curitiba, Ivo Arzua.

Em 12 de dezembro de 1966, observamos no *Diário da Tarde* o convite para palestra do presidente Mário Petrelli, sobre a nova legislação de seguros e obrigações das empresas face à nova lei; e em 28 de março de 1967, há uma publicação no mesmo jornal, realizado pelo Sindicato, para alertar as classes empresariais sobre a necessidade do seguro de trabalho:

Multa de 20 milhões para quem não fizer seguro de trabalho. Alertando as classes empresariais a usarem de cautela o processamento do seguro de Acidentes do Trabalho, o sr. Mário Petrelli, presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, alertou-as no sentido de não se deixarem envolver por facciosas interpretações de legislação.<sup>562</sup>

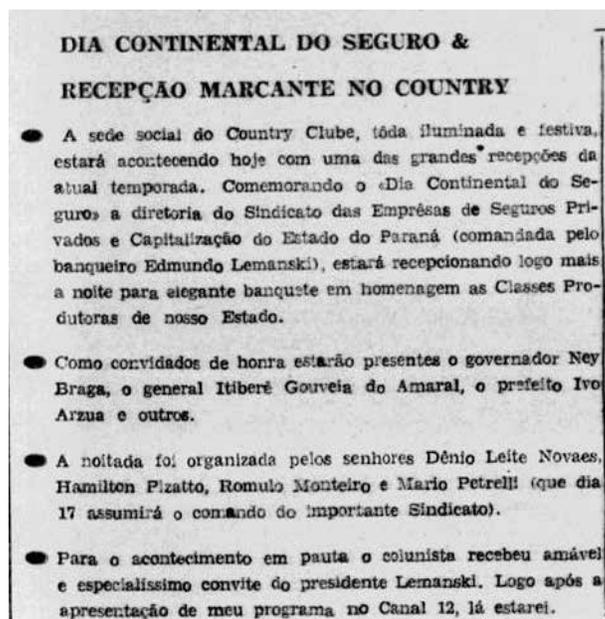
<sup>561</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. *Livro de Atas*. Reuniões da Diretoria. 1969 a 1971. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1969-1971, p. 17.

<sup>562</sup> “Multa de 20 milhões para quem não fizer seguro de trabalho”. In: *Diário da Tarde* (PR). 28 de março de 1967. Arquivo: Hemeroteca Digital Brasileira.



**Ney Braga (centro) juntamente de Jorge Zarich e Osmar Amaral, no ano de 1961, em evento do 1º Financiamento da CODEPAR.**

Fonte: Memória Pergamum. Acervo Museu Paranaense.



**“Dia Continental do Seguro & Recepção Marcante no Country”. *Diário da Tarde* (PR), 14 de maio de 1965.**

Fonte: *Diário da Tarde*. Hemeroteca Digital Brasileira.

Têrça-feira, 28 de março de 1967

## Multa de 20 milhões para quem não fizer seguro de trabalho

Alertando as classes empresariais a usar de cautela no processamento do seguro de Acidentes do Trabalho, o sr. Mario Petrelli, presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, alertou-as no sentido de não se deixarem envolver por facciosas interpretações da legislação.

### TARIFA ÚNICA

Esclareceu que uma das quatro reformas realizadas pelo Governo foi a do Seguro Oeal, estabelecendo a tarifa única e permitindo que o trabalhador escolha a companhia que maiores vantagens lhe oferecer. Dis o presidente das Empresas de Seguros que os empregados não devem aceitar propostas de seguradores desautorizados e nem aceitar apólices e ajustamento por salários ilegais, que ofereçam vantagens passíveis de autuações pela fiscalização, realizando-o somente os seguros de acidente de trabalho na fórmula privatista.

### CONDIÇÕES

Mais adiante, aquela autoridade observou que o Decreto-Lei n. 203, de 28 de março de 1967, estabeleceu, através do artigo 24, que no prazo máximo de trinta dias o Instituto Nacional de Previdência Social adaptará sua carteira de seguros com referência aos institutos que já tinham monopólio. Assinalou que as demais autarquias também poderão operar quando obtiverem autorização especial da Superintendência do Seguro Privado, obedecendo as mesmas obrigações previstas para as companhias seguradoras, das de que reguadas no sistema de seguro estabelecido pela Lei.

### FISCALIZAÇÃO

Caberá, a SUSEP, a fis-

calização junto às firmas em seguradoras, no que diz respeito a contratação do seguro de acidente de trabalho, bem como ao Instituto de Resseguros do Brasil. Empregadores que deixarem de fechar o seguro, poderão ser multados em até vinte milhões de cruzeiros anuais. Nos casos de sonegação de salários, com fôlhas de pagamentos abaixo da realidade, a multa será de até dez milhões de cruzeiros verbais. Poderão ser aplicadas em dobro nos casos de reincidência, conforme preve os artigos 22 e 23 do Decreto-Lei.

### ESCLARECIMENTO

Em certo trecho, o sr. Mario Petrelli revelou que o Sindicato colocou à sua Secretária e a Consultoria Jurídica à disposição dos interessados, visando esclarecer o assunto, defendido pelo sr. Othon Mader. Encerrando suas explicações, frisou que o Ministro Paulo Egídio defendeu o aumento do fundo de reserva das seguradoras, para um trilhão de cruzeiros novos, em 1967. Disse que tal fato permitirá apertar a sobre-retenção das companhias que realmente estejam em condições de funcionamento, pois o fundo de reserva é a garantia do associado. Recordou que o fundo de reserva, hoje, das 18 companhias existentes no País, é de 2 bilhões e trezentos milhões de cruzeiros novos.

## Classe seguradora homenageia Paraná

A realização, em Curitiba, da "VI Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização" é, antes de tudo, homenagem que a classe seguradora do País presta ao Paraná. A afirmação foi feita pelo presidente do Sindicato das Empresas de Seguros do Paraná e presidente executivo da Comissão Organizadora do Conclave, Sr. Mario Petrelli, durante entrevista à imprensa ontem.

O Governador Paulo Pimenta será o patrono da Conferência, título esse que o Sr. Mario Petrelli classificou como "justa homenagem pela posição que hoje, face seu notável starto de progresso e desenvolvimento, o Paraná ocupa no cenário nacional".

### APRIMORAMENTO

Em sua fala à imprensa, o Sr. Mario Petrelli expôs que periodicamente a classe seguradora reúne-se para examinar e discutir os problemas da instituição do seguro. O objetivo, segundo ele, é o do aprimoramento constante desse setor de atividade, para que se mantenha em perfeito entrosamento com a evolução e as necessidades econômicas do país. "Isso é o que vai ocorrer em Curitiba — resultou — com a instalação, amanhã, da "VI Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização", com a finalidade de aumentar o interesse e de oportunidade pelo fato de realizar-se numa época em que vivendo o seguro nacional fase de transição entre dois regimes legais decorrente da refor-

ma legislativa que recentemente foi promovida pelo governo federal, a classe seguradora necessita formular na via política que lhe norteie e comande a atuação".

### PRESTIGIAMENTO

Para o Sr. Mario Petrelli, aceitando a presidência de Honra do conclave, o Ministro Edmundo de Macedo Soares dá eloquente testemunho de que o governo federal prestigia e apoia a atividade seguradora nacional. "O seguro é hoje um dos setores de grande importância da economia brasileira, ocupando-lhe papel de natureza fundamental de desenvolvimento do país". Outro fato destacado como de alta significação por aquele presidente, é que "o Congresso Nacional estará representando em nossa Conferência acompanhando-me os trabalhos e interessando-se dos problemas em discussão. Ao nosso lado estarão — enfatizou — recolhendo no contato direto o pensamento das classes seguradoras nacionais os senadores Ney Braga e Adolpho de Oliveira Franco, bem como os deputados Acioly Filho, Hermes Macedo, Léo de Almeida Neves e Fernando Gama, numa convivência que será sem dúvida de grande proveito para melhor compreensão dos problemas da atividade seguradora e, portanto, para que a legislação dessa mesma atividade esteja sempre em harmonia com suas necessidades de evolução e aperfeiçoamento para o próprio benefício do desenvolvimento econômico nacional.

"Multa de 20 milhões para quem não fizer seguro de trabalho". Diário da Tarde (PR), 28 de março de 1967.

Fonte: Diário da Tarde. Hemeroteca Digital Brasileira.

"Classe seguradora homenageia Paraná". Diário da Tarde (PR), 16 de setembro de 1968.

Fonte: Diário da Tarde. Hemeroteca Digital Brasileira.

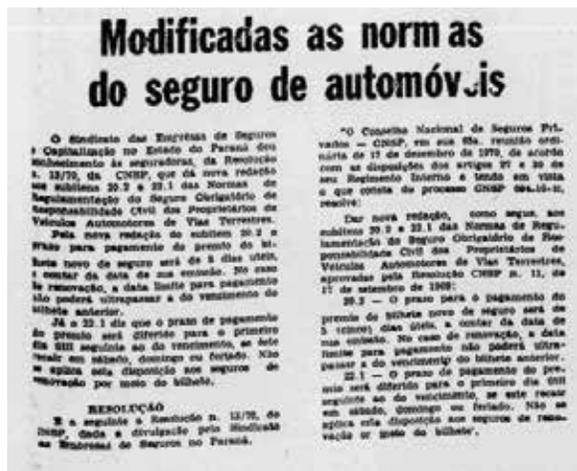
Já no ano de 1968, ocorreu em Curitiba a VI Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização, com o intuito da classe seguradora discutir os problemas do seguro e realizar o aprimoramento desse setor:

Ao longo da década de 1960, nos anos de 1961, 1965 e 1967, sabemos quais eram as companhias de seguros associadas ao Sindicato e foram votantes nas eleições desses respectivos anos:

**COMPANHIAS SEGURADORAS ASSOCIADAS AO SINDICATO DAS  
EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ DE 1961 A 1969**

1961	1965	1967	1969
A Marítima A Preferencial Aliança Bahia - Capitalização Aliança de Minas Aliança do Rio Grandense Alliance Assurance Co. Americana Anglo Americana Assicurazioni Atalaia Cia. Seguros Atlântica B. Central Bela Vista Boavista Boavista - Vida Brasil Cia Seguros Catarinense Cia Paulista Seguros Cia. Continental de Seguros Cia. Corcovado de Seguros Cia. Interestadual Comercial Cruzeiro do Sul Equitativa Excelsior Firemen's Segs. Co. of New Jersey Fortaleza Guanabara Guardian Iguassu Independencia Internacional - Cap. Ipiranga Itatiaia Jaraguá La Fouciere Liverpool Lloyd Atlântico London Insurance Lince L'Union de Paris Madepinho Mercantil Mercurio Minas Brasil Nietheroy Cia. de Seguros Nortern Ass. Novo Mundo Ouro Verde Cia. Seguros Pan America Paraná Cia. Seguros Patria Patriarca Pearl Phoenix de P. Alegre Phoenix Pernambucana Piratinga Protetora Prudential Renascença Rio Branco Rio de Janeiro Royal Insurance São Paulo Vida Segurança Industrial Seguros da Bahia Solidéz Sul America - Vida Sul América Cap. Sul Brasil Sun Insurance The Motor Union Insurance C. Ltda. União Vera Cruz Yorkshire Insurance C.	Adriatica Aliança Brasileira Aliança da Bahia Aliança de M. erais Aliança Rio Grandense América do Sul Argos Fluminense Assicurazioni Atalaia Atlantica Atlas Insurance Belavista Boavista - Vida Borborema Brasil Catarinense Ceará Cia Nordeste Seguros Cia. Boavista Colonial Columbia Comercial Confiança Continental Cruzeiro do Sul Equitativa Esperança Excelsior Firemen's Garantia Garantia Ind. Paulista Great American Guanabara Guardian Iguassú Internacional Internacional Cap. Ipiranga Itamarati Itatiaia Jaraguá L'Union de Paris La Focniere Latina Americana Liberdade Lince Liverpool Lloyd Atlantico Lloyd Sul Americano Marítima Mercantil Mercurio Minas Brasil Miramar Motor Union Mundial Northern Nova América Novo Mundo Ouro Verde Pan América Paraná Patria Paulista Pearl Phoenix Paulista Phoenix Pernambucana Piratinga Porto Alegrensse Protetora Prudential Regente Rio Branco Rio de Janeiro Rio Grandense Royal Exchange Royal Insurance Santa Cruz - Cia. Seguros São Paulo - Vida Satélite Seguradora Brasileira Seguros da Bahia Sul América Sul América Cap. Sul América Vida Sul Brasil Sun Insurance The Home União União Brasileira União Com. E Inds. Universal Vera Cruz Yorkshire	Adriatica Aliança Brasileira Aliança da Bahia Argos Fluminense Assicurazioni Atalaia Atlântica Boa Vista Boa Vista- vida Borborema Brasil Catarinense Ceará Colonial Columbia Comercial Excelsior Firemen's Fortaleza Great American Guanabara Iguaçu Independência Internacional Internacional, Capitalização Ipiranga Itamaraty Jaraguá La Focniere Latino Americana Lince Marítima Mercantil Mercurio Meridional Minas Brasil Miramar Nova América Novo Mundo Ouro Verde Pan América Paraná Pátria Paulista Pearl Phoenix de P. Alegre Piratinga Porto Alegrensse Prudential Saint Paul São Paulo Satélite Seguradora Brasileira Seguros da Bahia Solidéz Sul América Sul América, Cap. The Home União Brasileira União Com. E Industria União de Seguros Vera Cruz Yorkshire	Aliança Brasileira Aliança da Bahia Aliança de Minas Gerais Aliança do Paraná Aliança Guacha Americana Argos Fluminense Assicurazioni Atalaia Atlântica Bela Visa Boavista Gerais Boavista Vida Borborema Brasil Catarinense Ceará Central Colonial Colúmbia Comercial Cruzeiro do Sul Firemen's Fortaleza Garantia Great American Iguaçu Independência Internacional Internacional Cap. Ipiranga Itamaraty Jaraguá La Focniere Latino Americana Lince Liverpool Marítima Mercantil Mercurio Meridional Minas Brasil Miramar Motor Union Nova América Novo Mundo Ouro Verde Paraná Patria Paulista Phoenix de P. Alegre Piratinga Phoenix Paulista Planalto Porto Alegrensse Providência do Sul Rio Branco Royal Exchange Royal Ins. Saint Paul Fire Santa Cruz São Paulo Seguradora Brasileira Seguros da Bahia Sol Solidéz Sul América Cap. Sul America The Home Transatlântica União Brasileira União com. e Indústria União Sr. Gerais Vera Cruz Yorkshire

Fonte: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ.  
Livro de Atas. Assembleia Geral. 1959 a 1973. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1959-1973.



### “Modificadas as normas do seguro de automóveis”.

Fonte: Diário da Tarde (PR), 19 de fevereiro de 1971.

ram fundamentais para o desenvolvimento do setor e permitiram o surgimento de novas seguradoras privadas.

Cabe ressaltar que desde ao menos 1967, o Sindicato paranaense se posicionava contra o monopólio do mercado de seguros. Conforme destacou seu presidente naquele momento, Mário Petrelli.

O sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná, mais uma vez, manifesta-se contrário a que o seguro contra acidentes do trabalho seja competência exclusiva das autarquias (monopólio).

Essa posição é reafirmada, através de carta que aquela entidade endereçou ao jornalista Evilázio Silva, na qual é acentuado textualmente ‘Desejamos o regime atual que é o de livre concorrência, àquele no qual se pode disputar a preferência pela qualidade do serviço oferecido.’<sup>563</sup>

A abertura do mercado de resseguros em 1971 foi um marco importante. Antes dessa data, o IRB detinha o monopólio do resseguro no país, mas, com a nova legislação, outras empresas nacionais e estrangeiras iniciaram suas operações. Isso contribuiu para aumentar a concorrência e diversificar as opções disponíveis para as seguradoras.

Outra mudança significativa foi a criação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em 1973, que passou a ser o órgão responsável pela regulamentação e supervisão do setor. Essa medida ajudou a garantir maior transparência e segurança no mercado de seguros.

No campo dos seguros de automóveis, a década de 1970 também foi um período

A década de 1970 foi um período de importantes transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil. Nesse contexto, o setor de seguros também passou por significativas mudanças, marcando um momento importante para a indústria de seguros no país.

No início dos anos 1970, o mercado de seguros nacional era caracterizado por uma presença significativa de empresas estatais. O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), por exemplo, era o único ressegurador e também atuava como órgão regulador do setor. Além disso, as seguradoras estatais, como a Empresa Brasileira de Seguros (EBES) e a Nacional Seguros, detinham uma posição dominante no mercado.

No entanto, ao longo dos anos, o governo implementou políticas que buscavam promover a abertura do mercado, estimular a concorrência e atrair investimentos estrangeiros. Essas ações fo-

<sup>563</sup> “Sindicato reafirma sua posição contra monopólio do seguro”. In: *Diário da Tarde* (PR). 08 de janeiro de 1967. Arquivo: Hemeroteca Digital Brasileira.

# *Sindicato reafirma sua posição contra monopólio do seguro*

O Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná, mais uma vez, manifesta-se contrário a que o seguro contra acidentes do trabalho seja da competência exclusiva das autarquias (monopólio).

Essa posição é reafirmada, através de carta que aquela entidade endereçou ao jornalista Evilázio Silva, na qual é acentuado textualmente: "Desejamos o regime atual que é o de livre concorrência, àquele no qual se pode disputar a preferência pela qualidade do serviço oferecido".

## ESTATIZAÇÃO

O expediente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná, sublinha que: «Nosso Sindicato ampliando os termos do Edital de 14 do corrente sobre «Seguro Contra Acidentes do Trabalho», concebeu através das palavras do seu Presidente dr. Mario Petrelli e do dr. Othon Mader, entrevista à imprensa desta Capital, tendo como objetivo, tanto o edital como a entrevista, anular os efeitos de notícia tendenciosa que afirmava haver sido estatizado o seguro acima referido. Explicado que NADA FOI ESTATIZADO, e que a matéria será objeto de nova legislação dentro de 90 dias (art. 152 — Decreto—Lei 73 de 21/11/66) procurou o Sindicato, interpretando o pensamento de seus associados, dar sua posição; porém quando da publicação da entrevista, constatou a necessidade de voltar à presença de V.S. para esclarecimentos constantes dos seguintes itens:

## CONTRÁRIOS

1) — No País existem 12 Companhias de Seguro que operam no ramo de Acidentes do trabalho; 2) — Somos contrários a que o Seguro contra Acidentes do Trabalho SEJA DA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DAS AUTARQUIAS (MONOPÓLIO); 3) — Desejamos o regime atual que é o de livre concorrência àquele no qual se pode disputar a preferência pela qualidade do serviço oferecido; 4) — A entrevista teve como local a «A ATALAIA» Companhia de Seguros, por ser a única, com Matriz nesta Capital, a trabalhar em Acidentes do Trabalho, acrescentando ainda a circunstância de que seu Diretor, dr. Othon Mader quando Senador da República, lutou com ardor e gloriosamente no decorrer de todo o seu mandato PELA NÃO ESTATIZAÇÃO, conseguindo com seus sadios argumentos evitar essa desaconselhável e maléfica medida, tão contrária aos interesses dos segurados, empregadores nacionais e do próprio País".

**"Sindicato reafirma sua posição contra monopólio do seguro". *Diário da Tarde* (PR), 08 de janeiro de 1967.**

Fonte: *Diário da Tarde*. Hemeroteca Digital Brasileira.

marcante. A partir de 1974, o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) passou a ser regulamentado. Essa medida visava proteger as vítimas de acidentes de trânsito e proporcionar indenizações em caso de invalidez ou morte, independentemente de culpa.

Além disso, o seguro de automóveis como um todo começou a ganhar popularidade entre os brasileiros. Com o aumento da frota de veículos no país, cresceu a demanda por seguros automotivos. As seguradoras ampliaram suas ofertas e criaram produtos adaptados às necessidades dos proprietários de automóveis, oferecendo coberturas para danos materiais, roubo e furto, entre outros sinistros.

Na área de seguros de vida, a década de 1970 trouxe avanços significativos. Com o desenvolvimento do mercado financeiro e a maior conscientização sobre a importância do planejamento financeiro pessoal, os seguros de vida começaram a ser vistos como proteção e investimento.

Já no contexto paranaense, Adolpho de Oliveira Franco Junior assumiu o Sindicato, sob a égide de dar continuidade aos trabalhos realizados por Mário Petrelli e sua equipe. Deixava o comando do sindicato a dupla ligada aos meios de comunicação (Lemanski e Petrelli) e assumia um advogado, que também fez carreira política.



### **Adolpho de Oliveira Franco Junior.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

## **ADOLPHO DE OLIVEIRA FRANCO JUNIOR**

Adolpho de Oliveira Franco Junior era advogado. Foi diretor do Grupo Bancial, da TV Paranaense (canal 12) e do jornal Correio de Notícias. Foi Presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES).

Em 1958, tornou-se membro do Diretório Nacional da União Democrática Nacional (UDN), cargo que ocupou até a extinção do partido. Frequentou a Escola Superior de Guerra (ESG) no Rio de Janeiro em 1977. Foi eleito para o Congresso pela Arena em novembro de 1978 e assumiu o cargo em fevereiro do ano seguinte. Ingressou no Partido Social Democrata (PDS) em novembro de 1979 para apoiar o governo no fim do sistema bipartidário. Além disso, atuou no Comitê Econômico e Industrial, no Comitê de Política Agrícola e Rural e na CPI que investigou as causas do aumento das taxas de juros em várias áreas das finanças nacionais. É coautor de Adolpho de Oliveira Franco: advogado do Paraná, livro que narra a vida e as realizações de seu pai, senador da República, governador do Paraná, presidente da OAB/PR e ex-presidente do Banco Comercial.

Adolpho de Oliveira Franco Junior faleceu aos 78 anos, em 30 de julho de 2019, na capital do Paraná.

## **GESTÃO 1969-1972**

- Presidente: Adolpho de Oliveira Franco Jr.
- Vice-Presidente: Mário Gonzaga Petrelli
- Secretário: Dênio Leite Novaes
- Tesoureiro: Abibe Isfer
- Diretor Procurador: Olavo Correia Ríspolli
- Conselho Fiscal: Lysis Isfer, Albary Guimarães e Medoro Emilio Belotti
- Efetivo: Lídio Lorusso
- Suplentes: Eduardo Peres e Mário B. Marucco
- Representantes junto à Federação: Adolpho de Oliveira Franco Jr., Mário José Gonzaga Petrelli e Hamilcar Pizzatto
- Membro Efetivo de Representantes: Dênio Leite Novaes
- Suplentes do Membro Efetivo de Representantes: Lysis Isfer e Rubem Motta



Personagens importantes da história do Mercado de Seguros do Paraná participaram do evento de aniversário do Sindiseg PR, em 1977.

- Presidente: Adolpho de O. Franco Jr
- Vice-Presidente: Mário Petrelli
- Secretário: Hamilcar Pizzatto
- Tesoureiro: Lysis Isfer
- Diretor Procurador: José Maria de Barros Faria
- Suplentes da Diretoria: João Elísio Ferraz de Campos, Norton Macedo Correia, João Batista da Silva Jappert, Lidio Lorusso e José Soares de Meneses
- Membros do Conselho Fiscal:
- Efetivos: Braulio Rodrigues da Cruz, Eduardo Peres e Percy Buechner
- Suplentes: Manoel da Silva Machado, Mário B. Marucco e Joaquim Machado
- Representantes junto à Federação:
- Efetivos: Hamilcar Pizzatto Lysis Isfer
- Suplentes: Adolpho de Oliveira Franco Jr. e Mário José Gonzaga Petrelli

Um dos principais reflexos de toda a transformação econômica da década de 1970 foi a decisão sobre fusões e aquisições. Naquela época, havia cerca de duzentas seguradoras no Brasil, mas elas foram fundadas e organizadas na esteira de um momento particular de prosperidade, e sua fragmentação era ao mesmo tempo a fragmentação das capacidades do próprio mercado brasileiro. O decreto de consolidação das seguradoras possibilitou a centralização do número de seguradoras brasileiras que operam no Brasil, aumentando a liquidez do sistema e tornando o mercado mais vinculativo.

O ex-presidente da Fenaseg, Carlos Motta, assim definiu esse processo:

Só para que se tenha uma idéia, a hoje Bradesco Seguros, então Atlântica Boavista, só ela, através dos incentivos que o decreto de fusões e incorporações apresentava, adquiriu 23 pequenas companhias de seguros. A Sul América adquiriu outras. Enfim, as grandes companhias foram buscar pequenas companhias que tinham pequeno capital, pequenas operações, portanto, com liquidez duvidosa. Acho que esse fato foi marcante e teve grande importância na sobrevivência e no desenvolvimento no mercado de seguros brasileiro como um todo.<sup>564</sup>

Quer dizer, com este cenário de fusões e incorporações, o mercado de seguros no Paraná também seria alterado diretamente. Havia a necessidade de que os novos líderes do sindicato pudessem lidar com esta realidade de forma franca, demonstrando que as novas seguradoras já estavam presentes em solo paranaense, apenas alterando a nomenclatura ou, ainda, formando grupos mais solidificados.

Coube a Lysis Isfer conduzir este período, alternando a direção do sindicato entre quatro nomes: Adolpho de Oliveira Franco Junior deixou a presidência, mas em sua gestão houve a manutenção de Mário Petrelli (que havia comandado duas gestões) como vice-presidente, tendo Hamilcar Pizzatto como secretário de Adolpho e de Lysis, sendo vice-presidente posteriormente. Aliás, o próprio Lysis Isfer deixou a condição de tesoureiro na gestão 1972-1975 para assumir a presidência na sequência.

<sup>564</sup> MOTA, Carlos Frederico Lopes da. **Depoimento**: 1996. Rio de Janeiro, CPDOC; Fundação Escola Nacional de Seguros, 1997.

Destaca-se, nesse período, que em 13 de dezembro de 1977 houve uma grande comemoração dos 25 anos de fundação do sindicato, além de, naquela mesma solenidade do Jubileu de Prata, também ter sido lembrado o período de criação do Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense.

### LYSIS ISFER

Proprietário da Refrigeração Paraná, que nasceu em 1949, Lysis Isfer foi um dos pioneiros do setor no estado. A iniciativa para a criação partiu de Kurt Emílio David Berhend, Lysis e José Isfer, que instalaram a indústria na avenida República Argentina, no bairro do Portão, em Curitiba. Lysis era filho do famoso médium espírita Abibe Isfer, além de ter participado do Clube Curitibano e do Clube da Bolinha, presidindo a entidade de 1972 a 1973.



### GESTÃO 1975-1978

#### Lysis Isfer.

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

- Presidente: Lysis Isfer
- Vice-Presidente: Mário Petrelli
- Secretário: Hamilcar Pizzatto
- Tesoureiro: Manoel da Silva Machado
- Diretor Procurador: Bráulio Rodrigues da Cruz
- Suplentes da Diretoria: Lidio Lorusso, José Maria de Barros Faria, Mathias Wilhena de Andrade, José Maciel de Miranda e Edmundo Públio Dineli da Costa
- Membros do Conselho Fiscal:
- Efetivos: Joaquim Machado, Arino Brasil Cubas Buchmann e Alceu dos Santos
- Suplentes: Anajê Pereira Falcão, Ewaldo Paulo Priess e Nelson Hadlich
- Representantes junto à Federação:
- Efetivos: Mário José Gonzaga Petrelli e Hamilcar Pizzatto
- Suplentes: Lysis Isfer e Adalto Ferreira Brites

A posse de Lysis Isfer foi marcada pelo discurso do então presidente Adolpho de Oliveira, informando sobre os feitos de sua gestão, nas quais sublinhou sua intenção e realização acerca da “melhora da imagem do seguro” e de cursos de aperfeiçoamento dos securitários.

30 de Junho de 1975

A instalação foi procedida pelo senhor Adolpho de Oliveira Franco Junior, Presidente em exercício, que se achava licenciado desde o dia 6 de maio próximo passado e que reassumiu o seu posto com a finalidade única de dar posse à nova diretoria. Convidou para tomar assento á mesa os convidados especiais [...].

Usando da palavra disse que quando assumiu a Presidência pretendeu melhorar a imagem do seguro, o que conseguiu em boa parte;

que realizou durante as duas gestões em que ocupou a Presidência, quatro cursos proveitosos para a produção das seguradoras e no aperfeiçoamento dos securitários; que tinha a máxima satisfação em transmitir o cargo ao amigo e colega Dr. Lysis Isfer, a quem desejava uma gestão proveitosa em prol do mercado segurador e da satisfação pessoal, apresentou uma análise das disponibilidades quando do seu licenciamento, e um balanço geral com as disponibilidades do dia que leu para o conhecimento dos presentes. Em seguida apresentou seus agradecimentos aos senhores dirigentes locais do Instituto de Resseguros do Brasil, e da Supertendência de Seguros Privados pela colaboração que sempre obteve dos mesmos nas duas gestões do seu mandato; aos colegas da Diretoria pela presença as reuniões e assembleias e pela boa vontade em sempre colaborar, estendeu ainda agradecimentos aos funcionários do sindicato, a quem considerava amigos.

A seguir procedeu a chamada individual dos eleitos, declarando-os empossados [...].<sup>565</sup>

Após a fala de Adolpho de Oliveira, o novo presidente, Dr. Lysis Isfer, destacou sua intenção de criar uma política que valorizasse a participação do Sindicato na expansão do mercado segurador:

Em nome de Dr. Lysis Isfer, digo em nome dos empossados falou o Dr. Lysis Isfer, como segue:

“É profundamente emocionado e cômico de minhas responsabilidades que assumo hoje o exercício de Presidente do Sindicato de Classe, para o próximo triênio. Deve o homem contentar-se com pouco, pois tudo o mais lhe será dado por acréscimo. E, é por acréscimo, devido a bondade e benevolência dos colegas seguradores, que ascendo a esse cargo máximo dentro do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná. Qualidades e defeitos vereis em mim no trato diário. Rogo-vos que me [ilegível] o meu lado negativo e que silencieis sobre o positivo. É que busco reparar-me e não envaidecer-me. Mercê de Deus e o conhecimento que os demais companheiros componentes da chapa eleita por certo, não se negarão a me emprestar, inicio esta jornada, com humildade, imbuido tão somente do alto principio de dar o maximo de meus esforços para da melhor forma desincumbir-me de minhas novas obrigações. Aliando essa colaboração ao dilatado tempo que percorri no mercado de seguros, o contato com ilustres colegas, o estudo — permitirão que não decepcione ninguém. Em amparo na experiencia adquirida no trato diário com os seguros, em exemplos que devem ser seguidos, nas emanações inferiores e colaboração indispensável dos colegas, procurarei proceder a implantação de uma política, que valorize a participação deste Sindicato no esforço para expansão do mercado segurador.

O estabelecimento de um programa setorial, que racionalizando a

<sup>565</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Livro de Atas**. Assembleia Geral. 1974 a 1986. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1974-1986, p. 12.

aplicação de recursos técnicos e financeiros do Órgão, possibilite e estimule essa expansão, evidentemente faz-se necessário. Na oportunidade, parabeno-me com os honrados membros da Diretoria, que hoje deixam esta casa, pelo muito que fizeram em prol do mercado segurador de nossa terra, pelo trabalho profícuo, que tanto esse Sindicato envolveram e a elevaram no conceito estadual e mesmo nacional. Ao encerrar, agradeço a todos - amigos, colegas e a todos que aqui se encontram — a conforto e a satisfação que suas presenças me proporcionaram, neste momento marcante em minha vida como segurador. Muito obrigado”.<sup>566</sup>

## GESTÃO 1978-1981

- Presidente: Lysis Isfer
- Vice-Presidente: Hamilcar Pizzatto
- Secretário: Mário Petrelli
- Tesoureiro: José Maciel de Miranda
- Diretor Procurador: Amaury Nogueira Freire Gameiro
- Suplentes da Diretoria: Manoel da Silva Machado, Edmundo Públio Dinelli da Costa, José Alberto Krueger, Nelson Hadlich e Dorival Santana
- Membros do Conselho Fiscal:
- Efetivos: Joaquim Machado, Anajê Pereira Falcão e Ewaldo Paulo Priess
- Suplentes: Henacy Plácido Luz, Aloar Gerson Brenner e Júnior Francisco Antunes
- Representantes junto à Federação:
- Efetivos: Hamilcar Pizzatto e Mário José Gonzaga Petrelli
- Suplentes: Lysis Isfer e Manoel da Silva Machado

<sup>566</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Livro de Atas**. Assembleia Geral. 1974 a 1986. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1974-1986.



**Jantar de Comemoração dos 25 anos de fundação do Sindicato. 13 de dezembro de 1977.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

## O QUE AS FONTES CONTAM?

Ressalta-se aqui que, nas atas da década de 1970, diferentemente das outras décadas, há diversas informações sobre as ações do Sindicato. Muito do que foi descrito ocorria desde a fundação da instituição, mas nesse momento se intensificou, bem como foram criadas novas pautas e objetivos. Aqui destacam-se três tópicos encontrados na leitura da documentação, os quais tratam da divulgação e profissionalização do mercado de seguros, de sua relação com a Fenaseg, como também das relações entre a instituição e a política regional e nacional.

Durante os anos 1970, a fim de habilitar e aperfeiçoar os conhecimentos dos profissionais da área, o Sindicato realizou o II e o III Curso de Corretores, o Curso para Formação de Corretores de Seguros em Londrina, apoiou a oferta do Curso Básico de

Seguros no Ramo de Incêndio e também participou de diversas conferências, como a VIII Conferência Brasileira de Seguros e a X Conferência Brasileira de Seguros Privados e de Capitalização em São Paulo.

No jornal *Diário da Tarde* é possível ler sobre o encerramento do III Curso para Formação de Corretores:

#### Encerramento de Curso

Com um jantar de confraternização entre alunos e professores a classe seguradora paranaense, foi encerrada ontem o III Curso Para Formação de Corretores, promovido pelo Sindicato das Empresas de Seguros do Paraná. A solenidade teve lugar no restaurante do Senac. Na qual estiveram presentes, além dos 120 alunos do referido curso, os srs. Adolpho de Oliveira Franco Junior, presidente do Sindicato das Empresas de Seguros, Mário Petrelli, diretor da Federação de Seguros Privados; Luiz Silveira, representando o delegado regional da Susep, Heros Linhares, representando o delegado regional do IRB; e Luiz Fernando Mickos Gonçalves, diretor da Divisão de Formação Profissional do Senac.

Os snrs. Adolpho de Oliveira Franco Junior e Mário Petrelli falaram em nome da classe seguradora, destacando o valor que a profissão de corretor representa para o desenvolvimento e solidificação das corretoras de Seguros, que conseqüentemente beneficia o mercado segurador nacional.<sup>567</sup>

Nessa perspectiva e também com o objetivo de divulgar o mercado de seguros, além de criar campanhas para educação no trânsito e para o favorecimento da imagem dos seguros,<sup>568</sup> o sindicato realizou no ano de 1970 um concurso de monografia sobre seguros. Este, intitulado de “Cesar G. Correia”, tinha como intuito discutir sobre os temas: “A função social do seguro” e “Seguro e seu desenvolvimento no Brasil”.

#### Concurso de Monografia sobre Seguros

O senhor Presidente propoz que se realizasse, como parte da comemoração no corrente ano do Dia Continental do Seguro, um concurso de monografia sobre Seguros entre a classe estudantil do nível superior de nossas Faculdades de Direito, Economia e de Administração da Capital e do Interior do Estado. O Concurso, por decisão unanime terá a denominação de Cesar G Correia em homenagem ao grande segurador recentemente falecido. Os temas propostos foram: A Função Social do Seguro e O seguro e seu Desenvolvimento no Brasil com tendência para o primeiro, em face da dificuldade de pesquisar sobre o segundo tema. [...].<sup>569</sup>

<sup>567</sup> ENCERRAMENTO DO Curso. *Diário da Tarde* (PR), jun. 1972. Arquivo: Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>568</sup> Com a palavra, o Sr. José Maria de Barros Faria falou da necessidade de uma promoção maior pela imagem do seguro e de divulgação para conscientizar o público da necessidade do seguro. O senhor presidente, de acordo com o que ficou deliberado, constituiu uma comissão, integrada pelos Srs. José Maria de B. Faria, Bráulio Rodrigues da Cruz e João Carlos Ourives, para estudar o assunto proposto e apresentar um relatório à diretoria dentro de trinta dias.

<sup>569</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Livro de Atas**. Reuniões da Diretoria. 1969 a 1971. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1969-1971, p. 23.

Conforme lido na documentação sobre o concurso, estudantes de nível superior das faculdades de todo o estado poderiam participar, sendo que os vencedores — os senhores Alfredo Fonczack e Paulus Vinicius Dias da Rosa — receberam, respectivamente, cheques nos valores de: CR\$2.000,00 e CR\$ 500,00.<sup>570</sup>

Cabe ressaltar que a criação desse concurso, além de gerar novos textos sobre o mundo dos seguros, bem como aproximar os futuros profissionais do nosso estado do mercado segurador, também observou as dificuldades em se pesquisar sobre a temática no país. Diante disso, o sindicato propôs a criação de sua biblioteca, a fim de permitir novos estudos sobre os seguros, não apenas por seus associados e participantes do concurso, mas por todos que se interessassem sobre o assunto:

Biblioteca: Tendo em vista dificuldades encontradas por candidatos ao Concurso Cesar G Correia para pesquisa sobre seguros, o senhor Presidente sugeriu que se iniciasse a organização de uma biblioteca, o que foi aprovado.<sup>571</sup>

Em fins de 1970, o presidente do sindicato, Adolpho de Oliveira Franco Jr., apresentou em reunião o programa de promoções pretendido para o ano de 1971. Segundo descrito em ata:

Com a palavra o senhor Presidente expoz aos presentes o programa de promoções para 1971, que são:

- 1) Galeria de Fotografias de seguradores já falecidos que exerceram a Presidência do Sindicato e do Comitê que o antecedeu;
- 2) Complementação da Biblioteca do Sindicato;
- 3) Comemoração, com convites as autoridades do seguro, autoridades locais e classes produtoras, da Cia. Continental do Seguro de 1971
- 4) Realização de um 3º Curso para Formação de Corretores de Seguros e por proposta do Diretor-Procurador, senhor Dirceu W de Capistrano
- 5) Estudo de publicação relacionada com a técnica do seguro, como seja, inspeção de riscos, liquidação de sinistros, etc.<sup>572</sup>

Com esse excerto, percebe-se que, além da divulgação e ampliação dos conhecimentos sobre os seguros no estado, também se procurou gerar uma memória do Sindicato a partir da Galeria de Fotografias de seguradores já falecidos e que exerceram a função da presidência do Sindicato e do Comitê local.

Sabe-se que o Concurso de Monografias Cesar G. Correia teve uma segunda edição no ano de 1971; no entanto, devido às dificuldades de legibilidade das atas, não foi possível compreender especificamente quais as temáticas propostas para reflexão.

De toda forma, além das próprias ações desenvolvidas pelo Sindicato, a Fenaseg também apoiava a divulgação de conteúdo científico no ramo, enviando à instituição paranaense dois exemplares das monografias sobre a prevenção e proteção contra incêndio no planejamento de edificações.

<sup>570</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. *Livro de Atas*. Reuniões da Diretoria. 1969 a 1971. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1969-1971, p. 30.

<sup>571</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>572</sup> *Idem*, p. 41.

São muitos os tópicos descritos ao longo das atas acerca da Fenaseg. Nas atas da década de 1970, encontrou-se, por exemplo, circulares da Federação discutindo sobre a necessidade de as seguradoras consultarem-na quando preciso; ofícios informando a disponibilidade de verba para o Sindicato gastar com publicidade sobre o mercado de seguros; tabelas com valores ideais de seguros para carros de fabricação nacional, que deveriam circular entre as associadas do sindicato; e o auxílio financeiro por parte da Fenaseg para a instalação de auditório no Sindicato paranaense, que seria improvisado, inicialmente, para a realização do curso de corretores de seguros.

Essa relação se constituiu como uma via de mão dupla, uma vez que a Federação enviava normativas e regulamentações, mas, ao mesmo tempo, propiciou verbas para o desenvolvimento de importantes ações no sindicato, como também deveria atuar a favor das demandas do próprio sindicato. No ano de 1970, a fim de melhorar o mercado segurador, foram enviados pelos paranaenses quatro tópicos à Fenaseg:

Discutindo o assunto, ficou decidido encaminhar experiência à Federação Nacional, contendo ponto de vista do Sindicato e das seguradoras locais, reunido no seguinte:

- 1) Sugerir que a FENASEG encaminhe providencias no sentido de que, ao serem fixados os novos níveis de capitais mínimos para as seguradoras, se atenda, principiamente, à rentabilidade que eles devem proporcionar;
- 2) Sugerir igualmente que questione para que a legislação faça o que os orgaos fiscalizadores mantenham-se atentos a liquidez das sociedades, medida por formula onde inferem os fatores pagamento de sinistros - custo operacional - rentabilidade.
- 3) que a FENASEG propugne junto aos poderes competentes para que os imoveis das seguradoras voltem a ser admitidos sem restrições na cobertura de reservas
- 4) e finalmente, que a FENASEG obtenha a revisão dos dispositivos pertinentes ao praso para cobrança, de modo que o início da cobertura somente se verifique após o pagamento do prêmio.<sup>573</sup>

Além das duas temáticas citadas, ao longo da leitura da documentação, foi possível identificar a vinculação do Sindicato com os contextos regionais e nacionais, bem como com o desenvolvimento da economia local. Em vários anos, é possível encontrar a informação de que a instituição participou das comemorações da Semana da Pátria, como também observar a comunicação direta com o IRB e com a Susep.

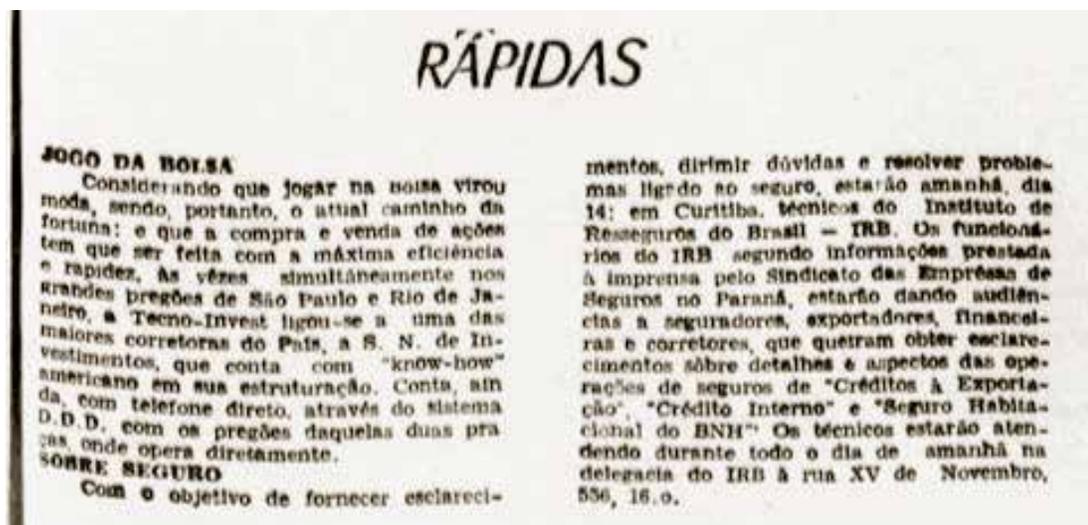
Sobre as relações entre o Sindicato e o IRB, lê-se no jornal *Diário da Tarde* (PR), de 13 de abril de 1971, que “com o objetivo de fornecer esclarecimentos, dirimir dúvidas e resolver problemas ligado ao seguro, estarão amanhã, dia 14, em Curitiba, técnicos do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB”.<sup>574</sup>

Além disso, sabe-se que o Sindicato esteve diretamente vinculado à construção da Cidade Industrial de Curitiba:

Localização – Cidade Industrial – A Comissão Técnica de Seguros Incendio encaminhou a Diretoria o trabalho elaborado por uma sub-co-

<sup>573</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. *Livro de Atas*. Reuniões da Diretoria. 1969 a 1971. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1969-1971, p. 35.

<sup>574</sup> “Sobre Seguro”. In: *Diário da Tarde* (PR). 13 de abril de 1971. Arquivo: Hemeroteca Digital Brasileira.



**Comunicado sobre a presença do IRB em Curitiba. *Diário da Tarde* (PR), 13 de abril de 1971.**

Fonte: *Diário da Tarde*. Hemeroteca Digital Brasileira.

missão sobre a localização da Cidade Industrial em Particular, que aborda todos os aspectos da inconveniente taxaço [...] Foi encaminhado para a Federação Nacional para [ilegível] providenciar que se tornarem necessárias.<sup>575</sup>

Por fim, entre as atas consultadas, há diversas informações acerca do dia a dia do trabalho no Sindicato, sendo que na maior parte das discussões expressas, principalmente nos livros de assembleias gerais, encontram-se informações sobre a regulamentação salarial dos empregados das empresas de seguros; as eleições das diretorias; cartas de companhias informando sobre novos agentes ou o cancelamento de seus exercícios, como também as suas localizações ou mudanças de sede. Isto é, o arquivo presente no Sindseg PR/MS permite inúmeras pesquisas não apenas sobre o seu passado, mas principalmente sobre o mercado segurador paranaense como um todo.

A partir das atas das eleições de diretorias dos anos de 1972, 1975 e 1978, sabemos quais eram as companhias seguradoras associadas que foram votantes nesses anos.

<sup>575</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. *Livro de Atas*. Reuniões da Diretoria. 1975 a 1979. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1975-1979.



**Inauguração da Vila Nossa Senhora da Luz, na região da Cidade Industrial de Curitiba, 1966. Segundo o site da Prefeitura de Curitiba, estiveram presentes o prefeito Ivo Arzua, o governador Paulo Pimentel e o presidente Castelo Branco.**

Fonte: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/especial-vila-nossa-senhora-da-luz-foi-criada-para-201cdesfavelar201d-curitiba>. Acervo: Casa da Memória de Curitiba



## Imagem aérea da Cidade Industrial de Curitiba na década de 1970.

Fonte: <https://www.curitibaantiga.com/fotos-antigas/743/CIC-Cidade-Industrial-de-Curitiba-no-Parana.html>

### ***Cidade Industrial tem visita de securitários***

Encerrando o encontro de Curitiba, comemorativo ao Dia Continental do Seguro, as maiores expressões do setor securitário brasileiro visitaram, quinta-feira pela manhã, a Cidade Industrial de Curitiba, oportunidade em que avaliaram as possibilidades de investimento no Estado e, em especial, na Capital do Paraná.

A visita constou de uma exposição junto ao Núcleo de Implantação, quilômetro 11 da Rodovia do Xisto, realizada pelo presidente da URBS, engenheiro Mechel Woller que na oportunidade, detalhou as seguintes etapas do empreendimento da municipalidade que conta com o decidido apoio do governo estadual. A comitiva teve oportunidade de apreciar um audio-visual sobre a CIC e, posteriormente, percorrer a área de 400 milhões de metros quadrados, 19 milhões dos quais estão reservados à implantação de fábricas e o restante para atender às necessidades de instalação de serviços, habitações e sistema viário, além de áreas verdes.

As maiores autoridades do País no setor de seguros apreciaram também a mini-exposição das 46 empresas em fase de instalação, algumas das quais já em funcionamento que, até o final do próximo ano, renderão aproximadamente 12 mil novas oportunidades de em-

prego.

#### **A COMITIVA**

Além do presidente da URBS, e do senhor Mário Petrelli, presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná, que é também vice-presidente da Atlântica Boavista, a caravana foi composta pelas seguintes pessoas: o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, José Lopes de Oliveira; os diretores daquele Instituto, Cel. Prate de Aguiar e senhor Rui Edevalde Freitas; o superintendente da Susep, Alfeu do Amaral; o presidente do Grupo Santa Cruz (RS), Lauro Sturm; o presidente do Sindicato de Seguros do Rio Grande do Sul, Rui Braga; o presidente do Grupo Segurador Porto Seguro (SP), Abraão Garfunkel; o chefe de gabinete da presidência do IRB, Almirante Novaes; o presidente do Sindicato Segurador de São Paulo, Seraphin Goes; o vice-presidente da Atlântica Boavista, Ephraim Cabral; o presidente da Aliança Piratininga; Lisis Isfer; o vice-presidente da Federação Nacional de Seguros e vice-presidente do grupo financeiro Sul Brasileiro, Mendes Rocha, o membro do Conselho Financeiro do IRB, Egas Santiago, e o presidente da Federação Nacional de Seguros, Raul Telles Rudge.

**“Cidade Industrial tem visita de securitários”. *Diário da Tarde* (PR). 31 de maio de 1975.**

Fonte: *Diário da Tarde* (PR). Arquivo: Hemeroteca Digital Brasileira.

**COMPANHIAS SEGURADORAS ASSOCIADAS AO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E  
CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ DE 1972 A 1978**

1972	1975	1978
A Fortaleza	A Marítima Cia Seguros	A Marítima
A Marítima	Allianz Ultramar Cia. Seg	Adriática
A Patriarca	Americana	Aliança Brasileira
Aliança Br.	Atlantica Cia. Nac. Seguros	Allianz Ultramar
Aliança de Goiás	Bamerindus Comp. de Seguros	Alvorada
Argos Fluminense	Boavista Cia de Seguros de Vida e Acidentes	América do Sul
Assicurazzioni	Brasil Cia. Seg. Gerais	America Latina
Atalaia	Cia Bandeirante de Seguros Gerais	Argos Cia. de Seguros
Atlântica	Cia de Seg. Previdencia do Sul.	Atlântica
Bela Vista	Cia Internacional de Capitalização	Bamerindus Cia. Seguro
Boavista	Cia. Boavista de Seguros	Bandeirante de Seguros
Boavista Seguros de Vida e Acidentes	Cia. de Seg. Delta	Boavista
Borborema	Cia. de Seguros da Bahia	Brasil Cia. de Seguros Gerais
Brasil	Cia. Internacional de Seguros.	Cia de Seg. Sul Americana
Cia Paulista de Seguros	Cia. Piratininga de Seguros	Cia de Seguros Minas Brasil
Cia. de Seguros Mianas Brasil	Cia. União de Segs. Gerais.	Cia de Seguros Previdencia do Sul
Cia. Sol de Seguros	Comercial de Seguros.	Cia. União de Seguros Gerais
Colonial	Federal de Seguros S/A	Cruzeiro do Sul
Columbia	Fortaleza Cia. Nac. Seguros	Federal de Seguros
Comercial de Seg. Gerais	Garantia - União Seg. S/A	Fortaleza
Great American	Generali do Brasil	GB Confiança
Interamericana	Home Mercantil Seguradora S/A	Generali do Brasil
Internacional	Itatiaia Cia. de Seguros	Ilheus
Internacional de Capitalização	Itau Seguradora	Interamericana
Ipiranga	Mauá Cia. Seguros Gerais	Internacional de Capitalização
Itamaraty	Minas Brasil	Internacional de Seguro
Jaraguá	Nacional Brasileiro Cia. de Seguros.	Itatiaia Cia. Seguros
Lince	Nacional Cia. Seguros	Itau Seguradora S/A
Liverpool & London & Globe	Patria Cia. de Seguros	Lloyd Ind. Sul Americana
Lloyd Sul Americana	Phoenix Pernambucana	Nacional Brasil
Mercantil	São Paulo Cia. Nac. de Seguros.	Nacional Cia. Seguros
Mercúrio	Sasse - Com. Nac. Seg. Gerais	Novo Hamburgo
Metropolitana Cia. de Seguros	Seguradora Mineira S/A	Paraná
Miramar	Sul America Seguros de Vida	Paulista
Nacional	Sul America Terrestres	Phenix de Porto Alegre
Nova América	Sul Brasileira. Seguros Gerais S/A	Phoenix Paulista
Nova Pátria	The Home Insurance Company	Piratininga
Novo Mundo	The Motor Union Insurance. Cia. Ltd.	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais
Ouro Verde	Viva Be, Seguradora S.A	Rio Branco
Paraná	Yorkshire Corcovado Cia. Seg.	Santa Cruz
Phoenix Pernambucana		São Paulo Cia. Nacional de Seguros
Previdência do SUI		Sasse - Cia. Nac. Seg. Gerais
Rio Branco		Seg Bras. Motor Union Americana S.A.
Royal Ins.		Seguradora Ind. Mercantil
Seguradora Brasileira		Seguros da Bahia
Seguros da Bahia		Sul América Capitalização
Seguros Porto Alegrense		Sul America Nac. Seg. Vida
Solidez Cia. Nacional		Sul America Seg. Industriais
Sul America Cia. de Segs. de Vida		Sul America Terrestres Marítimos e Acid.
Sul America Terr.		Sul Brasileira
The Home		The Home Insurance
The Motor Union		União Continental de Seguros
Transatlântica		Unibanco Seguradora
União Brasileira		Universal
União Com. e Vida Cia. de Seg.		Yorkshire Corcovado
União de Segs. Gerais		
Vera Cruz		
Yorkshire		

Fonte: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Livro de Atas.** Assembleia Geral. 1959 a 1973. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1959-1973 e Livro de Atas. Assembleia Geral. 1974 a 1986.

## DÉCADA DE 1980

Para entender o contexto dos seguros na década de 1980, é importante lembrar que o Brasil vivia um regime militar desde 1964, que perdurou até 1985. Durante esse período, o Estado teve um papel central na economia, controlando diversos setores, incluindo o mercado de seguros.

Na época, esse segmento era dominado por algumas seguradoras estatais, como a Empresa Brasileira de Seguros (EBES), a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) e a Companhia de Seguros Gerais (CSG). Essas empresas tinham o monopólio de certos tipos de produtos, como o seguro obrigatório de veículos.

No entanto, com o processo de abertura política e econômica que iniciou no final dos anos 1970, o setor começou a passar por mudanças significativas. Em 1984, foi criado o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), com o objetivo de regulamentar e fiscalizar o mercado de seguros. Essa abertura resultou na entrada de novas seguradoras no mercado interno. Seguradoras estrangeiras começaram a operar no país, trazendo consigo novos produtos e serviços. A concorrência aumentou e as seguradoras estatais passaram a enfrentar um cenário mais desafiador.

Durante a década de 1980, os seguros no Brasil ainda eram vistos como um produto para a elite. A maioria da população não tinha acesso a seguros, seja por falta de informação, por questões econômicas ou por falta de cultura de proteção. O seguro de automóveis, por exemplo, era um privilégio de poucos, sendo o seguro obrigatório o mais conhecido e utilizado pela população em geral, o DPVAT, instituído na década anterior.

Além disso, os seguros na década de 1980 não eram tão diversificados como são hoje. Os produtos disponíveis eram limitados e não contemplavam todas as necessidades do mercado. Seguros de vida, seguro residencial e seguro de saúde eram menos comuns e, quando disponíveis, eram geralmente oferecidos por seguradoras especializadas.

Aquele decênio também foi marcado por instabilidades econômicas no Brasil. A inflação era alta e descontrolada, o que afetava diretamente o setor de seguros. As seguradoras tinham que lidar com a desvalorização da moeda e com o desafio de calcular prêmios e indenizações em um cenário de constante mudança. Apesar das limitações, este foi um período importante para o desenvolvimento do setor de seguros. As mudanças regulatórias e a entrada de novas empresas criaram as bases para o avanço do mercado de seguros nas décadas seguintes.

Hamilcar Pizzatto, que presidiu o sindicato de 1981 a 1990, lembra a profissionalização de importante agente deste mercado:

Quando comecei a trabalhar no ramo de seguros, a nossa atividade estava apenas dando os primeiros passos. Mas já existia a figura do subagente que atendia à carteira de acidentes do trabalho e intermediava os seguros gerais. Entre outras atividades, cuidava dos acidentes, encaminhando os acidentes aos médicos, pagando as diárias, despesas de farmácias e hospitais. Com o advento da lei que regulou a atividade do corretor de seguros, aqueles antigos profissionais foram reconhecidos por diploma legal, garantindo-se assim os seus direitos. Em linhas gerais, foi essa uma das origens do profissional que corresponde ao corretor de seguros dos nossos dias. Sempre que posso, destaco o valor da assessoria de um corretor de seguros.<sup>576</sup>

<sup>576</sup> PIZZATTO, Hamilcar. Trabalho com seguros há 46 anos. *Revista de Seguros*, v. 66, n. 776, jul./ago. 1987, p. 41.

Ou seja, o mandato de Pizzatto frente ao sindicato dialogava diretamente com os desafios da década de 1980, sobretudo no tocante às transformações do ambiente do mercado de seguros. Além da regulação da atividade do corretor de seguros, a preparação para a abertura do cenário dos seguros para as empresas de fora do Brasil, consolidada na década de 1990, já estava no horizonte de debate do sindicato.

## HAMILCAR FRUET PIZZATTO

Ligado ao Banco Bamerindus, Hamilcar Fruet Pizzatto foi presidente do Conselho de Administração da entidade e representava o Paraná na FENASEG.



**Hamilcar Pizzatto.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

### DIRETORIA 1981-1984-1987

- Presidente: Hamilcar Pizzatto
- Vice-Presidente: José Maciel de Miranda
- Secretário: Eduardo G. Peres
- Tesoureiro: José Luiz L. de Souza
- Diretor Procurador: José Cassiano Gomes dos Reis Jr.
- Suplentes da Diretoria: Amaury Nogueira Freire Gameiro, José Alberto Krueger, Luiz Fernando Rocha Miranda, Benedito Furquim Vaz e Ariel Strube
- Membros do Conselho Fiscal:
  - Efetivos: Anajê Pereira Falcão, Wilton Mesquita Kuster e Joaquim Machado
  - Suplentes: Aloar Gerson Brenner, Léo Alceu Hatschbach e Valdemiro Bazan
- Representantes junto à Federação:
  - Efetivos: Hamilcar Pizzatto e Mário José Gonzaga Petrelli
  - Suplentes: José Márcio Peixoto e Joaquim Garcia de Campos

Na Ata Geral de posse dessa diretoria, realizada em 23 de junho de 1981, foram relatados os feitos da última gestão, os quais, narrados por José Maciel de Miranda, seriam:

[...] discorreu ligeiramente sobre as atividades da gestão 1978/1981, informando que as principais a citar são a instalação do Auditório, com recursos financeiros da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, com empenho junto á mesma do senhor Hamilcar Pizzatto para obtenção dos recursos, a realização de diversos Cursos de Seguros, ou seja um de Corretores de Seguros, um Básico de Seguros Incendio e dois de Relação de Sinistros Incêndio e Lucros Cessantes. Informou também que em fase dos Estatutos e de falecimentos, a Diretoria ficou esfacelada, chegando ao seu termino com somente três dos seus integrantes. Regozijava-



**Posse da Diretoria da Federação Nacional de Seguros Privados no Rio de Janeiro. Da esquerda para a direita, Victor Arthur Renault (presidente), Ernesto Albrecht (presidente do IRB) e Hamilcar Pizzatto (1º Secretário).**

Fonte: Jornal Diário da Tarde (PR), 16 de abril de 1983. Hemeroteca Digital Brasileira.

-se com a volta ao convívio sindical dos senhores Amaury Freire Gameiro e José Alberto Krueger, impedidos de continuarem naquela Directoria na forma estatutária.

[...]

A nossa preocupação primária se fundamenta na necessidade de maior entrosamento da classe. Seria altamente se este Sindicato se transformasse num foro de debates e que à luz da livre discussão brote uma nova fase marcada pelo trabalho sadio e o concurso de todos. [...].<sup>577</sup>

Em seguida, após essa introdução realizada pelo vice-presidente, Hamilcar Pizzatto realizou um longo discurso acerca de seu apreço ao mercado de seguros e de suas vontades em impulsionar positivamente o Sindicato e suas ações, principalmente de forma a realizar a união da classe, juntamente da democracia que começava a florescer novamente no país. Aqui vemos um pequeno trecho de sua fala:

[...] Precisamos, sem medir esforços, lutar pelo regime de livre iniciativa, a fim de que as lideranças melhor se conscientizem do seu papel no seio da sociedade, e possamos erguer uma nação cujos fundamentos estejam alicerçados nos benefícios da democracia pluralista, na qual se preservem as leis do mercado.

A magnitude da realidade brasileira nos conduz a uma série de raciocínios, naturalmente com base nas prováveis mutações da economia ... desejamos que o Brasil saír-se-a dessa fase e fortalecido para novos estágios de progresso.

Como homens de seguros e empresários, que somos, temos por obrigação e interesse cooperar sistematicamente no treinamento e formação de profissionais exímios que deem ao mercado maior vitalidade e as empresas a prosperidade almejada.<sup>578</sup>

<sup>577</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. Livro de Atas. Assembleia Geral. 1974 a 1986. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1974-1986, p. 48.

<sup>578</sup> Ibidem.

**É na hora  
de utilizar o seguro  
que o segurado  
da Itaú Seguradora  
conhece o bom corretor.**

**Itaú Itaú Seguradora**

Anúncio da Itaú Seguradora na Revista de Seguros (RJ). Novembro de 1979.



**Segure seus amores.**

Você trabalha e contribui é um viciado.

Sua mulher e seus filhos contam com você. Podem contar com você. E você, conta com quem?

A Atlântica-Boavista lhe dá a tranquilidade de também poder contar com alguém.

Entre, com sua família, no círculo de proteção da Atlântica-Boavista.

As pessoas que você ama terão o seu apoio para sempre.

**Segure tudo que você ama.**

A Atlântica-Boavista lhe dá estas 7 garantias:

1. Rapidez no pagamento de indenizações. Na Atlântica-Boavista todos é mais fácil.
2. Tranquilidade. A solução de um dia, mesmo pagamento de indenizações.
3. Experiência profissional para lidar com os casos. Corrente permanente de especialistas.

**Atlântica-Boavista Seguros**

Associação de Boavistas

Anúncio da Atlântica Boa Vista Seguros na Revista de Seguros (RJ). Novembro de 1979.

**Vender seguro é uma das mais gratificantes atividades humanas.**

*Quem entra na atividade de seguro, nunca mais sai dela. De todas as vendas é a que gratifica mais. Pois quando um segurado ou sua família recebe sua indenização, diminuindo o prejuízo que o acaso provocou, o corretor se sente responsável por isso, gratificado pelo trabalho que teve, pelo tempo gasto em explicações, pelas inúmeras visitas feitas. O corretor de seguros duvida de qualquer outro tem sempre a certeza de que, sem ele, o prejuízo seria maior.*

**CS Companhia Internacional de Seguros**

Anúncio da Sul América Seguros na Revista de Seguros (RJ). Novembro de 1979.

**O corretor de seguros se preocupa com o futuro da sua família tanto quanto você.**

O Corretor de Seguros acredita em seguro para a família. Ele conhece quem se preocupa com o futuro da família e em todos os aspectos tem melhores explicações. Porque o Corretor de Seguros sempre está ao seu lado. De se preocupar com você. Ele está pensando no seu futuro.

Se quiser mais apoio para trabalhar e vida mais confortável com filhos de aluguel para a família, e em todos os aspectos tem melhores explicações. Porque o Corretor de Seguros sempre está ao seu lado. De se preocupar com você. Ele está pensando no seu futuro.

**SUL AMÉRICA SEGUROS**



Anúncio da Sul América Seguros na Revista de Seguros (RJ). Jun./Jul. de 1985.

**A SUL AMÉRICA SEGUROU A VOLTA DE ZICO.**

**10**

**AGORA NINGUEM SEGURA A ALEGRIA DESSE POVO.**



Anúncio da Sul América Seguros na Revista de Seguros (RJ). Jun./Jul. de 1985.

# O QUE É BOM DURA MUITO.

Desde a sua fundação, em 1870, a Aliança da Bahia, se dedicou integralmente a uma única atividade: seguros. É para manter o sucesso durante todo esse tempo, num mercado dinâmico como o brasileiro, é preciso muita agilidade.

Com a Aliança você tem a mais completa assistência e orientação em todo o território nacional. E, além do conhecimento técnico para avaliar com precisão os vários tipos de riscos, você sempre dispõe de atendimento imediato em qualquer sinistro.

Na hora de fazer seguro, conquiste mais de 115 anos de experiência, tradição e eficiência. Consulte seu corretor. Ele lhe dirá quem somos.



**ALIANÇA DA BAHIA**  
Segurança desde 1870

Anúncio da Aliança da Bahia na Revista de Seguros (RJ). Jun./Jul. de 1985.



## TRABALHO COM SEGUROS HÁ 46 ANOS. POSSO DIZER QUE CADA VEZ MAIS É IMPORTANTE A ASSESSORIA PROFISSIONAL DO CORRETOR NA HORA DE SE CONTRATAR O SEGURO.

**Bamerindus Seguros**  
GENTE DE CONFIANÇA

Anúncio da Bamerindus Seguros na Revista de Seguros (RJ). Jul./Ago. de 1987.



## COM SOLUÇÕES INSPECT, NINGUÉM FICA DESPREVENIDO NA HORA DE TRANSPORTAR.

Transporte seguro é sempre mais tranquilo quando ele se tem segurança sobre o assunto.

Até mesmo as empresas que já possuem uma boa experiência precisam de uma assessoria especializada para tirar suas dúvidas em relação a esse tipo de problema.

É aí que melhor do que contar com os serviços do Grupo Inspect.

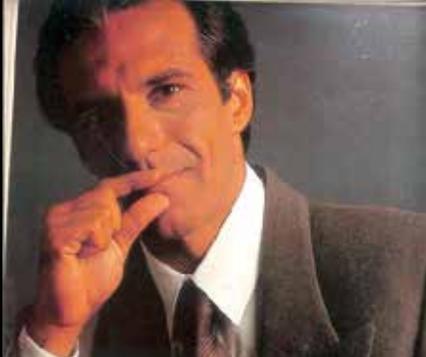
Siga você faz o curso de transporte - Perícia, sinistro, sinistro de auto - o Grupo Inspect está apto a fazer qualquer perícia e regularização.

de trânsito. Além disso, planeja e acompanha as operações de carga, descarga, armazenamento, transporte, embalagem e destinação sobre as áreas, a fim de reduzir o risco de acidente.

É com esse apoio técnico, o Grupo Inspect proporciona aos seus clientes um serviço de excelência, baseado em ética, honestidade e eficiência.

CONTO INSPECT  
Perícia em soluções

Anúncio da Inspect Consultoria e Peritagens na Revista de Seguros (RJ). Jul./Ago. de 1987.



## Como vender seguros sem dizer uma única palavra.

No dicionário há uma palavra que traduz com absoluta fidelidade a relação que existe entre o Corretor de Seguros e seu Cliente: Confiança.

O Cliente confia que seu Corretor irá sempre propor o seguro mais adequado, mais ajustado à cada necessidade.

É o Corretor confia que o segurador por ele indicado possui e vai honrar todos os compromissos contratados.

Investido confiança e respeito em know-how técnico e recursos humanos, a Bradesco Seguros consegue estabelecer realmente essa Confiança.

No Corretor de Seguros que oferece, assim como no Cliente a sua confiança.

É, nessa relação assim, você pode vender seguros sem dizer uma única palavra.

[Assinatura] e o anal Bradesco

**BRADESCO**  
SEGUROS

Anúncio da Bradesco Seguros na Revista de Seguros (RJ). Jul./Ago. de 1987.

## DIRETORIA 1987-1990

- Presidente: Hamilcar Pizzatto
- Vice-Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho
- Secretário: Armin Frentzel
- Tesoureiro: Wilton Mesquita Kuster
- Diretor Procurador: Amaury Nogueira Freire Gameiro
- Suplentes da Diretoria: Joaquim Garcia de Campos, Aloar Gerson Brenner, Antônio Carlos Fleury de Campos Lima, Léo Alceu Hatschbach e Custódio de Ferreira Bandeira Neto
- Membros do Conselho Fiscal:
  - Efetivos: Valdemiro Bazan, Benedito Furquim Vaz e Ely Roberto de Camargo
  - Suplentes: Luiz Fernando Rocha Miranda, Eduardo Azevedo e Ari Medeiros
- Representantes junto à Federação:
  - Efetivos: Hamilcar Pizzatto e Gabriel Portella Fagundes Filho
  - Suplentes: José Márcio Peixoto e José Alberto Krueger

Além da instituição da profissão do corretor de seguros, houve um aumento significativo no pagamento de prêmios. A década de 1970 terminou com prêmios em torno de US\$ 3 bilhões, enquanto os anos 1980 somaram cerca de US\$ 5 bilhões. Esse crescimento é essencialmente uma mudança no perfil das carteiras de seguros das empresas.

Anteriormente, as companhias de seguros dependiam dos prêmios ganhos com seguros comerciais e de automóveis, mas o advento do seguro saúde e o aumento da produção doméstica de automóveis impulsionaram suas movimentações financeiras. Isso sem dúvida causou essa curva durante o milagre negativo da segunda grande crise do petróleo daquele período.

Diante do momento complexo que o país atravessava, o ex-presidente da Fenaseg, Carlos Motta (1996), relembra que:

De qualquer maneira, tendo a inflação chegado aos níveis altos que atingiu nesse período, foram permitidas, com a extensão do processo de indexação, as indenizações, e isso trouxe ao consumidor a possibilidade de adquirir mais o produto seguro. A inflação, corroendo, como corroía, o valor das indenizações, fazia com que o consumidor do produto seguro deixasse de adquiri-lo, pelo ridículo que representava uma indenização corroída. Com a indexação, de prêmios e indenizações, o consumidor adquiriu mais confiança. De modo que, se eu posso atribuir a alguma coisa esse aumento do volume de prêmios, há de ser, com toda a certeza, à diversificação das carteiras de seguros e à extensão ao contrato de seguro privado do elemento e fator indexação. Eu acho que a década de 80 tem essa característica de maior importância para o mercado de seguros. Importante, mesmo, para o país e para o mercado brasileiro de seguros, é a década de 90.<sup>579</sup>

<sup>579</sup> MOTA, Carlos Frederico Lopes da. **Depoimento**: 1996. Rio de Janeiro, CPDOC; Fundação Escola Nacional de Seguros, 1997.

Apesar de frutífera, a década de 1980 se encerra com um projeto de desafio, tanto no aspecto da política nacional, da economia e, principalmente, do mercado de seguros, que enfrentaria a globalização presente em território nacional. Mas quais seriam as mudanças que o Sindseg PR/MS visualizaria na próxima década?

## O QUE AS FONTES CONTAM?

As atas referentes às reuniões e assembleias dos anos de 1980 trazem, em sua maioria, informações sobre coletivas de trabalho, acordos salariais entre o sindicato patronal e o sindicato dos empregados das empresas de seguros, revisões orçamentárias e eleições da diretoria. Não obstante, diversos cursos também foram ofertados nesse período e são conhecidos por meio dessa documentação, entre eles estão:

- Cursos de Corretores em Curitiba, Londrina e Cascavel;
- II Curso de Instrução Programada – Fenaseg;
- Curso para Habilitação de Corretores de Seguros;
- Curso de Seguro Transporte;
- Curso de Seguro Incêndio, de Pessoas e Riscos de Engenharia;
- Curso Preparatório de Comissário de Avaria;
- Curso de Seguro de Riscos de Engenharia;
- Curso de Aperfeiçoamento de Técnica de Detecção de Veículos Automotores Furtados/Roubados.

No jornal *Diário da Tarde* de 18 de abril de 1983, foi noticiado sobre o curso de corretor de seguros ofertado pelo Sindicato:

### Curso a corretor de seguro

Compreendendo 13 matérias distintas, distribuídas em 206 aulas, além de 10 palestras, o Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização no Estado do Paraná e o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná realizarão o curso para habilitação de corretores de seguros. O início das aulas ocorrerá no dia 25 de abril próximo, na sede do Sindicato das Empresas, à rua Monsenhor Celso, 225, onde os interessados poderão efetuar suas inscrições.

O curso é efetuado através do convênio com a Fundação Escola Nacional de Seguros objetiva formar, de forma adequada, conhecimentos especializados de seguros, em seus vários ramos e modalidades, possibilitando aos aprovados habilitar-se a exercer a profissão de corretor de seguros, que é regulada em leis especiais. Ao final, o candidato estará apto a analisar as características dos diferentes ramos do seguro, a situação de risco do segurado, interpretar condições da apólice de seguro, aplicar disposições tarifárias, orientar o segurado quanto ao risco, às condições da apólice e assessorar o segurado quando da ocorrência do sinistro.

No ato da inscrição será cobrada uma taxa de Cr\$32.200,00, que poderá ser dividida em duas parcelas e os candidatos serão divididos

em duas turmas, uma pela manhã e a outra, à noite. Aos interessados é exigida idade mínima de 18 anos, conclusão do 1º grau (antigo ginásial) ou inscrição como preposto de corretor de seguros e apresentar atestado de que está em efetivo exercício há mais de um ano; fotocópia de carteira de identidade e título de eleitor e três fotos 3x4, recentes.<sup>580</sup>

Enquanto isso, o Curso de Aperfeiçoamento de Técnica de Detecção de Veículos Automotores Furtados/Roubados, em especial, foi criado na década de 1980, visto, segundo as atas, o estado do Paraná possuir um dos maiores índices de roubos e furtos de veículos no Brasil.

Carta da Federação Nacional informando que segundo consta, o Estado do Paraná ostenta um dos maiores índices de roubos e furtos de veículos em todo o País [...]. Sugere que este Sindicato entre em contato com a Secretaria de Segurança Pública nesse Estado no intuito de obter informações sobre as perspectivas que tem as autoridades a respeito de futuros índices.<sup>581</sup>

Diante dessa situação, além da criação do curso citado, o Sindicato também constituiu uma Comissão Especial para analisar o roubo de veículos no estado. Realizou, também, um fórum de debates sobre Seguro e Segurança de Veículos e Cartas, com a colaboração da Secretaria de Segurança Pública.



**Sérgio Ribeiro e Hamilcar Pizzatto na XIII Conseg. Revista de Seguros (RJ), nov./dez. 1988.**

Fonte: Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1691\\_-\\_revista\\_de\\_seguros\\_-\\_novemb](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1691_-_revista_de_seguros_-_novemb). Acesso em: 08 out. 2023.

<sup>580</sup> CURSO a Corretor de Seguro. *Diário da Tarde* (PR), 18 abr. 1983. Arquivo: Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>581</sup> SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. *Livro de Atas*. Reuniões da Diretoria. 1980 a 1983. Curitiba: Sindseg PR/MS, 1980-1983, p. 15.

Assim como nas décadas anteriores, nos anos 1980 o Sindicato continuou suas relações com a Fenaseg, IRB e outras organizações de seguro nacionais. Isso principalmente por Hamilcar Pizzatto ser um nome ativo na Fenaseg, ocupando os cargos de secretário e vice-presidente. Na *Revista de Seguros* (RJ) seu nome é lembrado junto aos eventos da Federação, sendo veiculado, por exemplo, na XIII Conferência Brasileira de Seguros Privados e de Capitalização (Conseg-RJ).

Pizzatto incrementando a política da Fenaseg

Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do no Estado do Paraná, diretor da Bamerindus Companhia de Seguros, Hamilcar Pizzatto, que também é um dos vice-presidentes da Fenaseg, responderá, ao lado de um outro vice da entidade, Oswaldo Continentino de Araújo, pela incrementação da parte política e de lobby da Federação do mercado segurador.

Para desenvolver seus planos, nenhum tema discutido no Legislativo, quer seja nas esferas federal quanto Estadual, poderá passar despercebido por parte dos lobistas das várias afiliadas da Fenaseg, a quem caberá a coordenação da atividade de lobby, podendo, inclusive, a entidade delegar poderes para escritórios especificamente contratados com essa finalidade.

Em matéria de projetos estudados nas comissões preliminares, e que serão submetidos ao crivo do Congresso Nacional, ele recomenda que haja acompanhamento de sua tramitação pelos lobistas profissionais a fim de que seja sustentada a opinião da Fenaseg sobre os temas.

Quanto ao relacionamento com entidades nacionais, tarefa a ser capitaneada por Pizzatto em conjunto com os diretores da Fenaseg, ele julga ser interessante manter um calendário de reuniões trimestrais dos diretores da Fenaseg com presidentes da Fenacor e dos Sindicatos dos Corretores, com vistas a buscar melhorias de cunho operacional, técnico e legal, inclusive em termos de novos produtos.

No mais, Pizzatto entende que, caso existam recursos disponíveis, a Fenaseg deverá manter reuniões com Federações da Indústria, do Comércio, da Agricultura, com a finalidade de divulgar a importância do seguro junto aos empresários de diversas atividades, o que deverá facilitar sua incursão no meio empresarial.

Nesse período, em fins dos anos de 1980, o Paraná também é lembrado na *Revista do IRB*, por possuir uma delegacia regional do instituto:

As Delegacias Regionais

Curitiba

Em 23 de julho de 1947, através da Circular nº 1.430, o então Presidente do IRB, General João de Mendonça Lima, comunicava ao mercado segurador brasileiro ‘a criação da Representação do IRB na cidade de Curitiba, com jurisdição sobre os Estados do Paraná e Santa Catarina [...].

A representação pôde acompanhar a evolução do progresso na região, que era dedicada principalmente à agricultura e pecuária, onde destacavam-se a cultura do café, erva-mate e extração de madeira

(Araucária – símbolo do Paraná).  
Existem hoje novas e modernas estradas  
asfaltadas, suficientes usinas hidrelétricas  
onde destacamos a maior (quando con-  
cluída) e mundialmente famosa – a Itaipu  
Binacional –, construída próxima às mais  
formosas e universalmente conhecidas Ca-  
taratas do Iguaçu.

[...]

Na jurisdição estão sediadas sete matrizes  
de seguradoras e agências e sucursais de  
quase todas as que operam no País, e os prê-  
mios arrecadados em todos os ramos dão  
aos dois Estados [PR e SC] o terceiro lugar  
em nível nacional.

A Delegacia, além de regulação de sinistros  
e taxação de alguns riscos, tem a seu cargo  
a inspeção de cerca de 350 riscos, a grande  
maioria vultuosos.

Dos 16 municípios enquadrados na Classe  
1 de localização, 3 estão em sua jurisdição;  
dos 55 da Classe 2 temos 11 e finalmente dos  
67 da Classe 3, 16 estão nesta região.

Luiz A. Gomes da Silva  
Delegado do IRB em Curitiba.<sup>582</sup>

Conforme visto nas seções antecedentes, nas décadas anterio-  
res era possível saber quais eram as companhias associadas ao  
Sindicato a partir das atas de eleição de diretoria. Na década de  
1980, no entanto, essas informações existem apenas nos anos  
de 1981, 1983 e 1984. Conforme podemos observar na tabela a  
seguir, houve diversificação no quadro de associadas ao Sindi-  
cato, sintoma da abertura política e econômica iniciada no país.

## Pizzatto incrementando a política da Fenaseg

**P**residente do Sindicato das  
Empresas de Seguros Priva-  
dos e Capitalização no Estado do  
Paraná, diretor da Bamerindus  
Companhia de Seguros, Hamilcar  
Pizzatto, que também é um dos vice-  
presidentes da Fenaseg, responde-  
rá, ao lado de um outro vice da enti-  
dade, Oswaldo Continentino de  
Araújo, pela incrementação da parte  
política e de lobby da Federação do  
mercado segurador.



**Excerto da reportagem:  
“Pizzatto incrementando a  
política da Fenaseg”. Revista  
de Seguros (RJ), julho 1989.**

Fonte: Disponível em: [https://issuu.com/  
confederacaocnseg/docs/t1691\\_-\\_revista\\_de\\_  
seguros\\_-\\_novemb](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1691_-_revista_de_seguros_-_novemb). Acesso em: 08 out. 2023

<sup>582</sup> AS DELEGACIAS regionais. **Revista do IRB**. jan./mar. 1989. Disponível em: [https://issuu.com/  
confederacaocnseg/docs/t4643-revista\\_do\\_irb\\_jan\\_mar\\_1989](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t4643-revista_do_irb_jan_mar_1989). Acesso em: 09 out. 2023.

**COMPANHIAS SEGURADORAS ASSOCIADAS AO SINDICATO DAS  
EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ DE 1981 A 1984**

1981	1983	1984
<p>A Marítima Companhia de Seguros Gerais                      Ajax Companhia Nacional de Seguros                      Allianz - Ultramar Cia. de Seg.                      America Latina Cia. Segs.                      American Home Insurance                      Argos Cia. de Seguros                      Atlantica                      Bamerindus Cia. de Seguro                      Banreal Seguradora S/A                      Boa Vista Cia. de Seg. de Vida e Acid.                      Brasil Cia de Seguros Graís                      Capemi Seguradora S.A.                      Cia Boavista de Seguros                      Cia de Seg Cruzeiro do Sul                      Cia Internacional de Seguros                      Cia Seguros Previdencia do Sul                      Cia União Continental Seguros                      Cia. Adriatica de Seguros                      Cia. Bandeirante Seguros                      Cia. de Seg. Mar e Te. Phenix de Porto Alegre                      Cia. de Seguros Aliança da Bahia                      Cia. de Seguros America do Sul Yasuda                      Cia. de Seguros da Bahia                      Cia. de Seguros Inter-Atlântico                      Cia. de Seguros Minas Brasil                      Cia. Patrimonial de Seguros                      Cia. Paulista de Seguros                      Cia. Renascença de Seguros                      Cia. Sol de Seguros                      Cia. União de Seguros Gerais                      Comind Cia. de Seguros                      Concordia Cia. de Seguros                      Farrroupilha Cia. Nac. de Seguros                      Finasa Seguradora S.A.                      Fortaleza Cia. Nac. de Seguros                      GB Confiança Cia. de Seguros                      Generali Cia. Nac. Seguros                      Gerling Sul America S.A. - Seg. Ind.                      Hannover Internacional de Seguros                      Haspa S.A. de Capitalização                      Interamericana Cia. Seguros Gerais                      Itatiaia Cia. de Seguros                      Itau Seguradora S.A.                      Lloyd Ind. Sul Americano                      Mauá Cia. de Seguros                      Motor Union Americana                      Nacional Cia. Seguros                      Noroeste Cia. de Seguros                      Novo Hamburgo cia. de Seg. Gerais.                      Paraná                      Patria Cia. Brasil. de Seguros                      Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais                      Prudential Atlântica Cia. Nac. de Seg.                      Rio Branco Cia. de Seguros Gerais                      Santa Cruz Cia. de Seguros Gerais                      São Paulo Cia. Nac. de Seguros                      Sasse Cia. Nacional de Seguros Gerais                      Seguradora Ind. Mercantil                      Sul America Capitalização S.A.                      Sul America Cia. Nac. de Seguros                      Sul America Terr. Marit. e Ocidentes                      Sul Americana Ind. S/A                      Sul Brasil Seguros                      Sul Brasileiro Segs. Gerais                      The Home Insurance Company                      Unibanco Seguradora S/A.                      Vera Cruz - Seguradora S.A.                      Yorkshire Corcovado Cia. de Seguros</p>	<p>A Marítima Cia. de Segs. Gerais.                      Ajax Cia. Nacional de Segs.                      Aliança Ultramar                      America do Sul Yasuda                      América Latina                      American Home Assurance Co.                      Argos Cia. de Segs.                      Atlantica Cia. de Seguros                      Bamerindus Cia de Segs.                      Boa Vista – Cia. Seg Vida                      Brasil Cia. de Seguros                      Cammino Cia. de Segs                      Cia Internacional de Seguros                      Cia Real Brasileira Cias de Segs.                      Cia Renascença                      Cia Sol de Seguros                      Cia. Adriatica de Seguros                      Cia. Bandeirante de Seguros                      Cia. de Seguros Aliança da Bahia                      Cia. Paulista de Segs.                      Capemi Seguradora                      Farrroupilha                      Finacial Seguradora S/A                      Fortaleza                      Generali Do Brasil CIA Seguros                      Gerling Sul América                      Hannover Internacional de Seguros                      InterAmericana Cia de Segs.                      Itatiaia Cia. de Seguros                      Itau Seguradora                      Minas Brasil                      Motor Union-America                      Nacional Cia de Seguros                      Noroeste Cia. de Seguros                      Novo Hamburgo Cia de Segs.                      Paraná Cia de Seguros                      Patria Cia. de Seguros                      Phenix Porto Alegre                      Porto Seguro                      Prudential                      Rio Branco Cia. de Seguros                      São Paulo Cia Nacional de Segs.                      Seguradora Industrial e Mercantil                      Skandia Boa Vista                      Sul América Capitalização                      Sul América Industrial                      Sul América Terrestre                      Sul América Vida                      União Continental                      Yorkshire Corcovado Cia de Segs.</p>	<p>A Marítima Companhia de Seguros Gerais                      Ajax Cia Nacional de Seguros                      Allianz. Ultramar Cia de Seguros                      America Home Assurance Co.                      America Latina Cia. de Seguros                      Argos Cia. de Seguros                      Atlantica Cia. Nacional de Seguros                      Bamerindus Cia de Seguros                      Banorte Seguradora S.A.                      Boavista Cia. de Seg. de Vida e Ac.                      Bradesco Seguros S.A.                      Brasil Cia. de Seg. Gerais                      Capemi Seguradora S.A.                      Cia Adriática de Seguros                      Cia de Seguros America do Sul Yasuda                      Cia de Seguros da Bahia                      Cia de Seguros Minas Brasil                      Cia de Seguros Previdência do Sul                      Cia de Seguros Rio Branco                      Cia Internacional de Seguros                      Cia Real Brasileira                      Cia. de Seg Aliança de Bahia                      Cia. de Seg. Phenix de Porto Alegre                      Cia. de Seguros do Estado de São Paulo                      Cia. Paulista de Seguros                      Cia. União de Seg. Gerais                      Commind Cia. de Seguros                      Concordia Cia. de Seguros                      Cruzeiro do Sul                      Finacial Seguradora S.A.                      Finasa Seguros S.A.                      Fortaleza Cia. Nacional de Seg.                      G.B. Confiança Cia. de Seguros                      Generali do Brasil Cia. de Seg.                      Gerling Sul America S.A                      Hannover - Internacional de Seg. S.A.                      Interamerica Cia. de Seguros                      Itatiaia Cia. de Seguros                      Itau Seguradora S.A.                      Motor Union Americana                      Nacional Companhia de Seguros                      Noroeste Companhia de Seguros                      Novo Hamburgo Cia de Seg Gerais                      Paraná Cia Seguros Geraes                      Patria Cia. Brasileira de Seguros                      Porto Seguro Cia. de Seg. Gerais                      Prudential - Atlântica Cia. de Seg.                      Safra Seguradora S.A.                      Santa Cruz Cia. de Seg. Gerais.                      São Paulo Cia Nacional de Seg.                      Sasse Cia Nacional de Seg Gerais                      Seguradora Industrial Mercantil                      Skandia Boavista Cia Bras. de Seg.                      Sul America Bandeirante Seg.                      Sul America Capitalização                      Sul America Seg. Ind. e Com.                      Sul America Terr. Mar. e Ac.                      Sul America Unibanco Seg. S.A.                      Sul Americana Industrial                      Sul Brasil de Seguros                      Sul Brasileiro de Seg Gerais S.A.                      União Continetal de Seg.                      Vera Cruz Seguradora S.A.                      Yorkshire - Corcovado Cia. de Seguros</p>

Fonte: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. Livro de Atas. Assembleia Geral. 1974 a 1986. Curitiba: Sindseg PR/MS.

## DÉCADA DE 1990

A década de 1990 foi marcada por importantes transformações no cenário econômico brasileiro e o setor de seguros não ficou imune a essas mudanças. Nesse período, o Brasil vivenciou um intenso processo de abertura econômica e de modernização de suas instituições financeiras.

Até então, o mercado de seguros no Brasil era altamente regulado e dominado por algumas poucas empresas estatais. A abertura econômica e as políticas de privatização implementadas nessa década trouxeram novos atores para o setor, estimulando a concorrência e ampliando a oferta de serviços de seguros. Este movimento de abertura de novas empresas internacionais já havia se iniciado na década de 1980, conforme apontado.

Com a abertura do mercado, houve aumento significativo na variedade de serviços e produtos aos consumidores. Além dos tradicionais seguros de vida, saúde, automóveis e residenciais, surgiram novos tipos de cobertura, como os seguros de responsabilidade civil, de garantia estendida, de proteção financeira e de riscos cibernéticos. Isso proporcionou aos brasileiros a oportunidade de proteger uma gama mais ampla de ativos.

Outro fator importante foi o avanço da tecnologia, que começou a ser mais explorada pelas seguradoras. A década de 1990 foi marcada pelo aumento do uso de computadores e pela expansão da Internet, o que possibilitou às seguradoras a adoção de sistemas mais eficientes de gestão e de comunicação com os clientes. A informatização dos processos trouxe maior agilidade na contratação e na regulação dos sinistros, melhorando a experiência dos segurados.

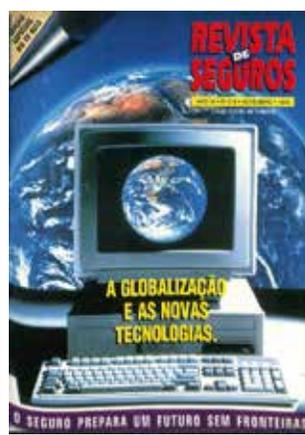
No entanto, apesar dos avanços, o mercado de seguros ainda enfrentava desafios significativos. A cultura do seguro no Brasil não era tão desenvolvida como em outros países, e muitos brasileiros ainda não tinham o hábito de possuir apólices para proteger seus bens e suas vidas. Além disso, a falta de educação financeira dificultava a compreensão dos produtos e dos benefícios oferecidos pelas seguradoras.



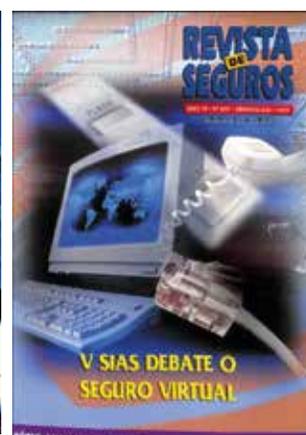
Capa da Revista de Seguros (RJ), jul./ago. 1991.



Capa da Revista de Seguros (RJ), nov./dez. 1992.



Capa da Revista de Seguros (RJ), nov. 1996.



Capa da Revista de Seguros (RJ), abr./mai./jun. 1998.

Fonte: **Revista de Seguros**. Disponível em: <https://issuu.com/confederacaocnseg>. Acesso em: 09 out. 2023.

Foi também ao longo dos anos 1990 que houve um esforço coletivo entre os países do Cone Sul para tentar discutir formas semelhantes de se operar o mercado segurador nesta região. Esse empreendimento ficou conhecido como Mercoseguro e o Sindseg PR/MS foi um importante participante de suas comissões, as quais buscavam compreender as principais diferenças entre Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, e propor condições semelhantes para o setor de seguros nessas nações.

Destaca-se aqui o ano de 1993, quando em novembro houve o “IV Encontro de Seguradores e Resseguradores no Mercosul em Curitiba”, o qual possuía como principais objetivos apontar as diretrizes para a consolidação do Mercoseguros e formular recomendações ao levar em consideração as legislações de cada país, bem como os encargos sociais e trabalhistas específicos.

Para esse encontro foram constituídas cinco comissões e, de acordo com o que se lê na *Revista de Seguros*,<sup>1</sup> essas se ocupavam das seguintes temáticas:

- aspectos jurídicos, fiscais e trabalhistas;
- aspectos técnicos da operação;
- condições de acesso;
- o mercoseguros e o conhecimento;
- aspectos técnicos e possíveis acordos imediatos.

<sup>1</sup> *Revista de Seguros*, jan./fev. 1993. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1780\\_-\\_ano\\_74\\_jan.fev.\\_n\\_803\\_1993](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1780_-_ano_74_jan.fev._n_803_1993). Acesso em: 24 out. 2023.

## Principais assimetrias dos mercados do Cone Sul

**ARGENTINA** — possibilidade de as autoridades competentes determinarem o fechamento de mercado, caracterizado pela suspensão de novas autorizações para instalação de novas seguradoras.

**OBS.** Os níveis de capital mínimo exigido e as formas jurídicas admitidas para a constituição de seguradoras são diferentes nos quatro países.

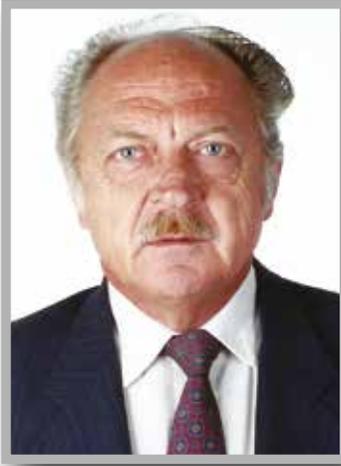
**BRASIL** — Limite de participação de capital estrangeiro nas seguradoras em 33% das ações com direito a voto e 50% do capital total.  
— Regime de monopólio no resseguro.

**PARAGUAI** — Regime discricionário para a autorização de abertura de novas seguradoras.  
— Possibilidade de autoridades de controle determinarem o fechamento do mercado.

**URUGUAI** — Proibida a instalação de novas seguradoras.

### Assimetrias dos mercados do Cone Sul.

Fonte: Revista de Seguros, jan./fev. 1993.



## ARMIN FRENTZEL

Em 1991, Armin Frentzel, assumiu o Sindseg, ficando a frente da instituição até 1993.

Frentzel era alemão radicado no Brasil e trabalhava no ramo de seguros desde 1964.

Começou sua carreira na Boa Vista Companhia de Seguros de Vida, que foi incorporada pela Atlântica em 1971. Em 1984, com o controle do Grupo Bradesco sobre a Atlântica-Boa Vista, Armin Frentzel entrou para a instituição e se tornou diretor da Bradesco Seguros no Paraná.

### Armin Frentzel.

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

## GESTÃO 1991-1993

- Presidente: Armin Frentzel
- Secretário: Wilton Mesquita Kuster
- Tesoureiro: José A. Santa Ritta Rocha
- Diretor Procurador: Aloar Gerson Brenner
- Suplentes da Diretoria: Benedito Joaquim Vaz, Valdemiro Bazan, Antônio Carlos Fleury de Campos Lima, Joaquim Garcia de Campos e Ely Roberto de Camargo
- Membros do Conselho Fiscal:
- Efetivos: Léo Alceu Hatschbach, Ari Medeiros e Henrique Moraes Afonso
- Suplentes: Dastro José de Pádua Dutra, Zanoni Santos e Roman Prust
- Representantes junto à Federação:
- Efetivos: Hamilcar Pizzatto e Armin Frentzel
- Suplentes: João Gilberto Possiede e Basílio Prokofenko

De acordo com a Revista de Seguros,<sup>583</sup> a gestão de Armin Frentzel foi marcada pelo desejo de adotar no Sindseg a mesma política de modernização praticada pela Fenaseg naquele período. Bem como estudar o mercado segurador paranaense a fim de ter uma visão geral do serviço no estado.

Nas palavras de Frentzel:

Nosso sindicato precisa em primeiro lugar se modernizar. Com a ajuda da Fenaseg, vamos informatizar a entidade e prepará-la para a realidade do nosso mercado (...). Falta ao público em geral conhecimento do que é o seguro e falta também renda. Um documento de compromisso com a economia de mercado, traçando diretrizes para todo o Mercado de Seguros, como, entre outras, aumentar a participação do setor no PIB nacional — na época, inferior a 1% — e reduzir os excessos de regulação do Mercado.

<sup>583</sup> REVISTA DE SEGUROS. Julho/Agosto de 1991. Arquivo CNseg.

## João Elísio Ferraz de Campos, 2019.

Fonte: Memórias do Paraná. Disponível em: <https://memoriasparana.com.br/joao-elisio-ferraz-de-campos-2019-direito-paranagua-parana>. Acesso em: 09 out. 2023.



Em 1992, concomitantemente a gestão de Frentzel, o paranaense e ex-governador do estado, João Elísio Ferraz de Campos assumiu a presidência da Fenaseg. Situação que muito aproximou o Sindseg da federação.

É durante a sua gestão que foi elaborada a Carta de Brasília, um documento de compromisso com a economia, traçando diretrizes para todo o Mercado de Seguros, como, entre outras, aumentar a participação do setor do PIB nacional - na época, inferior a 1% - e reduzir os excessos de regulação do mercado”.<sup>584</sup>

A atenção da carta estava direcionada para o potencial das seguradoras como instrumento econômico, a quebra do monopólio governamental nos Seguros de Acidentes do Trabalho no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a livre escolha das taxas de indexação e a abertura do mercado as empresas estrangeiras, com condições de aplicarem as suas reservas técnicas no país. A intenção de João Elísio frente à Fenaseg era buscar as reformas estruturais e operacionais, com o objetivo de modernizar e alavancar o mercado de seguros do país.

Em 1993, João Gilberto Possiede assumiu a direção do Sindseg, posição que ficou até o ano de 2019, sendo o presidente mais longevo da instituição.

Durante a década de 1990, suas gestões também foram marcadas pelas mudanças nas políticas socioeconômicas brasileiras e pelo crescimento da industrialização paranaense, momento em que o Paraná se tornou o quinto estado do país em pagamento de prêmios de seguros.

Desta maneira, entre suas principais ações para

Em entrevista para a realização do presente livro, João Elísio narra um pouco de seu ingresso no mercado de seguros, bem como de seus feitos na área:

*Minha vida sempre esteve ligada ao mercado de seguros. Comecei, ainda quando era estudante de direito numa corretora de seguros — a COSEPA — depois trabalhei na Companhia Comercial de Seguros, fui presidente da Bamerindus seguros, da Companhia Brasileira de Crédito à Exportação e me tornei sócio da Centauro, onde permaneço até hoje. São mais ou menos sessenta anos dedicados à atividade seguradora só interrompidos quando fui chamado a exercer funções públicas como, por exemplo, secretário de Estado, deputado estadual, vice-governador e governador do Paraná.*

*Além do negócio do seguro em si, desenvolvido nas companhias em que trabalhei, me envolvi fortemente com as questões sindicais e institucionais do setor. Ainda muito jovem e com poucos anos no mercado fui levado pelo saudoso Mario Petrelli para ocupar o cargo de secretário do SINDSEG/PR. E ver o entusiasmo do Petrelli e o seu esforço para desenvolver o mercado de seguros e colocá-lo no lugar que merece no cenário econômico e social do País, empolgava qualquer um que estivesse ao seu lado. Foi com ele e com a participação nas atividades do sindicato que entendi o seguro não apenas como um negócio empresarial e profissional, mas como um segmento de vital importância na economia de qualquer País. A atividade como secretário na diretoria eleita sob a presidência do Mario Petrelli me propiciou, também, a oportunidade de conviver com profissionais de outras companhias, alargando os horizontes e a minha visão sobre o setor de seguros.*

*Minhas experiências como profissional do mercado e secretário do Sindseg e a vivência nos cargos públicos que ocupei levaram-me, novamente pelas mãos do Mário Petrelli, que lançou minha candidatura, a disputar a presidência da entidade máxima das empresas seguradoras — a Fenaseg, hoje CNSeg —, onde fiquei dezoito anos em sucessivos mandatos.*

<sup>584</sup> CNseg. **Plano de desenvolvimento do mercado de seguros. Previdência aberta, saúde suplementar e capitalização.** 2023. Disponível em: [https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/pdms\\_completo\\_v3](https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/pdms_completo_v3). Acesso em: 25 fev. 2024.

integrar o sindicato ao amplo contexto estadual e nacional, observamos a criação das reuniões-almoço em 1993, feitas com o propósito de reunir e aumentar o diálogo da instituição com os políticos paranaenses e outras figuras importantes do estado.

Ainda, a divulgação das atividades sindicais também estava no horizonte de ações da nova gestão. O boletim *Fax Seguros-Paraná* surgiu em 1993, narrando as ações do sindicato e trazendo notícias de âmbito nacional do setor. Publicado pela primeira vez em 12 de agosto, o fax deu lugar a um boletim informativo — mas sem perder a linha editorial desde as primeiras versões.

Igualmente, destaca-se neste período a realização das campanhas de conscientização para a adesão ao seguro. Em 1997, a campanha “Seguro de automóvel é muito bom. Não ser roubado é muito melhor”, tinha como finalidade a orientação e a sensibilização dos proprietários de veículos contra furtos e roubos, garantindo o patrimônio por meio de apólices de seguros. Na oportunidade, vários outdoors foram afixados, além de 170 mil folders terem sido distribuídos em várias praças.



## JOÃO GILBERTO POSSIEDE

Membro da Academia Nacional de Seguros e Previdência, também é um dos fundadores do Clube da Bolinha e presidiu a J. Malucelli seguros, uma das mais importantes empresas do setor no Paraná. Atuou no Bamerindus e na Paraná Companhia de Seguros. É uma das personalidades mais relevantes do mercado de seguros no Brasil.

### João Gilberto Possiede.

Fonte: Arquivo SINDISEG-PR/MS.

## GESTÃO 1993-1996

- Presidente: João Gilberto Possiede
- Vice-Presidente: José Antônio Santa Ritta Rocha
- Vice-Presidente Secretário: Antônio Carlos Fleury de Campos Lima
- Vice-Presidente Tesoureiro: Léo Alceu Hatschbach
- Vice-Presidente Procurador: Isair Paulo Lazzarotto
- Diretor 2º Secretário: Antônio E. Alboite
- Diretor 2º Tesoureiro: João Malta de Albuquerque Maranhão Neto
- Diretores: Paulo Jocelyto Moll, Mauro Iplinski, Luiz Alberto Giombelli Simoni, Ramiro Fernandes Dias Aldo Néo São Marcos, João José Curi e Vilson Ribeiro de Andrade
- Conselho Fiscal:
- Efetivos: Ari Medeiros, Levi José Zeni e Pedro Norberto Della Bianca
- Suplentes: Joaquim Garcia de Campos, Antônio A. Dalfollo Ortiz e Ely Roberto de Camargo



### Gestão 1993-1996.

Foto Júlio Filho. Fonte: Arquivo SINDISEG-PR/MS

- Membros do Conselho de Representantes junto à Fenaseg:
- Efetivos: João Gilberto Possiede e José Antônio Santa Ritta Rocha
- Suplentes: Antônio Carlos Fleury de Campos Lima e Isair Paulo Lazzarotto

## GESTÃO 1996-1999

- Presidente: João Gilberto Possiede
- Vice-Presidente: Vilson Ribeiro de Andrade
- Vice-Presidente Secretário: Isair Paulo Lazzarotto
- Vice-Presidente Tesoureiro: Léo Alceu Hatschbach
- Vice-Presidente Procurador: José Antônio Santa Ritta Rocha
- Diretor 2º Secretário: Wilson Pereira
- Diretor 2º Tesoureiro: João M. de Albuquerque Maranhão Neto
- Diretores: Antônio Carlos Fleury de Campos Lima, Paulo Jocelyto Moll, Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura, Ramiro Fernandes Dias, João José Curi, Mauro Iplinski e Pedro Norberto Della Bianca
- Conselho Fiscal:
- Efetivos: Pedro Augusto Schwab, Levi José Zeni e Moacir D'Acampora Filho
- Suplentes: Amauri Langowiski, Ademir do Rocio Andrioli e José Heitor Martins da Silva
- Membros do Conselho de Representantes junto à Fenaseg:
- Efetivos: João Gilberto Possiede e Vilson Ribeiro de Andrade
- Suplentes: Isair Paulo Lazzarotto e Léo Alceu Hatschbach



### Gestão 1996-1999.

Foto Júlio Filho. Fonte: Arquivo SINDISEG-PR/MS

## GESTÃO 1999-2002

- Presidente: João Gilberto Possiede
- Vice-Presidente: Vilson Ribeiro de Andrade
- Vice-Presidente Secretário: Isair Paulo Lazzarotto
- Vice-Presidente Tesoureiro: Léo Alceu Hatschbach
- Vice-Presidente Procurador: José Rodolfo Gonçalves Leite
- Diretor 2º Secretário: Paulo Jocelyto Moll
- Diretor 2º Tesoureiro: João Malta de Albuquerque Maranhão Neto
- Diretores: Sérgio Wilson Ramos Jr., Wilson Pereira, Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura, Ramiro Fernandes Dias, Antônio Evaristo Alboite, Mauro Iplinski e Pedro Norberto Della Bianca
- Conselho Fiscal:
  - Efetivos: Edison Maciel Dantas, Levi José Zeni e José Carlos Carvalho
  - Suplentes: Amauri Langowski, Norival Zamboni Turolla e Carlos Taricano
- Membros do Conselho de Representantes junto à Fenaseg:
  - Efetivos: João Gilberto Possiede e Vilson Ribeiro de Andrade
  - Suplentes: Isair Paulo Lazzarotto e Léo Alceu Hatschbach



### Gestão 1999-2002.

Foto Júlio Filho. Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

As gestões de João Gilberto Possiede na década de 1990 também foram marcadas pela realização de diversos eventos e palestras sobre o mercado de seguros, entre eles observamos nas imagens a seguir a palestra realizada pelo professor José Roberto Gretz no ano de 1993 e dois almoços do mercado de seguros, em 1994, com os candidatos ao governo do Paraná Álvaro Dias e Jaime Lerner.

Ainda, foi nesse período que o Sindseg fez 70 anos, comemorando com o lançamento do livro História do Seguro no Paraná, da galeria de presidentes e do auditório Hamilcar Pizzatto.

**PALESTRA PROFERIDA PELO PROFESSOR JOSÉ ROBERTO GRETZ, NO CENTRO DE CONVENÇÕES PARQUE BARIGUI – 29 DE NOVEMBRO DE 1993**



**Professor José Roberto Gretz. 1993.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Da esquerda para a direita: Denizart Pacheco de Carvalho (vice-presidente do Sindicato dos Corretores do Paraná); Renato Bechara Amin (presidente do Sindicato dos Corretores do Paraná); João Gilberto Possiede (presidente do Sindicato de Seguros do Paraná).**



**Recortes de jornal sobre a palestra do Professor José Roberto Gretz.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

**ALMOÇO DO MERCADO DE SEGUROS REALIZADO NO HOTEL BOURBON COM O CANDIDATO AO GOVERNO DO PARANÁ ÁLVARO DIAS. 08 DE AGOSTO DE 1994.**



**Álvaro Dias cumprimentando João Gilberto Possiede.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**João Gilberto Possiede apresentando a mesa do Almoço do Mercado de Seguros de 1994.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



**Álvaro Dias falando para público em Almoço do Mercado de Seguros no Hotel Bourbon, 1994.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

**ALMOÇO DO MERCADO DE SEGUROS REALIZADO NO HOTEL BOURBON COM O CANDIDATO AO GOVERNO DO PARANÁ JAIME LERNER. 05 DE SETEMBRO DE 1994.**



**Mesa composta por Jaime Lerner, João Gilberto Possiede e João Elísio Ferraz de Campos. 1994.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



**Almoço do Mercado de Seguros com Jaime Lerner, 1994.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

**COMEMORAÇÃO DOS SETENTA ANOS DO SINDICATO EM 1994. LANÇAMENTO DO LIVRO *HISTÓRIA DO SEGURO NO PARANÁ* E INAUGURAÇÃO DA GALERIA DE PRESIDENTES E AUDITÓRIO HAMILCAR PIZZATTO (FALECIDO EM 6 MAIO DE 1992)**



**João Elísio Ferraz de Campos e João Gilberto Possiede com o livro *História do Seguro no Paraná*. 1994.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



**João Gilberto Possiede, Vera Pizzatto e João Elísio Ferraz de Campos com o livro *História do Seguro no Paraná*. 1994.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



**Inauguração da galeria de presidentes e auditório Hamilcar Pizzatto. 1994.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



**Inauguração da galeria de presidentes e auditório Hamilcar Pizzatto. 1994.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

Sabemos a partir das atas das eleições de diretorias dos anos de 1990, 1996 e 1999, sabemos quais eram as companhias seguradoras associadas que foram votantes nesses anos.

## COMPANHIAS SEGURADORAS ASSOCIADAS AO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ DE 1990 A 1999

1990	1996	1999
Ajax Cia Nacional de Seguros Allianz - Ultramar Cia. Bras. de Seguros America do Sul Yasuda Cia. de Seguros America Latina Cia. de Seguros American Homem Assurance Co. Argos Atlantica Seguros S.A. Baloise. Atlântica Cia. de Seguros Bamerindus Capitalização S.A. Bamerindus Cia. de Seguros Boavista Itatiaia Cia. de Seguros Boavista Seguradora S.A. Bradesco Capitalização S.A. Bradesco Seguros S.A. Brasil Cia. de Seguros Gerais Cia Adriatica de Seguros Cia Ancora de Seguros Gerais Cia de Seguros Aliança da Bahia Cia. de Seguros do Estado de São Paulo Cia. de Seguros Minas Brasil Cia. Internacional de Seguros Cia. Paulista de Seguros Concordia Finacial Cia. de Seguros Finasa Seguradora S/A Fortaleza Cia. Nacional de Seguros Generali do Brasil Gerling Sul America S.A. Seguros Industriais Interamericana Cia. de Seguros Gerais Iochpe Seguradora Itau Seguros S.A. Marítima Cia. de Seguros Gerais Meridional Multiple Seguradora S.A. Mundial Seguradora S.A. Nacional Cia. de Seguros Noroeste Seguradora S.A. Novo Hamburgo Cia. de Seguros Gerais Paraná Cia. de Seguros Patria Cia. Brasileira de Seguros Phenix Porto Alegre Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais Prudential Bradesco Cia. Bras. de Seguros Real Brasileira Safra Seguradora S.A. Santa Cruz Sasse Cia. Nac de Seguros Gerais SDB Cia. de Seguros Gerais Skandia Bradesco Cia. Bras. de Seguros Sul America Bandeirantes Seguros Sul America Cap. Sul America Cia. Nac. Sul America Ind. Sul America Seg. Com. Ind. Sul America Terr. Mar. e Ac. Sul America Unibanco Seguradora S.A. Sul Brasil Seguros União Continental Seguros S.A. União de Seguros Gerais Vera Cruz Seguradora S.A. Yorkshire Corcovado	AGF Brasil Seguros AIG Brasil - Interamericana Aliança da Bahia Allianz Ultramar America do Sul Yasuda America Latina Cia. de Seguros Baloise Atlântica Cia. Bras. Seguros Bamerindus Bradesco Seguros Centauro Seguradora S.A. Chubb do Brasil Cia de Seguros Minas Brasil Cia Paulista de Seguros Cia Previdencia do Sul Cia Seguros Gralha Azul Cia. Real Brasileira de Seguros Cia. Seg. Phenix de Porto Alegre Cia. União de Seguros Concórdia Cia. de Seguros Finacial Finasa Seguradora S/A Gerling Sul America Icatu Cia. Seguros Itacolomi Cia. de Seguros Itaú Seguros J. Malucelli Marítima Seguros Nacional Seguros Novo Hamburgo Porto Seguro Pudential Bradesco Santos Seguradora S/A Sasse - Cia Nac. de Segs. Gerais Seguradora Roma Sol de Seguros Sul America Capitalização Sul America Cia. Nac. Sul America Industrial Sul America Terrestres Marítimo Sul América Unibanco UAP Seguros União Seguradora Vera Cruz	AGF Brasil Seguros AIG Brasil Interamericana Cia. Seguros Gerais Aliança da Bahia Allianz Ultramar Cia. Brasileira Seguros América Latina Baloise Atlantica Cia. Seguros Bradesco Previdência e Seguros Bradesco Seguros Capitaliza Emp. de Capitalização S.A. Chubb do Brasil Cia União de Seguros Gerais Cia. de Seguros Gralha Azul Cia. d e Seguros Previdência do Sul Companhia Rod. Brasileira de Seguros Finasa General Accident Cia. de Seguros Gerling Sul América Golden Cross Seguradora S/A HSBC Bamerindus Seguros Itaú Seguros J. Malucelli Seguradora Novo Hamburgo Cia. Seg. Gerais Paulista Seguros Porto Seguro Cia. Seguros Gerais Prudential Roma Seguradora Sant Cruz Seguros Santos Cia. de Seguros Santos Seguradora S/A Sasse Seguros Sul América Ac. Ind. Sul América Capitalização UAP Seguros Unibanco Seguros Vera Cruz Yasuda Seguros

Fonte: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. Livro de Atas. Assembleia Geral. 1987 a 2001 Curitiba: Sindseg PR/MS.

## AS GESTÕES DE JOÃO GILBERTO POSSIEDE NO SÉCULO XXI

### GESTÃO 2002-2005

- Presidente: João Gilberto Possiede
- Vice-Presidente: Vilson Ribeiro de Andrade
- Vice-Presidente Secretário: Paulo Jocelyto Moll
- Vice-Presidente Tesoureiro: Léo Alceu Hatschbach
- Vice-Presidente Procurador: Norival Zamboni Turolla
- Diretor 2º Secretário: José Antônio Santa Ritta Rocha
- Diretor 2º Tesoureiro: João M. de Albuquerque Maranhão Neto
- Diretores: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura, Ramiro Fernandes Dias, Pedro Norberto Della Bianca e Sérgio Wilson Ramos Jr.
- Conselho Fiscal:
- Efetivos: Edmilson Avelino Silva, Basílio Prokopenko e Moacir Abbá de Souza
- Suplentes: Paulo Thomaz de Aquino, Gerson Gusso e Dirceu Tieg
- Membros do Conselho de Representantes junto à Fenaseg:
- Efetivos: João Gilberto Possiede e Vilson Ribeiro de Andrade
- Suplentes: Paulo Jocelyto Moll e Léo Alceu Hatschbach



**Gestão 2002-2005 Diretoria Sindseg.**

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.



### Almoço Posse da Diretoria 2002 – 2005.

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.

## GESTÃO 2005-2007

- Presidente: João Gilberto Possiede
- Vice-Presidente: Vilson Ribeiro de Andrade
- Vice-Presidente Secretário: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura
- Vice-Presidente Tesoureiro: Ramiro Fernandes Dias
- Vice-Presidente Procurador: Isair Paulo Lazzarotto
- Diretor 2º Secretário: Moacir Abbá de Souza
- Diretor 2º Tesoureiro: Paulo Thomaz de Aquino
- Diretores: João Malta de Albuquerque Maranhão Neto, Norival Zamboni Turol-  
la, Aristides Damião Júnior e Francisco Bispo
- Conselho Fiscal:
- Efetivos: Edmilson Avelino Silva e Luiz Azevedo
- Suplentes: André V. Seabra Moreno e Marcelo Zorzo
- Membros do Conselho de Representantes junto à Fenaseg:
- Efetivos: João Gilberto Possiede e Vilson Ribeiro de Andrade
- Suplentes: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura e Ramiro Fernandes Dias



### Gestão 2005-2007 Diretoria Sindseg.

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.

## GESTÃO 2007-2010

- Presidente: João Gilberto Possiede
- Vice-Presidente: Marcelo Gomes Teixeira
- Vice-Presidente Secretário: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura
- Vice-Presidente Tesoureiro: Paulo Thomaz de Aquino
- Vice-Presidente Procurador: Moacir Abbá de Souza
- Diretor 2º Secretário: João Malta de A. Maranhão Neto
- Diretor 2º Tesoureiro: Norival Zambone Turola
- Diretores: Aristides Damiano Júnior, Edmilson Avelino Silva, Francisco de Assis A. Bispo, Geniomar Pereira, João Bosco Medeiros e Maroan Tohme
- Conselho Fiscal
- Membros Efetivos: José Altair Couto e Luciana Maria de Almeida Gomes
- Membros Suplentes: Paulo Esteves Viveiros e Sirlei Macarini
- Membros do Conselho de Representantes junto à FENASEG:
- Efetivos: João Gilberto Possiede e Marcelo Gomes Teixeira
- Suplentes: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura e Paulo Thomaz de Aquino



### Gestão 2007-2010 Diretoria Sindseg.

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.

## GESTÃO 2010-2013

- Presidente: João Gilberto Possiede
- Vice-Presidente Secretário: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura
- Vice-Presidente Tesoureiro: Paulo Thomaz de Aquino
- Vice-Presidente Procurador: Moacir Abbá de Souza
- Diretor 2º Secretário: João Malta de Albuquerque Maranhão Neto
- Diretor 2º Tesoureiro: Marcelo Camargo Polato
- Diretores: Luciana Maria de Almeida Gomes, Edmilson Avelino Silva, Luciano Maurício Turra, Luiz Carlos Soluchinsky, Junior Oliveiros Machado e Vicente Lourival do Nascimento
- Conselho Fiscal/Membros Efetivos: Andrea Wolf Pedroso e Marco Antonio de Moraes
- Conselho Fiscal/Membros Suplentes: Ivone Macedo e Luiz Fernando Zolet
- Membros Efetivos do Conselho de Representantes junto à Fenseg:
  - Efetivo: João Gilberto Possiede
  - Suplente: Paulo Thomaz de Aquino
- Membros Efetivos do Conselho de Representantes junto à Fenacap:
  - Efetivo: João Gilberto Possiede
  - Suplente: Oliveiros Machado
- Membros Efetivos do Conselho de Representantes junto à Fenasaúde:
  - Efetivo: João Gilberto Possiede
  - Suplente: Marcelo Camargo Polato
- Membros Efetivos do Conselho de Representantes junto à Fenaprevi:
  - Efetivo: João Gilberto Possiede
  - Suplente: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura



**Gestão 2010-2013 Diretoria Sindseg PR/MS.**

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.

## GESTÃO 2013-2016

- Presidente: João Gilberto Possiede
- Vice-Presidente Secretário: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura
- Vice-Presidente Tesoureiro: Moacir Abbá de Souza
- Vice-Presidente Procurador: Salomar Antenor Osti
- Diretor 2º Secretário: João Malta de A. Maranhão Neto
- Diretor 2º Tesoureiro: Marcelo Camargo Polato
- Diretores: Luciana Maria de Almeida Gomes, Edmilson Avelino Silva, Luiz Carlos Soluchinsky Junior, Luiz Henrique de Menezes Durek, Andrea Wolf Pedroso, Vanderlei Scarpanti e Gustavo Toledo
- Conselho Fiscal:
  - Efetivos: Jean Carlo de Borba e Luciana Alves Sobreda Zago
  - Suplentes: Marli Lenzi Emerson Bueno
- Membros do Conselho de Representantes junto à Fenaseg:
  - Efetivos: João Gilberto Possiede e Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura
  - Suplentes: Moacir Abbá de Souza e Marcelo Camargo Polato



### Gestão 2013-2016 Diretoria Sindseg PR/MS.

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.

## GESTÃO 2016-2019

- Presidente: João Gilberto Possiede
- Vice-Presidente: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura
- Diretor Financeiro: Moacir Abbá de Souza
- Diretor 2º Financeiro: Marcelo Camargo Polato
- Diretor Secretário: Vanderlei Scarpanti
- Diretor 2º Secretário: João Malta de Albuquerque Maranhão Neto
- Diretores: Dudevan Hipólito Pereira, Luciana Sobreda Zago, Luiz Carlos Soluchinsky Junior, Luiz Henrique de Menezes Durek, Marli Lenzi, Rosimário Pacheco e Wilson Bessa Pereira
- Conselho Fiscal:
- Efetivo: Leandro Poretti e Vânia Giacomelli
- Suplente: Luciana Maria de Almeida Gomes e Richard Jean Coelho



### Gestão 2016-2019 Diretoria Sindseg PR/MS.

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.

A abertura do novo milênio foi marcada por uma série de mudanças significativas no setor de seguros no Brasil. Nesse período, o país vivenciou transformações econômicas, políticas e sociais. Somam-se àquele cenário as novas regulamentações que moldaram o setor.

O Brasil emergia de uma crise econômica e buscava estabilidade financeira. A economia nacional estava se abrindo para o mercado internacional, atraindo investimentos estrangeiros e experimentando um crescimento significativo. Esse cenário de otimismo e desenvolvimento trouxe oportunidades e desafios para o setor de seguros.

Uma das principais transformações ocorreu na área de seguros de automóveis. Com o aumento do poder aquisitivo da população brasileira e a expansão do crédito, o número de veículos nas ruas cresceu consideravelmente. Isso impulsionou a demanda por seguros para esta modalidade, que se tornaram cada vez mais acessíveis. As seguradoras tiveram que se adaptar rapidamente para atender a essa demanda crescente e oferecer coberturas adequadas aos clientes.

Outro ponto importante dessa década foi a modernização das seguradoras brasileiras. Com o avanço tecnológico, as empresas do setor investiram em sistemas de informação mais eficientes e na expansão dos canais de distribuição. Dessa forma, a Internet se tornou ferramenta fundamental para a comercialização de seguros, permitindo que os clientes comparassem preços e coberturas com maior agilidade e facilidade. As seguradoras também passaram a investir em atendimento ao cliente com maior qualidade, buscando a satisfação e fidelização dos segurados.

Além disso, aquela primeira década dos anos 2000 foi marcada por mudanças regulatórias importantes. Em 2007 foi promulgada a Lei Complementar n. 126/2007, conhecida como “Lei do Resseguro”. Essa legislação acabou com o monopólio do IRB e abriu o mercado ressegurador para a concorrência estrangeira. Isso trouxe mais competição e possibilitou o desenvolvimento de novas soluções de resseguro no país.

Houve a reforma da Previdência e a criação do regime de capitalização. A partir de então, os brasileiros passaram a ter a opção de contribuir para a previdência complementar, investindo em fundos de pensão privados. Essa mudança incentivou o crescimento do mercado de seguros de vida e previdenciário, proporcionando aos cidadãos alternativas para garantir uma aposentadoria mais confortável.

Ainda é necessário citar o avanço da regulação e supervisão do setor. A Susep intensificou sua atuação na fiscalização das seguradoras, buscando garantir a solidez do mercado e a proteção dos consumidores. Foram implementadas medidas para aumentar a transparência das operações, melhorar a governança corporativa das seguradoras e garantir a liquidez das empresas.

No entanto, apesar dos avanços e das oportunidades, aquele período também registrou desafios. O Brasil enfrentou retrações, como a que foi fruto da crise financeira mundial de 2008. Além disso, a violência urbana e os altos índices de roubo de veículos exigiram das seguradoras aprimoramentos nas políticas de cobertura e nas medidas para reduzir os riscos.

Em suma, o início do novo milênio foi um período de intensa expansão e modernização para o setor de seguros no Brasil. As mudanças econômicas, regulatórias e sociais moldaram o mercado, levando a um crescimento significativo em várias áreas. O salto tecnológico, aliado a uma maior concorrência, trouxe benefícios para os consumidores, que passaram a ter mais opções e melhores serviços. Era a consolidação necessária para forjar os anos vindouros do segmento no país.

Enquanto isso, no Paraná, Curitiba se tornou a capital nacional do seguro em 7 de dezembro de 2001. Esta alcunha ocorreu em virtude de a reunião da Fenaseg estar sediada na sede do sindicato. O mesmo ocorreu em 2003, reforçando a influência de João

Elísio no âmbito do mercado de seguros nacional, trazendo para seu estado (o Paraná) os principais acontecimentos do mercado.

Também em 2001, foi sancionado o novo Código Civil, que se tornou alvo de debates no Sindicato e, em setembro de 2002, um seminário sobre a lei foi promovido pelo Sindseg, pela Funenseg e pelo Sincor/PR, reunindo mais de quinhentos participantes interessados na temática. O presidente da Fenaseg, João Elísio Ferraz de Campos, marcou presença no evento.

Em 2004, após um período sem comissões técnicas, o Sindseg reativou a Comissão Técnica de Automóvel e Sinistro. Composta pelas seguradoras associadas e que possuía como finalidade analisar os processos técnicos nos ramos dos seguros.

Neste mesmo caminho, no ano seguinte também houve a instalação da Comissão de Assuntos Jurídicos, presidida por Luiz Carlos Checozzi e da Comissão Intersindical de Ética, mantida em pareia com o Sindicato dos Corretores de Seguros do Paraná - SIN-COR/PR, que passou a debater regularmente os assuntos de interesse das duas entidades.

De acordo com Ramiro Fernandes Dias, as comissões técnicas realizaram um importante trabalho ao longo de suas existências. Entre suas funções estavam, principalmente, as avaliações de riscos para determinar a taxação dos novos seguros que seriam instituídos no estado:

As comissões técnicas faziam avaliações de riscos. Por exemplo: tinha uma indústria com sistema de prevenção. O custo do seguro era X. Mas se aquele sistema de prevenção fosse bem executado, essa taxa poderia ser reduzida. De 10%, 5%, 3%, o percentual sobre ela. A Comissão Técnica visitava a indústria, realizava testes com hidrantes, extintores e outros materiais e determinava qual a taxa de desconto possível para os seguros.

Essas ações são diferentes das realizadas pelas comissões internas atuais, afinal, elas são internas, discutem o mercado, mas não possuem o poder de regular as taxas de seguros, assim como tinham as comissões técnicas.

As comissões técnicas não existem mais, pois o mercado mudou. Desde que surgiram os multiprodutos em que se pode contratar, por exemplo, seguros de residência, incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, furto, roubo entre outros, em apenas uma apólice.

[...]

Essas comissões tinham um poder muito interessante. Até mesmo de orientação nas instalações. Só para você ter uma ideia, elas trabalharam muito junto do Corpo de Bombeiros de Maringá para reclassificar a cidade de Maringá, que era uma classificação 4, a pior possível, para a classificação 2.<sup>585</sup>

No início dos anos 2000, o Sindseg criou o projeto Amigo do Seguro, que tinha como objetivo capacitar estudantes de escolas públicas para futuros estágios em companhias seguradoras e/ou corretoras de seguros. Além disso, passou promover cada vez mais palestras envolvendo autoridades políticas e profissionais do mercado, visto dedicar mais atenção ao alto índice de fraudes envolvendo o mercado segurador. Esse foi tema de

<sup>585</sup> DIAS, Ramiro Fernandes. **Entrevista concedida a Barbara Fonseca**. 24 out. 2023. Sindseg PR/MS, Curitiba.

simpósio realizado em Curitiba em conjunto com a Funeseg e o Sincor/PR. Outros simpósios e seminários (como em setembro de 2005 sobre novos seguros de responsabilidade civil) foram promovidos pela instituição. Já em 2006, uma série de eventos foi realizada para esclarecer as Resoluções n. 107/2004 e 117/2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e as Circulares n. 302/2005 e 317/2006, da Superintendência de Seguros Privados (Susep), que alteraram substancialmente as regras do Seguro de Vida no Brasil.



### Reunião da Fenaseg no Sindseg PR.

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.



### **Cássio Tanigushi e Sindseg. 2000.**

Foto: Júlio Filho. Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



### **Homenagem aos 50 anos da Fenaseg. 2001.**

Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



### **Discussão sobre o novo Código Civil. 2002.**

Foto: Júlio Filho. Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS



### Evento Sindseg Amigo do Seguro. 29 de janeiro de 2003.

Foto: Júlio Filho. Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

## COMISSÕES INTERNAS

No ano de 2007, quando o Sindseg passou também a representar o estado do Mato Grosso do Sul, foram criadas comissões internas para se discutir o mercado de seguros e suas especificidades. Atualmente, o sindicato conta com três comissões internas: Comissão de Seguros Patrimoniais; Comissão de Seguros de Benefícios; e Comissão de Seguros Especiais.

Essas são compostas por membros de diversas seguradoras e realizam reuniões mensais para analisar a conjuntura do setor de seguros. Isto a fim de, junto com o sindicato, gerar debates e esclarecimentos para a sociedade, que são transmitidos de diversas formas, a exemplo do canal no Youtube do Sindseg PR/MS.

A **Comissão Interna de Seguros Patrimoniais** se ocupa dos seguros de bens patrimoniais, entre eles os seguros de automóveis, residencial, de comércio, contra roubo, entre diversos outros exemplos. Atualmente, em 2023 — quando este livro está sendo escrito —, seu coordenador é Luiz Rogério Lobo Borba, representante da HDI Seguros, e seus membros são: Alexandre Luiz Hoy Dubiella (Mapfre Seguradora); Elenicia Krisanoski (Liberty Seguros); Everaldo Ribeiro (Tokio Marine Seguradora); Fabiano Padilha Carneiro (Sompo Seguros); Fernando Reis de Souza Martins (Allianz Seguros); Greide Silva (Liberty Seguros); e Leonardo Marengo (Sancor Seguros).

A **Comissão Interna de Seguros de Benefícios** se dedica, entre outros exemplos, a trabalhar com os seguros de vida, saúde, previdência, capitalização e educação. Atualmente, em 2023 — quando este livro está sendo escrito —, seu coordenador é Márcio A. Matias, representante da Metlife, e seus membros são: Vivian Carvalho (Sancor Seguradora); Johnson Zonta (Liberty Seguradora); Nelson Boruszewski Junior (Bradesco Seguros); Marcelo Camargo Polato (SulAmérica Seguros), Rosangela Spak (Tokio Marine Seguradora); Henrique Mahl (Porto Seguro Seguradora); Luciane de Souza (SulAmérica Seguros); e Alessandra Xavier Pizzalunga (AXA Seguros).

A **Comissão Interna de Seguros Especiais**, por sua vez, trabalha com seguros de riscos de engenharia, garantia, transportes, frota, entre outros. Atualmente, em 2023

— quando este livro está sendo escrito —, seu coordenador é Fernando Reis de Souza Martins, representante da Allianz Seguradora e seus membros são: Vânia Giacomelli (Chubb Seguradora); Josemar Brum Ballejo (Bradesco Seguros); Rafael Jacon da Silva (Sancor Seguradora); Lorena Sales (Sancor Seguradora); Cleiton Loss Kasprzak (AXA Seguros); e Emerson Oliveira (Chubb Seguradora).

## REPRESENTANTES DO SINDICATO

A fim de criar representações diretas do Sindicato em grandes cidades do Paraná e do Mato Grosso do Sul, foram estabelecidos, nos anos 2000, dois representantes, também chamados de delegados, nas cidades de Campo Grande, Cascavel, Francisco Beltrão, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. De acordo com Ramiro Fernandes Dias:

Como o Sindicato não possuía braços nessas cidades pólos, era necessário encontrar uma forma de acompanhar suas demandas. Nesse caminho, foram instituídos delegados em cada região, com objetivo de que estes acompanhem a movimentação de suas cidades, os seus contextos socioeconômicos e observem e repassem suas demandas para o Sindseg PR/MS. Com essa organização, o sindicato obteve e vêm obtendo muito sucesso.<sup>586</sup>

Os atuais representantes de cada cidade são os seguintes:

**Fernando Cesar Bernardes Lucas**  
*Representante – Maringá/PR*  
Liberty Seguros S.A.

**Hilton Teixeira**  
*Representante – Maringá/PR*  
HDI Seguros S.A.

**Cleverson Loss Kasprzak**  
*Representante – Ponta Grossa/PR*  
HDI Seguros S.A.

**Angelo Marcelo Begha**  
*Representante – Ponta Grossa/PR*  
Allianz Brasil Seguros

**Viviane Cristina de S. Magalhães**  
*Representante – Londrina/PR*  
Tokio Marine Seguradora S.A.

**Antonio Ocimar Volante**  
*Representante – Londrina/PR*  
Porto Cia de Seguros Gerais

**Irapoã Messias Veiga**  
*Representante – Londrina/PR*  
Allianz Brasil Seguros

**Wilhan Humann**  
*Representante – Cascavel/PR*  
Liberty Seguros S.A.

**Mauri Donizete Campagnolo**

*Representante – Cascavel/PR*  
Mapfre Seguros Gerais S.A

**Maicon Alexandre Rafagnin**  
*Representante – Francisco Beltrão/PR*  
Allianz Brasil Seguros

### REPRESENTANTES MATO GROSSO DO SUL

**Marcos Luque Rodriguez**  
*Representante – Campo Grande/MS*  
HDI Seguros S.A.

**Alcione Azevedo Errubidart**  
*Representante – Campo Grande/MS*  
Tokio Marine Seguradora S.A.

<sup>586</sup> DIAS, Ramiro Fernandes. **Entrevista concedida a Barbara Fonseca**. 24 out. 2023. Sindseg PR/MS, Curitiba.

## VIVER SEGURO

Diante dos mandatos de João Gilberto Possiede, diversas ações foram realizadas para a promoção institucional. Em 2008, uma grande campanha foi promovida em Ponta Grossa, Irati e Castro, com a finalidade de divulgar a importância do mercado de seguros. A iniciativa contou com o apoio da Associação dos Profissionais de Seguros dos Campos Gerais.

No ano de 2009, houve a promoção do maior projeto de divulgação do mercado de seguros da história, chamado “Viver Seguro”. Criado pela CNSeg/Fenaseg, a proposta demonstrou aos empresários paranaenses as vantagens da aquisição de seguros, de forma fácil e descomplicada. Em 19 cidades, mais de 14 mil pessoas foram alcançadas. As palestras foram realizadas em Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Maringá, Apucarana, Londrina, Pato Branco, Francisco Beltrão, Campo Mourão, Toledo, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Umuarama, Paranavaí, São José dos Pinhais, União da Vitória, Curitiba e Cianorte.



**Evento Viver Seguro em São José dos Pinhais. 12 de novembro de 2009.**

Foto: Júlio Filho. Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.



**Evento Viver Seguro em Curitiba. 11 de novembro de 2009.**

Foto: Júlio Filho. Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS

De acordo com o arquivo do Sindicato acerca do evento, sabe-se que:

O Projeto Viver Seguro no Paraná foi idealizado pelo Presidente da Confederação Nacional das Seguradoras, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, como objetivo de levar a formadores de opiniões informações sobre a importância dos seguros para as empresas e cidadãos. Recebendo o apoio do Sindicato das Seguradoras do Paraná - SINDSEG-PR, presidido pelo Sr. João Gilberto Possiede e dos Sindicatos dos Corretores de Seguros do Paraná - SINCOR-PR, presidido pelo Sr. Robert Bittar e contando com os trabalhos iniciados em outubro de 2008 e desenvolvidos em 2009 e 2010 pela equipe formada por Francisco Borsari Netto, Fabiano Saporiti Campelo, Geraldo Bolda, Antonio Carlos Tatau Ribeiro Grein, Reinaldo Silva Peixoto, Ramiro Fernandes Dias, Carlos Roberto Marassi, Pedro Dalla Riva, com a participação do antropólogo Luiz Almeida Marins que desenvolveu o tema Desenvolvimento e Qualidade de Vida e com o envolvimento de representantes do SINDSEG e do SINCOR, foram realizados 20 eventos, na Capital e em sedes e Micro Regiões do Estado do Paraná.

No total, participaram dos Eventos 14.340 pessoas de 191 Municípios do Paraná e de 23 Municípios de outros Estados e os participantes receberam, durante os eventos, o livro "Traduzindo o Segurês" e a cada cadastrado, em números de 11.010, foi enviado o livro "Superdicas para ser um profissional vencedor", de autoria do Professor Luiz Marins.<sup>587</sup>

Juntamente da divulgação e elucidação acerca da importância dos seguros no Paraná, o evento possibilitou a confraternização e sociabilidade dos securitários do estado. Na composição de cada convenção, apesar de inevitavelmente existirem alterações entre os pronunciamentos, realizou-se a apresentação de um pequeno vídeo sobre seguros; contou-se com o pronunciamento de autoridades locais e do Sindicato, como João Gilberto Possiede e João Elísio F. de Campos; propôs-se a fala "Conversando sobre seguros", de Ramiro F. Dias; houve discussão acerca do DP-VAT, com Marcio Norton; e, ocupando maior tempo da mesa, houve a palestra "Desenvolvimento e qualidade de vida", do professor Luiz Marins.

<sup>587</sup> Disponível no arquivo do Sindseg.



**Evento Viver Seguro em Ponta Grossa. 11 de março de 2009.**

Foto: Júlio Filho. Fonte: Arquivo Sindseg PR/MS.

## DÉCADA DE 2010

Um dos principais marcos da década de 2010 foi o crescimento da economia brasileira, impulsionada por um contexto favorável de estabilidade e consolidação do mercado interno. Esse cenário positivo proporcionou um aumento na renda das famílias e maior acesso a produtos financeiros, incluindo os seguros. Com o aumento da demanda, as seguradoras tiveram a oportunidade de expandir seus negócios e diversificar sua oferta de produtos e serviços.

No entanto, esse crescimento também trouxe desafios para o setor. Um dos principais obstáculos enfrentados pelas seguradoras foi a necessidade de se adaptar a um mercado em constante transformação tecnológica. A popularização da Internet e dos dispositivos móveis exigiu que as empresas repensassem suas estratégias de distribuição e comunicação.

Além disso, a década de 2010 também foi marcada por avanços regulatórios importantes no Brasil. A Superintendência de Seguros Privados (Susep) promoveu uma série de medidas visando aprimorar a proteção dos consumidores e aumentar a transparência do mercado. Entre essas medidas, destacam-se a implementação de regras mais rigorosas para a comercialização de seguros, a regulamentação de novos produtos, como o seguro de vida resgatável, e a melhoria dos processos de supervisão e fiscalização das seguradoras.

Outro fator relevante foi o aumento da conscientização da população sobre a importância do seguro como forma de proteção financeira. Os brasileiros passaram a enxer-

gar o seguro como um meio adequado para resguardar seu patrimônio e garantir a estabilidade financeira em casos de imprevistos. Esse movimento foi impulsionado, em parte, por eventos catastróficos que ocorreram na época, como desastres naturais e acidentes de grande magnitude, que evidenciaram a necessidade de proteção adequada.

Apesar do avanço do mercado de seguros, a falta de educação financeira e as práticas fraudulentas representaram obstáculos que devem ser enfrentados. No atual contexto, é esperado que o setor continue avançando e se adaptando às demandas e expectativas dos consumidores, buscando sempre aprimorar a proteção e o atendimento ao público brasileiro. O mercado de seguros, em resumo, é um legado solidificado que assegura o futuro da nação.

## AÇÕES DO SINDICATO NA DÉCADA DE 2010

No âmbito regional, Possiede seguia atuando em prol do sindicato, realizando eventos e marcando definitivamente o período em que esteve à frente da instituição. Assumindo um papel de liderança, João Gilberto foi o responsável pela articulação do Sindseg PR/MS com a sociedade civil, além de órgãos governamentais e estabelecendo parcerias duradouras e novas pontes no mercado. Conforme afirmou Ramiro Fernandes, Possiede dinamizou o sindicato, realizando eventos sobre seguros em diversas cidades, desenvolveu campanhas elucidativas sobre o setor, a fim de difundir o mercado segurador e, ainda, proporcionou a aproximação dos seguros com outros espaços, como o jurídico, a partir da realização de fóruns.

Durante os anos de 2010, em parceria com as prefeituras de Curitiba, Cascavel e Maringá e Ponta Grossa, relativamente às secretarias municipais de trânsito, foram realizados eventos de conscientização acerca de acidentes. A ideia era sensibilizar pedestres e motoristas sobre a boa condição nos deslocamentos.

Próximo das organizações de trânsito e segurança, o sindicato promoveu a entrega de impressoras para o BPTran de Curitiba, além de doar impressoras e câmera fotográfica para a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba, em 2011. As doações foram repetidas no ano seguinte, realizando a entrega de mais equipamentos.

Já em 2012, ações com o enfoque social foram promovidas pelo Sindicato. Além da doação de equipamentos à Polícia Militar do Estado do Paraná, ao BPTrans e à Polícia Civil, houve a entrega de uma caminhonete à Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos do Paraná (DFRV/PR), que foi inteiramente reformada por conta do Sindicato. Ainda, vale ressaltar o treinamento de 120 policiais com o curso de identificação de veículos. Ainda, o Sindseg PR/MS colaborou com sugestões para a implementação do Boletim de Acidente de Trânsito Unificado (BATEU), lançado pela Polícia Militar do Paraná.

Uma das principais ações de Possiede frente ao sindicato foi a de preservação histórica da instituição. Comumente, os mandatos se iniciam e se encerram em associações, ONGs e sindicatos, com os dirigentes esquecendo de registrar a história de forma consistente. Além da produção de dois livros históricos (um retratando os 90 anos e outro os 95 anos), em 2017 houve a reforma da sede, ação que contribuiu para a manutenção de espaços para o recebimento de acervos do Clube da Bolinha e do Clube da Pedrinha do Paraná.

Em 2019, o sindicato recebeu o troféu de destaque pela participação da campanha

“Maio Amarelo”, destinada a sensibilizar a população acerca das leis de trânsito e da prevenção de acidentes. “O sindicato, parceiro das entidades ligadas ao trânsito, desde muitos anos vem contribuindo com informação sobre os perigos que o trânsito proporciona e com os cuidados que todos devem tomar”, ressaltou Pereira Filho.<sup>588</sup>

## DENÚNCIAS CONTRA AS ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO VEICULAR

De acordo com o site *Seguro Auto Sim!*, a proteção veicular é um “serviço oferecido por associações que comercializam produtos falsamente caracterizados como se fossem seguros. Essas empresas não são fiscalizadas e não possuem garantia de estrutura financeira para honrar com seus compromissos, e os associados não têm a quem recorrer quando algo dá errado”.

O Sindseg PR/MS, juntamente com outras instituições do mercado de seguros brasileiro, procura, desde 2011, combater esse serviço e, a partir da explicação do diretor executivo do Sindicato, Ramiro Dias, podemos entender um pouco mais sobre esse problema:

As associações de proteção veicular se passam por seguradoras, mas não são. Diferentemente de uma seguradora, a associação não recolhe tributos, não possui reserva técnica e não cumpre as mesmas obrigações gerais das seguradoras.

O que o Sindicato faz para combater as associações? Bom, desde 2011 realizamos denúncias junto ao Ministério Público e, logo em seguida, o Sindicato dos Corretores aqui do Paraná se juntou neste trabalho. Sempre que recebemos informações dessa operação, que consideramos ilícita, denunciemos ao Ministério Público e obtivemos sucesso em grande parte dessas ações.

A associação de proteção veicular procura se passar por seguradora, mas não tem todas as garantias que essas proporcionam. Ela não dá garantia à pessoa que adere à associação, pois essa pessoa não é considerada consumidora, mas sim sócia e, por ser sócia, não é protegida pelo PROCON. Caso essa pessoa que aderiu ao serviço decida denunciar a associação, ela estará denunciando ela mesma, pois é sócia de toda a operação.<sup>589</sup>

Para saber mais sobre a proteção veicular e suas associações, indica-se o site *Seguro Auto Sim!*, organizado pela CNSEG, pelas federações de seguro do país e por seus sindicatos. Buscando explicar o que é a proteção veicular, além das informações presentes online, o site apresenta uma cartilha sobre os riscos desse produto e a falsa promessa de proteção.

Para acessar o site, utilize este endereço: [www.seguroautosim.com.br](http://www.seguroautosim.com.br)

<sup>588</sup> PEREIRA FILHO, Júlio Cezar. *SindSeg PR/MS 95 anos*. Curitiba: Editora em Foco, 2019.

<sup>589</sup> DIAS, Ramiro Fernandes. *Entrevista concedida a Barbara Fonseca*. 24 out. 2023. Sindseg PR/MS, Curitiba.

## EXECUTIVOS DE DESTAQUE

Dentre as diversas pessoas que foram citadas ao longo deste livro e são de extrema importância para a constituição do Sindicato e do mercado de seguros paranaense, destacam-se aqui **José Antônio Santa Ritta Rocha, Moacir Abbá de Souza e Ramiro Fernandes Dias**. Os três iniciaram suas carreiras no mercado de seguros durante a década de 1970, e nos seus quase 50 anos de bagagem, vivenciaram importantes transformações da área. Em entrevista para a formação deste livro, contaram um pouco sobre suas trajetórias, carreiras e emitiram opiniões sobre o desenvolvimento dos seguros no Paraná.

**José Antônio Santa Ritta Rocha**, fundou em 2005 a Santa Ritta Assessoria e Consultoria para atender e facilitar o dia a dia dos corretores de seguros.<sup>590</sup> Iniciou sua trajetória no mercado de seguro nos anos 1970, quando, ao trabalhar no Centro de Processamento de Dados do Banco do Estado do Paraná, foi convidado por José Carlos de Miranda, então diretor da Sul América Seguros, para trabalhar na seguradora. Conforme afirmou em entrevista:

Existe uma história muito interessante comigo porque eu saía às quatro horas da manhã, que era a horário de saída, mas, no entanto, fazia a faculdade às sete e meia. Então eu tinha que ir até em casa, tomar um banho para ir para a escola, tal coisa, eu preferia, era muito jovem, eu preferia ficar no Banco do Estado.

E tinha, sei lá, vinte pessoas trabalhando lá junto. Era o único que ficava das quatro da manhã até às seis da manhã. E o diretor da área dizia, mas olha que guri, olha como trabalha, senhor. Descansa depois que..., mas ele não sabia que eu tinha aula na faculdade.

Mas só que essa questão começou a me prejudicar. Começou o corpo, começou a não aguentar porque era trabalhar sem dormir, quer dizer, dormia três horas por dia, quatro horas por dia. Apesar de ser muito jovem, eu não aguentava.

Foi daí que o José Carlos de Miranda, que era o diretor da Sul América Seguros, me convidou para ir trabalhar dentro da Sul América. E para mim era ótimo, era mais ou menos o que eu ganhava no Banco do Estado do Paraná eu fui lá para ser sub-inspector de produção.

Ao continuar a narrativa de sua trajetória, Santa Ritta descreveu como participou do processo de contratação de corretores de seguros no estado, informação que evidencia a necessidade da criação de cursos para corretores, realizados pelo Sindseg PR/MS na segunda metade do século XX:

Depois que eu fui nomeado sub-inspector, comecei a viajar pelo Estado todo. Naquela época ainda existia alguma coisa, aquele pensamento do governo federal, que era que tinha feito pelos militares, que o Brasil teria que ser ocupado pelos brasileiros [...]. E na área de seguros, aconteceu o seguinte. Existia uma nomeação de um prepos-

<sup>590</sup> QUEM SOMOS. **Santa Ritta**. Disponível em: <https://www.santaritta.com.br/quem-somos>. Acesso em: 09 out. 2023.



**José Antônio Santa Ritta Rocha.**

Fonte: Site Santa Ritta Assessoria e Consultoria. Disponível em: <https://www.santaritta.com.br/quem-somos>. Acesso em: 09 ou. 2023.



**Moacir Abbá de Souza.**

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.



**Ramiro Fernandes Dias.**

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.

to, preposto que era vinculado a um corretor de seguros, e esse corretor de seguros, ele depois de dois anos nomeava o preposto corretor oficial de seguros.

[...]

Então o governo federal me dava a propriedade de nomear um preposto, que eu pegava o guarda-livros da cidade, um contador atualmente, que se chama, e ele começava a trabalhar com seguros, ele era funcionário da Sul América, como inspetor de produção, e começava a vender seguros, ele começava a vender mais seguros do que a renda que ele tinha na contabilidade, com o guarda-livros.

Então, por exemplo, no interior do estado do Paraná, vários corretores de seguros foram nomeados dessa maneira, o que hoje é muito diferente, hoje tem que fazer curso da Funenseg, que fica muito mais profissional o assunto.

Foi a partir dessas ações que Santa Ritta se tornou diretor da Sul América no Paraná e, em sua entrevista, descreveu sobre a força do mercado segurador paranaense:

Existiam várias matrizes de seguradoras aqui no Paraná. Era a Bamerindus, a Aliança Brasileira, a Atalaia, uma série de seguradoras. Então o Paraná era um centro político das seguradoras muito fortes. Tinha o Antônio Carlos de Almeida Braga, que sempre circulava aqui pelo Paraná. Tinha o João Elisio Ferraz de Campos, o Hamilcar Pizzatto, que foi o presidente da Bamerindus Seguradora, uma figura realmente extraordinária. Depois veio o próprio João Gilberto Possiede.

Então o Paraná sempre teve uma força muito grande politicamente no Brasil, no que diz respeito ao sindicalismo.

Houve uma época em que houve um problema com a Federação dos Corretores de Seguro, Federação Nacional, e o Paraná se uniu e foi até a FENASCOR e montou uma nova administração que até hoje perdura lá na Federação dos Corretores...

Nesse mesmo caminho, estive sua participação no Sindicato, do qual Santa Ritta foi durante muitos anos vice-presidente, apoiando Hamilcar Pizzatto e João Gilberto Possiede, e também vice-presidente da Comissão de Automóveis. Foi durante a sua participação no Sindseg PR/MS que foi feito o I ECOS – Encontro de Corretores de Seguros e se buscou fortemente a união entre corretores de seguros e seguradoras.

**Ramiro Fernandes Dias** migrou do interior do Paraná para estudar e trabalhar em Curitiba e em 1974 ingressou na Vera Cruz Seguradora, dando início ao seu desenvolvimento profissional no setor de seguros, comercial, supervisor e gerente, tendo atuado, além da Vera Cruz, na Chubb, América Latina/Tokio Marine, Porto Seguro e AGF/Allianz. Em 2013, quando à frente da Chubb, convidado por João Gilberto Possiede, passou a integrar estatutariamente a diretoria do Sindseg PR/MS, nela permanecendo até sua aposentadoria em 2005. Desde então, tendo em vista que a diretoria entendeu a necessidade de dar dinamismo e profissionalização ao Sindicato, foi contratado como diretor executivo, permanecendo até a atualidade.

Sua atuação como diretor executivo, com o devido apoio da diretoria e do conselho,

pela sua experiência no mercado de seguros, possibilitou que o sindicato passasse a ser mais reconhecido e respeitado nas diversas entidades representativas de classes, haja vista sua itinerância levando informações e realizando palestras sobre o mercado. Como gestor, entendeu a necessidade de reunir profissionais atuantes nas diversas modalidades de seguros, criando comissões internas para debater e ampliar o conhecimento sobre seguros, difundindo os resultados para a sociedade civil acima citadas, entre elas o Sindicato dos Corretores.

Dedicando meio século de vida ao setor de seguros, Ramiro Fernandes Dias conclui que:

“Ao longo de minha caminhada no mercado de seguros, fui pessoal e profissionalmente orientado por pessoas, muitas delas que reputo como amigas, pois com suas ‘dicas’ pude me desenvolver, ser conhecido e reconhecido não somente no Paraná, mas em diversas partes do Brasil. Aliás, no mercado de seguros estudei, conheci minha esposa e formamos nossa família. Fiz do mercado de seguros, onde contruí o que tenho hoje, o meu modo de vida, procurando sempre dar o melhor para que as coisas aconteçam, pensando prioritariamente na entidade que me emprega. Evidente que para permanecer 50 anos na mesma atividade, é preciso trabalhar com seriedade, responsabilidade, respeito, ser proativo e claro, entendendo as críticas e as diferenças. Estar em contínua atualização e praticar o *network*. O trabalho que executo me dá plena satisfação e me mantém motivado. Entendo que acima de tudo é necessário pensar à frente, pois tudo o que fiz me trouxe até aqui. O amanhã depende da minha disposição...”

**Moacir Abbá** atuou no mercado segurador paranaense por 48 anos ininterruptos, tendo iniciado sua carreira profissional em janeiro de 1974 em Londrina, aos 15 anos de idade, na antiga Yorkshire-Corcovado Cia de Seguros, onde permaneceu até janeiro de 1978. Após uma rápida passagem pela Cia Bandeirante, em abril de 1978 ingressou na Bamerindus Cia de Seguros, onde desenvolveu sua carreira, ocupando cargos na área técnica de sucursal e também na matriz em Curitiba, onde gerenciou o Departamento Técnico de Seguro Incêndio. Após a Bamerindus ter sido incorporada pelo HSBC, retornou a Londrina no cargo de Gerente Regional, sendo responsável pelas operações de todo o interior do estado.

No início de 2000 recebeu convite da Hannover, atual HDI Seguros, para estruturar a operação da companhia no estado, tendo então se desligado da HSBC Seguros. Nesse momento a HDI iniciava um plano de expansão pelas regiões sul e sudeste do país. Esse desafio foi bastante exitoso, tendo prosperado e se tornado a principal operação da companhia ao longo dos anos. Ao final do primeiro trimestre de 2022 aposentou-se, encerrando então a sua bem sucedida carreira no mercado segurador paranaense.

A sua relação com o sindicato se iniciou ainda em Londrina, na década de 1980, quando atuou por diversos anos na coordenação dos cursos de formação de corretores de seguros, que àquela época eram realizados através de convênio entre a Funenseg (atual ENS) e o Sindseg. Também em Londrina foi coordenador da Subcomissão Técnica de Seguros Incêndio e Lucros Cessantes, comissão essa que era responsável por inspecionar e aprovar os descontos protecionais previstos na Tarifa Seguro Incêndio do Brasil – TSIB. Já em Curitiba, a convite de João Gilberto Possiede, em 2001 ingressou na diretoria do Sindseg, onde participou ativamente por mais de 20 anos, exercendo diversos cargos.

## ERA DE MUDANÇAS



**Altevir Dias do Prado.**

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.

### ALTEVIR DIAS DO PRADO

Altevir Dias do Prado tem formação acadêmica em Filosofia, História e Ciências Econômicas, com Mestrado em Teoria Econômica (Unisinos) e Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela PUC-RS, com parte da pesquisa realizada na Universidade Complutense de Madrid, na Espanha. Atua há mais de duas décadas no mercado. A trajetória do executivo na Bradesco Seguros iniciou-se em Pato Branco, interior do Paraná, como assistente de produção e, desde então, veio ascendendo com passagens pelas filiais nas cidades de Cascavel, Curitiba, Ponta Grossa e Maringá. Em 2008, Prado foi convocado para assumir a sucursal de Goiás com o objetivo de reestruturar e ampliar a atuação da seguradora no estado. Dois anos e meio depois, retornou ao Sul, assumindo a filial da Bradesco Seguros em Porto Alegre. No final de 2014, foi promovido a Superintendente Executivo (função com *status* de diretor) da Regional São Paulo Interior com sede em Campinas. Em 2019, retornou para o sul do país para comandar a maior regional da Bradesco Seguros do Brasil formado pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Curitiba. Finalmente, em 2020, foi eleito, por unanimidade, presidente do Sindseg PR/MS e reeleito em 2022.

## GESTÃO 2020-2022

- Presidente: Altevir Dias do Prado Bradesco Seguros
- Vice-Presidente: Gustavo Henrich Junto Seguros
- Diretor Financeiro: Moacir Abbá de Souza HDI
- Diretor 2º Financeiro: Leandro Ariel Poretti Sancor
- Diretor Secretário: João Maria Francisco Centauro On
- Conselho Fiscal:
- Efetivo: Vanderlei Scarpanti Mapfre Seguros, Wilson Bessa Pereira AIG e Ulisses Ferreira Caldeira Sampo
- Suplente: Luciano Ambrosini Allianz, Luciana Maria de Almeida Gomes Porto Seguro e Luciana Alves Sobreda Zago Tokio Marine
- Conselho de Representantes junto à Fenaseg:
- Efetivo: Altevir Dias do Prado Bradesco Seguros
- Suplente: Gustavo Henrich Junto Seguros



### Gestão 2020-2022 Diretoria Sindseg.

Foto: Júlio Filho. Arquivo: Sindseg PR/MS.

## GESTÃO 2022-2024

- Presidente: Altevir Dias do Prado (Bradesco Seguros S.A.)
- Vice-Presidente: Gustavo Henrich (Junto Seguros S.A.)
- Diretor Financeiro: Moacir Abbá de Souza (HDI Seguros S.A.)
- Diretor 2º Financeiro: Luciano Ambrosini (Allianz Seguros S.A.)
- Diretor Secretário: João Maria Francisco (Centaurio Vida e Previdência S.A.)
- Conselho Fiscal:
- Efetivo: Vanderlei Scarpanti (Mapfre Seguros Gerais S.A.), Wilson Bessa Pereira (AIG Seguros Brasil S.A.) e Ulisses Ferreira Caldeira (Sompo Seguros S.A.)
- Suplente: Rosimário Pacheco Correia (Sancor Seguros Brasil S.A.), Luciana Maria de Almeida Gomes (Porto Seguro Cia. Seguros Gerais) e Luciana Alves Sobreda Zago (Tokio Marine Seguradora S.A.)
- Conselho de Representantes junto à FenaSeg:
- Efetivo: Altevir Dias do Prado (Bradesco Seguros S.A.)
- Suplente: Gustavo Henrich (Junto Seguros S.A.)



### Gestão 2022-2024 - Diretoria Sindseg PR/MS.

Foto: Júlio Filho. Fonte: Revista Seguros em Foco.

O Sindseg tem duas funções. Basicamente, zelar pela boa convivência do mercado e integrar as seguradoras afiliadas, isso da porta do sindicato para dentro. Da porta do sindicato para fora, a nossa missão é promover a cultura do seguro. Para promover a cultura do seguro, a gente encontra alguns gargalos, alguns pontos de estrangulamento. E o legado que eu gostaria de deixar é exatamente o de contribuir para que esses gargalos, esses pontos de estrangulamento, sejam amenizados.

Existe um ponto que a gente pouco pode fazer, pois para avançar no consumo e no mercado, ter uma sociedade, ter uma proteção maior em termos de seguros, é necessário enfrentar o problema da má distribuição de renda em nosso país. Mas esta questão da distribuição de renda é um fórum público e pouco podemos contribuir com isso, mas podemos atacar outros dois gargalos: um deles, e aí já falando de legado, eu acho que o ponto principal que eu gostaria que minha gestão fosse lembrada é o da modernização do sindicato. Tornar o sindicato mais moderno, tornar o sindicato mais digital, mais contemporâneo, mais humano, respeitando o seu brilhoso passado, ao mesmo tempo em que o deixamos mais acessível, com menos formalidade.

Inserir o sindicato nessa vida pós-moderna de interações com os meios digitais que existem e trazer o viés de governança e o viés de uma entidade privada, dar um ritmo de entidade representativa. Fazer com que o Sindseg seja visualizado, percebido e notado como uma instituição que agregue valor para as empresas representadas,

as seguradoras, mas que também agregue valor ao mercado de seguros.

A outra, não menos importante, mas separando este bloco como legado, uma das minhas preocupações, por estar muito próximo com a área acadêmica, eu entendo que existe uma lacuna aberta para uma chaga social no Brasil, no Paraná, que é um empobrecimento cultural da sociedade. A sociedade é carente não só de alimentos, de emprego, de questões econômicas, mas ela também é carente de cultura, ela também é carente de conhecimento, ela também é carente de escola. Nós sabemos que nossos alunos, do passado e do presente, ficam pouco tempo na escola, enquanto que na maioria dos países desenvolvidos, as crianças e os adolescentes estudam em tempo integral. Além de ficar pouco tempo, esse tempo é de pouca qualidade, isso torna as pessoas pouco inteligentes, pouco cultas, e isso é uma preocupação que eu tenho, não só no Sindseg, mas naquilo que o sindicato puder contribuir para o conhecimento, para tornar as pessoas mais cultas, mais inteligentes, a gente irá contribuir.

Sobre essa questão da sustentabilidade social, penso que as sociedades e as entidades têm que se preocupar (...) também.

Então, a pobreza não é unidimensional, ela é multidimensional. Sendo a pobreza financeira uma das dimensões da pobreza. Nós não temos muito como ajudar a pobreza financeira da sociedade, mas podemos ajudar substantivamente a pobreza cultural, que é o objetivo deste livro. O objetivo dele é contar a história do seguro, do Sindseg, mas também contribuir para que as pessoas possam ter contato com uma obra histórica e se informar melhor sobre a nossa cultura, sobre a nossa formação, história econômica, política e social.

Então, que legado eu gostaria que ficasse nesse centenário? O legado da modernização, da contemporaneidade e de uma instituição que agrega o valor para o mercado de seguros. Além disso, tornar a sociedade, de uma maneira geral, ainda que em gotas em meio ao oceano, mais culta, mais inteligente, mais preparada, mais formada. É possível que aqueles que me sucederão terão, a partir da nossa gestão, uma visão mais alinhada com isso que eu estou falando.<sup>591</sup>

No início do ano de 2020, Altevir Dias do Prado, superintendente do Bradesco Seguros na região sul, assumiu a presidência do Sindseg PR/MS e renovou a liderança da instituição após os anos de administração de João Gilberto Possiede.

As gestões de Altevir Dias do Prado foram marcadas por três pilares principais: a modernização; a inserção digital; e a reorganização financeira. Nesse caminho, logo na primeira reunião de sua presidência, Altevir levantou pontos de suma importância para o desenvolvimento do sindicato: a inserção do Sindseg PR/MS nas redes sociais para a melhoria de sua comunicação com a população e a necessidade de fortalecimento do sindicato junto de seus representantes.

Foram definidas metas e encaminhamentos para a conclusão desses objetivos o mais rápido possível, no entanto, por conta da expansão da pandemia de Covid-19 no Brasil, as propostas do sindicato precisaram ser realizadas concomitantemente as novas responsabilidades e preocupações no ramo do mercado segurador.

<sup>591</sup> Entrevista cedida por Altevir Dias do Prado para a produção deste livro.

O evento de posse do novo presidente estava marcado para dia 17 de março daquele ano. Por conta da pandemia, não aconteceu, e as adversidades nunca antes enfrentadas, tiveram de ser contornadas principalmente a partir de ferramentas digitais.

O Sindseg PR/MS passou a realizar suas atividades de forma remota e assim continuou a desempenhar as metas de sua nova gestão. Ao longo de 2020, a diretoria do sindicato se empenhou em inserir a instituição no mundo digital, seguindo as preocupações do mercado segurador e também da sociedade em geral perante à pandemia.

Pensando diretamente no segmento que representa, aconteceram diversas palestras de Altevir Dias do Prado e aqui destacamos dois eventos principais. Primeiramente, em maio, o presidente participou da live realizada por Bruno Carvalho da JRS Digital. Neste evento, que contou com um público simultâneo de mais de 400 pessoas, discutiu-se novas ações dos sindicatos de seguradoras do sul do país. Por essa razão, também participaram daquele debate, Waldecyr Schilling e Guilherme Bini, respectivamente, presidentes do SindsegSC e SindsegRS.

Já em agosto, Altevir Dias do Prado participou da palestra da Comissão de Direito Securitários da OAB-PR, com Walter A. Polido, membro do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, quando discutiram os impactos da pandemia nos contratos de seguros e as perspectivas para o futuro.

Juntamente a essas ações públicas do Sindseg PR/MS, a instituição também realizou o seu principal objetivo de inserir o sindicato no mundo digital. Ao longo do ano foram produzidos vídeos para a conscientização e proteção da população acerca do golpe de clonagem do WhatsApp e para alertar sobre os perigos em contratar associações de proteção veicular.

Foi também nesse período que o Instagram, o LinkedIn e o canal do Youtube do sindicato foram criados, quando surgiu o programa Sindseg Connect, no qual, de acordo com André Marassi,<sup>592</sup> são produzidos vídeos curtos de um a dois minutos, com o objetivo de informar o público em geral, e o mercado segurador, acerca de diversas questões em voga. A ideia é que esses conteúdos sejam publicados de forma perene no canal do Youtube, e a partir dele, também circulem por outras mídias sociais.

O primeiro episódio foi lançado em agosto de 2020 e, em seguida, ainda naquele mesmo ano, foram publicados os episódios: “Especial do dia do securitário”; “Homenagem ao dia internacional da mulher”; “Dia continental do Seguro”; “Retrospectiva Sindseg PR/MS Connect 2020”; “Edição especial de aniversário – 96 anos”. Para assisti-los basta acessar o canal do Youtube do Sindseg PR/MS.

Além do Sindseg Connect, estruturou-se a TV Sindseg, também presente no Youtube, com o objetivo de promover lives, palestras e outras gravações que discutem a cultura do seguro. Ainda na linha de modernizações, o site da instituição migrou para um novo sistema e passou a contar com um Editorial da Newsletter, ambas ações que contaram com a participação da diretoria e do conselho fiscal.

<sup>592</sup> Entrevista de André Marassi sobre o Sindseg PR/MS para Barbara Fonseca. 30 de janeiro de 2024.



### Anúncio do novo canal de comunicação do Sindseg PR/MS: Sindseg Connect

Fonte: Revista Seguros em Foco. 2020.



### Presidente do Sindseg PR/MS foi um dos palestrantes em webinar sobre impactos da pandemia nos contratos de seguro, que ocorreu em 19 de agosto de 2020.

Fonte: Site Sindseg PR/MS

Conforme percebemos, o primeiro ano da gestão de Aldevir Dias do Prado foi marcado pela pandemia de Covid-19. Mas apesar de todos os obstáculos enfrentados, chegou ao fim com a modernização e a inserção do sindicato junto à sociedade, cumprindo com as metas inicialmente propostas. Mesmo diante dos desafios, o sindicato ainda apresentou superávit em seu orçamento.

Para compreender melhor esta complexa fase, assim ponderou Aldevir Dias do Prado em entrevista para este livro:

Foi muito difícil, porque como eu disse, era um momento em que o sindicato estava rompendo, estava em um momento de transformação muito grande diante desta nova organização: a saída do Possiede, a necessidade da consolidação de uma instituição mais moderna, mais contemporânea, preocupada com o futuro, mas que precisa respeitar o seu passado e precisava, portanto, de uma interação muito grande com o mercado, com as entidades representativas e a presença ostensiva, com uma visão mais contemporânea, digital (...). Assumimos exatamente em fevereiro de 2020, um mês depois estourou a pandemia no Brasil e com ela a necessidade de ficarmos em *home office*. Todos os eventos foram suspensos e me recordo, inclusive, que a nossa posse em março de 2020 foi suspensa por não podermos ter contato físico entre as pessoas. Foi um momento muito difícil, de necessidade da consolidação de uma nova gestão, haja vista esse processo de transformação de hábitos em curso. O impacto foi muito grande e prejudicou com que a gente acelerasse esse processo de modernização e de interação mais contemporânea com o mercado. Mas avançamos com aquilo que se podia ter no momento, que eram os recursos digitais, as interações via reuniões on-line. A sociedade acelerou rapidamente e, principalmente, o mundo dos negócios. Eu diria que conseguimos atravessar

a pandemia com o máximo de interação, trazendo expoentes para falar pelo Sindseg, mas tudo no mundo virtual.

O mercado de seguros optou por trabalhar 100% *home office*. Então, como as seguradoras, todos os seus profissionais estavam trabalhando de casa, já que o sindicato sempre tem por tradição acompanhar as decisões de suas afiliadas. Assim, nós também ficamos dois anos praticamente reclusos com as nossas atividades, sem interação física com o mercado.

Nesse momento o Sindseg apoiou várias iniciativas sociais para doação de cestas básicas, cobertores, enfim. Afinal, a sociedade passou por um período de bastante empobrecimento e dificuldade. Embora a pandemia seja um evento excluído das apólices de seguro de vida, quase 100% das seguradoras brasileiras pagaram as indenizações de pessoas que morreram decorrente do Covid-19. E o Sindseg obviamente apoiou essas decisões, em que mais de 6 mil famílias foram amparadas e mais de 6 bilhões de reais em indenizações foram pagas.

Em 2021, com a instituição já inserida nas mídias digitais, as atividades continuaram com a criação de novos vídeos para o Sindseg Connect. E, com a retomada dos trabalhos presenciais na sede do sindicato, durante a primeira reunião presencial da gestão de Altevir Dias do Prado, assimilou-se o fortalecimento dos vínculos com os representantes da instituição.

Desde o ano de 2020 o sindicato vinha se preocupando com a inserção de mulheres em seus projetos e com a diversidade geral em sua estrutura de decisão. Desta feita, em 2021 duas novas comissões internas foram criadas e passaram a ser representadas por seguradoras associadas que ainda não faziam parte da diretoria ou do conselho.



## Em reunião com comissão e representantes, presidente do Sindseg PR/MS alinha ações para 2021.

Fonte: Site Sindseg PR/MS

Assim, nasceram as comissões de Benefícios e Riscos Diferenciados. Na oportunidade, ainda ocorreu a alteração do nome da comissão de Seguros Gerais para Seguros Patrimoniais.

Prezando pelo cuidado e proteção social, naquele ano o Sindseg PR/MS intensificou suas relações com os poderes políticos e demais instituições. Foi assim que fortaleceu as suas ações contra a proteção veicular, buscando discutir o assunto com deputados federais e estaduais do Paraná, como Rubens Bueno, Ricardo Barros, Sérgio Souza e Gustavo Fruet. Visitou a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, e, ainda, Altevir Dias do Prado participou do *webinar* promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá e pela Associação Comercial e Empresarial de Maringá, momento que abordou a importância do seguro como ferramenta para a poupança, sustentação e desenvolvimento da sociedade.

Também em 2021, o Sindseg PR/MS completou 97 anos e a comemoração foi marcada pelas ações da nova gestão: ainda devido ao forte isolamento social, ocorreu uma live no canal do Youtube do sindicato, “Cenários Econômicos: oportunidades e desafios para o mercado segurador”. O evento foi mediado pelo jornalista e economista Carlos Alberto Sardenberg e contou com falas de Murilo Riedel (HDI Seguros), Ivan Gontijo (Bradesco Seguros) e Marcio Coriolano (CNseg). Três renomados presidentes do mercado segurador.

No ano de 2022, o principal trabalho desenvolvido pelo Sindseg PR/MS foi o de aproximar a sociedade em geral. Além de suas redes sociais e site, focou, principalmente, em eventos presenciais, já que a pandemia havia abrandado.

Partindo do diagnóstico feito pelo presidente Altevir Dias do Prado, entendeu-se que na maioria das vezes o mercado segurador não recebe a sua devida importância, pois falta conhecimento geral da população sobre o segmento. A fim de amenizar essa situação, foram realizadas reuniões com diversas instituições, o sindicato esteve presente em eventos da CNseg e foram criados materiais de distribuição e conscientização sobre a relevância socioeconômica dos seguros.

Entre as relações constituídas pelo Sindseg, observamos os encontros realizados com as instituições do interior paranaense. Primeiramente, destacamos a parceria e apoio



### Evento on-line comemorando os 97 anos do Sindseg PR/MS.

Fonte: Revista Seguros em Foco.

do sindicato à Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Norte e Noroeste do Paraná, a Cacinor. Essa ligação com a Cacinor é considerada valiosa, pois a coordenadoria é composta por 32 associações comerciais paranaenses e, por meio delas, representa cerca de dez mil empresas distribuídas por mais de cinquenta cidades paranaenses.

Partindo dessa vinculação, o sindicato participou de eventos criados por essa camada da sociedade civil organizada, com o intuito principal de apresentar os números do mercado segurador e promover a cultura de seguro pelo Norte e Noroeste do estado.

Nesse mesmo caminho, o sindicato visitou a Associação Comercial e Empresarial de Maringá, ACIM; o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá, o CODEM; a Associação Comercial e Industrial de Cascavel, a ACIC; teve reuniões intersindicais com o Sincor-PR; ainda, visitou e anunciou patrocínio à moderna e bem estruturada Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos em Maringá.

Na capital Curitiba, o Sindseg PR/MS foi ao Batalhão de Polícia de Trânsito - BP-Tran, fortalecendo a relação dessas duas instituições que já dura anos. Ainda esteve com a diretoria da Associação Comercial do Paraná, a ACP, onde a fala do presidente Altevir foi marcada por três momentos do mercado segurador: a história recente e os passos trilhados pelo sindicato nos últimos dez anos, a importância do segmento em termos de arrecadação, indenização à sociedade e composição de reservas financeiras que ajudam a financiar o tesouro em relação a dívida pública e, por fim, os desafios para o futuro da entidade.

Em junho de 2022, o Sindseg PR/MS também teve a oportunidade de dialogar com o diretor geral do Detran-PR, Adriano Furtado, com o intuito de apresentar dados e mostrar a importância do setor para a sociedade.



**Visita do Sindseg PR/MS ao Dr. Adão na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos em Maringá. Setembro de 2022.**

Fonte: Sindseg PR/MS



### Visita do Sindseg PR/MS à ACIM. Maio de 2022.

Fonte: Site Sindseg PR/MS



### Presidente do Sindseg PR/MS participa da cerimônia de posse da diretoria do Sincor-PR. Fevereiro de 2022.

Fonte: Site Sindseg PR/MS.



### Visita da diretoria do Sindseg PR/MS ao BPTAN-PR. Junho de 2022.

Fonte: Revista Seguros em Foco.



### Sindseg PR/MS iniciou pela Associação Comercial do Paraná o ciclo de visitas a entidades representativas. Maio de 2022.

Fonte: Site Sindseg PR/MS

Enquanto isso, no Mato Grosso do Sul, o sindicato se aproximou da OAB/MS e, durante suas visitas ao estado vizinho, o presidente Altevir também conseguiu estabelecer a comunicação do sindicato com o Sincor-MS e com a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande, seguindo o mesmo intuito de demonstrar a relevância das instituições que compõem o mercado de seguros.

Além das reuniões com entidades representativas nos dois estados abrangidos pelo Sindseg, em que se cumpriu o êxito do diálogo e da comunicação sobre o mercado de seguros no Brasil, o presidente Altevir representou a instituição no 10º Colóquio de Proteção do Consumidor de Seguros, realizado pela CNseg em parceria com Procons



### Visita da diretoria do Sindseg PR/MS ao Detran-PR. Junho de 2022.

Fonte: Revista Seguros em Foco.



### Sindseg PR/MS se reúne com a OAB/MS.

Fonte: Revista Seguros em Foco.

dos estados do sul. Neste evento, houve a possibilidade de entrosamento entre os Procons e os Ministérios Públicos, bem como de conhecer mais sobre a relação entre segurador e consumidor.

Também no ano de 2022, Altevir Dias do Prado foi empossado como catedrático na Academia Nacional de Seguros e Previdência – ANSP, associação sem fins lucrativos, voltada ao aperfeiçoamento institucional do seguro e da previdência privada de instituições afins. Acerca de sua posse, o presidente do Sindseg destacou: “Com enorme satisfação tomei posse como catedrático da Academia Nacional de Seguros e Previdência! Responsabilidade em continuar contribuindo para o desenvolvimento e a evolução do pensar no mercado de seguros”.<sup>593</sup>

Naquele mesmo ano ocorreu o primeiro evento presencial do sindicato após longos períodos de *lockdowns* resultantes da pandemia. Na oportunidade, o encontro se deu durante um almoço para marcar a posse da segunda gestão de Altevir Dias do Prado e para comemorar os 98 anos do Sindseg PR/MS. Dentre as autoridades presentes,

<sup>593</sup> SINDSEG PR/MS. Altevir Prado assume como catedrático da ANSP. Disponível em: <https://sindsegrms.org.br/altevir-prado-assume-como-catedratico-da-ansp/>. Acesso em: 16 fev. 2024.



### **Altevir Prado na posse como catedrático da ANSP.**

Fonte: Revista Seguros em Foco.

destacou-se Dyogo Oliveira, o Presidente da CNseg.

O discurso proferido pelo presidente que foi reconduzido ao cargo revela os anseios para o futuro do sindicato:

Posse é uma palavra pequena mas que tem amplo significado. Não é apenas assumir algo, muito menos tomar para si. Tomar posse é receber uma missão, assumir uma responsabilidade. Assumir compromissos com aquilo que lhe é confiado.

Quem toma posse recebe a missão de ser um curador. Termo muito usado no mundo da arte e na museologia. Curador tem a missão de cuidar, de zelar, de proteger, de dar acesso e de ampliar. Não é apenas um zelador aquele que tranca e que não deixa ninguém entrar. Muito mais do que isso é colocar-se à disposição a serviço do futuro que chegou.

Cuidar do Sindseg PR/MS cuidando de nossas seguradoras, onde desempenhamos nosso papel e nossa atividade securitária. Zelar pelo Sindseg PR/MS como zelamos pela nossa própria casa. Proteger o sindicato como protegemos a família. Dar acesso para que a sociedade e o mercado segurador possam olhar para o Sindseg PR/MS como uma instituição acessível, à disposição, disponível para o

futuro, um farol norteador em tempos turbulentos e de incertezas. Nosso sindicato está a dois anos de completar 100 anos. Somos a instituição mais longeva do mercado segurador paranaense e um dos mais importantes do Brasil. Temos uma reputação respeitada e nos orgulhamos disso. São quase 100 anos de história, como instituição passamos por momentos históricos, muitos deles difíceis, no mundo e no Brasil. Sobrevivemos a todos (...).

Com essa visão, os planos de 2023 passaram a seguir dois projetos estruturantes: a continuação dos trabalhos para a divulgação do mercado de seguros entre a sociedade civil organizada no Paraná e no Mato Grosso do Sul, com a criação da proposta Seguro além do Seguro; e a organização dos preparativos para o centenário do sindicato.

## SEGURO ALÉM DO SEGURO

O Seguro além do Seguro é uma proposta que veio para fortalecer as ações que já eram desenvolvidas na primeira gestão do presidente Altevir Dias do Prado. O seu principal objetivo foi realizar reuniões, parcerias, congressos, diálogos e destacar a importância do mercado segurador no país. Assim, o Sindseg PR/MS promoveu ou esteve presente em diversas ações ao longo de 2023, entre elas:

- Renovação da parceria com a Cacisor;
- Visita e palestra na Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa. Na oportunidade, o presidente Altevir esteve acompanhado de Angelo Begha e Cleberston Kasprzak, delegados na região de Campo Grande, Danielle Saad, membro da Comissão Interna de Seguros Patrimoniais, e Ramiro Dias, diretor executivo do Sindseg PR/MS;
- Palestra na Associação Comercial e Industrial de Cascavel, da qual contou com excelente público. Os delegados do sindicato Mauri Donizete Campagnolo e Wilhan Humann, acompanharam o evento junto de empresários, corretores de seguros, gestores de seguradoras e representantes dos Procons da região;



**Visita e palestra na Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa. 2022.**

Fonte: Sindseg PR/MS



**Audiência do sindicato com o presidente do TJ/PR.**

Fonte: Sindseg PR/MS

- Palestra de Altevir Dias do Prado na Associação Comercial e Industrial de Londrina;
- Conferência sobre a relevância dos seguros, que ocorreu na Associação Comercial e Industrial de Campo Grande, com empresários, comerciantes e sociedade civil organizada mato-grossense;
- Visita ao Batalhão da Polícia Militar de Trânsito de Campo Grande, com palestra do presidente Altevir para tratar da relevância do mercado de seguros na sociedade;
- Audiência do sindicato com o presidente do TJ/PR, o desembargador Luiz Fernando Tomazi Keppen;
- Participação do Sindseg PR/MS no Congresso Nacional da AIDA – Associação Internacional de Direito de Seguros e na FIDES Rio 2023 – 38ª Conferência Hemisférica de Seguros, espaços onde se pôde dialogar sobre o segmento no Brasil e no exterior.

Juntamente ao desenvolvimento desses eventos, o Sindseg PR/MS também lançou um ciclo de seis palestras criado com o intuito de fortalecer a divulgação e promover o diálogo sobre a relevância do mercado segurador no Brasil.

Até o momento da escrita deste livro, ocorreram as três primeiras palestras:

A primeira deste programa foi conduzida pelo ex-ministro do Planejamento e presidente da CNseg Dyogo Oliveira. O evento ocorreu no dia 21 de novembro de 2023, no Palácio Avenida, em Curitiba, e contou com transmissão ao vivo para todo o Brasil pela TV Sindseg PR/MS.

A segunda palestra foi proferida por Ivan Gontijo, presidente do Grupo Bradesco Seguros e membro do Conselho Diretor da CNseg, no dia 22 de fevereiro de 2024, na Associação Médica do Paraná.

Já a terceira aconteceu no dia 16 de abril, com lotação máxima no auditório do Palácio Avenida e contou com a fala de três presidentes de seguradoras locais: Edward Lange (Sancor), Ricardo Iglesias Teixeira (Centauro) e Roque de Holanda Melo (Junto). Os presidentes realizaram ao longo do evento uma análise crítica sobre os diferentes segmentos do seguro em que atuam – Agrícola, Benefícios e Garantia.

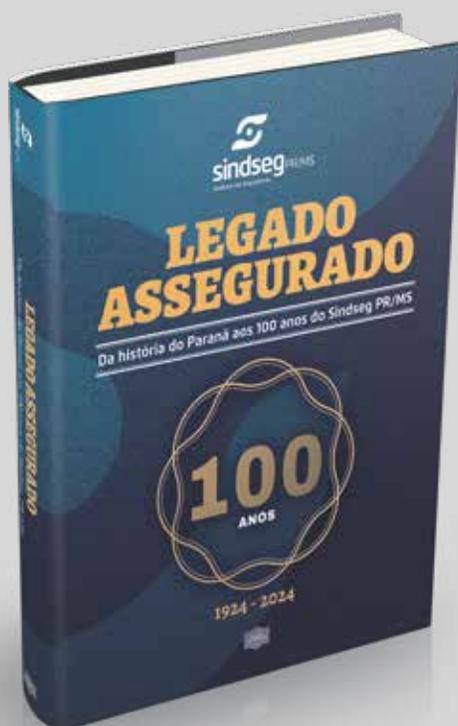


**Caciner apresenta caderno de eventos regionais ao Sindseg PR/MS.**



### Visita do Sindseg à Acic - Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Fonte: Site Sindseg PR/MS



## A MATERIALIZAÇÃO DA IDEIA DO LIVRO SOBRE O CENTENÁRIO

Embora estivesse no horizonte de atividades previstas para as comemorações dos 100 anos, o Sindseg ainda não havia selecionado a equipe que desenvolveria os trabalhos de pesquisa, curadoria iconográfica e projeto gráfico que geraria este livro. Quando Miguel Fernando, gestor do Cidades Históricas - empresa dedicada à pesquisa e a produção de conteúdos históricos, esteve em Curitiba para referendar a parceria do sindicato com a Cacino, entidade da qual era consultor estratégico, houve a provocação do tema por parte de Ramiro Fernandes Dias. Ao tomar ciência da relevância daquela publicação, rapidamente as partes chegaram ao acordo que viabilizou o desenvolvimento deste importante impresso.

“As oportunidades estão a todo tempo ao nosso redor. Diante do dinamismo dos executivos e da diretoria do Sindseg, não levamos muito tempo para estabelecermos um denominador comum”, ressaltou o mestre em História Política, Miguel Fernando.

Confecionado durante aproximadamente 12 meses, o livro veio com a proposta de contemplar três eixos: a história geral do Paraná, a história do mercado de seguros e, por fim, o centenário do Sindiseg.



### Comemoração dos 99 anos do Sindseg PR/MS.

Fonte: Revista Seguros em Foco

## O CENTENÁRIO DO SINDSEG PR/MS

O almoço de 99 anos do Sindseg PR/MS foi marcado pela abertura das comemorações de seu centenário. Entre as principais ações que foram apresentadas na oportunidade pelo presidente, estiveram: a contratação da agência Trade Comunicação & Marketing para modernizar e impulsionar a marca do Sindseg PR/MS; a escrita do presente livro, que deve ser entregue para as entidades seguradoras brasileiras e representativas de classes nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, bem como a todas as bibliotecas públicas destes territórios; e a criação da exposição itinerante “Seguro através dos tempos”, que deverá circular nas maiores cidades desses estados com o objetivo de divulgar os principais feitos ao longo destes cem anos.

Neste evento, o sindicato também apresentou a nova logomarca para os seus 100

anos. Na proposta visual, a antiga estilização do S ganhou nova forma para representar o simbolismo de proteção gerado por meio de duas mãos em posição de cuidado. Também foi feito o selo comemorativo de 100 anos, em que os zeros se transformam no símbolo do infinito, conservando a história da instituição ao tempo em que se projeta o futuro.

É em cima dessas duas soluções gráficas que o Sindseg PR/MS desenvolveu o conceito de toda a campanha do centenário, que se expressa também pelas frases “Seguro: quem ama faz” e “Se tá no coração, merece proteção”.

Durante o almoço, diversas autoridades estiveram presentes junto de membros do mercado segurador. O secretário de Justiça do Paraná, Santin Roveda, representando o governador Ratinho Jr., referiu-se àquele momento como:

É uma honra estar aqui hoje para comemorar os 99 anos do Sindseg, um pilar da estrutura econômica do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Nesses quase 100 anos de existência, o Sindseg tem desempenhado um papel crucial na mitigação de riscos e na promoção da estabilidade financeira para empresas e cidadãos. Isso não é apenas um serviço, mas também um ato de responsabilidade social (....).

Estas propostas foram desdobradas ao longo dos meses que antecederam ao centenário e, juntamente delas, foram criadas uma série de postagens a fim de movimentar as redes sociais falando sobre aspectos institucionais, históricos e de grupos que estão atrelados ao sindicato. Nessa esteira, lançou-se a websérie com 13 episódios “Cobertura do Tempo”, presente no Youtube. Todas essas ações pretenderam promover a cultura do seguro, registrar e divulgar a história da instituição e do estado do Paraná, além de buscar um reposicionamento para os próximos anos.



### Campanha de divulgação do Sindseg PR/MS nas redes sociais.

Fonte: Instagram Sindseg PR/MS



**Antiga logomarca do Sindseg PR/MS.**

Fonte: Sindseg PR/MS



**Nova logomarca do Sindseg PR/MS com selo comemorativo de 100 anos.**

Fonte: Sindseg PR/MS

### **ENTREGA DA MEDALHA CENTENÁRIA ROSÁCEA PARANISTA, POR ALTEVIR DIAS DO PRADO A JOÃO GILBERTO POSSIEDE**

No mesmo caminho dessas ações, o Sindseg PR/MS criou a Comenda Medalha Centenária Rosácea Paranista, “a mais alta honraria da instituição no âmbito das comemorações de seu centenário para homenagear personalidades que contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento do Mercado de Seguros do Paraná”.<sup>594</sup>

No dia 17 de abril de 2024, o presidente Altevir Dias do Prado, representando o sindicato, entregou-a para João Gilberto Possiede, como forma de homenagem a sua grande trajetória na instituição e no mercado segurador paranaense.

Entre as ações também marcadas pra 2024, estão a criação de selo comemorativo de 100 anos junto a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a festividade do centenário, uma grande celebração que deverá contar com as seguradoras associadas, autoridades públicas e do mercado segurador.



594 SINDSEG PR/MS. **Grande ícone do seguro no Paraná João Possiede recebe a Comenda Medalha Centenária do Sindseg PR/MS.** Disponível em: <https://sindsegprms.org.br/grande-icone-do-seguro-no-parana-joao-possiede-recebe-a-comenda-medalha-centenaria-do-sindseg-pr-ms/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

## DISCURSO DO PRESIDENTE EM FUNÇÃO DOS 99 ANOS DO SINDSEG PR/MS

*Bom dia a todos, todas, sejam todos muito bem vindos.*

*Eu gostaria de saudar e agradecer a todos que estão aqui presentes, é uma alegria para o sindicato das seguradoras.*

*As autoridades convidadas, sejam todos muito bem vindos. Para nós, é motivo de prestígio, de consideração, da sociedade paranaense e sul-mato-grossense.*

*Gostaria ainda de destacar o Secretário de Justiça do estado Paraná, Dr. Santin Roveda, muito obrigado pela presença.*

*O presidente do Tribunal de Justiça do estado do Paraná, desembargador Dr. Luiz Fernando Tomasi Keppen, que tem uma trajetória de amizade longa com nosso sindicato.*

*Saudar o diretor da CNseg, Dr. Alexandre, obrigada pela presença. Na sua pessoa saúdo todos os seguradores aqui presentes, todos os presidentes de seguradoras.*

*Também saudar o presidente do SINCOR do Paraná e o presidente do SINCOR do Mato Grosso do Sul, Srs Wilson Pereira e José Fernando, muito obrigado pela presença. E nas suas pessoas, saúdo aqui todos os corretores de seguros, nossos aliados de primeira hora.*

*E também o presidente da Câmara dos Vereadores, vereador Marcelo Fachinello e as demais autoridades políticas e forças de segurança aqui presentes, muito obrigado pela presença.*

*Hoje é um dia muito especial para nós do Sindseg PR/MS, e de todos os profissionais que fazem parte de nossa história.*

*São 99 anos de dedicação, à defesa, à promoção da cultura e desenvolvimento do mercado de seguros na sociedade. A partir de hoje, iniciamos uma contagem regressiva rumo ao centenário da instituição. E um marco tão importante como este, merece muito mais do que uma lembrança e uma comemoração. Merece entrar para a História da entidade.*

*Nossa atuação tem como premissa defender os interesses das empresas e seguradoras associadas dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, além de trabalhar pelo desenvolvimento da indústria do seguro, zelar pelo bom relacionamento do mercado com os consumidores, demonstrando o quão importante é o mercado de seguros para a sociedade.*

*É também premissa nossa, tornar de amplo conhecimento público, a importância do mercado segurador brasileiro, altamente regulado, que compõem reservas, e que ajudam atualmente a financiar o estado brasileiro em mais de 25% da dívida pública através de nossas reservas. Além de devolver para a sociedade todos os anos, algo próximo a 500 bilhões de reais em indenizações, sem as quais certamente sobrecarregaria ainda mais os serviços públicos do estado brasileiro, já carentes de recursos.*

*Ao completar 99 anos, abrimos hoje o ano do Centenário, um ciclo de importantes iniciativas a serviço da sociedade, com uma série de ações inovadoras, relacionadas a ESG, sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa. Nós, em sintonia com as associadas, já estamos trabalhando em prol de objetivos sociais, em busca de uma relação mais saudável com o planeta.*

*Como parte de nossa missão, de representar as associadas e fortalecer o setor de seguros, daremos início a um projeto promissor, chamado “Seguro através dos tempos”. Uma exposição sobre a história dos seguros no mundo, que acontecerá no interior do estado do Paraná, nas cidades de Maringá, Londrina, Cascavel e Ponta Grossa, além da capital do estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.*

*A exposição também contará a história dos seguros do Brasil e do Paraná, intensificando o diálogo com a sociedade civil organizada.*

*Além dessa exposição histórica, realizaremos um ciclo de seis palestras durante o ano do centenário, sobre o mercado de seguros, reunindo expoentes do setor em Curitiba e em Campo Grande.*

*Um capítulo tão marcante da nossa história merece registro à altura. Contratamos uma equipe de historiadores para produção de um livro comemorativo aos 100 anos do sindicato das seguradoras do Paraná e do Mato Grosso do Sul, que será lançado em breve. Vamos eternizar nossa trajetória para que muitas gerações possam conhecer e se orgulhar de todos que contribuíram para o sucesso dessa entidade.*

*Este livro, não vai apenas contar a história do Sindseg. Contratamos historiadores para contar a História Geral do Paraná. Um presente que o Sindseg vai oferecer para a sociedade, para a comunidade acadêmica e todos os paranaenses que desejam saber mais da nossa história. Da nossa história política, econômica e social, bem como nossa formação e nossa identidade cultural.*

*Já são mais de 700 páginas escritas e será o mais amplo livro de história geral do nosso estado.*

*Essa iniciativa está linkada a ESG e busca contribuir com mais cultura e preencher uma lacuna existente em termos de conhecimento social, do mercado de seguros e de toda sociedade. Assim, vamos contribuir de fato para tornar o mercado e todos os paranaenses, ainda que numa pequena parte, mais culto e mais inteligente.*

*Serão doados exemplares a todas as bibliotecas públicas do estado do Paraná e distribuídos exemplares para todo o Brasil, exaltando o orgulho de nossa história e de ser paranaense.*

*Porém, tudo isso, diante desta magnitude, é pouco. Porém, contratamos a Trade Comunicação & Marketing, uma agência com mais de 30 anos de experiência, tradicionalíssima no mercado, que vai cuidar e nos assessorar em toda a comunicação do nosso Centenário.*

*A primeira missão com a Trade, foi o desenvolvimento de uma nova logomarca para o sindicato, uma evolução gráfica que preserva o passado e lança o olhar moderno e inovador para o futuro.*

*Nossa nova logomarca evolui visualmente sem esquecer de nosso DNA, que por meio do entrelace de duas mãos, simboliza toda a proteção oferecida pelo mercado de seguros. Nossa logo tem o propósito de destacar a proteção e o sentimento tranquilidade que as coberturas de seguros são capazes de oferecer, em detrimento da ideia de trazer apenas reposição financeira. Uma inovação que o Sindseg sempre trouxe como marca e que aprimora neste caminho rumo ao centenário.*

*No ano de nosso centenário, a logomarca ganhará um brilho ainda mais especial. Tem como inspiração o símbolo do infinito. Desenvolvemos um selo comemorativo que representa com elegância a modernidade, o passado, o presente e o futuro do sindicato.*

*Relembrar a evolução dos setores de seguro ao longo do tempo, significa honrar nossa história, sem esquecer de que o futuro sempre reserva boas surpresas. Por isso, é com orgulho que apresento a vocês o nosso vídeo institucional comemorativo aos cem anos.*

*Esse vídeo faz parte de uma campanha publicitária que enaltece a atuação do sindicato, que busca essencialmente fortalecer cada vez mais a cultura do seguro na sociedade. Como vimos no vídeo, tudo o que está no coração merece proteção. E partindo desse mote, a Trade desenvolveu o conceito da campanha “Seguro, quem ama faz”. Com peças publicitárias e de mídia online, que estarão presentes nas redes sociais e canais de comunicação do sindicato ao longo do ano do centenário.*

*As peças exploram a diversidade dos produtos existentes no mercado, com variações de cores e elementos visuais que destacam suas particularidades. Todas essas peças serão amplamente impulsionadas nas redes sociais, promovendo ainda mais a cultura do seguro na sociedade.*

*Nestes quase 100 anos, acompanhamos e também fomos protagonistas de muitas*

*transformações pelas quais o mercado de seguros passou. Por isso, desenvolvemos a webserie Cobertura no Tempo, que terá 13 episódios, publicados às quintas-feiras, no canal do Youtube, e irá contar a história e conectar gerações, apresentando os marcos mais importantes da história do seguro no Brasil.*

*E para acompanhar todos os conteúdos que preparamos, siga o Sindseg nas redes sociais. Agora mesmo vocês podem pegar o celular e apontar para o QR Code que está em cima das mesas e seguir o sindicato em todas as redes sociais.*

*Todas essas ações de comunicações acontecerão tanto no meio digital, quanto offline, e contribuirão para exaltar a atuação do Sindseg no mercado de seguros e disseminar a importância da cultura de seguros em diferentes contextos.*

*Já a estratégia de divulgação na mídia paga de nosso centenário, acontecerá de forma 100% digital. Estaremos presente ao longo de todo ano no Youtube, no Facebook, Instagram, LinkedIn e Google Display. Esta escolha levou em conta a nossa vontade de estar cada vez mais integrado a modernidade, a tecnologia, a contemporaneidade e a era digital. E há dados que comprovam que o Brasil é o terceiro país que mais consome redes sociais no mundo.*

*Este é o sindicato das seguradoras do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Orgulhoso de seu passado, com olhar inquietante para o futuro. Abrimos hoje o ano de nosso centenário, uma história com começo, com meio e sem previsão de fim.*

*Para encerrar eu peço o apoio de todas as autoridades aqui presentes, eu peço o apoio do mercado de seguros, o engajamento, para que o grande presenteado neste ano do centenário do Sindseg seja a sociedade paranaense, seja a sociedade sul-mato-grossense, seja o consumidor de seguros, seja o mercado de seguros.*

*Muito obrigada pela presença e eu já vou aqui convidar a todos, nosso diretor executivo Ramiro, tem a lista de todos os presentes, para que daqui exatamente um ano a gente comemore os 100 anos de existência, no baile dos 100 anos, em comemoração ao nosso centenário.*

*Teremos um longo ano, de muitas comemorações, de incursão pelo interior do estado, no Mato Grosso do Sul, ciclo de palestra, publicação e lançamento do maravilhoso livro, alusivo ao nosso centenário e a História do Paraná.*

*Teremos, então, uma programação extensa e intensa de qualidade, tanto presencial, como digital, comemorando 100 anos desta maravilhosa instituição que Deus e o destino me deram o privilégio de presidir no ano do centenário.*

*Muito obrigado e tenham todos um excelente almoço.*

## DOAÇÕES REALIZADAS PELO SINDSEG PR/MS

Desde o início de sua primeira gestão, Altevir Dias do Prado estabeleceu como um de seus pilares a filantropia. Juntamente de todas as suas ações para a promoção do sindicato e da cultura do seguro na sociedade em geral, incentivou e realizou uma série de ações em prol da população em situação de vulnerabilidade. A ação nasceu durante o período da pandemia, mas teve continuidade após o abrandamento de contaminação de Covid-19.

As doações de cobertores e cestas básicas foram feitas para instituições de caridade. Também foi apoiada a campanha do agasalho do Sincor-MS. O projeto filantrópico atendeu famílias moradoras das cidades paranaenses de Almirante Tamandaré, Curitiba e Rio Branco do Sul, e municípios sul mato-grossenses de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas.



### Doações do Sindseg PR/MS entregues pelo presidente Altevir Dias do Prado.

Fonte: Sindseg PR/MS

## O SINDICATO AO LONGO DOS ANOS

Ao longo desses 100 anos de história, o atual Sindseg PR/MS iniciou sua trajetória como Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense, transformou-se em Comitê Local Mixto Paranaense, depois em Comitê Local de Seguros Paranaense para, então, tornar-se sindicato no ano de 1953. Desde sua fundação, percebemos entre seus principais objetivos a integração, regulamentação, fiscalização e organização do mercado de seguros paranaense. Foi formado enquanto comitê por importantes nomes do comércio e da indústria do Paraná e Santa Catarina, os quais se encontraram pela primeira vez na reunião de 28 de agosto de 1924.

Em suas primeiras décadas, houve um grande esforço para auxiliar os agentes de se-

guros do estado. Isso não apenas a partir das ações pouco citadas, mas principalmente por criar um canal de comunicação com as instituições de seguros nacionais, como o Sindicato do Rio de Janeiro e o IRB. Quando existiam dúvidas ou problemas, era trabalho do Comitê corresponder-se com outras organizações para resolver as situações ocorridas em sua região. O comitê também esteve presente na organização de sorteios e escolhas de companhias para atuarem junto aos seguros dos edifícios do Estado e de suas obras públicas. Além disso, a partir de parcerias, também possibilita a interação das novidades do setor de seguros para seus agentes associados, ao assinar a *Revista de Seguros* (RJ) e a *Revista do IRB*.

O Sindicato deu continuidade nas atividades desenvolvidas pelo Comitê, intensificando seu trabalho e as relações com o Estado e as companhias de seguro. Nos anos de 1950, foram desenvolvidas comissões técnicas individuais para pensar os seguros de Incêndio, Transporte, Acidentes Pessoais, Automóveis, Responsabilidade Civil, Roubo, Acidentes de Trabalho, Vida e Capitalização. Além disso, iniciou o trabalho de popularização do sindicato, com alguns eventos e palestras sobre seguros.

Durante os anos de 1960, os cursos e palestras foram intensificados, sendo criado, por exemplo, o curso de habilitação técnica-profissional para os corretores de seguros. Em 1970 e 1980, são ampliadas as relações com a Fenaseg, bem como surgem diversas edições dos cursos de corretores de seguros, em diversas cidades, como Londrina e Cascavel. Nesse momento, também se cria o Concurso de Monografias Cesar Correia, com o objetivo de passar a refletir cientificamente sobre o mercado de seguros. Essa proposta, além de gerar textos sobre o setor por acadêmicos de todo o estado, também motivou a criação da primeira biblioteca do Sindicato. São duas décadas essenciais para a divulgação do Sindicato e do mercado de seguros no Paraná.

Em 1993, João Gilberto Possiede assumiu a presidência do Sindicato, função que exerceu até o ano de 2020. Em suas gestões, intensificou a realização de cursos e palestras ao se preocupar com a profissionalização dos trabalhadores do mercado de seguros e trabalhou para a divulgação do sindicato e dos seguros no Paraná. Ao se tornar presidente da instituição em um momento de abertura econômica do país e de atualização tecnológica, Possiede atuou principalmente junto à sociedade, fazendo parcerias com a BPTran e com a Delegacia de Furtos e Roubos; realizando eventos sobre acidentes de trânsito; bem como o projeto Viver Seguro, a fim de conscientizar a sociedade civil sobre a importância dos seguros na economia e na sociedade. Isso tudo sem esquecer da integração do próprio Sindicato, que contou com diversos eventos e confraternizações em todos os anos de suas gestões.

Em 2020, após cerca de 27 anos de mandato de João Gilberto Possiede, Altevir Dias do Prado assumiu o Sindseg PR/MS, buscando principalmente sua modernização, isso para consolidar bases futuras no mundo pós-moderno, mas sem esquecer da importância social que o Sindicato e os seguros devem exercer no Brasil. A produção do presente livro parte desse desejo de manter viva a história e a memória dessa instituição centenária, ao mesmo tempo em que esta se volta para o futuro para continuar a construção de projetos grandiosos.

# SINDSEG NO MATO GROSSO DO SUL



## HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ESTADO

O estado do Mato Grosso do Sul tem uma história rica e diversificada que remonta aos tempos pré-coloniais. Antes da chegada dos europeus, a área era habitada por povos indígenas, como os Guarani, os Terena e os Guato. Em 1500, os primeiros exploradores portugueses chegaram à costa brasileira, mas foi somente no século XVIII que a exploração da região começou a sério.

Naquele período, expedições bandeirantes adentraram a região em busca de ouro e escravos nativos. A área foi então incorporada ao Mato Grosso, que abrangia uma grande área. Ao longo do tempo, a região do futuro estado do Mato Grosso do Sul tornou-se uma importante região de criação de gado.

Após a Guerra do Paraguai, no século XIX, o território tornou-se uma disputa entre o Brasil e o Paraguai. O Tratado de Assunção foi finalmente assinado em 1889 e a região foi incorporada ao Brasil.

A ocupação do estado do Mato Grosso do Sul foi marcada pela colonização agrícola devido à chegada de imigrantes de diversas partes do Brasil, principalmente do Sul. A agricultura e a pecuária cresceram em importância na economia, impulsionando o desenvolvimento desse estado.

Destaca-se também a sua diversidade cultural, influenciada por imigrantes, indígenas, africanos e europeus. A cultura pantaneira, por exemplo, é uma das que mais se destaca por suas festas folclóricas, culinária típica e folclore.

A divisão de Mato Grosso em dois estados foi resultado de um longo processo que leva em consideração aspectos socioeconômicos, políticos e culturais. Enquanto a parte sul tentava se dividir, a parte norte endureceu sua posição e frustrou aquelas intenções. O Movimento Separatista do Eixo Sul foi criado por volta de 1889, quando alguns políticos de Corumbá (MS) publicaram um manifesto propondo a transferência da capital do Mato Grosso para aquela outra cidade. Embora a postura não tenha dado resultado na época, mostrou que a ação política poderia voltar com mais força.

Com a legalização das viagens ferroviárias, o movimento sectário ganhou força. O crescimento socioeconômico do sul do estado, por meio da criação de animais e da exploração da erva-mate, moldou o movimento. Apesar da prosperidade do sul, Cuiabá continuou a deter o poder político e administrativo, embora isolada devido ao seu afastamento das cidades do Sul e da então capital federal, Rio de Janeiro.

Em 1921, Campo Grande tornou-se sede de um distrito militar que, hoje, é o quartel-general do Exército do Oeste. Naquela época, a cidade era considerada a capital econômica de Mato Grosso devido às exportações da estação. Alguns anos depois, em 1946, Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência da República após a queda de Getúlio Vargas. Mais uma vez, as tentativas de mudar a capital de Cuiabá para Campo Grande fracassaram. Dutra fortaleceu a política de integração nacional que facilitou a manutenção da unidade nacional.

Em 1974, o governo federal promulgou a lei básica para a criação de novos estados

e territórios. No ano seguinte, uma disputa pela fronteira entre Mato Grosso e Goiás reacendeu a ideia de divisão. O movimento reverberou e em 1976 foi liderado pela Liga Sul Mato-Grossense, presidida por Paulo Coelho Machado. Já o governador do Mato Grosso, José García Neto, resistiu.

Os membros da confederação agiram rápida e secretamente para fornecer ao governo federal os subsídios necessários para viabilizar a divisão dos estados. Essa lei foi assinada pelo presidente Ernesto Geisel em 11 de outubro de 1977, e publicada no Diário Oficial do dia seguinte.

Naquele momento, Mato Grosso tinha 93 municípios e 1.231.549 quilômetros quadrados. Aquela lei dividiu as províncias, deixando Mato Grosso com 38 municípios e Mato Grosso do Sul com 55 municípios. Mato Grosso tinha a maior área, embora o número de municípios fosse menor.

## OS SINDICATOS DE SEGUROS NO MATO GROSSO E NO MATO GROSSO DO SUL

Desde a fundação, em 1950, adotando a denominação Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Minas Gerais (Sesmig), a instituição tem utilizado como norteador de sua atuação, tanto entre seus associados quanto em outras unidades do setor, a união entre os parceiros.

A constatação de que a soma de esforços fortalece o mercado ganhou ainda mais peso no final de 2006, quando teve início um processo que culminou na representação do Distrito Federal pela união de Goiás e dos estados de Mato Grosso e Minas Gerais.

Mas a expansão da cobertura territorial dos sindicatos patronais não ocorreu por acaso. Um dos eventos mais marcantes de 2006 foi a proposta da Fenaseg de criar uma coalizão nacional para o mercado de seguros. Este foi o ponto de partida para o fortalecimento do setor. A partir de então, as empresas teriam uma nova estrutura de representação mais completa e autônoma.

Como parte da agenda proposta para a implementação do plano, na reunião da diretoria do sindicato de Minas Gerais em 28 de setembro de 2006, Alberto Continentino, enfatizando todos os pontos já levantados, propôs a União Setorial Nacional, explicando detalhadamente a criação. Ficou definido que, para expansão, seriam adotados os seguintes pontos:

- Seriam estabelecidas quatro coalizões: Seguros Gerais, Seguro Saúde, Capitalização, Aposentadoria e Vida.
- Os sindicatos do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina seriam mantidos.
- Minas Gerais incluiria os estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.
- Haveria a fusão dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (que mais tarde passariam à jurisdição do Paraná).
- O sindicato do Rio de Janeiro passaria a representar também as empresas do Espírito Santo.
- Bahia, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Rondônia e Acre aderiram ao mesmo sindicato.
- Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá e Roraima também passaram a pertencer à mesma instituição.

Todos os sindicatos deveriam realizar eleições no início de fevereiro de 2007, vindo a tomar posse no primeiro dia útil de maio.

O sindicato de Minas Gerais alterou, assim, o seu estatuto para se adequar aos projetos da União. Na reunião do Conselho de Administração de 23 de outubro de 2006, as disposições correspondentes às novas alterações foram apresentadas aos membros do conselho para aprovação e sugestões. Esse documento foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de novembro de 2006. Assim, em 24 de maio de 2007, foi aprovada a nova sigla do sindicato: Sindseg MG/GO/MT/DF.

O ingresso do Mato Grosso do Sul no Sindseg PR surgiu no mesmo bojo de expansão territorial dos sindicatos no Brasil. E, mesmo que o Mato Grosso do Sul tenha nascido em 1977, não havia representatividade no então estado do Mato Grosso no tocante aos seguros. Ou seja, ainda que as unidades federativas estivessem juntas em boa parte da história, mesmo após a separação não houve a criação ou manutenção de um sindicato existente.

Assim, foi a partir da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) que os sindicatos estaduais passaram a abrigar todos os estados onde ainda não havia liderança patronal. Em virtude de tal regionalização e do desejo de multiplicação territorial da Fenaseg, Minas Gerais abrigou Mato Grosso e o Paraná abrigou o Mato Grosso do Sul.

O início da operação no Mato Grosso do Sul ocorreu em 12 de março de 2007, com a primeira reunião oficial ocorrendo em Campo Grande. A reunião histórica contou com a participação de seguradoras como Federal, HDI, HSBC, Mapfre, Porto Seguro, Tokio Marine, Unimed, Sul América, Marítima e Centauro.

Na ocasião, a reunião foi comandada por João Gilberto Possiede, presidente do Sindseg PR/MS. Ainda participaram: Paulo Thomaz de Aquino (vice-presidente); Aroldo dos Santos Carneiro (representante da Centauro Seguradora); Ramiro Fernandes Dias (diretor-executivo do Sindseg PR/MS); João Leopoldo B. de Lima (representante da Funenseg para o Mato Grosso do Sul); Julio Filho (editor da revista *Seguros em Foco*).

Possiede destacou, em sua fala inicial, a importância do momento histórico daquela reunião. Ramiro Dias apresentou o sindicato, lembrando pontos marcantes da instituição, além do território de atuação. Ainda, fez um balanço do mercado de seguros no Mato Grosso do Sul, enfatizando a possibilidade de expansão no estado e as oportunidades existentes.

Por fim, com a instalação do núcleo em Campo Grande, a diretoria ainda nomeou representantes no interior do Paraná. Enquanto na capital sul-mato-grossense Fábio Gumiero Souza e Wesley de Oliveira representavam o sindicato, em Londrina (Maurício Pinelli e André Moreno), Maringá (Osmar Assolari), Ponta Grossa e Cascavel (Wilhan Human) se fixaram como representantes, a fim de atuarem como agentes facilitadores junto ao mercado do interior.

Em 12 de maio de 2017, o Sindseg PR/MS inaugurava a sede física em Campo Grande, o que facilitou as operações no estado.

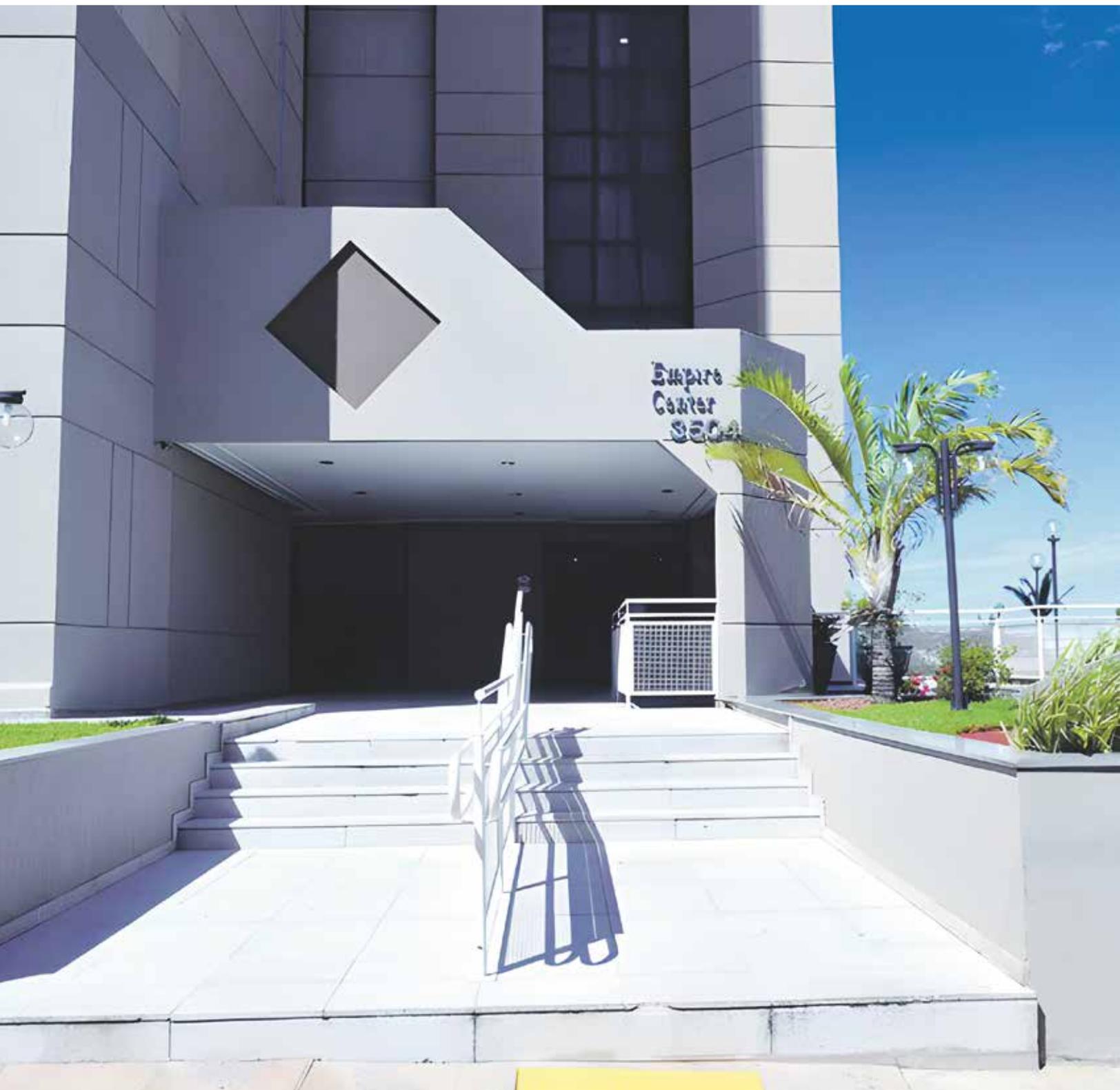
São doze seguradoras associadas no Mato Grosso do Sul, instaladas na capital Campo Grande e em Dourados, principais cidades do estado. São aproximadamente 1.200 profissionais atuando entre pessoas físicas e jurídicas, destacando-se as duas cidades citadas.

Uma das vantagens do mercado de seguros na localidade é a vocação para o agro-negócio, que, industrializado ano a ano, tem expandido naturalmente a quantidade de bens assegurados.

**O SINDSEG PR/MS CHEGOU AO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO DO SETOR NA REGIÃO. A SEGUIR, EM DESTAQUE, ALGUNS MOMENTOS DA INSTALAÇÃO DO NÚCLEO.**







**A sede do Núcleo do Sindseg PR/MS no Mato Grosso do Sul tem entre seus principais diferenciais a excelente localização na capital sul-mato-grossense. Confortavelmente instalada no Edifício Empire Center (Avenida Afonso Pena, 3504 - Sala 01 - Térreo), a sede possui todos os recursos para oferecer o melhor apoio às associadas.**



A sede do Núcleo do Sindseg PR/MS no Mato Grosso do Sul tem entre seus principais diferenciais a excelente localização na capital sul-mato-grossense.



### Primeira reunião da sede do Núcleo do Sindseg PR/MS em Campo Grande-MS, em 2017.

Ao longo da história, o Sindseg PR/MS tem se dedicado a celebrar momentos vitoriosos, tanto da instituição quanto das pessoas que por ela passaram. Homenagear é um ato simbólico que desempenha papel fundamental na sociedade. No momento de expressar o reconhecimento, gratidão e respeito por pessoas, eventos ou causas importantes, o Sindicato está fortalecendo os laços humanos e preservando sua história e seus valores.

Ao receber uma homenagem, há a lembrança de que o trabalho, esforço ou contribuições não passam despercebidos. Homenagear também permite expressar gratidão a quem ajudou ao longo do caminho, fortalecendo relacionamentos e promovendo a empatia.

Ao reconhecer aqueles que moldaram o passado do Sindicato, é possível aprender com as experiências, evitar erros e valorizar conquistas alcançadas. Nesse sentido, a trajetória do Sindseg PR/MS é marcada pelo reconhecimento de personalidades do mercado de seguros e da sociedade em geral. Lídio Duarte, presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, recebeu importante homenagem do sindicato em 14 de abril de 2003, no momento em que assumiu o cargo máximo da autarquia.

Já no tocante às personalidades, destaca-se a figura de Munir Karam, que em 27 de agosto de 2007 foi reconhecido em virtude da aposentadoria como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Karam havia ascendido ao cargo em 25 de outubro de 2002. Aposentou-se, compulsoriamente, no dia 16 de julho de 2007. Era membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas do Paraná. Faleceu em Curitiba, no dia 6 de dezembro de 2020, aos 83 anos de idade.

Em 2005, Robert Bittar foi homenageado pelo sindicato ao assumir a presidência da Escola Nacional de Seguros (Funenseg), além de receber novo reconhecimento em 14 de dezembro de 2009, em virtude da atuação no mercado nacional de seguros. Bit-

## RECONHECIMENTO

tar é vice-presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros do Paraná (Sincor-PR) e membro da Câmara Nacional de Corretores de Seguros da Confederação Nacional do Comércio; da Associação da Escola Superior de Guerra (ADESG); do Conselho Consultivo de Normas e Procedimentos no âmbito da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Alzira Muller recebeu homenagem do Sindseg PR/MS em 2008, quando deixou o Núcleo Paraná da atual Escola Nacional de Seguros (Funenseg), devido aos seus relevantes serviços.

Contribuindo com a direção do sindicato em várias gestões, Léo Alceu Hatschbach recebeu homenagem em virtude da aposentadoria na Nova Hamburgo Seguradora, em 2005. No dia 1º de abril de 2007, veio a falecer, recebendo a nomenclatura de uma rua em Curitiba.

Em virtude dos 50 anos da Fenaseg, grande evento foi realizado no Rio de Janeiro para celebrar a data. Assim, no dia 27 de agosto de 2001, contando com a presença de 2.400 convidados, todos os presidentes das seguradoras do país estiveram naquela solenidade.

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (anfitrião) e o governador do Paraná, Jaime Lerner, também compareceram. Na ocasião, 70 profissionais de seguros do Brasil receberam distinção.

Da comitiva paranaense, 13 profissionais foram homenageados, a saber:

- Lino Oyola: 59 anos de atuação
- Alceu dos Santos: 58 anos de atuação
- Leo Alceu Hatschbach: 57 anos de atuação



**O Desembargador Munir Karam foi novamente homenageado pelo Sindseg PR/MS em 27 de agosto de 2007, em decorrência de sua aposentadoria como Desembargador do Tribunal de Justiça.**

- Manoel da Silva Machado: 57 anos de atuação
- Dênio Leite Novaes: 56 anos de atuação
- João Gilberto Possiede: 55 anos de atuação
- Antônio Constantino Volkov: 53 anos de atuação
- Amaury Nogueira Freire Gameiro: 53 anos de atuação
- Renato Bechara Amim: 51 anos de atuação
- Dirceu Werneck de Capistrano: 50 anos de atuação
- Djalma Paiva do Nascimento: 50 anos de atuação
- Joaquim Garcia de Campos: 50 anos de atuação
- Joaquim Machado: 50 anos de atuação

No âmbito regional, o Sindseg PR/MS também realizou um evento para marcar a data dos 50 anos de atuação no mercado de seguros da regional, em virtude da filiação à Fenaseg.

Assim, em 24 de setembro de 2001, no Clube Concórdia, houve um jantar para aproximadamente 250 pessoas, reafirmando as homenagens concedidas aos 13 profissionais que estiveram no Rio de Janeiro e mais 4 personalidades do mercado de seguros: Luiz Carlos Moscardini, com mais de 50 anos no mercado exclusivamente como corretor de seguros; Miguel Pereira Junqueira, presidente do Sindseg-RS; o desembargador Munir Karam; além de João Elísio Ferraz de Campos, presidente da Fenaseg.



**Até o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, fez questão de prestigiar o evento. João Elísio Ferraz de Campos, como Presidente da Fenaseg, foi o anfitrião da noite, que homenageou 70 profissionais com mais de 50 anos de atuação no mercado de seguros, dos quais treze paranaenses. No total, foram cerca de 2.400 convidados.**



**Robert Bittar foi homenageado pelo Sindseg PR/MS em 2005, ao assumir a Presidência da Fenenseg, e em 14 de dezembro de 2009, pela sua atuação no cenário nacional do mercado de seguros.**



**Alzira Müller também foi homenageada pelo Sindseg PR/MS, em 2008, ao deixar o Núcleo Paraná da Funenseg, que ajudou a implantar.**



**Diretor do Sindseg/PR em várias gestões, Léo Alceu Hatschbach foi homenageado quando da sua aposentadoria na Novo Hamburgo Seguradora, em 2005, empresa na qual atuou durante vários anos.**



**No Paraná, além dos treze profissionais que foram homenageados no evento dos 50 anos da Fenaseg, no Rio de Janeiro, também foram homenageados o corretor de seguros Luiz Carlos Moscardini, Miguel Junqueira Pereira, presidente do Sindseg RS, o Dr. Munir Karan e João Elísio Ferraz de Campos, presidente da Fenaseg.**

A essência de um sindicato patronal é a representatividade das empresas associadas. Nesse sentido, o Sindseg PR/MS tem a responsabilidade de ser a entidade que coleta as demandas, articula em conjunto e traz soluções para as conveniadas, sendo o espaço de união entre as empresas do setor. Desde sua fundação, o sindicato cumpre este papel articulador, centralizador de boas práticas e ideias inovadoras para as empresas associadas. Portanto, as seguradoras buscam o Sindseg PR/MS para tratar de uma agenda de reivindicações em comum.

Há várias vantagens significativas em uma seguradora fazer parte de um sindicato patronal. Uma delas é o poder de representação coletiva. Ao unir-se a outras seguradoras, a empresa fortalece sua voz em questões práticas, permitindo que elas sejam ouvidas em negociações com o governo e órgãos reguladores. Por meio do sindicato, as seguradoras podem influenciar a criação de políticas que sejam mais favoráveis ao setor como um todo, além de ter acesso a informações atualizadas sobre mudanças no ambiente regulatório.

Outro benefício importante é a troca de conhecimento e *networking*. Ao participar de um sindicato patronal, as seguradoras têm a oportunidade de interagir e colaborar com outras empresas do mesmo ramo. Essa interação promove o compartilhamento de experiências, boas práticas e aprendizados, permitindo que as seguradoras aprimorem suas operações e adotem estratégias mais eficientes. Além disso, o *networking* dentro do sindicato pode levar a parcerias comerciais, colaborações e oportunidades de negócios que podem impulsionar o crescimento da seguradora.

Por fim, a participação em um sindicato patronal pode fortalecer a reputação e a imagem da seguradora perante o mercado e os consumidores. Ser associado a uma organização reconhecida e respeitada pode transmitir confiança e credibilidade aos clientes em potencial. Além disso, a seguradora também pode se beneficiar de campanhas de marketing conjuntas promovidas pelo sindicato, que têm o potencial de aumentar a visibilidade da empresa e atrair novos clientes.



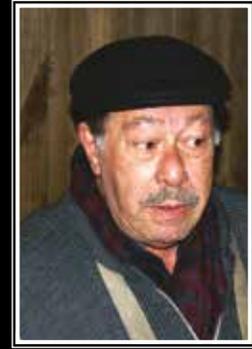
**Lino Oyola**



**Alceu dos Santos**



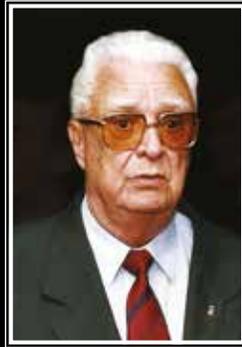
**Amaury Nogueira  
Freire Gameiro**



**Renato Bechara  
Amim**



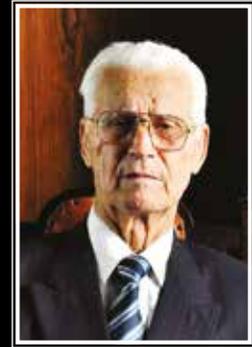
**Dirceu Werneck de  
Capistrano**



**Dênio Leite Novaes**



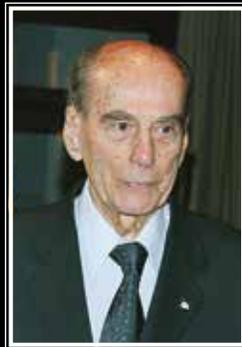
**João Gilberto  
Possiede**



**Antônio  
Constantino Volkov**



**Leo Alceu  
Hatschbach**



**Manoel da Silva  
Machado**



**Joaquim Machado**



**Joaquim Garcia de  
Campos**



**Djalma Paiva do  
Nascimento**

## JOÃO ELÍSIO

*João Elísio Ferraz de Campos nasceu em 23 de dezembro de 1942 na cidade de Paranaguá. Seus pais eram João Ferraz de Campos e Eddie Ferraz de Campos. Completou sua graduação e ensino médio em sua cidade natal. Em 1962, antes dos 20 anos, começou a trabalhar no mercado de seguros como Diretor Superintendente da Corretores de Seguros do Paraná (Cosepa).*

*Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 1966 e no mesmo ano tornou-se diretor da Companhia Nova América de Seguro Gerais, da Confederação e Indústria do Seguro Gerais de Joinville (SC). Com sede no Rio de Janeiro, também atuou como agente da Companhia Comercial de Seguros Gerais, coligada do Banco Paraná. Quando União e Nova América se fundiram para formar a Companhia Comercial de Seguros Gerais, ele se tornou seu diretor. Ao mesmo tempo, passou a se relacionar mais diretamente com departamentos representativos de sua área de atuação.*

*Ocupou a função de secretário da Associação Paranaense das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, ao mesmo tempo em que passou a participar ativamente dos esforços da Igreja Católica paranaense. Seu envolvimento na vida política começou em 1973, quando o então governador Emílio Gomes (1971-1975) o convidou para assumir o cargo de superintendente da Fundação Educacional do Paraná. Em março de 1975, após a posse de Jamie Canet Junior (1975-1979), no Palácio Iguazu, deixou a Fundação para assumir o cargo de secretário de Estado da Administração Pública.*

*No mesmo ano em que a Companhia Comercial de Seguros passou a fazer parte da Bamerindus Companhia de Seguros, assumiu a administração da seguradora e iniciou uma longa carreira no Grupo Bamerindus. Em meados de 1978, renunciou ao seu cargo no governo Canet e concorreu à Assembleia Legislativa do Paraná pela Aliança para a Regeneração Nacional (Arena). Foi eleito pelo voto direto e assumiu o cargo em março de 1979. Após o fim do bipartidarismo, ingressou no Partido Popular (PP). Em fevereiro de 1982, o partido fundiu-se ao PMDB em antecipação à primeira eleição para governador desde o estabelecimento do governo militar.*

*Indicado por Canet e escolhido para compor a lista majoritária do partido encabeçada pelo senador José Richa, deixou a seguradora para se dedicar à campanha, vindo a ser indicado pelo ex-prefeito de Curitiba Saul Raiz. Concluiu o mandato legislativo em fevereiro de 1983, tornou-se vice-governador do Paraná em março. Exerceu o cargo de presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) de 1983 a 1984 e foi ministro da Fazenda de 1984 a 1986.*



*Depois de ser forçado a deixar o cargo para concorrer ao Senado em 1986, Elísio assumiu a liderança do Palácio Iguaçu em maio de 1986, cargo que ocupou até março de 1987, quando Alvaro Dias se tornou governador.*

*No mesmo ano ingressou no conselho de administração da Paraná Companhia de Seguros, tornando-se presidente em 1996. Ele também se tornou presidente da Bamerindus Companhia de Seguros, cargo que ocupou até 1990, após o qual foi presidente do Conselho de Administração até 1997. Em 1990, passou também a integrar o Conselho de Administração do banco Bamerindus Companhia de Seguros, permanecendo no cargo até 1997. Ainda, foi presidente da Federação Nacional das Empresas de Capital de Seguros Privados (Fenaseg).*

*Em março de 2006 foi nomeado pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), organismo de caráter consultivo da Presidência da República, com o objetivo de cooperar na formulação de políticas do governo federal. No ano seguinte foi eleito para novo mandato na Fenaseg, durante período em que se deram importantes transformações no mercado de resseguros.*

## EMPRESAS SINDICADAS

### AIG



Presente no Brasil desde 1949, a American International Group (AIG) nasceu como Seguros Sudamericana, recebendo a atual nomenclatura em 1996. Entretanto, em 1997 passou a se chamar Unibanco AIG, em 2005 AIU, em 2009 Chartis e, somente em 2012, voltou definitivamente a se chamar AIG, completando a efeméride de

70 anos no país em 1999.

São mais de 100 anos operando no mundo, em mais de 97 países, atuando no mercado de seguros de empresas e pessoas. Sua sede está localizada em São Paulo e possui também filiais no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo: Interior, com escritório em Campinas, com equipes que possuem ampla experiência em subscrição de riscos, atendimento e sinistros. Em Curitiba, o escritório está localizado na rua Pasteur, 463, 6º andar, sala 603, no bairro da Água Verde

Enquanto empresa global, a AIG desenvolve políticas corporativas de diversidade, equidade de gênero para as mulheres e diversidade étnico-racial consciente, bem como atividades filantrópicas e de voluntariado.

### ALLIANZ



Com a tradição de uma empresa fundada em 1890, a Allianz foi criada pelo especialista em seguros Carl Von Thieme e o banqueiro Whilhem Finck junto com representantes de duas casas bancárias, dois industriais, um advogado, um banqueiro, um político e um

perito em seguros.

Considerada uma das maiores seguradoras do mundo, é integrante da Transparência Internacional e líder na prática de sustentabilidade no setor de seguros. Presente no Brasil desde 1908, contempla mais de 70 filiais no país, com mais de 2 mil funcionários.

Após adquirir o grupo AGF, a Allianz encerrou o processo do conglomerado de seguros em 2008, adotando apenas a marca consagrada mundialmente. Além das práticas inovadoras, a Allianz adquiriu o *namings rights* do estádio Palestra Itália, do Palmeiras, em São Paulo, tornando-se uma das pioneiras no país a adotar esse sistema.

## AXA SEGUROS



Fundada em 1817 por Cláude Bébéar, na França, a AXA Seguros conta com presença global, estando em mais de 60 países, com mais de 160 mil funcionários e ativos espalhados por todo o planeta. No final da década de 1990, após a fusão com a UAP, a companhia tornou-se a líder na França, onde começou sua história no século XIX, a partir da fusão de duas das seguradoras mais importantes da época.

A AXA iniciou as operações no Brasil no último trimestre de 2013 e, hoje, oferta uma linha completa de seguros para empresas — Linhas Gerais, Grandes Riscos Empresariais, Vida em Grupo e Afinidades. Destaca-se a proteção para as peças com valores emocionais, como obras de arte e artigos de colecionadores.

É considerada a marca mais valiosa de seguros no mundo, segundo estudo da Best Global Brands, e a mais inovadora para seguros em 2016. Por fim, salienta-se a integração entre as operações de grandes riscos e seguros gerais em 2021, uma vez que as áreas funcionavam de modo independente por meio de duas empresas separadas.

## BRDESCO SEGUROS



O grupo Bradesco nasceu na cidade de Marília (SP) em 1943, fundado por Amador Aguiar. A sigla significa Banco Brasileiro de Descontos S.A., estando presente em todas as cidades do país com, no mínimo, um posto de atendimento. Visando à multiplicação de atividades, o Bradesco criou a seguradora em 1983.

Antes do surgimento da empresa, houve a aquisição da Atlântica Companhia Nacional de Seguros, com a trajetória iniciada em 1935. A compra ocorreu em 1981, multiplicando as atividades com a seguradora e a previdência privada.

O grupo ainda é detentor das marcas Bradesco Vida e Previdência S.A, Bradesco Saúde S.A, Bradesco Capitalização S.A, Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A, BSP Empreendimentos Imobiliários, Bradesco Dental, Multipensions e Mediservice.

## CENTAURO ON VIDA E PREVIDÊNCIA



Criada em 1909 nos Estados Unidos como Ohio National Life Insurance Company, por Albert Bettinger, a empresa é uma combinação de negócios com a Centauro Vida e Previdência, que nasceu no Brasil em 1992. As duas empresas se uniram em 2014, se solidificando em uma *joint venture* internacional.

Um dos marcos da Centauro foi a nova sede construída em Curitiba em 2005, sendo ampla e moderna para recepcionar os clientes.

A Centauro On integra um grupo segurador com mais de 100 anos de experiência em seguros de vida e que gerencia mais de US\$ 40 bilhões em ativos. Está presente na América Latina desde 1992 com empresas no Chile, Peru e Brasil. No Brasil, há esta integração do grupo com mais de 40 anos de experiência em seguros no mercado local.

## CHUBB



É a maior companhia de seguros P&C de capital aberto do mundo e a seguradora líder em linhas comerciais nos Estados Unidos, com operações em 54 países e territórios. A empresa oferece seguros comerciais e pessoais de bens e acidentes, acidentes pessoais e seguro saúde suplementar, resseguro e seguro de vida a um grupo diversificado de clientes.

A Chubb traça sua história até 1792, quando os investidores se reuniram no Independence Hall, na Filadélfia, para organizar a Insurance Company of North America (INA), a primeira companhia de seguros dos Estados Unidos. A INA, então parte da Cigna Corporation, foi adquirida pela ACE Limited em 1999.

A Chubb do Brasil é uma das maiores operações da The Chubb Corporation fora dos Estados Unidos e a maior da América Latina. Ela comercializa seguros de linhas comerciais e pessoais, bem como coberturas de seguros de vida em grupo e acidentes pessoais para empresas de médio porte e indivíduos de alto poder aquisitivo.

## GENERALI



Fundada em 1831, a Generali tem mais de 82 mil funcionários em mais de 50 países, que buscam oferecer soluções simples e customizadas de seguros para os 69 milhões de clientes. Figura entre as cem empresas mais sustentáveis do mundo.

Presente no Brasil há 98 anos, a Generali tem a matriz no Rio de Janeiro e investe na diversidade, equidade e inclusão entre seus colaboradores. São 20 parceiros que atuam no mercado de seguro em conjunto com a empresa. Destaca-se, ainda, o fato de que, excluindo fusões e incorporações, a Generali foi a primeira seguradora estrangeira a se fixar no Brasil.

Por fim, vale lembrar que a tecnologia e a inovação são marcas da empresa, que, focada nos grandes nichos de seguro de vida, amplia a trajetória institucional a cada ano.

## HDI SEGUROS



Criada em 1903 em Frankfurt na Alemanha, a Haftpflichtverband der Deutschen Industrie (HDI) adquiriu em 1996 a Talanx, tornando-se um grupo de multimasas para o mercado competitivo.

Chegou ao território nacional em 1980, com mais de 60 filiais e 1.400 colaboradores, fixando-se entre as cinco maiores seguradoras de veículos do Brasil.

## ITAÚ SEGUROS



Em 1924 João Moreira Salles funda a Casa Moreira Salles em Poços de Caldas, centro financeiro e cafeicultor regional na época, como extensão dos negócios relacionados à comercialização de café da família. Os serviços ofertados pela família se transformaram em um banco em 1940, adquirindo vários bancos ao longo da história.

No mercado de seguros, em 1921 foi fundada a Cia. Ítalo-Brasileira de Seguros Gerais, com o objetivo de oferecer seguros para as primeiras indústrias na cidade de São Paulo. Este grupo foi sucedido em 1935 para um conjunto de empresários liderado por Alfredo Agydio de Souza Aranha chamado Cia. Seguradora Brasileira. Foi em 1972 que a companhia ganhou nova razão social Itaú Seguradora S.A.

No final do ano de 2009, a Porto Seguro S.A. e o Itaú Unibanco Holding S.A. realizaram uma fusão, unindo suas equipes operacionais para o seguro auto e seguro residencial, e hoje tornaram-se uma das maiores e mais importantes seguradoras do país.

## JUNTO SEGUROS



Fundada em 1992 como J. Malucelli Segurador, a empresa faz parte do Grupo J. Malucelli, criado por Joel Malucelli e que desde 1966 se consolidou como um dos maiores grupos empresariais do Paraná. Foi uma das pioneiras na venda em apólices pela Internet no Brasil.

Com a compra de 43% da seguradora pela Travelers em 2010, houve início da expansão pela América Latina, o que culminou com a troca na denominação. Surge, assim, em 2018, a Junto Seguros, nome fantasia para a J. Malucelli Seguradora.

Hoje, a Junto se consolida como a primeira seguradora digital de Seguro Garantia do Brasil. Para reforçar a inovação como parte do negócio, há a simplificação de processos e melhor experiência aos clientes e parceiros, marcas da seguradora presidida por João Gilberto Possiede.

## LIBERTY SEGUROS



Em 1906, quando São Paulo despontava como capital financeira do país, foi fundada a Companhia Paulista de Seguros Marítimos e Terrestres. Em apenas três anos, a companhia apresentou um crescimento extraordinário, inaugurando filiais em Santos, Campinas e Rio de Janeiro.

No início dos anos 1950, era inaugurada a sede, num majestoso edifício de 22 andares, na rua Libero Badaró, que logo se tornou um dos cartões postais da cidade. Alguns anos depois, ao completar 50 anos de atividade, mantinha negócios em grande parte do território nacional.

Já em 1996, houve a incorporação da Companhia Paulista de Seguros pelo Grupo Liberty Mutual, um dos maiores grupos seguradores do mundo. Em atividade desde 1912, e com sede em Boston, Massachusetts, hoje a Liberty é a quinta maior seguradora global, com base no prêmio bruto no ano de 2018.

## MAG SEGUROS



A MAG Seguros foi fundada em 1835 no Brasil, como Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, e foi a primeira instituição oficial de previdência social do país.

Em 2009, passou a fazer parte do Grupo Aegon e entre os anos de 2013 a 2016 foram criados a MAG Investimentos, a MAG Universidade e Instituto de Longevidade Mongeral Aegon.

Por meio de sua companhia de seguros norte-americana, a *Transamerica Asset Management*, o Grupo Aegon é líder em anuidades, planos de vida temporários e do tipo *universal life* nos Estados Unidos.

Enquanto isso, na Europa, é o segundo maior em previdência corporativa.

A MAG Seguros é uma empresa plural e tem entre suas principais pautas a defesa da diversidade e da inclusão. Atualmente assegura mais 6 milhões de vidas, R\$ 875 bilhões em capital, possui 38 unidades e mais de 6600 corretores parceiros.

## MAPFRE SEGUROS



Fundada em 1933, na Espanha, a Mapfre (Mutualidad de La Agrupación de Propietarios de Fincas Rústicas de España) nasceu da união de um grupo de proprietários de pequenas áreas agrícolas com o objetivo de prestar assistência a trabalhadores acidentados.

Hoje, a Mapfre atua em atividades seguradoras, resseguradoras, financeiras e de serviços de saúde e assistência. Possui negócios em mais de cem países e nos cinco continentes.

Presente no Brasil desde 1992, a Mapfre tem o Brasil como um mercado estratégico e como sua principal operação fora da Espanha. Com mais de 4 mil colaboradores na

regional brasileira, a Mapfre conta com um portfólio completo com soluções inovadoras. Com negócios que vão de seguros, assistência, previdência e saúde até investimentos, capitalização e consórcios, a companhia atende milhões de clientes por meio de uma rede formada por mais de 19 mil corretores em todo território nacional.

No mercado de seguros, a Mapfre Brasil conta com proteções para todas as necessidades dos clientes nos segmentos de automóvel, grandes riscos, residencial, massificados e rural. No negócio de Previdência e Vida Resgatável, conta com R\$ 2,8 bilhões de ativos administrados.

## METLIFE



A MetLife tem mais de 150 anos atuando no ramo de seguros, com foco em seguros pessoais, bem como planos odontológicos e previdência privada. MetLife significa Metropolitan Life Insurance Company, com a história presente desde 1863, quando um grupo de empresários da cidade de Nova Iorque levantou US\$ 100,000 dólares para fundar a National Union Life and Limb Insurance Company.

A MetLife, desde que iniciou suas atividades no Brasil, em 1999, trabalha com o objetivo de oferecer a seus clientes e aos corretores com quem atua as melhores opções de produtos e serviços de Vida, Previdência e Planos Odontológicos. Para isso, uma de suas principais ações estratégicas é realizar a aquisição de importantes companhias do mercado, que agregam expertise e escala aos negócios e às operações da MetLife.

Neste sentido, a empresa comprou a Seguradora América do Sul (Seasul), com forte atuação na comunidade nipo-brasileira. No ano seguinte, adquiriu a carteira Corporate da Seguradora Zurich e, em 2004, realizou um dos mais promissores negócios do mercado, ao assumir a Soma Seguradora.

## PORTO



A Porto (anteriormente Porto Seguros) iniciou suas atividades em 1945, com apenas 50 funcionários. Atualmente, é composta por 27 empresas com quase 14 mil funcionários. Reconhecida como uma das maiores seguradoras do país, a Porto hoje é mais que uma seguradora, é um ecossistema de soluções de serviços de proteção com tecnologia embarcada, para melhorar e facilitar a experiência do cliente. Com mais de 70 anos de mercado, a atuação da companhia se concentra hoje em quatro pilares estratégicos de negócio: Seguros, Saúde, Negócios e Financeiros.

## SANCOR SEGUROS



A Sancor Seguros foi fundada em 1945 em Sunchales, província de Santa Fé, Argentina, sendo atualmente a maior seguradora do país. Além da Argentina, a Sancor está presente no Uruguai, Paraguai e Brasil. Em mais de 75 anos de história, são mais de 9,3 milhões de segurados, 3.300 funcionários e 760 escritórios.

No Brasil, a empresa chegou em 26 de abril de 2013, com a sede em Maringá (PR). Desde então, mais de 2 milhões de segurados passaram pela Sancor, que possui ampla sede na cidade.

Como forma de comemorar a primeira década de atuação no Brasil, mais de mil mudas de ipês foram plantadas pela Sancor nas cidades em que possui filiais, demonstrando a responsabilidade social da empresa.

## SOMPO SEGUROS



No Brasil, a Sompo nasceu da integração das operações da Marítima Seguros, companhia fundada em Santos em 1943, e da Yasuda Seguros, que está no Brasil desde 1959. Reúne o conhecimento de uma empresa local e a experiência de uma empresa global.

Em 30 países, o Grupo Sompo Holdings conta com cerca de 80 mil colaboradores empenhados em garantir que os mais de 20 milhões de clientes estejam sempre bem. No Brasil, são cerca de 1.900 colaboradores, além de filiais localizadas em todas as regiões.

O ideal da Sompo Seguros é ter a ambição de ser uma seguradora simples, próxima do cliente, com planejamento de longo prazo para atender com eficiência operacional e colaboração.

## SUDASEG SEGURADORA



Fundada no Paraná, a Sudaseg está há mais de três décadas atuando no ramo de seguros. A missão da empresa consiste em “Ser uma empresa de referência em serviços securitários, com alta qualidade e foco no cliente e no mercado, gerando valor para clientes, colaboradores e sociedade, através do desenvolvimento humano e aplicação das melhores práticas de mercado”.

Recentemente, a seguradora recebeu autorização da Susep (Superintendência de Seguros Privados) para atuar em mais quatro regiões do país, expandindo a operação para 23 estados.

## SUL AMÉRICA



A Sul América Seguros foi criada em 1895 pelo empresário Joaquim Sanchez de Larragoiti, que já atuava no mercado de seguros de vida no país. Ampliou as atividades em 1913, no ramo de seguros terrestres e marítimos em onze capitais brasileiras.

Com a inauguração da nova sede no Rio de Janeiro em 1949, a companhia passou a ter expansões anuais, se tornando na atualidade o maior grupo segurador independente do Brasil, estando com o capital aberto desde a década de 1970.

São mais de 4 mil colaboradores e 7 milhões de segurados, atuando também na previdência privada, gestão de ativos e capitalização. Em 2021, houve a celebração de contrato com a Sompó Seguros, no sentido de adquirir o grupo e ampliar ainda mais a área de abrangência.

## TOKIO MARINE



Tokio Marine Seguradora S.A. é subsidiária do Grupo Tokio Marine, conglomerado securitário japonês, um dos maiores do mundo, fundado em Tóquio em 1879, que hoje está presente em mais de 46 países.

A empresa conserva a sua história de comprometimento com o bem-estar de seus segurados, como quando deu suporte a eles em 1923 durante o terremoto de Kanto (Japão) mesmo sem a garantia dessa cobertura. Também fez parte da história quando, no tsunami que atingiu tragicamente o país em 2011, atendeu mais de 150 mil segurados.

Foi com essa filosofia que a empresa chegou ao Brasil em 1959 e hoje é uma das principais seguradoras do país, com mais de 70 sucursais, escritórios em todo o território brasileiro e mais de 2 mil colaboradores.

A companhia vive um momento muito especial de sua história, com a recente incorporação da Tokio Marine Brasil Seguradora S.A., pela Tokio Marine Seguradora S.A., tornando-se uma única empresa, mais robusta e competitiva devido à otimização de custos, sistemas, documentação e processos.

## ZURICH



Fundada na Suíça em 1872, com sede na cidade de Zurique, é uma das seguradoras globais mais experientes do mundo. Com cerca de 56 mil funcionários, oferece uma ampla gama de produtos e serviços de ramos elementares e de vida em mais de 210 países e territórios no mundo.

No Brasil, a companhia acumula mais de 80 anos de experiência e o país é hoje a maior operação da Zurich na América Latina, onde o grupo está presente em outros

países há mais de 60 anos.

Em 2011, a Zurich firmou parceria com o Banco Santander, que originou a *joint venture* Zurich Santander. A plataforma acelerou a estratégia de crescimento da Zurich nos mercados emergentes e consolidou a posição do grupo no Brasil, México, Chile, Argentina e Uruguai, ofertando seguros e produtos de previdência para mais de 36 milhões de clientes. Juntas, Zurich e Zurich Santander arrecadaram R\$ 11,3 bilhões no acumulado de 2021 em prêmios de seguros e administram hoje mais de R\$ 73 bilhões em fundos de previdência, o que coloca a operação combinada como a quarta maior do ranking brasileiro de seguros e previdência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da realização de um livro histórico institucional, comumente, é direcionada para retratar os feitos ao longo dos anos, considerando apenas a história da própria organização que é objeto da pesquisa. Esquece-se, portanto, na maioria das vezes, do contexto em que os personagens realizaram as transformações no recorte temporal estabelecido. No entanto, a proposta aqui apresentada primou pelo resgate da história do Paraná, tecendo relevante contribuição acadêmica sob a ótica da política, da economia e da sociedade paranaense e brasileira.

Inicialmente, realizou-se um grande passeio pela história da formação política do Paraná, do período provinciano à Primeira República, passando pelo projeto de modernização do estado até os dias atuais. Personagens, eleições, famílias políticas, grandes agrupamentos políticos: o registro contemplou a linha do tempo do poder paranaense até a atualidade.

Igualmente, a matriz econômica pesa nas decisões de futuro. Desde o ciclo da erva-mate até o café do Norte pioneiro, a geada de 1975, o ciclo desenvolvimentista, a modernização industrial e a visão de longo prazo. Todos estes aspectos também figuraram na trilha do conhecimento, que, na maioria dos casos, ditou o ritmo do mercado de seguros — área também coberta por esta pesquisa.

Passeamos, por fim, pela história do Sindseg PR/MS: do Comitê Mixto Paranaense e Santa Catharinense até à dissolução; da associação dos seguros à formação do sindicato; as sedes, espaços de conagração e negociação patronal; a criação da sede no Mato Grosso do Sul; a realização de eventos e os desafios do mercado de seguros frente à instituição. Em outras palavras, não basta delinear a trajetória dos seguros e seus personagens no Paraná: é preciso contar a história com a articulação dos fatos frente a cada tempo, a cada momento.

Nesse sentido, a importância deste livro que registra a história do Sindicato das seguradoras é inegável. O setor de seguros desempenha um papel fundamental na proteção financeira de indivíduos, empresas e nações como um todo. É um campo complexo e em constante desenvolvimento, com uma longa história que remonta há séculos.

Um dos benefícios de um livro sobre a história do mercado de seguros é o conhecimento que ele proporciona. Entender como o setor de seguros se desenvolveu ao longo das décadas permite que profissionais e acadêmicos compreendam o contexto em que estão inseridos. Além disso, conhecer a história do mercado de seguros ajuda a identificar padrões e tendências que podem ser úteis para antecipar mudanças futuras.

Assim, este livro é uma fonte de referência para pesquisadores. Consultado por acadêmicos, pesquisadores e demais pessoas que desejam aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas do setor de seguros, o cenário da publicação tem no Paraná a inspiração e nos profissionais do mercado de seguros a realização. A obra pode oferecer uma visão detalhada de eventos passados, políticas adotadas, inovações introduzidas e até mesmo lições aprendidas.

O “legado assegurado” deste livro pode ser uma forma de celebrar as conquistas e honrar aqueles que ajudaram a moldar o setor. Muitas vezes, os pioneiros e líderes que tiveram impacto significativo no mercado de seguros são esquecidos ao longo do tempo. Documentar suas contribuições em um livro pode garantir que suas realizações sejam preservadas e reconhecidas. Ainda, servem de inspiração às gerações futuras.

“Legado assegurado: da história do Paraná aos 100 anos do Sindseg PR/MS” nasce do ideal do sindicato que há um século faz o seguro acontecer. Fonte de conhecimento, inspiração, referência e proteção, além de servir como uma homenagem aos visionários e líderes que forjaram o setor ao longo dos anos, este impresso cumpre a missão de marcar a história, afirmando que uma instituição só existe pelas pessoas e para as pessoas que dela e por ela se relacionam. Valorizando e preservando a memória do mercado de seguros, possibilita, dessa forma, a garantia de um futuro próspero e seguro para todos que fazem diariamente este legado.

# REFERÊNCIAS

ABOLIÇÃO. **Dezenove de Dezembro**, n. 225, 26 set. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/416398/12053>. Acesso em: 08 maio 2023.

ACIC. **A ACIC na visão dos ex-presidentes**. 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www.acicvel.com.br/post/27>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ACIL. Sobre a Acil. **Nossa História**. Disponível em: <https://acil.com.br/historia>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ACIM MARINGÁ. Como a ACIM ajudou Maringá a crescer @maringahistorica. **YouTube**, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PyIyGwPsSD8>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ACIPG completa 100 anos de história e intensa contribuição ao desenvolvimento de Ponta Grossa. **Blog do Johnny**, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.blogdojohnny.com.br/postagens/acipg-completa-100-anos-de-historia-e-intensa-contribuicao-ao-desenvolvimento-de-ponta-grossa>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ACP. **Sobre a ACP**. Disponível em: <https://acpr.com.br/sobre-a-acp>. Acesso em: 08 maio 2023.

ALCÂNTARA, Gustavo Kenner *et al.* **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019.

ALCÂNTARA, José Carlos. **O dualismo partidário no período de 1966 a 1982 e sua representação local**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis-SP, 2004.

ALVES, Jolinda de Moraes. **História da assistência social aos pobres em Londrina: 1940-1980**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis-SP, 2002.

AMADOR, Paulo. **Do retrato de Vargas à Carta de Brasília: 50 anos de Fenaseg**. Rio de Janeiro: Grupiara, 2001.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma: O herói sem nenhum caráter**. Rapsódia. São Paulo, SP: Editora Cupolo, 1928.

AO COMMERCIO. **Dezenove de Dezembro**, 15 jun. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=416398&pagfis=15953>. Acesso em: 8 ago. 2023.

AQUINO, Maria Aparecida de. Brasil: Golpe de Estado de 1964: que Estado, país, sociedade são esses? **Projeto História**, v. 29, n. 1, p. 87-105, dez. 2004.

ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DO PARANÁ. Convite. **A Republica**: orgam do Partido Republicano, n. 154, 2 jul., 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/969>. Acesso em: 08 maio 2023.

ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945): do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, 2015.

ATHAIDES, Rafael. A ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942). **Diálogos**, v. 11, n. 3, p. 245-248, 2007.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, v. 3.

BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A Colônia Militar do Chopim: 1882 a 1902**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1980.

BATISTELLA, Alessandro. A redemocratização de 1945 no Paraná e as eleições de 1945 e 1947. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 436-459, 2015.

BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2016.

- BENDLIN, Ana Carolina. Ex-prefeito de Curitiba, Beto Richa (PSDB) é o novo governador do Paraná. **UOL**, 3 out. 2010. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2010/parana/ultimas-noticias/2010/10/03/ex-prefeito-de-curitiba-beto-richa-psdb-e-o-novo-governador-do-parana.jhtm>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- BOHRER, Saulo Santiago. **Mercado de seguros luso brasileiro**: a casa de seguros de Lisboa e do Rio de Janeiro (1758-1831). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2012.
- BONATO, Emídio Rizzo; BONATO, Ana Lúcia Variani. **A soja no Brasil**: história e estatística. Londrina: Embrapa, 1987.
- BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A população brasileira em 1850: uma estimativa. **Revista Economia e Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 135-166, 2019.
- BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. Funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. **Portal do Investidor**, 25 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir/como-investir/conheca-o-mercado-de-capitais/funcionamento-do-sistema-financeiro-nacional>. Acesso em: 08 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Programa de Seguro Rural**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural>. Acesso em: 08 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Sobre a SUSEP. **SUSEP: Superintendência de Seguros Privados**, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/susep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre-a-susep>. Acesso em: 08 maio 2023.
- BUSINESS DEFINE TERMS. **Bancassurance**. Disponível em: <https://www.definebusinessterms.com/pt/bancassurance>. Acesso em: 08 maio 2023.
- CACINP. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.cacinp.org.br/p/institucional-sobre>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- CAIXA. Agro Caixa. Custeio. **Proagro**: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/agro/custeio/proagro/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 08 maio 2023.
- CAMARGO, João Borba. **História do Paraná**: a República. Maringá-PR: Ed. do Autor, 2006.
- CAMPOS, Margarida Cassia. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. **Revista Geografar**, v. 6, n. 1, p. 161-191, jun. 2011.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura paranaense**: 1900-1970. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo, o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**: v. 2: o tempo do nacional-estatismo: 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARVALHO, José Murilo. **O pecado original da República**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu**: uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.
- CEPEA; ESALQ; USP. **PIB do agronegócio brasileiro**. 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 08 maio 2023.
- CHAGAS, Mayara da Fontoura das. **Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra**: a (re)criação da memória da Revolta de Três Barras do Paraná: 1964-2014. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon-PR, 2015.
- CIAR UFG. **Sociedade civil e Poder Público**: parcerias em favor da promoção do acesso aos direitos culturais. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonio-direitos-culturais-e-cidadania/edicao2/cnt/modulo4/cnt/cntnt/2-3.html>. Acesso em: 08 maio 2023.
- CNSEG. **A Fenaseg**. Disponível em: <https://cnseg.org.br/conheca-a-cnseg/confederacao/o-que-e-a-fenaseg.html>. Acesso em: 08 maio 2023.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. São Paulo: TikiBooks, 2017, v. 1.

CONTADOR, Claudio; FERRAZ, Clarisse. **Uma contribuição à história do seguro no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; COPPEAD, 2000.

CONTE, Claudia H. Do milagre econômico à construção de Itaipu: configurando a cidade de Foz do Iguaçu/PR. **Economia e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 166-192, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/18845>. Acesso: 11 ago. 2023.

COOPERA PARANÁ. **Cooperativismo no Paraná: o setor agropecuário no Paraná**. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/CooperaPR/Pagina/Cooperativismo-no-Parana>. Acesso em: 25 jun. 2023.

COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná: v. 1**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994.

COSTA, Samuel Guimarães. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná: v. 2**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1995.

CURITIBA. CIC vive nova onda de desenvolvimento, com investimentos de R\$ 2 bilhões e abertura de empresas. **Notícias**, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/cic-vive-nova-onda-de-desenvolvimento-com-investimentos-de-r-2-bilhoes-e-abertura-de-empresas/64752>. Acesso em: 09 maio 2023.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DIAS, Edson dos Santos; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A ação de uma companhia privada de colonização no processo de ocupação do Norte Paranaense. **Tempos Históricos**, v. 4, n. 1, p. 111-135, 2002.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais em Maringá**. Maringá-PR: Sinergia Editorial, 2023.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná**. Maringá-PR: Eduem, 2003.

DINIZ, Larissa Mattos. **O Clube Negro de Londrina: uma experiência contraditória**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR, 2014.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do Recenseamento: 1900**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905.

ESTRADA DE FERRO DO PARANÁ. **Dezenove de Dezembro**, n. 74, 01 abr. 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/416398/12662>. Acesso em: 06 maio 2023.

FABRIS, Pamela Beltramin; HOSHINO, Thiago. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (org.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais: séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo-RS: Casa Leiria, 2018.

FAJARDO, Sergio. Equívocos nos usos da divisão regional oficial no Estado do Paraná. **Revista Geografar**, v. 8, n. 1, p. 86-99, jun. 2013.

FECOMÉRCIO-PR. **Histórico**. Disponível em: <https://www.fecomercio.pr.com.br/a-fecomercio-pr/historico>. Acesso em: 08 maio 2023.

FECOMÉRCIO-PR. **Lista de sindicatos filiados**. Disponível em: <https://www.fecomercio.pr.com.br/sindicatos/lista-de-sindicatos-filiados>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FERREIRA, Ieda. **Sindseg MG/GO/MT/DF: 70 anos de história**. Belo Horizonte: Lucca Cultura e Tecnologia, 2019.

FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Jorge. As crises da República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRO, Emilia. **Atualidade de Jean Piaget**. Tradução E. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

FICO, Carlos. **Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88.

FONSECA, Barbara. **Entre colunas e pinheiros: a recepção da Antiguidade nas obras paranistas de João Turin (1927-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2022.

FONTANA, Francisco Fernando. **Desvendando Manoel Ribas: o homem, a obra e o mito**. Curitiba: Sesc, 2015.

FORTES, Daniel Torquato. **Mercado de seguros no Brasil: análise das mudanças na estrutura de mercado entre 1980 e 2014**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FRESCA, Tânia Maria. A centralidade de Londrina-PR na rede urbana brasileira: de centro regional ao nível submetropolitano. **Revista Geografar**, v. 9, n. 2, p. 121-145, dez. 2014.

FUKS, Rebeca. Frase O homem é um animal político. **Cultura Genial**, 2010. Disponível em: <<https://www.culturage-nial.com/o-homem-e-um-animal-politico>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GALDINO, Claudio Francisco. **A população negra em Londrina: as interfaces entre violência e educação**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR, 2017.

GARRETT, Cleverson. **Vim, vi e venci**: Paulo Pimentel: biografia. Lauro de Freitas-BA: Cajarana, 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GONÇALVES, Cleverson; FRAGA, Nilson Cesar; CAVATORTA, Mateus Galvão. Massacre dos Kaingang em Pitanga-PR, um conflito atrelado à ideologia do branqueamento e à expansão do capital sobre os territórios indígenas. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 1, p. 81-100, 2015.

GOULART, Monica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa paranaense: 1889-1930**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

GOULART, Monica Helena Harrich Silva. O poder local e o coronelismo no Paraná. **Revista NEP: Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 1, n. 1, p. 15-39, dez. 2015.

GRANATO, Natália Cristina; OLIVEIRA, Ricardo Costa. O sucesso da interventoria de Manoel Ribas no Paraná frente à instabilidade política no período pós-Revolução de 1930. **Revista NEP: Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 6, n. 2, p. 48-69, dez. 2020.

GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO PARANÁ. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.grandelodoparana.org.br/sobre-nos>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GRANJA, Rúbia Aparecida. **Síntese histórica econômica do mercado segurador brasileiro: da origem ao gargalo do crescimento**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

GUTIÉRREZ, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História: São Paulo**, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1907. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 81-105, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Censo Demográfico**: 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 08 maio 2022.

IBGE. **Produção agropecuária**: Paraná. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/pr>. Acesso em: 09 maio 2023.

IBGE. **Produção de cana-de-açúcar**: Paraná. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/cana-de-acucar/pr>. Acesso em: 09 maio 2023

INSTITUTO ÁGUA E TERRA DO PARANÁ. **Coletânea de mapas históricos do Paraná**. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em: 26 jun. 2023.

IPARDES. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: IparDES, 1987. [Projeto “História Política do Paraná”, v. 1].

IPARDES. **Resultados eleitorais no Paraná**. Curitiba: IparDES, 1987. [Projeto “História Política do Paraná”, v. 2].

IPARDES. **Séries retrospectivas do Paraná**: dados históricos da indústria: 1940-1980. Curitiba: IparDES, 1993.

IRB Brasil RE. Relações com Investidores. **Sobre a companhia**: breve histórico. Disponível em: <https://ri.irbre.com/a-companhia/sobre-a-companhia>. Acesso em: 09 maio 2023.

ITAIPU BINACIONAL. Há meio século, era assinada a Ata do Iguazu, a “semente de Itaipu”. **Institucional**, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/ha-meio-seculo-era-assinada-ata-do-iguacu-semente-de-itaipu>. Acesso em: 25 jun. 2023.

IZEPÃO, Rosalina. **O planejamento governamental no Paraná**: economia, estado e política econômica. Maringá-PR: Eduem, 2013.

KHAN, Michael Barleto. **Panorama do setor sucroalcooleiro no estado do Paraná**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

KINZO, Maria Dalva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB. São Paulo: Vértice, 1988.

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná**: 1880-1940. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba**: 1801-1850. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.

LAIBIDA, Daiane Carnelos Resende. **“Requião tem razão?”** Homem político e discursos: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

LANNA, Beatriz Duarte; SAES, Alexandre Macchione. **Companhias de seguro na economia brasileira: 1889-1914. Economia e Sociedade**, v. 29, p. 525-547, 2020.

LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.

LEITE JR., Hor-Meyll T. Leite; ESCOBEDO, Marcel Luiz. **Moysés Lupion**: civilizador do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

LIMA, Cândida de Deichmann Santos. **O Governo Jaime Lerner e o Programa Paraná mais empregos**: 1995-2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

LIMA, Lucas Viana das Chagas. **A cafeicultura no estado do Paraná**: sua implementação, desenvolvimento e auge. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

LIONS CLUBS INTERNATIONAL. **Descubra nossa história**. Disponível em: <https://www.lionsclubs.org/pt>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LIRA NETO, João Cavalcanti. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder: 1882-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOBATO, Tarcísio da Costa. **Análise espacial para o seguro agrícola**: um estudo de caso no Paraná. Tese (Doutorado em Economia) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba-SP, 2021.

- MAGALHÃES, Francisco de Borja Baptista *et al.* Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, n. 87, p. 131-148, 1996.
- MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.
- MAGALHÃES, Raphael de Almeida. **O mercado de seguros no Brasil**. Rio de Janeiro: Funenseg, 1997.
- MANFRIN, Marcia. ACIL: 85 anos de compromisso com Londrina. **Notícias**, 2022. Disponível em: <https://acil.com.br/noticias/acil-85-anos-de-compromisso-com-londrina>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Guaíra, 1939.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MEDINA, Alessandra Guimarães dos Santos; ARAÚJO, Marivânia Conceição de. Movimento negro: história, importância, realidade e perspectivas. **Revista NEIAB**, v. 3, n. 1, jul. 2019.
- MELLO, Maria Tereza Chaves. **A República consentida**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. **Tempos Históricos**, v. 20, n. 1, p. 218-240, 2016.
- MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Geografar**, v. 1, n. 1, p. 62-80, 2006.
- MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: a militância política no Paraná: 1945-1947**. Curitiba: SAMP, 2017.
- MORAES, Marieta; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 387-433.
- MOREIRA, Vania Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 155-194.
- MOTA, Carlos Frederico Lopes da. **Depoimento**: 1996. Rio de Janeiro, CPDOC; Fundação Escola Nacional de Seguros, 1997. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista63.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira**. Maringá-PR: Eduem, 2012.
- MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC: 1993-2002. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- MOTTA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**: v. 2: o tempo do nacional-estatismo: 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 63-105.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- MUSEU PARANAENSE. **Memória Pergamum**. Disponível em: <http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 09 maio 2023.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SAMP, 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NASCIMENTO, Douglas. Não tem gasolina? Vamos de Gasogênio! **São Paulo Antiga**. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/nao-tem-gasolina-vamos-de-gasogenio>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- NASCIMENTO, Luiz Miguel. **Política e eleição na vida cotidiana**. Maringá-PR: Eduem, 2013.

NEIVA, Lucas. 73 anos de paz: confira as consequências no Brasil da 2ª Guerra Mundial. **Agência de Notícias UNICEUB**, 7 maio 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/defesa/73-anos-de-paz-confira-as-consequencias-no-brasil-da-2a-guerra-mundial>. Acesso em: 25 jun. 2023.

NIEHUES, Leandro Garcia. **A cafeicultura na microrregião geográfica de Londrina (PR): desafios e perspectivas à permanência do produtor familiar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR, 2016.

NOJIMA, Daniel. Crescimento e reestruturação industrial no Paraná: 1985/2000. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 103, jul./dez. 2002.

NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NOVAK, Éder da Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná: 1900-1950. **Fronteiras: Revista de História**, v. 18, n. 32, p. 78-97, 2016.

O GASOGÊNIO no Paraná. **O Dia Paraná**, 2 abr. 1941.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017. [Coleção “História do Paraná: textos introdutórios”].

OLIVEIRA, Marisa Correia. **Estudo da erva mate no Paraná: 1939-1967**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Seti, 2004.

PACZYK, Rosana. Setor sucroalcooleiro paranaense: do Proálcool ao biodiesel. **Vitrine da Conjuntura**, v. 2, n. 6, p. 1-6, 2009.

PADIS, Pedro Calil. **A formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PANDOLFFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano: v. 2: o tempo do nacional-estatismo: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PARANÁ. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. **História**. Disponível em: <https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Historia>. Acesso em: 8 ago. 2023.

PARANÁ. No aniversário, UEL, UEM e UEPG superam 210 mil formados e expandem ciência paranaense. **Agência Estadual de Notícias**, 9 nov. 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/No-aniversario-UEL-UEM-e-UEPG-superam-210-mil-formados-e-expandem-ciencia-paranaense>. Acesso em: 08 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Após assumir novo mandato, Ratinho Junior reforça meta de manter Paraná como referência. **Agência Estadual de Notícias**, 01 jan. 2023. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Apos-assumir-novo-mandato-Ratinho-Junior-reforca-meta-de-manter-Parana-comoreferencia>. Acesso em: 08 out. 2023.

PASSOS, Messias; SANT'ANA, Lucas; BUENO, Marina. O Norte do Paraná: do café à cana do açúcar. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 1, n. 1, p. 181-206, 2012.

PEGORARO, Éverly. **Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2007.

PEREIRA FILHO, Júlio Cezar. **Clube da Bolinha do Paraná: 50 anos**. Curitiba: Editora em Foco, 2012.

PEREIRA FILHO, Júlio Cezar. **SindSeg PR/MS 90 anos**. Curitiba: Editora em Foco, 2014.

PEREIRA FILHO, Júlio Cezar. **SindSeg PR/MS 95 anos**. Curitiba: Editora em Foco, 2019.

PEREIRA, Luís Fernandes Lopes. **Paranismo, cultura e imaginário no Paraná da I República**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República**. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Roger. Itaipu na economia do Paraná: parte III: da segurança energética ao turismo, Itaipu impulsiona economia do PR. **Gazeta do Povo**, 2 jul. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/gpbc/itaipu/seguranca-energetica-turismo-itaipu-economia-parana>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PERIN, Gabriel. Erva-Mate no Paraná: a história do ciclo que dominou a economia do estado por mais de um século. **Turistória**. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/erva-mate-no-parana-a-historia-do-ciclo-que-dominou-a-economia-do-estado-por-mais-de-um-seculo>. Acesso em: 08 maio 2023.

PIMENTEL, Paulo. Entrevista. In: SEBASTIANI, Sílvia; FARIAS, Eneas (org.). **Governadores do Paraná: a história por quem construiu a história**. Curitiba: Sistani, 1997.

PITZ, Gustavo. A trajetória de Julia Wanderley. **Turistória**. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/a-trajetoria-de-julia-wanderley>. Acesso em: 08 maio 2023.

PIZZATTO, Hamilcar. Trabalho com seguros há 46 anos. **Revista de Seguros**, v. 66, n. 776, jul./ago. 1987.

POSSIEDE, João Gilberto. **Depoimento**: 1997. Rio de Janeiro, CPDOC; Fundação Escola Nacional de Seguros, 1997. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista133.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá-PR: Eduem, 2012.

PROGRAMMA GERAL DO CENTRO PARANISTA. Curitiba: Livraria Mundial, 1927.

QUELER, Jefferson José. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

RAIHER, Augusta Pelinski. Desenvolvimento industrial do Paraná e o Programa Paraná Competitivo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, v. 42, n. 140, 2021.

RAMOS, Rejane Cecília. O seguro rural no Brasil: origem, evolução e proposições para aperfeiçoamento. **Informações Econômicas**, v. 39, n. 3, p. 5-16, 2009.

REBELO, Vanderlei. **Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

RESENDE, Maria Efigênia. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120.

RIBEIRO, Luiz Carlos. O mandonismo local e o movimento republicano. **História: Questões e Debates**. Curitiba, v. 3, n. 4, p. 65-85, jun. 1982.

RIOS, Vivian Tristão. **O resseguro no Brasil**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo: 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, Cintia Régia. O ensino da História Indígena e os apontamentos sobre a diversidade étnico-cultural. **Revista Práxis**, v. 2, 2016.

RODRIGUES, João Paulo Pacheco; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Imprensa e memória: a geada negra de 1975 no estado Paraná. **Revista Labirinto**, v. 27, p. 210-222, 2017.

RODRIGUES, Ricardo. O grande incêndio de Londres em 1666: o estopim da criação do seguro patrimonial da forma como conhecemos hoje. **Seguros e etc.**, 13 maio 2019. Disponível em: <https://segurosetc.com/2019/05/13/o-grande-incendio-de-londres-em-1666-o-estopim-da-criacao-do-seguro-patrimonial-da-forma-como-conhecemos-hoje>. Acesso: 7 jul. 2023.

ROTARY. **Expandindo nosso alcance**. Disponível em: <https://www.rotary.org/pt/rotarys-timeline-expanding-our-reach>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SALLUM JR., Basílio. O governo e o impeachment de Fernando Collor. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: v. 5: da transição democrática à crise política de 2016: 1985-2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SALTURI, Luis Afonso. O movimento paranista e a revista Ilustração Paranaense. **Temáticas**, v. 22, n. 43, p.127-158, fev./jun. 2014.

SAVIANI, Rodrigo. “Geada negra” que destruiu pés de café no Paraná completa 40 anos. **G1**, 18 jul. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/07/geada-negra-que-destruiu-pes-de-caffe-no-parana-completa-40-anos.html>. Acesso em: 09 maio 2023.

SEBASTIANI, Sílvia. **Por dentro do MDB no Paraná**. Curitiba: Edição do Autor, 1992.

SEBASTIANI, Sívio; FARIAS, Enéas (org.). **Governadores do Paraná: a história por quem construiu a história**. Curitiba: Sistani, 1997.

SHEEN, M. R. C. **O contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas. Campinas-SP, 1986.

SILVA, Beatriz Rosa; NOVAK, Éder; MOTA, Lúcio Tadeu. Acervo da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Fundação Nacional do Índio (Funai): síntese sobre os povos indígenas do Paraná entre as décadas de 60 a 90. In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 16. **Anais**. Londrina, 2016, p. 137-144. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/his/XVISEMHIS/AnaisCorrigidosSEMHIS2017.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP, 2005.

SILVA, Noemi Santos da. O Paraná abolicionista: lutas pelo fim da escravidão. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (org.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais: séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo-RS: Casa Leiria, 2018.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **História do Seguro no Paraná**. Curitiba: Gráfica Multiprint, 1995.

SINDSEG PR/MS. **Nossa história**. Disponível em: [https://sindsegprms.org.br/sindseg-pr-ms/nossa-historia/?doing\\_wp\\_cron=1683849509.6502790451049804687500](https://sindsegprms.org.br/sindseg-pr-ms/nossa-historia/?doing_wp_cron=1683849509.6502790451049804687500). Acesso em 08 maio 2023.

SINDSEG RS. **História do Seguro no Brasil**. Disponível em: <https://www.sindsegrs.com.br/institucional/historia-do-seguro/no-brasil>. Acesso em: 09 maio 2023.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma social e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SISTEMA FIEP. **Sindicatos**. Disponível em: <https://www.fiepr.org.br/sindicatos>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SISTEMA OCEPAR. **Organização do Sistema Sindical Cooperativo**. Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/fecoopar1/2011-12-05-11-39-36>. Acesso em: 09 maio 2023.

SMITH, Adam. **The Wealth of Nations: An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London: Harriman House Limited, 1776.

SOUSA, Antonio Carlos Rocha de. A política de erradicação de cafezais em 1962: recepção e repercussão na imprensa e suas consequências para a economia capixaba. **Revista Sinais**, v. 2, n. 1, 2015.

SUSEP. **8º Relatório de análise e acompanhamento dos mercados supervisionados**. Rio de Janeiro: Assessoria de Estudos e Relações Institucionais, 2020.

SUSEP. **Síntese mensal**: dezembro de 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/susep/pt-br/arquivos/arquivos-dados-estatisticos/sintese-mensais/2022/SinteseDezembro2022\\_v3CRAQ\\_CL\\_PM\\_final.pdf](https://www.gov.br/susep/pt-br/arquivos/arquivos-dados-estatisticos/sintese-mensais/2022/SinteseDezembro2022_v3CRAQ_CL_PM_final.pdf). Acesso em: 08 maio 2022.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia: as falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, n. 19, p. 27-49, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois: 1964-2004**. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 67-77.

TOMAZ, Paulo Cesar. A região Norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá. **Revista Semina**, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2010.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. A Lumber Company na região do Contestado: vilas operárias e o aparato institucional. **História: Debates e Tendências**, v. 22, n. 2, p. 175-192, 2022.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SAMP, 2017.

TRINTIN, Jaime. **A nova economia paranaense**. Maringá-PR: Eduem, 2006.

VANALI, Ana Crhistina. **A erva-mate e a política paranaense: análise da legislação provincial para a economia erva-teira: 1854-1889**. Curitiba: Instituto Memória, 2013.

VANESKI FILHO, Ener. A construção da usina de Itaipu e o surgimento de atores contra-hegemônicos. **Revista Paradigma**, n. 21, 2012.

VANZETTA, Gustavo. **O papel dos bancos na evolução do mercado segurador brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

VASCONCELOS, Jandira Maria Mendes de. **Seguro da agricultura familiar (SEAF): história, implantação e desafios em Francisco Beltrão (PR)**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

VENANCIO, Elaine Pires. **O desenvolvimento do cooperativismo no estado do Paraná**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011.

VIOTTI, Emília. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Edunesp, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: EdUEPG, 2010.

ZANON, Elisa Roberta. A colonização territorial em tempos modernos no Norte do Paraná: rupturas e continuidades históricas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 2. **Anais**, 2019.

ZINKE, Idair Augusto. A evolução da malha municipal do Paraná e as proposições recentes. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 16, p. 1-21, jan./abr. 2019.

## SOBRE OS AUTORES



Este livro foi desenvolvido pela Cidades Históricas Pesquisas e Desenvolvimento. Dentre sua área de atuação, a empresa promove pesquisas, editorações, produções de documentários e demais projetos de relevância e abrangência histórica. Além disso, visa democratizar a história de diversas cidades e estados por meio de plataformas virtuais: Paraná Histórica, Curitiba Histórica, Londrina Histórica, Maringá Histórica, Ponta Grossa Histórica e Cascavel Histórica.

Para este livro do centenário do Sindseg PR/MS, quatro profissionais do campo da história e da sociologia assinaram como seus pesquisadores:



**Miguel Fernando Perez Silva** (organizador) é bacharel em Turismo e Hotelaria pelo Centro Universitário de Maringá. Tem especialização em Gestão e Políticas Culturais pela Universidade de Girona/Itaú Cultural e em História e Sociedade do Brasil pela Universidade Estadual de Maringá, onde também obteve o título de mestre em História Política.



**Reginaldo Benedito Dias** é professor do departamento de História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista, atua como pesquisador e orientador de pesquisas na área de História Política.



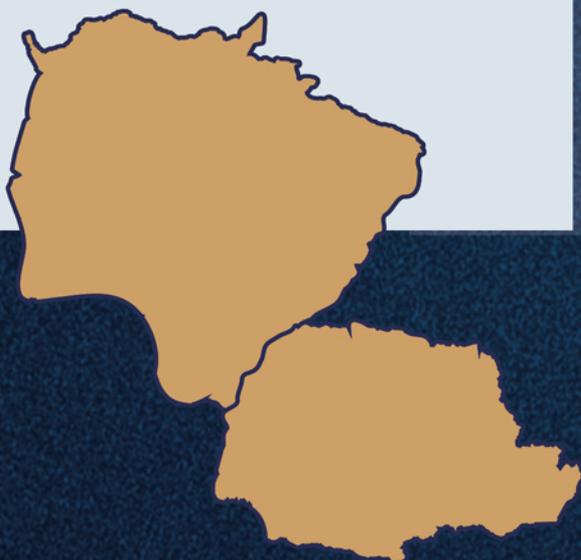
**Barbara Fonseca** é historiadora e mestra em História pela Universidade Federal do Paraná, instituição da qual também é doutoranda. Atua como pesquisadora na área de História do Paraná e possui experiência de trabalho museal.



**Tiago Valenciano** é graduado e mestre em Ciências Sociais pela UEM, Doutor em Sociologia pela UFPR. Especialista em Administração de Casas Legislativas, além de empresário e jornalista.



100  
ANOS



**Disseminando  
o seguro como  
ferramenta de  
sustentação,  
poupança e  
desenvolvimento.**

## UM FUTURO PROMISSOR E ASSEGURADO

O desejo de produzir este livro à sociedade e ao mercado de seguros nasce da observação empírica da necessidade de ampliação do conhecimento histórico sobre o Paraná. A formação econômica, social e cultural do estado, a qual é sem dúvida riquíssima, acaba desconhecida, seja por falta de estímulo à busca do conhecimento; seja por ausência de produção acadêmica que desperte atração em buscar o próprio passado.

Diferente de outras regiões do Brasil, cujo conhecimento histórico é mais notado e observado, o Paraná carece de conhecer-se melhor. Mas existe outro hiato que, embora específico e pontual, é igualmente urgente. Trata-se do mercado segurador representado pelo Sindicato das Empresas de Seguros do Paraná e de Mato Grosso do Sul (Sindseg PR/MS), o qual viabilizou a pesquisa e a produção desta obra.

Dentre as iniciativas alusivas ao seu centenário, nossa diretoria entendeu que a produção de um livro que registrasse a história do Paraná, do mercado de seguros e do próprio sindicato poderia contribuir tanto para o ambiente acadêmico quanto ao mundo dos negócios. É seu desejo contribuir para termos uma sociedade mais culta, mais ativa e mais preocupada com a proteção securitária.

**Altevir Dias do Prado**  
*Presidente do Sindseg PR/MS*



ISBN 978-65-87030-83-8



9 786587 030838 ▶